



A dramatic sky with a bright blue patch and white clouds. The sky is filled with white, fluffy clouds, and a large, bright blue patch is visible in the upper right quadrant. The overall scene is bright and clear, suggesting a sunny day.

smart **energy** world

Um mundo inteligente e eficiente, onde a energia da natureza é a nossa energia. Onde a sustentabilidade e competitividade são a essência da autonomia e produção energética. Onde a liderança na inovação e tecnologia respeita o futuro do planeta. É este o nosso mundo. O mundo EDP.





Índice

a edp

- 6** MENSAGEM AOS ACCIONISTAS
- 8** VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES
- 9** A EDP NO MUNDO
- 10** PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
- 12** ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP
- 16** SÍNTESE DE INDICADORES
- 20** AGENDA ESTRATÉGICA

negócios

- 24** ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 26** ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
- 36** SÍNTESE DE ACTIVIDADE

contributo para a sustentabilidade

- 66** RECONHECIMENTO
- 68** ABORDAGEM CORPORATIVA
- 71** I&D E INOVAÇÃO
- 73** COMUNICAÇÃO
- 75** COLABORADORES
- 81** CLIENTES
- 86** FORNECEDORES
- 89** COMUNIDADE
- 96** DESEMPENHO AMBIENTAL

relatório do governo da sociedade

- 106** DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
- 112** ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO
- 126** ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP
- 142** ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS
- 146** REMUNERAÇÕES
- 150** ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS
- 154** RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

informação financeira

- 158** EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP
- 166** DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

anexos

- 274** REFERÊNCIAS FINAIS
- 275** PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 276** AVALIAÇÃO GRI
- 280** RELATÓRIO, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
- 294** EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL





a edp



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Senhores Accionistas,

Imaginem por uns segundos o seguinte.

Um mundo que não se preocupa. Um mundo onde achamos que o petróleo não vai acabar, onde as alterações climáticas não são mais que uma moda, onde criar valor significa exclusivamente aumentar valor económico. Em que escolhemos não desligar a luz quando esta não faz falta. Um mundo em que os nossos filhos vão herdar os problemas que não tivemos a capacidade de resolver.

Se não actuarmos, se nada fizermos, será inevitável que esta imagem se torne realidade. Seguramente que não queremos que o mundo vá por aí.

A EDP já escolheu outro caminho e o ano de 2010 traduz, com sucesso, os resultados das opções tomadas.

Um momento para celebrar os resultados do crescimento e da solidez

Os resultados de 2010 traduzem o valor da estratégia e opções seguidas, em termos de crescimento, de alocação de activos, de diversificação de geografias, do enfoque na eficiência, da política de financiamento, do valor das nossas pessoas. A prioridade foi dada à manutenção do perfil de baixo risco em simultâneo com o crescimento sustentado do grupo.

Esta estratégia diferenciadora tem sido particularmente importante num sector como o das “utilities”, capital intensivo com um “time to market” muito longo, e onde se verificou uma destruição (sem precedentes num passado próximo) da procura desde 2008.

Num contexto muito exigente – fraco crescimento económico, aumento do risco soberano, maior pressão regulatória e manutenção de preços baixos nos mercados de energia – alcançámos os melhores resultados operacionais e maior resultado líquido recorrente de sempre. O resultado operacional bruto (EBITDA) cresceu 7% para 3.613 milhões de euros, e o resultado líquido cresceu 5% para 1.079 milhões de euros.

Alguns exemplos nas diferentes áreas da nossa capacidade de execução em termos de mercado. A implementação do maior programa de investimento hídrico em toda a Europa, respeitando prazos e conseguindo reduzir custos em relação ao previsto. A posição da empresa que maior número de contratos de venda de energia renovável a longo prazo (PPAs) realizou nos EUA. Uma nova melhoria na qualidade de serviço na distribuição em Portugal e a melhor de sempre em Espanha. A capacidade de manutenção de uma quota de mercado em clientes duas vezes superior à da produção no mercado espanhol. O crescimento na quota de gás no mercado Ibérico. O melhor resultado operacional de sempre no mercado brasileiro.

Em termos de eficiência, alcançámos o objectivo de redução de 160 milhões de euros de custos dois anos antes do previsto, tendo este enfoque constante na eficiência colocado a EDP como a “utility” mais eficiente da Península Ibérica.

Em simultâneo, reforçámos a solidez do Grupo. Mantivemos o “Rating” A, assegurámos liquidez financeira suficiente até ao início de 2013 e apresentámos melhorias nos principais rácios de endividamento que nos colocam numa posição mais sólida do que antes de iniciarmos a execução deste Plano Estratégico.

Sem alterar a essência da nossa visão, o ano de 2010 revelou já uma diminuição do investimento e anunciámos uma redução média de aproximadamente 600 milhões de euros por ano no investimento para 2011 e 2012. Demonstração da capacidade de antecipação e da abordagem pragmática ao novo mundo em que vivemos.

Estes exemplos traduzem o valor da nossa estratégia. Indicam o caminho que a EDP deve seguir e conferem a solidez e a flexibilidade para o grupo se ajustar a um contexto onde o custo de oportunidade é cada vez mais elevado.

Líder mundial no novo paradigma do sector energético

Em Portugal, a EDP está em plena fase de execução do maior plano hídrico da Europa com 10 frentes de obra em simultâneo. Lançámos igualmente a primeira cidade inteligente com o Projecto InovCity em Évora. Criámos novas estruturas para o apoio aos clientes na área de eficiência energética e microgeração. Estamos envolvidos em todos os aspectos do desenvolvimento da Mobilidade Eléctrica. Apostamos na inovação aberta à sociedade, nomeadamente com a criação do primeiro FabLab em Portugal. Estamos a liderar o desenvolvimento de uma tecnologia de produção eólica em águas profundas com o objectivo de aproveitar mais este recurso do mar português. Multiplicámos por 10 o investimento em I&D nos últimos 5 anos.

Exemplos do nosso compromisso com a revolução que se verifica no sector energético, com o papel que este tem na qualidade de vida e competitividade das economias em que operamos. Somos quem mais tem investido em Portugal e o maior investidor português no mundo. A nossa actuação tem hoje um impacto significativo na resolução dos maiores desafios do país: crescimento económico, criação de emprego e redução do défice externo.

A nível global, 64% da energia que produzimos veio de fontes renováveis, o que nos coloca em posição privilegiada para alcançar a meta de 70% em 2020.

Marcámos igualmente a diferença em vários outros domínios. Em 2010 fomos reconhecidos como a empresa número 1 a nível mundial no sector eléctrico nos índices Dow Jones de Sustentabilidade, com a liderança no mundo em temas como a gestão de risco de preço, sistemas de controlo, a gestão integrada de risco, o envolvimento de stakeholders, o reporte social, o desenvolvimento do capital humano, a biodiversidade. Entre mais de 500 empresas, a EDP foi igualmente a primeira empresa a

nível mundial em termos de transparência na disponibilização de informação financeira.

Criámos oportunidades para aqueles que mais precisam. As fundações da EDP, em Portugal, Espanha e no Brasil, são um exemplo de inovação social que, só no nosso país, tocaram a vida de mais de 1,7 milhões de pessoas. Para além do aprofundamento das acções em Portugal, no campo de refugiados de Kakuma em África, desenvolvemos com o ACNUR um projecto ímpar a nível global que mostra como podemos ser mais eficazes no apoio a quem mais precisa.

O desafio continua

2011 será de novo um ano muito exigente. Criámos as condições para ter sucesso neste contexto económico e de mercado da energia. A nossa carteira de activos tem uma vida útil residual média de mais de 22 anos. Temos em construção 3,1 mil MW que gerarão importantes receitas em 2011 e sobretudo a partir de 2012. Somos das companhias europeias menos expostas ao risco de CO₂. Estamos estruturalmente financiados para os próximos 2 anos, com uma posição de liquidez de 5,8 mil milhões de euros no final de Fevereiro de 2011. Temos um programa de investimento adequado à nova realidade do mercado. Temos um programa ambicioso de formação das pessoas da nossa equipa com qualidade única nos diferentes mercados.

No início de 2011 a EDP passou a integrar o índice Europe Select Dividend, composto pelas 30 empresas cotadas europeias com o dividendo mais elevado. Este resultado deve-se a uma política sustentada de crescimento de dividendos, em que a proposta aos nossos accionistas em Assembleia Geral será de 17 cêntimos por acção e que representa um crescimento de 10% face a 2010.

Aos accionistas, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, entidades governamentais, entidades reguladoras e órgãos sociais, em particular ao Conselho Geral e de Supervisão, uma palavra de agradecimento pelo apoio e confiança dada a toda a equipa ao longo do ano.

Por último uma palavra especial aos 12.096 colaboradores de 28 nacionalidades presentes em 13 países que formam a EDP. A vossa energia é decisiva para o sucesso alcançado.

Em 2011, o desafio continua. Maior exigência. Maior disciplina. Maior envolvimento. Conto com a colaboração e apoio de todos para prosseguirmos este caminho de sucesso.

Imaginamos e contribuímos para construção de um mundo melhor.



António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Lisboa, 3 de Março de 2011



a edp

VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES

valores

Confiança

Dos accionistas, clientes, fornecedores e demais "stakeholders".

Excelência

Na forma como executamos.

Iniciativa

Manifestada através dos comportamentos e atitudes das nossas pessoas.

Inovação

Com o intuito de criar valor nas diversas áreas em que actuamos.

Sustentabilidade

Visando a melhoria da qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

visão

Uma empresa global de energia, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

compromissos

Pessoas

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

Clientes

- Colocamo-nos no lugar dos nossos Clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos Clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos Clientes, antecipando as suas necessidades.

Resultados

- Cumprimos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

Sustentabilidade

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

A EDP NO MUNDO

Colaboradores **332**
 Potência instalada (MW)* **3.224**
 Produção líquida (GWh) **7.689**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

**EUA
Canadá**

Colaboradores **23**
 Potência instalada (MW)* **341**
 Produção líquida (GWh) **595**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

Reino Unido

**França
Bélgica**

Portugal

**Polónia
Roménia**

Espanha

Itália

China

Brasil

Angola

Colaboradores **2.430**
 Clientes de electricidade **2.740.431**
 Potência instalada (MW)* **1.749**
 Produção líquida (GWh) **7.293**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **23.749**

edp
edp renováveis

Colaboradores **7.243**
 Clientes de electricidade **6.105.291**
 Clientes de gás **245.335**
 Potência instalada (MW)* **10.781**
 Produção líquida (GWh) **27.565**
 Produção a partir de fontes renováveis** **60%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **47.836**
 Distribuição de Gás (GWh) **6.843**

edp
edp gás
edp renováveis

Colaboradores **11**
edp renováveis

Colaboradores **32**
 Potência instalada (MW)* **210**
 Produção líquida (GWh) **209**
 Produção a partir de fontes renováveis** **100%**

edp renováveis

Colaboradores **14**

edp renováveis

Colaboradores **2.011**
 Clientes de electricidade **1.010.005**
 Clientes de gás **823.792**
 Potência instalada (MW)* **5.025**
 Produção líquida (GWh) **16.214**
 Produção a partir de fontes renováveis** **37%**
 Distribuição de electricidade (GWh) **9.320**
 Distribuição de Gás (GWh) **45.644**

hc energia
naturgas energia
edp renováveis

* MW EBITDA
 **Inclui hídrica, eólica, biomassa e resíduos

a edp

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

13 JAN – EDP adjudica construção da nova central hidroeléctrica Venda Nova III

A EDP adjudicou as obras de construção civil do reforço de potência da central hidroeléctrica de Venda Nova, denominada Venda Nova III, ao consórcio MSF/Somaguez/Mota-Engil/Spie Batignolles pelo valor de 131 milhões de euros. A entrada em operação da central está planeada para o 1º semestre de 2015. O investimento total estimado para o projecto é de 349 milhões de euros neste período.

26 JAN – EDP é “Gold class SAM 2010”

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integrou o conjunto de 15% das empresas com melhor desempenho em sustentabilidade em cada um dos 58 sectores avaliados pela Sustainable Asset Management, obtendo a classificação “Gold class SAM 2010” no “The Sustainability Yearbook 2010”.

27 JAN – EDP Renováveis entra no mercado eólico italiano através da aquisição de 520 MW em desenvolvimento

A EDP Renováveis adquiriu uma participação accionista de 85% na Italian Wind srl, empresa do grupo Co-Ver (um conglomerado industrial situado no norte de Itália), juntando assim ao seu portfólio de projectos eólicos 520 MW no mercado italiano. O montante pago pela participação accionista acima mencionada foi de 12 milhões de euros.

10 FEV – Substituição do representante da Sonatrach no Conselho Geral e de Supervisão

O membro do Conselho Geral e de Supervisão Sonatrach indicou o Senhor Farid Boukhalfa como seu representante naquele órgão, em substituição do Senhor Mohamed Meziane que renunciou ao cargo.

06 ABR – EDP apresenta conceito InovCity

Évora é a primeira cidade a receber as redes inteligentes de energia, potenciando a eficiência energética, microprodução e mobilidade eléctrica.

16 ABR – Assembleia Geral Anual de accionistas

Aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2009 e da proposta de aplicação de resultados.

23 ABR – Indicação do representante da Senfora no Conselho Geral e de Supervisão

O membro do Conselho Geral e de Supervisão Senfora SARL, eleito na Assembleia Geral Anual de 16 de Abril de 2010, indicou o Senhor Mohamed Al Fahim como seu representante naquele órgão, para exercer o cargo em nome próprio, devido à renúncia ao cargo do membro Khalifa Abdulla Khamis Al Romaihi.

26 ABR – EDP Renováveis selecciona Vestas para contratar o fornecimento de aerogeradores relativos a um máximo de 2,1 GW de capacidade eólica

15 JUN – Moody’s mantém “rating” de longo prazo da EDP em ‘A3’ atribuindo “outlook” estável

17 JUN – Fitch mantém “rating” de longo prazo da EDP em ‘A-’ com “outlook” estável



09 MAR – EDP emite obrigações no montante de mil milhões de euros a 5 anos

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de 1.000 milhões de euros com vencimento em Março de 2015 e cupão de 3,25%.

13 MAI – Pagamento de dividendo bruto de 0,155 euros por acção relativo ao exercício de 2009 (dividendo líquido de 0,124 euros)

28 JUL – EDP reforça controlo da Naturgas

No âmbito do processo de privatização da Naturgas ocorrido em 2003, a HC Energia (detida a 96,86% pela EDP) adquiriu uma participação de controlo na Naturgas e celebrou com o Ente Vasco De La Energia (“EVE”) um acordo parassocial válido até 30 de Julho de 2010, que inclui uma opção de venda de parte ou da totalidade da participação do EVE no capital da Naturgas a ser exercida a valor de mercado, até 30 Julho de 2010. No seguimento da decisão do EVE de exercer a referida opção de venda, foi assinado um acordo entre o EVE e a HC que estipula entre outras condições a compra pela HC ao EVE de 29,43% do capital social da Naturgas por 617 milhões de euros.

29 JUL – EDP vende activos de transporte de electricidade em Espanha à REE

De acordo com o estabelecido na Lei nº17/2007 de 4 de Julho, as empresas distribuidoras têm de vender os seus activos de transporte à Red Eléctrica de España, S.A.U. (“REE”). A Hidrocantábrico Distribución eléctrica, S.A.U. (“HC Distribución”), subsidiária do Grupo EDP para a distribuição de electricidade em Espanha, assinou um acordo para a venda dos seus activos de transporte de electricidade à REE por 58 milhões de euros. Esta operação encontra-se sujeita a aprovação por parte das autoridades competentes.

04 AGO – ANEEL aprova revisão tarifária da EDP Escelsa

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Escelsa em 7,19%, para o período entre 7 de Agosto de 2010 e 6 de Agosto de 2011.

23 AGO – Atribuição de garantia de potência para a produção de energia eléctrica em Portugal

O incentivo ao investimento em capacidade de produção será fixado com base numa metodologia prevista na portaria, embora se estabeleça desde já que, até à sua aprovação, o valor atribuído é de 20.000 euros/MW instalado quer para os novos centros electroprodutores quer para aqueles que tenham entrado em funcionamento há menos de 10 anos.

09 SET – Tarifa social de energia eléctrica no Brasil sofre mudanças

Nova resolução Aneel 414/2010 consolida os regulamentos sobre as condições de fornecimento de energia eléctrica e os direitos e deveres dos consumidores.

20 SET – EDP integra Carbon Disclosure Leadership Index

A EDP ficou em 2º lugar na classificação Carbon Disclosure Project no sector das utilities, integrando, pela primeira vez, o CDLI – Carbon Disclosure Leadership Index - constituído pelas empresas com o melhor relato de carbono a nível mundial. Pelo primeiro ano foi lançado inquérito relativo à Performance, no qual a EDP foi classificada como classe B.

03 NOV – EDP contrata linha de crédito de 2 mil milhões de euros

A EDP assinou um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 2 mil milhões de euros e com o prazo de cinco anos. A nova linha de crédito substitui uma linha de 1,6 mil milhões de euros contratada pela EDP em 2009 e que vence em Março de 2012, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo.

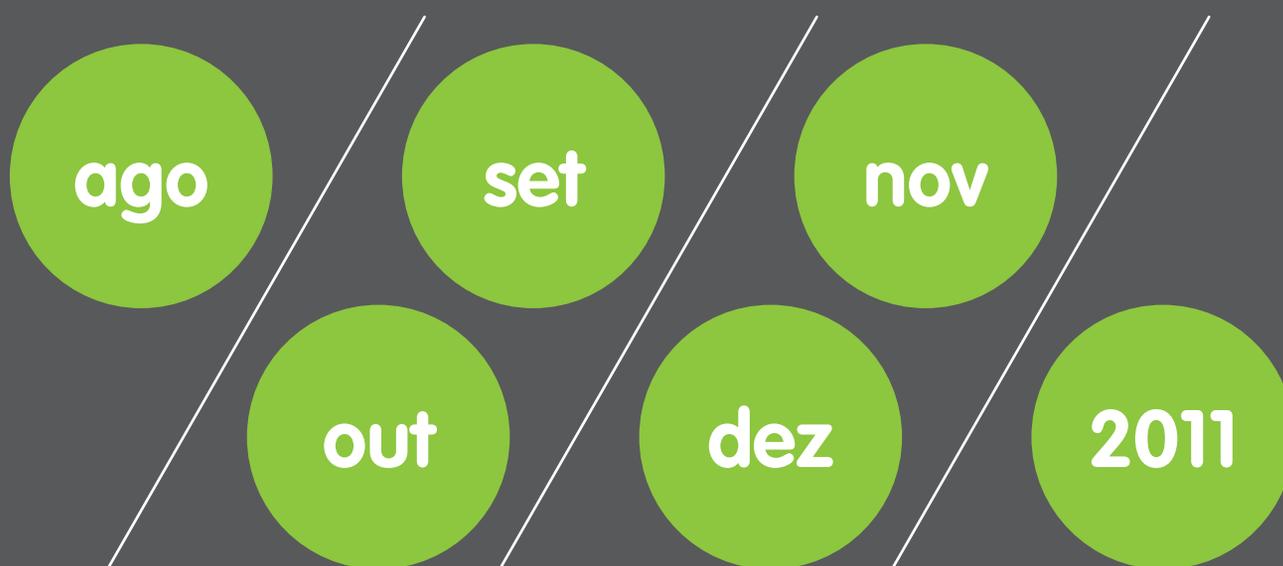
04 NOV – EDP é líder mundial no sector eléctrico do índice Dow Jones de Sustentabilidade 2010/2011

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra os Índices DJSI World e DJSI Europe, sendo considerado, pela primeira vez, líder mundial do sector.

07 NOV – EDP e CPI celebram memorando de entendimento para uma possível parceria de cooperação empresarial

A EDP e a empresa China Power International Holding Ltd alcançaram um acordo para o eventual estabelecimento de uma parceria de cooperação empresarial relativa à Companhia de electricidade de Macau e ao aproveitamento de oportunidades de negócio por ambos os grupos económicos no domínio energético, tanto nos mercados asiáticos como nos mercados em que a EDP actualmente actua.

29 NOV – EDP no Brasil integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE)



07 OUT – Aneel aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 10,70%

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da EDP Bandeirante em 10,70%, para o período entre 23 de Outubro de 2010 e 22 de Outubro de 2011.

21 OUT – EDP aliena a sua participação na DECA II

A EDP celebrou com a Empresas Públicas de Medellín, uma empresa pública colombiana, um contrato de compra e venda de acções para alienar a sua participação de 21% no capital social da Distribuidora eléctrica de Centro America Dos (DECA II). A DECA II é uma empresa Guatemalteca, que opera, através das suas subsidiárias, nas áreas de distribuição, transporte e comercialização de electricidade naquele país. O preço pago pela participação de 21% no capital social da DECA II foi de 127 milhões de dólares.

29 OUT – Standard & Poor’s mantém o “rating” de longo prazo da EDP em ‘A-’ com “outlook” negativo

03 DEZ – Standard & Poor’s coloca EDP em “creditwatch” negativo após acção idêntica à República Portuguesa

15 DEZ – ERSE define tarifas de electricidade para 2011, que estabelece um aumento médio de 3,8% para as tarifas de venda a clientes finais em Baixa Tensão Normal (BTN) em Portugal continental para 2011.

21 DEZ – Moody’s coloca EDP em revisão para possível baixa do “rating” após acção idêntica à República Portuguesa

27 DEZ – Renúncia de Membro do Conselho Geral e de Supervisão

O Dr. Vasco Maria Guimarães José de Mello apresentou, por razões de ordem profissional, a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

29 DEZ – Fitch considera que “rating” da EDP não é afectado pela baixa do “rating” da República Portuguesa

01 JAN – Novas Regras de aplicabilidade da tarifa social em Portugal, que garantem o acesso por todos os consumidores ao serviço essencial de fornecimento de energia eléctrica.

13 JAN – EDP recebe primeira parcela do fundo de amortização do défice de electricidade em Espanha

Em 11 de Janeiro de 2011, o Fundo de Amortização do Défice eléctrico Espanhol, lançou uma emissão de obrigações totalmente garantida pelo Reino de Espanha. Esta primeira parcela totaliza o montante de 2 mil milhões de euros. A EDP, através da sua filial espanhola Hidroeléctrica del Cantábrico, SA deida em 96,86%, deverá receber cerca de 102,5 milhões de euros.

25 JAN – EDP emite obrigações no montante de 750 milhões de euros a 5 anos

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de 750 milhões de euros com vencimento em Janeiro de 2016 e cupão de 5,875%.

31 JAN – EDP emite obrigações no montante de 230 milhões de francos suíços a 3 anos.

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de CHF 230 milhões com vencimento em Fevereiro de 2014 e cupão de 3,5%.

a edp

ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, Presidente
António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, Vice-Presidente
Maria Teresa Isabel Pereira, Secretário da Sociedade

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC, Fiscal Único Efectivo

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC, Fiscal Único Suplente

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

António de Almeida, PRESIDENTE Nasceu em 16 de Março de 1937. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961). Em Moçambique, foi Técnico dos Serviços de Planeamento de Moçambique (1963-1965); Director Financeiro e Secretário-Geral da Maragra – Marracuene Agrícola Açucareira (1966-1971), e Administrador e Vice-Presidente do Instituto de Crédito de Moçambique (1971-1974). Administrador não executivo da Texlom – Têxteis de Moçambique, do Commercial Bank of Malawi e dos CFM – Caminhos-de-ferro de Moçambique (1972-1974). Em Portugal, foi Governador e Presidente do Banco de Angola (1974-1978); Administrador não executivo do The Bank of Lisbon and South Africa (1974-1988). Secretário de Estado do Tesouro (1978-1980) e, novamente, (1983-1985); Presidente da União de Bancos Portugueses até 1991; Consultor do Banco de Portugal até 1992; Consultor da Associação Industrial Portuense (1991-1996); Presidente do Conselho de Administração da EDP (1996-1998); Administrador do BERD (1998-2004); Presidente da Comissão de Auditoria da EDP de 2003 a 2004; Presidente do OMIP e da OMIClear (2004-2006). Professor convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Lourenço Marques (1971-1974) e da Universidade Autónoma de Lisboa (1992-1999). Desde 2009, é Presidente do Conselho de Escola do ISEG. Foi designado pela primeira vez Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Alberto João Coraceiro de Castro, VICE-PRESIDENTE Nasceu em 15 de Junho de 1952. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul, EUA. As suas áreas de especialização são economia industrial, economia e estratégia empresarial, economia do trabalho e internacionalização, nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação. É Professor na Universidade Católica Portuguesa, onde é Director do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada. Presidente dos Conselhos Fiscais da Mota-Engil e da Unicer. Consultor da APICCAPS. É Membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da direcção da Associação Comercial do Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações. Preside à Comissão Justiça e Paz da Diocese do Porto. Foi designado pela primeira vez Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

António Sarmiento Gomes Mota Nasceu em 10 de Junho de 1958. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1981), MBA pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1984) e Doutorado em Gestão pelo ISCTE (2000). Professor catedrático do ISCTE Business School de que é Director (2003-). É ainda Presidente do INDEG/ISCTE (2005-) e do Conselho Geral do Fundo de Contragarantia Mútua (1999-). É Administrador não Executivo da Cimpor (2009-). É ainda Vogal da direcção do Instituto Português de Corporate Governance (2010-). Foi Presidente do Departamento de Finanças e Contabilidade do ISCTE (2001-2003) e do Centro de Investigação de Mercados e activos Financeiros do ISCTE (1995-2003). Foi Membro do Comité de Investimento da FINPRO-SGPS (2002-2004), Presidente do Conselho de Administração da SIEMCA – Sociedade Mediadora de Capitais (1990-1997) e Consultor da PME Investimentos

(1998-2000). Foi cofundador e primeiro Director da Revista Gestão e é autor de diversos livros e artigos nas áreas de corporate finance, mercados e instrumentos financeiros, estratégia e reestruturação empresarial. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Nasceu em 23 de Fevereiro de 1949. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi Membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), Deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud (1992-1999), tendo presidido ao Conselho de Administração da Mundial Confiança e à Assembleia Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI-Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Pensões Gere, da Corretoresgest e Administrador da Eureka B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal-Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. Entre 2005 e 27 de Dezembro de 2007 foi Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Banco de Investimento. Actualmente é Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millenniumbank (Polónia) e do Conselho de Administração do BancSabadell e Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola, S.A.. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 10 de Abril de 2008 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado Nasceu em 17 de Maio de 1961. Licenciado em Direito. Foi Management-Trainee na FIMA-LEVER-IGLO em 1986, Consultor Jurídico do Fundo de Turismo (1986-1988), Assessor do Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça do Governo de Macau (1988-1990), Técnico Superior no Fundo de Turismo (1990-1992), Director de Interfina e Administrador de várias sociedades participadas (1992-1995). Entre 1995 e 1999 foi advogado e sócio da Sampaio Caramelo, Fonseca Santos & Lacerda Machado, Membro do Conselho Superior da Magistratura (1997-1999), Director Jurídico do Grupo Parque Expo'98 e Administrador de Sociedades participadas no ano de 1999, Secretário de Estado da Justiça do XIV Governo Constitucional (1999-2002). É Advogado em colaboração com a sociedade BAS, Membro da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, por designação do Governo, e Administrador não-executivo do Moza Banco e do Banco da África Ocidental. Desde de Fevereiro de 2010, exerce o cargo de Vice-Presidente da Caixa Económica de Cabo Verde. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Eduardo de Almeida Catroga Nasceu em 14 de Novembro de 1942. Licenciado em Finanças pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) e pós-graduado pela Harvard Business School. Foi Ministro das Finanças do XII Governo Constitucional (1994-1995). É Professor Catedrático Convidado na área de Estratégia Empresarial do M.B.A. do ISEG. Tem feito carreira essencialmente no domínio da gestão e administração de empresas, nomeadamente na CUJ (antes de 25 de Abril de 1974), onde foi Administrador Financeiro, e no Grupo Belga SAPEC na qualidade de Administrador-Delegado. Actualmente é Presidente do Grupo SAPEC, Administrador da Nutrinveste, Administrador do Banco Finantia e Presidente do Comité de Investimentos do PVCI (Portugal Venture Capital Initiative), um fundo

de capital de risco promovido pelo Banco Europeu de Investimento. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Farid Boukhalifa Nasceu em 22 de Fevereiro de 1953. Possui um Bacharelato em Contabilidade (National Institute of Hydrocarbons Bourmerdes), uma licenciatura em Finanças (INPED Bourmerdes) e uma pós-graduação em Auditoria (Universidade de Argel). Entrou para a Sonatrach em 1975, tendo desenvolvido a sua actividade na elaboração de estudos técnico-económicos sobre os projectos definidos nos planos quinquenais da empresa. De 1992 a 1999, foi responsável pelo Departamento de Coordenação e Síntese. Em 1999, foi nomeado sub-Director do Departamento de Controlo de Gestão e Orçamento e em 2000 nomeado Director do Departamento de Controlo de Gestão da Sonatrach. Em 2007, tornou-se Director do Departamento de Consolidação Contabilística. Desde 2008, é administrador da Sonatrach, responsável pelo pelouro financeiro (CFO). Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Sonatrach, em 4 de Fevereiro de 2010.

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira Nasceu em 10 de Outubro de 1941. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST. Foi Secretário de Estado do Comércio Externo (1980-1983), Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro Ministro (1985), Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro (1988-1989), Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (1989-1990) e Ministro do Comércio e Turismo (1990-1995). Foi Membro Executivo dos Conselhos de Administração da Siderurgia Nacional (1980-1983), do IPE – Investimentos e Participações Empresariais (1983-2002), do BFE – Banco de Fomento e Exterior (1990), dos HPP – Hospitais Privados de Portugal (2003-2005), da Carlton Life (2003-2005), do Banca Caixa Geral-Espanha (Presidente da Comissão Executiva 2005-2007). Desde 2008, é o Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e da PARCAIXA, SGPS. Foi Administrador não-executivo da EGF – Empresa Geral de Fomento (1988), da CELBI – Celulose da Beira Industrial (1987-1988), do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal (1986-1988), da TAP – Air Portugal (1998-2006), Membro do Conselho Consultivo do INA – Instituto Nacional de Administração e da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (2000-2002), da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (2000-2002), Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação (2001-2005). Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 10 de Abril de 2008 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

José Manuel dos Santos Fernandes Nasceu em 23 de Setembro de 1945. Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1978). É Presidente do Conselho de Administração da FREZIGEST, SGPS, S.A. desde 2005. Foi Administrador da AFICOR, S.A. – Afiação e Reparação de Ferramentas (1983-2007), Director Geral da MIDA (1974-1990), Administrador da Metalúrgica Costa Nêry S.A. (1974-1975) e Director da mesma (1972-1974) e Chefe de Produção da CERLEI (1960-1972). É Presidente do Polo Produtividade da PRODUTECH (2009), Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Empresarial de Portugal (2008) onde desempenhou diversas funções desde 1999, Vice-Presidente da Assembleia Geral do Manufature Portugal (2005). Foi Vice-Presidente da direcção (2001-2004) e Presidente da Assembleia Geral (2004-2007) da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, de que foi representante no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2000-2002), Vice-Presidente da Associação Industrial Portuense (1984-1998), de que foi representante no Conselho Nacional de Qualidade (1988-1998) e no Conselho da Ciência (1996) e Presidente da direcção da Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (1998-2004). É representante de Portugal no Comité Européen de L'Outillage (1998-). Foi Membro da direcção (1987-1990) e Vogal

da Assembleia Geral (1998-2008) da EXPONOR e Membro da Assembleia Geral do EUROPARQUE (1998-2009). É Vice-Presidente da Assembleia Geral da AEP (desde 2008). Foi coordenador da Missão Empresarial dos Bens de Equipamento à Venezuela (2008). É Presidente da Assembleia Geral da AIMMAP (desde 2010). Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi Nasceu em 27 de Outubro de 1954. Licenciado em Sciences Economiques Appliquées pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Université Catholique de Louvain. Entre 1981 e 1983 desempenhou funções de financial controller na sede europeia do Grupo Espírito Santo (GES), assegurando a função de Assistente do General Financial Controller do GES, a nível mundial. A partir de Junho de 1983, foi Director Adjunto do Bank Espírito Santo International Limited e em 1987 foi nomeado Director da direcção do Merchant Banking do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em 1990 foi Director Geral-Adjunto da direcção Geral de Empresas e Director da direcção de Mercado de Capitais do BIC. Em 1992 foi nomeado Administrador da Espírito Santo Sociedade de Investimentos e, em 1995, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. Desde 1999 que exerce o cargo de Administrador da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo e, desde 2003, Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

José Maria Freire Brandão de Brito Nasceu em 10 de Janeiro de 1947. Licenciado, doutorado e agregado pelo ISCEF/ISEG. Professor Catedrático de Economia do ISEG, onde é Presidente do Departamento de Economia. Ocupou cargos e desempenhou funções dos quais se destacam os seguintes: Técnico do INII (1968-75); Vice-Presidente do Conselho Consultivo do IAPMEI (1975-80); Vice-Presidente (executivo) do Conselho de Administração da TAP (1996-98); Presidente (executivo) do Conselho de Administração da RTP (1999-2001); Vice-Presidente e Administrador Delegado da Portugal Global, SGPS, (2001-2002); Comissário da Exposição Engenho e Obra – Engenharia em Portugal no Séc. XX (Cordoaria Nacional, 2003); Administrador do IDEFE/ISEG – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos e Empresariais (2007-); Vogal do Conselho Geral da UTL (2009-). Está filiado em várias instituições científicas e participou em mais de meia centena de congressos, colóquios, seminários, nacionais e internacionais. Tem colaborado regularmente com artigos de opinião na comunicação social escrita. É autor de inúmeros livros e outras publicações sobre temas de economia teórica e aplicada. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Cajastur Inversiones, em 2 de Junho de 2008, e reconduzido nessas funções em 15 de Abril de 2009.

Mohamed Ali Al-Fahim Nasceu em 4 de Março de 1976. Licenciado em Finanças pela Universidade de Suffolk, Boston (1999). Começou a sua carreira profissional na Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC), onde trabalhou desde 2000 até 2008. A sua actividade centrou-se na identificação e na definição de estratégias de investimento para a ADNOC, de acordo com os parâmetros de retorno e liquidez definidos pela empresa. Durante esse tempo colaborou ainda como Consultor Financeiro para a KPMG-Dubai (2001-2002) e como Consultor da Área de “Project and Export Finance” do Banco HSBC. Desde Setembro de 2008, é Director de Finanças no Departamento de Finanças e Contabilidade da International Petroleum Investment Company (IPIC). Em Maio de 2010, foi nomeado Administrador da Aabar Investments PJS. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Senfora, em 16 de Abril de 2010.

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro Nasceu em 12 de Abril de 1957. Licenciado em Direito. É Administrador das sociedades CIN, Novabase e AICEP. É Presidente das Comissões de Vencimentos das sociedades AICEP – Global Parques, SA, AICEP Capital, SA, Douro Azul, SGPS, SA e Sardinha & Leite, SGPS, SA. É Membro dos Conselhos Consultivos da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica – Porto e da sociedade Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana - Porto, SA. É membro do Conselho Geral da Ass. Portuguesa de Analistas Financeiros e Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta última entidade e da APC – Associação Portuguesa de Empresas de Investimento. Foi Administrador não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, SA, Presidente da Euronext Lisbon e Membro dos Conselhos de Administração das Bolsas de Paris, Bruxelas e Amesterdão e da Euronext NV; foi CEO da BVLB - Bolsa de Lisboa e Porto e da Interbolsa. Foi Presidente da direcção do Instituto Português de Corporate Governance, Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros, Vogal do Conselho Consultivo da CMVM, Presidente da Casa da Música / Porto 2001, S.A.. Desempenhou cargos em órgãos executivos de organizações internacionais ligadas ao mercado de capitais (Executive Board da FIABV - Federação Ibero-Americana de Bolsas, da ECOFEX - Federação Europeia de Bolsas de Futuros e Opções, do IFCI – International Finance and Commodities Institute e ECMI – European Capital Markets Institute). Agraciado com a distinção “Chevalier de l’Ordre Nationale de la Legion d’Honneur”, por Decreto do Presidente da República Francesa. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe Nasceu em 19 de Fevereiro de 1934. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1957) onde foi Professor Assistente de Geometria Descritiva (1958-1968). É Presidente da Secção Especializada para as Reprivatizações (SER) do Ministério das Finanças (1988-), e Presidente do Conselho Fiscal da CIMPOR (1992-). Foi Administrador da EDP electricidade de Portugal (1976-1988) com os pelouros do planeamento e estratégia da empresa, tendo participado activamente na reorganização e consolidação da EDP como empresa única, nos trabalhos de optimização da exploração do Sistema Electroprodutor Nacional, na contratação de fornecimentos ligados aos grandes empreendimentos eléctricos e nas negociações com o Banco Mundial de empréstimos ligados à expansão dos parques produtor e de transporte nacionais. Foi Membro da Comissão do Plano Energético Nacional e representante da CPE e depois da EDP na Union pour la Coordination de la Production et du Transport de l’Electricité - UCPT (1971-1988). Foi Membro da Comissão Administrativa da Companhia eléctrica do Alentejo e Algarve (1975-1976) e, integrado na CEOSE, participou na organização da empresa única nacionalizada. Entre 1957 e 1975, primeiro na Hidroeléctrica do Zêzere e posteriormente na CPE, dedicou-se a diversos trabalhos no âmbito da regularização de caudais e do estudo do potencial energético de diversas bacias hidrologicas, do planeamento e programação de centros electroprodutores e da economia dos custos de produção. Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 15 de Abril de 2009.

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena Nasceu em 25 de Dezembro de 1939. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado. Tem centrado a sua actividade profissional nos domínios do direito administrativo, comercial, financeiro e empresarial com particular ênfase em matérias dos chamados mercados regulados. É “senior partner” da Rui Pena, Arnaut & Associados, Sociedade de Advogados, R.L. de que foi fundador. Presidente do Conselho de Administração / Administrador executivo / Administrador não executivo em diversas empresas nacionais e estrangeiras (1973-2007). Ministro da Defesa Nacional (2001-2002). Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (1987-1989). Professor de Direito Administrativo na Universidade Autónoma de Lisboa (1983-1987). Membro da Assembleia Municipal de Lisboa em 1986. Integra o corpo de árbitros e conciliadores do ICSID (International

Centre for Settlement of Investment Disputes). Presidente do grupo Português da União Interparlamentar (1980-1982). Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1977-1980). Professor de Direito Administrativo na Universidade Livre de Lisboa (1978-1981) e regente da mesma cadeira na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1978-1980). Ministro da Reforma Administrativa em 1978. Deputado da Assembleia da República (1976-1983). Entre 1964 e 1975 foi Consultor jurídico e Administrador de diversas empresas do Grupo SACOR. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 12 de Abril de 2007 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

Vítor Fernando da Conceição Gonçalves Nasceu em 16 de Abril de 1955. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (1978). Doutoramento em Ciências Empresariais pela FCEE da Universidade de Sevilha (1987). Agregado em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa (1993). Professor Catedrático de Gestão no ISEG (1994-). Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (2007-). Membro do Conselho Económico e Social (2007-). Membro do “Panel of Experts on World Competitiveness” do IMD World Competitiveness Center (2005-). Presidente do Conselho Directivo do ISEG (2003-2006). Presidente do Departamento de Gestão do ISEG (1992-2000). Tem dirigido vários programas de pós-graduação e de formação avançada para executivos. Professor Convidado em várias Universidades portuguesas e estrangeiras. Membro da Comissão de Avaliação das candidaturas a Doutoramento, Pós-Doutoramento e Cientistas convidados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (1997-). Presidente da Comissão de Avaliação das licenciaturas em Gestão e Administração das Universidades Portuguesas (2001-2002). Membro da direcção do Conselho da Especialidade de Economia e Gestão Empresarial da Ordem dos Economistas (1999-2001) e membro do Conselho da Profissão. Administrador não executivo da Zon Multimédia e Presidente da sua Comissão de Auditoria (2007-). Presidente da direcção do Gaptec / UTL (2007-). Administrador da Promindústria - Sociedade de Investimento SA (1994-1996). Presidente do IDEFE - Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos Financeiros e Empresariais (2003-2007). Em 2001-2002 foi o Presidente do grupo de “peritos de alto nível” da Comissão Europeia que fez a avaliação do programa sobre a competitividade europeia - European Research Area. Autor de dezenas de trabalhos sobre temas de gestão em revistas e outras publicações nacionais e internacionais. Foi designado pela primeira vez Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP em 30 de Junho de 2006 e reeleito em 15 de Abril de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Mexia, PRESIDENTE Nasceu em 12 de Julho de 1957. Licenciado em Economia pela Universidade de Génève (1980), onde foi Assistente do Departamento de Economia. Foi Professor no curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, Regente na Universidade Nova e na Universidade Católica onde administrou entre 1982 e 1995. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. Entre 1988 e 1990 foi Vice-Presidente do CA do ICEP – Instituto do Comércio Externo. Entre 1990 e 1998 foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos e, em 1998, foi nomeado Presidente do CA da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000 integrou a Galp Energia como Vice-Presidente do CA e entre 2001 e 2004 assumiu funções de Presidente Executivo da Galp Energia e Presidente dos CA da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004 foi nomeado Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional. Foi ainda Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia (1999-2002), membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa, Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no Grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como Presidente do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Ana Maria Fernandes Nasceu em 1 de Novembro de 1962. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989). Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto (1986-1991). Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho – Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, nas áreas de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Directora de “Corporate Finance” no BPI (1996-1998). Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Directora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de Directora de Estratégia e Gestão do Portfólio de Negócios da Galp e, posteriormente, foi simultaneamente Presidente da Galp Power e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia onde permaneceu até ao início de 2006. Foi eleita em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleita em 15 de Abril de 2009.

António Martins da Costa Nasceu em 13 de Dezembro de 1954. Licenciado em engenharia civil, pela Faculdade de Engenharia do Porto (1976) e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989), tem também formação executiva complementar no INSEAD (Fontainebleau, França – 1995), PADE da AESE (Lisboa 2000) e Advanced Management Program da Wharton School (Filadélfia, EUA – 2003). Foi Assistente do Instituto Superior de Engenharia do Porto (1976-1989). Em 1981 ingressou na produção hidráulica da EDP. Entre 1989 e 2003 foi Director Geral do Banco Millennium BCP, e Administrador Executivo de várias empresas de seguros, pensões e de gestão de activos financeiros do Grupo BCP. Foi Director Executivo da Eureka BV (Holanda), Presidente da Eureka Polska e Vice-Presidente Executivo da PZU (Polónia), (1999-2002). Foi Director Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil (2003-2007). Durante esse período, foi Vice-Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil e Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia eléctrica. Em 2007, assumiu as funções de Chairman e CEO da Horizon Wind Energy nos EUA, sendo membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP Renováveis desde a sua constituição em 2008. Em 2009, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da EDP Internacional e da EDP Soluções Comerciais, tendo também o pelouro da EDP Distribuição a nível do CAE. É membro fundador do Instituto Português de Corporate Governance. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

António Pita de Abreu Nasceu em 17 de Março de 1950. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1972), onde foi Assistente e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Assumiu funções no sector eléctrico em 1977. Até 2006 desempenhou as seguintes funções: Membro Executivo do CA da EDP; Presidente do CA da REN – Rede eléctrica Nacional; Presidente do CA da EDP Produção; Presidente do CA da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de electricidade; Presidente do CA da EDP Cogeração; Presidente do CA da TER – Termoeléctrica do Ribatejo; Vice-Presidente do CA da EDP Distribuição – Energia; Membro do CA da EDP Energia; Membro do CA da EDP Brasil; Membro Executivo do CA da REN – Rede eléctrica Nacional; Presidente do CA da ONItelecom; Presidente do CA da Edinfor; Vice-Presidente do CA da Turbogás e Vogal do CA da EDA – electricidade dos Açores. É actualmente Director Presidente da EDP – Energias do Brasil e membro do Conselho de Infra-estruturas da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Brasil). Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do

Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

João Manso Neto Nasceu em 2 de Abril de 1958. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1981) e Pós-graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982), completou ainda o Curso da “American Bankers Association” (1982), conclusão da componente académica do Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” na Wharton School – Philadelphia. Entre 1981 e 1995 assumiu no Banco Português do Atlântico várias funções, tendo sido, designadamente, Director Central Adjunto da direcção Internacional e Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul. Entre 1995 e 2002 assumiu no Banco Comercial Português as funções de Director Geral da direcção Financeira, direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP – Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk. Entre 2002 e 2003 foi Administrador no Grupo Banco Português de Negócios. Entre 2003 e 2005, assumiu funções na EDP como Director Geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado Conselheiro Delegado da HC Energia, Presidente da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e do OMEL. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Jorge Cruz Morais Nasceu em 17 de Outubro de 1957. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1980) e MBA pela Universidade Nova de Lisboa (1989). Iniciou a carreira na EDP, em 1983, no planeamento da rede de transporte. De 1991 a 1994, foi Assessor do CA da EDP, tendo sido coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2.ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do CA da electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000 e 2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo ONI, tendo assumido, entre 2002 e 2004, as funções de CFO. Em 2005 e até Março de 2006 foi Administrador Executivo, com as funções de CFO, da HC Energia e da Naturgas Energia, empresas espanholas do Grupo EDP. É actualmente Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

Nuno Alves Nasceu em 1 de Abril de 1958. Licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e MBA (1985) na Universidade de Michigan. Iniciou a sua carreira profissional em 1988, como Técnico na direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu funções como Subdirector na direcção de Investimentos Financeiros e em 1991 assumiu o cargo de Director da direcção de Relações com Investidores (DRI). Em 1994 integrou a direcção de Coordenação de Retalho – Particulares, com função de Director. Em 1996, assumiu o cargo de Director na direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, chegando a Director na direcção de Banca de Investimento no ano de 1997. Em 1999 assumiu o cargo de presidente do CA da CISF Dealer onde se manteve até 2000, ano em que assume o cargo de Administrador do Millennium bcp Investimento (anterior Banco CISF), com o pelouro de Mercado de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP. Foi Director Geral do BCP de 2000 até 2006. Foi eleito em 30 de Março de 2006 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo a partir de 30 de Junho de 2006, tendo sido reeleito em 15 de Abril de 2009.

SÍNTESE DE INDICADORES
INDICADORES FINANCEIROS

Milhares de euros	2010	2009	2008	2007
Grupo EDP				
Volume de Negócios	14.170.742	12.198.183	13.894.063	11.010.778
Resultados Operacionais Brutos	3.612.810	3.362.948	3.154.936	2.628.275
Resultados Operacionais	2.062.509	1.969.567	1.929.994	1.560.329
Resultado Líquido *	1.078.925	1.023.845	1.091.529	907.252
Cash-Flow Operacional	1.852.144	3.921.669	1.744.507	2.270.151
Investimento Operacional Líquido	2.667.341	3.234.740	3.618.187	2.700.166
Investimento/(Desinvestimento) Financeiro	184.265	-132.549	-1.362.987	-1.792.915
Activo Líquido	40.488.853	40.261.557	35.744.969	31.526.717
Capitais Próprios**	7.854.558	7.291.151	6.366.820	6.264.146
Dívida Líquida ***	16.344.678	14.006.568	13.889.511	11.692.247
Dívida Líquida/ Resultados Operacionais Brutos	4,5	4,2	4,4	4,4
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	227,8%	223,3%	230,7%	201,2%
Resultado por Acção (euros)	0,30	0,28	0,30	0,25
Dividend Yield	6,8%	5,0%	5,2%	2,8%
Capitalização Bolsista	9.108.435	11.364.519	9.854.369	16.344.724
Produção de Electricidade - Península Ibérica (excluí EDP Renováveis)				
Volume de Negócios	4.131.681	3.708.759	4.095.750	2.859.052
Resultados Operacionais Brutos	1.235.098	1.374.936	1.172.169	1.167.982
Resultados Operacionais	785.170	908.560	738.921	783.467
Resultado Líquido*	460.353	636.639	523.465	540.564
Investimento Operacional	556.033	879.579	685.688	739.940
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica				
Volume de Negócios	5.282.933	4.987.805	6.213.227	4.797.443
Resultados Operacionais Brutos	697.758	694.041	769.809	455.482
Resultados Operacionais	415.516	391.292	496.768	183.795
Resultado Líquido*	309.132	272.166	304.116	108.772
Investimento Operacional	279.300	280.645	283.893	253.741
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica				
Volume de Negócios	2.775.362	1.784.816	1.129.950	1.181.280
Resultados Operacionais Brutos	58.180	31.590	33.855	58.398
Resultados Operacionais	13.060	8.726	26.414	37.294
Resultado Líquido*	3.315	909	3.728	2.580
Investimento Operacional	6.055	8.148	6.246	3.536
EDP Renováveis				
Volume de Negócios	845.056	648.242	532.429	296.485
Resultados Operacionais Brutos	712.749	542.549	437.877	213.863
Resultados Operacionais	289.907	230.785	231.615	102.337
Resultado Líquido*	80.203	114.349	104.364	43.250
Investimento Operacional	1.231.711	1.690.384	2.090.862	1.388.603
Gás - Península Ibérica				
Volume de Negócios	1.686.786	1.189.024	1.442.422	994.200
Resultados Operacionais Brutos	272.959	217.518	208.518	188.470
Resultados Operacionais	163.236	171.021	165.462	145.049
Resultado Líquido*	100.216	121.625	127.979	103.353
Investimento Operacional	92.218	79.536	78.804	72.301
Energias do Brasil				
Volume de Negócios	2.147.630	1.680.006	1.844.908	1.854.529
Resultados Operacionais Brutos	674.000	550.221	562.277	586.091
Resultados Operacionais	505.116	419.233	379.558	456.416
Resultado Líquido*	246.933	240.786	149.684	253.058
Investimento Operacional	427.336	258.512	428.926	209.303

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (Líquido de participações).

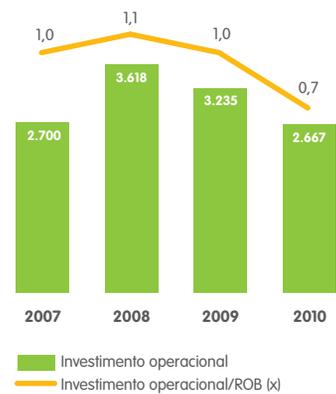
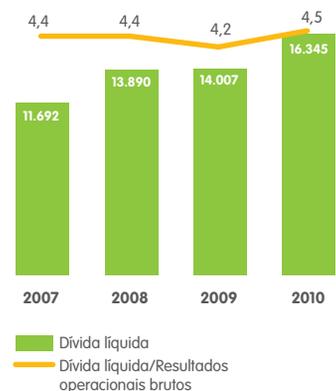
* Resultado Líquido atribuível a acionistas EDP

** Não inclui Interesses Minoritários

*** Inclui Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes de Caixa e Activos de Curto Prazo ao Justo Valor

Resultados operacionais brutos (M€)

Resultado líquido* (M€)

Investimento operacional (M€)

Dívida líquida (M€)


INDICADORES OPERACIONAIS

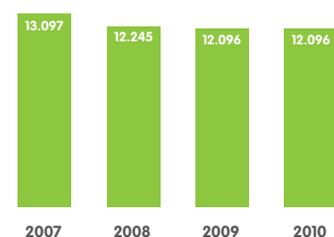
	2010	2009	2008	2007
Número de Colaboradores *	12.096	12.096	12.245	13.097
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	7.315	7.289	7.511	7.669
Produção de electricidade (exclui renováveis)	2.172	2.210	2.339	2.326
Renováveis	833	721	627	532
Distribuição de Electricidade	4.056	4.163	4.378	4.647
Comercialização de Electricidade	254	195	167	164
Negócio do Gás	519	537	422	411
Negócio Eléctrico no Brasil	2.325	2.291	2.278	2.980
Produção	262	260	231	231
Distribuição	2.040	2.014	2.033	2.734
Comercialização	23	17	14	15
Serviços de Suporte	1.346	1.383	1.450	1.562
Outros	591	596	584	475
Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)**				
Potência Máxima (MW)	13.818	13.401	12.491	11.580
Portugal	9.943	9.974	9.091	9.015
Espanha	3.875	3.427	3.401	2.565
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	37.951	36.978	35.627	40.115
Portugal	26.093	24.736	22.511	25.625
Espanha**	11.858	12.242	13.117	14.489
Produção de Electricidade - EDP Renováveis				
Potência Máxima (MW EBITDA)	6.437	5.490	4.400	2.900
Portugal	599	595	553	424
Espanha	2.050	1.861	1.692	1.265
Resto da Europa	551	397	232	87
EUA	3.224	2.624	1.923	1.124
Brasil	14	14	0	0
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	14.352	10.907	7.807	3.777
Portugal	1.472	1.275	1.028	735
Espanha	4.355	3.275	2.634	2.056
Resto da Europa	805	426	238	119
EUA	7.689	5.905	3.907	866
Brasil	31	26	0	0
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica				
Pontos de abastecimento	6.800.047	6.764.329	6.716.520	6.670.452
Portugal	6.149.046	6.119.805	6.088.179	6.053.875
Espanha	651.001	644.524	628.341	616.577
Vendas de Electricidade (GWh)	57.156	55.277	56.147	56.541
Portugal	47.836	46.146	46.468	46.919
Espanha	9.320	9.131	9.679	9.622
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica***				
Número de Clientes	7.115.296	7.055.525	6.754.151	6.705.615
Portugal	6.105.291	6.102.495	6.087.578	6.051.114
Espanha	1.010.005	953.030	666.573	654.501
Vendas de Electricidade (GWh)	60.816	62.522	65.983	63.831
Portugal	39.375	43.154	46.236	44.556
Espanha	21.441	19.367	19.747	19.275
Negócio do Gás				
Distribuição de Gás - Portugal				
Pontos de Distribuição	245.347	221.388	200.988	179.802
Vendas de Gás (GWh)	6.843	6.133	5.952	2.554
Distribuição de Gás - Espanha				
Pontos de Distribuição	983.873	963.837	690.032	665.092
Vendas de Gás (GWh)	45.644	18.968	20.688	20.237
Comercialização de Gás - Espanha				
Número de Clientes	823.792	833.450	628.294	415.288
Vendas de Gás (GWh)	29.809	21.261	24.750	18.203
Negócio Eléctrico no Brasil				
Potência Máxima (MW)	1.735	1.733	1.697	1.044
Vendas de Electricidade (GWh)				
Produção	7.263	6.893	5.473	4.704
Distribuição	23.749	21.313	24.408	25.029
Comercialização	8.061	8.586	7.282	7.188
Número de Clientes	2.740.431	2.667.731	2.582.636	3.206.624

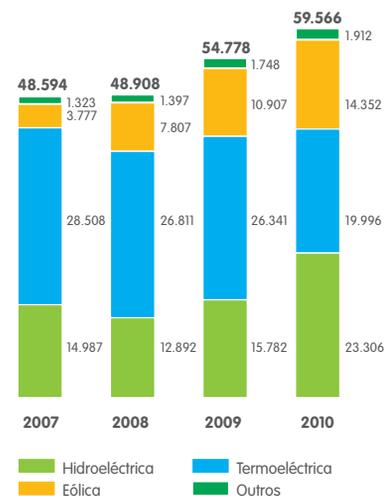
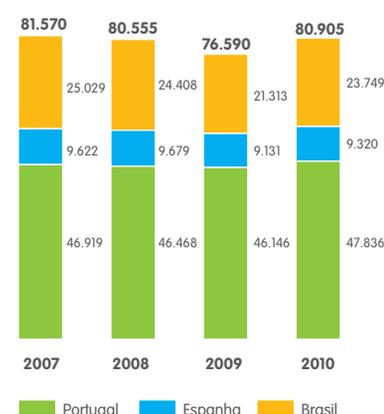
Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP.

* Inclui Órgãos Sociais (107 em 2010)

**Em 2010 inclui 284GWh produzidos no período de ensaios em Soto 5.

***Inclui comercialização de último recurso

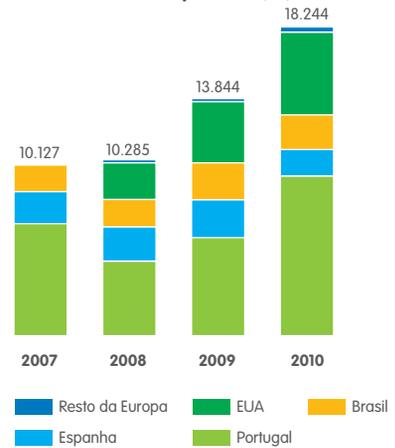
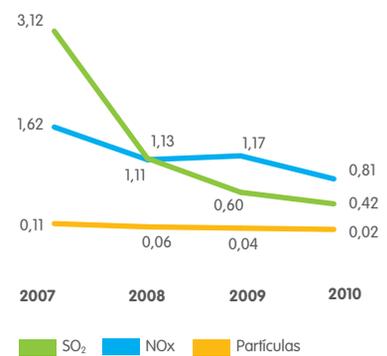
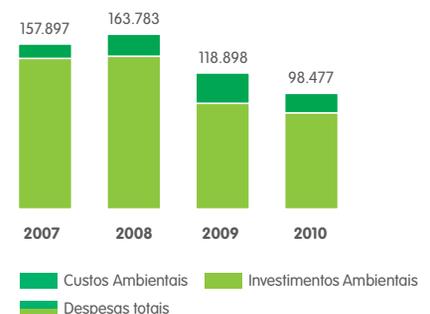
Número de colaboradores

Potência instalada (MW)

Produção líquida (GWh)

Electricidade distribuída (GWh)


a edp
INDICADORES AMBIENTAIS

	2010	2009	2008	2007
Consumo de energia primária (TJ)				
Total para actividade de Produção	176.519	242.878	237.259	261.157
Carvão	81.816	132.628	121.423	166.152
Fuelóleo	1.566	6.105	11.292	15.117
Gás natural	78.581	89.051	90.180	63.503
Outros combustíveis	10.996	10.618	13.411	14.669
Resíduos florestais	3.280	4.227	676	1.443
Combustível da frota automóvel	281	249	277	270
Consumos electricidade				
Consumos próprios da Produção (MWh)	1.815.385	2.429.843	2.244.466	1.457.748
Serviços administrativos (MWh)	36.370	33.256	31.138	33.411
Perdas nas redes (%)	8,6	8,3	8,4	7,2
Certificação Ambiental (ISO 14001)				
Certificação Ambiental (MW)	15.103	12.633	11.424	10.343
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	69	62	61	67
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	100
Emissões atmosféricas				
Emissões Totais (kt)				
CO ₂ (1)	14.699	20.007	19.783	23.422
SO ₂	9,5	17,1	34,0	100,7
NOx	18,3	33,3	33,3	52,3
Partículas	0,6	1,0	1,7	3,7
Emissões específicas globais de CO ₂ (g/kWh)	244,4	362,3	386,9	456,7
Emissões específicas de parque térmico (g/kWh)				
CO ₂	654	705	647	726
SO ₂	0,42	0,60	1,13	3,12
NOx	0,81	1,17	1,11	1,62
Partículas	0,02	0,04	0,06	0,11
CO ₂ Evitado pela utilização de energias renováveis (kt)	18.244	13.844	10.285	10.127
Intensidade CO ₂ (g/€)	1.037	1.640	1.424	2.127
Água				
Água captada				
Água de refrigeração (m ³ x10 ³)	1.150.342	1.726.053	1.700.122	1.851.183
Resíduos				
Total de resíduos (t)	765.340	929.642	835.922	958.988
Total de resíduos perigosos (t)	4.741	3.012	3.328	2.641
Resíduos valorizados (%)	92	94	85	84
Biodiversidade				
Rede de distribuição dentro de áreas protegidas (Km)	13.226	13.878	13.632	20.058
Subestações em áreas classificadas (n°)	40	42	41	62
Despesas Ambientais (mil €)	98.477	118.898	163.783	157.896

(1) Não inclui a frota automóvel.

CO₂ evitado Grupo EDP (kt)

Emissões Específicas Parque Térmico NOx, SO₂ e partículas (g/kWh)

Despesas Ambientais (mil €)


INDICADORES SOCIAIS

	2010	2009	2008	2007
Emprego				
Nº de colaboradores ⁽¹⁾	11.989	12.009	12.166	13.013
Colaboradores masculinos (%)	79	79	80	80
Índice de satisfação global	n.a ⁽²⁾	81	75	n.d.
Índice de rotatividade ou turnover	5,76	5,51	6,00	5,00
Idade média dos trabalhadores (anos)	46	45	45	45
Taxa de absentismo (%)	3,52	3,61	3,44	3,74
Custos com pessoal (mil euros)	575.408	540.036	573.674	574.406
Benefícios Sociais (mil euros)	153.362	158.353	161.200	291.926
Gratificações (mil euros) ⁽³⁾	33.763	39.254	34.000	29.557
Formação				
Total de horas de formação	419.737	353.205	487.111	464.807
Taxa de formação total	35,0	29,4	40,0	35,7
Colaboradores com formação (%)	96	75	82	91
Custos totais com formação (mil euros)	8.940	7.225	7.232	7.988
Produtividade do trabalho (€/h)	233	222	182	160
Prevenção e segurança				
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	60	55	46	56
Acidentes em serviço (nº)	44	47	76	84
Acidentes mortais em serviço (nº)	1	1	0	0
Índice de frequência EDP (Tf) ⁽³⁾	2,08	2,26	3,43	3,70
Índice de gravidade EDP (Tg)	117	144	176	225
Total de dias perdidos resultante de acidente (nº)	2.469	2.984	3.894	5.092
Acidentes mortais de subcontratados (nº)	24	10	6	5
Índice de frequência EDP e subcontratados (Tf_total) ⁽⁴⁾	4,92	5,00	6,18	4,29

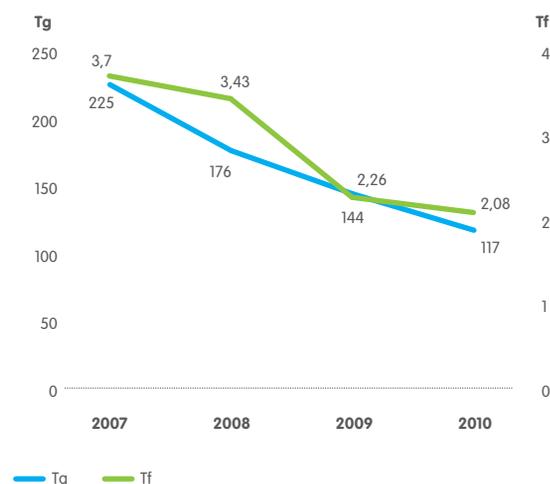
PSE - Prestadores de Serviço Externo

(1) Para efeitos de análise desagregada, o nº de colaboradores não inclui órgãos sociais (107)

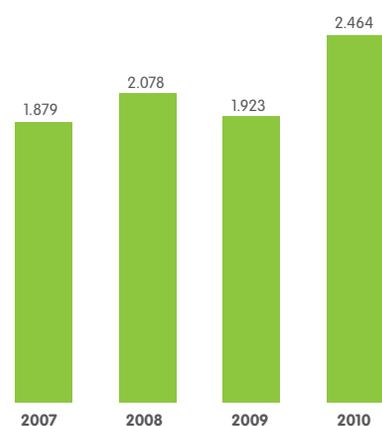
(2) Inquérito de satisfação de colaboradores com periodicidade de dois em dois anos

(3) Respeitante apenas a Portugal

(4) Em 2007, Tf_total só inclui Portugal

Índice de Frequência e de Gravidade EDP

INDICADORES ECONÓMICOS

	2010	2009	2008	2007
Índice de Sustentabilidade ^(a)	132,8	125,4	119,0	111,9
Indicadores Económicos				
Valor económico directo gerado ^(a) (mil €)	15.396.666	13.544.202	15.825.252	12.134.006
Valor económico distribuído ^(a) (mil €)	12.932.655	11.621.298	13.747.101	10.255.013
Custos com fornecedores	862.256	768.202	735.768	684.187
Custos com colaboradores	728.770	698.389	734.874	866.333
Atribuições às Fundações	14.254	14.459	12.282	9.569
Devolução à comunidade	186.303	531.037	195.563	88.348
Dividendos	561.819	507.153	454.937	401.385
Valor Económico Acumulado ^(a) (mil €)	2.464.011	1.922.904	2.078.152	1.878.993
Gastos em I&D (mil €)	36.527	31.035	23.690	13.306
Multas e Penalidades (mil €)	4.367	1.165	408	484
Apoios de organismos Públicos (mil €)	1.265	156	653	993
Facturação de serviços de energia (mil €)	22.515	12.386	12.658	5.435

Valor económico acumulado (M€)


(a) Os valores para 2007, 2008 e 2009 foram revistos de acordo com o estipulado no Global Reporting Initiative

a edp

AGENDA ESTRATÉGICA

A estratégia da EDP assenta em três eixos estratégicos, apresentados em 2006 – Risco Controlado, Eficiência Superior e Crescimento Orientado. A EDP acredita que estes três eixos são distintivos face aos seus competidores, conferindo-lhe a capacidade de crescimento associada a baixo risco e posicionando-se como uma referência em termos de eficiência.

Foi com base nestes eixos que a EDP apresentou em 2008 a sua agenda estratégica para o quadriénio 2009-2012, composta por dez pontos:

Risco Controlado:

1. Gestão da agenda regulatória com o objectivo de manter o baixo perfil de risco que caracteriza a actividade do Grupo EDP;
2. Gestão proactiva da exposição aos mercados energéticos através de estratégias de cobertura de risco;
3. Redução de emissões de CO₂ através de investimentos em capacidade de produção com baixos níveis de emissão de CO₂;
4. Estrutura de capital sólida, assente na contínua melhoria dos rácios de endividamento.

Eficiência Superior:

5. Política de investimento selectiva, privilegiando investimentos de maior retorno e baixo risco;
6. Promoção incremental da eficiência em todos os negócios e geografias;
7. Promoção de uma cultura integrada em todas as geografias;

Crescimento Orientado:

8. Energia Eólica: Enfoque em projectos de elevado retorno e execução do “pipeline” actual;
9. Energia Hidroelétrica: Aumento gradual de capacidade em Portugal com execução do “pipeline” actual;
10. Brasil: Execução dos actuais projectos de geração e análise rigorosa de novas oportunidades.

Depois do sucesso obtido em 2009 no cumprimento da agenda estratégica, o ano de 2010 fica, mais uma vez, marcado por acções de gestão com impacto decisivo na execução da agenda regulatória.

Risco Controlado

- Reforço do perfil de crédito, destacando-se a confirmação do “rating” da EDP no nível A, pela S&P, Moody’s e Fitch;
- Posição de liquidez confortável assegurada, com as necessidades de financiamento cobertas até 2012, através de 1.000 milhões de euros de emissões de obrigações e renovação da linha de crédito na modalidade “revolving” no montante de 2.000 milhões de euros;
- Maior flexibilidade e mais opções, como verificado no contrato da EDP Renováveis com a Vestas para o fornecimento de aerogeradores relativos a um máximo de 2,1GW de capacidade a instalar;
- Gestão regulatória de sucesso, nomeadamente através da introdução do pagamento de capacidade em Portugal e do acordo com o Governo espanhol relativo à remuneração nas eólicas.

Eficiência Superior

- Foco contínuo no controlo de custos. Captura de 159 milhões de euros de poupanças no Projecto OPEX, atingindo o objectivo de 160 milhões de euros fixado para 2012, com dois anos de antecedência;
- Integração operacional crescente, que se reflecte no lançamento da EDP Soluciones Comerciales Espana e do “Skipper”, um sistema integrado de gestão para centrais eléctricas (1 dos 4 melhores “European IT Excellence Awards 2010”);
- Programa de desinvestimento 50% acima do planeado em 2006 (800 milhões de euros), atingindo os 1.200 milhões de euros, através da venda da REE em Espanha (58 milhões de euros) e da DECA II na Guatemala (127 milhões de US dólares).

Crescimento Orientado

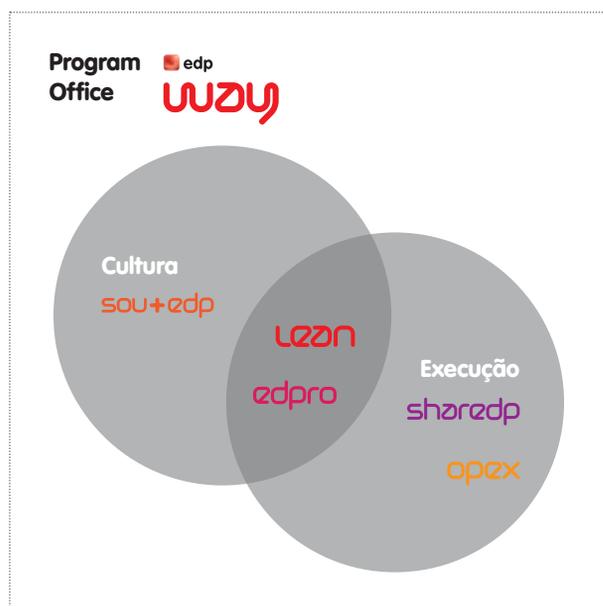
- Execução disciplinada. No hídrico, luz verde para a construção da central hidroelétrica de Fridão/Alvito e início da construção de Venda Nova III e Salomonde. No Gás, conclusão do “pipeline” de gás Bergara-Irún. Destaca-se ainda o início da construção do parque eólico Tramandaí, no Brasil;
- Fortalecimento das oportunidades de crescimento, através do reforço do controlo da Naturgás em Espanha, da aquisição da pequena hídrica no Brasil e da celebração do memorando de entendimento com a CPI (China), para uma possível parceria de cooperação empresarial;
- Desenvolvimento de futuros negócios, destacando-se o desenvolvimento do projecto de Mobilidade eléctrica, do lançamento do InovCity em Évora e do negócio da EDP Serviços.

Em 20 de Maio de 2010, a EDP realizou o Investor's Day. Neste evento, a gestão da EDP destacou, por um lado, a adequação da estratégia definida e o rigoroso cumprimento da agenda estratégica, bem como novos compromissos para o período findo em 2012, tais como:

- Taxa composta de crescimento anual dos Resultados Operacionais Brutos entre 7% e 8% no período 2009-2012, sustentada pelo programa de redução de custos;
- Rácio Dívida Líquida/Resultados Operacionais Brutos com um valor aproximado de 3,5x em 2012;
- Taxa composta de crescimento anual do Resultado Líquido para o período de 2009-12 entre 6% e 8%;
- O dividendo por acção continuará a aumentar 0,015 euros por ano, atingindo os 0,20 euros em 2012.

Programa Office EDP Way

O ciclo de gestão em curso para o horizonte temporal 2009-2012 faz uma aposta clara na consolidação de uma cultura de grupo e no reforço da capacidade de execução das opções de investimento criadas no ciclo anterior. Esta aposta esteve na base da constituição em 2009 do "Program Office EDP Way", precisamente enquadrado num referencial que tem por eixos as alavancas da Cultura e da Execução. Os cinco projectos transversais e transformacionais que integram o "Program Office EDP Way", cujos desenvolvimentos são seguidamente referidos em síntese, ganharam particular relevância no quadro das alterações da envolvente macroeconómica ocorridas em 2010:



- **Sou+EDP:** neste projecto focalizado em potenciar a actuação dos colaboradores, foi implementado um conjunto de iniciativas visando incrementar a atractividade do Grupo EDP na vertente do recrutamento, tendo ainda sido aprovada a Política de Mobilidade Interna do Grupo e criada uma identidade única para toda a comunicação interna na vertente RH;
- **Lean:** a abordagem Lean encontra-se em desenvolvimento em 10 Unidades de Negócio do Grupo, tendo já sido concluídas as actividades a cargo de diversas equipas de trabalho lançadas em 2009;
- **EDPro:** este projecto, focalizado numa gestão efectiva dos processos-chave do Grupo, encontra-se progressivamente em transição para um "processo" a ser executado anualmente de forma transversal em todo o Grupo, nomeadamente através do ciclo de planeamento da optimização de processos, lançado pela 1ª vez este ano para execução em 2011;
- **Sharedp:** os diversos projectos que integram o Sharedp têm vindo a desenvolver-se como previsto, destacando-se na vertente ShareCom (Commercial Shared Services) o arranque da nova organização dos serviços de suporte comercial em Espanha, enquanto na vertente ShareCorp (Corporate Shared Services) é de destacar o arranque do projecto Lince, relativo à implementação do novo SAP multi-geografias, um dos projectos actualmente em curso com maior potencial transformador do Grupo;
- **OPEX:** este projecto focalizado na optimização da base de custos do Grupo EDP tem vindo sistematicamente a alcançar resultados acima dos objectivos que foram definidos, encerrando o ano de 2010 com uma poupança total de 159 milhões de euros, o que corresponde a 132% do objectivo anual que tinha sido fixado em 120 milhões de euros e ao atingimento com 2 anos de antecedência da meta de 160 milhões de euros fixada para 2012.



negócios

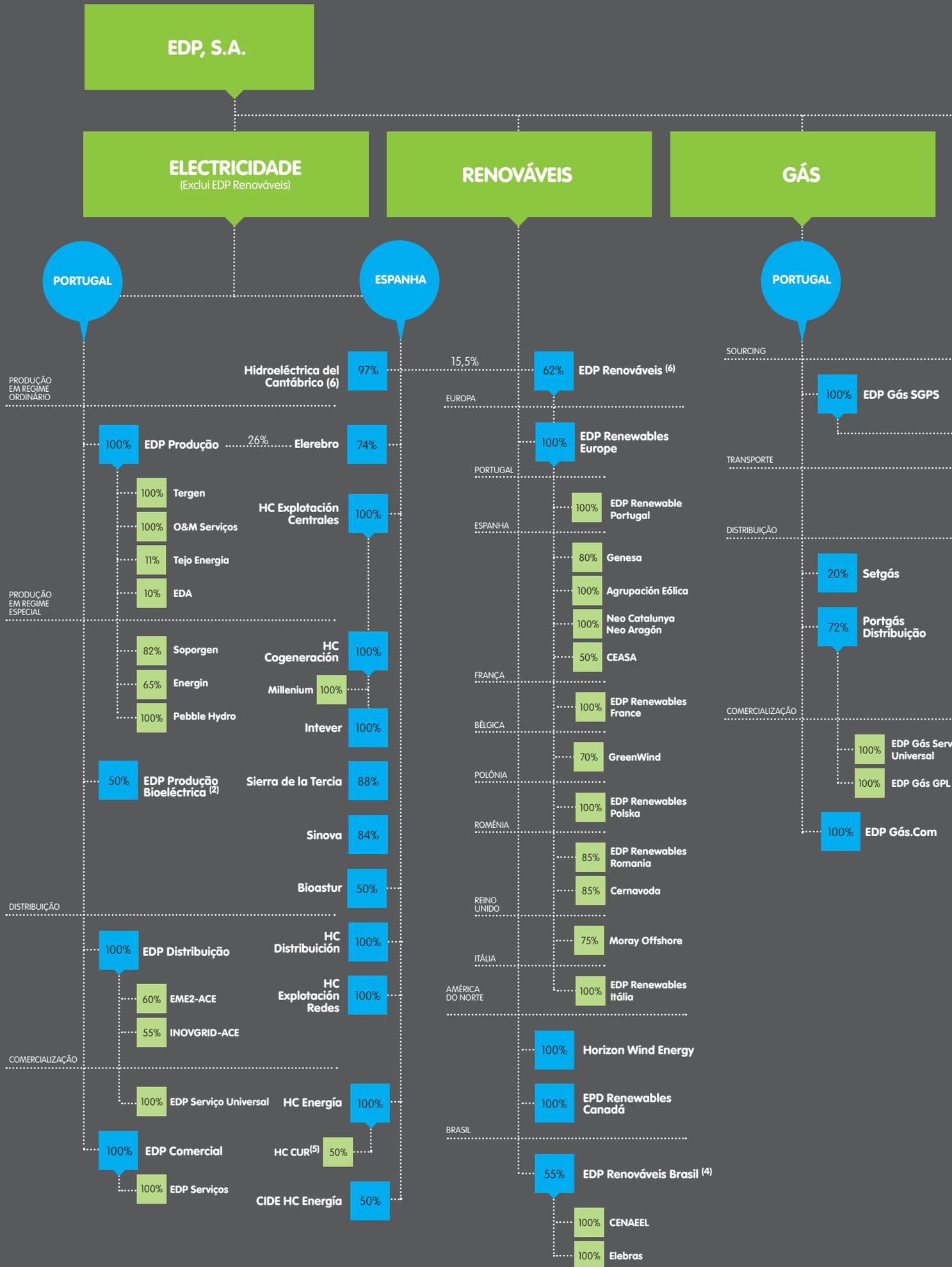
24	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
26	ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
26	Enquadramento macroeconómico
28	Enquadramento energético
30	Enquadramento regulatório
36	SÍNTESE DE ACTIVIDADE
36	Negócio eléctrico (exclui Brasil)
44	EDP Renováveis
60	Negócio eléctrico no Brasil

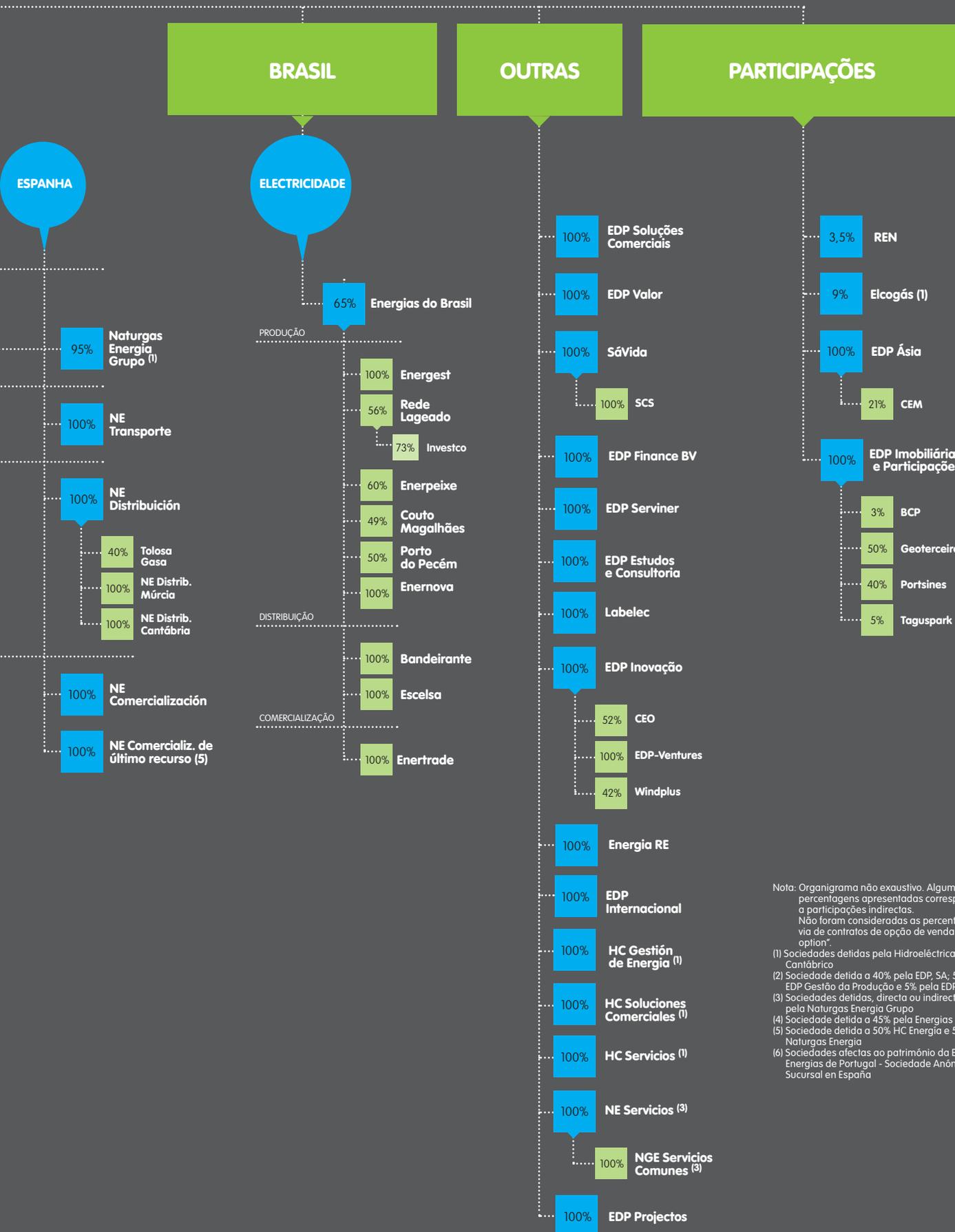




negócios

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





Nota: Organigrama não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas. Não foram consideradas as percentagens por via de contratos de opção de venda "written put option".

(1) Sociedades detidas pela Hidroelétrica del Cantábria

(2) Sociedade detida a 40% pela EDP, SA; 5% pela EDP Gestão da Produção e 5% pela EDP Imobiliária

(3) Sociedades detidas, directa ou indirectamente, pela Naturgas Energia Grupo

(4) Sociedade detida a 45% pela Energias do Brasil

(5) Sociedade detida a 50% HC Energia e 50% pela Naturgas Energia

(6) Sociedades afectas ao património da EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España

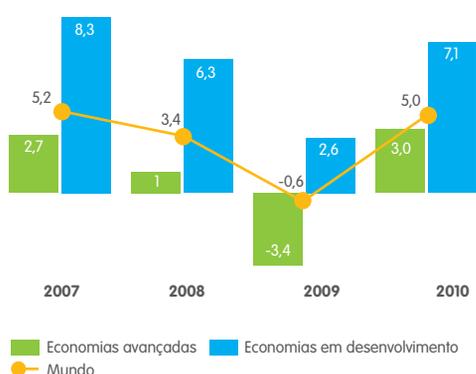
negócios

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A actividade económica mundial recuperou ao longo de 2010, com um forte contributo dos países em desenvolvimento e com uma melhoria progressiva das economias avançadas. Nas projecções económicas mais recentes, o FMI estima uma expansão da actividade económica mundial de 4,5% para 2011 contra 5,0% em 2010.

Desempenho Mundial (PIB Real)



A aplicação de políticas económicas fortemente expansionistas surtiu parcialmente os efeitos desejados mas criou outros desafios. Regressaram os receios inflacionistas, os desequilíbrios das finanças públicas não foram solucionados, despontaram assimetrias regionais relevantes e prevalecem tensões institucionais latentes. Passados mais de três anos sobre o início da crise no mercado "subprime" dos EUA, não se regista uma alteração substantiva dos desequilíbrios macroeconómicos globais. Quanto muito sofreram alteração de grau. Debelada a turbulência da crise é chegada a fase da sustentabilidade, tão ou mais complexa quanto a fase anterior.

Neste contexto, surgem estratégias distintas para a resolução do endividamento excessivo: nos EUA, optou-se pelo reforço dos estímulos ao crescimento nominal, congregando medidas inovadoras do lado da liquidez à economia com reforço da despesa pública; na Europa, pelo contrário, procede-se na senda da normalização da política monetária de par com austeridade orçamental; na Ásia, a política económica tem assumido um carácter mais restritivo, ante o risco de sobreaquecimento de alguns sectores de actividade. Para 2011 perspectiva-se a continuidade da retoma económica mundial, pese embora a um ritmo mais moderado. O nível de incerteza deverá ser menor do que o que caracterizou os últimos anos mas, ainda assim, perfilam-se numerosas acções e decisões que poderão ter grande relevância para o desenvolvimento dos países e para o comportamento dos mercados financeiros nos próximos anos, no âmbito das relações institucionais - designadamente no contexto europeu-, na actuação preventiva sobre os riscos sistémicos globais ou no quadro regulamentar.

Economia mundial recupera mas enfrenta desafios complexos

O ano de 2010 poderá ter assinalado o início de um novo ciclo de expansão da economia mundial. De assinalar a ligeira alteração nos contributos para o crescimento, desejável sob o ponto de vista da sustentabilidade mas ainda numa fase inicial, materializado na maior importância da despesa interna nas economias emergentes por contrapartida de um maior dinamismo dos sectores exportadores nas economias avançadas. No triénio 2010-2012 o FMI estima um ritmo de crescimento da economia mundial em linha com o seu crescimento potencial (4,5% a 5%), tal como para a área do euro, mas num patamar inferior (1,5 a 2,0%).

Os progressos verificados em termos de crescimento económico apresentam ainda uma fraca repercussão no mercado de emprego. O clima de incerteza, a elevada volatilidade e condições financeiras mais adversas têm aconselhado a prudência na avaliação das opções de investimento e na contratação de pessoal. Por essa, razão apenas recentemente se denota uma redução ténue nas taxas de desemprego.

Riscos deflacionistas reduzem-se e cedem lugar a pressões inflacionistas

O aumento muito expressivo no preço das matérias-primas repondo, ou até ultrapassando ligeiramente, os níveis no período pré-crise decorreu da procura global e da rigidez da oferta a curto prazo, mas também de factores atípicos, como a adversidade do clima ou catástrofes naturais, e de factores de índole mais estrutural, como a complexidade e os requisitos acrescidos na extracção, tratamento e expedição de matérias-primas. Estas condições ainda deverão prevalecer ao longo de 2011, conferindo alguma sustentação aos preços agora alcançados.

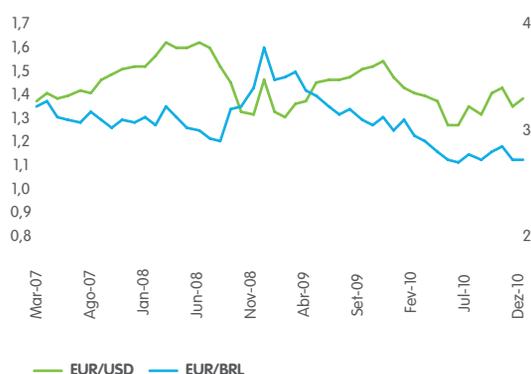
A manutenção e a intensificação do processo de crescimento nas economias emergentes facilitou a transmissão do aumento dos custos aos preços no consumidor, com maior intensidade nos países em desenvolvimento, onde a folga na utilização dos recursos produtivos é menor. Nas economias desenvolvidas, este efeito foi menos pronunciado e mais tardio. Na Europa, decorrente do processo de consolidação orçamental, o aumento dos preços foi ainda reforçado pelo impacto da alteração na tributação indirecta. A taxa de inflação evoluiu rapidamente, para 2,4% no início de 2011, um valor superior à definição do Banco Central Europeu para a estabilidade de preços.

Clima de aversão ao risco atenuou-se significativamente

A maior confiança na recuperação económica e o funcionamento mais regular dos mercados financeiros tem constituído incentivo para que os bancos centrais revejam os parâmetros da política monetária. Na Ásia e em algumas economias europeias, a natureza fortemente acomodatória da política monetária está a mudar. As taxas de juro voltaram a subir e alguns requisitos associados à concessão de crédito estão a tornar-se mais restritivos. No caso dos EUA, as medidas não convencionais de liquidez até foram reforçadas no final de 2010, mas, no caso da área do euro, procedeu-se em sentido inverso.

Sem ainda ter ocorrido qualquer alteração nas taxas de juro directoras, a transição de um clima de receios deflacionistas para um regime de tensões inflacionistas tem influenciado a as expectativas de evolução das taxas de juro. As taxas de juro Euribor subiram e as curvas de rendimento ganharam inclinação. Para o final de 2011, as cotações de mercado sugerem um aumento na taxa de refinanciamento do BCE em redor de 50 p.b.

Evolução Cambial Face ao Euro



O clima de aversão ao risco atenuou-se. Os índices accionistas têm vindo a valorizar-se, reflectindo a divulgação de resultados robustos por parte das empresas e valorizações atractivas pelos padrões históricos. À volatilidade cambial não correspondeu uma trajectória muito definida dos principais câmbios mas as moedas dos mercados emergentes tenderam a apreciar-se. O câmbio do euro-dólar tem oscilado em função do diferencial de taxas de juro e da instabilidade institucional na área do euro.

Mercados financeiros da área do euro prejudicados por indefinição institucional

A melhoria evidente na conjuntura económica mundial e no comportamento dos mercados financeiros contrasta com o microcosmos do seio da União Europeia. A revisão dos "ratings" soberanos no segundo trimestre de 2010, da Grécia, Portugal, Espanha, e num momento posterior da Irlanda, marca uma alteração de contexto. A aversão ao risco atingiu proporções dramáticas. Foi necessário instituir mecanismos especiais, no seio da União Europeia e com o apoio do FMI, para prover às necessidades de financiamento da Grécia e da Irlanda, evitando danos mais pronunciados sobre a actividade económica e as populações.

O cepticismo com a eficácia destes planos a médio prazo, relacionado com o carácter relativamente punitivo das contrapartidas negociadas e com a complexidade de financiamento dos fundos de assistência financeira, suportou o desenho de um novo Mecanismo Europeu de Estabilidade que deverá estar activo a partir de 2013 e que terá por objectivo salvaguardar a estabilidade financeira da área do euro. Em simultâneo está em curso a reformulação do "pacto de estabilidade e crescimento", sob a nova designação de "pacto para a competitividade" a submeter à apreciação dos estados membros no final do primeiro trimestre de 2011. O reforço do quadro institucional europeu, implícito na reformulação destes mecanismos de vigilância e assistência, poderá ter grande relevância para o futuro da área do euro.

Economia portuguesa intensifica processo de correcção do desequilíbrio externo

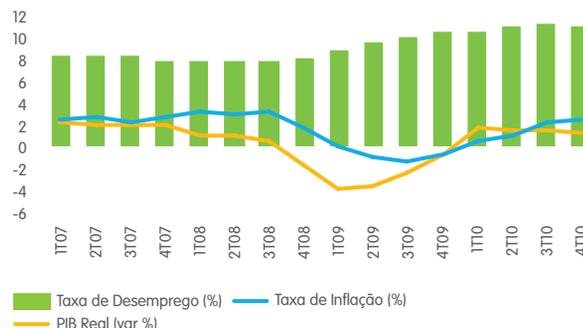
A economia portuguesa beneficiou da inflexão no ciclo económico mundial. Estima-se um crescimento médio do PIB em 2010 de 1,4%, com um contributo crescente da procura externa. O agravamento significativo das condições financeiras enfrentadas e as dificuldades na execução orçamental ao longo de 2010 determinaram a aceleração e o reforço da trajectória

de consolidação fiscal, de modo a que as metas de 7,3% de défice público em 2010 e de 4,6% em 2011 fossem exequíveis. Adoptaram-se medidas extraordinárias do lado da receita e da despesa, comportando aumento das taxas de imposto, limites às deduções fiscais e forte contenção da despesa, incluindo a redução dos salários da função pública.

Um programa de consolidação fiscal desta dimensão e intensidade tem repercussões negativas imediatas na evolução da actividade económica, designadamente por via do ajustamento no consumo, rubrica com o maior peso na despesa total. Como tal, e apesar de um enquadramento externo favorável, dificilmente a economia portuguesa evitará um novo período recessivo. Em 2011, e em menor grau em 2012, o desempenho económico português poderá divergir da média europeia, prejudicando o emprego e mantendo os preços moderados, factores de ajustamento disponíveis num regime da união monetária.

A taxa de desemprego tem vindo a aumentar, para perto de 11% no final de 2010. Mesmo nos sectores onde as vendas e as encomendas recuperaram, a apreciação prudente da conjuntura, privilegiando-se estratégias de potenciação da produtividade e/ou de utilização mais intensiva dos factores produtivos, conservando flexibilidade para acomodar alterações súbitas na procura. O desemprego de longa duração tem vindo a subir e representa cerca de metade da população desempregada.

Economia Portuguesa



No sector privado, o processo de reequilíbrio financeiro está mais avançado. O aumento da poupança das famílias permite prover às necessidades financeiras das empresas, já de si menores dada uma selecção mais rigorosa na despesa de investimento. A intensificação da consolidação orçamental das administrações públicas em 2011 poderá ter uma repercussão directa e importante na redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa.

Não obstante a redução expressiva no défice externo que se verificou em 2010, Portugal ainda se mantém numa situação de vulnerabilidade face ao clima de confiança, e reputação, no exterior. A conjugação de uma mensagem mais coerente e consistente a nível Europeu com a concretização gradual do plano de consolidação orçamental a nível doméstico é fundamental para assegurar o retorno de condições de financiamento mais favoráveis e consistentes com uma situação de equilíbrio financeiro sustentado a prazo.

Economia espanhola regressa a uma trajectória de crescimento moderado

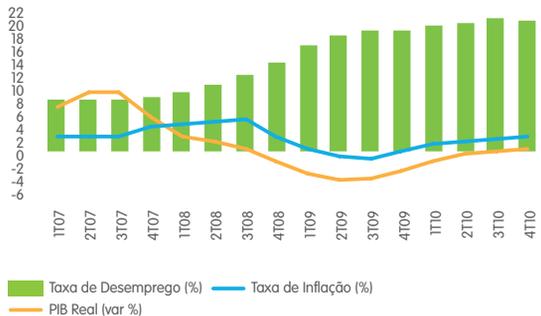
A economia espanhola retomou uma trajectória de crescimento ao longo do segundo semestre de 2010, e que permitiu quase compensar os efeitos desfasados da forte retracção registada em

negócios

2009 (-3,7%). Em termos médios anuais, registou-se uma queda marginal do produto de 0,1%. A procura interna contraiu-se em 1,2%, tendo o aumento da despesa do sector privado, ao nível do consumo privado e do investimento empresarial, sido insuficiente para compensar a forte retracção na despesa pública. O programa de consolidação das contas públicas, previa um défice público de 9,3% em 2010, que terá sido cumprido.

O sector da construção e residencial mantém-se em fase de ajustamento face aos excessos do passado, mas menos intensa do que em 2009. As dificuldades que impendem sobre importantes segmentos do sistema financeiro, com forte exposição ao mercado imobiliário, constituem novo foco de incerteza. A correcção na procura interna provocou uma redução significativa no défice externo (cerca de 25% em termos homólogos), evidenciando alguma flexibilidade e capacidade de resposta da economia espanhola aos desafios enfrentados.

Economia Espanhola



O retrocesso da actividade e a incerteza com efeitos de segunda ordem no mercado imobiliário e no quadro institucional europeu constitui uma envolvente que penaliza o emprego, que continua em retracção há cerca de 3 anos, pese embora o ritmo de deterioração evidencie moderação. A taxa de desemprego estabilizou em patamares muito elevados (superior a 20%), semelhantes aos valores do período anterior à adesão ao euro. Neste contexto, as pressões salariais são inexistentes. O aumento da tributação indirecta sobre o consumo e a pressão dos preços internacionais, como o preço do petróleo e de outras matérias-primas, foram as principais causas do aumento da taxa de inflação.

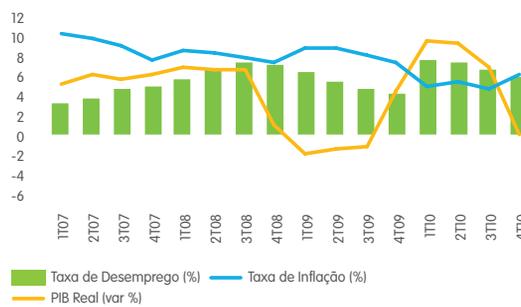
Os efeitos de contágio da crise na Grécia e no sistema financeiro irlandês manifestaram-se sob a forma dum aumento do prémio de risco soberano da economia espanhola (o spread face à dívida pública alemã atingiu os 250 p.b.), que prejudicou fortemente o desempenho dos activos mobiliários e a evolução da actividade económica em geral, por via do encarecimento do crédito e da disponibilidade de liquidez. No conjunto de 2010, o principal índice accionista espanhol acumulou uma desvalorização de cerca de 17%. A desvalorização de activos reais imobiliários ascende a 13% em termos médios desde o valor máximo alcançado no início de 2008, e a redução do investimento em construção residencial ascende a 45% desde 2007.

Brasil enfrenta o desafio da sustentabilidade na abundância

A economia brasileira terá alcançado um crescimento muito robusto em 2010, na ordem de 7,3% em termos reais, com destaque para o sector agrícola e industrial, cujo bom desempenho tem vindo a suportar uma elevada propensão à despesa em investimento. O contributo da procura interna para o crescimento de 10 pontos percentuais demonstra a dinâmica

interna e contrasta com o contributo negativo do sector externo. Esta composição e intensidade do crescimento sugere algum sobreaquecimento da economia brasileira que começa a justificar uma política económica de maior rigor para 2011. As projecções sugerem um abrandamento significativo, mas ainda assim com uma expansão da actividade económica robusta na ordem de 4 a 5%, destacando-se, em termos sectoriais, as perspectivas favoráveis para a indústria petrolífera, construção e tecnologias de informação, associadas a programas governamentais específicos.

Economia Brasileira



A evolução muito favorável da actividade, em parte decorrente do dinamismo do crédito, as políticas sociais de carácter expansionista, nomeadamente ao nível do mercado habitação e o clima de confiança muito favorável nas famílias e nas empresas, reflecte-se numa elevada propensão ao investimento e ao emprego. A taxa de desemprego tem vindo a descer estabelecendo-se no valor mais baixo desde 2002 (cerca de 5,5%) e os ganhos salariais tem sido substantivos, em parte alinhados pelos ganhos de produtividade.

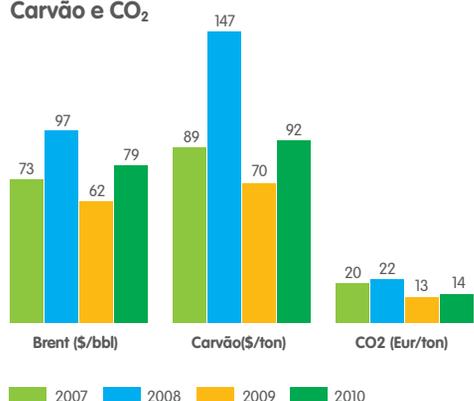
Neste contexto, as pressões inflacionistas têm vindo a aumentar. A taxa média anual de inflação para 2010 situou-se em 5,9%, mais 1,6 pontos percentuais do que em 2009 e superior em 1,4 pontos percentuais ao valor médio estabelecido para a meta de inflação que serve de orientação para a política monetária. O aumento da inflação ocorreu apesar do contexto de moderação decidido para os preços administrados. Os preços livres aumentaram 7,1% no período, nomeadamente no sector dos serviços.

ENQUADRAMENTO ENERGÉTICO

O ano de 2010 fica marcado pelo início da recuperação face à severa quebra na procura de energia a nível mundial verificada em 2009. Com efeito, quer o consumo de electricidade quer o consumo de gás apresentaram crescimentos significativos não só na Europa e Estados Unidos, mas principalmente nos países emergentes (China, Índia, Brasil). No entanto, este aumento da procura não foi suficiente para absorver a situação de sobrecapacidade nos mercados de electricidade e de gás verificada desde o ano passado.

Os preços das principais matérias-primas energéticas (petróleo e carvão) sofreram um aumento médio de cerca de 30% face aos níveis de 2009, sem que no entanto tenham chegado aos valores de pico verificados em 2008. Estes aumentos de preço estão associados à recuperação da procura após a recessão económica, em particular nos países emergentes.

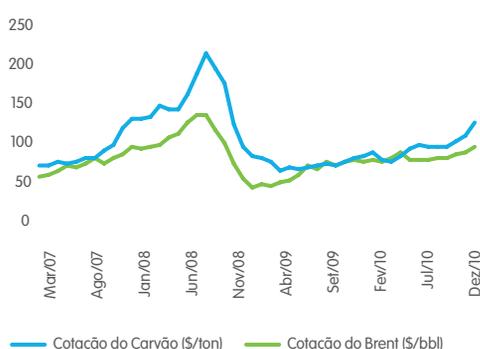
Evolução dos preços médios de Petróleo, Carvão e CO₂



O mercado de licenças de emissão de CO₂ sofreu uma evolução pouco significativa no último ano. O preço do CO₂ do ETS (Emissions Trading Scheme), passou de 13,1 Eur/ton (média de 2009) para 14,3 Eur/ton (média de 2010). Uma vez que existe a possibilidade dos agentes guardarem as licenças ao longo do período regulatório até 2020, este preço reflecte o balanço de procura-oferta de licenças não só de 2010 mas de todo o período.

Quanto ao gás natural, na Europa o índice Zeebrugge recuperou ao longo de 2010 a tradicional indexação do preço do gás ao preço do petróleo perdida em 2009, chegando ao final do ano a preços mais próximos dos verificados no final de 2008. Já nos Estados Unidos, o índice Henry Hub não acompanhou esta recuperação. De facto, as descobertas recentes de abundantes reservas de gás não convencional – “shale gas” – têm reduzido as necessidades de importações de GNL e mantido o preço do gás neste mercado em níveis bastante baixos.

Cotação do Brent e do Carvão

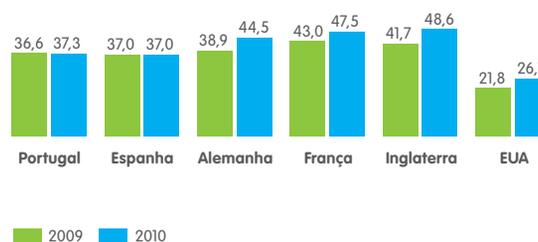


Cotação do Gás Natural (Zeebrugge e HH, €/MWh)



Em consequência da evolução do preço dos combustíveis, os preços dos mercados grossistas de electricidade (“pool”) na Europa e nos Estados Unidos aumentaram em 2010 face a 2009. Este aumento não se verificou na Península Ibérica. Por um lado, tal deveu-se à situação de maior sobrecapacidade face aos restantes mercados europeus, agravada pela existência de cláusulas “Take or Pay” forçando o escoamento do gás mesmo a preços de pool baixos. Por outro lado, a elevada produção hídrica e eólica no primeiro quadrimestre de 2010 reduziu a procura residual térmica, pressionando os preços da pool. Os preços entre Portugal e Espanha mantiveram o diferencial muito reduzido já verificado em 2009, o que se deve à crescente integração dos mercados ibéricos, em resultado da implementação do MIBEL, e à aproximação do portfólio de produção marginal de ambos os lados da fronteira. Nos Estados Unidos, o nível mais baixo do preço da electricidade face aos países europeus é explicado pelo baixo preço do gás, tecnologia marginal em muitos mercados, e pela inexistência de custo com as emissões de CO₂.

Evolução da Pool nos Mercados Europeus e Norte-americano (Eur/MWh)



No que respeita a balanço energético, a procura de electricidade registou crescimentos muito elevados face a 2009; 4,7% em Portugal (3,3% corrigidos de temperatura e laboralidade) e 3,3% em Espanha (2,9% corrigidos). Assim, o consumo superou em 2010 os valores de 2008 em Portugal, ficando ainda aquém em Espanha.

Do lado da oferta, os regimes de funcionamento das centrais térmicas na Península Ibérica prolongaram a queda já ocorrida em 2009, uma vez que o aumento da procura não foi suficiente para compensar a elevada produção renovável (+69% de hídrica e +17% de eólica, face a 2009).

Os custos marginais das centrais a gás de ciclo combinado (CCGT) estiveram mais elevados do que os das centrais a carvão durante o ano de 2010, devido essencialmente ao alto preço do gás nos contratos indexados ao petróleo, e aos preços moderados de CO₂. No entanto, o carvão apresentou regimes de funcionamento muito reduzidos, devido à pressão de escoamento de gás na pool causada pelas cláusulas de “Take or Pay” já referidas, o que absorveu grande parte da procura residual térmica.

A nível de potência, o sistema ibérico apresenta margens de reserva confortáveis, não se prevendo inclusive a necessidade de reforços adicionais na componente térmica nos próximos anos, dada a evolução prevista na componente renovável para o cumprimento dos objectivos de 2020. A este propósito, é de assinalar a entrega à Comissão Europeia dos PNAERs (Planos Nacionais de Acção para as Energias Renováveis) dos 27 Estados Membros. Estes planos detalham a estratégia de cada Estado Membro para atingir as metas de renováveis de 2020. Como principais conclusões da análise agregada destes PNAERs destacam-se o crescimento nulo do consumo total de energia

negócios

final durante a próxima década (apesar do crescimento na electricidade), e a duplicação prevista na capacidade de produção eléctrica a partir de energias renováveis, que em 2020 atingirá os 490 GW na EU-27 (face aos 253 GW de 2010).

No Brasil, o consumo de electricidade registou um aumento de 7,3% em 2010. Do lado da oferta foram comissionados cerca de 2 GW médios e leiloados para os próximos anos 7 GW médios, na sua maioria hídricos. O nível de armazenamento dos reservatórios hídricos começou o ano com valores muito elevados, tendo-se reduzido progressivamente devido a menores afluências, o que pressionou em alta os preços spot de electricidade.

Nos Estados Unidos, durante o ano de 2010 foram apresentadas novas propostas com vista à criação de um sistema de “cap-and-trade” para as emissões de CO₂ e ao estabelecimento de um objectivo federal para a incorporação de energias renováveis na produção de electricidade. No entanto, a sua discussão foi sendo sucessivamente adiada, não existindo visibilidade sobre a data da sua aprovação.

A ocorrência mais marcante deste ano no sector das renováveis prendeu-se com a extensão dos “cash-grants” (incentivo ao investimento) por mais um ano, como parte da aprovação do pacote fiscal.

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

DESENVOLVIMENTOS NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Política energética europeia

A energia é um dos principais desafios da União Europeia e o Conselho Europeu adoptou em Junho de 2010 objectivos ambiciosos para 2020: redução em 20% das emissões de gases com efeito de estufa, aumento para 20% da quota das energias renováveis e melhoria de 20% na eficiência energética.

A Comissão Europeia identificou cinco prioridades estratégicas para estes 10 anos, através da Comunicação «Energia 2020»:

- Poupança de energia: transportes, edifícios, sector público e certificados de eficiência;
- Mercado interno de energia: interligação entre os Estados-Membros até 2015;
- Política energética única face a países terceiros: actuação coordenada e alargamento ao exterior;
- Liderança em tecnologia e inovação: redes inteligentes e armazenamento de electricidade, biocombustíveis de segunda geração e «cidades inteligentes»;
- Segurança do abastecimento a bons preços para consumidores activos e informados.

Realização do mercado interno europeu da energia

Especificamente para os sectores da electricidade e do gás, foi preparado um conjunto de orientações (Notas Interpretativas) para a adequada transposição do designado “Terceiro pacote legislativo para o mercado energético” - Directivas 2009/72/CE e 2009/73/CE e Regulamentos 714, 714 e 715/2009/72/CE. Estas regras comuns para a produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e gás, bem como de protecção dos consumidores

e avaliação das redes inteligentes, visam promover e integrar os mercados de electricidade e gás na União Europeia, e instituir a Agência para a Cooperação de Reguladores de Energia – ACER. São definidos conceitos e opções relativamente à separação das actividades de transporte e distribuição (já antecipadas, no essencial, no caso do direito português) e um conjunto de regras respeitantes às atribuições dos reguladores e ao reforço da protecção dos consumidores.

SECTOR ELÉCTRICO

Mercado Ibérico de electricidade (MIBEL)

O sector eléctrico português aprofundou a harmonização de condições essenciais para o exercício das actividades no MIBEL.

No seguimento do Plano de Harmonização Regulatória entre Portugal e Espanha, em 2010 foi estabelecida a extinção de um conjunto de tarifas reguladas de venda a clientes finais, instituído o sistema de incentivos à capacidade (garantia de potência) e reformulado o modelo de gestão de interruptibilidade, de modo harmonizado com o sector eléctrico espanhol.

DESENVOLVIMENTOS DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO EM PORTUGAL

Tarifa social

Foi instituída uma nova tarifa social de fornecimento de energia eléctrica, aplicável a partir de Janeiro de 2011, financiada proporcionalmente pelos produtores em regime ordinário e destinada a clientes finais economicamente vulneráveis, beneficiários de subvenções sociais titulares de contrato de fornecimento para habitação permanente, com potência contratada igual ou inferior a 4,6 kVA. A anterior tarifa social subsistirá até 30 de Junho de 2011.

Conta de Correção da Hidraulicidade

O regime do Fundo de Correção da Hidraulicidade foi substituído por um novo modelo de Correção de Hidraulicidade (CH), prevendo a sua extinção em 31/12/ 2016, em articulação com o sistema de Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) decorrente da cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) dos centros electroprodutores. A Conta de Correção de Hidraulicidade (CCH) mantém-se afecta às contas da EDP. A gestão do mecanismo da CCH compete à REN. O saldo da CCH tem dois níveis de referência, máximo e mínimo, e não poderá ser inferior a zero euros.

Extinção de Tarifas de Venda a Clientes Finais

Prosseguindo a liberalização e a harmonização ibérica, foram extintas as tarifas de venda aos clientes finais em MAT, AT, MT e BTE (> 41,4 kW) a partir de 1/1/ 2011. Mas desde 30/9/2010, o comercializador de último recurso deixou de celebrar novos contratos de fornecimento nestes segmentos de tensão. Até 31/12/2011 subsistirá um regime transitório, mediante uma tarifa agravada; depois, a ERSE definirá uma tarifa transitória para os Clientes que não tenham ainda contratado com um comercializador livre.

Interruptibilidade

Também no âmbito do esforço de harmonização regulatória no MIBEL, foi redefinido o regime de interruptibilidade, sob gestão

do operador da rede de transporte, em função das necessidades de segurança do sistema. Findo o período transitório em curso, a EDP SU deixará de ser parte dos contratos de interruptibilidade, restritos a clientes MT, AT e MAT em mercado, disponíveis para oferecer, no mínimo, 4 MW de potência interruptível, excluindo-se os serviços essenciais. Atentas as especificidades técnicas, foi estabelecido um regime temporário simplificado para clientes com potências entre os 250 kW e os 4 MW.

Garantia de Potência

O novo quadro regulamentar do sistema de garantia de potência, aplicável à Produção em Regime Ordinário, exceptua as centrais nos regimes de CAE ou de CMEC e prevê as seguintes modalidades:

- Incentivo ao investimento: centrais com funcionamento industrial após 1/1/2011 ou início menos de 10 anos antes e aumentos de capacidade hídricos com potência reversível; durante 10 anos; fixado com base no Índice de Cobertura (IC) do sistema, a aprovar - até à aprovação, o valor atribuído é de 20.000 euros/MW.
- Serviço de disponibilidade: gestão a cargo do operador do sistema, a contratar com os produtores, dentro de um montante global fixado anualmente; prevê-se a realização de leilões caso o IC seja inferior a 1,1 ou esteja em causa a segurança do abastecimento.

Cogeração

No sentido da promoção da produção eficiente baseada no consumo de calor, através da cogeração de elevada eficiência e atento o seu potencial de poupança de energia primária, bem como de redução de CO₂ e das perdas nas redes, reformulou-se o regime jurídico e remuneratório da cogeração, baseado na remuneração da energia térmica e eléctrica em mercado (com prémio temporário e com um factor de depreciação da tarifa de referência, a definir) para centrais até 100 MW; nas instalações até 100 MW, a electricidade é entregue à rede em contrapartida de uma tarifa de referência temporária.

Mini-hídricas

Para fomento das energias endógenas renováveis, foi regulamentado o lançamento de concursos, com procedimentos simplificados e contrapartida financeira ao Estado, para atribuição simultânea e coordenada de títulos de utilização dos recursos hídricos e de capacidade de injeção de potência na Rede Eléctrica e identificação dos pontos de recepção de electricidade de mini-hídricas, até 20 MW, também aplicável a empreendimentos de média dimensão. A meta é um total de 250 MW até ao final de 2011, com tarifário específico e tarifa média de referência indicativa de 95 euros/MWh por 25 anos, sendo de 45 anos o prazo de concessão.

Microprodução e miniprodução

O regime respeitante à microprodução (de 3,68 kW a 11,04 kW) foi ampliado até um total anual de 25 MW de potência, incluindo 2010. No novo modelo, os comercializadores de electricidade que fornecem os clientes/microprodutores deverão comprar a electricidade microgerada, podendo revendê-la ao comercializador de último recurso. O regime aplicável à mini-produção (até 250 kW) foi reformulado em moldes similares ao da microprodução – simplificação e desmaterialização de

procedimentos, bem como bonificação alinhada aos custos – com atribuição global de 500 MW, até 2020.

Eficiência Energética

Na sequência do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), foi criado o Fundo de Eficiência Energética, para apoio a projectos do PNAEE ou outros projectos que comprovadamente contribuam para a eficiência energética.

Mobilidade eléctrica

Em concretização do Programa para a Mobilidade eléctrica, de 2009, o DL 39/2010, de 26/04, estabeleceu o enquadramento e regime jurídico da mobilidade eléctrica, assente em 3 grandes linhas: i) Incentivar a aquisição e utilização de veículos eléctricos, mediante subsídios; ii) Constituir uma rede integrada de carregamento de baterias; e iii) Conferir universalidade e equidade ao acesso aos serviços de mobilidade eléctrica. São definidas 3 actividades principais: a) comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica, com habilitação automática dos comercializadores de electricidade mas aberta a outras entidades; b) operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica; e c) gestão de operações da rede de mobilidade eléctrica – assegurada pela EDP Distribuição, sob regulação da ERSE.

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO EM ESPANHA

Défi ce Tarifário

O Real Decreto 6/2010 alterou também a Lei 54/1997, estipulando: (i) que, a partir de 1 de Janeiro de 2013, as tarifas de acesso devem ser suficientes para recuperar todos os custos das actividades reguladas, sem défi ce ex-ante; (ii) um período de transição até essa data, o que limita a insuficiência nas receitas das actividades reguladas, e (iii) a transferência dos créditos para o Fundo de Titularização, avalizado pelo Estado. Do total de défi ce em 2009, de 14,6 mil milhões de euros, 742,8 mil milhões de euros respeitam à HC.

O calendário para eliminação do défi ce é o seguinte:

Ano	Défi ce máximo
2010	5.500 milhões de euros (antes, 3.000 milhões de euros)
2011	3.000 milhões de euros (antes, 2.000 milhões de euros)
2012	1.500 milhões de euros (antes, 1.000 milhões de euros)

O Real Decreto-Lei 14/2010 fixou uma taxa de 0,5€/MWh, a suportar pelos produtores (regimes ordinário e especial), a título de contribuição para o equilíbrio dos custos de construção das ligações. Os produtores deverão também assumir o custo das políticas de poupança e eficiência energética (à HC corresponde 4,38% do total) no período 2011-2014, bem como o custo com o “bono social” (tarifa social) até 2013.

A retribuição da produção fotovoltaica limita, no período 2011-2013, as horas equivalentes de funcionamento com direito a bonificação. O subsídio para esta tecnologia foi prorrogado de 25 para 28 anos. Também decorrente da preocupação com o défi ce, o Real Decreto 1202/2010 estabelece a possibilidade de revisões trimestrais das tarifas de acesso e de último recurso, em derrogação da actualização anual.

negócios

Carvão nacional

Num contexto de redução da procura de electricidade, em conjugação com o aumento da produção a partir de fontes renováveis e da capacidade instalada em centrais a gás natural de ciclo combinado, em que a participação no mercado por parte das centrais a carvão autóctone foi diminuta, o Real Decreto 134/2010 estabeleceu um procedimento de restrições por segurança do abastecimento. O sistema impõe o funcionamento de certas centrais que utilizam carvão nacional e envolve a criação de um novo mercado de restrições, tendo sido modificado após o processo de pré-notificação à Comissão Europeia. Este procedimento é transitório (2011-2014) e será financiado a partir do saldo resultante da diferença entre as receitas decorrentes do sistema de garantia de potência e os custos correspondentes à sua retribuição antes da sua liquidação à Comissão Nacional da Energia. As centrais obrigadas a participar neste procedimento de restrições, incluindo o grupo 3 de Soto de Ribera, têm limites máximos de produção, sendo regulado o preço por MWh produzido.

Gases siderúrgicos

A Lei 40/2010, respeitante ao armazenamento geológico de CO₂, inclui uma disposição que permite aproveitar a biomassa ou gases residuais industriais com valorização energética como combustível secundário. A central de Aboño poderá beneficiar desta bonificação por utilizar o gás siderúrgico da Arcelor.

Carregamento de veículos eléctricos

Com o objectivo de promover o crescimento da economia espanhola e a criação de emprego, o Real Decreto 6/2010 incluiu reformas no sector da energia, designadamente a criação de “empresas de serviços energéticos”, do “gestor de cargas” e o estabelecimento de serviços de carregamento.

EVOLUÇÃO TARIFÁRIA EM PORTUGAL E ESPANHA

Em Portugal, nos últimos quatro anos, os preços médios de venda da electricidade registaram, na baixa tensão, um acréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 2,1% e registaram uma subida média anual de 0,8% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

Varição Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade em Portugal (%)



Em 2010, as tarifas de venda a clientes finais (TVCF) subiram, em média, 2,9% face às tarifas de 2009. Em Espanha, em Janeiro as tarifas de acesso aumentaram 14,9% (11,9% em baixa tensão e 25,0% em alta tensão). As tarifas de último recurso (TUR) para consumidores domésticos subiram em média 2,5%. No entanto, em Julho as tarifas de acesso domésticas desceram 4,3%. Este facto permitiu manter os preços das tarifas de último recurso até

Setembro. Em Outubro, devido ao aumento dos custos de energia, as tarifas de último recurso registaram nova subida de cerca de 5,0%.

Preços Médios de Electricidade (Cent. Euro/KWh)



Fonte: Eurostat. Dados do 1º semestre de 2010
Consumidores domésticos na banda de consumo Dc
(Consumo anual entre 2500 e 5000 kWh)

Quando comparados, os preços da electricidade em Portugal, no 1º semestre de 2010, para consumidores domésticos na banda de consumo anual entre 2.500 e 5.000 kWh, encontram-se 10,2% abaixo da média dos 16 países da Euro Área e 5,5% abaixo da média da União Europeia dos 27. No caso de Espanha, os preços da electricidade estão 2,1% abaixo da média da Euro Área dos 16 e 3,1% acima da média da UE27.

DESENVOLVIMENTOS DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR ELÉCTRICO NO BRASIL

Na Distribuição, destaca-se a Revisão Tarifária da Escelsa: aumento médio das tarifas de 7,19% para o período de Agosto de 2010 a Agosto de 2011. Outro factor importante foi a Audiência Pública nº 40/2010, com proposta de metodologia para as revisões tarifárias do 3º ciclo, incluindo análise de metodologias de cálculos para WACC, factor X, perdas não técnicas e base de remuneração. As regras definitivas, ainda não homologadas pela ANEEL, serão aplicadas na Revisão Tarifária Periódica da Bandeirante em Outubro de 2011 e da Escelsa em Agosto de 2013. Na Produção, a metodologia de Revisão Extraordinária de Garantia Física de empreendimentos hidroeléctricos com potência superior a 30 MW, permitiu obter novos parâmetros técnicos, com elevações de potência e rendimento, para os nossos empreendimentos de Peixe Angical e Mascarenhas. Foi também definido procedimento relativo a aproveitamentos de potencial hidráulico entre 1 MW e 50 MW sem característica de PCH, permitindo à EDP realizar o aporte de garantia de registo das UHE Escada Grande e Gamela.

SECTOR DO GÁS

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR DO GÁS EM PORTUGAL

Com a liberalização do sector para os clientes com consumos iguais ou inferiores a 10 mil m³/ano, em 1 de Janeiro de 2010, concluiu-se o processo de abertura do mercado do gás natural em Portugal e todos os consumidores de gás natural podem escolher livremente o seu fornecedor. O segundo período regulatório, de Julho de 2010 a Junho de 2013, foi precedido da revisão pela ERSE, em Março de 2010, dos regulamentos aplicáveis ao sector do gás natural. Os novos regulamentos inovaram em algumas matérias, designadamente nos indicadores de qualidade de serviço, a incorporar pelas empresas reguladas do sector. Além das novas regras tarifárias, foi melhorado o acesso ao terminal de GNL de Sines, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista económico, contribuindo para a decisão da EDP Gás de

descarregar dois navios de GNL em Portugal em 2010, as primeiras descargas realizadas em Sines por um comercializador distinto do incumbente.

DESENVOLVIMENTO DO ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO SECTOR DO GÁS EM ESPANHA

Desde 1 de Janeiro de 2010, e na sequência da permissão, pelo Real Decreto 485/2009, do exercício de actividades de fornecimento de último recurso de electricidade e gás através da mesma comercializadora, criou-se uma fornecedora de último recurso de gás e electricidade, a HCNGCUR. A Tarifa de último recurso (TUR) de gás, em 1/1/2010, passou do regime de preço máximo a tarifa fixa, impossibilitando os comercializadores de último recurso de praticar descontos à tarifa. No mercado grossista, a CNE apresentou uma proposta e um calendário de implementação de um mercado organizado de gás, com o objectivo de aumentar a liquidez e a transparência. Como consequência da "Open Season", de desenvolvimento de capacidade de interconexão Espanha - França em 2015, realizada no verão de 2010, ficou definido que se irá desenvolver do lado francês a interconexão de Bariatou, pertencente à Naturgas Energia Transporte no lado Espanhol. No âmbito desta "Open Season", as comercializadoras de gás natural do grupo EDP contrataram capacidade que lhes permitirá transaccionar gás natural nos mercados do norte europeu.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

RESENHA REGULATÓRIA A NÍVEL MUNDIAL

Na Cimeira das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de Cancun, no México, no final de 2010, a Conferência das Partes adoptou decisões formais em domínios fundamentais como o financiamento, a transferência tecnológica e processos de adaptação. O novo Fundo Climático Verde, a gerir pelo Banco Mundial no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas, tem por objectivo alocar fundos de ajuda aos países em desenvolvimento em temas do clima. As Nações Unidas reconheceram os compromissos de redução acordados em Copenhaga, de limitar o aumento da temperatura em menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais. Apesar do protelamento de um acordo global de emissões por falta de entendimento entre os EUA e a China, preconiza-se o prosseguimento de negociações. E confirmou-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), após o termo do Protocolo de Quioto (31/12/2012), incluindo, pela primeira vez, a captura e armazenamento de carbono. O acordo inclui, ainda, o incentivo ao mecanismo de REDD+, de protecção florestal em países em desenvolvimento.

RESENHA REGULATÓRIA A NÍVEL EUROPEU

Na sequência da aprovação da Directiva das Energias Renováveis 2009/28/CE, os Estados-Membros foram convidados a apresentar um Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) em 30/6/2010, indicando como tencionam atingir os seus objectivos vinculativos em energias renováveis até 2020, bem como as metas intermédias.

MEDIDAS REGULATÓRIAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, EM PAÍSES ONDE A EDP OPERA

Portugal

Os procedimentos de instalação de equipamento adicional em parques eólicos (sobrecapacidade) foram simplificados pelo DL 51/2010, de 20/5. Mas obriga-se a dotar as máquinas de equipamentos para atenuar as quedas de tensão e para fornecimento de energia reactiva; foi eliminado o prémio para o fornecimento de energia reactiva, penalizando-se as perturbações para além de parâmetros definidos.

Espanha

Na sequência do acordo alcançado em Julho de 2010 entre o Ministério da Indústria e as principais associações do sector (Associação Espanhola de Energia Eólica e PROTERMOSOLAR), foi aprovado o RD 1614/2010, estabelecendo o seguinte quadro regulatório:

- Um corte temporário de 35% do prémio de referência aplicável à potência eólica, em 2011 e 2012, cujos limites não foram revistos e continuam indexados ao IPC-X;
- Uma alteração ao RD 661/2007, clarificando que eventuais revisões ao valor do prémio de referência só seriam aplicadas a projectos que se prefigurem a partir de 2012;
- Um tecto de horas anuais com direito a subsídio.

A potência eólica anterior a 2008 mantém-se sob o RD 436/2004, transitando, em 2013, para o regime do RD 661/2007. Assim, o novo quadro regulatório não afecta a maior parte dos activos eólicos espanhóis. Com impacto no sector eólico foi alterado o regime de energia reactiva e, com vista a reduzir o défice tarifário, instituída uma taxa de 0,5 euros/MWh aplicável aos produtores em regime ordinário e especial.

França

Na sequência da cimeira nacional «Grenelle de l'Environnement», de 2007, que formulou a política ambiental francesa, o "Grenelle 2", aprovado em 29 de Junho de 2010, estabeleceu - se um novo quadro para a energia eólica, com um limiar mínimo de cinco turbinas por parque e estipulando um afastamento de 500 metros das habitações. Em articulação com a legislação sobre Áreas de Desenvolvimento Eólico, o "Grenelle 2" introduz novos requisitos, exigindo também a inclusão dos parques eólicos em "Áreas de Desenvolvimento Regional". Os parques eólicos estarão ainda sujeitos à regulamentação ICPE ("indústrias classificadas para a protecção do ambiente"), com requisitos adicionais de licenciamento. Para atingir 19 GW de energia eólica "onshore", em 2020, prevê-se a instalação de pelo menos 500 turbinas por ano, com revisão trienal.

Bélgica

A região da Valónia aprovou novas quotas de produção renovável, consideravelmente acima das metas anteriores: 13,50% em 2011 e 15,75% em 2012. A partir de 2013, o regulador (CWAPE) recomendou ao Governo um aumento de 2,25 pp ao ano, até 33,75% em 2020.

negócios

Polónia

De acordo com o novo enquadramento legal da energia, de Janeiro de 2010, compete ao operador de rede a preparação da avaliação do impacto das instalações de produção. O promotor que requer a ligação à rede paga antecipadamente a taxa de interconexão de 30 PLN (1 zloty= 0,26 euros) por kW. O operador de rede tem a obrigação de proporcionar a ligação à rede (ou rejeitar, em caso de limitações técnicas) no prazo de 150 dias a contar da apresentação do pedido.

Roménia

Reforçando o apoio ao sector das energias renováveis, foi prorrogado, de 2015 para 2017, o direito dos produtores eólicos a receber dois certificados verdes por MWh. Além disso, a quota de certificados verdes para 2012 passou de 8,3% para 12%, e aumentará 1 pp todos os anos (excepto em 2019, em que só crescerá 0,5 pp) até atingir 20% em 2020. Foi também estabelecido o valor mínimo para negociação de certificados verdes de 27 euros/MWh e o máximo de 55 euros/MWh. E aumentada a penalização, de 70 euros a 110 euros por certificado verde, aplicável aos fornecedores que não atinjam os objectivos. Por último, a fim de incutir mais confiança aos investidores e uma maior visibilidade ao mercado de energia eólica, o regime dos certificados verdes foi prorrogado de 2014 para 2025. O regime de duplo certificado verde, previsto na Lei 220/2008, ainda não tem aplicação prática, por não ter sido notificado à Comissão Europeia.

Reino Unido

Com a ambição de ser o “mais verde de sempre”, o novo Governo britânico manifestou a vontade de estabelecer um sistema de tarifas “feed in” para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis, mantendo simultaneamente os certificados renováveis (ROC), pelo menos até 2017. O tema consta da reforma do mercado de energia apresentada em Dezembro de 2010 e submetida a consulta pública. O Governo também afectou mil milhões de libras à criação do Banco de Investimento Verde e nomeou uma comissão independente que deverá lançar a nova instituição a breve prazo.

Brasil

Em Agosto de 2010, o Brasil realizou dois leilões, um de reserva e um de energia alternativa, totalizando 2,05 GW. No leilão de reserva foram atribuídos 528 MW de potência eólica ao preço médio de 70,4 USD/MWh e os 1.519 MW de energia alternativa foram adjudicados ao preço médio de 76,6 USD/ MWh. A forte concorrência baixou os preços médios, preocupando os promotores e os comercializadores, atento o risco de insucesso de alguns projectos, especialmente os atribuídos a promotores inexperientes. Em Dezembro de 2010, foi aprovado o novo Plano Decenal de Expansão de Energia 2019, que prevê um grande impulso nas energias renováveis, porquanto não está prevista a construção, após 2014, de novas centrais convencionais a combustíveis fósseis. Com esta estratégia, estima-se mais de 6 GW de potência eólica instalada em 2019 (actualmente ~1,5 GW), admitindo a indústria valores mais elevados.

Estados Unidos da América

Embora sem nova legislação Federal sobre temas climáticos, a Agência de Protecção Ambiental elaborou um plano para estabelecer limites de emissões de gases com efeito estufa sob o “Clean Air Act”. O “Tax Relief Bill”, de Dezembro de 2010, desenvolve políticas de energia limpa, no âmbito de um projecto mais amplo de incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento de energias renováveis, incluindo: uma prorrogação por um ano do Programa 1603 de subvenção do Tesouro, autorizando, assim, projectos que receberão subsídio equivalente a 30% dos custos elegíveis do projecto; e a possibilidade de dedução de 100% do valor do projecto num ano, para operações com início em 2011, e de 50% para os projectos que iniciem a operação em 2012. Em 2010, doze Estados propuseram e cinco aprovaram a criação ou o aumento da quota das energias renováveis. Na Califórnia, as empresas de serviços essenciais poderão usar créditos de energia renovável para dar cumprimento à meta de 33%, aguardando-se a regulamentação.



negócios / síntese de actividade

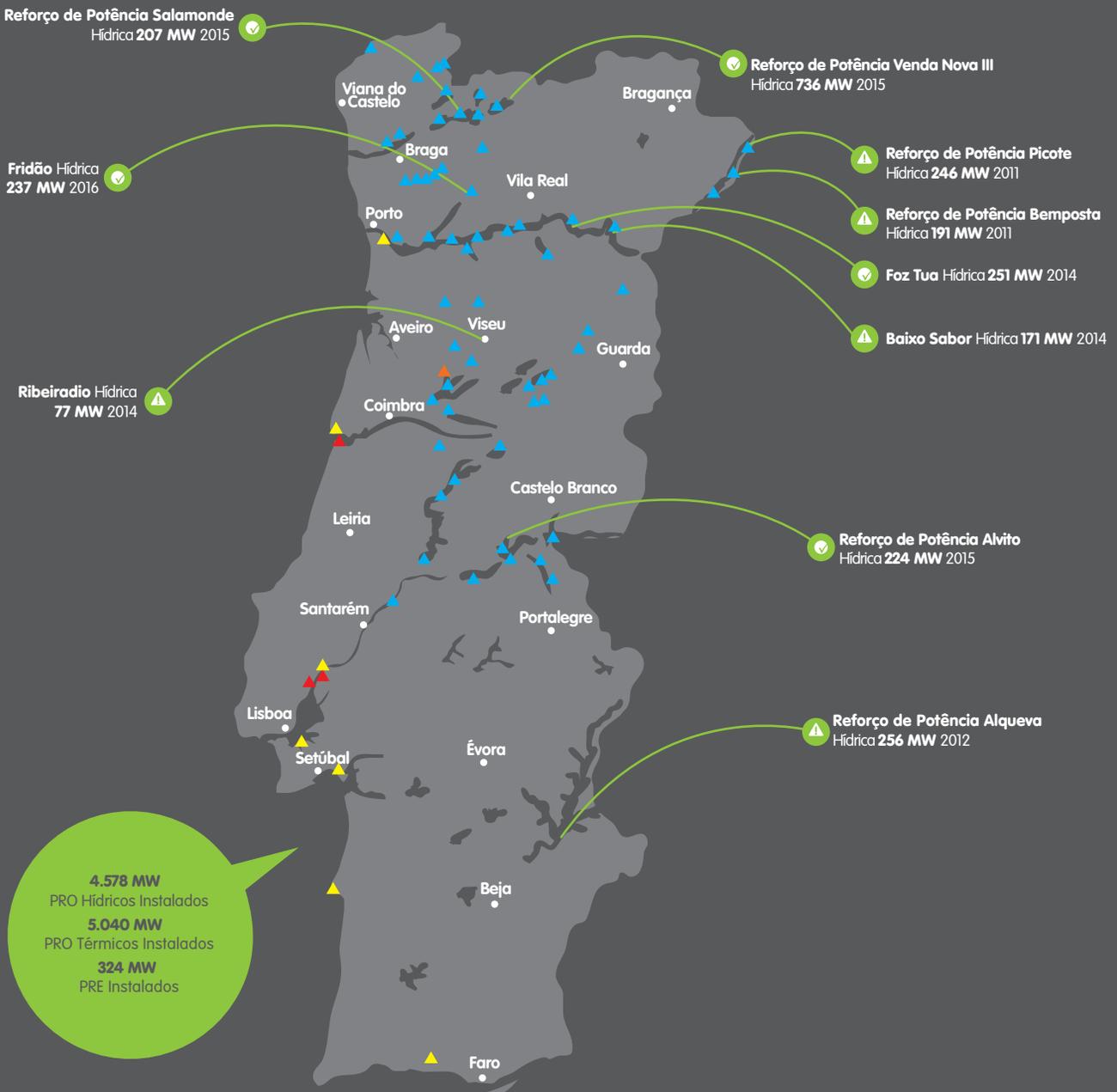
NEGÓCIO ELÉCTRICO (EXCLUÍ BRASIL)

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - PORTUGAL

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL

*Exclui eólicas

- ▲ Centrais hidroeléctricas
- ▲ Centrais de cogeração e gás natural
- ▲ Centrais termoeléctricas
- ▲ Central biomassa
- ⚙ Entradas em Serviço
- ▲ Em construção
- Ⓢ Em fase de licenciamento



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM PORTUGAL EM 2010

O Grupo EDP está presente em Portugal na actividade de produção de electricidade através da EDP Produção, tanto no Regime Ordinário como no Regime Especial, e das empresas EDP Produção Bioeléctrica, Soporgen, Energin, Fisigen e Pebble Hydro, no Regime Especial.

No final de 2010 a potência instalada total era de 9.943 MW os quais 4.735 MW (48%) em aproveitamentos hidroeléctricos e 5.208 MW em centrais termoeléctricas.

O ano de 2010 foi caracterizado por afluências muito favoráveis ao longo do ano, tendo resultado numa hidraulicidade bastante acima dos valores médios, com o coeficiente de produtividade hidroeléctrica a atingir 1,31 o que representa um dos valores mais elevado dos últimos anos (1,33 em 2003).

A produção do parque hidroeléctrico PRO da EDP Produção atingiu o valor mais elevado de sempre (14.376 GWh), tendo o nível de armazenamento das albufeiras no final do ano, apesar da elevada produção, registado um valor próximo dos 63% da sua capacidade máxima.

Por sua vez, a produção termoeléctrica PRO da EDP Produção, situou-se em 10.092 GWh, o valor mais baixo dos últimos anos.

A produção líquida PRE da EDP Produção (1.625 GWh) cresceu 33%, relativamente a 2009, como resultado da contribuição hídrica (+69%), da biomassa (+57%) e da cogeração (+10%).

Em 2010 a potência solicitada à rede no continente atingiu um novo máximo histórico em 11 de Janeiro, com 9.403 MW, cerca de 185 MW acima do anterior máximo ocorrido em 2009.

Em 31 de Março, a Central Termoeléctrica do Barreiro cessou a sua actividade de produção de energia eléctrica e térmica, que dispunha de 56 MW de potência.

Em 1 de Abril entrou em serviço industrial a nova central de cogeração da Fisigen, dotada de dois grupos geradores - turbinas a gás natural, caldeiras recuperativas e alternadores - totalizando cerca de 24 MW de potência instalada.

No que respeita à construção de novos aproveitamentos hidroeléctricos, realça-se o prosseguimento em bom ritmo da construção dos reforços de potência de Picote (246 MW), Bemposta (191 MW), a entrar em serviço em 2011 e de Alqueva (256 MW), com entrada programada para 2012, assim como os trabalhos do Aproveitamento do Baixo Sabor (171 MW), com conclusão prevista para meados de 2014.

No mesmo âmbito, salienta-se, igualmente, a adjudicação dos fornecimentos dos equipamentos e o início das obras de construção do Aproveitamento de Ribeiradio/Ermida (77 MW) e do Reforço de Potência de Venda Nova III (736 MW), com entradas em serviço previstas para 2014 e 2015, respectivamente.

Em termos de licenciamento de novos projectos hídricos, refere-se a obtenção das DIA's, com decisão Favorável Condicionada, relativas aos Aproveitamentos do Fridão e do Alvito e ao Reforço de Potência de Salamonde, este último já com a empreitada de civil adjudicada. De salientar também a atribuição à EDP Produção, pela ARH do Norte, do título de utilização do domínio hídrico do Aproveitamento de Bombagem Pura de Carvão Ribeira (rio Távora), no âmbito de concurso público.

Ao nível da certificação de centrais, salienta-se a obtenção do registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) de Sines com o seguinte âmbito: "Central de Sines - Produção de electricidade através da combustão de carvão e gestão das respectivas cinzas e gesso" e também do registo de mais um conjunto de instalações do parque hidroeléctrico da EDP Produção (Alto Rabagão, Touvedo, Vila Nova, Frades, Rêgua, Vilar Tabuaço, Varosa, Caldeirão, Agueira e Raiva).

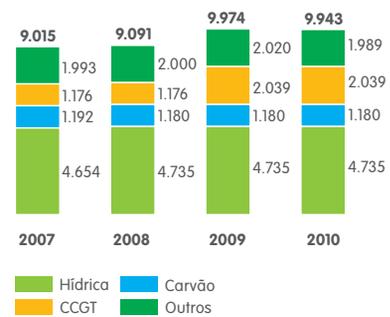
negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - PORTUGAL

	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Instalada Portugal *	MW	14.215	13.304	12.262	12.147
Capacidade Instalada EDP *	MW	9.943	9.974	9.091	9.015
Quota EDP *	%	69,9	75,0	74,1	74,2
Fonte: Dados Técnicos REN					
Nº de Grupos Geradores*	#	190	190	186	160
Produção em Regime Ordinário	#	114	116	114	114
Centrais Hidroeléctricas	#	93	93	93	93
Centro de telecommando	#	1	1	1	1
Centros de Produção	#	3	3	3	3
Centrais	#	35	35	35	35
Centrais Termoeléctricas	#	21	23	21	21
Carvão	#	4	4	4	4
CCGT	#	5	5	3	3
Fuelóleo	#	10	12	12	12
Gasóleo	#	2	2	2	2
Produção em Regime Especial	#	76	74	72	46
Mini-Hídricas	#	67	67	67	42
Biomassa	#	4	4	2	1
Cogeração	#	5	3	3	3
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Potência em Regime Ordinário	MW	9.619	9.675	8.812	8.824
Centrais Hidroeléctricas	MW	4.578	4.578	4.578	4.578
Centrais Termoeléctricas	MW	5.040	5.096	4.234	4.246
Carvão	MW	1.180	1.180	1.180	1.192
CCGT	MW	2.039	2.039	1.176	1.176
Fuelóleo	MW	1.657	1.713	1.713	1.713
Gasóleo	MW	165	165	165	165
Potência em Regime Especial	MW	324	299	279	192
Mini-Hídricas	MW	157	157	157	76
Biomassa	MW	32	32	11	5
Cogeração	MW	136	111	111	111
Total Potência Máxima	MW	9.943	9.974	9.091	9.015
Produção Líquida*					
Produção em Regime Ordinário	GWh	24.468	23.514	21.642	24.718
Centrais Hidroeléctricas	GWh	14.376	7.642	6.435	9.361
Centrais Termoeléctricas **	GWh	10.092	15.872	15.207	15.357
Carvão	GWh	4.889	8.869	6.926	8.048
CCGT **	GWh	5.156	6.696	7.481	6.038
Fuelóleo	GWh	46	307	801	1.271
Gasóleo	GWh	1	0	0	0
Produção em Regime Especial	GWh	1.625	1.222	869	906
Mini-Hídricas	GWh	622	368	170	134
Biomassa	GWh	203	129	49	28
Cogeração	GWh	800	725	650	744
Total Produção Líquida	GWh	26.093	24.736	22.511	25.624
Balanco Energético					
Índice de Hidraulicidade	#	1,31	0,77	0,56	0,77
Centrais do Grupo EDP					
Emissão Hidroeléctrica PRO	GWh	14.376	7.642	6.435	9.361
Emissão Termoeléctrica	GWh	10.092	15.872	15.207	15.357
Emissão Mini-hídricas	GWh	622	368	170	134
Emissão Eólicas (ENERNOVA)	GWh	1.472	1.273	1.026	733
Emissão Biomassa	GWh	203	129	49	28
Emissão Cogeração	GWh	800	725	650	744
Produção Líquida do Grupo EDP	GWh	27.565	26.009	23.537	26.357
Vendas directas a Clientes Industriais	GWh	-	-	-	-21
Emissão para a rede (Grupo EDP)	GWh	27.565	26.009	23.537	26.336
Outros Produtores PRO com CAE	GWh	7.701	8.088	8.596	8.231
Outros produtores PRE	GWh	14.827	11.927	9.670	8.524
Saldo Importador / (Exportador)	GWh	2.623	4.777	9.431	7.488
Bombagem Hidroeléctrica	GWh	-512	-929	-639	-541
Consumo referido à emissão	GWh	52.204	49.872	50.595	50.038
Compensação síncrona	GWh	0	-1	0	-9
Consumos próprios da Produção	GWh	-5	-5	-5	-5
Energia entregue na Distribuição	GWh	52.199	49.866	50.590	50.024

* Exclui Eólicas ** Em 2009 Inclui 497 GWh produzidos no período de ensaios de Lares

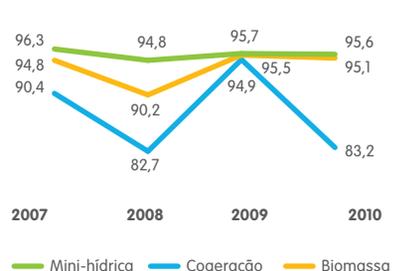
Portfolio de Produção (MW)



Disponibilidade PRO (%)



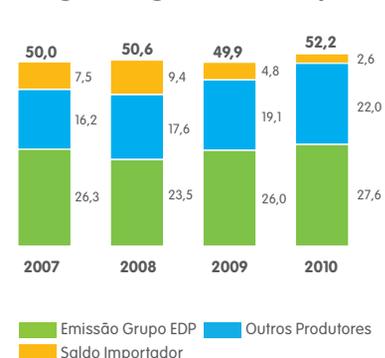
Disponibilidade PRE (%)



Produção Líquida (GWh)



Energia Entregue na Distribuição (TWh)





Central Hidroeléctrica de Alqueva

Central Termoeléctrica de Sines



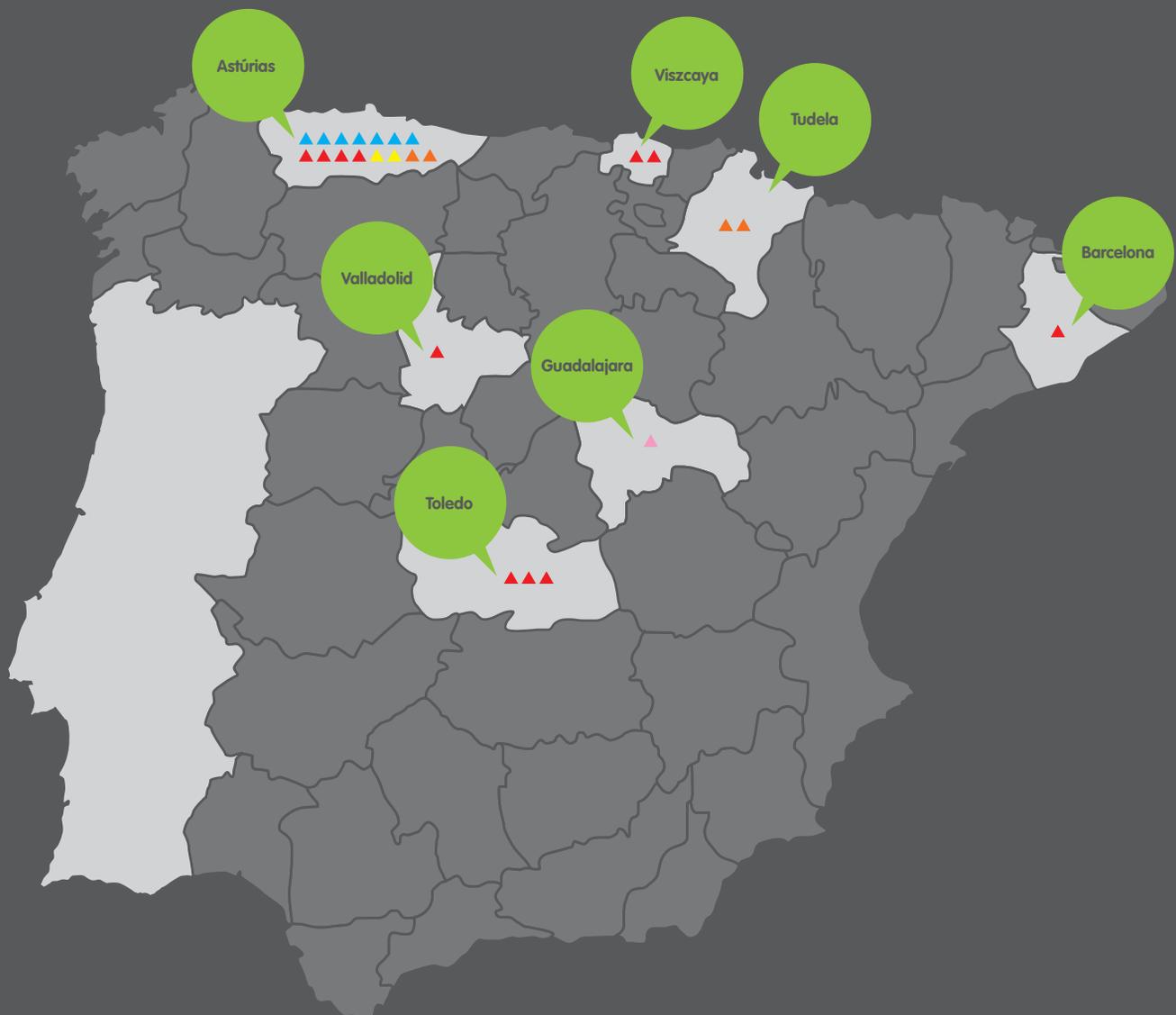
negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - ESPANHA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA *

*Exclui eólicas

- ▲ Centrais hidroeléctricas
- ▲ Centrais de cogeração
- ▲ Centrais termoeléctricas
- ▲ Central de ciclo combinado a gás natural
- ▲ Nuclear



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE EM ESPANHA EM 2010

Em Espanha, o Grupo EDP está presente na actividade de produção de electricidade através da HC Energía na produção em Regime Ordinário e em Regime Especial.

No final de 2010 a potência instalada em regime ordinário era de 3.875 MW, dos quais 429 MW (11%) em aproveitamentos hidroeléctricos e 3.444 MW (89%) em centrais termoeléctricas.

Em 2010 a HC Energía atingiu o máximo histórico de produção hidroeléctrica, com uma produção de 1.045 GWh, ultrapassando os valores de 1996.

No mês de Dezembro, registou-se a entrada em exploração da central de Soto 5, com uma capacidade instalada de 428 MW. Esta é a segunda central a ciclo combinado a gás natural das Astúrias, quarta central (CCGT) do Grupo em Espanha, concluída dois meses antes do previsto.

A disponibilidade total dos equipamentos de produção a partir de carvão foi de 92,3% e a indisponibilidade devido a avarias de apenas 1,4%, o que confirma o excelente funcionamento do conjunto de equipamentos a carvão, sobretudo tendo em conta o funcionamento extraordinariamente flexível destes grupos, devido ao carácter complementar do carvão em relação ao gás.

A disponibilidade dos ciclos combinados foi de 88,9% e a indisponibilidade devido a avarias foi de 6,8%. Os ciclos combinados também tiveram um funcionamento bastante flexível, com frequentes paragens nocturnas ao fim-de-semana.

negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA - ESPANHA

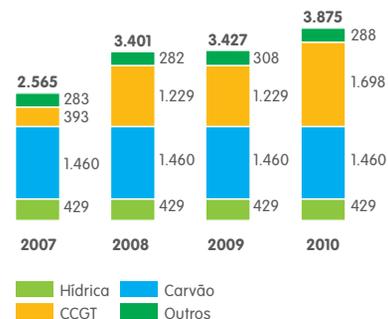
	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Instalada Espanha *	MW	77.634	75.010	75.004	71.789
Capacidade Instalada EDP *	MW	3.875	3.427	3.401	2.565
Quota EDP *	%	5,0	4,6	4,5	3,6
Fonte: Informe Anual REE					
Nº de Grupos Geradores*	#	38	40	38	39
Produção em Regime Ordinário	#	21	20	20	18
Centrais Hidroeléctricas	#	12	12	12	12
Centrais Termoeléctricas	#	9	8	8	6
Carvão	#	4	4	4	4
CCGT	#	4	3	3	1
Nuclear	#	1	1	1	1
Produção em Regime Especial	#	17	20	18	21
Centrais Hidroeléctricas **	#	1	1	1	1
Centrais Termoeléctricas	#	16	19	17	20
Biomassa	#	1	2	2	2
Cogeração	#	9	11	9	12
Resíduos	#	6	6	6	6
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Potência em Regime Ordinário	MW	3.740	3.272	3.271	2.435
Centrais Hidroeléctricas	MW	426	426	426	426
Centrais Termoeléctricas	MW	3.314	2.846	2.845	2.009
Carvão	MW	1.460	1.460	1.460	1.460
CCGT***	MW	1.698	1.229	1.229	393
Nuclear	MW	156	156	156	156
Potência em Regime Especial	MW	135	155	130	130
Centrais Hidroeléctricas **	MW	3	3	3	3
Centrais Termoeléctricas	MW	132	152	127	127
Biomassa	MW	3	7	7	7
Cogeração	MW	46	63	38	38
Resíduos	MW	83	82	82	82
Total Potência Máxima	MW	3.875	3.427	3.401	2.565
Produção Líquida*					
Produção em Regime Ordinário	GWh	10.942	11.346	12.416	13.936
Centrais Hidroeléctricas	GWh	1.038	877	812	786
Centrais Termoeléctricas	GWh	9.904	10.469	11.604	13.151
Carvão	GWh	4.244	5.865	6.575	10.124
CCGT***	GWh	4.470	3.491	3.831	1.795
Nuclear	GWh	1.190	1.113	1.198	1.232
Produção em Regime Especial	GWh	916	896	700	553
Centrais Hidroeléctricas **	GWh	7	2	2	2
Centrais Termoeléctricas	GWh	909	894	698	551
Biomassa	GWh	0	6	6	8
Cogeração	GWh	356	369	192	90
Resíduos	GWh	553	519	500	453
Total Produção Líquida	GWh	11.858	12.242	13.117	14.489
Balanco Energético					
Índice de Hidraulicidade	#	1,34	0,81	0,66	0,64
Centrais do Grupo EDP					
Emissão Hidroeléctrica	GWh	1.038	877	812	786
Emissão Carvão	GWh	4.244	5.865	6.575	10.124
Emissão Nuclear	GWh	1.190	1.113	1.198	1.232
Emissão CCGT	GWh	4.470	3.491	3.831	1.795
Emissão Mini-hídricas	GWh	7	2	2	2
Emissão Eólicas	GWh	4.355	3.275	2.632	2.056
Emissão Biomassa	GWh	0	6	6	8
Emissão Cogeração	GWh	356	369	192	90
Emissão Resíduos	GWh	553	519	500	453
Produção Líquida do Grupo EDP					
Outros Produtores PRO	GWh	178.130	181.116	207.924	209.887
Outros Produtores PRE	GWh	85.242	74.020	62.772	53.762
Saldo Importador / (Exportador)	GWh	-8.339	-8.106	-11.040	-5.750
Bombagem Hidroeléctrica	GWh	-4.413	-3.763	-3.731	-4.349
Consumo referido à emissão					
Consumos próprios da Produção	GWh	-6.604	-7.081	-8.338	-8.753
Consumos próprios da Rede de Transporte	GWh	0	0	0	0
Perdas	GWh	-3398	-3090	-3.440	-3.281
Energia entregue na Distribuição	GWh	256.832	248.613	259.896	258.061

* Exclui Eólicas

** Inclui Mini-hídricas da EDP Renováveis

*** Em 2010 inclui 284 GWh produzidos no período de ensaios da central de Soto 5

Portfolio de produção (MW)



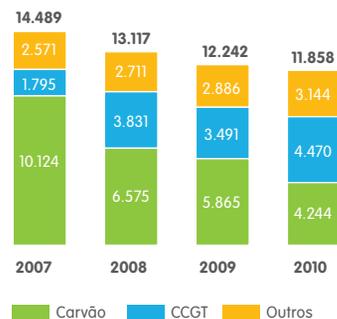
Disponibilidade PRO (%)



Disponibilidade PRE (%)



Produção Líquida (GWh)



Energia entregue na Distribuição (TWh)





Central de Ciclo Combinado de Soto Ribera – Soto 5

Central Hidroeléctrica de Proaza



Central Hidroeléctrica de Tanes





negócios / síntese de actividade

EDP RENOVÁVEIS

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO MUNDO

 MW Capacidade Instalada
 MW em construção

(1) Inclui 239 MW de ENEOP2



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DA EDP RENOVÁVEIS EM 2010

O Grupo EDP está presente na actividade de produção de energia eólica através da EDP Renováveis (EDPR), que no final de 2010 se encontra presente em 11 geografias: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Durante o ano de 2010, a EDPR aumentou a sua capacidade instalada em 1.101 MW (19,7%), dos quais 501 MW (17,1%) através da plataforma Europeia e 600 MW (22,9%) na subsidiária norte-americana. Esta presença global permite alcançar uma posição relevante de quota de mercado de 4,1% na Europa e 8,0% nos EUA.

O "Load Factor" médio atingiu nos parques da Europa os 27% e nos parques da América do Norte os 32%. A excelência operacional e a "prime location" dos parques da EDPR, permitem-lhe alcançar um prémio face ao mercado (particularmente em Espanha de +200 pontos base).

EDPR – EUROPA (EDPR EU)

A EDPR EU (Neo Energia) encontra-se no topo da lista das empresas que mais construíram nos últimos anos, tendo uma capacidade instalada de 3.439 MW e conta com uma carteira de 11,3 GW em diversos estágios de desenvolvimento, incluindo 480 MW em construção. Em Portugal, a capacidade instalada ascende a 838 MW, após o aumento de 158 MW durante o ano, essencialmente beneficiando da entrada em exploração dos parques construídos pela ENEOP2. No final de 2010 estavam 58 MW em construção.

Em Espanha a capacidade instalada é de 2.050 MW, o que representa um incremento de 189 MW em relação a 2009. No final de 2010, estão 201 MW em construção.

Em 2010 a capacidade instalada em França atingiu 284 MW, sendo o incremento anual de 64 MW, enquanto que na Bélgica permanece nos 57 MW.

No Polónia, no final de Dezembro de 2010, estava em construção o parque eólico Korsze, com 70 MW de capacidade. Neste país, a EDPR tem uma capacidade instalada de 120 MW.

Na Roménia, o ano de 2010 foi marcado pela entrada em operação do primeiro parque eólico da EDPR, o parque de Pestera com 90 MW. O parque eólico de Cernavoda estava em construção no final de 2010, com uma capacidade de 138 MW.

No desenvolvimento de projectos offshore, foi atribuída, no Reino Unido, uma capacidade estimada de 1,3 GW à Moray Renewables, uma "joint-venture" entre a EDPR EU e a SeaEnergy, criada para o desenvolvimento de parques eólicos offshore no nordeste da Escócia.

No início de 2010, a EDPR EU deu mais um importante passo na sua estratégia de expansão através da aquisição de 520 MW de projectos em desenvolvimento em Itália.

EDPR – AMÉRICA DO NORTE (EDPR NA)

A actividade nos EUA está assegurada pela plataforma norte americana EDPR NA.

No final de 2010, a EDPR NA possui 17 parques eólicos em operação, em 10 países diferentes, totalizando uma capacidade instalada de 3.224 MW, o que representa um acréscimo de 600 MW face a 2009.

A EDPR NA entrou no Canadá em 2010, em busca de novas oportunidades de crescimento neste mercado atractivo, com a aquisição de activos em diversos estágios de desenvolvimento em Ontário.

Em "pipeline" a EDPR NA detém, no final de 2010, 19,2GW de projectos, incluindo 99 MW já em construção.

EDPR – BRASIL (EDPR SA)

A EDPR criou, em Junho de 2008, uma "joint-venture" com a EDP – Energias do Brasil/Enernova, com o nome de EDP Renováveis Brasil (EDPR SA).

A EDPR SA tem uma capacidade instalada de 14 MW e 1.251 MW em "pipeline", incluindo 70 MW do parque de Tramandaí, em construção.

As principais actividades da EDPR SA são a prospecção e desenvolvimento de parcerias para a construção de parques eólicos. A prospecção está centrada no nordeste, sudeste e sul do país, regiões que apresentam um "load factor" mais elevado.

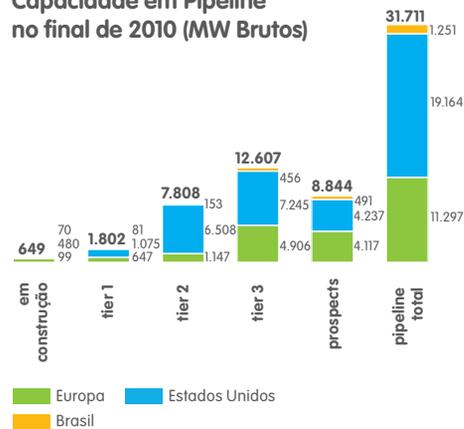
negócios / síntese de actividade

EDP RENOVÁVEIS

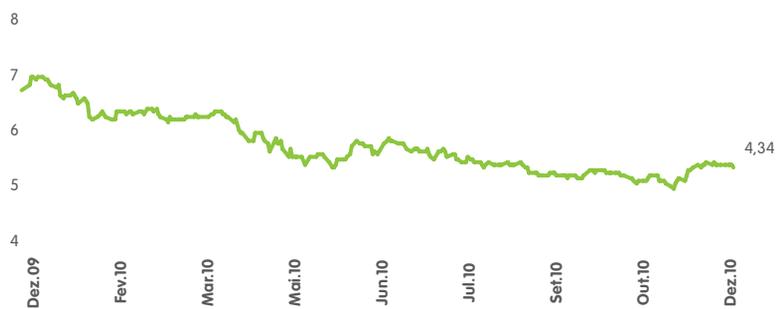
	Unid	2010	2009	2008	2007
Capacidade Eólica Instalada no Mundo	GW	194,4	157,9	120,8	93,9
Capacidade Instalada EDP Renováveis	GW	6,7	5,6	4,4	2,9
Fonte: Global Wind Report 2010, GWEC: Capacidade eólica instalada					
Potência Máxima em 31 de Dezembro*					
Europa**	MW EBITDA	3.439	2.938	2.477	1.776
Portugal**	MW EBITDA	838	680	553	424
Espanha	MW EBITDA	2.050	1.861	1.692	1.265
França	MW EBITDA	284	220	185	87
Bélgica	MW EBITDA	57	57	47	0
Polónia	MW EBITDA	120	120	0	0
Roménia	MW EBITDA	90	0	0	0
Estados Unidos	MW EBITDA	3.224	2.624	1.923	1.124
Brasil	MW EBITDA	14	14	0	0
Total Potência Máxima	MW EBITDA	6.676	5.575	4.400	2.900
Load Factor					
Europa	%	27	26	26	26
Portugal	%	29	28	27	24
Espanha	%	27	26	26	27
França	%	24	23	23	27
Bélgica	%	21	23	0	0
Polónia	%	28	0	0	0
Estados Unidos	%	32	32	34	30
Brasil	%	26	22	0	0
Produção Líquida*					
Europa	GWh	6.632	4.975	3.900	2.911
Portugal	GWh	1.472	1.275	1.028	735
Espanha	GWh	4.355	3.275	2.634	2.056
França	GWh	489	346	238	119
Bélgica	GWh	107	79	0	0
Polónia	GWh	194	0	0	0
Roménia	GWh	15	0	0	0
Estados Unidos	GWh	7.689	5.905	3.907	866
Brasil	GWh	31	26	0	0
Total Produção Líquida	GWh	14.352	10.907	7.807	3.777
Capacidade em Construção em 2010*					
Europa**	MW	480	703	739	685
Portugal**	MW	58	152	138	113
Espanha	MW	201	216	328	308
França	MW	0	25	33	24
Bélgica	MW	13	13	13	13
Polónia	MW	70	70	0	0
Roménia	MW	138	228	228	228
Estados Unidos	MW	99	122	509	398
Brasil	MW	70	70	70	70
Total MWs em Construção	MW	649	895	1.318	1.153

*Exclui mini-hídricas
** Inclui ENEOP2

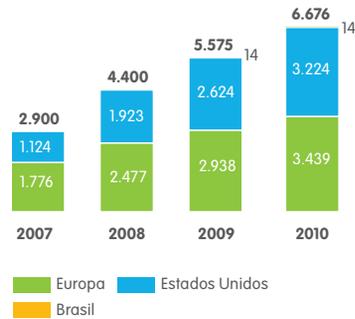
Capacidade em Pipeline no final de 2010 (MW Brutos)



Cotação EDP Renováveis (euros)



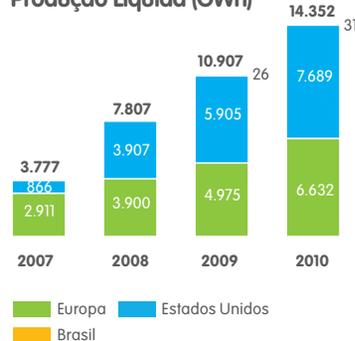
Portfólio de Produção (MW Brutos)



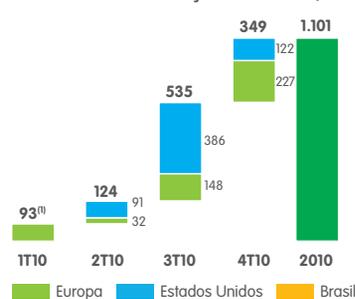
Load Factor (%)



Produção Líquida (GWh)



Entrada em Serviço em 2010 (MW)



(1) Inclui 62 MW de Altos de Voltoya, adquirido em janeiro de 2010



Parque Eólico de Cabeça da Rainha – Portugal

Parque Eólico de Cerros de Radona – Soria – Espanha



Parque Eólico de Marple Ridge – Estados Unidos da América



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP está presente na actividade de distribuição de electricidade através da EDP Distribuição, em Portugal, e da HC Energía, em Espanha. Esta actividade, centrada essencialmente na melhoria da eficiência e qualidade de serviço das redes de distribuição, registou em 2010 mais de 57 TWh de energia distribuída.

PORTUGAL

Em Portugal, a EDP Distribuição tem a Concessão da Rede Nacional de Distribuição (RND) de Electricidade em Média e Alta Tensão e a Concessão das Redes de Distribuição em Baixa Tensão da totalidade dos municípios, no território continental, no número de 278. Conta com 220.318 km de rede e distribuiu 47,8 TWh de energia eléctrica em 2010 a um total de 6,2 milhões de clientes.

As políticas de investimento implementadas nos últimos anos, simultaneamente com a aceleração do investimento em automação da rede, e a implementação de novos processos na área da manutenção, têm tido excelentes resultados na evolução dos indicadores que medem a qualidade técnica de serviço, nomeadamente no TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) que regista, em 2010, 116 minutos, sem eventos extraordinários, valor perfeitamente comparável com o verificado em redes de outros distribuidores com semelhantes estruturas de rede e de consumos. O ano de 2010 foi afectado por três eventos excepcionais, nomeadamente a tempestade Xynthia, em 27 de Fevereiro, e vento e chuva muito fortes em 3 de Outubro, que afectaram 1.200 e 300 mil de clientes, respectivamente, no Norte e Centro do país, e o tornado em 7 de Dezembro nos concelhos de Tomar e Sertã, que afectou 50 mil clientes. Estes eventos excepcionais representaram 30,5 e 1 minutos, respectivamente, de TIEPI.

As novas exigências ao nível da oferta e da procura de energia eléctrica, decorrentes da satisfação dos objectivos traçados de política energética, mantêm o esforço de desenvolvimento de novas capacidades para gerir e integrar o aumento dos níveis de fontes de energia e produção distribuída, através do Projecto InovGrid, tendo sido montados cerca de 20.000 Energy Boxes em instalações de clientes da cidade de Évora, escolhida para integrar o conceito de rede inteligente de energia (InovCity), e 320 DTC's (Distribution Transformer Controller) em postos de transformação cobrindo a sua quase totalidade. Foram ainda concretizados testes, com nova tecnologia baseada em LEDs, na rede de Iluminação Pública.

No âmbito da mobilidade eléctrica, foi constituída a EDP MOP, Operador de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A., para o desenvolvimento da rede de abastecimento de veículos eléctricos em Portugal, tendo-se concretizado a rede piloto, de âmbito nacional, que abrange 25 cidades.

Verificou-se um incremento na adesão à microprodução em baixa tensão, com a ligação à rede de 5.235 novos microprodutores com uma potência instalada de 18,6 MW. Foram também ligados à rede de distribuição 164 novos Produtores em Regime Especial (PRE) com uma potência instalada de 271,2 MVA. Em ambos os casos, verifica-se uma predominância de tecnologia fotovoltaica e eólica. No final do ano estavam ligados à rede 9.202 microprodutores com 32,6 MW de potência instalada, e 749 PRE com 5.079 MVA de potência instalada.

ESPAÑA

Em Espanha, a HC Energía realiza a actividade de distribuição eléctrica em 5 Comunidades Autónomas com um total aproximado de 22.200 Km de rede e mais de 9 TWh de energia distribuída, com um crescimento de 2% sobre o ano anterior.

Os investimentos levados a cabo nos últimos anos, bem como os procedimentos de actuação postos em prática, permitiram conseguir uma redução do tempo de interrupção de abastecimento a menos de uma hora nas Astúrias, a principal zona de Distribuição, que concentra mais de 96% dos nossos clientes. A HC Energía continua a liderar a qualidade de serviço no Sistema eléctrico Espanhol. Sem ter em conta as inundações dos dias 16 e 17 de Junho 2010, a HC Energía registou o melhor índice de qualidade de serviço de sempre com um valor de 46 minutos (0,77 horas) o que representa uma descida de 9 minutos relativamente ao ano 2009 que foi o anterior recorde registado.

No dia 29 de Julho de 2010, HC Energía vendeu os activos de transporte de electricidade à Rede Electrica Espanhola (REE), operação ainda pendente de autorização pelas autoridades competentes em Espanha.

negócios / síntese de actividade

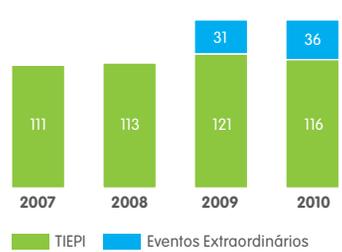
ACTIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

	Unid	2010	2009	2008	2007
PORTUGAL					
Energia Entrada na rede de Distribuição					
Para o Mercado Regulado	GWh	33.484	40.452	48.796	43.779
Para o Mercado Livre	GWh	18.130	8.971	1.306	5.731
Total	GWh	51.614	49.422	50.102	49.510
Nota: inclui consumos MAT					
Energia Saída da Rede Eléctrica					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	51.614	49.422	50.102	49.510
Perdas da Distribuição	GWh	-3.778	-3.277	-3.633	-2.591
Energia Saída da Rede de Distribuição	GWh	47.836	46.146	46.468	46.919
Entregas de Energia ao Mercado Regulado					
Total	GWh	30.581	37.626	45.289	41.546
Muito Alta Tensão	GWh	1.012	1.330	1.667	1.527
Alta Tensão	GWh	2.095	3.723	6.358	6.265
Média Tensão	GWh	4.795	9.128	14.052	10.290
Baixa Tensão Especial	GWh	2.498	3.163	3.340	2.491
Baixa Tensão	GWh	18.653	18.740	18.364	19.523
Iluminação Pública	GWh	1.528	1.542	1.509	1.449
Entregas de Energia ao Mercado Livre					
Total	GWh	17.255	8.520	1.180	5.373
Muito Alta Tensão	GWh	512	208	0	3
Alta Tensão	GWh	4.387	2.089	2	11
Média Tensão	GWh	9.731	4.770	263	4.098
Baixa Tensão Especial	GWh	1.228	413	219	996
Baixa Tensão	GWh	1.398	1.040	695	264
TIEPI	Min	152	152	113	111
Pontos de Abastecimento	m#	6.149	6.120	6.088	6.054
Colaboradores	#	3.670	3.778	3.996	4.242
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão	km	220.318	218.226	214.856	212.317
Linhas aéreas	km	172.181	170.931	169.321	167.486
Linhas subterrâneas	km	48.138	47.295	45.534	44.831
Subestações	#	404	399	397	382
Postos de transformação	#	63.223	62.036	61.157	59.841
Indicadores de eficiência					
Pontos Abastecimento/Colaborador	#	1.675	1.620	1.524	1.427
Energia/Colaborador	GWh	13,0	12,2	11,6	11,2
ESPANHA					
Energia Saída da Rede Eléctrica					
Energia Entregue à Rede de Distribuição	GWh	9.704	9.519	10.029	10.008
Perdas da Distribuição	GWh	384	389	350	386
Energia Saída da Rede de Distribuição	GWh	9.320	9.131	9.679	9.622
Distribuição de Electricidade					
Alta Tensão	GWh	5.401	5.322	5.762	5.882
Média Tensão	GWh	1.273	1.215	1.284	1.204
Baixa Tensão	GWh	2.646	2.594	2.633	2.536
Total	GWh	9.320	9.131	9.679	9.622
Total Mercado Espanha	GWh	237.892	229.899	240.797	238.974
Quota EDP	%	3,9	4,0	4,0	4,0
TIEPI	Min	46	55	65	59
Pontos de Abastecimento	m#	651	645	628	617
Colaboradores	#	386	368	366	389
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão	km	22.265	21.874	21.356	20.995
Linhas aéreas	km	18.148	17.995	17.836	17.669
Linhas subterrâneas	km	4.117	3.878	3.520	3.325
Subestações	#	53	53	48	48
Postos de transformação	#	6.507	6.464	6.327	6.192
Indicadores de eficiência					
Pontos Abastecimento/Colaborador	#	1.687	1.751	1.717	1.585
Energia/Colaborador	GWh	24,1	24,8	26,4	24,7

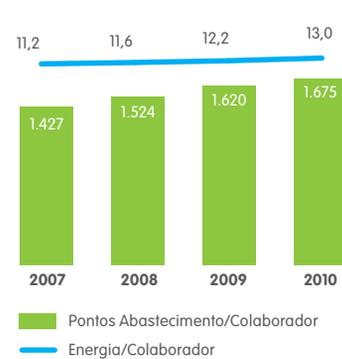
Energia Distribuída (TWh)



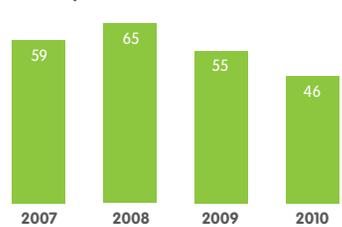
Tempo de Interrupção Equivalente em Portugal (minutos)



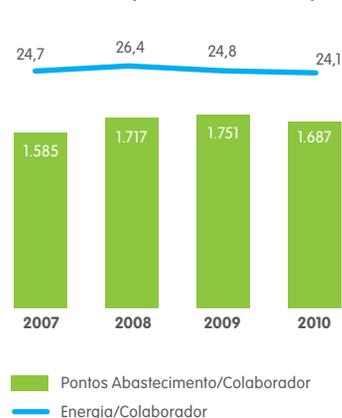
Eficiência Operacional em Portugal



Tempo de Interrupção Equivalente em Espanha (minutos)



Eficiência Operacional em Espanha





Subestação do Desterro

Subestação de S. Francisco



Rede de Distribuição



negócios / síntese de actividade

ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ELECTRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP desenvolve a actividade de comercialização em Portugal no mercado regulado através da EDP Serviço Universal, que assegura o fornecimento de electricidade cujo tarifário é definido regulatoriamente, e no mercado livre através da EDP Comercial. Em Espanha está presente no mercado regulado através da HC Energía Último Recurso e no mercado livre através da HC Energía e da CHC Energía, actuando em regime de concorrência com outros operadores ibéricos.

PORTUGAL

Durante o ano de 2010 o número global de Clientes no Mercado Regulado (MR) diminuiu 0,9%, em consequência da passagem líquida de cerca de 100 mil Clientes para o mercado livre, parcialmente compensada pela entrada de 51 mil Clientes. As vendas de electricidade no mercado regulado decresceram em termos globais cerca de 19% em relação ao ano anterior, com particular realce na AT e na MT, com reduções próximas de 44% e 47%, respectivamente. Esta quebra deve-se à referida migração de Clientes para o mercado livre.

2010 foi um ano de consolidação do Mercado Livre de energia eléctrica, após o seu relançamento em 2009, em particular no segmento B2B. Um contexto tarifário e de mercado mais favorável permitiu o desenvolvimento de um mercado mais concorrencial onde a EDP Comercial, através da sua relação de parceria com os Clientes, manteve uma posição de liderança.

A EDP Comercial alcançou uma quota de 51%, em energia vendida, fornecendo, no final de Dezembro, 88% das instalações em mercado livre. Este desempenho resultou da acção sustentada das unidades de negócio da empresa.

O segmento B2B, seguindo os passos dados em 2009 para o relançamento do mercado, foi mais uma vez aquele que revelou maior dinâmica concorrencial em 2010, com a entrada de novos “players” no mercado. A oferta de uma proposta de valor ajustada às necessidades dos Clientes resultou num volume de vendas de cerca de 7,5 TWh, ao longo de 2010, e numa carteira de 8.993 instalações no final do ano. No segmento B2C, a EDP Comercial foi a escolha de aproximadamente 305 mil Clientes residenciais e pequenos negócios (90% do Mercado Livre), no final do ano, correspondentes a um volume de vendas de cerca de 1,3 TWh.

Relativamente à EDP Serviços, 2010 foi um ano de consolidação da oferta existente, sempre assente em três vectores estratégicos – Eficiência energética, Serviços multitécnicos e Produção descentralizada de energia – e do desenvolvimento de soluções desenhadas à medida de necessidades específicas como as de Pequenas e Médias Empresas e Clientes residenciais, nomeadamente a solução de Microgeração de Solar Fotovoltaico.

ESPAÑA

O Grupo EDP atingiu um total de aproximadamente 651 mil clientes no Mercado Livre, que representa um aumento de 23% em relação a 2009.

O segmento de mercado B2B registou vendas de 18.124 GWh, verificando-se um crescimento de 41% face ao ano anterior. Por outro lado, também foi optimizado o nível da estrutura da carteira de Clientes, melhorando a margem dos segmentos de Grandes Contas e Empresas. Segundo as acções realizadas, o nível de satisfação geral deste tipo de Clientes é superior a 95%.

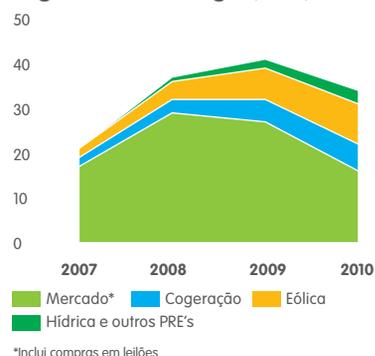
A estratégia no segmento B2C tem-se centrado na análise de carteiras para a captação de Clientes rentáveis e a sua fidelização com uma oferta dual e serviços de manutenção residencial. O nível de satisfação deste tipo de Clientes situa-se em 87%.

negócios / síntese de actividade

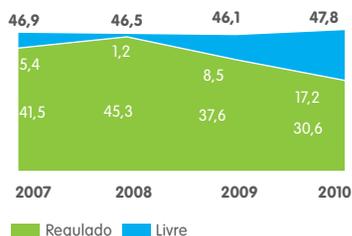
ACTIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

	Unid	2010	2009	2008	2007
Comercialização de último recurso em Portugal					
Nº Clientes					
Muito Alta Tensão	#	21	26	53	55
Alta Tensão	#	177	193	234	213
Média Tensão	#	12.803	17.681	22.913	20.748
B. Tensão Especial	#	23.985	28.246	32.170	25.687
Baixa Tensão	#	5.702.584	5.746.352	5.785.797	5.807.784
Iluminação Pública	#	52.113	50.299	49.260	48.308
Total	#	5.791.683	5.842.797	5.890.427	5.902.795
Electricidade					
Muito Alta Tensão	GWh	1.012	1.330	1.667	1.527
Alta Tensão	GWh	2.095	3.723	6.358	6.265
Média Tensão	GWh	4.795	9.128	14.052	10.290
B. Tensão Especial	GWh	2.498	3.163	3.340	2.491
Baixa Tensão	GWh	18.653	18.740	18.364	19.523
Iluminação Pública	GWh	1.528	1.542	1.509	1.449
Total	GWh	30.581	37.626	45.289	41.546
Comercialização livre em Portugal					
Nº Clientes					
EDP Comercial	#	313.608	259.698	197.151	148.319
B2B	#	9.082	7.535	9	5.105
B2C	#	304.526	252.163	197.142	143.214
Outras comercializadoras	#	43.755	17.310	601	3.294
Electricidade	GWh	17.248	8.520	1.180	5.372
EDP Comercial	GWh	8.794	5.529	947	3.010
B2B	GWh	7.510	4.565	271	2.751
B2C	GWh	1.284	963	676	259
Outras comercializadoras	GWh	8.453	2.992	233	2.363
Comercialização regulada / último recurso em Espanha					
Número de Clientes					
Alta Tensão	#	0	0	4	12
Média Tensão	#	0	0	77	306
Baixa Tensão	#	359.145	422.252	549.317	564.773
Total	#	359.145	422.252	549.398	565.091
Electricidade					
Alta Tensão	GWh	0	1.559	5.064	5.629
Média Tensão	GWh	0	11	133	268
Baixa Tensão	GWh	1.099	1.563	2.043	2.142
Total	GWh	1.099	3.133	7.240	8.039
Comercialização livre em Espanha					
Número de Clientes					
HC Energía + NG Energía	#	5.248.118	3.028.182	2.153.754	1.697.340
B2B	#	650.860	530.778	117.175	89.410
B2C	#	7.871	4.848	3.400	2.680
Outras comercializadoras	#	642.989	525.930	113.775	86.730
Electricidade	GWh	183.589	143.298	107.174	72.961
HC Energía + NG Energía	GWh	20.342	16.234	12.507	11.236
B2B	GWh	18.124	12.833	9.941	9.166
B2C	GWh	2.218	3.402	2.566	2.070
Outras comercializadoras	GWh	163.247	127.063	94.666	61.725

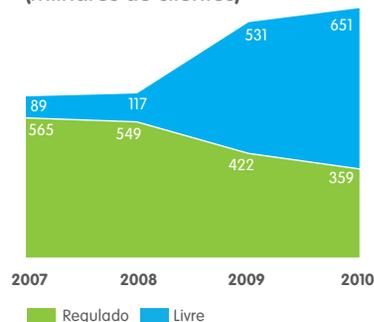
Compras de Energia para o Mercado Regulado em Portugal (TWh)



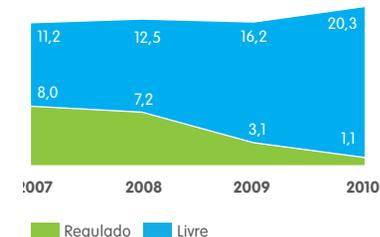
Consumo Mercado Regulado e Livre em Portugal (TWh)



Número de Clientes Mercado Regulado e Livre em Espanha (milhares de clientes)



Consumo Mercado Regulado e Livre em Espanha (TWh)



Quota de Mercado em Energia - Comercialização Livre (%)





Contact Center



negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

PRESENÇA DO GRUPO EDP NA ACTIVIDADE DE GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA EM 2010

O Grupo EDP detém uma presença de referência no mercado ibérico do gás natural. Está presente em Portugal com a Portgás (actuando sob as marcas EDP Gás Distribuição e EDP Gás Serviço Universal), a EDP Gás.Com (comercializadora licenciada para operação no mercado liberalizado) e uma participação minoritária na Setgás. Em Espanha está presente com o Grupo Naturgas.

Embora o ano de 2010 tenha sido marcado pela crise mundial, o Grupo EDP Gás continuou a crescer em pontos de abastecimento (+3,7%), clientes (+1,3%) e volumes veiculados (+109,2%) e comercializados (+57,7%). O volume de gás distribuído e comercializado teve um aumento acentuado face ao período homólogo em resultado da incorporação dos activos adquiridos à Gas Natural em Dezembro de 2009, nas Comunidades Autónomas de Cantabria e Murcia, por um lado, e do crescimento no mercado industrial português, pelo outro. A actividade de comercialização viveu o ano numa conjuntura económica muito desfavorável nomeadamente ao nível da competitividade do gás oriundo de contratos de longo prazo, que representam a larga maioria das carteiras de aprovisionamento na Europa e, em particular, na Península Ibérica. Desta forma, em Espanha, esta actividade apresenta uma contracção significativa da margem e do número de clientes. Em Portugal, e aproveitando a actual fase de abertura do mercado, foi possível manter uma trajectória ascendente no que toca aos volumes captados.

PORTUGAL

Na actividade de Distribuição continuámos o desenvolvimento da concessão garantindo o alargamento da cobertura da rede de abastecimento a novos concelhos, chegando a Vila Nova de Cerveira, Lousada, Valença e Paços Ferreira, bem como a densificação da mesma, o que resultou num incremento de mais de 24.000 pontos de abastecimento (+10,8% face a 2009).

O mercado de comercialização de gás natural, desde 01 de Janeiro de 2010, é totalmente livre mas, apesar desta nova realidade, a EDP Gás Serviço Universal, empresa regulada, embora tenha diminuído o volume de gás comercializado viu o seu número de clientes aumentar.

Por outro lado, a EDP Gás Comercial solidificou a sua posição de importante agente no mercado livre de grandes consumos (B2B), continuando a concentrar a sua acção estratégica tanto na actividade de "trading", transaccionando 9,9 TWh de Gás Natural, como na actividade de comercialização, atingindo as 186 contas e uma quota de mercado de 28,4%.

Em 2010 foi ainda atribuída a licença de comercialização de gás natural à EDP Comercial que, em paralelo ao seu papel de comercializador de energia eléctrica, opera agora também no mercado de gás natural com uma oferta direccionada ao segmento empresarial (B2B) e ao segmento residencial e pequenos negócios (B2C), tendo sido o primeiro comercializador em mercado livre a apresentar uma oferta dual ao segmento B2C.

Ao longo do ano, a EDP Comercial forneceu cerca de 21 GWh, tendo sido a escolha de cerca de 430 Clientes, dos quais cerca de 340 são Clientes residenciais ou pequenos negócios (B2C).

ESPAÑA

Na actividade de transporte destaca-se a conclusão da construção da terceira e última parcela do desdobramento do gasoduto de transporte Bergara-Irún, do gasoduto Serinyà-Figueras, a entrada em funcionamento do gasoduto Corvera-Tamon bem como o início de construção do gasoduto Bilbao-Treto.

Na actividade de distribuição, o volume veiculado mais do que duplica face ao ano anterior com a inclusão dos activos de alta pressão assim como das duas distribuidoras de Murcia e Cantábria. Os pontos de abastecimento ligados cresceram cerca de 20.000 face ao período homólogo com o incremento do esforço de densificação e com a chegada a novos núcleos populacionais como é o caso de Ólvega, Berriaga Monte (La Bilbaina) no País Basco, Etxebarria PNN (País Basco) e de Villarejo Salvanes (Madrid).

No decurso de 2010, a conjuntura de mercado, de redução da procura e de aumento da oferta "spot" disponível, veio colocar muitas comercializadoras ibéricas sob pressão para escoar o seu gás contratado a longo prazo em regime firme. Tal levou a um forte aumento da concorrência e a uma degradação dos preços no retalho. Para contrariar esse efeito, a Naturgas apostou na diversificação quer da carteira de compra, com um importante recurso ao mercado "spot" durante 2010, quer da de venda, beneficiando ainda das sinergias resultantes de uma gestão conjunta da carteira de aprovisionamento da EDP, e da optimização desta entre os mercados português e espanhol, por um lado, e entre consumos em ciclos combinados ou colocação no retalho de gás, por outro.

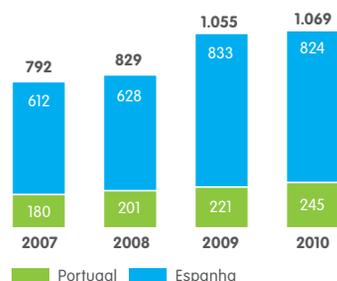
negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO DO GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

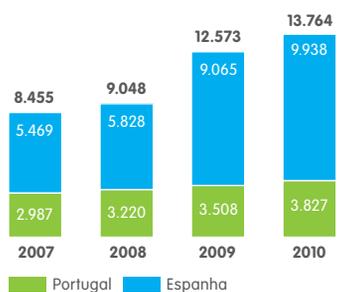
	Unid	2010	2009	2008	2007
Península Ibérica					
Número de Clientes	#	1.069.127	1.054.806	829.282	791.695
Regulados	#	244.721	221.266	200.988	376.407
Último Recurso	#	140.766	214.059	122.000	0
Livres	#	683.640	619.481	506.294	415.288
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	1.229.220	1.185.225	891.020	844.894
Extensão da Rede	Kms	13.764	12.573	9.048	8.455
Rede de Transporte	Kms	417	362	309	307
Rede de Distribuição	Kms	13.347	12.211	8.739	8.148
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	4,5	2,1	2,3	1,9
Comercializado	m3	3,3	2,1	2,1	1,6
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	52,5	25,1	26,6	22,7
Comercializado	TWh	38,7	24,6	28,9	25,3
Regulado	TWh	2,0	2,3	4,2	7,1
Último Recurso	TWh	0,9	1,2	n/a	0,0
Livre *	TWh	35,9	21,1	24,7	18,2
Número de Colaboradores	#	519	537	422	411
Portugal					
Número de Clientes	#	245.335	221.356	200.988	179.802
Regulados	#	244.721	221.266	200.988	179.802
Último Recurso	#	0	0	0	0
Livres	#	614	90	0	0
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	245.347	221.388	200.988	179.802
Extensão da Rede	Kms	3.827	3.508	3.220	2.987
Rede de Transporte	Kms	0	0	0	0
Rede de Distribuição	Kms	3.827	3.508	3.220	2.987
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	0,6	0,5	0,5	0,0
Comercializado	m3	0,8	0,3	0,2	0,0
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	6,8	6,1	6,0	2,6
Comercializado	TWh	8,9	3,3	2,7	2,6
Regulado	TWh	2,0	2,3	2,7	2,6
Último Recurso	TWh	0	0	0,0	0,0
Livre	TWh	7,0	1,0	0,0	0,0
Número de Colaboradores	#	102	101	111	114
Espanha					
Número de Clientes	#	823.792	833.450	628.294	611.893
Regulados	#	0	0	0	196.605
Último Recurso	#	140.766	214.059	122.000	0
Livres	#	683.026	619.391	506.294	415.288
Pontos de Abastecimento					
Distribuição	#	983.873	963.837	690.032	665.092
Extensão da Rede	Kms	9.938	9.065	5.828	5.469
Rede de Transporte	Kms	417	362	309	307
Rede de Distribuição	Kms	9.521	8.703	5.519	5.161
Volume de Gás (milhões)					
Distribuído	m3	3,9	1,6	1,8	1,7
Comercializado	m3	2,6	1,8	2,1	1,6
Volume de Gás					
Distribuído	TWh	45,6	19,0	20,7	20,2
Comercializado	TWh	29,8	21,3	26,3	22,7
Regulado	TWh	0,0	0,0	1,5	4,5
Último Recurso	TWh	0,9	1,2	n/a	0,0
Livre *	TWh	28,9	20,1	24,7	18,2
Número de Colaboradores	#	417	436	311	297

* Inclui em 2008 o consumo de último recurso

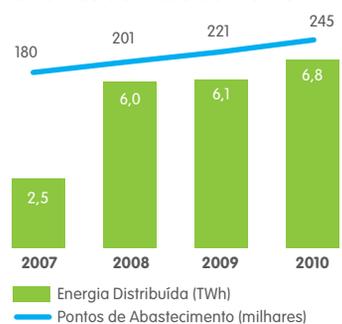
Número de Clientes (milhares)



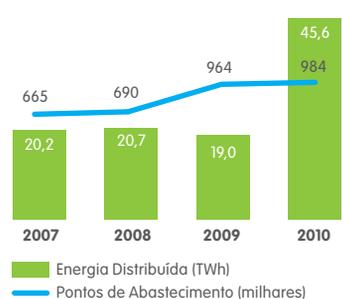
Extensão da Rede (Kms)



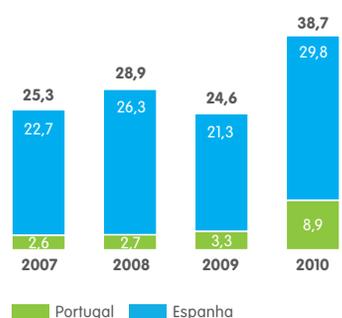
Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - PT



Energia Distribuída e Pontos de Abastecimento - ES



Gás Comercializado (TWh)





Gasoduto Bergara-Irún

Gasoduto Bergara-Irún



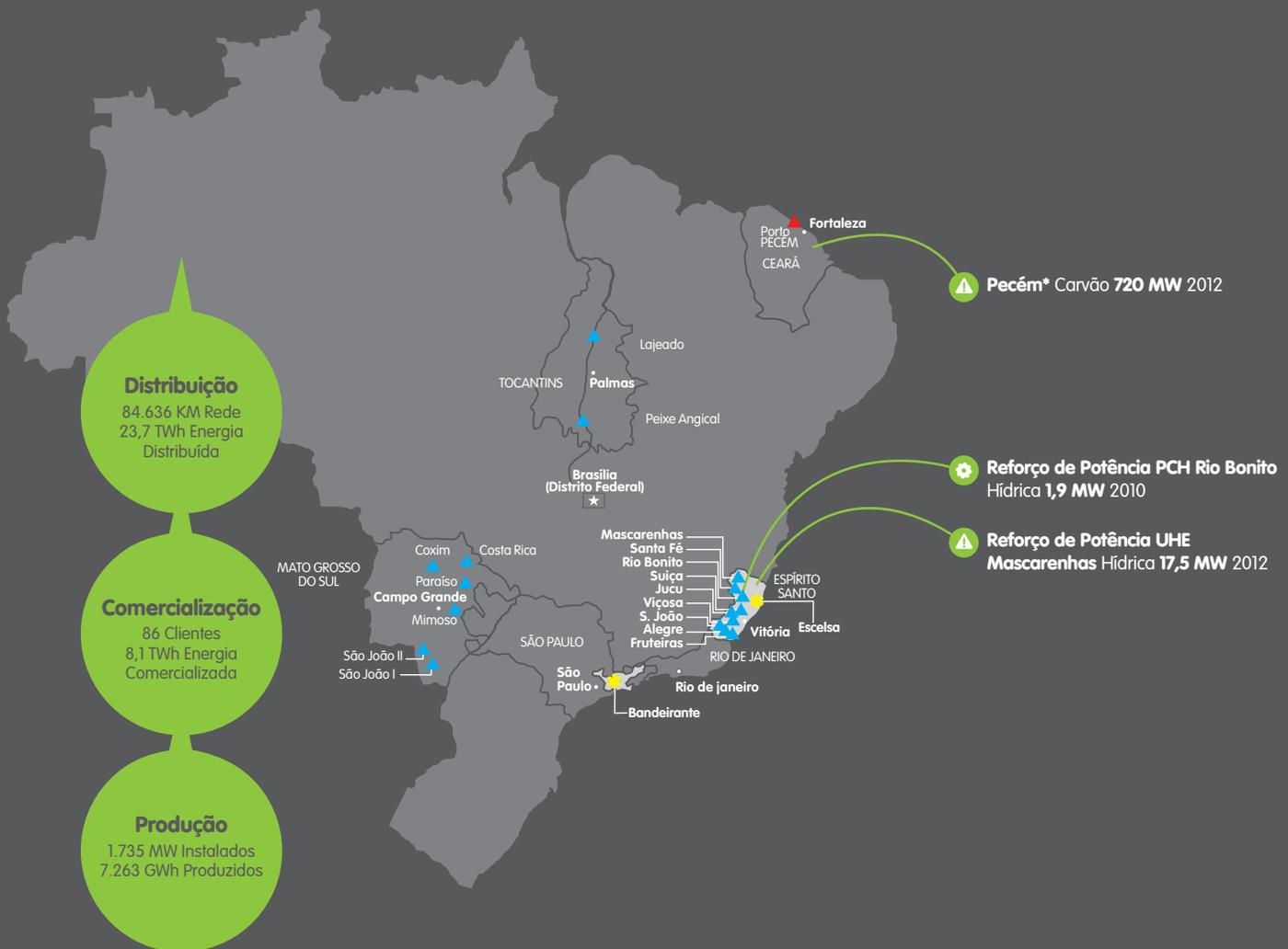
negócios / síntese de actividade

NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

PRESEÇA DO GRUPO EDP NO BRASIL

- ▲ Centrais Hidroelétricas em exploração
- ▲ Centrais Termoelétricas em construção
- ✱ Distribuidoras
- Áreas de concessão das distribuidoras
- ⚙ Entradas em Serviço
- ▲ Em construção

* EDP Energias do Brasil detém 50% desta central



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL EM 2010

O Grupo EDP está presente no Brasil nas actividades de Produção, Distribuição e Comercialização de electricidade através da EDP no Brasil.

PRODUÇÃO

A actividade de Produção compreende a gestão de Centrais Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH), com uma capacidade instalada total de 1.735 MW, em Dezembro de 2010.

Durante o ano de 2010 ocorreu a repotenciação da PCH Rio Bonito que aumentou a capacidade instalada em 1,9 MW, e da UHE Mascarenhas que tem previsão de término em 2012.

Aquisição de dois projectos de PCHs no estado do Mato Grosso, a negociação envolve a compra da PCH Cabeça de Boi, com 30 MW de capacidade instalada, e da PCH Fazenda, com 19,5 MW somando 49,5 MW de potência instalada e 27,5 MW médios de energia assegurada.

A previsão para início da construção dos empreendimentos está marcada para março de 2011 e a entrada em operação deve ocorrer em janeiro de 2013.

Em 2009, A EDP no Brasil adquiriu, através de sua "joint-venture" com a EDP Renováveis, controlo integral da empresa Elebrás projectos, que possui um "portfólio" de 533 MW, incluindo o parque eólico de Tramandaí, que possuirá 70 MW de capacidade instalada e cuja entrada em operação esta prevista para 2011.

COMERCIALIZAÇÃO

No segmento de Comercialização de energia eléctrica, actua através da Enertrade, que em 2010 comercializou 8,1 TWh a clientes no mercado liberalizado, com uma quota de mercado de 12,6%.

A energia vendida em 2010 foi 6,1% inferior ao ano anterior. Além da estratégia de aproveitar as oportunidades no segmento de curto prazo ao longo de 2009, justificam a redução do volume comercializado os contratos vendidos no Leilão de Ajuste de 2009, o que levou a Enertrade a bater recordes mensais de comercialização de energia.

DISTRIBUIÇÃO

Na Distribuição, a EDP no Brasil detém o controlo integral das empresas Bandeirante e Escelsa, servindo cerca de 2,74 milhões de clientes e distribuindo 23,7 TWh em 2010.

A Bandeirante distribuiu em 2010 14,3 TWh, superior em 7,7% em relação a 2009. A energia eléctrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 9,0 TWh, que representou um crescimento de 5,3% sobre o ano de 2009. A empresa encerrou o ano de 2010 com 1,5 milhões de clientes, mais 1,4% do que em 2009. Durante 2010, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e concessionárias, totalizou o montante de 5,3 TWh, o que representou um decréscimo de 12,0 % face a 2009.

A Escelsa distribuiu em 2010 9,4 TWh, um aumento de 17,7% em relação a 2009. O número de clientes atingiu 1,24 milhões, um aumento de 4,4% face ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu um total de 5,7 TWh, apresentando um crescimento de 7,0% face a 2009. Para o mercado livre, a Escelsa distribuiu o montante de 3,8 TWh, apresentando um acréscimo de 38,5% face ao ano anterior se recuperando da crise mundial que afectou o estado em 2008/2009.

Destaque ainda para a continuidade do Programa de Combate às Perdas Não Técnicas e os investimentos no mercado de média tensão com a instalação de 620 conjuntos de medição externa em unidades consumidoras de médio e grande portes, com o programa, a EDP Escelsa reduziu as perdas não técnicas de 6,78% para 5,72%, resultado significativo em 2010.

negócios / síntese de actividade

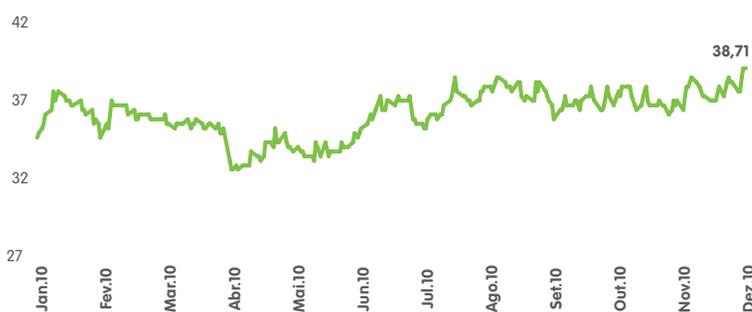
NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

	Unid.	2010	2009	2008	2007
Produção					
Nº de Grupos Geradores	#	39	39	37	32
Centrais Hidroeléctricas (UHE)	#	14	14	14	9
Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH)	#	25	25	23	23
Potência Máxima em 31 de Dezembro					
Lajeado	MW	903	903	903	250
Peixe Angical	MW	452	452	452	452
Mascarenhas	MW	181	181	181	181
Suiça	MW	34	34	32	32
Mini-hídricas	MW	165	164	130	130
Total Potência Máxima	MW	1.735	1.733	1.697	1.044
Produção Líquida					
Lajeado	GWh	3.205	3.169	1.795	982
Peixe Angical	GWh	2.523	2.093	2.250	2.203
Mascarenhas	GWh	674	846	740	838
Suiça	GWh	118	54	76	141
Mini-hídricas	GWh	742	731	612	539
Total Produção Líquida	GWh	7.263	6.893	5.473	4.704
Distribuição					
Energia Distribuída					
Bandeirante	GWh	14.310	13.292	13.554	13.268
Escelsa	GWh	9.439	8.021	8.652	8.488
Enersul	GWh	0	0	2.202	3.273
Total	GWh	23.749	21.313	24.408	25.029
Pontos de Abastecimento	#	2.740.447	2.667.701	2.582.666	3.206.656
Nº Clientes					
Cativos	#	2.740.345	2.667.611	2.582.572	3.206.546
Bandeirante	#	1.502.815	1.482.355	1.438.651	1.401.302
Escelsa	#	1.237.530	1.185.256	1.143.921	1.095.116
Enersul	#	0	0	0	710.128
Livres	#	102	90	94	110
Bandeirante	#	82	73	72	74
Escelsa	#	20	17	22	21
Enersul	#	0	0	0	15
Total	#	2.740.447	2.667.701	2.582.666	3.206.656
Indicadores de Estrutura das redes					
Extensão da rede	Kms	84.636	82.289	81.579	147.043
Subestações	#	129	122	133	221
Postos de Transformação	#	188.121	180.272	168.691	223.322
Comercialização					
Energia Comercializada no Brasil	GWh	64.211	56.120	54.345	84.566
Enertrade**	GWh	8.061	8.586	7.282	7.188
Outros	GWh	56.150	47.534	47.062	77.378
Clientes Enertrade	#	86	120	64	78

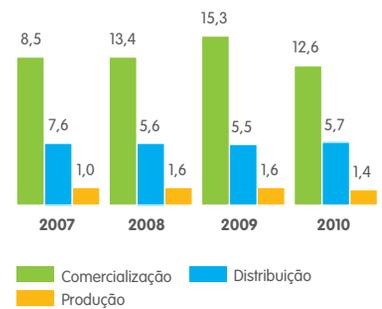
* Exclui Eólicas

** Não considera liquidações financeiras na CCEE

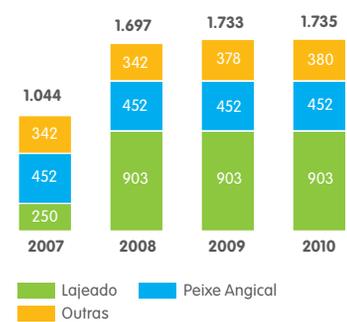
Cotação ENBR3 (BRL)



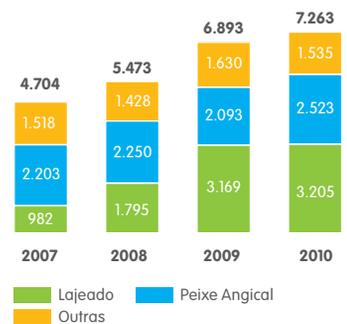
Quota de Mercado (%)



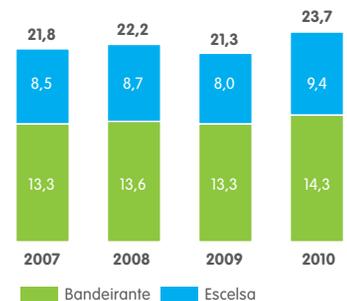
Portfolio de Produção (MW)



Produção Líquida (GWh)



Electricidade Distribuída (TWh)



Número de Clientes (milhões)





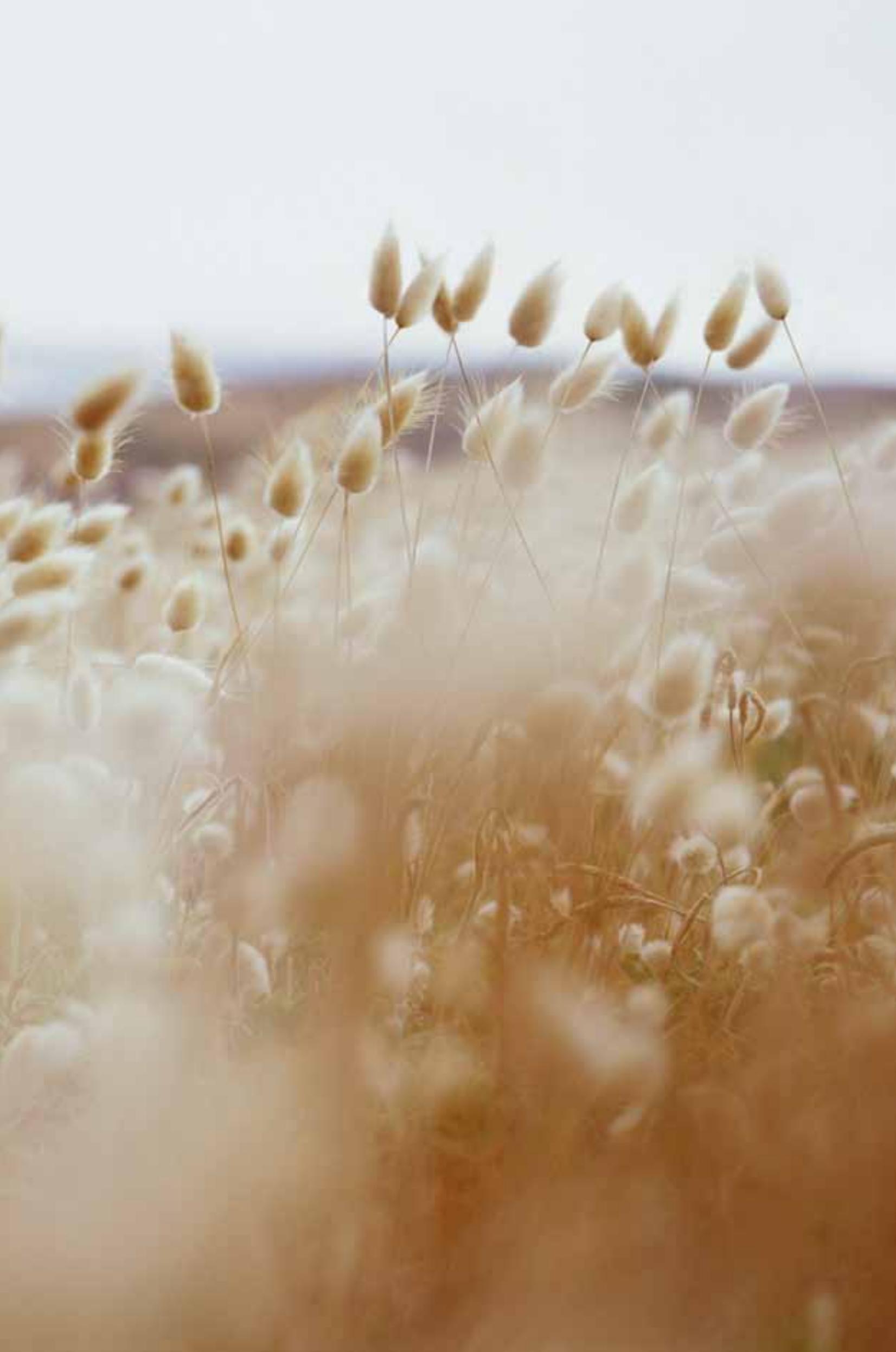
UHE Lajeado

PCH Rio Bonito



contributo para
a sustentabilidade

66	RECONHECIMENTO
66	Corporativo
66	Portugal
67	Espanha
67	Brasil
67	Edp Renováveis
68	ABORDAGEM CORPORATIVA
68	Estratégia e Compromissos
70	Diálogo com as partes interessadas
71	I&D E INOVAÇÃO
71	Eficiência Energética
71	Tecnologia de Distribuição
72	Energias Renováveis
72	Tecnologias avançadas de produção
72	Outras iniciativas de Inovação
73	COMUNICAÇÃO
73	Comunicação institucional
73	Marca edp
73	EDP nos meios de comunicação
74	Campanhas institucionais
75	COLABORADORES
76	Políticas de Recursos Humanos
76	Caracterização
77	Atrair e comprometer
77	Valorizar e Desenvolver
78	Avaliação de Potencial e Desempenho
78	Sistemas de Saúde e outros benefícios sociais
79	Satisfação dos colaboradores
79	Comunicação e Gestão da Mudança
79	Relações Laborais
79	Segurança e Saúde no Trabalho
80	Actividades relevantes em 2010
81	Acidentes e Quase-Acidentes
81	Doenças profissionais
81	CLIENTES
81	A Voz dos Clientes
82	Melhorar o acesso à energia
83	Qualidade de serviço
84	Segurança do produto
84	Provedor do Cliente
84	Acesso aos serviços e comunicação
84	Práticas de Privacidade
84	Promoção da Eficiência Energética
86	Serviços e produtos de valor acrescentado
86	FORNECEDORES
86	Caracterização
86	Diálogo
87	Boas Práticas
89	Ambiente e Segurança
89	Contratados e Subcontratados
89	COMUNIDADE
89	Sociedade
90	ONG
91	Comunidades Locais
92	Apoio ao desenvolvimento
93	Outros apoios à comunidade
96	DESEMPENHO AMBIENTAL
98	Reduzir os Impactes Ambientais
100	Alterações Climáticas
102	Biodiversidade



contributo para a sustentabilidade

1. RECONHECIMENTO

CORPORATIVO

EDP no "ranking" da Forbes

A EDP integra a lista "The World's Leading Companies" da Forbes, no "ranking" das cinco melhores empresas do mundo no sector das "utilities". Os indicadores analisados são: crescimento do volume de negócios a cinco anos, crescimento do resultado líquido, retorno do capital e retorno ao accionista.

António Mexia, Melhor CEO Europeu

O Presidente Executivo da EDP, António Mexia, foi considerado o melhor CEO europeu de empresas de energia (utilities), pela "Institutional Investor".

EDP distinguida com Prémio Business Internationalisation Award

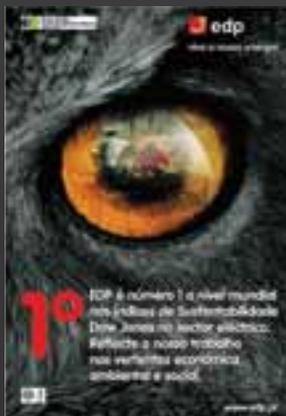
A Embaixada Britânica distingue a EDP na categoria "Internacionalização". O prémio reconhece a aposta que o Grupo está a fazer na produção de energia eólica "offshore" no Reino Unido.

Melhor Reporte Financeiro do mundo

A EDP foi considerada a melhor empresa mundial no "2010 IR Global Rankings", em relato financeiro. Foi, ainda, reconhecida como uma das melhores do sector na área de "Corporate Governance".

DJSI - EDP é líder mundial do sector eléctrico 2010/2011

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra os índices DJSI World e DJSI Europe, e foi considerada pela 1ª vez líder mundial do sector eléctrico no referencial de avaliação em Sustentabilidade desenvolvido pela SAM. Integra pela 1ª vez o índice DJSI Enlarged, criado pela SAM em 2010.



KAKUMA é parceiro oficial da Sustainable Energy Europe Campaign

O projecto-piloto desenvolvido pela EDP e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no campo de refugiados de Kakuma, no Quênia, foi reconhecido como Parceiro Oficial da Sustainable Europe Campaign, uma iniciativa da Comissão Europeia, lançada em 2005, no âmbito do programa europeu Energia Inteligente.

EDP é "gold class SAM 2010"

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP integra o conjunto de 15% das empresas com melhor desempenho em sustentabilidade, de acordo com a SAM ("Sustainable Asset Management"), obtendo a classificação "gold class SAM 2010" no "The Sustainability Yearbook 2010".

EDP integra Carbon Disclosure Leadership Index

A EDP ficou em 2º lugar na classificação Carbon Disclosure Project no sector das "utilities", integrando, pela primeira vez, o CDLI - Carbon Disclosure Leadership Index - constituído pelas empresas com o melhor relato de carbono a nível mundial. Pelo primeiro ano foi lançado inquérito relativo à Performance, no qual a EDP foi classificada como classe B.

EDP no ranking da "responsabilidade climática das empresas"

A EDP foi eleita, pela primeira vez, no ranking da "Responsabilidade Climática das Empresas: Índice ACGE (Alterações Climáticas e Gestão de Empresas) setorial 2010. O "ranking" foi publicado pelo Euronatura - Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado, demonstrando o empenho no combate ao fenómeno das alterações climáticas. No "ranking" a EDP classificou-se com 87,5%.

PORTUGAL

EDP recebe prémio de marca portuguesa mais valiosa

Com um valor de cerca de 3,3 mil milhões de euros, segundo o estudo "Top Portuguese League Table", da Brand Finance, a marca tem um "rating" AA. No ranking das 500 maiores marcas do mundo, a EDP é a 192ª, sendo a marca portuguesa mais bem posicionada.

Nº1 ibérico no Engagement Rating 2010

Com base na metodologia do Accountability Rating, a EDP foi considerada pela Sair da Casca e Revista Exame como número 1 no envolvimento de "stakeholders" em Portugal e em Espanha.

Prémio Melhor Estratégia Global de Investor Relations

A EDP foi reconhecida na categoria Melhor Desempenho em 2010, na iniciativa Investor Relations & Governance Awards, promovida pela Deloitte e pelo Diário Económico.

Contact Center EDP conquista 1º lugar dos Prémios APCC

O Contact Center da EDP em Portugal conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o 1º lugar do Prémio promovido pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC), na categoria "utilities".

Prémio Highly Protected Risk (HPR)

Após 6 anos de trabalho conjunto com a EDP em termos de análise do risco existente e assessoria na definição de recomendações para o mitigar, a FM Global reconheceu como HPR, a central Térmica da Ribatejo e as centrais Hídricas de Caniçada, Caldeirão, Alto Rabagão, Desterro, Vila Cova e Régua.

EDP vence Prémios Marketeer

EDP premiada nas categorias "Energia" e "Compromisso Social", na 2ª edição dos Prémios Marketeer. Foram entregues 23 prémios às empresas com melhor desempenho nas áreas do marketing, publicidade e comunicação em Portugal.



Prémio Cidadania das Empresas e Organizações 2010

Pela quarta edição consecutiva, a EDP foi distinguida pela AESE em parceria com a PricewaterhouseCoopers, na categoria das "utilities", pelas suas políticas de responsabilidade social e sustentabilidade.

EDP distinguida em 4 categorias do Grande Prémio APCE 2010

A EDP foi distinguida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) nas categorias de melhor vídeo, com o vídeo do Relatório & Contas 2008; melhor intranet, Portal Sou EDP; melhor televisão corporativa, edpON; e melhor campanha de comunicação institucional, com a campanha "Projeções". Estes prémios visam distinguir a excelência na estratégia da comunicação organizacional.

Comunicação EDP distinguida nos Prémios FEIEA

EDP foi distinguida nos prémios FEIEA (Federation of European Business Communicators Associations), com a edpON e o portal Sou EDP em 2º lugar e a capa da Revista ON em 3º lugar. Também nos prémios Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) a edpON foi distinguida na área de Media Audiovisual.

InovGrid premiado com o Optimus Innovation Awards

O projecto da EDP Distribuição foi, distinguido com o prémio Inovação Sectorial, pela inovação das soluções adoptadas, relevância do papel das comunicações na solução e pelo seu contributo para a melhoria da eficácia, eficiência e qualidade dos processos e serviços prestados.

ESPAÑA

HC Energía é a empresa mais valorizada pelos clientes espanhóis

Pelo segundo ano consecutivo, a HC Energía foi reconhecida como líder na satisfação, fidelidade, recomendação e compromisso por parte dos clientes, no sector do fornecimento de energia. Os prémios CM "Líderes em Excelência" 2010 são atribuídos pelo Grupo Iniciativa e a Revista CM, em colaboração com a Stiga.

HC Energía recebe prémio "Experiência de Cliente 2010"

Pelo sexto ano consecutivo, conquistou o Prémio de Melhor Centro de Atendimento aos Clientes (CAC) do sector em Espanha, atribuído pela Asociación Española de Expertos en Centros de Contacto con el Cliente (AEECCC) e Izo System.

HC Energía entre as 100 melhores empresas para trabalhar

A revista Espanhola "Actualidad Económica", considerou a HC Energía, como uma das melhores 100 empresas para trabalhar, destacando os factos que levaram a mesma a entrar no "ranking": o talento, o ambiente e a formação.

BRASIL

EDP no Brasil é empresa-modelo de sustentabilidade

Pelo terceiro ano consecutivo, foi considerada pelo Guia Exame de Sustentabilidade uma das 20 melhores empresas em responsabilidade corporativa.



EDP no Brasil é destaque em "As Melhores da Dinheiro"

A EDP foi eleita, no sector de energia, como a Melhor Empresa na Gestão em Inovação e Qualidade, pela pesquisa anual "As Melhores da Dinheiro", publicação especial da revista "Isto é Dinheiro".

As melhores companhias para os accionistas 2010

A EDP no Brasil é a 2ª melhor empresa para se investir, segundo a revista Capital Aberto.

EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial

Pelo quinto ano consecutivo, a EDP no Brasil integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA.

EDP Bandeirante é destaque no Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

As acções sócio-ambientais praticadas pela EDP Bandeirante são destaque no Relatório de Sustentabilidade 2009 do BID, reconhecendo que a empresa é um exemplo a ser seguido na área de práticas de sustentabilidade.

Ouro no Prémio Qualidade Espírito Santo

Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP Escelsa é ouro em Qualidade. Prémio atribuído pelo Programa para Incremento da Competitividade Sistémica do Espírito Santo (COMPETE-ES), coordenado pelo Governo do Estado.

Instituto EDP é ouro no X Prémio ABT

O Instituto EDP, no Brasil, é ouro na categoria Responsabilidade Social pelo projecto Letras de Luz, parceria com a Fundação Victor Civita.

EDP RENOVÁVEIS

EDP Renováveis Empresa do Ano

Segundo o "ranking" das 500 Maiores e Melhores empresas com actividade económica e financeira em Portugal, a EDPR foi aquela que mais se destacou em 2009 e a melhor no sector Água, Electricidade e Gás. Este prémio é uma iniciativa conjunta da Revista Exame e das consultoras Deloitte e Informa D&B Portugal.



EDPR nomeada Best Project Developer

A EDP Renováveis foi nomeada, nos Estados Unidos, pela revista mensal "Environmental Finance" como "Best Project Developer in North America Renewable Energy Finance sector".

Melhor Empresa Espanhola de Capital Português

Numa iniciativa do Círculo de "Empresarios y Gestores Españoles y Portugueses" (CEGEP), a EDP Renováveis foi considerada a melhor empresa de capital português a operar em Espanha. A empresa destacou-se pela sua força na criação de emprego, na produtividade e resultados obtidos.

EDPR no Top 100 Workplaces da Houston Chronicle

A EDPR NA foi nomeada pela "Houston Chronicle" como uma das empresas do "Top 100 Workplaces in Houston". Foi a primeira vez que a empresa recebeu tal distinção, ficando ainda no top 10 das médias empresas. Este estudo conjunto entre a "Houston Chronicle" e a "Workplace Dynamics" teve como base um inquérito feito a colaboradores da empresa, avaliando os seguintes parâmetros: a credibilidade da gestão, o índice de satisfação, e a relação entre a vida profissional e pessoal.



contributo para a sustentabilidade

2. ABORDAGEM CORPORATIVA

A EDP prossegue a sua estratégia para o sucesso sustentado, procurando a excelência do desempenho, a inovação social de processos e serviços e a manutenção de uma baixa exposição ao risco. Pretende aumentar, desta forma, o capital de confiança junto de todos os seus “stakeholders” e activamente contribuir para o progresso económico e social, melhorando a qualidade de vida das comunidades que serve.

O desempenho alcançado nas três frentes do Desenvolvimento Sustentável – económico, ambiental e social -, foi ao longo do ano, objecto de diversos e importantes reconhecimentos. Em 2010, a EDP alcançou a liderança mundial do sector eléctrico dos índices Dow Jones de Sustentabilidade, projectando o Grupo para um novo patamar de responsabilidade.

Os compromissos assumidos pela EDP reflectem as áreas onde mais pode fazer a diferença e assentam nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, publicados em 2004, e revistos já no início de 2011.

EDP É LÍDER MUNDIAL DO SECTOR ELÉCTRICO NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE 2010



Em 2010, a EDP foi reconhecida como Líder mundial do Sector Eléctrico, evidenciando o esforço de melhoria continuada do seu desempenho em sustentabilidade, procurando a excelência. Este é já o terceiro ano que a empresa integra os índices DJSI World e DJSI Europe. Pela primeira vez, integra o recente índice criado pela SAM, o DJSI Enlarged.

Avaliada em 22 critérios, a EDP atinge a liderança em 10, com a pontuação máxima em 8. Em termos relativos, a EDP assume a liderança isolada em 3 critérios: ferramentas de sistema de controlo de gestão; produção de electricidade e relato social.

A implementação destes Princípios ocorre nos diferentes níveis de gestão, desde a vertente mais estratégica, até à operacionalização nas diferentes áreas de negócio. Maior detalhe sobre a organização da sustentabilidade no Grupo pode ser consultado na secção Governo da Sociedade, Estrutura Funcional da EDP, pág. 126, ou em www.edp.pt > Sustentabilidade.

2.1 ESTRATÉGIA E COMPROMISSOS

De acordo com a Agenda Estratégica EDP, mantêm-se em vigor cinco linhas condutoras para a gestão até 2012:

- Aprofundar a integração da Sustentabilidade e da Gestão Ambiental nos sistemas de gestão e de controlo do Grupo;
- Identificar as melhores práticas e promover parcerias internas e externas;
- Reforçar competências em matéria de gestão da responsabilidade e do risco ambiental;
- Desenvolver uma cultura empresarial de excelência de desempenho em sustentabilidade;
- Alargar, aos diversos “stakeholders”, a aplicação de instrumentos de recolha de expectativas e de avaliação do desempenho do Grupo.

Estas linhas são concretizadas através de um Plano Operacional de Sustentabilidade e Ambiente, estabelecido anualmente, e têm como referencial o modelo base dos Índices Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

A responsabilidade e a determinação da empresa em manter os mais elevados padrões de desempenho em sustentabilidade são reforçadas pelo conjunto de iniciativas e objectivos sintetizados neste capítulo.

COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE	ESTADO	OBJECTIVOS/METAS
Iniciativas Transversais		
Manter a Classe Ouro da SAM	Novo	Manter o mesmo nível de reconhecimento nos próximos anos
Alargar a metodologia do Balance Scorecard de Sustentabilidade a todas as unidades de negócio	Novo	
Operacionalização das Escolas de Gás, Renováveis e Comercial da Universidade EDP	Novo	
Lançamento do Campus Online para o grupo piloto e posterior roll-out para todo o grupo	Novo	Reforço do princípio de resposta da AA1000, junto dos colaboradores
Aplicação do Programa Ética EDP a todos os colaboradores do Grupo EDP	80%	Concluída a sensibilização em Portugal e Brasil. Durante 2011, este programa será alargado às restantes geografias.
Reforço do diálogo com partes interessadas		
Comunidades Locais: Melhorar a comunicação de sustentabilidade na fase de projecto de novas infra-estruturas	90%	Conclusão, em 2011, da sensibilização de colaboradores para melhoria das práticas de comunicação às comunidades locais (AA1000: Princípio da Inclusão)
Clientes e colaboradores: Promover inquéritos de satisfação	Novo	Iniciativas periódicas (AA1000: Princípios da inclusão e materialidade)
ONG: Publicar relatório de Biodiversidade 2010, tornando a periodicidade anual	Novo	Em estudo modelos de participação, para reforçar princípio da inclusão e da Resposta, no âmbito AA1000.
Fornecedores: Instituir novo prémio de incentivo às boas práticas de inovação e de sustentabilidade	Novo	AA1000: Reforço do Princípio de Resposta
Fornecedores: Promover práticas de relato de sustentabilidade na cadeia de valor	Novo	Concluir a segunda edição do projecto Gantsh e alargar a sensibilização a outros fornecedores (AA1000: Princípio Resposta)
I&D e Inovação		
Implementação da rede de carregamento para automóveis eléctricos, em Portugal	Novo	Implementação de 1.300 pontos de carregamento lento e 50 pontos de carregamento rápido de energia eléctrica até 2012
Implementação do primeiro projecto piloto Windfloat	Novo	
Gestão do Capital Humano		
Alargar a certificação OHSAS 18001:2007 à Central de Ciclo Combinado de Soto, à operação e manutenção da distribuição das Astúrias e a 14 parques eólicos em Espanha.	Novo	
Aumento do número de colaboradores com competências reconhecidas e certificadas do Centro Novas Oportunidades, em Portugal	Novo	Espera-se a inscrição de 200 novos colaboradores
Responsabilidade Social		
Lançamento da Política de investimentos Culturais na EDP Brasil	Novo	
Aplicação da técnica Social Return on Investment (SROI) ao projecto piloto - Operação Nariz Vermelho	60%	Conclusão do projecto piloto em 2011
Alargar o Programa Voluntariado EDP a todas as empresas do Grupo	Novo	
Desenvolvimento de um modelo técnico/económico de soluções energéticas sustentáveis para apoio a países em vias de desenvolvimento	Novo	
Gestão Ambiental		
Inventariar riscos ambientais significativos para as diferentes actividades desenvolvidas	100%	Alargar a avaliação dos riscos às diferentes classes da cadeia de fornecimento, durante 2011
Estabelecer mecanismos de análise de ciclos de vida de empreendimentos EDP (Estudo-piloto: Baixo Sabor)	70%	Projecto a concluir em 2011
Implementação de um sistema de desnitrificação na Central Termoelétrica de Sines	90%	Conclusão prevista para o final de 2011
Aumentar a potência instalada e o número de instalações de distribuição de electricidade com certificação ambiental de acordo com a Norma ISO 14001:2004	Novo	Certificação de mais 1.100 MW de potência instalada e de toda a actividade de distribuição de Espanha
Obter o registo EMAS em mais 14 instalações em Portugal	Novo	Registo EMAS de mais 1.048 MW de potência instalada
Alterações Climáticas		
Afirmar a nova área de negócio através da nova empresa EDP Serviços	Novo	Líder de mercado em 2012
Melhorar a posição obtida no Carbon Performance Project	Novo	Atingir o nível A em 2012
Proceder à avaliação do risco climático para o Grupo EDP	80%	Conclusão do trabalho dependente da elaboração dos cenários nacionais
Determinar a pegada carbónica do Grupo EDP, em Portugal	100%	
Biodiversidade		
Acompanhar a nova cátedra "EDP Biodiversidade"	50%	Concluir o recrutamento do investigador
Iniciar planos de monitorização da qualidade biológica da água a jusante dos aproveitamentos hidroeléctricos em Portugal	100%	
Manual de Boas práticas de gestão de faixas das redes de distribuição, em áreas protegidas em Portugal	70%	Conclusão em 2011
Harmonizar planos de monitorização de biodiversidade para novos projectos hidroeléctricos em Portugal	100%	

contributo para a sustentabilidade

2.2 DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

Como estabelecido nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, o Grupo EDP assume o compromisso de procurar uma relação aberta, transparente e de confiança com os seus “stakeholders” através do:

- Reforço dos canais de comunicação;
- Integração das expectativas dos “stakeholders” nos seus processos de decisão;
- Relato objectivo e credível do seu desempenho nos três pilares de sustentabilidade.

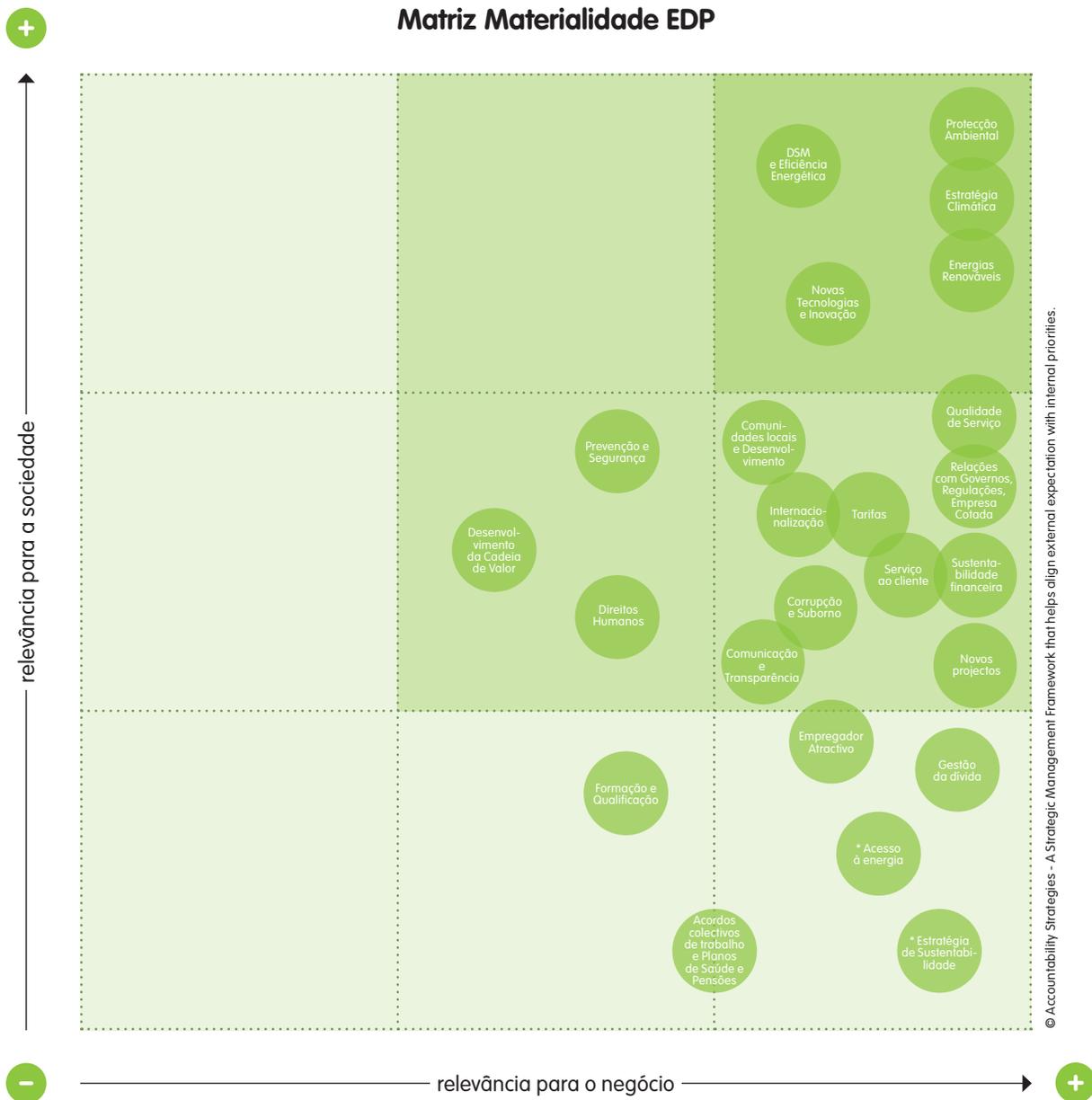
Em 2010, implementou-se um plano de acção de melhoria do cumprimento da Norma Internacional AA1000 APS (2008), definindo linhas estratégicas de actuação, alargando os canais de auscultação e promovendo um “workshop” interno para sensibilizar para as vantagens de incorporar nas práticas de gestão, as expectativas dos diferentes “stakeholders”. Informação detalhada nos anexos “Princípios de Relato”, pág. 282.

Com base na metodologia da Accountability, foi efectuada uma revisão à materialidade dos assuntos de carácter ambiental, social e económico, considerando a sua importância para a sociedade e a sua relevância para o negócio. Este relatório tem em consideração os resultados dessa revisão que se apresentam na Matriz de Materialidade EDP.

Informação detalhada sobre o processo de identificação destes assuntos e identificação dos principais “stakeholders” da EDP pode ser consultada em:

[www.edp.pt> Sustentabilidade> Partes interessadas](http://www.edp.pt/Sustentabilidade/Partes%20interessadas)

À semelhança do ano anterior, as alterações climáticas e a protecção ambiental, mantêm-se no topo das preocupações, com a promoção das energias renováveis, a eficiência energética e a inovação, a emergirem este ano para aquele nível de importância.



3. I&D E INOVAÇÃO

A Inovação é uma área de forte aposta da EDP, porque inovar é um factor decisivo da afirmação das empresas enquanto estruturas competitivas, de produtividade e de crescimento económico a longo prazo.

Os principais objectivos estratégicos estabelecidos, neste domínio são:

- Promoção e disseminação de uma cultura de inovação (estimulando o processo criativo interno e novos métodos de trabalho);
- Abertura do Grupo à Inovação Externa (nomeadamente através de projectos e parcerias);
- Apoio à gestão do conhecimento (sistemas de gestão de conhecimento, Universidade EDP);
- Identificação de novas oportunidades de negócio relacionadas com o sector energético.

A EDP prosseguiu o desenvolvimento da sua estratégia centrada nas seguintes áreas:

- Eficiência energética;
- Energias renováveis (“offshore”: eólico e ondas; solar);
- Geração distribuída;
- Tecnologias de distribuição (ex: “smart grids” e “micro grids”);
- Tecnologias avançadas de produção (ex: captura e sequestro de carbono);
- Serviços de energia.

De realçar a primeira edição da brochura “Investigação e Desenvolvimento + Inovação no Grupo EDP 2005-2009” ([www.edp.pt/Sustentabilidade> I&D+Inovacao](http://www.edp.pt/Sustentabilidade/I&D+Inovacao)), onde se apresentam os projectos de maior relevo desenvolvidos em Portugal, Espanha e Brasil. Em Espanha, a HC Energia publicou “Innovación 2010” (www.hcenergia.com/recursos/sostenibilidad/memoria/memoria2009innovacion/index.htm).

No Brasil, o Programa EDP 2020 integra cinco pilares de inovação: gestão, modelos de negócio, operacional e processos, produtos e serviços, e na área da tecnologia disruptiva. Esses pilares interagem com o avanço da empresa nas áreas de sustentabilidade, geração de energia limpa e renovável, eficiência energética, cidades e redes inteligentes, e mobilidade eléctrica.

Destacam-se algumas das iniciativas levadas a cabo em 2010, desenvolvidas em parceria com diversas instituições nacionais e internacionais:

3.1 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Mobilidade Eléctrica:

- **Projecto OpenCharge** – Desenvolvimento e testes de um poste de carregamento “Low Cost / Open Source”, em parceria com a Indústria e o meio académico, em Portugal. A primeira rede piloto de carregamento de veículos eléctricos conta já com cerca de 50 utilizadores inscritos.
- **Inauguração da 1ª rede de abastecimento de veículos eléctricos** – Criação da primeira rede de recarga de veículos, com 20 postos nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo, no Brasil. A utilização dessa rede é feita por 90 bicicletas doadas pela EDP a polícias militares, guardas municipais e secretarias de meio ambiente.
- **Projectos “CITYLEC” e PCTI “Living Car”** – Em Espanha, o projecto “CITYLEC”, enfoca-se na infraestrutura de carregamento de veículos eléctricos. O Projecto PCTI “Living Car”, baseia-se numa plataforma de ensaio para obtenção de dados relativos ao comportamento dos veículos eléctricos em condições reais de utilização.

Eficiência Energética em Edifícios:

- **Projecto EDIFI** – Implementação do módulo de medição de energia eléctrica no edifício sede da EDP, em Lisboa; elaboração da especificação técnica de aplicação generalizada nos restantes edifícios da EDP.
- **Condomínios verdes** – Projecto-piloto, no Brasil, de construção sustentável com painéis solares, bombas geotérmicas e iluminação eficiente.
- **Microgeração com Motores “Stirling”** – Projecto-piloto, em Espanha, para análise da aplicação, em grande escala, de caldeiras de microgeração baseadas em tecnologia “Stirling” e combustão interna, em vivendas unifamiliares.

3.2 TECNOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO

- **ClimaGrid** – Projecto desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Brasil. Através das potencialidades das redes inteligentes, o ClimaGrid, faz a aquisição de dados sobre fenómenos meteorológicos, permitindo prever e evitar ou reduzir tanto quanto possível as perturbações causadas na rede eléctrica por tempestades e descargas atmosféricas.

contributo para a sustentabilidade

INOVACITY

Lançado em Abril de 2010, o projecto-piloto InovCity visa dotar a rede eléctrica de equipamentos inteligentes que potenciam a eficiência energética, a microprodução e a mobilidade eléctrica, pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável. O objectivo da EDP é que todas as casas, em Portugal, venham a ser equipadas com terminais inteligentes de rede.

Com estes novos terminais eficientes, designados por Energy Box (EB), os clientes poderão consultar o padrão de consumo, podendo adaptar os hábitos de consumo a períodos do dia ou da semana em que o custo da energia é mais baixo. A factura dos clientes reflectirá o seu consumo real, uma vez que a leitura é recolhida automaticamente.

Estes equipamentos permitem a actuação remota, evitando a deslocação da equipa da EDP e a presença dos consumidores para execução de tarefas, como a alteração de potência, ciclo e tarifa.

As redes inteligentes, com inúmeros equipamentos instalados ao longo da sua extensão, permitem controlar e adaptar a capacidade da rede de distribuição às necessidades decorrentes do consumo e da produção de energia, possibilitando o controlo, ao instante, do estado de toda a rede, balancear cargas e prevenir avarias antes que aconteçam. A rede reage de imediato às acções dos consumidores e produtores quando, por exemplo, injectam energia na rede ou solicitam um aumento de potência.

Évora possui as características ideais pelo número de clientes, características da rede, indicadores sócio-económicos e demográficos. No final de 2010, estavam instaladas 18.000 EB dos 31.000 totais cuja instalação deverá terminar no primeiro trimestre de 2011. Para além de Évora serão, ainda, instaladas 10.000 EB noutros locais.

As soluções dedicadas "smartgrid" (redes inteligentes) e doméstica fazem, também, parte das iniciativas de inovação no Brasil, projecto-piloto será posto em prática em 2011, em Tremembé, no Estado de São Paulo.

3.3 ENERGIAS RENOVÁVEIS

- **Windfloat** – Instalação (na Aguçadoura, norte de Portugal) e teste de uma plataforma flutuante, dotada de uma turbina de 2 MW, destinada à geração de energia eólica "offshore" em locais de profundidade superior a 50 m.
- **SunLab** – Implementação de um centro de testes de dispositivos fotovoltaicos em Portugal, com o objectivo de se avaliar o impacto de um conjunto de variáveis reais (temperatura, nível de radiação directa/difusa, modo de instalação), no desempenho das diferentes tecnologias e respectivos componentes.
- **CSP Molten Salt** – Construção, em Évora, de um protótipo inovador de central solar termoeléctrica com concentrador cilíndrico-parabólico, para análise da viabilidade técnico-económica.
- **Innovative Foundation Design** – Projecto, nos EUA, que visa investigar o mecanismo real de transferência de cargas mecânicas de uma turbina eólica para o solo através das fundações, procurando melhorar o conhecimento.

3.4 TECNOLOGIAS AVANÇADAS DE PRODUÇÃO

- **Projecto que prevê a ocorrência de chuvas atípicas** – Parceria entre a Enerpeixe, no Brasil, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desenvolvida para receber com antecedência de um mês, com grau de precisão de 90%, informações sobre a ocorrência de chuvas atípicas na região. A previsão permite preparar o caudal antecipado de água, evitando a inundação de novas áreas, assim como traçar planos de emergência para as localidades, em colaboração com a Defesa Civil.
- **Circuito alternativo ao Sistema de Refrigeração dos Grupos Geradores da Central do Ribatejo** – Melhoria da eficiência energética pela instalação de sistemas de bombagem que permitem reduzir o consumo em cerca de 1,6 GWh.
- **Captura e Sequestro de Carbono** – A actividade de I&D da EDP Produção no ano de 2010 centrou-se fundamentalmente nos projectos: NanoGLOWA, DECARBit, FLEXI BURN CFB e COMET, estes dois iniciados em 2010:
 - * **FLEXI BURN CFB** – Visa o desenvolvimento e demonstração da tecnologia de oxi-combustão em leito fluidizado circulante (CFB). Prevê a experimentação e demonstração numa unidade piloto de 30MWt, em construção pela CIUDEN (www.ciuden.es) em Compostilla, bem como o desenvolvimento de um anteprojecto de uma instalação deste tipo em escala industrial (300 – 500 MWe).
 - * **COMET** – Projecto que visa o estudo técnico, económico e ambiental, de optimização de uma infra-estrutura de transporte e armazenamento geológico que sirva, de forma integrada, a região da Península Ibérica e noroeste africano (Espanha, Portugal e Marrocos), ligando as fontes emissoras com captura de CO₂ aos locais de armazenamento geológico.

3.5 OUTRAS INICIATIVAS DE INOVAÇÃO

Paralelamente, a EDP prosseguiu o desenvolvimento de um conjunto de actividades, com um impacto significativo quer interno quer na relação com os diferentes parceiros. Algumas das principais iniciativas desenvolvidas em 2010:

- **Co-creation** – Rede social para troca de ideias, partilha de conhecimento e de trabalho em equipa. Especialmente dirigido à comunidade em geral, universidades, e empresas interessadas em desenvolver investigação e trabalho nas áreas de: redes eléctricas, "offshore energy", mobilidade eléctrica, energia solar, eficiência energética e "processes IT". (www.cocreation.pt)
- **FabLab** – Desenvolvido em parceria como MIT e YDreams, o FabLab é um laboratório, em Portugal, para a produção de protótipos aberto a toda a comunidade, que fomenta a educação técnica informal, "peer to peer", potenciando uma rede de partilha de conhecimento e ajudando a concretização de ideias. (www.fablabedp.edp.pt)

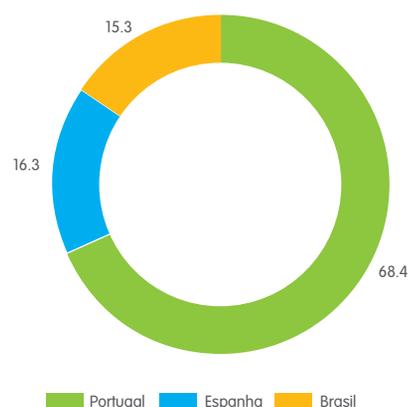


- **Observatório Tecnológico** – Criado em 2010, em Portugal, este órgão de inteligência tecnológica tem por objectivo antecipar tendências e realizar análise tecnológica mais aprofundada, contribuindo para a criação de opções para o Grupo EDP.
- **Plataforma Nacional de CO₂** – Participação da EDP, em Portugal, no lançamento das bases para a constituição de uma plataforma que congregue as instituições e indústrias com maiores emissões de CO₂, no sentido da partilha do conhecimento e experiência que conduza a soluções menos onerosas para mitigação dessas emissões e das correspondentes consequências de restrições regulatórias.
- **Bolsa de Inovação** – Iniciativa lançada pela EDP no Brasil, com formato pioneiro, procura novos conceitos entre os colaboradores. A avaliação das ideias é, no seu todo, um sistema semelhante ao de uma bolsa de valores, respondendo a desafios lançados pelo Comité de Inovação, os participantes podem analisar e investir nas sugestões dos colegas, “comprando” as ideias. A Bolsa de Inovação encerrou 2010 com aproximadamente 250 participantes.
- **Venture Capital – Fundo de Capital de Risco – EDP VENTURES** Criado em 2008, destina-se a investimentos em tecnologias limpas nas áreas de solar, “offshore” (vento e ondas), redes inteligentes, eficiência energética e mobilidade eléctrica, com o objectivo de garantir o acesso a um portfolio de tecnologias inovadoras e a criar opções de crescimento para a EDP. Durante 2010, consolidou-se o relacionamento com os dois investimentos realizados em Fundos na área Energy Related Cleantech (EUA e RU) e adquiriu-se 40% do capital da Arquiled (empresa portuguesa de desenvolvimento de soluções de iluminação baseada em tecnologia LED).

A EDP tem promovido e patrocinado diversos prémios de inovação, nomeadamente:

- **Prémio de inovação do MIT: Clean Energy Prize** – pelo segundo ano consecutivo, a EDP patrocinou a categoria de Renováveis do prémio de inovação do MIT, em Boston. O prémio contou com a presença de 62 equipas de 35 universidades americanas que concorreram em 5 categorias. Em 2010, a equipa vencedora na categoria de renováveis foi a C3Nano, que desenvolveu uma película condutora transparente que irá permitir aumentar a eficiência dos painéis fotovoltaicos em mais 1%.
- **The Lisbon MBA: Business Case Competition** – pelo 3º ano consecutivo, a EDP patrocinou esta competição de estratégia, que tem como objectivo que os alunos resolvam um caso real, aplicando todos os conceitos aprendidos no decurso do MBA e, simultaneamente, fornecendo soluções que acrescentem valor para a empresa patrocinadora.

Custos I&D e inovação no Grupo EDP em 2010 (%)



Em 2010, o Grupo EDP despendeu cerca de 37 Milhões de euros em actividades de I&D+i.

4. COMUNICAÇÃO

A comunicação no Grupo EDP tem como objectivo reforçar o valor da marca, apoiando a estratégias de negócio, contribuindo para o posicionamento da EDP como líder nos diferentes mercados onde opera e dando respostas às necessidades específicas de informação, expressas pelos seus diferentes “stakeholders”.

4.1 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Como em anos anteriores, foram definidos como objectivos: maximizar o impacto mediático da actividade da empresa junto dos órgãos de comunicação social; reforçar o valor da marca EDP junto dos seus “stakeholders”; e prosseguir a uniformização da marca EDP em todas as Empresas do Grupo.

4.2 MARCA EDP

A marca EDP, em Portugal, conta com 100% de notoriedade total e 88% de notoriedade espontânea no mercado da energia, levando uma clara vantagem em relação às restantes marcas do seu sector.

Também a percentagem de clientes que percebem os valores-chave da marca EDP na sua comunicação tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo do tempo, destacando-se uma evolução particularmente positiva das percepções perante temas como a inovação, o dinamismo, a solidez financeira e a proximidade com o cliente.

4.3 EDP NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No Grupo EDP, a transmissão de informação para o exterior de uma maneira rigorosa e transparente é uma preocupação constante, através do qual se procuram valorizar os valores, a estratégia e a actividade do Grupo, respondendo às necessidades de informação, expressas pelos diversos “stakeholders”.

À semelhança dos anos anteriores, no ano de 2010, efectuou-se uma análise aos meios de comunicação social, em Portugal, com referência ao Grupo EDP ou relacionadas com a sua actividade.

Para este estudo anual, foram analisadas 18.568 notícias, num total de 1.600 meios de imprensa, 14 canais de televisão, 4 estações de rádio e 35 meios online.

contributo para a sustentabilidade

A percentagem de notícias positivas e equilibradas foi de 86%, com destaque para os temas do negócio e infraestruturas energéticas.

Durante todo o ano de 2010, nos órgãos de comunicação social nacionais foram veiculadas 35.436 notícias com referências ao Grupo.

4.4 CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Proximidade e humanização foram valores de referência nos quais a EDP centrou as suas campanhas institucionais, posicionando-se como um Grupo empresarial multinacional, na vanguarda da inovação e da sustentabilidade.

- **Novo “site” EDP** – Aproximação aos diferentes públicos-alvo visados com a reestruturação do “site” da EDP, mais atractivo e mais acessível (mercado residencial, empresas e investidores).



- **Dow Jones Sustainability Index 10-11** – Assinalou a presença da EDP pelo terceiro ano consecutivo nos índices de sustentabilidade Dow Jones 2010/11 e a sua liderança mundial no sector eléctrico. Além de sublinhar valores da marca como a solidez, a transparência e a confiança, a campanha de imprensa e online funcionou como um cartão de agradecimento a todos os nossos “stakeholders”.



- **Vida** – Com o objectivo de demonstrar a importância que a energia tem no dia-a-dia das pessoas, do mais pequeno gesto, ao maior acontecimento, a marca EDP reforçou o seu carácter humano e aspiracional. Além disso, a campanha multimeios sublinhou a dimensão global e sustentável do Grupo.



- **Campanha de Recolha de Bens** – Recuperando o mote do ano anterior “Este Natal dê o que tem a mais a quem tem a menos”, o Grupo EDP mobilizou o público interno e externo, na angariação de bens não perecíveis, a serem entregues em diversas instituições de solidariedade, a nível nacional, tendo introduzido, este ano, a categoria referente a artigos de higiene. Os resultados desta campanha, podem ser consultados no capítulo Comunidade.



5. COLABORADORES

RECURSOS HUMANOS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽²⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha ⁽²⁾	Brasil	EUA
Emprego										
Colaboradores (n°) ⁽¹⁾	11.989	7.191	2.077	2.395	326	12.009	7.331	2.041	2.339	298
Dirigentes	484	356	103	5	20	437	326	77	10	24
Q. Superiores	2.416	1.827	512	52	25	2.096	1.726	306	50	14
Q. Médios	648	228	223	95	102	803	234	382	96	91
Q. Intermédios	893	109	670	103	11	830	116	627	71	16
Prof. Qualificados	5.792	4.506	528	617	141	6.005	4.742	590	548	125
Prof. Semi Qualificados	1.756	165	41	1.523	27	1.838	187	59	1.564	28
Permamentes	11.928	7.147	2.075	2.380	326	11.932	7.265	2.030	2.339	298
Contratos a termo	61	44	2	15	0	77	66	11	0	0
Part-time	11	4	6	0	1	7	2	5	0	0
Colaboradores masculinos (%)	79	81	77	76	60	79	81	78	76	60
Dirigentes	83	83	90	60	70	85	85	90	80	79
Quadros Superiores	72	72	73	75	76	73	72	76	78	71
Quadros Médios	83	89	83	81	70	82	92	80	82	69
Quadros intermédios	81	80	83	71	73	79	82	78	76	n.d.
Profissionais qualificados e altamente qualificados	80	84	73	62	60	81	84	78	66	56
Profissionais semi-qualificados	80	85	44	81	4	78	85	48	79	4
Colaboradores com necessidades especiais (n°)	200	90	11	98	1	199	98	8	92	1
Índice de rotatividade ou turnover (%)	5,8	3,9	4,5	10,8	19,4	5,5	4,2	5,4	8,1	19,7
Entradas de colaboradores (n°)	695	214	122	282	77	545	154	126	195	70
Saídas de colaboradores (n°)	687	352	63	228	44	787	475	88	182	42
Idade média dos trabalhadores (anos)	46	49	43	40	39	45	48	43	39	39
Idade média de novas entradas (anos)	30	30	32	28	34	31	29	31	29	37
Idade média das saídas (anos)	47	54	46	39	40	50	54	49	45	42
Antiguidade média das saídas (anos)	30	31	14	38	3	18	34	16	17	2
Rácio M/F de novas entradas	2,13	2,19	1,77	2,03	3,27	1,93	1,92	2,07	2,25	1,69
Taxa de absentismo (%)	3,52	3,54	3,05	4,12	1,97	3,61	3,55	3,24	4,41	1,14
Salário mínimo EDP/Salário mínimo nacional	n.a.	1,54	1,88	1,37	2,44	n.a.	1,56	1,88	1,3	2,22
Rácio salarial por género (M/F)	1,01	0,96	1,18	1,01	1,24	1,03	0,96	1,21	1,01	1,35
Formação										
Total de horas de formação	419.737	182.814	88.303	142.441	6.179	353.205	126.212	63.210	157.900	5.882
Ambiente	3.844	1.880	1.880	84	0	3.289	1.966	1.293	30	0
Desenvolvimento Sustentável	610	598	4	8	0	697	140	110	447	0
Ética	19.172	19.052	120	0	0	876	876	0	0	0
Qualidade	5.664	5.063	539	62	0	4.658	3.545	385	728	0
Línguas	26.194	1.966	21.394	2.835	0	16.826	370	16.422	34	0
Prevenção e Segurança	46.798	11.979	18.463	15.910	447	58.349	9.657	14.636	34.056	0
Sistemas de informação	36.616	24.024	5.666	6.675	251	53.444	43.760	5.914	3.771	0
Outras	280.839	118.253	40.238	116.867	5.481	215.066	65.899	24.452	118.834	5.882
Taxa de formação total	35,01	25,42	42,51	59,47	18,95	29,41	17,22	30,97	67,51	19,74
Dirigentes	44,42	46,83	44,49	13,80	8,83	37,82	35,84	50,99	48,30	18,15
Q. Superiores	44,47	41,15	60,52	20,50	8,43	34,72	31,03	56,46	34,80	14,46
Q. Médios	59,93	27,06	113,85	51,12	23,69	26,73	15,58	33,03	31,63	23,80
Q. Intermédios	14,92	23,58	15,39	0,39	36,23	22,89	8,95	24,24	35,38	15,47
Prof. Qualificados	20,81	17,75	29,44	36,71	16,50	19,53	11,74	22,02	84,55	18,11
Prof. Semi Qualificados	66,39	13,45	19,07	74,21	20,70	57,17	2,55	20,25	65,84	15,84
Relações Laborais										
Acordos Colectivos de Trabalho (%)	87	87	85	100	0	87	89	76	100	0
Sindicalização (%)	55	69	21	49	0	58	72	22	53	0
Estruturas sindicais (n°)	37	25	7	5	0	37	26	7	4	0
Horas perdidas por greve (n°)	5.171	4.143	1.028	0	0	231	231	0	0	0
Trabalhadores-estudantes (n°)	34	34	n.d.	n.d.	n.d.	29	24	5	0	0
Estágios profissionais (n°)	293	121	0	172	0	320	145	0	175	0
Estágios curriculares (n°)	413	131	259	0	23	274	69	179	0	26
Prevenção e segurança										
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	60	92	45	52	0	55	85	32	23	0
Acidentes em serviço (n°)	44	26	10	8	0	47	32	7	8	0
Acidentes mortais em serviço (n°)	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Índice de frequência EDP (Tf)	2,08	2,13	2,89	1,69	0,00	2,26	2,60	2,15	1,74	0,00
Índice de gravidade EDP (Tg)	117	165	110	14	0	144	175	225	23	0
Total de dias perdidos resultante de acidente (n°)	2.469	2.020	381	68	0	2.984	2.150	730	104	0
Taxa de doenças ocupacionais	0,25	0,14	0,00	0,00	0,00	0,05	0,08	0,00	0,00	0,00
Acidentes mortais de PSE (n°)	6	4	0	2	0	10	6	0	4	0
Dias trabalhados de PSE (n°)	3.738.078	2.039.255	513.543	954.496	230.784	3.350.285	1.745.924	393.685	934.911	275.765
Índice de frequência EDP e PSE (Tf_total)	4,92	5,36	6,08	3,72	2,38	5,00	5,10	7,66	4,06	2,13
Acidentes mortais com terceiros (n°)	24	8	0	16	0	9	3	0	6	0

PSE - Prestadores de Serviço Externo

(1) Para efeitos de análise desagregada, o n° de colaboradores não inclui órgãos sociais (107)

(2) Em 2010 a EDP tinha 80 colaboradores nas restantes geografias (França: 21; Bélgica: 2; Itália: 14; Reino Unido: 8; Polónia: 19; Roménia: 16)

Tx de doenças ocupacionais: n° de doenças a dividir pelo n° de horas trabalhadas*1000000

contributo para a sustentabilidade

5.1 POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

O Grupo EDP tem vindo a implementar um modelo de organização capaz de responder às características do universo de colaboradores, tendo sempre presente a importância da transversalidade dos valores, da estratégia e da cultura EDP. Para garantir uma uniformização de critérios, definiram-se como compromissos:

- Atrair e Comprometer;
- Valorizar e Desenvolver;
- Reconhecer com Equidade;
- Prevenir;
- Conciliar Vida Pessoal e Profissional;
- Inovar e Gerir a Mudança;
- Gerar Oportunidades;
- Garantir a Diversidade e Respeitar o Valor da Pessoa Humana;
- Motivar e Envolver.

Este novo modelo, tem assegurado oito centros de competência – comunicação e gestão da mudança, selecção e integração, gestão do desempenho, gestão da formação, gestão do potencial, gestão das carreiras, mobilidade e sucessão, compensações e benefícios e informação e tecnologias de apoio à gestão. A sua organização pode ser resumidamente consultada na secção Governo da Sociedade, pág. 126.

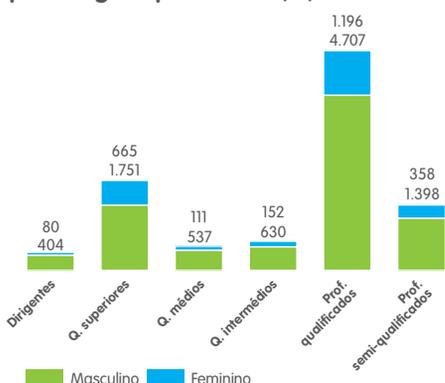
A importância crescente associada à temática de gestão de recursos humanos, e à relação da empresa com a sociedade, levou a EDP a publicar anualmente um relatório social, onde se descrevem com maior detalhe as iniciativas, durante o ano. Aqui, apresenta-se apenas um resumo. O relatório social encontra-se em www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações e Relatórios.

5.2 CARACTERIZAÇÃO

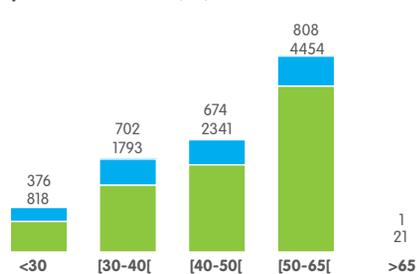
Em 2010, o número total de colaboradores foi 11.989, mantendo-se próximo dos valores de 2009. No que diz respeito à segmentação por género, verifica-se que se mantém a predominância masculina, representando 79% do total do universo da população. Em 2010, a representação de mulheres aumentou 0,4% em relação a 2009.

A EDP promove a igualdade de oportunidades, não fazendo qualquer discriminação salarial entre géneros. Embora o rácio salarial masculino/feminino seja ligeiramente favorável aos homens (com 1,01) verifica-se uma cada vez maior aproximação dos níveis salariais entre ambos os géneros. Em Portugal, onde trabalham 60% dos colaboradores, este índice está invertido, beneficiando as mulheres (0,96).

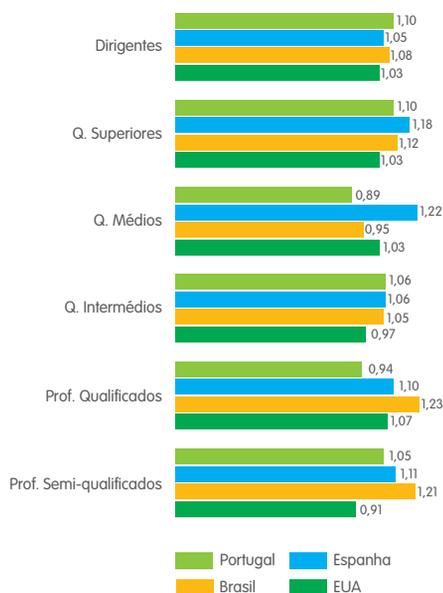
Distribuição dos colaboradores por categoria profissional (nº)



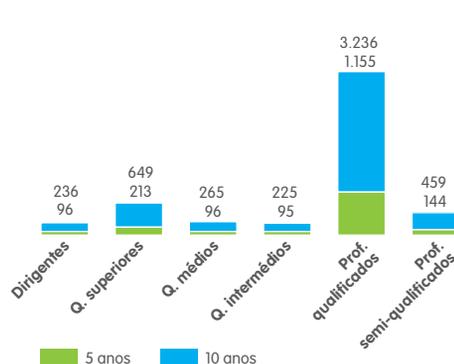
Distribuição dos colaboradores por faixa etária (nº)



Rácio Salarial H/M por Categoria Profissional



Colaboradores elegíveis para reforma (nº)



A actual dimensão do Grupo e o seu contínuo crescimento tornam a internacionalização um permanente desafio para a EDP. Hoje existem já 28 nacionalidades de colaboradores EDP.

A estratégia de internacionalização do Grupo aposta no recrutamento de recursos locais, existindo actualmente 183 colaboradores com nacionalidades distintas do país onde trabalham. 96% dos dirigentes, assim como 84% dos órgãos sociais da empresa são naturais da região onde trabalham.

5.3 ATRAIR E COMPROMETER

Em 2010 entraram para o Grupo 695 novos profissionais, um número crescente face a anos anteriores (545, em 2009), mantendo-se a idade média de recrutamento nos 30 anos (31 em 2009). Estes valores revelam a aposta da EDP nas novas gerações de profissionais e mostram o seu papel enquanto empregador de excelência.

Este crescimento e a evolução das diferentes áreas do negócio nas várias geografias justificam a forte aposta no desenvolvimento das pessoas bem como na aquisição de novos talentos e competências para o Grupo. Na estratégia de atractividade, mantém-se como prioridade a captação de jovens com potencial de crescimento e capazes de criar valor, pelo que se tem acentuado a aproximação à comunidade escolar.

É com o programa de recrutamento ON TOP – EDP Recruitment Program, que o Grupo concretiza a sua comunicação e apresenta a sua proposta de valor ao meio académico. São promovidas iniciativas de cariz pedagógico junto das instituições que constituem as suas principais fontes de recrutamento, para atrair os jovens com o perfil adequado para o Grupo, partilhar o seu conhecimento e divulgar o seu negócio, estratégia e cultura. Destacam-se, também, as parcerias estabelecidas com associações e comunidades nacionais e internacionais, nomeadamente o “Best – Board of European Students of Technology” e o “CEMS – Community of European Management School”.



5.3.1 PROMOÇÃO DE ESTÁGIOS

A EDP prosseguiu a realização de estágios em empresas do Grupo, com o objectivo de contribuir para o enriquecimento pessoal e profissional dos jovens e motivá-los para uma possível futura admissão.

Existem diferentes tipos de estágios, de acordo com o perfil dos jovens e os objectivos pretendidos: estágios de Verão, escolares ou curriculares, de aproximação à vida activa (AVA), profissionais, e realizados ao abrigo de protocolos específicos, alguns exemplos: em Portugal, com a “International Association for the Exchange of Students for Technical Experience” (IAESTE Portugal); nos EUA, EDPR Summer Internship Program; em Espanha, “Ingeniero Interno Resident”; e no Brasil, o programa On Top.

Em 2010, o Grupo promoveu um total de 706 estágios, entre os quais, 413 de cariz profissional e 293 curriculares. Entre 2008 e 2010 registou-se um crescimento de 39% em relação ao número de estágios concedidos.

5.3.2 ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

A EDP pretende contribuir para um ágil processo de adaptação e integração, garantindo a satisfação no trabalho, instituindo várias peças de comunicação, eventos e procedimentos específicos enquadrados neste processo.

O “Manual de Acolhimento” e os “Encontros de Integração” são exemplos de instrumentos desenvolvidos para este processo de adaptação.

5.4 VALORIZAR E DESENVOLVER

A qualificação dos colaboradores e o apoio à sua valorização pessoal e profissional são uma prioridade para o Grupo.

O Plano de Formação constitui, por isso, um referencial orientador da gestão da formação no Grupo e está alinhado com a Visão, Valores, Compromissos e Desafios Estratégicos da EDP.

Estrutura-se em função de cinco grandes objectivos globais:

- Alinhar as necessidades formativas com a estratégia do Grupo e tendências dos negócios;
- Incentivar a actualização profissional dos colaboradores e a sua motivação;
- Enquadrar as necessidades manifestadas;
- Fomentar a partilha de conhecimentos e experiências;
- Desenvolver capacidades, competências, saberes e actuações.

Em 2010, o total de horas de formação foi de 419.737, a que corresponde um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. Destaca-se a vertente técnica à qual se dedicou 58% do volume de horas total, o que equivale a 244.770 horas de formação, e o enfoque especial aos profissionais menos qualificados.

VALORIZAR A EXPERIÊNCIA

O programa “Valorizar a experiência” foi pensado para realçar a experiência e conhecimento acumulados pelos colaboradores mais séniores da EDP e partilhá-los com os restantes recursos humanos do Grupo.

O programa destina-se a colaboradores com 30 ou mais anos de actividade na EDP, pertencentes a diferentes grupos profissionais (desde técnicos a quadros superiores).

Enquadrado no Programa Ética EDP, foi desenvolvido um extenso plano de formação e sensibilização que envolveu todos os colaboradores em Portugal e respectivas hierarquias, representando um volume de formação de 19.172 horas.

Em Portugal, a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores concretiza-se, também, com a associação ao Programa Novas Oportunidades. Em 2010, a EDP assinou um protocolo de cooperação com a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), no sentido de desenvolver os níveis de qualificação dos colaboradores da Empresa. Inscreveram-se no Centro Novas Oportunidades, 153 colaboradores tendo sido certificadas, até ao final do ano, 32 pessoas.

contributo para a sustentabilidade

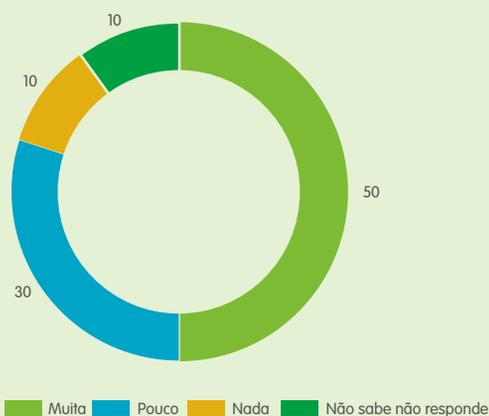
PROGRAMA ÉTICAEDP

O Programa ÉticaEDP decorreu em Portugal entre 2009 e 2010, com os objectivos de: dar a conhecer aos colaboradores o Código de Ética da EDP; sensibilizá-los para a importância e alcance das questões da ética; e divulgar e reforçar a confiança no processo ético da EDP.

Apoiado num plano de comunicação que utilizou os diversos meios internos, o Programa foi desenvolvido em quatro fases: diagnóstico e reflexão, com a realização de um inquérito aos colaboradores sobre o clima ético da organização e a elaboração de um Guia de Interpretação do Código de Ética; formação de 778 chefias; sessões de desdobramento abrangendo cerca de 6.000 colaboradores; e avaliação final. No seguimento destas sessões, foi avaliada, junto dos colaboradores, a percepção da importância da ética, para a EDP.

O Programa teve uma edição paralela na EDP no Brasil, com suporte num produto de "e-learning" e será estendido às restantes Unidades de Negócio fora de Portugal durante o primeiro semestre de 2011.

Qual a importância da Ética para a EDP? (%)



"A éticaedp não é uma coisa para descansar, isto não é uma questão de consciência tranquila, é uma questão de consciência. É o que separa as empresas que ganham e as que não ganham. (...) A palavra-chave nisto tudo é a consistência."

António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP

5.4.1 UNIVERSIDADE EDP

Sendo o activo de conhecimento, existente no Grupo EDP, uma das suas grandes vantagens competitivas, a Universidade EDP surge da necessidade de se gerir eficaz e adequadamente este recurso, para um melhor desenvolvimento do conhecimento e do talento dos colaboradores. A Universidade desenvolve a sua actividade através de cinco Escolas Funcionais, de negócio, e de duas Escolas Transversais, relacionadas com a transmissão de conhecimentos transversais e com o desenvolvimento de competências de gestão. No seu conjunto, as Escolas articulam a formação, o desenvolvimento de carreiras, a gestão de conhecimento e a gestão da mudança, de acordo com as necessidades presentes e futuras do Grupo.

Em 2010, procedeu-se ao lançamento da Escola de Distribuição (escola funcional) e das Escolas EDP e Escola de Desenvolvimento

de Directivos (escolas transversais), assim como aos trabalhos preparatórios de lançamento das outras três escolas funcionais (Gás, Comercial e Renováveis).

Adicionalmente, procedeu-se ao desenho conceptual do Campus Online - campus virtual de suporte aos diferentes modos de aprendizagem e de gestão da formação, prevista concluir a primeira fase em 2011.

5.4.2 FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS LÍDERES

A EDP tem vindo a desenvolver uma série de dinâmicas, instrumentos e ferramentas de apoio ao exercício de liderança.

O "Guia do Líder EDP" é um manual prático que consolida as principais questões de Recursos Humanos com as quais um líder se depara no seu dia-a-dia, reúne informação sobre o seu perfil e os principais processos de RH. Este guia é dinamizado através de mapas de aprendizagem, uma metodologia utilizada pela companhia há mais de 10 anos.

A sensibilização inclui uma abordagem ao tema responsabilidade social, a importância da conciliação da vida pessoal e profissional e a abertura à comunidade, nomeadamente para o programa de voluntariado.

5.5 AVALIAÇÃO DE POTENCIAL E DESEMPENHO

Consciente de que o sucesso da empresa depende directamente das suas pessoas, a avaliação do potencial e do desempenho dos seus colaboradores assume-se como prioridade e ponto de partida. A gestão das pessoas está orientada pelos seguintes objectivos:

- Reconhecer a performance;
- Identificar e recompensar o mérito;
- Orientar o desenvolvimento e as oportunidades de carreira;
- Promover o diálogo entre chefia e equipa;
- Reforçar a cultura de feedback.

Com esta ferramenta, fundamental para a gestão das pessoas, pretende-se estimular a criação de valor através da gestão de competências e de desempenho. Esta avaliação visa estimular comportamentos maximizadores de produtividade, de responsabilidade, de participação e desenvolvimento dos colaboradores, atribuindo a cada pessoa um papel indispensável para alcançar os objectivos globais, valorizando o contributo individual.

Mais uma vez, a organização tem presente a dimensão e representação geográfica do Grupo pelo que os modelos de gestão do desempenho têm vindo a evoluir, assistindo-se a um alinhamento, cada vez maior, dos ciclos de avaliação, em todas as geografias.

5.6 SISTEMAS DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS

A EDP garante, a todos os seus colaboradores, sistemas de protecção na doença, complementares aos serviços públicos de saúde em vigor em cada país, além de seguros de acidentes pessoais, assegurando na velhice planos complementares de reforma. Os colaboradores têm, também, direito a subsídios de estudo específicos para os próprios e para os seus descendentes.

5.6.1 CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

A conciliação da vida pessoal e profissional inclui um vasto leque de benefícios dados aos colaboradores, promovidos ao abrigo do Programa + Conciliar. Este programa é materializado num conjunto de iniciativas com vista à melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e família e à sensibilização da organização para esta temática.



5.7 SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

O inquérito de satisfação dos colaboradores do Grupo, passou a ser realizado a cada dois anos, para permitir uma melhor avaliação dos planos de acção implementados em função dos seus resultados, dado que as melhorias neste domínio dificilmente se capturam numa base anual. O último inquérito global de satisfação realizou-se em 2009, tendo-se obtido uma taxa de participação (86,4) e um índice de satisfação global elevado (81 pontos). O próximo inquérito ocorrerá em 2011.

5.8 COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MUDANÇA

A EDP tem na comunicação a base de transmissão dos seus princípios, valores e cultura. Comunicar e mobilizar são prioridades do plano estratégico para os próximos anos. A comunicação apoia a gestão da mudança e mobiliza para a execução da estratégia, considerando:

- Compromisso com os valores EDP: sou+edp;
- Partilha de informação;
- Garante da passagem de conhecimento geracional;
- Inovação constante;
- Foco internacional;
- Motivação para fazer e crescer.

A comunicação das temáticas de recursos humanos é suportada por duas identidades: sou+edp e ON TOP – EDP Recruitment Program, desenhadas para a comunicação interna e externa, respectivamente, com o objectivo de uniformizar, reforçar, clarificar e comunicar mais eficazmente.

Ao desenvolver iniciativas específicas para o público-alvo interno, a EDP pretende contribuir para o aumento do conhecimento e do orgulho em ser EDP. A EDP promove “Rotas com Energia”, iniciativas que levam os colaboradores a conhecer algumas das principais estruturas de produção e distribuição da EDP.

Em 2010, foram promovidas iniciativas como: o programa Saiba Mais Sobre, conversas informais em que se debatem temas variados com interesse para os colaboradores; ou os “Momentos com Energia”, reuniões de grupo de pessoas de diferentes

geografias que, tendo como ponto de partida um pequeno-almoço com o Presidente do Conselho de Administração Executivo (Pcae) do Grupo EDP, desenvolvem trabalhos práticos e reflexões sobre temas estratégicos.



5.9 RELAÇÕES LABORAIS

A EDP mantém um relacionamento regular com entidades oficiais e os representantes dos colaboradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos, na introdução, modificação ou extinção de normas ou procedimentos regulamentares, bem como no âmbito de processos negociais de revisão e actualização da regulamentação colectiva. Durante o ano, realizaram-se mais de 95 reuniões, em Portugal, com sindicatos de forma individual e mais de 10 reuniões com todos os sindicatos presentes e na garantia da adequação dos regulamentos e normas internas à legislação.

Durante 2010, não se verificou qualquer tipo de conflito laboral por razões internas ao Grupo EDP.

Foi, ainda, mantido o apoio a organizações de trabalhadores com fins recreativos, culturais e sociais, designadamente, o Clube do Pessoal EDP, Associação de Dadores de Sangue e a Associação de Reformados e Pensionistas, nas suas iniciativas, que atingiu 1,2 milhões de euros.

É de salientar que, dependendo da sua complexidade, as mudanças operacionais da empresa, com impacte nos colaboradores, em Portugal são comunicadas aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e colaboradores com uma antecedência nunca inferior a 30 dias.

5.10 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e saúde no trabalho são valores essenciais no desenvolvimento sustentável do Grupo EDP. A importância atribuída a este tema ultrapassa o cumprimento dos imperativos legais e está explicitada na sua Política de Segurança, orientada para o objectivo estratégico “Zero acidentes, nenhum dano pessoal”.

Para melhor gerir este objectivo estratégico, a EDP adoptou um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, baseado na norma OHSAS 18001, seguindo as directrizes da Organização Internacional do Trabalho, expressas no documento ILO-OSH 2001 e na Convenção n.º 155 relativa à Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

No sector eléctrico, em Portugal, a Potência Total Instalada certificada de acordo com Sistemas de Gestão de Segurança reconhecidos por normas internacionais (OHSAS 18001: 2007) é de 9.724 MW. Em Espanha, este valor é de 2.571 MW e no Brasil é de

contributo para a sustentabilidade

902,5 MW. Estas certificações abrangem 15,57% dos trabalhadores em Portugal, 31% em Espanha e 3% no Brasil.

No sector do gás, a Naturgas está certificada em Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a norma OHSAS 18001: 2007, estando abrangidas por estas certificações 80% dos colaboradores.

5.10.1 RESPONSABILIDADES EDP

A “Política de Segurança da EDP” evidencia o compromisso com uma Gestão da Segurança no Trabalho numa perspectiva de melhoria contínua, e na convicção de que, o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais-valia para o sucesso nos resultados.

A responsabilidade pela prevenção e controlo dos riscos laborais está integrada na cadeia hierárquica. A estrutura organizacional para a gestão da segurança no trabalho pode ser consultada em www.edp.pt > Sustentabilidade.

Em matéria de saúde ocupacional, os serviços internos de medicina do trabalho, do Grupo EDP, são responsáveis por vigiar a saúde dos colaboradores através dos exames médicos, promover a educação sanitária e verificar as condições nos locais de trabalho e dos equipamentos de primeiros socorros.

5.10.2 PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

O Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho institui a constituição de Comissões e Subcomissões de Segurança e Saúde no Trabalho nas empresas e suas unidades de negócio de maior dimensão.

Estas Comissões são paritárias e integram os Representantes dos Trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho, eleitos em conformidade com exigências legalmente estabelecidas, e representantes das Empresas, reunindo com a periodicidade por elas estabelecida.

Em Portugal, estão formalmente eleitos 95 trabalhadores que representam cerca de 95% do efectivo da EDP. Durante 2010, foram realizadas 69 reuniões das Comissões e Subcomissões de Segurança.

Em Espanha, Estados Unidos e Brasil, estão, também, constituídas estruturas representativas semelhantes, com uma representação muito significativa: 69%, 100%, e 100% dos trabalhadores, respectivamente. Relativamente à actividade desenvolvida, foram efectuadas 80 reuniões em Espanha, 21 nos Estados Unidos e 204 no Brasil.

5.11 ACTIVIDADES RELEVANTES EM 2010

A execução do programa anual de Segurança e Saúde no Trabalho da EDP, teve por base um conjunto de acções com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, que inclui, nomeadamente, a formação e treino dos trabalhadores da EDP e de prestadores de serviços, a permanente avaliação e controlo de riscos laborais, e a execução de um programa de inspecções e auditorias internas e externas às instalações e obras da EDP.

5.11.1 FORMAÇÃO DE COLABORADORES E DE PRESTADORES DE SERVIÇO EXTERNOS

O compromisso em assegurar, a colaboradores e prestadores de serviços, as condições adequadas para um desenvolvimento sustentável em matéria de segurança no trabalho, resulta do Código de Ética EDP e da Política de Segurança do Grupo.

A sua concretização, em 2010, passou por um extenso programa de formação aos colaboradores e prestadores de serviços. Foram realizadas 1.212 acções de formação para colaboradores da EDP, correspondendo a um volume de 67.077 horas (11 formandos/acção). Para aos colaboradores de prestadores de serviços, houve 4.326 acções de formação, representando um volume total de formação de 20.047 horas (4 formandos/acção).

Para além da formação acima referida, foram ministradas 154 acções de formação em Primeiros Socorros, envolvendo 970 colaboradores no universo do Grupo EDP.

A sensibilização para esta temática é trabalhada de diferentes formas, sendo atribuído o “Prémio anual de Prevenção e Segurança no Trabalho”, que pretende distinguir os colaboradores e os prestadores de serviços da EDP, que no ano anterior se destacaram pelas suas acções ou contributos para a consolidação da cultura de prevenção na EDP.

Prémios de Prevenção e Segurança no Trabalho 2010

APRESENTE A SUA CANDIDATURA
A EDP atribui o “Prémio de Prevenção e Segurança no Trabalho” a colaboradores, equipas e empresas prestadoras de serviços que, em 2009, contribuíram de forma relevante para o fortalecimento da cultura de prevenção da EDP. Apresente a sua candidatura ou proponha um candidato até ao dia 15 de Setembro de 2010.

Prémio Individual
Podem concorrer todos aqueles que tenham contribuído de forma significativa para a consolidação da cultura preventiva na EDP através de projectos, estudos, ou procedimentos com repercussão positiva na segurança no trabalho.

Prémio de Equipa
Podem concorrer as equipas que se tenham destacado pela apresentação de ideias, projectos ou trabalhos destinados a melhorar a gestão da prevenção, ou pelo esforço e motivação demonstrados diariamente no seu trabalho, na aplicação correcta das práticas preventivas.

Prémio Empresa Exterior
Podem concorrer empresas exteriores cuja gestão eficaz em matéria de segurança no trabalho se tenha repercutido de forma significativa nos trabalhos, serviços ou produtos fornecidos à EDP.

Para mais esclarecimentos, contacte a EDP Valor - Direcção de Segurança e Saúde no Trabalho
tel: 210013310 ou 210013461
e-mail: edp.prevencao.seguranca@edp.pt
Consulte o regulamento em www.edp.pt ou no edp.pt em www.sociedade.edp.pt

edp
viva a nossa energia

5.11.2 ACÇÕES DE INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE

Em colaboração com corporações de bombeiros, escolas profissionais e secundárias, associações empresariais e sindicatos, foram realizadas, pelo Grupo EDP, 74 acções de sensibilização sobre os procedimentos a respeitar em situações de combate a incêndios em instalações eléctricas, em redes e instalações de gás ou em locais na sua proximidade, assim como os cuidados a ter no manuseamento de equipamentos eléctricos.

Em 2010, foram registadas 42.527 visitas a instalações de Produção de Energia Eléctrica, as quais foram precedidas de uma sessão de sensibilização e esclarecimentos sobre a produção de energia eléctrica e cuidados a ter nas proximidades de infraestruturas eléctricas.

5.11.3 PREPARAÇÃO PARA RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

No âmbito da gestão de resposta a situações de emergência, foram realizados, no Grupo EDP, 172 (103 em Portugal, 34 em Espanha, 21 no Brasil e 14 nos EUA) exercícios de simulacro de resposta a cenários de acidentes em diversas instalações industriais e administrativas, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos de emergência internos, que contaram com o envolvimento de entidades externas como a protecção civil, os bombeiros e autoridades de polícia e segurança pública.

5.11.4 PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A GRIPE PANDÉMICA

O Plano de Contingência EDP para a pandemia de Gripe A, foi activado em finais de 2009 e esteve operacional até Junho de 2010, em resposta à declaração de pandemia emitida pelas entidades internacionais e nacionais de saúde.

A execução do Plano passou pelo reforço da informação e sensibilização das pessoas, reforço das medidas regulares de limpeza e desinfectação das instalações e na concretização do plano de vacinação previsto para assegurar a continuidade dos serviços essenciais à comunidade e ao negócio.

A implementação do Plano de Contingência EDP foi feita com a participação e inclusão de colaboradores dos prestadores de serviços.

Para informação à comunidade, o Plano de Contingência EDP foi disponibilizado em www.edp.pt > Sustentabilidade.

5.12 ACIDENTES E QUASE-ACIDENTES

Para a EDP, o conhecimento, análise e correcção de situações de quase-acidentes constitui uma ferramenta essencial para atingir os objectivos e metas de redução dos riscos e danos pessoais nas operações conduzidas nas empresas do Grupo, tendo para este efeito desenvolvido um procedimento específico no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança Corporativo implementado de acordo com a OHSAS 18001:2007.

Durante 2010, foram reportadas nas empresas do Grupo EDP, em Portugal, 41 situações de quase-acidentes.

Em 2010, no Grupo EDP ocorreram 44 acidentes de trabalho com ausência de um ou mais dias. Para informação sobre a evolução dos principais indicadores de segurança consultar Tabela, pág. 75.

Não obstante o esforço desenvolvido ao longo do ano em reforço da melhoria das condições de segurança no trabalho, há a lamentar a ocorrência de 1 acidente rodoviário mortal com um trabalhador da EDP ocorrido em Portugal. No que respeita ao Grupo EDP, ocorreram 6 acidentes mortais com trabalhadores de prestadores de serviço.

5.13 DOENÇAS PROFissionais

Em 2010, foram reconhecidos, em Portugal, 5 casos de doença profissional, dos quais apenas 3 com desvalorização.

A taxa de doenças ocupacionais é de 0,25 em Portugal e de 0,14 no universo do Grupo EDP.

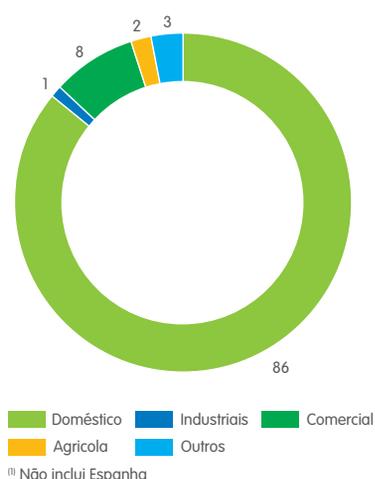
6. CLIENTES

Na EDP, a experiência do cliente orienta o desenvolvimento de projectos e iniciativas que visem a sua melhoria e o aprofundamento do diálogo com os clientes. A EDP tem actualmente cerca de 1,1 milhões de clientes de gás e 9,8 milhões de clientes de electricidade, distribuídos segundo a tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES EDP POR TIPO DE MERCADO (Nº)

2010	Portugal	Espanha	Brasil	Total
Electricidade				
Mercado Regulado	5.791.683	359.145	2.740.345	8.891.173
Mercado Livre	313.608	650.860	86	964.554
Total	6.105.291	1.010.005	2.740.431	9.855.727
Gás				
Último recurso	244.721	140.766	n.a.	385.487
Mercado Regulado	0	0	n.a.	0
Mercado Livre	614	683.026	n.a.	683.640
Total	245.335	823.792	n.a.	1.069.127

Distribuição de clientes de electricidade do mercado regulado⁽¹⁾ por tipo de uso (%)



6.1 A VOZ DOS CLIENTES

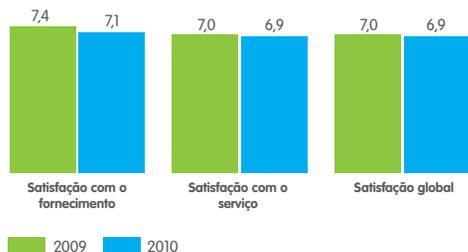
Em parceria com entidades externas certificadas, a EDP realiza, nas várias geografias, estudos de mercado que permitem conhecer a experiência dos clientes e sustentar iniciativas e projectos, no sentido da melhoria dessa experiência.

A experiência dos clientes é traduzida num conjunto de macroindicadores, de que se destacam: a Satisfação Global, a Satisfação com o Fornecimento de Energia (electricidade e/ou gás) e Satisfação com o Serviço.

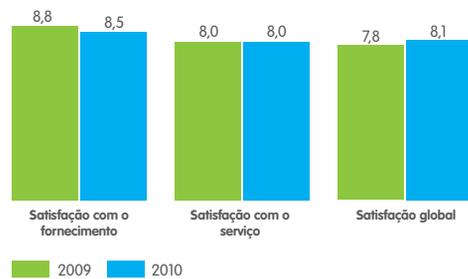
contributo para a sustentabilidade

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos em Portugal

Electricidade



Gás natural

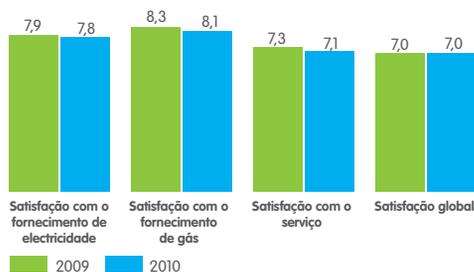


Escala: 0-10

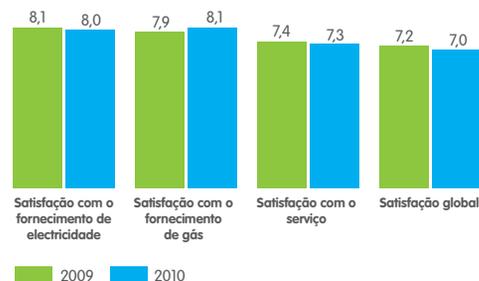
Em 2010, em Portugal, foi reforçado o sistema de recolha, análise e reporte da informação. A análise integrada dos indicadores de Voz do Cliente e dos indicadores operacionais revelou-se uma ferramenta poderosa para a melhoria dos processos e procedimentos. Melhorar a relação com os clientes implica reforçar a proximidade e a simplicidade na interacção.

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos em Espanha

HC Energía



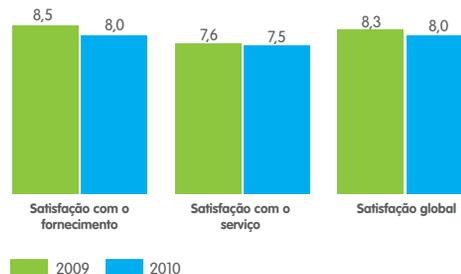
Naturgas



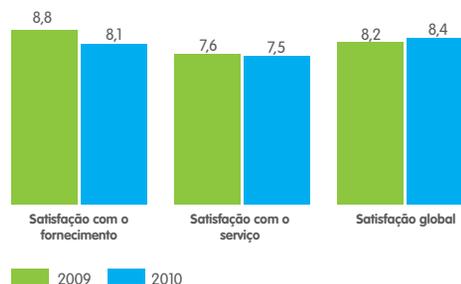
Escala: 0-10

Evolução dos principais indicadores de satisfação dos clientes domésticos no Brasil

EDP Bandeirante



EDP Escelsa



Escala: 0-10

6.2 MELHORAR O ACESSO À ENERGIA

O acesso à energia é entendido de diferentes formas, consoante a geografia onde a EDP opera.

Na Europa, melhorar o acesso à electricidade e ao gás traduz-se, essencialmente, numa melhoria contínua dos indicadores de qualidade de serviço técnico, associado às empresas distribuidoras, e na melhoria da qualidade de serviço comercial, associado aos comercializadores. Segundo as regulamentações portuguesas e espanholas, já se considera que a população está inteiramente servida pelas áreas de concessão das empresas da EDP.

Em Espanha, a HC Energía tem em curso, desde a década de oitenta, um Plano de Electrificação Rural destinado a fazer chegar electricidade a todas as zonas rurais de mais difícil acesso e a melhorar a qualidade de serviço onde esta já existe. Em Portugal, a EDP tem vindo a participar no Programa de Desenvolvimento Rural Agris, na componente de apoio à electrificação das zonas rurais.

No Brasil, a EDP mantém uma parceria com o Governo Brasileiro no Programa Luz para Todos. Este programa está concluído na área da EDP Bandeirante, prevendo-se que no Estado de Espírito Santo, região da EDP Escelsa, a cobertura rural esteja concluída em 2011. Em 2010, foram efectuadas 5.821 ligações na área da EDP Escelsa. Desde o primeiro contrato assinado em 2004 pelas distribuidoras da EDP no Brasil e o governo brasileiro, foram investidos cerca de 264,5 milhões de reais, e ligados 60.515 clientes.

6.2.1 TARIFAS

No quadro dos diferentes regulamentos em vigor nos diversos países e com o objectivo de proteger os consumidores com carências sócio-económicas, a EDP disponibiliza uma tarifa social, assumindo, ainda, um conjunto de compromissos para clientes com necessidades especiais.

Clientes com tarifa social e com necessidades especiais (n°)

Tarifa Social	2010	2009
Portugal	7.221	6.663
Espanha	57.559	49.617
Brasil	357.971	358.748
Total	422.751	415.028

Necessidades Especiais	2010	2009
Portugal	497	557
Espanha	0	0
Brasil	262	240
Total	759	797

Em Espanha, foi definida em 2009 a tarifa de último recurso para proteger os consumidores mais vulneráveis e permitir uma transição suave entre a tarifa regulada e a não regulada. Esta tarifa garante o congelamento dos preços até 2012 e cobre os clientes com uma potência instalada inferior a 3 kW, ou com outro tipo de carências sócio-económicas.

Informação adicional sobre a utilização das tarifas sociais nos países onde a EDP opera é disponibilizada nos Relatórios e Contas ou Relatórios de Sustentabilidade, publicados pelas empresas, disponível em www.edp.pt/sustentabilidade/publicacoes_e_relatorios.

Para detalhes sobre o fim das tarifas reguladas, em Portugal, para clientes de electricidade fornecidos em Muito Alta Tensão, Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, consultar o capítulo "Enquadramento Regulatório", pág. 30.

6.3 QUALIDADE DE SERVIÇO

6.3.1 SERVIÇO TÉCNICO

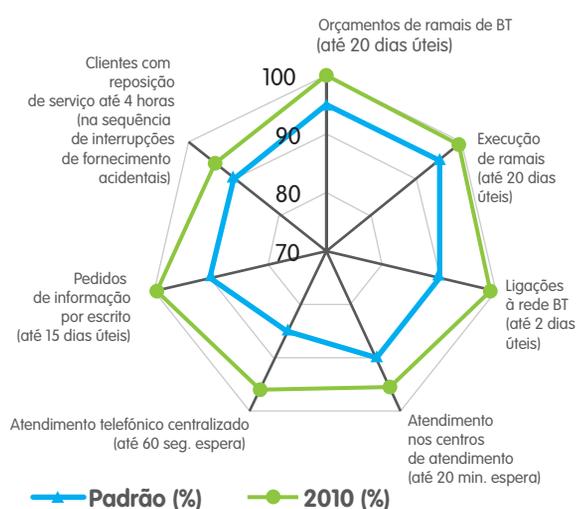
Em 2010, o TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) na actividade de distribuição na Península Ibérica, em termos médios foi de 179,5 minutos, com Portugal a atingir os 115,8 minutos e Espanha os 63,7. No Brasil, a Duração Equivalente por Consumidor (DEC) foi de 12,2 horas para a EDP Bandeirante e 9 horas para a EDP Escelsa. Para mais informação acerca dos resultados na qualidade técnica de serviço consultar a Secção Negócios, capítulos "Síntese da Actividade" e "Negócio Eléctrico no Brasil", pág. 61.

6.3.2 SERVIÇO COMERCIAL

A EDP tem prosseguido na melhoria dos processos para ouvir os seus clientes, comunicando com transparência e simplicidade.

Em Portugal, mantêm-se níveis elevados de qualidade de serviço prestado aos clientes pelo operador da rede de distribuição, visível através do cumprimento dos indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS).

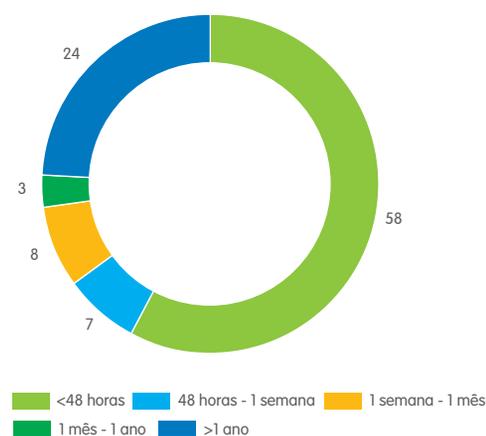
Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço - Portugal (%)



Destaca-se, ainda, um número total de cortes por não pagamento, na rede baixa tensão, de 434.763 (7% dos clientes do mercado regulado) os quais têm, por cumprimento legal, de ser repostos em menos de 24 horas. Apenas 0,4% dos restabelecimentos foram efectuados fora de prazo.

Em Espanha, a Política de Qualidade está orientada para a contínua adaptação às novas exigências dos clientes e do contexto onde operam. Os inquéritos de satisfação anuais procuram avaliar a evolução do conhecimento da marca, do posicionamento da empresa face à concorrência e a satisfação dos clientes com os canais e serviços prestados, como pode ser observado nos gráficos disponibilizados na Experiência do Cliente.

Restabelecimento de ligações por não pagamento - Clientes domésticos em Espanha (%)



Também em Espanha o regime regulatório exige um restabelecimento das ligações em 24 horas, havendo penalizações graves se tal acontecer após uma semana. Durante 2010, menos de 2% das reLigações ultrapassaram as 24h.

No Brasil, os cortes por motivo de não pagamento, foram religados, em 82% (média das duas distribuidoras) dos casos, em menos de 24 horas. Informação detalhada pode ser encontrada no Relatório Anual da EDP Brasil.

contributo para a sustentabilidade

6.4 SEGURANÇA DO PRODUTO

Nas várias geografias, a preocupação relativamente à segurança na utilização da electricidade e do gás está presente na disponibilização de informação aos clientes, sob várias formas: na internet, em pequenos folhetos, em Guias de Cliente, etc.

Quer via internet, quer telefonicamente, podem ser comunicadas às empresas, situações que configurem perigo ou iminência de acidentes, designadamente linhas caídas, armários eléctricos abertos, ramos de árvores próximos de linhas, etc.

No Brasil, o Programa Boa Energia na Comunidade, promove conferências sobre consumo em segurança e sobre os perigos e riscos no uso indevido da energia eléctrica.

6.5 PROVEDOR DO CLIENTE

Desde 2009, que os clientes de electricidade e gás, em Portugal, podem recorrer ao apoio do Provedor do Cliente, através do “site” provedordocliente.edp.pt. Sendo uma entidade externa e independente, o Provedor do Cliente, pauta a sua actuação por princípios de rigor, isenção e equidade, “contribuindo para fortalecer a confiança nas relações entre as empresas do Grupo EDP e os seus clientes”.

Os clientes submetem os seus pedidos de apreciação via internet e podem, a qualquer momento, conhecer a evolução do respectivo estado. No final de 2010, tinham sido submetidos 1.102 pedidos de apreciação, 92,1% correspondentes a reclamações referentes a electricidade. A maioria dos pedidos de apreciação (55%) foi referente a assuntos relacionados com Fornecimento e Leitura/Facturação/Cobrança. Dos 1.102 pedidos submetidos, 920 (83,5%) foram respondidos até final do ano. Para estes 920 pedidos, o parecer do Provedor foi concordante com o solicitado em 54,2% dos casos e discordante em 26,7% dos casos.

Ainda no âmbito da sua actividade, o Provedor apresentou à EDP um conjunto de 17 recomendações, 7 das quais foram logo implementadas em 2010.

6.6 ACESSO AOS SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO

Em Portugal, continuam a ser emitidas facturas em Braille e disponibilizados Guias de Cliente e de Eficiência Energética criados em 2009, em parceria com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, com o objectivo de melhorar a relação com este segmento de clientes. Para clientes com deficiências auditivas, a EDP no Brasil, mantém um canal dedicado para ultrapassar barreiras de comunicação.

Os clientes da EDP, em Portugal, têm disponível uma linha telefónica para acesso aos serviços, a partir do estrangeiro. Em Espanha, são editados folhetos em Basco e em Catalão sobre o uso seguro da energia. O “site” da Naturgas Energía é bilingue, podendo os clientes aceder a conteúdos quer em Castelhanos, quer em Basco.

Também o “site” EDP tem uma versão com funcionalidades de acessibilidade para que pessoas com necessidades especiais possam aceder à informação. Em curso está o projecto de disponibilizar, em Portugal, também em língua inglesa, a informação na área de clientes no “site” EDP, tendo em vista facilitar o acesso a residentes não fluentes em português.

Em Portugal e no Brasil, os colaboradores continuam a poder intervir de forma estruturada através do canal interno Cliente OK, na resolução de questões ou problemas que lhes sejam colocados por pessoas do seu círculo familiar ou de relações.

Durante 2010, A EDP distribuiu o canal TV interno a toda a rede de lojas EDP, criando mais um canal de contacto/informação para os todos clientes dos diferentes mercados e negócios.

6.7 PRÁTICAS DE PRIVACIDADE

A garantia de privacidade dos dados dos clientes está salvaguardada nas condições gerais dos contratos de fornecimento de energia eléctrica e de gás nas diferentes geografias onde a EDP opera, estando os dados protegidos pelas melhores técnicas, práticas e procedimentos disponíveis para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Para fins de prospecção ou de marketing directo, é solicitado ao cliente autorização para gravar e utilizar os seus dados pessoais, bem como a sua comunicação a terceiros.

Mais informação sobre a garantia de privacidade dos dados pode ser consultada em www.edp.pt.

6.8 PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

BARÓMETRO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, EM PORTUGAL

A monitorização de atitudes e comportamentos dos consumidores domésticos, em Portugal, é efectuada desde 2007 e traduzida num Índice de Eficiência Energética.

Em 2010, foi desenvolvido, em parceria com o ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, um novo modelo que permitiu identificar travões e alavancas para um comportamento mais sustentável e aperfeiçoar o cálculo do Índice.

Em 2010, o Índice de Eficiência Energética situou-se nos 73,4%, reflectindo uma melhoria na adopção de comportamentos energeticamente eficientes, por parte dos consumidores.

O estudo revelou ainda que:

- A EDP é considerada, por mais de metade dos inquiridos, como boa promotora da eficiência energética;
- Os principais comportamentos adoptados pelos respondentes centram-se na utilização de lâmpadas economizadoras, no fecho de portas e janelas quando existem sistemas de aquecimentos/arrefecimento ligados e na maior procura do sistema bi-horário, entre outros;
- A poupança energética é o grande móbil para comportamentos eficientes.

A adopção massificada de medidas de Eficiência Energética é largamente reconhecida como a forma mais racional de limitar os impactes climáticos causados por emissões de gases de efeito de estufa podendo, segundo a IEA (“International Energy Agency – Energy Technology Perspectives 2010”), vir a ser responsável por mais de 50% da redução de emissões até 2050.

IMPACTE AMBIENTAL PREVISTO NAS ACÇÕES PPEC 2011-2012*

Descrição das medidas	Orçamento total (k€)	Número intervenções	Energia total evitada (MWh)	CO ₂ total evitado (t)
Medidas Intangíveis				
Sistema de Gestão de Consumos em Escolas Secundárias	233,0	n.d.	n.a.	n.a.
TWIST - Sensibilização EE para o Ensino Secundário	459,1	n.d.	n.a.	n.a.
Energy bus – Energia em movimento	367,7	n.d.	n.a.	n.a.
A tua energia - projecto educação 1º ciclo do Ensino Básico	395,9	n.d.	n.a.	n.a.
Painel de Consumidores - Sistemas de Gestão de Consumos	200,0	n.d.	n.a.	n.a.
Gestão de consumos domésticos online	222,7	n.d.	n.a.	n.a.
Tangíveis - Residencial				
Distribuição de 4 Lâmp. Economiz. através de IPSS	1.230,0	150.000	117.516	43.481
Kit Casa Eficiente - LED + Standby Killer	949,6	60.000	78.096	28.896
Promoção da Iluminação Eficiente - LEDs	2.150,0	250.000	98.950	36.612
Standby Killer - telecomando	195,3	12.000	8.961	3.315
Tangíveis - Comércio e Serviços				
LFCs standard em IPSS	612,0	400.000	90.794	33.594
Semáforos LED	450,9	10.000	36.944	13.669
Sist. de Regulação de Fluxo na IP de Ambiente Urbano	2.157,2	300	190.439	70.463
Sist. Regulação de Fluxo na IP de Acessos Rodoviários	1.091,5	218	139.656	51.673
Relógios Astronómicos na IP	220,0	2.000	68.333	25.283
Freecooling	340,0	20	28.500	10.545
Tangíveis - Agricultura e Indústria				
Motores de Alto Rendimento	927,1	620	62.955	23.293
VEVs em Sistemas de Ventilação	1.035,0	150	86.686	32.074
VEVs em Sistemas de Refrigeração	340,6	101	25.731	9.520
VEVs em Sistemas de Bombagem	2.650,0	500	185.573	68.662
Substituição Lâmpadas de Descarga por T5	2.040,8	20.000	158.155	58.517
Total	18.268,4	905.909	1.377.290	509.597

* Tendo em conta o período de vida útil dos equipamentos

NOTA: do total do investimento previsto. 72% provém do Programa PPEC. 17% dos beneficiários e 11,2% contribuição directa da EDP.

Neste contexto, a EDP tem continuado a promover a eficiência energética no consumo, de modo a assegurar aos seus clientes a melhor utilização do produto comercializado.

No Brasil, em 2010, foram investidos cerca de 25 milhões de reais em programas e iniciativas de eficiência energética, nas duas empresas distribuidoras, correspondendo a uma economia de 22.358 MWh/ano, o equivalente ao consumo médio de 9,3 mil famílias.

Este investimento privilegiou consumidores de baixos rendimentos e entidades sem fins lucrativos, com os programas:

- **Boa Energia na Comunidade** – Distribuição de “kits” de instalação interna, lâmpadas economizadoras e acções de sensibilização, promovido pela EDP Escelsa. Desde 2006, já foram beneficiadas 136 mil famílias e distribuídas 527 mil lâmpadas economizadoras.
- **Boa Energia Solar** – Parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo, promove a substituições de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas e a instalação de

sistemas de aquecimento solar de água, em substituição de chuveiros eléctricos.

- **Comunidade Eficiente** – Desenvolvido em 33 bairros da área da Grande Vitória, incidiu entre outras, em acções de formação, distribuição de 103.765 lâmpadas fluorescentes compactas e na substituição de 78 frigoríficos por equipamentos mais eficientes.

Com outros focos, estão em curso ainda os seguintes programas:

- **Eficientização Semafórica** – Promovido pela EDP Bandeirante, este projecto consiste no uso de iluminação LED em sistemas de sinais de trânsito, substituindo as lâmpadas incandescentes normalmente usadas. Nos quatro anos de desenvolvimento deste projecto, houve reduções até 90% de consumos de energia eléctrica.
- **Reluz** – Lançado em 2007, o Programa Reluz tem como objectivo a modernização dos pontos de Iluminação Pública, oferecendo, assim, maior segurança à população. Foram já substituídas 69.000 lâmpadas, prevendo-se que até 2012 sejam substituídas mais 98.000 lâmpadas.

contributo para a sustentabilidade

Em Portugal, prosseguiu-se com o **Programa ECO**, que tem por objectivo mobilizar os consumidores para acções concretas de maior eficiência energética e garantir a mudança de comportamentos através de uma actuação integrada. As acções desenvolvidas e respectivos resultados são apresentados, detalhadamente no site ECO – www.eco.edp.pt.

No seguimento do novo concurso do PPEC – Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – lançado pela ERSE em 2010, a EDP ganhou as seguintes medidas, que serão implementadas em 2011/2012, pág. 85.

6.9 SERVIÇOS E PRODUTOS DE VALOR ACRESCENTADO

Em linha com a sua estratégia de sustentabilidade, a EDP estabeleceu, em 2009, a EDP Serviços em Portugal. No final de 2010, a EDP Serviços foi reorganizada em 5 áreas de negócio dirigidas aos segmentos chave do mercado: Geração Distribuída, Serviços Técnicos a Instalações Energéticas, Projectos Integrados de Eficiência Energética em Indústria, Projectos Integrados de Eficiência Energética em Estado & Serviços e Casa & Negócios.

Para 2011 e 2012 foi definido um plano de negócios e investimentos com o objectivo de tornar a EDP num líder de mercado nesta área e de vir a tornar esta actividade num novo negócio principal do Grupo.

Em 2010, foram, também, alcançados marcos importantes no desenvolvimento da EDP Serviços, com destaque para:

- Criação de uma abordagem comercial inovadora com partilha de investimento com os clientes;
- Lançamento das primeiras campanhas de abordagem integrada ao mercado;
- Aquisição da Home Energy, uma empresa líder do sector, acelerando o crescimento e sinalizando a entrada em força da EDP neste mercado.

Em Espanha, a HC Energía e a Naturgas dispõem, desde 2010, de uma nova direcção de Serviços de Eficiência Energética, comum a ambas as empresas. O objectivo é desenvolver e coordenar os mecanismos necessários para conseguir um adequado posicionamento do negócio dos serviços energéticos, permitindo reforçar a oferta comercial do Grupo. Hoje já são oferecidos os seguintes produtos e serviços, para clientes residenciais: Auditorias energéticas, planos de financiamento para aquisição de equipamentos mais eficientes; serviços de água quente solar e solar fotovoltaico, planos de climatização e de substituição por equipamentos mais eficientes.

Durante 2010, no âmbito da actividade de comercialização de energia eléctrica das diferentes empresas do Grupo, desenvolveu-se, igualmente, um conjunto de serviços que pretendem melhorar simultaneamente a qualidade de serviço prestado e a eficiência na utilizações dos recursos:

- **Factura Electrónica** – Em 2010, na Península Ibérica, 764.000 clientes aderiram a este meio, o que representa uma taxa de penetração global de 9,7%.
- **HC Powerhome** – Um dispositivo inovador oferecido pela HC Energía permitindo que os clientes reduzam a potência contratada ao mínimo necessário. Este dispositivo permite distinguir um conjunto de electrodomésticos prioritários, mantendo-os em funcionamento e gerir os restantes de forma mais optimizada e quando os preços são mais reduzidos, nomeadamente para clientes com tarifas bi-horárias.

- **Electricidade Verde** – Em 2010, a EDP atingiu os 394.717 clientes, duplicando o número face a 2009, que consumiram um total de 11.484 GWh de electricidade verde, sendo o maior consumo nos EUA, onde toda a electricidade vendida é certificada como electricidade verde.

- **WattDrive** – A EDP abriu, gratuitamente, em Portugal, a rede de pontos de carregamento de veículos eléctricos em Maio, aos clientes utilizadores destes veículos.

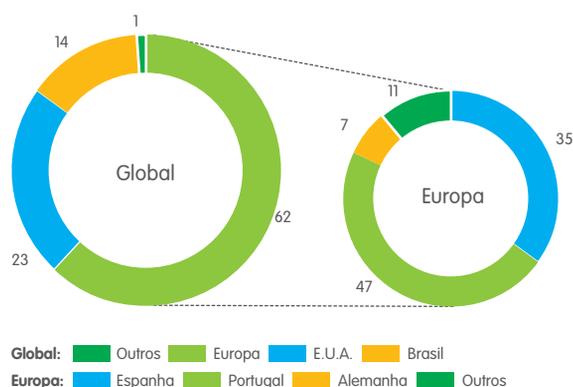
7. FORNECEDORES

7.1 CARACTERIZAÇÃO

O relacionamento entre a EDP e os seus fornecedores é estabelecido com base em princípios de parceria e de promoção do desenvolvimento sustentável. Reforçando a importância dos aspectos de integridade na estratégia de negócio, a EDP desenvolveu iniciativas de informação junto dos seus fornecedores, relativas aos valores éticos afirmados no Código de Ética da EDP.

Durante 2010, a actividade de Procurement do Grupo EDP (excepto energia) atingiu os 3.309 Milhões de euros, tendo-se distribuído geograficamente da seguinte forma:

Distribuição geográfica da actividade de procurement (excepto energia) (%)



A EDP desenvolve uma influência positiva na economia local ao promover o crescimento dos negócios locais. A proporção das compras a fornecedores estrangeiros representa cerca de 14% das compras globais.

Informação mais detalhada sobre a actividade de “procurement”, pode ser consultada em www.edp.pt > fornecedores.

7.2 DIÁLOGO

A EDP promove a capacidade empresarial e a optimização dos processos de negócio com os seus fornecedores:

- Promovendo a competência técnica e a competitividade do mercado;
- Mantendo relações de integração e colaboração;
- Promovendo um diálogo permanente e aberto, que possibilite o conhecimento das expectativas deste importante segmento de “stakeholders”;
- Promovendo o conhecimento recíproco.

É objectivo da EDP “dar resposta aos desafios, para estabelecer, controlar e desenvolver as relações com fornecedores”, através de Soluções de “SRM – Supplier Relationship Management”. Neste âmbito, está em fase de implementação um programa de Análise de Risco de fornecedores estratégicos, que permitirá à EDP identificar, atempadamente, situações críticas ou de ruptura, assegurando a continuidade dos fornecimentos contratados.

Este programa assenta num modelo de gestão de alertas, que permite obter, de forma consolidada, informação diversa acerca dos seus fornecedores e acompanhar a “aptidão” de uma empresa para manter o reconhecimento de qualificação enquanto fornecedora do Grupo EDP. As soluções de SRM favorecem a comunicação com os diferentes parceiros, permitindo a partilha de metodologias e fomentando a proximidade entre ambas as partes.

O SRM facilita, ainda, a familiarização dos fornecedores com o negócio da empresa e as suas reais necessidades, promovendo melhores condições de aquisição e optimização de todo o processo de fornecimento.

A EDP disponibiliza, um canal online de diálogo com os fornecedores, onde promove a partilha de conhecimento e boas práticas: www.edp.pt> [Fornecedores](#) > [Fórum Sustentabilidade](#).

De forma a incorporar, cada vez melhor, as exigências e expectativas deste grupo de “stakeholders”, a EDP lançou, no final de 2010, um inquérito aos fornecedores do qual se destaca:

- Assuntos mais relevantes tendo em conta a actividade da EDP: a aposta nas novas tecnologias e inovação (77%), a promoção de energias renováveis (76%), e o investimento nos novos projectos (70%);
- Assuntos de maior importância na qualidade de fornecedor: o estabelecer parcerias que fomentem a melhoria do desempenho em sustentabilidade (67%), melhorar a disponibilização de informação/canais de comunicação (58%), e reforçar os processos de negociação e compra (51%).

Mais informações sobre os resultados deste inquérito em: www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Partes Interessadas](#)> [Diálogo Fornecedores](#).

7.3 BOAS PRÁTICAS

A EDP dispõe de um sistema de pesquisa, selecção e segmentação de fornecedores – Sistema de Registo de Fornecedores do Grupo EDP (SRF), que lhe permite agir de forma clara, transparente e eficiente, potenciando relações de parceria duplamente ganhadoras.

Este sistema é suportado por uma base de dados partilhada por todas as empresas do Grupo, sendo actualmente o registo um requisito indispensável a qualquer empresa que pretenda ser qualificada, consultada, ou apresentar a sua proposta de fornecimento. Neste mesmo suporte informático, os fornecedores tomam conhecimento do Código de Ética da EDP e declaram a aceitação dos valores e princípios nele contidos. Em 2010, existiam 12.800 fornecedores registados no Grupo EDP, mais 17% face a 2009.

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Em 2009, a EDP no Brasil, aderiu ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, cujo objectivo é implementar ferramentas para que o sector empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que recorram a trabalho escravo. A EDP realizou, em São Paulo e no Espírito Santo, uma formação para fornecedores, focada no tema do trabalho escravo. Com mais de 2.000 fornecedores registados na área a si dedicada, a EDP monitoriza as suas actividades com recurso a uma ferramenta da ONG Repórter Brasil, que divulga uma lista de empresas que recorrem ao trabalho escravo. Assim, a EDP compromete-se a romper o contrato com o fornecedor, caso o mesmo se encontre nessa lista. Todas as acções estão alinhadas com o Código de Ética EDP e com a Política da EDP no Brasil, “contra o trabalho infantil e escravo”.

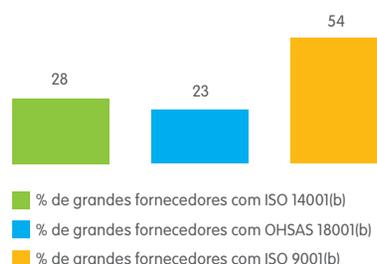
Para figurar na base de dados, um fornecedor deverá aceder à área de fornecedores no “site” EDP (www.edp.pt> [fornecedores](#)) e preencher um questionário de pré-registo que implica o fornecimento de informação relativa a sistemas de qualidade, ambiente, segurança, políticas de responsabilidade social corporativa, entre outros. O alargamento da informação solicitada às empresas fornecedoras, nomeadamente a caracterização do seu desempenho social, está em curso e prevê-se a disponibilização desta informação para 2011.

A empresa registada usufrui, igualmente, de um conjunto de vantagens, das quais se destacam:

- A igualdade de oportunidades para áreas de negócio equivalentes/distintas;
- O aumento das oportunidades de negócio;
- A garantia de que os seus clientes têm acesso à informação de forma rápida e confiável;
- Um único registo com visibilidade para várias empresas;
- Dispensa de apresentação de variada documentação em sede de candidatura ou pedido de qualificação.

Em 2010, 58% dos fornecedores em Portugal, Espanha e Brasil, com bens e serviços recepcionados superiores a 75 mil euros, estão inscritos no SRF do Grupo EDP. Neste Universo de fornecedores, 54% possuem Sistemas de Gestão da Qualidade certificados por terceiros. Já na área do Ambiente estão certificadas 28% das empresas, bem como 23% em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

Fornecedores certificados (%)



(b) Número de Fornecedores registados nos Sistema Corporativo de Registo de Fornecedores do Grupo EDP.

contributo para a sustentabilidade

A EDP tem implementada uma ferramenta de Sourcing suportada em ambiente web que permite uma partilha de informação de mercado e de fornecedores – “O Sinergie – Supply Integration for Energy”. Este sistema, implementado em todas as empresas do Grupo, serve de base a todos os processos de consulta e negociação com valor superior a 75.000 euros na Europa e 150.000 euros nas restantes geografias e tem como principal objectivo a partilha de informação de processos de consulta e negociação transversalmente ao Grupo EDP, independentemente da unidade de negócio, ou mercado onde operam, utilizando para isso a Internet como motor da agilização de todos os processos de compras a nível global.

As soluções e práticas apresentadas permitem uma maior eficiência, transparência e rapidez no tratamento dos processos assim como uma forte redução nos custos ambientais e na carga administrativa.

Com o estatuto de Organizational Partner da GRI, a EDP mantém-se parceira do projecto The GRI Global Action Network for Transparency in the Supply Chain, com o objectivo de apoiar iniciativas de empresas dirigidas à promoção da elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI ao longo das suas cadeias de valor. Desde 2009, a EDP já assegurou o apoio a 9 fornecedores em Portugal, para que estes possam receber gratuitamente, por parte da GRI e de entidades

parceiras por este certificadas, a formação e o apoio de consultoria necessários para internalizar as competências de elaboração de relatórios de sustentabilidade conformes com as directrizes da GRI (www.globalreporting.org).

Ainda no âmbito da actividade como Organizational Partner da GRI, a EDP integra o grupo de trabalho multi-stakeholder Supply Chain Disclosure Working Group cujos objectivos são: contribuir para melhorar os conteúdos objecto de relato, relativos aos desempenhos ao longo da cadeia de valor; e elaborar, onde necessário, guias suplementares para apoio à interpretação e aplicação dos requisitos de relato relativos à cadeia de valor.

Alinhada com esta preocupação, a EDP constituiu um grupo de trabalho interno com vista a identificar e avaliar os riscos para o Desenvolvimento Sustentável relacionados com a sua cadeia de fornecimento.

Neste âmbito, foi definida a matriz de riscos fornecimento, encontrando-se em desenvolvimento o seu desdobramento para as diferentes classes de fornecimento, bem como a identificação de eventuais medidas adicionais necessárias para a sua minimização e controlo.

MATRIZ DE CARACTERIZAÇÃO DE RISCOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADOS COM A GESTÃO DA CADEIA DE FORNECIMENTO

Aspectos	Riscos para o Desenvolvimento Sustentável	Exemplos de Risco	Possíveis impactes específicos para a EDP	Compromissos EDP	
Direitos Humanos e do Trabalho	Condições de trabalho	Trabalho forçado ou equiparado	Emprego de trabalhadores ilegais ou indocumentados Incumprimento da legislação sobre horários de trabalho	Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP Condições Gerais de Compra
		Práticas salariais injustas	Práticas salariais injustas/ilegais Não pagamento pontual da retribuição salarial		
		Trabalho infantil	Empregos de menores de idade		
		Restrições à liberdade de associação e contratação colectiva	Não reconhecimento do direito à sindicalização Recusa da contratação colectiva		
		Práticas de Discriminação e não garantia de igualdade de oportunidades	Discriminação por: Género; Orientação Sexual; Credo religioso; Estado Civil; Deficiências; Orientação Política ou de outra natureza; Origem étnica ou social		
	Tratamento desumano	Habituação insalubre			
Saúde e segurança ocupacional	Doenças profissionais	Acidentes de trabalho	Quedas de alturas Electrocussão Inalação de substâncias tóxicas Queimaduras	Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP
		Doenças profissionais	Surdez Patologias Musculo-esqueléticas Silicose		
Ambiente	Danos ambientais	Deterioração dos recursos energéticos e materiais Emissão gases de efeitos de estufa Outras emissões atmosféricas Stress Hídrico Emissão de efluentes líquidos poluentes Produção, armazenamento, transporte e destino final de resíduos sólidos perigosos Derrames de substâncias perigosas Perda de Biodiversidade	Perda económica-financeira Dano de Reputação Insuficiência de informação necessária para o relato	Global Compact Código Ética EDP Condições Gerais de Compra Política de Ambiente Política de Biodiversidade	
Integridade e Ética	Concorrência desleal	Corrupção e suborno Coacção Moral ou psicológica Assédio sexual Incumprimento legal	Perda económica-financeira Dano de Reputação	Global Compact Código Ética EDP	
		Quebra de sigilo contratual Práticas de dumping económico, social e ambiental	Deterioração do Clima organizacional		Condições Gerais de Compra

7.4 AMBIENTE E SEGURANÇA

Independentemente do tipo e dimensão da obra ou do trabalho a realizar, o recurso a empresas exteriores tem sempre implícito, em cada fase, um controlo rigoroso da qualidade dos serviços, numa estratégia que assenta nos seguintes princípios:

- Integração do Ambiente e Segurança no Sistema de Qualificação dos prestadores de serviços (que inclui um questionário de aspectos ambientais);
- Cumprimento da Política de Ambiente e Política de Segurança, assim como de todos os requisitos legais de aplicação e da responsabilidade do prestador de serviço;
- Aplicação de novos instrumentos de prevenção e controlo, nomeadamente na exigência de Formação Básica de Segurança a todos os trabalhadores;
- Acompanhamento e avaliação do desempenho em ambiente e segurança na realização dos trabalhos através de um programa de auditorias;
- Realização de questionários e avaliação de fornecedores de serviço e atribuição de um prémio anual de reconhecimento aos prestadores de serviços que se distinguem pelo seu desempenho e contributo em matéria de segurança no trabalho.

7.5 CONTRATADOS E SUBCONTRATADOS

Estão a ser desenvolvidos e implementados sistemas de qualificação destinados exclusivamente a subempreiteiros, especialmente para tarefas consideradas mais críticas, sendo de salientar a construção e manutenção de redes eléctricas AT, MT e BT, e os trabalhos em tensão AT, MT e BT.

Em 2010, foi utilizado como critério de ponderação de propostas, para efeitos de adjudicação, o volume de subcontratação, sendo penalizada a subcontratação excessiva.

Em sede de programas de qualificação/caderno de encargos foram introduzidos critérios que obrigam, também, as empresas subcontratadas a assumir compromissos, entre outros, de não utilização de mão-de-obra ilegal, implementação de sistemas de garantia da qualidade e compromisso de adesão a políticas de protecção ambiental.

Em 2010, no âmbito da formação de equipas de prestadores de serviços externos em trabalhos em tensão – TET – e em Segurança, foi implementado um processo de definição de requisitos e reconhecimento de entidade formadoras para efeitos de qualificação de contratados e subcontratados.

Com este projecto procurou-se garantir a melhoria e a uniformização dos requisitos da formação ministradas aos colaboradores das empresas contratadas e subcontratadas.

No terreno, a EDP mantém auditorias a empreiteiros e subempreiteiros onde são avaliadas as práticas ambientais, de prevenção e segurança e relacionadas com os direitos humanos, tendo em Portugal efectuado um total de 1.158 auditoria, cobrindo 133 empreiteiros e subempreiteiros.

Para informação adicional sobre práticas de prevenção e segurança de fornecedores, ver capítulo Colaboradores, págs. 75 e 80.

8. COMUNIDADE

8.1 SOCIEDADE

O relacionamento com a sociedade e os seus diferentes actores assume uma importância crescente, pela interdependência reconhecida entre as partes. A estratégia de comunicação com a comunidade adopta diferentes expressões e abordagens dentro do Grupo, sendo predominantemente protagonizada pelas respectivas Fundações:

- Fundação EDP, em Portugal;
- Fundação Hidrocontábrico, em Espanha;
- Instituto EDP, no Brasil.

Complementarmente, a EDP privilegia o estabelecimento de parcerias como estratégia primordial de intervenção, certos de que a eficiência na afectação de recursos, a partilha de conhecimento e a implementação de boas práticas são factores fundamentais para uma empresa sustentável.

Um conjunto mais detalhado de informação sobre as diferentes parcerias estabelecidas na área ambiental, de cidadania e cultura, podem ser consultadas em www.edp.pt > Sustentabilidade. De relevar, são ainda as iniciativas inovadoras de relacionamento com a comunidade, como é o caso dos projectos cocriação e fablab (Capítulo I&D+Inovação), pág. 72.

MEDIR O IMPACTE NA COMUNIDADE



O modelo LBG aplica-se para:

- Suportar a estratégia de investimentos na comunidade;
- Medir o desempenho desse investimento;
- Identificar oportunidades de realizar projectos;
- Maximizar a eficácia social do investimento.

A melhoria da aplicação dessa metodologia concretiza-se com a capacidade de implementar a técnica SROI – Social Return on Investment (ver glossário online), já aplicada pela EDP num caso piloto – Associação Operação Nariz Vermelho.

O sucesso deste modelo levou a Fundação EDP a estabelecer uma parceria com a Universidade Católica do Porto, com vista à realização de estudos de avaliação dos impactes sociais alcançados, com os investimentos sociais realizados no âmbito de alguns projectos do programa EDP Solidária. Em 2010, esta parceria será alargada à Universidade Nova de Lisboa.

Conhecer as contribuições voluntárias da EDP para projectos de apoio à comunidade é hoje considerado, pela empresa, como insuficiente, pois importa compreender os resultados e os impactes das iniciativas, ou seja, o contributo efectivo para a alteração de comportamentos, melhoria do bem-estar social, e o retorno social do investimento.

Esta alteração de foco está na base da adesão da EDP, em 2007, ao Modelo LBG (“London Benchmarking Group”).

contributo para a sustentabilidade

CONTRIBUIÇÕES^(a) PARA A COMUNIDADE EM 2009 E 2010

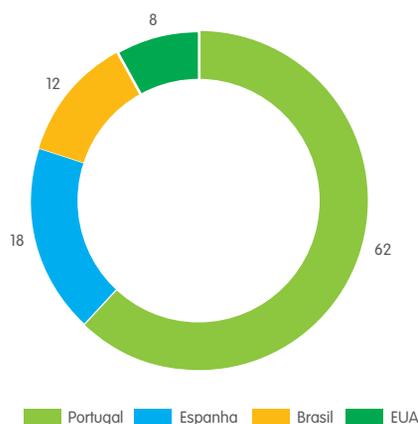
Valor total das contribuições (€) (b)		2010	2009
Categoria	Investimento não estratégico	2.263.399	1.625.551
	Investimento estratégico	15.501.914	12.393.356
	Iniciativa comercial	3.456.009	3.088.798
	Não aplicável		
Natureza	Educação	3.104.213	2.623.431
	Saúde	465.709	353.650
	Desenvolvimento económico	895.514	329.332
	Ambiente	2.435.853	982.160
	Arte e cultura	5.288.359	6.489.601
	Bem-estar social	1.806.032	2.236.195
	Resposta a situações de emergência	215.054	
	Outras	7.010.589	4.093.337
	Contribuições monetárias	Valor	19.711.331
"Staff" voluntário	Nº colaboradores envolvido em acções de voluntariado no tempo de trabalho	379	248
	Nº horas em trabalho voluntário durante o horário de trabalho	10.886	5.817
	Valor do tempo voluntário	442.172	149.762
Contribuições em espécie	Valor das contribuições em espécie	1.067.820	1.731.357
Custos de gestão		121.064	50.538
Valor total das contribuições (incluindo os custos de gestão)		21.342.386	17.158.242

(a) Valores de 2010: ainda não validados pela Corporate Citizenship
 (b) Excluindo os custos de gestão

Este modelo, com diferentes níveis de complexidade e exigência, é hoje aplicado aos projectos, predominantemente protagonizados pelas diferentes fundações.

Estes projectos agrupam-se na área da educação, desenvolvimento económico, bem-estar social e resposta a situações de emergência. Os recursos adicionais foram obtidos junto de fornecedores, clientes, colaboradores e outras instituições.

Contribuição da EDP por região (%)



Valores provisórios, ainda não validados pela Corporate Citizenship

Em 2010, o valor total das contribuições do Grupo EDP foi cerca de 21 milhões de euros, correspondendo a 1,03% do EBIT (consultar tabela Contribuições para a Comunidade em 2009 e 2010). Cerca de 93% das contribuições da EDP são monetárias, tendo-se registado cerca de 2,5 milhões de euros em alavancagem, de acordo com a terminologia LBG (ver glossário online). O voluntariado envolveu 379 colaboradores do Grupo, correspondeu a 2% das contribuições e a mais de 10.000 horas de trabalho em acções de campanhas de recolhas de bens nas diferentes geografias, aulas de empreendedorismo em várias escolas em Portugal e no Brasil e apoio a instituições sociais.

8.2 ONG

Para a EDP, as Organizações Não Governamentais (ONG) são "stakeholders" importantes, com os quais, ao longo dos anos, a empresa tem vindo a desenvolver parcerias de várias naturezas, garantindo um canal de comunicação activo com as diferentes entidades parceiras. Este tipo de relacionamento é complementado com um canal de diálogo "online", aberto a todas as ONG's, onde se compromete a responder às questões colocadas (www.edp.pt/sustentabilidade> partes interessadas> ONG).

Conhecer e incorporar no processo de decisão, as expectativas deste segmento activo e organizado da sociedade, em particular das ONG de ambiente (ONGA), é um compromisso que o Grupo assume nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável. Um dos objectivos da EDP tem sido a clarificação das suas estratégias de actuação, com minimização e compensação dos impactes ambientais, e já no início de 2011, a EDP lançou, em Portugal, um inquérito às ONGA, para complementar e aferir as diferentes percepções existentes no terreno. Os resultados obtidos foram, em síntese, os seguintes:

- Os assuntos de maior relevância para as ONG's, tendo em conta a actividade da EDP foram: a eficiência energética no consumo (75%), a promoção de energias renováveis (75%), e a eficiência na produção e distribuição de energia (71%);
- Os assuntos mais relevantes tendo em conta o relacionamento entre a EDP e ONGA foram: a promoção de energias renováveis (74%); a protecção da biodiversidade (70%); a diminuição da poluição atmosférica; e a eficiência energética no consumo (ambos com 65%).

Os resultados deste inquérito vão permitir, à EDP, construir respostas mais eficazes no futuro.

Durante 2010, destacam-se algumas das iniciativas promovidas conjuntamente com ONG:

Ambiente:

- **Festa das Aves no Parque Natural do Douro Internacional**
Encerramento do projecto PEAR (Plano de Emergência para Aves Rupícolas) que teve como principal objectivo inverter o declínio de três espécies de aves - Águia de Bonelli, Abutre do Egípto e Cegonha Negra - numa região de elevada sensibilidade ecológica, como é o Douro Internacional, e onde a EDP tem alguns projectos em curso.
- **Ecofamilias** – Projecto desenvolvido em parceria com a Quercus, que visa a sensibilização dos cidadãos para as questões ligadas ao consumo de energia no sector doméstico, nomeadamente para a sua redução e racionalização. Medida financiada no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
- **Protocolo Avifauna** - Projecto desenvolvido em colaboração com a Quercus, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), que visa promover o equilíbrio entre a qualidade de serviço técnico e a protecção da avifauna, em vigor desde 2003.
- **Conservação da abetarda, sisão e peneireiro das torres, nas estepes cerealíferas do Baixo Alentejo, projecto Life +** - Com o objectivo de promover a conservação destas espécies, considerando a minimização de factores de perturbação, como as linhas eléctricas.

Mais informação poderá ser obtida no Relatório de Biodiversidade, disponível em www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade.

Social:

- **Campos de Férias** – A HC Energia, em parceria com a ONG Solidaridad Educación y Desarrollo (SED), patrocinou os campos de férias em Navalguijo (Ávila) e “Espiral” em Fuenlabrada (Madrid) contemplando 120 crianças em situação de risco e de famílias de baixos recursos. Durante o mês de Novembro, a EDP Renováveis, em Espanha, levou a cabo com a SED, sessões de formação sobre voluntariado em acções locais, nacionais e internacionais.
- **Triciclo com suporte de soro para crianças** – O Hospital D. Estefânia foi a 1ª unidade a ser contemplada com a entrega destes equipamentos, adquiridos no decurso dos encontros anuais da EDP, em Portugal. Por cada nariz da Operação Nariz Vermelho usado por colaborador, a empresa doou 1 euro. O dinheiro angariado com esta acção foi investido em 20 triciclos a serem distribuídos pelos 12 hospitais nos quais a Operação Nariz Vermelho trabalha.
- **Lanterna mágica** – Projecto desenvolvido pela Girassolidário – Agência em Defesa da Infância e Adolescência, com o apoio do Instituto EDP, no Brasil, que visa fomentar a produção audiovisual com adolescentes e educadores de escolas públicas de Ribas do Rio Pardo (MS) para contribuir para o “Enfrentamento

ao Trabalho Infantil”. Este projecto envolveu 25 jovens e adolescentes.

8.3 COMUNIDADES LOCAIS

A forte expansão do negócio, com foco na construção de novos centros produtores, necessita de um envolvimento e de uma participação activa das comunidades locais, havendo um esforço muito substancial da EDP no diálogo e na promoção de iniciativas que se adequem às expectativas destas comunidades.

Exemplos disso são, por um lado, Plano de Comunicação associado aos novos aproveitamentos hidroeléctricos, o qual assentou em inquéritos de aferição de expectativas das comunidades, cujos resultados permitiram à empresa definir um conjunto de iniciativas de promoção de melhoria da qualidade de vida das populações vizinhas, em implementação pela Fundação EDP, em Portugal.

No aproveitamentos em exploração, a EDP tem vindo a alargar os Sistemas de Gestão Ambiental, ao Registo Europeu EMAS – Eco Management Audit Scheme, que prevê um relacionamento próximo com as comunidades locais e a publicação anual de um plano de actividades de melhoria, denominado Declaração Ambiental. Neste contexto, a EDP iniciou um conjunto de inquéritos junto destas comunidades, para aferir as suas expectativas e tentar melhorar as formas de diálogo.

Durante 2010, destaca-se um conjunto de iniciativas em curso junto das comunidades locais, às quais acrescem outras associadas à promoção da eficiência energética, descritas na página 84:

- **Prémio EDP Empreendedor Sustentável Sabor 2010** - Integra um conjunto de serviços de formação e orientação, bem como um prémio monetário para os melhores projectos com vista à criação de emprego e novas empresas nos Concelhos das barragens do Sabor, Picote e Bemposta. A execução do programa está a cargo da EEIG Glocal – Agrupamento Europeu de Interesse Económico com reconhecida experiência na promoção do empreendedorismo na região transmontana.



contributo para a sustentabilidade

- **Grupo Reflexão Novos Lagos** - Criação de um grupo de reflexão diversificado que inclui “embaixadores” representantes de várias instituições parceiras do Projecto Barragens, em Portugal, e personalidades reconhecidas pela comunidade local, com o objectivo de partilhar informação relevante, discutir temas estruturantes, encontrar e propor soluções inovadoras para a Região.
- **EDP Solidária Barragens 2010** - Programa específico para os 10 Concelhos de Sabor, Foz-Tua, Picote e Bemposta atribuiu apoios no valor de 200 mil euros, para 8 projectos locais, que beneficiam 14.500 pessoas.



- **Orquestra Geração para Amarante e Mirandela** - A EDP alargou a Amarante, o Projecto Orquestra Geração e ofereceu, simbolicamente, 20 instrumentos aos primeiros 20 jovens músicos de Amarante, entre os 10 e os 12 anos. Em Mirandela, as primeiras 27 crianças receberam, cada uma delas, um novo instrumento. Este protocolo entre a Fundação EDP e as escolas de música são reconhecidas pelo Ministério da Educação.



- **EDP ilumina Cova da Moura** - Durante cinco dias, a EDP distribuiu 5.000 lâmpadas eficientes, porta a porta, aos moradores do bairro da Cova da Moura, na Amadora. Cada agregado familiar recebeu, gratuitamente, 4 lâmpadas e informação sobre eficiência energética. Esta acção está integrada na campanha de distribuição de 800.000 lâmpadas economizadoras a moradores de bairros sociais e históricos.
- **Projecto Quilombola** - A EDP no Brasil, através do Instituto EDP, apoia o fortalecimento étnico-cultural e ambiental da Comunidade Quilombola de Retiro de Mangaraí no Estado de Espírito Santo.
- **Celebração do Global Wind Day em dois dos seus parques eólicos** - Os Parques eólicos de Los Altos del Voltoya e Cerros de Radona, receberam visitantes da Fundación Síndrome de Down de Madrid (FSDM) e estudantes de engenharia da Universidad Nacional de Educación a Distancia. O Global Wind Day é uma iniciativa da União Europeia, da Wind Energy Association (EWEA) e da Spanish Wind Energy Association (AEE).



- **Dia aberto no Antelope Ridge Wind Farm** - O dia aberto pretendeu responder às questões da comunidade local sobre o novo Parque Eólico no Union County (EUA). Estiveram presentes mais de 200 pessoas no encontro realizado na Blue Mountain Conference Center, em Oregon, onde os principais temas abordados foram: biodiversidade, ruído/saúde, valores paisagísticos e de propriedade, turismo, construção e oportunidades de emprego.
- **Celebração anual do Dia da Terra** - O Parque Eólico Blue Canyon Wind Farm, em Oklahoma (EUA), recebeu mais de 500 estudantes e professores da região, nos dois dias de celebração do dia da Terra. Para além da visita ao parque eólico, foram desenvolvidas actividades relacionadas com o tema da energia.



- **Letras de Luz** - Projecto de incentivo à leitura, levado a cabo pela EDP no Brasil. Com oficinas de capacitação de multiplicadores para o fomento à leitura, grupos teatrais e doação de livros aos órgãos públicos municipais de educação. O projecto já realizou 70 oficinas de leitura, 170 apresentações de teatro, doou 7.072 livros e teve, no total, 35.149 espectadores.

8.4 APOIO AO DESENVOLVIMENTO

2010 foi marcado, essencialmente pelo projecto Kakuma, reconhecido internacionalmente como inovador e criador de bem-estar económico e social com repercussões a médio e longo prazo. Um projecto centrado num modelo sustentável de desenvolvimento económico.

CAMPO DE REFUGIADOS DE KAKUMA



A EDP aliou-se ao ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e implementou no Quênia, um projecto-piloto com o objectivo de quebrar o ciclo de pobreza e promover o desenvolvimento sustentável da região através de uma atuação integrada em todas as frentes: energia para cozinhar (fogões solares), luz eléctrica para as famílias, iluminação das ruas, abastecimento e purificação de água, energia para os edifícios públicos (escolas, hospitais), empreendedorismo social, formação técnica de 100 refugiados, agricultura caseira e reflorestação de uma área de 10 hectares.

Um importante contributo para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000.

Para além deste projecto, destacam-se os seguintes:

- **Apoio a vítimas do sismo no Haiti** – a EDP lançou uma campanha de recolha de fundos junto dos seus colaboradores, em Portugal, Espanha e Brasil, os quais puderam contribuir através da Bolsa de Valores Sociais. A Fundação EDP duplicou o valor dos donativos e as receitas recolhidas foram doadas à Cruz Vermelha (que coordena o apoio humanitário para o Haiti a nível mundial). Paralelamente, em parceria com a Fundação Benfica e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a EDP associou-se ao movimento de solidariedade internacional, através do apoio ao Jogo Contra a Pobreza, cujas receitas reverteram a favor do apoio à população do Haiti.
- **Painéis fotovoltaicos num centro de saúde de Benim** – Iniciativa levada a cabo pela Fundação Hidroantábrico em parceria com a Energía sin Fronteras, envolvendo todos os colaboradores da HC, com vista ao fornecimento de energia a um centro de Saúde de Benim, em África, através da instalação de painéis fotovoltaicos. Por cada euro que o colaborador doou, a Fundação dobrou o valor. O objectivo era totalizar os 60.900 euros (20.300 euros por parte dos colaboradores e 40.600 euros da Fundação), no entanto o valor doado excedeu as expectativas, tendo revertido para a aquisição de vacinas e medicamentos para o mesmo centro de saúde.

Informação mais detalhada no Relatório Social do Grupo, em www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações e Relatórios.

8.5 OUTROS APOIOS À COMUNIDADE

Desenvolvendo uma actividade fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, a EDP continuou a assumir como eixos orientadores os programas de apoio à comunidade que:

- Privilegiem o princípio da equidade;
- Desenvolvam conhecimento e novas competências;
- Sejam inovadores na área da inovação, do empreendedorismo social e da educação;
- Contribuam para afirmar e divulgar a arte e a cultura, com especial atenção para a revelação das tendências estéticas contemporâneas;
- Promovam e incentivem o voluntariado.

Destacam-se alguns dos projectos levados a cabo em 2010:

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E APOIO À JUVENTUDE

- **Portal Geração EDP** – Novo portal destinado ao público infante-juvenil (www.geracaoedp.edp.pt) que pretende contribuir para uma consciência das novas gerações para a questão da eficiência energética e para as alterações climáticas. Constituído por 4 projectos diferentes interagindo com linguagens e pedagogias adaptadas aos diferentes níveis de ensino, em Portugal: a tua energia, o ambiente é de todos, twist e university challenge.



- **Olimpíadas da Física 2010** – Competição desenvolvida pela Sociedade Portuguesa de Física e a Fundação EDP, que desafia os alunos do ensino básico e secundário de todo o país, a demonstrar os seus conhecimentos de física através de provas teóricas e práticas.
- **University Challenge 2010** – Projecto destinado a alunos universitários, desenvolvido em Portugal e Espanha (EDP Renováveis). Trata-se de um concurso anual cujo objectivo é estimular a população universitária a aplicar os seus conhecimentos académicos no desenvolvimento de um tema/projecto, no âmbito da estratégia e do marketing. O grupo vencedor recebe uma bolsa de estudo no valor de 10.000 euros e estágios de 3 meses na EDP (Portugal, Espanha ou Brasil). O docente que acompanhou o projecto é premiado com 3.500 euros.



contributo para a sustentabilidade

- **Arte com Energia** – Concurso da EDP no Brasil, dirigido aos estudantes que integram as 27 escolas do Programa EDP nas Escolas (1º ao 5º ano ou 1º a 4ª série do ensino fundamental), que visa estimular os alunos a criarem arte em torno do tema da energia. Em 2010, a partir do tema “Biodiversidade, quanta vida diferente!”, os jovens elaboraram um jornal, onde a criatividade foi avaliada através escrita, desenho e pintura. Foram premiados os 3 melhores trabalhos.
- **“Los Regeneracionistas como Formadores de Opinión”** – Palestra apresentada pelo historiador Santos Julia, prêmio Nacional de Historia y Catedrático de Historia Social y Pensamiento Político, integrada no ciclo de conferências sobre “La España de los tres primeros decenios del siglo XX: De la Monarquía a la República”, em Espanha.
- **“MIT Clean Energy Prize”** - A EDP Inovação patrocinou, nos EUA, o evento organizado pelo MIT que contou com a presença de várias equipas, constituídas por jovens empreendedores, cuja ambição é contribuir para um mundo melhor.

AMBIENTE

- **Campanha “Sai para a Rua”** – Integrada no Ano Internacional da Biodiversidade, esta campanha mobilizou todos os cidadãos a participarem na iniciativa do Dia B, com o intuito de aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade, em Portugal. Alguns colaboradores da área de ambiente foram os anfitriões, um pouco por todo o País, acolhendo e acompanhando alguns grupos de observação. As fotografias das observações foram inseridas no site www.biodiversity4all.org, criando uma base de dados nacional.
- **Fundo EDP para a biodiversidade:** Com vista ao aprofundamento do conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade e optimização da conservação e melhoria da dinâmica dos ecossistemas, a EDP tendo vindo a apoiar, em Portugal, projectos através deste fundo deste 2007. Em 2010, os quatro projectos vencedores que partilharão 500.000 euros, incidem sobre: os hábitos das aves migratórias (SPEA), as florestas do fundo do mar (Centro de Ciência do Mar Algarve), árvores ribeirinhas (Instituto Superior de Agronomia – UTL) e os usos e saberes associados às espécies do Parque Natural do Douro Internacional (Frauga).
- **Substituição de sacos plásticos por sacos 100% biodegradáveis** - A HC Energía passou a usar sacos reutilizáveis fabricados a partir de fécula de batata e tintas à base de água, garantindo a sua biodegradação e compostagem. Antecipa, assim as suas acções no âmbito do Plano Nacional Integrado de Resíduos, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente espanhol.



SAÚDE E SOLIDARIEDADE

- **Do Something.pt** - Portal desenvolvido em parceria com a TESE - Associação para o Desenvolvimento, que surge da necessidade de aumentar a participação cívica. Tem como objectivo mobilizar os jovens dos 15 aos 30 anos para o voluntariado, utilizando acções de rua, internet e redes sociais. O projecto Do Something acredita que os jovens de Portugal podem ser o motor de transformação social e podem contribuir para as questões relacionadas com o ambiente, pobreza, desigualdades, discriminação, cidadania e direitos humanos.
- **Manual de Convivência com Pessoas com Deficiência** – Em consonância com a sua Política de Valorização da Diversidade, a EDP no Brasil, lançou um manual de convivência, reunindo recomendações para melhorar a cultura e as relações entre as pessoas.

ARTE E CULTURA

- **World Press Photo 10** - A World Press Photo é uma exposição, em Portugal, composta pelas fotografias vencedoras do Prémio de fotojornalismo, um dos mais importantes a nível mundial. Este ano, o júri da 53ª edição do Prémio escolheu 167 fotografias, de 62 fotógrafos, de 22 nacionalidades diferentes. As imagens vencedoras foram seleccionadas entre as mais de 100.000 inscritas, um recorde do concurso. Num período de 2 semanas, a exposição teve mais de 12.400 visitantes.
- **Ilustrarte** - IV Bienal Internacional de Ilustração para a Infância – Este projecto visa criar um espaço internacional de encontro e de discussão da melhor ilustração para a infância, colocando Portugal na rota dos grandes eventos nesta área. Concorreram a esta edição da bienal, 1.400 ilustradores de 61 países. Para além das 150 ilustrações seleccionadas, a exposição incluiu ainda dois outros núcleos: uma retrospectiva da obra do ilustrador alemão Wolf Erlbruch e um olhar sobre a obra da escritora Luísa Ducla Soares, aquando da publicação do seu centésimo livro.
- **Aberto Circuito EDP Teatro a Bordo** - A abertura do projecto teve lugar no Estado de Espírito Santo, no Brasil, e contou com oficinas de materiais recicláveis, confecção de brinquedos, e outros objectos. Participaram crianças das escolas públicas municipais e a população local. Na sessão foram abordados temas como a preservação do ambiente e segurança e teve lugar uma sessão de cinema com exibição de curtas-metragens de ficção e documentários.



- **Concurso “A Arte de Fotografar”**- Foi elaborada uma exposição das obras vencedoras do concurso que recebeu 3.642 fotos, de 998 fotógrafos, de 28 cidades paulistas, onde a EDP no Brasil está presente.

- **Ciclo de concertos natalícios da Camerata Revillagigedo** – Foi realizado um ciclo de concertos no Claustro de la Casa Miranda del Palacio de Valdecarzana, Grado, em Espanha.
- **Los cuadros del Bellas Artes en el Campo** – Com o objectivo de promover Oviedo a Capital Europeia da Cultura, foi organizada uma exposição de pintura no Jardim El Campo de San Francisco, em Espanha, onde foram suspensas nas árvores 24 reproduções de Goya, El Greco, Sorolla o Picasso.



- **Ecomuseu Terra Mater de Trás-os-Montes** – Localizado na aldeia de Picote, em Miranda do Douro, em pleno Parque Natural do Douro Internacional dá a conhecer o território e património do Planalto Mirandês, destacando práticas tradicionais ainda vivas na região. O projecto, liderado pela associação local Frauga, contou com o apoio financeiro da EDP.

BEM-ESTAR SOCIAL

- **Turma do Bem - OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público** - Implementação do projecto "Dentistas do Bem/Brasil" em Portugal que conta com o trabalho voluntário de médicos-dentistas que atendem crianças e adolescentes com poucos rendimentos, entre 11 e 17 anos, proporcionando-lhes tratamento odontológico gratuito até completarem 18 anos. Os pacientes são seleccionados através de uma triagem feita entre estudantes do 2º e 3º ciclos em escolas da rede pública e associações ou instituições de todo o país.
- **Campanha de Recolha de Bens Usados EDP** - Embora decorrendo em todas as geografias, os resultados obtidos em Portugal são exemplificativos do empenho de todos, não só como ofertantes, mas também como voluntários para a realização da campanha.



- **Reciclando Juntos** – A EDP Escelsa, no Brasil, apoia o projecto na cidade de Castelo, no Espírito Santo, que reverte a coleta de lixo reciclável em rendas para 26 famílias.
- **Programa 5S** – Esta acção do programa + Lean recolheu 2,3ton de papel separadas pelos colaboradores da EDP, número equivalente a 23 árvores, foram doadas à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Tocantins e a empresas de reciclagem de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, no Brasil.
- **www.voluntariadoedp.com.br** – A EDP no Brasil lançou o Portal do Voluntariado EDP, que incentiva os seus colaboradores a dedicar o seu tempo a acções solidárias.

DESPORTO

- **A Escola, O Desporto e o Bicas** - Programa desenvolvido pela Fundação EDP e a ANDEMMOT - Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores, que pretende cativar mais atletas para a prática desportiva do basquetebol em cadeira de rodas e sensibilizar a sociedade para os temas e questões relacionados com a prática desportiva de cidadãos com deficiência motora.
- **European Green Mobility Tour** – A European Green Mobility Tour percorreu as cidades de Berlim, Nuremberga, Munique, Freiburg e Estugarda, com a finalidade de conhecer e presenciar as soluções inovadoras em mobilidade sustentável e de transporte urbano adoptadas pelas cidades e pelas principais empresas alemãs.
- **Maratonas de Lisboa, Porto, Douro e ciclismo: Biketour** Estas provas congregam milhares de praticantes em Portugal. A biketour realiza-se em Portugal, Espanha e Brasil.



contributo para a sustentabilidade

9. DESEMPENHO AMBIENTAL

INDICADORES AMBIENTAIS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽¹⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Consumo de energia primária (TJ)	176.519	94.788	81.643	62	26	242.878	144.472	98.341	64	n.a.
Carvão	81.816	45.780	36.036	n.a.	n.a.	132.628	81.675	50.952	n.a.	n.a.
Fuelóleo	1.566	1.404	162	n.a.	n.a.	6.105	5.909	196	n.a.	n.a.
Gás natural	78.581	44.042	34.539	n.a.	n.a.	89.051	52.472	36.579	n.a.	n.a.
Gás de alto forno	8.058	n.a.	8.058	n.a.	n.a.	7.996	0	7.996	n.a.	n.a.
Gás de coque	1.353	n.a.	1.353	n.a.	n.a.	1.483	0	1.483	n.a.	n.a.
Gasóleo	205	111	94	n.a.	n.a.	109	16	93	n.a.	n.a.
Resíduos florestais	3.280	3.280	n.a.	n.a.	n.a.	4.227	4.227	0	n.a.	n.a.
Gás siderúrgico	1.380	n.a.	1.380	n.a.	n.a.	1.030	0	1.030	n.a.	n.a.
Combustível da frota automóvel	281	171	22	62	26	249	172	13	64	n.a.
Consumos de electricidade										
Consumos próprios da Produção (MWh)	1.815.385	1.250.389	557.922	7.074	n.d.	2.429.843	1.800.337	629.506	n.d.	n.d.
Serviços administrativos (MWh)	36.370	15.158	7.378	12.837	997	33.256	18.590	942	7.463	6.261
Perdas nas redes (%)	8,6%	7,5%	4,0%	12,3%	n.a.	8,32%	6,84%	4,97%	12,68%	n.a.
Certificação Ambiental (ISO 14001)										
Instalações de produção certificadas (n°)	106	55	47	4	0	79	52	26	1	0
Potência líquida máxima instalada certificada (MW)	15.103	9.711	3.992	1.401	0	12.633	8.835	3.347	452	0
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	69	92	63	80	0	62	84	63	26	0
Subestações certificadas (n°)	21	18	0	3	n.a.	3	3	0	0	n.a.
Potência das subestações certificadas (MVA)	792	617	0	175	n.a.	60	60	0	0	n.a.
Potência das subestações certificadas (%)	2,8	3,7	0,0	2,8	n.a.	0,22	0,37	0	0	n.a.
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	n.a.	n.a.	100	100	100	0	n.a.
Emissões atmosféricas										
Emissões Totais (kt)										
CO ₂ ⁽²⁾	14.699	6.990	7.708	n.a.	n.a.	20.007	11.075	8.932	n.a.	n.a.
SO ₂	9,5	3,4	6,2	n.a.	n.a.	17,07	8,24	8,84	n.a.	n.a.
NOx	18,3	10,8	7,4	n.a.	n.a.	33,31	21,49	11,83	n.a.	n.a.
Partículas	0,6	0,3	0,3	n.a.	n.a.	1,05	0,55	0,50	n.a.	n.a.
Merúrio (kg)	69,8	52,8	17	n.a.	n.a.	142	100	42	n.a.	n.a.
SF ₆ (kg)	363	256	83	24	n.a.	280	227	5	48	n.a.
Emissões específicas globais de CO ₂ (g/kWh)	244	242	497	n.a.	n.a.	362,3	411	594	n.a.	n.a.
Emissões específicas do parque térmico (g/kWh)										
CO ₂	654	565	763	n.a.	n.a.	705	632	821	n.a.	n.a.
SO ₂	0,42	0,27	0,61	n.a.	n.a.	0,60	0,47	0,74	n.a.	n.a.
NOx	0,81	0,88	0,74	n.a.	n.a.	1,17	1,23	0,99	n.a.	n.a.
Partículas	0,02	0,02	0,03	n.a.	n.a.	0,04	0,03	0,04	n.a.	n.a.
Emissões de GEE⁽³⁾										
Emissões directas (âmbito 1) (ktCO ₂ eq)	14.744	7.015	7.722	5	2	20.039	11.100	8.933	6	n.d.
Emissões indirectas (âmbito 2) (ktCO ₂ eq)	1.027	866	68	92	1	1.274	1.122	109	40	4
Outras emissões indirectas (âmbito 3) (ktCO ₂ eq) ⁽⁴⁾	25,0	15,1	6,1	1,7	2,1	8,9	3,7	3,7	1,5	n.d.
Água captada por fonte de origem (10³x m³)										
Oceano	1.074.512	727.889	346.622	n.a.	n.a.	1.606.412	1.166.003	440.409	n.a.	n.a.
Rio/Ribeira	77.592	66.548	11.035	9	n.a.	119.170	104.887	14.283	n.a.	n.a.
Albufeira	154	154	0	n.a.	n.a.	316	316	0	n.a.	n.a.
Furo	227	227	0	n.a.	n.a.	1.086	745	341	n.a.	n.a.
Poço	39	14	0	25	n.a.	40	12	0	28	n.a.
Serviços Municipalizados	5.078	3.101	1.877	63	37	5.641	3.257	2.324	59	n.d.

INDICADORES AMBIENTAIS	2010					2009				
	Grupo	Portugal	Espanha ⁽¹⁾	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Utilização da Água (10³x m³)										
Água de refrigeração	1.150.342	793.217	357.125	n.a.	n.a.	1.726.053	1.271.032	455.021	n.a.	n.a.
Água bruta	7.578	5.199	2.379	n.a.	n.a.	6.577	4.013	2.564	n.a.	n.a.
Água potável	302	168	15	83	35	245	134	24	86	n.a.
Águas residuais (m³)										
Efluente tratado na actividade de produção	3.705.478	1.591.911	2.113.567	n.a.	n.a.	3.624.412	1.368.573	2.255.839	n.a.	n.a.
Rejeição para meio marítimo	1.076.223.280	728.292.687	347.930.593	n.a.	n.a.	1.608.305.923	1.166.689.787	441.616.136	n.a.	n.a.
Rejeição para águas interiores e estuarinas	64.122.426	57.496.239	6.626.187	n.a.	n.a.	112.435.382	100.952.408	11.482.974	n.a.	n.a.
Resíduos encaminhados para destino final										
Total de resíduos (t)	765.340	484.466	274.548	6.055	271	929.642	587.289	333.287	8.931	136
Total de resíduos perigosos (t)	4.741	3.896	675	58	113	3.012	1.776	1.129	91	22
Resíduos valorizados (%) ⁽⁵⁾	92	88	99	99	58	94	98	86	99	98
Principais categorias de resíduos (t)										
Cinzas volantes de carvão valorizadas	318.118	171.187	146.931	n.a.	n.a.	580.062	333.303	246.759	n.a.	n.a.
Óleos usados	503	284	137	9	73	959	600	222	58	79
PCB	236	79	140	17	0	314	0	314	0	0
Metais	2.463	1.379	518	494	72	3.072	799	685	1.525	63
Gesso	250.533	208.585	41.947	n.a.	n.a.	129.179	86.736	42.443	n.a.	n.a.
Biodiversidade										
Linhas AT em áreas classificadas (km)	946	843	39	64,6	n.a.	948	844	39	65	n.a.
Linhas MT em áreas classificadas (km)	12.281	7.701	616	3.963	n.a.	12.930	8.383	613	3.934	n.a.
Subestações em áreas classificadas (n ^o)	40	18	11	11	n.a.	42	19	11	12	n.a.
Despesas Ambientais (mil €)										
Investimento ambiental	74.943	56.193	7.394	9.231	2.124	86.670	62.889	11.079	9.495	3.207
Gastos ambientais	23.534	9.530	12.632	1.328	44	32.228	10.804	16.714	1.933	2.777
Cumprimento										
Multas e penalidades Ambientais (mil €)	36	0	36	0	0	29	0	29	0	0
Reclamações ambientais (n ^o)	366	41	297	28	0	101	89	n.d.	12	n.d.

(1) Inclui os resultados do Resto da Europa

(2) Não inclui a frota automóvel e consumo e perdas de gás natural

(3) Ver detalhe no capítulo das alterações climáticas

(4) O aumento de valor do âmbito 3 deve-se ao aumento de itens reportados e não ao aumento absoluto de emissões.

(5) Não inclui dados da EDP Renováveis Europa

contributo para a sustentabilidade

9.1 REDUZIR OS IMPACTES AMBIENTAIS

A EDP tem publicada uma Política de Ambiente onde sublinha a sua ambição em ser líder de referência na gestão ambiental das suas actividades, considerando os diversos “stakeholders” no processo de decisão e promovendo as boas práticas neste domínio. Esta política pode ser consultada em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#).

MORAY FIRTH - PARQUE EÓLICO “OFFSHORE”



Projecto de energia eólica offshore, com uma capacidade instalada de cerca de 1,3GW.

A região de Moray Firth no Reino Unido, alberga alguns sítios de importância nacional e internacional para a vida selvagem. Apesar do impacto directo das turbinas eólicas ser pouco significativo, têm vindo a ser realizados estudos ambientais (ecologia bènctica, peixes, mamíferos marinhos, ornitologia) de forma a evitar ou, se não for possível, minimizar possíveis impactes.

Um abrangente Plano de Gestão Ambiental incorporará o contrato de construção para o desenvolvimento do parque eólico, de forma a assegurar o cumprimento das condições de aprovação do projecto, bem como a implementação das melhores e mais actuais práticas ambientais.

A melhoria contínua na gestão ambiental é promovida pelos registos voluntários EMAS, pela manutenção dos Sistemas de Gestão Ambiental de acordo com a ISO 14001:2004 e pelo Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SIGAC), implementado e certificado com referência à mesma norma, o qual tem como âmbito: “gestão corporativa das políticas ambientais e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo EDP”.

O conjunto destes sistemas permite à EDP, o correcto enquadramento e reforça o seu compromisso em integrar os aspectos ambientais significativos em todos os processos de planeamento e tomada de decisão nos diferentes níveis da organização, designadamente no que respeita à sua avaliação, controlo e minimização. As abordagens de gestão associadas a cada um dos aspectos ambientais mais significativos podem ser encontradas em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#)

Hoje, a EDP apresenta sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com a ISO 14001:2004 que abrangem 106 instalações de produção de electricidade, correspondentes a 69 % de potência líquida máxima instalada, a actividade de manutenção de 21 subestações correspondente a 2,8% de potência instalada, toda a actividade de distribuição e comercialização de gás, e a prestação de serviços de ensaios laboratoriais em domínios específicos, calibração de equipamentos no domínio eléctrico e estudos

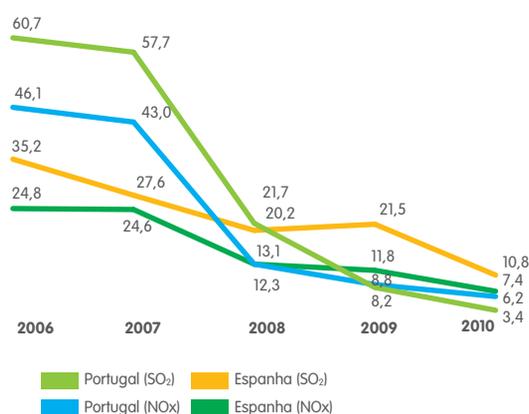
electrotécnicos. A EDP conta, ainda, com o registo no EMAS de 34 instalações, correspondentes a 28 % da sua potência líquida máxima instalada.

A EDP detém uma participação financeira (15,5%) na central nuclear de Trillo, em Espanha, não consolidando a informação ambiental desta central. No entanto, informação sobre o seu desempenho está disponível em www.cnaf.es.

9.1.1 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Para além dos “queimadores de baixo NOx” já implementados nas centrais a carvão, encontra-se, actualmente, em instalação, na Central de Sines, um sistema de desnitrificação catalítica dos gases de combustão. Este sistema permite uma redução de cerca de 70% das emissões de NOx, face aos níveis actuais. Prevê-se a conclusão deste projecto no final de 2011.

Evolução das emissões atmosféricas (kt)



As centrais a carvão possuem, ainda, sistemas de dessulfuração, o que permitiu uma redução de emissão específica de SO₂ da produção térmica de 3,12 g/kWh, em 2007, para 0,42 g/kWh, no ano de 2010.

9.1.2 ÁGUA

A EDP iniciou, em 2010, uma abordagem mais estratégica ao consumo e uso da água nas suas actividades. Pela primeira vez, foi lançado o inquérito Water Disclosure Project, a EDP foi uma das 150 empresas no mundo a responder. Uma das acções desenvolvidas foi a análise dos activos de produção tendo por base a Global Water Tool. Esta análise permitiu concluir que as principais instalações da EDP não estão localizadas em áreas consideradas actualmente em stress hídrico.

Não obstante, a EDP continua a implementar medidas de eficiência no uso de recursos, em particular a água é sempre considerada. Neste contexto, destaca-se a instalação de cinzeiros por via seca nos grupos térmicos de carvão e a instalação na Central Termoeléctrica de Sines do sistema de dessulfuração que, em 2010, permitiu reaproveitar o efluente tratado em 56%.

Na actividade hidroeléctrica, a EDP no Brasil seleccionou para a repotenciação da UHE Mascarenhas uma tecnologia mais eficiente, obtendo-se uma maior produção de energia com a mesma quantidade de água turbinada.

9.1.3 RESÍDUOS E SUBPRODUTOS

A Central Termoelétrica de Sines desenvolveu um projecto para a utilização de uma mistura de cinzas volantes com cinzas de fundo para conseguir reduzir o volume de resíduos produzido e consequentemente o espaço ocupado em aterro.

CENTRAL DE SINES



A Central de Sines é a primeira instalação do espaço económico europeu a obter uma Aprovação Técnica Europeia (ATE) para "Cinza volante modificada SN" (mistura de cinzas volantes com cinzas de fundo), possibilitando assim a sua comercialização e circulação no Espaço Económico Europeu. www.inec.pt/qpe/eta/

A Central de Sines tem actualmente a capacidade para utilizar cerca de 20.000 toneladas/ano de cinza de fundo na cinza volante modificada.

A substituição de cimento por cinza volante modificada na preparação de betão, reduz a quantidade de cimento utilizado. Esta redução de betão corresponde no mínimo a uma redução das emissões de CO₂ de cerca de 13.000 toneladas.

Foi efectuado o registo no REACH das cinzas de carvão e do sulfato de cálcio como substâncias, possibilitando a sua total utilização.

Na actividade de distribuição de electricidade, foi definido contratualmente que a contar de 2010, a responsabilidade dos resíduos produzidos nas obras de construção, reparação e manutenção de redes em regime de empreitada contínua seria dos respectivos prestadores de serviço. Nestes processos foram enviados para destino final 7.007 toneladas de resíduos, dos quais aproximadamente 21% perigosos, e 80% destinaram-se a processos de valorização.

De acordo com a Convenção de Basileia, a EDP limita o movimento transfronteiriço dos seus resíduos. A sua exportação é limitada aos resíduos de PCB ou a situações acidentais, em que se verifica que o país onde o resíduo é gerado não dispõe da capacidade técnica/instalações necessárias para a sua eliminação. Durante 2010 não houve registo deste tipo de ocorrências.

De acordo com os imperativos e prazos legais previstos, concluiu-se em 2010 o programa de despistagem e eliminação de equipamento contendo PCB. Foram recolhidas e encaminhadas a destino final de eliminação por operador licenciado, 236 toneladas de equipamentos e óleo com concentração de PCB superior a 500 ppm. De acordo com a legislação aplicada, os restantes transformadores contaminados mantêm-se até ao final da sua

vida útil, estando, contudo, a EDP a antecipar a sua eliminação dando prioridade a este tipo de equipamentos no âmbito dos planos de substituição.

9.1.4 PREVENÇÃO

A EDP identifica os quase-acidentes e acidentes ambientais, promovendo o seu registo e análise e agindo tendo em vista a imediata correcção das circunstâncias em que ocorreram e a prevenção da sua recorrência. Ainda assim, ocorreram alguns incidentes ambientais:

INCIDENTES AMBIENTAIS

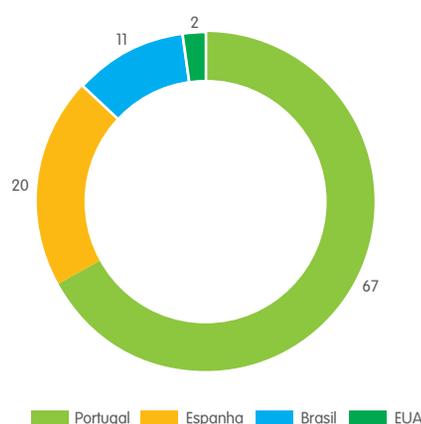
Na actividade de Distribuição, ocorreram cerca de 245 pequenos derrames de óleo de transformadores de potência, estimando-se num total de 200 m³ de óleo derramado. Na EDP Renováveis registaram-se 12 pequenos derrames que originaram cerca de 1,5 m³ de óleo derramado. Em todos os casos foi efectuada a sua limpeza, tendo os resíduos resultantes sido encaminhados para tratamento, sem outro tipo de consequências ambientais.

Na actividade de Produção, registou-se um derrame de ácido clorídrico aquando de uma descarga para abastecimento de um tanque. A área foi lavada e o efluente líquido resultante encaminhado para a instalação de tratamento de efluentes líquidos da Central, não se tendo produzido nenhum resíduo nem impacte significativo no ambiente.

9.1.5 DESPESAS AMBIENTAIS

Em 2010, a EDP incorreu em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar os danos ambientais num montante de cerca de 98 milhões de euros. O investimento ambiental foi de 75 milhões de euros, correspondendo a 2,8% no total do investimento do Grupo. Destacam-se os valores gastos para minimizar os efeitos da poluição atmosférica (cerca de 56 milhões de euros) e para reduzir os impactes sobre a biodiversidade e paisagem (cerca de 20 milhões de euros). As receitas ambientais provenientes da venda de resíduos e de subprodutos foram de 6 milhões de euros.

Gastos Ambientais (%)



Para informação detalhada sobre informação financeira ambiental, consultar o Caderno Financeiro, nota 50.

Destacam-se, ainda, as provisões ambientais para o desmantelamento da central nuclear de Trillo no valor de

contributo para a sustentabilidade

22.136 mil euros e para o desmantelamento de Parques Eólicos, no valor de 53.156 mil euros. Para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos, onde se encontram localizados os centros electroprodutores, o valor da provisão ascende a 11.411 mil euros e 7.386 mil euros, para os parques electroprodutores térmicos em Portugal e Espanha.

9.1.6 CAMPOS ELÉCTRICOS E MAGNÉTICOS

A EDP tem acompanhado os desenvolvimentos científicos associados ao estudo da potencial perigosidade associada à exposição de longa duração aos campos eléctricos e magnéticos (CEM) gerados nas linhas de distribuição de energia eléctrica.

No âmbito do Programa de Promoção do Desempenho Ambiental, promovido pela ERSE, a EDP tem em curso o projecto de Divulgação de Publicação Não Científica sobre CEM e Implementação de Soluções-Tipo, o qual incluiu entre outras acções, a continuação de medições dos campos eléctricos e magnéticos em instalações-tipo, assim como o estudo de soluções técnicas consideradas prioritárias para a aplicação de medidas de redução das emissões de CEM. Este projecto estará concluído no final de 2011.

Informação pedagógica sobre os efeitos na saúde decorrentes da exposição prolongada aos campos eléctricos e magnéticos está disponível em www.edp.pt.

9.1.7 NOVOS PROJECTOS

A estratégia de crescimento da EDP tem definido como prioridade a expansão do seu parque electroprodutor renovável, nomeadamente a produção eólica e hídrica.

A incorporação da componente ambiental em fase de planeamento e projecto é comum e transversal a todas as actividades da EDP. No "site" EDP é disponibilizada a base de dados Browsedp (www.browsedp.edp.pt), onde os Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental estão gradualmente a ser colocados para o acesso facilitado à comunidade em geral.

Em fase de construção, a EDP tem equipas próprias para coordenação dos programas ambientais definidos, que permitem controlar o desempenho ambiental das entidades em obra. Durante 2010, iniciou-se o processo de recolha e consolidação corporativa da informação já existente nas operações, de forma a considerar a realidade apurada para efeitos dos planos de acção futuros e melhoria do relato de desempenho, consultável em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Ambiente](#).

Em todas as fases de projecto e construção de novos centros de produção, há um envolvimento activo das comunidades dentro dos quadros regulamentares dos diferentes países, associadas aos processos de Avaliação de Impacte Ambiental. A EDP tem igualmente um conjunto de iniciativas voluntárias, orientadas para as comunidades locais. Exemplo disso são as iniciativas em curso nos novos aproveitamentos hidroeléctricos em Portugal, onde informação mais detalhada pode ser consultada em www.edp.pt> [Sustentabilidade](#)> [Sociedade](#)> [Comunidades locais](#).

No Brasil, a EDP está a construir uma central a carvão que vai entrar em operação no 2º semestre de 2011. Esta central foi projectada para conferir maior segurança ao sistema eléctrico brasileiro e destina-se a suprir parte do fornecimento de energia eléctrica em períodos de seca. Esta central está abrangida por um plano de controlo e monitorização ambiental que contempla várias iniciativas, entre as quais, se destacam actividades de

recuperação de áreas degradadas e de protecção à fauna. O impacto da central é monitorizado, com acompanhamento de equipas técnicas especializadas em biologia e geologia.

9.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No quadro dos desafios que se colocam actualmente à EDP e, em geral, às empresas que operam no sector energético, as Alterações Climáticas constitui seguramente um dos mais importantes desafios, numa dupla perspectiva: por um lado, a EDP é uma empresa geradora de emissões de dióxido de carbono (CO₂), um dos gases responsáveis pelo aumento do efeito de estufa; por outro lado, os activos da empresa estão sujeitos aos riscos que as alterações climáticas e, em particular, os fenómenos climáticos extremos, tendem a acentuar.

Nos últimos anos, a EDP tem vindo a reduzir, de modo consistente e à escala global, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) das suas centrais. Esta redução assenta essencialmente na estratégia de diversificação de fontes energéticas, com um forte investimento em centrais de fontes convencionais mais eficientes e menos poluentes (gás natural), descomissionamento das centrais a fuelóleo e aumento do aproveitamento das energias renováveis, com especial destaque para a eólica e a hídrica. Esta estratégia visa o objectivo de reduzir em 70% as emissões específicas de CO₂ em 2020, face ao ano de referência de 2008, nos termos do compromisso público assumido pela EDP por ocasião da Conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas.

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), que abrange as instalações termoeléctricas da EDP na Península Ibérica, constitui igualmente um importante mecanismo de mercado no combate às alterações climáticas. O processo encontra-se presentemente no chamado período de Quieto (2008-2012), no qual foram alocadas à EDP – PNALE II (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão) em Portugal e PNA (Planes Nacionales de Asignación) em Espanha - licenças de emissão da ordem das 18 Mt CO₂.

A par das iniciativas tendentes à redução da pegada carbónica da EDP do lado da oferta de energia, a empresa tem tido um papel muito interventivo junto dos seus clientes, e dos consumidores em geral, promovendo a melhoria da eficiência energética e a consequente redução de emissões. Nesta perspectiva, a EDP prosseguiu e reforçou as acções de eficiência energética nas principais geografias em que opera, quer numa óptica de sensibilização e contributo para alterações comportamentais, quer numa óptica de prestação de serviços de energia. Este tópico é abordado com mais detalhe no capítulo de Clientes, pág. 84.

A EDP relata as suas emissões de GEE, bem como os objectivos de redução e desempenho e a estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas no âmbito do Carbon Disclosure Project (CDP). Em 2010, a EDP entrou no Carbon Disclosure Leadership Index, tendo ficado classificada em 2º lugar a nível mundial, no segmento "utilities", com 90 pontos (em 2009 tinha obtido apenas 75). No que respeita à "Performance", a EDP ficou classificada na banda B (empresas com pontuação entre 51 e 80).

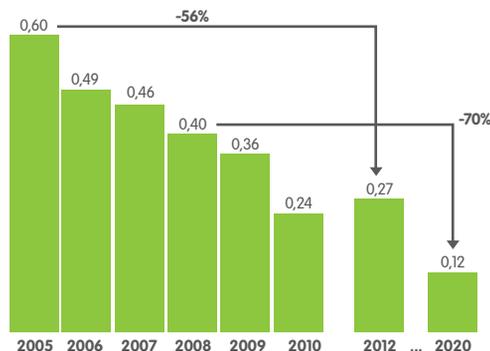
EMISSIONES DE CO₂ EQ DO GRUPO EDP

Emissões de CO ₂ eq	2010				
	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Âmbito 1 (ktCO₂ eq)	14.744,3	7.015,1	7.721,8	5,2	2,2
Combustão estacionária	14.698,8	6.990,4	7.708,4	n.a.	n.a.
Emissões SF ₆	8,2	5,8	1,9	0,5	n.a.
Frota Automóvel	20,7	12,6	1,6	4,6	1,8
Consumo de gás natural	4,1	0,1	3,6	n.a.	0,4
Perdas de gás natural	12,5	6,2	6,3	n.a.	n.a.
Âmbito 2 (ktCO₂ eq)	1.027,1	866,0	68,5	92,0	0,6
Consumos de energia eléctrica em edifícios administrativos	6,2	3,4	1,5	0,7	0,6
Perdas de energia eléctrica na distribuição	1.020,9	862,5	67,0	91,4	n.a.
Âmbito 3 (ktCO₂ eq)	25,0	15,1	6,1	1,7	2,1
Viagens de negócios	8,6	1,7	3,0	1,7	2,1
Viaturas alugadas	0,8	0,3	0,5	n.d.	n.d.
Mobilidade	2,0	0,1	1,9	n.d.	n.d.
Transporte de Combustíveis/subprodutos	3,3	2,6	0,7	n.d.	n.d.
Subcontratados (estaleiros)	10,3	10,3	n.d.	n.d.	n.d.

Em termos quantitativos, em 2010, observou-se um aumento significativo do aproveitamento das fontes renováveis, com um acréscimo de 946 MW em capacidade instalada face a 2009. Os activos renováveis passaram a representar 61,2% da capacidade total instalada do Grupo EDP (60,7% em 2009). A produção de base renovável, que beneficiou igualmente do facto de o ano de 2010, na Península Ibérica, ter sido particularmente húmido (Índice de Hidráulidade IPH=1,31) e com recurso eólico superior à média (índice de eolicidade = 1,08), resultando uma menor utilização de combustíveis fósseis, contribuiu com 65,2% para a produção total do Grupo (50,5% em 2009).

Esta situação teve duas consequências imediatas:

- O factor de emissão global baixou para 0,244 tCO₂/MWh (0,362 em 2009), acentuando a tendência decrescente dos últimos anos, ultrapassando desde logo a meta assumida para 2012 (0,27 tCO₂/MWh) e convergindo rapidamente para a meta de 2020 (-70% face a 2008, ou seja, 0,12 tCO₂/MWh).
- Da carteira de licenças de CO₂ atribuídas no quadro do CELE, resultou um superavit de cerca de 3,7 Mton CO₂.
- Um valor de emissões de CO₂ evitadas pela geração de origem renovável de cerca de 18Mton de CO₂, um aumento superior a 30%, face a 2009.

Emissões Específicas de CO₂ do Grupo EDP e objectivos de redução (t CO₂/MWh)

LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂ ATRIBUÍDAS AO GRUPO EDP EM 2010 (Kt)

Instalações	Portugal		Espanha		
	Licenças atribuídas	Emissões reais	Licenças atribuídas	Emissões reais	
Sines	5.833,32	4.438,20	Aboño	5.243,98	4.621,80
Setúbal	1.119,00	29,74	Soto de Ribera	1.455,77	884,00
Carregado	377,23	49,98	Soto 4	328,30	550,70
Barreiro	138,98	0,53	Castejón	627,45	1.043,00
Fisigen	158,29	113,81	H. Central Oviedo	27,66	30,68
Tunes	4,54	0,92	EITO Cogeneración	20,27	19,37
Ribatejo	1.423,10	1.167,34	Tercia	52,91	67,30
Energim	225,96	200,66	Intever	29,83	59,39
Soporgen	239,31	192,50	Sinova	52,91	62,03
Ródão	1,97	0,59	Biogas y Energía	28,38	39,42
Mortágua	0,58	0,72	Sidergás Energía	271,92	330,70
Figueira da Foz	4,78	0,26			
Constância	1,97	0,20			
Lares	690,32	794,96			
Total	10.219,33	6.990,42	Total	8.139,38	7.708,38

Notas:

- 1 - As emissões das centrais de Biomassa (Ródão, Mortágua, Figueira da Foz e Constância) são relatadas a 50%
- 2 - Inclui emissões de CO₂, produzidas pelas centrais Sidergás, Aboño 1 e 2 que queimam gás siderúrgico. Estas são diferenças face ao apresentado na informação financeira, nota 46.

A gestão da carteira de CO₂, passou pela utilização de créditos adquiridos de projectos CDM (Clean Development Mechanism) em que a EDP participa, bem como pela venda em mercado do excedente das centrais com CMEC (Custos para Manutenção do Equilíbrio Contratual), em Portugal.

contributo para a sustentabilidade

No Brasil, a carteira de projectos CDM engloba cinco projectos já registados no Executive Board do UNFCCC e dois em processo de validação, a mini-hídrica de Santa Fé e um bloco constituído pelo reforço de potência das máquinas 1, 2 e 3 da Central de Mascarenhas, Central de Suíça e mini-hídrica de Rio Bonito. Em 2010, foram vendidos no mercado europeu 24.790 VERs (Verified Emission Reductions) provenientes do projecto de reforço de potência da Central de Mascarenhas, de acordo com o standard VCS ("Voluntary Carbon Standard").

PROJECTOS CDM NO BRASIL

Projecto	Tipo	Reduções anuais (tCO ₂ e/ano)	Validade	Reduções totais (tCO ₂ e/ano)
Mascarenhas	Hídrica	50.466	2015 (renovável)	353.262
Paraíso	Mini-hídrica	30.310	2018	303.095
S.João	Mini-hídrica	32.344	2015 (renovável)	226.408
Água Doce	Eólica	13.704	2013 (renovável)	95.928
Horizonte	Eólica	6.227	2011 (renovável)	43.587

O consumo global de energia primária, incluindo frota e consumo de gás natural no negócio do gás, foi de aproximadamente 177 mil TJ em 2010, o que representou uma redução da ordem dos 27% face a 2009.

A eficiência das centrais termoeléctricas para as diferentes tecnologias de produção, mostra-se no quadro seguinte:

EFICIÊNCIA TÉRMICA EM INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO (%)

	2010			2009		
	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha
Térmica Convencional	35,9	37,6	34,1	37,6	39,3	35,0
Ciclo Combinado	53,0	53,2	52,8	53,9	54,8	52,6
Cogeração e Resíduos	77,9	81,8	77,9	69,4	80,0	60,4
Biomassa	22,1	22,1	-	21,7	21,7	-

Em Portugal, a EDP está, também, presente no Sistema de Certificação de Energia Renovável, o RECS - Renewable Energy Certificate System, com quatro centrais mini-hídricas: Ponte de Jugais (19,22 MW), Sabugueiro I (13,24 MW), Desterro (12,592 MW) e Vila Cova (23,4 MW). A utilização destes certificados verdes tem sido reduzida – apenas no âmbito da edp5d Verde –, estando em curso, iniciativas que contribuam para dinamizar este mercado.

9.3 BIODIVERSIDADE

GESTÃO EDP EM ÁREAS CLASSIFICADAS

Gestão EDP em áreas classificadas em 2010	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	
Redes de Distribuição (km)					
AT	Aérea	843	39	65	n.a.
	Subterrânea	10	0,5	0,1	n.a.
MT	Aérea	7.701	587	3.963	n.a.
	Subterrânea	788	29	10,3	n.a.
Nº de Subestações	18	11	11	n.a.	
Actividade de Produção (ha)					
Áreas inundadas por albufeiras(*)	3.426	260	0	n.a.	
Áreas afectas à produção eólica	792	624	0	0	
Parques eólicos em áreas sensíveis (%)	17	11	0	0	

(*) Não inclui Alqueva e Pedrógão

Durante 2010, a EDP publicou o seu primeiro Relatório Anual de Biodiversidade, onde explicitou a estratégia definida até 2015, assente na sua Política de Biodiversidade. Este relatório terá uma periodicidade anual, dando a conhecer, com maior detalhe, as inúmeras iniciativas que a empresa tem vindo a desenvolver nesta matéria.

2010 ANO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE



2010 Ano Internacional da Biodiversidade

No quadro da sua estratégia de biodiversidade, a EDP participou ou promoveu as seguintes iniciativas:

Mecenas do Programa Oficial em Portugal, constituído por um conjunto muito diferenciado de actividades que envolveram, não só, a comunidade científica como escolas, universidades e a comunidade em geral.

Inquérito interno sobre Biodiversidade – onde se aferiram conceitos associados a esta temática;

Sessão de Sensibilização, transmitida em directo pelo canal de televisão interno - edp ON, permitindo a todos os colaboradores colocar questões, as quais foram respondidas pelo CAE e pelo Director de Sustentabilidade do Grupo.

Promoção da actividade Dia B – Dia Internacional da Biodiversidade, mobilizando os colaboradores e a comunidade para a actividade e contribuindo para a iniciativa www.biodiversity4all.org.

Patrocínio da edição do Guia de Campo distribuído a todos os colaboradores EDP que participaram na iniciativa Dia B.

Programa de envolvimento da comunidade escolar local, na vizinhança dos projectos dos novos aproveitamentos hidroeléctricos, onde se pretende, experimentalmente, validar um plano de acção didático que possa servir no futuro à restante comunidade.

Estão actualmente definidas até 2015 as seguintes linhas de actuação:

- Promover a inventariação da biodiversidade em torno das infraestruturas de produção;
- Minimizar os impactes na biodiversidade nos aproveitamentos em exploração;
- Promover medidas de minimização/ compensação de espécies que se encontram em risco e que são negativamente afectadas pelas actividades da empresa;
- Promover as boas práticas de gestão de faixas de protecção de linhas eléctricas, dando preferência a zonas classificadas;
- Promover uma abordagem por serviços de ecossistemas dentro da empresa;
- Operacionalizar a Cátedra EDP Biodiversidade, estabelecida com a Universidade do Porto.

No quadro da nova Lei de Responsabilidade Ambiental, a EDP tem vindo a promover a inventariação da biodiversidade nas áreas de influência dos aproveitamentos em exploração. O objectivo é determinar o estado base dos habitats e estabelecer as práticas de gestão e minimização dos riscos necessários para evitar a sua afectação, tanto em fase de exploração, como perante uma eventual emergência ambiental.

Em Espanha, Soto Ribera, Castejon e La Barca utilizaram para estes levantamentos os inventários oficiais da fauna e flora das comunidades autónomas e outros documentos descritivos daqueles lugares, catalogados como Lugares de Interesse Comunitário.

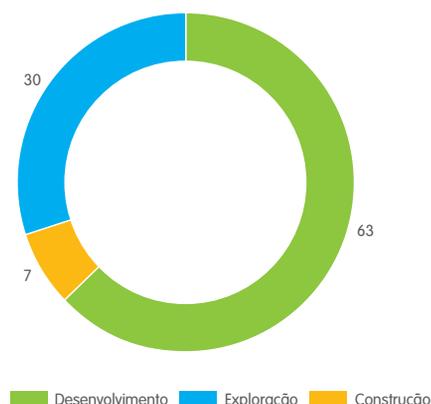
A estratégia corporativa de certificação ambiental tem permitido a identificação e sistematização dos impactes nos ecossistemas circundantes, com planos de acção de melhoria contínua a contemplarem iniciativas concretas de minimização.

No Brasil, a Enerpeixe iniciou, em 2010, um projecto pioneiro de I&D com o objectivo de criar uma barreira invisível que evite a passagem dos peixes para a zona das turbinas, quando estas estão paradas, substituindo o actual procedimento de resgate e salvamento. Depois de desenvolvido e testado, o projecto poderá ser aplicado em todas as hidroeléctricas do sistema brasileiro.

Nas novas centrais hidroeléctricas no Brasil, a monitorização ambiental continua muito exigente, cobrindo espécies como a arara azul, o boto, a tartaruga, etc. A pesquisa de ictiofauna (população de peixes) feita pela Investco, na fase de enchimento da albufeira, foi o mais completo estudo já realizado no Tocantins, o que determinou a continuidade das pesquisas, conduzidas pela Universidade Federal do Estado.

Em Espanha, as centrais térmicas de Soto de Ribeira encontram-se num Lugar de Interesse Comunitário, e por conseguinte, mantêm um controlo contínuo dos efluentes (incluindo os efluentes térmicos) que despejam para o Rio Nalón, garantindo o cumprimento das licenças ambientais atribuídas.

Estudos de impacte ambiental na actividade eólica (%)



Na produção eólica, em franca expansão, a componente ambiental é privilegiada em fase de selecção de locais e de planeamento dos projectos, mantendo-se em fase de exploração uma monitorização intensa dos impactes ambientais, em particular na fauna e flora. Durante 2010, 800 estudos de carácter ambiental ocorriam no desenvolvimento, construção e exploração de parques eólicos, dos quais a sua maioria em fase de desenvolvimento e projecto.

Na actividade de Distribuição, o impacte na avifauna permanece o aspecto ambiental mais relevante, com a gestão da vegetação nas faixas de protecção a merecerem mais recentemente uma atenção especial.

Em Portugal, foram corrigidos mais de 60 km de linhas, em 2010, no âmbito dos protocolos existentes e feita a monitorização de aproximadamente 54 km de linhas eléctricas. Esta permite aferir a eficiência das medidas implementadas, nomeadamente dos novos dispositivos anti-colisão.

Na actividade de gestão das faixas, Portugal mantém dois programas distintos de relevância nacional:

- Projecto aprovado pela ERSE, que tem por objectivo desenhar um manual de Boas Práticas de Gestão nas Faixas de Protecção de Linhas de Alta e Média Tensão, com particular enfoque para regiões com estatuto de protecção ambiental, e no qual tem actualmente 30 Casos Piloto seleccionados;
- Projecto Saflinet, para implementação de um "Sistema de Caracterização de Boas Práticas de Gestão de Faixas de Gestão de Combustível associadas às Redes de Distribuição de Energia Eléctrica", que permite, entre outros aspectos, identificar as faixas e prever ciclos de intervenção, assim como minimizar os impactes na biodiversidade causados por esta intervenção obrigatória.

**governo da
sociedade**

106	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
110	Enquadramento estatutário da matéria da independência e das incompatibilidades
111	Declarações em matéria de independência e incompatibilidades
112	ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO
112	Modelo de Governo Societário
113	Estrutura Orgânica da Sociedade
113	Órgãos Sociais
123	Negócios entre a Sociedade e os membros dos Órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo
124	Acções da EDP detidas por membros dos Órgãos Sociais
125	Demais Dirigentes
125	Auditor Externo
126	ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP
126	Modelo organizativo do Grupo
126	Centro Corporativo
128	Actividade do Provedor de Ética
129	Comités específicos da EDP (Estruturas Funcionais)
134	Provedor do cliente
135	Sucursal Em Espanha
136	Sistemas de Controlo e de Gestão de Risco
142	ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS
142	Estrutura de Capital
142	Estrutura Accionista
142	Participações Qualificadas
144	Titulares de Direitos Especiais
144	Restrições à Transmissibilidade das Acções
144	Acordos Parassociais
144	Assembleia Geral e Participação na Assembleia
144	Voto e Exercício do Direito de Voto
145	Voto por Correspondência / por Meios Electrónicos
145	Quórum e Deliberações
145	Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas
146	Medidas relativas ao Controlo e Mudança do Controlo da Sociedade
146	REMUNERAÇÕES
146	Remuneração dos Órgãos Sociais
146	Remuneração da Mesa da Assembleia Geral
146	Remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo
148	Remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão
148	Remuneração dos demais Dirigentes
148	Acordos relativos à cessação do vínculo de administração ou de trabalho
148	Planos de Atribuição de Acções e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas Variações do Preço das Acções
149	Remuneração do Auditor
150	ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS
150	EDP no Mercado de Capitais
151	Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP
153	Política de Distribuição de Dividendos
154	RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO
154	Deveres Gerais de Informação
154	Direcção de Relação com Investidores da EDP
155	Actividade da Direcção de Relação com Investidores da EDP
155	Informação da Sociedade no "Website" da Internet da Sociedade



governo da sociedade

1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A. (“EDP”) é uma sociedade emitente de acções que se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da NYSE Euronext Lisbon (denominado Eurolist by Euronext Lisbon), sendo-lhe, por esse motivo, aplicáveis as recomendações em matéria de governo societário constantes do “Código de Governo das Sociedades”, o qual consiste num acervo de recomendações sobre “corporate governance” aprovado pela CMVM em Janeiro de 2010. O texto deste código encontra-se disponível ao público no “website” da CMVM, em “www.cmvm.pt”.

Desde a admissão das suas acções à cotação na anterior Bolsa de Valores de Lisboa, a organização e o funcionamento da estrutura de governo societário da EDP têm sido orientadas para a prossecução dos mais elevados padrões de governo societário, de conduta e ética empresarial, tendo por referência as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de “corporate governance”.

Neste contexto, a EDP declara adoptar, de um modo geral, as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas constantes do referido “Código de Governo das Sociedades” aprovado em Janeiro de 2010, com excepção das Recomendações I.3.3 e I.6.1 do mencionado código, as quais não são adoptadas pelas razões abaixo enunciadas.

Na tabela que se segue encontram-se discriminadas as recomendações da CMVM em matéria de “corporate governance” vertidas no referido Código de Governo das Sociedades, identificando-se a sua adopção integral, ou não, pela EDP, bem como o local em que pode ser consultada informação mais detalhada sobre a adopção de cada recomendação no presente relatório.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
ASSEMBLEIA GERAL			
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL			
I.1.1 O presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada		2.3.1
I.1.2 A remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada		5.2 5.4
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA			
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.7
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adoptada		4.7
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO			
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.9
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Adoptada	Artigo 14º dos Estatutos	4.9
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Não adoptada	A EDP entende que com a previsão do princípio um acção um voto assegura-se a adequada participação accionista, ainda que possam existir limites ao número de acções com que cada accionista pode votar. O princípio da proporcionalidade entre a participação accionista e os direitos de voto deve ser avaliado em termos relativos e não absolutos, sendo que o limite previsto no nº 3 do Art.14º dos estatutos da EDP constitui a expressão da vontade dos accionistas na tutela dos interesses específicos da Sociedade. Na verdade, os Estatutos em vigor, que consagram essa limitação, foram objecto de aprovação em Assembleia Geral com uma participação ou representação de 60,70% do capital e uma aprovação por 95% dos votos emitidos. Assim, atendendo à representatividade accionista alcançada na referida Assembleia Geral, as características da estrutura accionista da sociedade e ainda que a matéria em apreço está sujeita exclusivamente a deliberação dos accionistas, entende-se que os interesses destes em geral são adequadamente respeitados.	4.8
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO			
As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada		4.10
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS			
Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Adoptada		4.11

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES			
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não adoptada	Embora considere uma boa prática a inexistência de medidas que possam interferir injustificadamente com o êxito de uma oferta pública de aquisição, discorda-se do teor da recomendação da CMVM, na medida em que não parece razoável fazer a ligação do princípio referido com a questão da existência de mecanismos de limitação do exercício do direito de voto (que, aliás, é tratada noutra recomendação). Assim, os interesses dos accionistas da EDP, traduzidos na limitação prevista no art. 14º dos Estatutos, justificam a não adopção da recomendação. Adicionalmente, em termos de medidas de controlo da sociedade, entende-se que: a) Perante uma oferta pública de aquisição, o CAE e o CGS deverão analisar a referida proposta à luz do interesse da sociedade; b) A posição a tomar pelo CAE será objecto de parecer prévio favorável do CGS e c) O CAE e o CGS deverão evitar tomar qualquer medida ou posição que injustificadamente possa constituir um obstáculo à correcta ponderação da oferta pública de aquisição pelos accionistas.	4.12
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada		4.12
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
II.1 Temas Gerais			
II.1.1 Estrutura e Competência			
II.1.1.1 O Órgão de Administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada		2.1
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Adoptada		3.6
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adoptada		3.6.
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Adoptada		3.6.2
II.1.1.5 Os Órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Adoptada		2.3.2 2.3.3
II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA			
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação dos membros executivos.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros Órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutra órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO			
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada		2.3.8.1
II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES			
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adoptada		2.3.8.1

governo da sociedade

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada		2.3.8.1
II.1.5 REMUNERAÇÃO			
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos Órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa; (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período; (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções; (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Adoptada		5.3
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos Órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Adoptada		5.1
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Adoptada		5.5
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos Órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos Órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários	Não aplicável		
II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Adoptada		2.3.5 2.3.8.2
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adoptada		5.3 5.4
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP. Consequentemente, o disposto no parágrafo II.11 do Anexo I ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010 não é igualmente aplicável.	

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO			
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos Órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada		2.3.3
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respectivas reuniões.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respectivas reuniões.	Adoptada		2.3.3
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL			
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adoptada		2.3.2
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adoptada		2.3.2
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada		2.3.2
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada		2.3.2 2.3.8.1
II.4.5 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada		2.3.2 2.3.8.1
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Adoptada		3.6.1
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS			
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos Órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Adoptada		2.1 2.3.8.3
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada		2.3.8.2
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada		2.3.8.2
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Adoptada		2.3.8
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA			
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO			
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada		7.1 7.2 7.3
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos Órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Adoptada		7.4

governo da sociedade

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada		2.7
III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada		2.7
III.1.5 A Sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adoptada		2.7
IV. CONFLITOS DE INTERESSES			
IV.1 RELAÇÕES COM ACCIONISTAS			
IV.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adoptada		2.4
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adoptada		2.4

1.1. ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO DA MATÉRIA DA INDEPENDÊNCIA E DAS INCOMPATIBILIDADES

Os Estatutos da EDP, que se encontram disponíveis para consulta no seu "Website" (www.edp.pt), consagram regras em matéria de independência e incompatibilidades para o exercício de funções em qualquer corpo social da Sociedade.

Os critérios de independência previstos nos Estatutos encontram-se em linha com os estabelecidos no artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, determinando que a independência corresponde à ausência de relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta e a ausência de circunstâncias que possam afectar a isenção de análise ou decisão, nomeadamente em virtude de as pessoas em causa serem titulares, ou actuarem por conta de titulares, de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da EDP ou terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

A aferição da independência dos membros dos corpos sociais deve ser promovida por cada corpo social em relação aos respectivos membros, obedecendo às disposições legais e regulamentares aplicáveis em cada momento e devendo ser fundamentada quando divirja de critérios constantes de recomendações que a EDP deva tomar em conta sem carácter imperativo.

Para além das disposições legais aplicáveis em matéria de incompatibilidades, como forma de acautelar o interesse social e o interesse dos seus accionistas, foi estabelecido estatutariamente que o exercício de funções em qualquer corpo social da EDP é incompatível com:

- A qualidade de pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP;
- O exercício de funções, de qualquer natureza ou a qualquer título, designadamente por investidura em cargo social, por contrato de trabalho ou por contrato de prestação de serviço,

em pessoa colectiva concorrente ou em pessoa colectiva relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP;

- A indicação, ainda que apenas de facto, para membro de corpo social por pessoa colectiva concorrente ou pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP.

Nesse contexto, de acordo com os Estatutos:

- Pessoa colectiva concorrente consiste na pessoa colectiva que exerça, directa ou indirectamente, actividade concorrente com actividade desenvolvida pela EDP, ou por sociedade na qual a EDP detenha participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou dos direitos de voto, em Portugal ou no estrangeiro, desde que, neste último caso, em mercado em que a EDP, ou sociedade dominada, exerça actividade através de um estabelecimento estável;
- Pessoa relacionada com pessoa colectiva concorrente é aquela (i) cujos direitos de voto sejam imputáveis a esta última nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ou disposição que o venha a modificar ou substituir ou (ii) que, directamente ou indirectamente, detenha, em pessoa colectiva concorrente, em sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo, tal como configurada no artigo 21º do Código dos Valores Mobiliários, ou em dependência, directa ou indirecta, da mesma sociedade, participação igual ou superior a 10% (dez por cento) dos direitos de voto correspondentes ao capital social da sociedade participada;
- Pessoa que exerce indirectamente actividade concorrente com a EDP é aquela pessoa colectiva que, directa ou indirectamente, participe ou seja participada em, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital ou dos direitos de voto de sociedade que exerça alguma das actividades desenvolvidas pela EDP, ou por sociedade dominada.

A incompatibilidade para o exercício de funções em qualquer corpo social da EDP não é aplicável às pessoas colectivas concorrentes em que a EDP detenha uma participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou direitos de voto ou às pessoas singulares que exerçam funções de qualquer natureza ou a qualquer título, ou que sejam indicadas, ainda que apenas de facto, nessas pessoas colectivas concorrentes, quando a investidura em cargo social de pessoa colectiva concorrente ou o contrato com pessoa colectiva concorrente hajam sido efectuados com base em indicação da EDP ou de sociedade por si dominada.

Também não é aplicável a incompatibilidade acima referida no caso de exercício de funções como membro do Conselho Geral de Supervisão, na medida do permitido por lei, mediante autorização concedida por deliberação prévia e aprovada por maioria de dois terços dos votos emitidos, da Assembleia Geral que proceder à eleição, devendo a relação de concorrência encontrar-se expressamente referida e precisamente identificada na proposta de designação e podendo a deliberação de autorização ser subordinada a condições, nomeadamente à verificação de uma presença no capital social da EDP de não mais de 10% (dez por cento).

1.2. DECLARAÇÕES EM MATÉRIA DE INDEPENDÊNCIA E INCOMPATIBILIDADES

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no artigo 9º dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho de Administração Executivo declararam, no início do mandato, o cumprimento na íntegra dos critérios de independência, designadamente por não terem relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta, com pessoas ou grupos de interesses específicos na sociedade susceptíveis de afectar a capacidade de isenção de análise e decisão, e de não serem titulares nem actuarem por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital da EDP, assim como a inexistência de qualquer incompatibilidade para o exercício do cargo, nos termos do artigo 10º dos Estatutos, nomeadamente por não exercerem funções em empresas concorrentes nem actuarem em representação de nenhuma empresa concorrente ou pessoa colectiva relacionada com empresas concorrentes da EDP.

Os membros do Conselho de Administração Executivo assumiram ainda a obrigação de reportarem ao Presidente deste órgão (e, no caso do Presidente, directamente ao referido órgão) qualquer circunstância susceptível de, eventualmente, configurar uma situação de incompatibilidade com o estatuto de membro do Conselho de Administração Executivo ou perda do estatuto de membro independente.

Nos termos do respectivo regulamento interno, o Conselho Geral e de Supervisão estabeleceu um procedimento específico relativo ao cumprimento do vasto conjunto de regras relativas a incompatibilidades e independência aplicáveis ao exercício de funções nesse órgão. Esse procedimento compreende os seguintes aspectos:

- A aceitação do cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão é feita mediante declaração escrita, na qual é registada especificamente (i) a inexistência de qualquer situação de incompatibilidade legal ou estatutária de exercício das respectivas funções; (ii) o preenchimento dos requisitos de independência, definidos no respectivo regulamento interno, no caso de a pessoa em causa ter sido eleito como membro independente; (iii) a obrigação dos membros reportarem ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso

deste, directamente ao Conselho qualquer facto superveniente susceptível de gerar uma situação de incompatibilidade ou de perda de independência;

- Anualmente, os membros do Conselho Geral e de Supervisão devem renovar as suas declarações relativamente à inexistência de incompatibilidade e, se for o caso, à verificação dos requisitos de independência;
- Também anualmente, o Conselho Geral e de Supervisão faz uma avaliação geral da aplicação das regras sobre incompatibilidades e independência aos seus membros.

Paralelamente, o regulamento do Conselho Geral e de Supervisão densificou os critérios de independência aplicáveis aos seus membros, indo para além do previsto no n.º 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 9º dos Estatutos, pelo que não podem ter o estatuto de independentes as pessoas que, directamente ou em relação ao cônjuge e a parente ou afim em linha recta, e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, estejam numa das seguintes situações:

- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar, em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto na EDP, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio;
- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar, em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto em sociedade concorrente da EDP;
- Auferir qualquer remuneração, ainda que suspensa, da EDP, de sociedade dominada ou de instituições sem finalidade lucrativa economicamente dependentes daquelas, excepto a retribuição pelo exercício das funções de membro do Conselho Geral e de Supervisão;
- Ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

O regime de independência aplicável aos membros do Conselho Geral e de Supervisão tem particular importância atendendo nomeadamente aos seguintes requisitos:

- O órgão deve ser composto por uma maioria de membros independentes (art. 434º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e art. 21º, n.º 4 dos Estatutos);
- A Comissão para as Matérias Financeiras e a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão devem ser compostas por uma maioria de membros independentes (art. 444º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais e art. 27º, n.º 1 dos Estatutos).

governo da sociedade

Em conformidade com o procedimento supra descrito, no início do mandato, os membros do Conselho Geral e de Supervisão declararam não se encontrarem em qualquer situação de incompatibilidade prevista legal (alíneas a) a e), g) e h) do n.º 1 do art. 414º-A (ex vi art. 434º, n.º 4) e do art. 437º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais) e estatutariamente, bem como, nos casos aplicáveis, cumprirem os requisitos de independência previstos no regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão.

Cumpra a este propósito referir que, na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, foi autorizada a eleição da Sonatrach para membro do Conselho Geral e de Supervisão ao abrigo do disposto do n.º 4 do artigo 10º dos Estatutos, na medida em que, nos termos conjugados da alínea a) do número 1 e do número 7 do artigo 10º dos Estatutos, a Sonatrach é uma pessoa colectiva concorrente da EDP.

No início de 2011, os membros do Conselho Geral e de Supervisão renovaram as suas declarações em matéria de incompatibilidades e independência e, em 27 de Janeiro de 2011, o Conselho Geral e de Supervisão procedeu à avaliação da aplicação das regras sobre incompatibilidades e independência aos seus membros.

Idênticas declarações de cumprimento dos critérios de aferição de independência e de incompatibilidade para o exercício das respectivas funções previstos no n.º 5 do artigo 414º e no n.º 1 do artigo 414º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais e nos artigos 9º e 10º dos Estatutos, foram efectuadas pelos Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

As declarações acima referidas encontram-se disponíveis ao público no “website” da EDP, em www.edp.pt.

Para mais informação sobre a aplicação do regime de incompatibilidade e de independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, ver ponto 2.1.1 do Relatório Anual do referido órgão.

2. ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

2.1. MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A EDP adopta, desde 2006, um modelo dualista de governo da sociedade.

A definição do modelo de governo da EDP teve como propósito essencial alcançar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da supervisão, pretendendo ainda alinhar os interesses da EDP com os interesses dos seus accionistas. A estrutura de governo da EDP compreende quatro Órgãos:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração Executivo;
- O Conselho Geral e de Supervisão; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Cabe à Assembleia Geral da EDP eleger e destituir os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão (ou por delegação deste, da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria). A Assembleia Geral elege ainda os membros do Conselho de

Ambiente e Sustentabilidade e da Comissão de Vencimentos responsável pela fixação das remunerações dos membros dos Órgãos sociais (à excepção do Conselho de Administração Executivo, cuja remuneração é fixada pela Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão).

A separação das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração Executivo, o qual está encarregue da gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Geral e de Supervisão, órgão máximo responsável por aquela última função.

Para uma melhor compreensão do modo de funcionamento da EDP em matéria de governo societário, são disponibilizados aos accionistas e ao público em geral, no “Website” (www.edp.pt), os Estatutos actualizados, tanto em português como em inglês, bem como os regulamentos internos do Conselho de Administração Executivo, do Conselho Geral e de Supervisão e das suas Comissões.

Adicionalmente, em Novembro de 2010, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo aprovaram o “Manual de Governo Societário da EDP” (Manual), que se encontra disponível aos accionistas e público em geral no “Website” (www.edp.pt). O objectivo primordial do Manual consiste em registar e partilhar o entendimento dos dois Órgãos sociais relativamente às recomendações de boas práticas de governo societário aplicáveis à EDP, bem como às orientações que se julgam adequadas adoptar perante as mesmas.

Dada a exigência e a ambição da EDP em termos da qualidade das suas práticas de governo societário, procurou-se ir para além das exigências legais e regulamentares aplicáveis neste âmbito, nomeadamente quanto ao reporte de informação. Assim, na concretização do referido objectivo primordial, a elaboração do Manual procurou corresponder às seguintes finalidades:

- Reflectir criticamente sobre as recomendações das melhores práticas definidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, no sentido de contribuir activamente para o aperfeiçoamento das práticas da EDP;
- Seleccionar as recomendações que se consideram adequadas ao modelo de governo da EDP, destacando as medidas adoptadas e apontando potenciais medidas a implementar no sentido da plena adopção de boas práticas;
- Identificar as recomendações que não se consideram adequadas ao interesse da EDP, justificando as razões dessa posição, bem como apontando outras práticas que permitam alcançar de forma diferente os mesmos objectivos visados pelas recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM;
- Apoiar os destinatários das recomendações na sua reflexão sobre as melhores práticas de governo a adoptar na EDP;
- Formalizar um documento que possa auxiliar o cumprimento das obrigações de reporte sobre as práticas de governo societário, nomeadamente a elaboração do relatório anual exigido legalmente;
- Dar a conhecer as práticas de governo da EDP que, embora não reflectidas no Código de Governo das Sociedades, concretizam o objectivo, partilhado pelo Conselho Geral e de Supervisão e pelo Conselho de Administração Executivo,

de desenvolver e aprofundar a qualidade dos processos de governação na EDP.

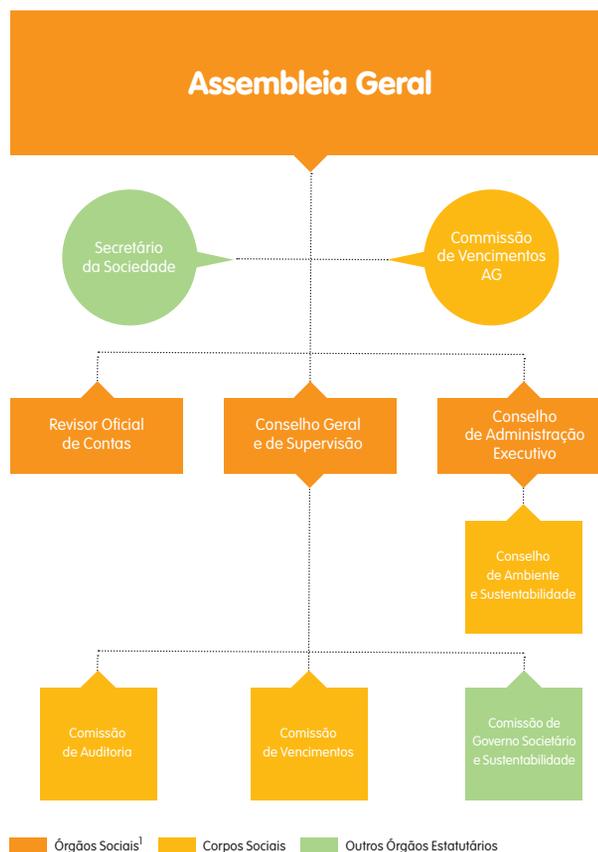
Relativamente à avaliação do modelo de governo societário, foi levada a cabo uma reflexão conjunta entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão a respeito do funcionamento e eventuais constrangimentos associados ao modelo de governo adoptado pela EDP. O Conselho de Administração Executivo considera que, em face da experiência de cerca de quatro anos de aplicação do modelo, a organização governativa actualmente em vigor na EDP permite prosseguir os objectivos de gestão da empresa, sem colocar em causa a repartição de funções que deve existir entre o órgão de administração e o órgão de fiscalização da actividade societária. Por outro lado, a aplicação concreta deste modelo tem permitido um acompanhamento permanente da actividade do Grupo EDP pelo órgão de fiscalização, o qual é operacionalmente exigente mas dotado dos mecanismos de comunicação e informação apropriados para que cada órgão possa exercer as respectivas competências sem interferências ou constrangimentos de funcionamento.

Por seu turno e atentas as suas competências nesta matéria, o Conselho Geral e de Supervisão registou no respectivo Relatório Anual as suas conclusões relativamente ao modelo de governo adoptado pelos accionistas, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

- Permite uma saudável repartição de competências entre diferentes órgãos societários: a gestão, a fiscalização e a revisão das contas.
- Apresenta um apreciável grau de flexibilidade, potenciando a maximização das sinergias resultantes da referida repartição.
- É adequado à organização corporativa da actividade da EDP, sobretudo por assegurar um ponderado equilíbrio entre a necessária amplitude dos poderes da gestão e a efectividade da supervisão geral da Sociedade e específica em áreas verdadeiramente sensíveis.
- Revela que o relacionamento funcional entre o CGS e o CAE foi positivo e de apreciável eficácia na escolha das matérias abordadas e de eficiência no modo como os assuntos foram desenvolvidos e tratados, o que não invalida a aspiração ao seu contínuo aperfeiçoamento.
- A articulação institucional do CGS e do CAE, assim como o empenhamento e efectivo envolvimento dos membros do CGS nas matérias mais complexas tratadas no CGS são condições necessárias para a promoção de níveis superiores de qualidade das práticas governativas, permitindo a optimização das virtualidades do modelo de governo, nomeadamente ao nível:
 - * Dos mecanismos de acesso à informação por parte do CGS.
 - * Do aprofundamento do exercício das funções do CGS relativamente às Sociedades Dominadas.
 - * Do envolvimento do CGS nas fases de preparação dos documentos plurianuais de gestão.

Para mais desenvolvimento sobre este tema ver ponto 1 do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

2.2. ESTRUTURA ORGÂNICA DA SOCIEDADE



¹⁾ Os Órgãos Sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o n.º 4 do artigo 8.º dos Estatutos da EDP

2.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os actuais membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 15 de Abril de 2009, para um mandato de 3 anos (tríénio de 2009/2011).

2.3.1. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão em que participam ou são representados os accionistas estando-lhe atribuídas as seguintes funções:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração Executivo, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do Revisor Oficial de Contas e os do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, bem como deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e se os houver vice-presidentes, o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital;

governo da sociedade

- Nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos Órgãos sociais, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes;
- Apreciar o relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão;
- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei, designadamente no que respeita à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e à aprovação da política de remuneração dos membros daqueles Órgãos.

Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do disposto no artigo 12º dos Estatutos da EDP, a Mesa da Assembleia Geral da EDP é composta por um Presidente e um Vice-Presidente, e pelo Secretário da Sociedade, designado pelo Conselho de Administração Executivo.

Os actuais membros da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena
Vice-Presidente	António Bernardo de Meneses e Lorena de Sêves
Secretário da Sociedade	Maria Teresa Isabel Pereira

De acordo com os Estatutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral é, por inerência, membro do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos internos adequados às suas necessidades, nomeadamente do apoio da Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica, da Direcção de Relação com Investidores e da Direcção de Marca e Comunicação, bem como de apoio externo de uma entidade especializada, contratada pela EDP, no que respeita à recolha, tratamento e contagem de votos. Os meios logísticos e administrativos para a realização da Assembleia são disponibilizados pela Sociedade, sendo a respectiva organização supervisionada pelo Presidente da Mesa.

2.3.2. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP é o órgão que assegura em permanência o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da sociedade, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais Órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.

O Conselho Geral e de Supervisão é composto por 17 membros, na sua maioria independentes, que preenchem os requisitos de formação e competência previstos nos Estatutos e nas normas legais aplicáveis à EDP. O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão é regido por um regulamento interno, disponível no “website” da EDP em www.edp.pt.

As qualificações profissionais dos membros do Conselho Geral e de Supervisão podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

Constituem, nomeadamente, competências do Conselho Geral e de

Supervisão as seguintes:

- Acompanhar em permanência a actividade da administração da sociedade e sociedades dominadas e prestar, a respeito dela, aconselhamento e assistência ao Conselho de Administração Executivo, designadamente no que concerne à estratégia, consecução de objectivos e cumprimento de normas legais aplicáveis;
- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar a definição de critérios e competências necessários nas estruturas e Órgãos internos da sociedade ou do grupo ou convenientes a observar e suas repercussões na respectiva composição, bem como a elaboração de planos de sucessão;
- Providenciar, nos termos da lei, a substituição de membros do conselho de administração executivo em caso de falta definitiva ou impedimento temporário;
- Emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais;
- Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos internos de ética e conduta e respectivo cumprimento e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, incluindo no que respeita a relações da sociedade com accionistas e emitir pareceres sobre estas matérias;
- Obter os meios, financeiros ou de outra natureza, que razoavelmente entender necessários à sua actividade e solicitar ao Conselho de Administração Executivo a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, podendo proceder à contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;
- Receber do Conselho de Administração Executivo informação periódica sobre relações comerciais significativas da sociedade ou sociedades dominadas com accionistas com participação qualificada e pessoas com eles relacionadas;
- Nomear a Comissão de Vencimentos e a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;
- Representar a Sociedade nas relações com os administradores;

- Fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo;
- Vigiar pela observância da lei e dos Estatutos;
- Seleccionar e substituir o auditor externo da Sociedade, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela Sociedade a qualquer título;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Convocar a Assembleia Geral quando o entenda conveniente;
- Aprovar o respectivo regulamento interno que incluirá as regras de relacionamento com os demais Órgãos e corpos sociais;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

No âmbito do modelo de governo societário em vigor na EDP, encontra-se ainda atribuída ao Conselho Geral e de Supervisão uma competência de particular relevo. Com efeito, embora não disponha de poderes de gestão, nos termos do disposto no artigo 442º, nº 1 do Código das Sociedades Comerciais, os Estatutos estabelecem que a aprovação do plano estratégico da Sociedade e a realização, pela Sociedade ou sociedades dominadas pela EDP, das operações a seguir indicadas estão sujeitas a parecer prévio favorável deste órgão social:

- Aquisições e alienações de bens, direitos ou participações sociais de valor económico significativo;
- Contratação de financiamentos de valor significativo;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes importantes de estabelecimentos e extensões ou reduções importantes da actividade;
- Outros negócios ou operações de valor económico ou estratégico significativo;
- Estabelecimento ou cessação de parcerias estratégicas ou outras formas de cooperação duradoura;
- Projectos de cisão, fusão ou transformação;
- Alterações ao Estatutos, incluindo a mudança de sede e aumento de capital, quando sejam da iniciativa do Conselho de Administração Executivo.

Os Estatutos prevêm ainda que o parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão possa ser dispensado (artigo 21º, nº 7). As regras em vigor aplicáveis à emissão e dispensa de parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão foram aprovadas em 7 de Maio de 2009, bem como procedimentos de comunicação e prestação de esclarecimentos entre aquele Órgão e o Conselho de Administração Executivo.

No exercício destas funções foram submetidos a parecer prévio do

Conselho Geral e de Supervisão oito operações, com o valor médio de 1.079 milhões de euros e um valor máximo de 2.100 milhões de euros. Relativamente à dispensa de parecer prévio, foram submetidos ao Conselho Geral e de Supervisão treze operações, com o valor médio de 584 milhões de euros e um valor máximo de 2.000 milhões de euros.

Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Convocar e presidir às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão;
- Representar institucionalmente o Conselho Geral e de Supervisão;
- Coordenar a actividade do Conselho Geral e de Supervisão e supervisionar o correcto funcionamento das suas comissões;
- Providenciar a disponibilização atempada aos membros do Conselho Geral e de Supervisão da informação necessária para o pleno desenvolvimento das suas funções;
- Receber e solicitar informação ao Conselho de Administração Executivo sobre as actividades da Sociedade e das sociedades por esta dominadas;
- Promover as diligências necessárias para o adequado acompanhamento da actividade social pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Controlar a execução do orçamento do Conselho Geral e de Supervisão e gerir os recursos materiais e humanos afectos a este órgão;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou, na sua ausência ou impedimento, um membro delegado por este órgão designado para o efeito poderá, sempre que o julgue conveniente, e sem direito a voto, assistir às reuniões do Conselho de Administração Executivo e participar na discussão de matérias a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão.

Nas reuniões do Conselho de Administração Executivo em que sejam apreciadas as contas do exercício, os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria têm o dever de assistir.

O Conselho Geral e de Supervisão reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração Executivo ou do respectivo Presidente. Em 2010, o Conselho Geral e de Supervisão reuniu-se 7 vezes, tendo sido elaboradas actas de todas as reuniões.

O Conselho Geral e de Supervisão elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, organização, funcionamento e eventuais constrangimentos com os quais se tenha deparado no exercício das suas funções. Este relatório encontra-se disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt), juntamente com o relatório e contas.

Com apoio do trabalho desenvolvido pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade, o Conselho Geral e de Supervisão

governo da sociedade

procede anualmente:

- À auto-avaliação da sua actividade e desempenho, bem como das suas Comissões, cujas conclusões constam do respectivo relatório anual de actividade;
- À avaliação independente da actividade e desempenho do Conselho de Administração Executivo, cujas conclusões são apresentadas à Assembleia Geral e constam em anexo do relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão.

Relativamente aos processos de avaliação do exercício de 2010, o Conselho Geral e de Supervisão decidiu reforçar a objectividade e transparência dos mesmos, mediante a adopção do seguinte procedimento:

- Os membros devem preencher questionários individuais de avaliação do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo;
- Os resultados das respostas aos questionários são apreciados em reunião plenária do Conselho Geral e de Supervisão, sem a presença de membros do Conselho de Administração Executivo, permitindo a identificação dos aspectos positivos e dos aspectos a melhorar.

Para mais desenvolvimentos sobre a actividade do Conselho Geral e de Supervisão durante o exercício, ver ponto 3 do Relatório Anual do referido órgão.

O Conselho Geral e de Supervisão tem actualmente a seguinte composição:

Conselho Geral e de Supervisão		Membros Independentes	Data de eleição inicial
Presidente	António de Almeida ⁽¹⁾		30/06/2006
Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro ⁽¹⁾	Independente	30/06/2006
	António Sarmiento Gomes	Independente	15/04/2009
	Mota		
	Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira		10/04/2008
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado ⁽¹⁾	Independente	30/06/2006
	Eduardo de Almeida Catroga ⁽¹⁾	Independente	30/06/2006
	Farid Boukhalfa (em representação da Sonatrach)		04/02/2010
	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira		10/04/2008
	José Maria Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)		02/06/2008
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi ⁽¹⁾		30/06/2006
	José Manuel dos Santos Fernandes	Independente	15/04/2009
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro ⁽¹⁾	Independente	30/06/2006
	Mohamed Ali Ismaeil Ali Al Fahim (em representação da Senfora SARL)		16/04/2010
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	Independente	15/04/2009
	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Independente	12/04/2007
	Vitor Fernando da Conceição Gonçalves ⁽¹⁾	Independente	30/06/2006

⁽¹⁾ Membros eleitos na Assembleia Geral de 30 de Março de 2006 para exercer funções a partir de 30 de Junho de 2006, data da entrada em vigor dos novos Estatutos da Sociedade do modelo de governo dualista.

No dia 4 de Fevereiro de 2010, o membro do Conselho Geral e de Supervisão Sonatrach comunicou à EDP que Farid Boukhalfa passaria a representá-la no Conselho Geral e de Supervisão, em

virtude da renúncia de Mohamed Meziane. No dia 23 de Abril de 2010, a Senfora SARL, eleita membro do Conselho Geral e de Supervisão na Assembleia Geral Anual de 16 de Abril de 2010, indicou Mohamed Al Fahim como seu representante naquele órgão, em substituição de Khalifa Al Romaiti que tinha renunciado ao seu mandato. No dia 21 de Dezembro de 2010, Vasco Maria Guimarães José de Mello apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, pelo que o referido órgão integra actualmente 16 membros.

Para mais desenvolvimentos sobre as alterações da composição do Conselho Geral e de Supervisão ver ponto 2.1 do Relatório Anual do referido órgão.

2.3.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades sociais e pela representação da Sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo é actualmente composto por 7 membros, os quais foram inicialmente eleitos em 30 de Março de 2006.

As qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração Executivo podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

O Conselho de Administração Executivo reúne, em regra, semanalmente, sendo, no entanto, obrigatória uma reunião bimensal.

O Conselho de Administração Executivo funciona de forma colegial, sem delegação de competências em qualquer dos seus membros. Em cada reunião, apenas é permitida a representação de um administrador ausente por cada administrador. Todos os administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

O funcionamento do Conselho de Administração Executivo é disciplinado por um regulamento interno, disponível no "website" da EDP em www.edp.pt.

- As atribuições do Conselho de Administração Executivo incluem, de acordo com os Estatutos:
- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros Órgãos da Sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;

- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos Estatutos, devendo observar limites quantitativos anuais que sejam fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Estabelecer a organização técnico administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o Secretário da Sociedade e respectivo suplente;
- Contratar e exonerar o Auditor Externo, sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral;
- Estabelecer um regimento próprio que fixe as regras do seu funcionamento interno.

Acresce que as propostas de alteração dos Estatutos em matéria de aumento de capital, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, encontram-se sujeitas, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 17.º dos Estatutos da EDP, a parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão.

Por outro lado, ao Presidente do Conselho de Administração Executivo encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração Executivo;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração Executivo, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração Executivo.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem o direito de assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações em que ocorra conflito de interesses.

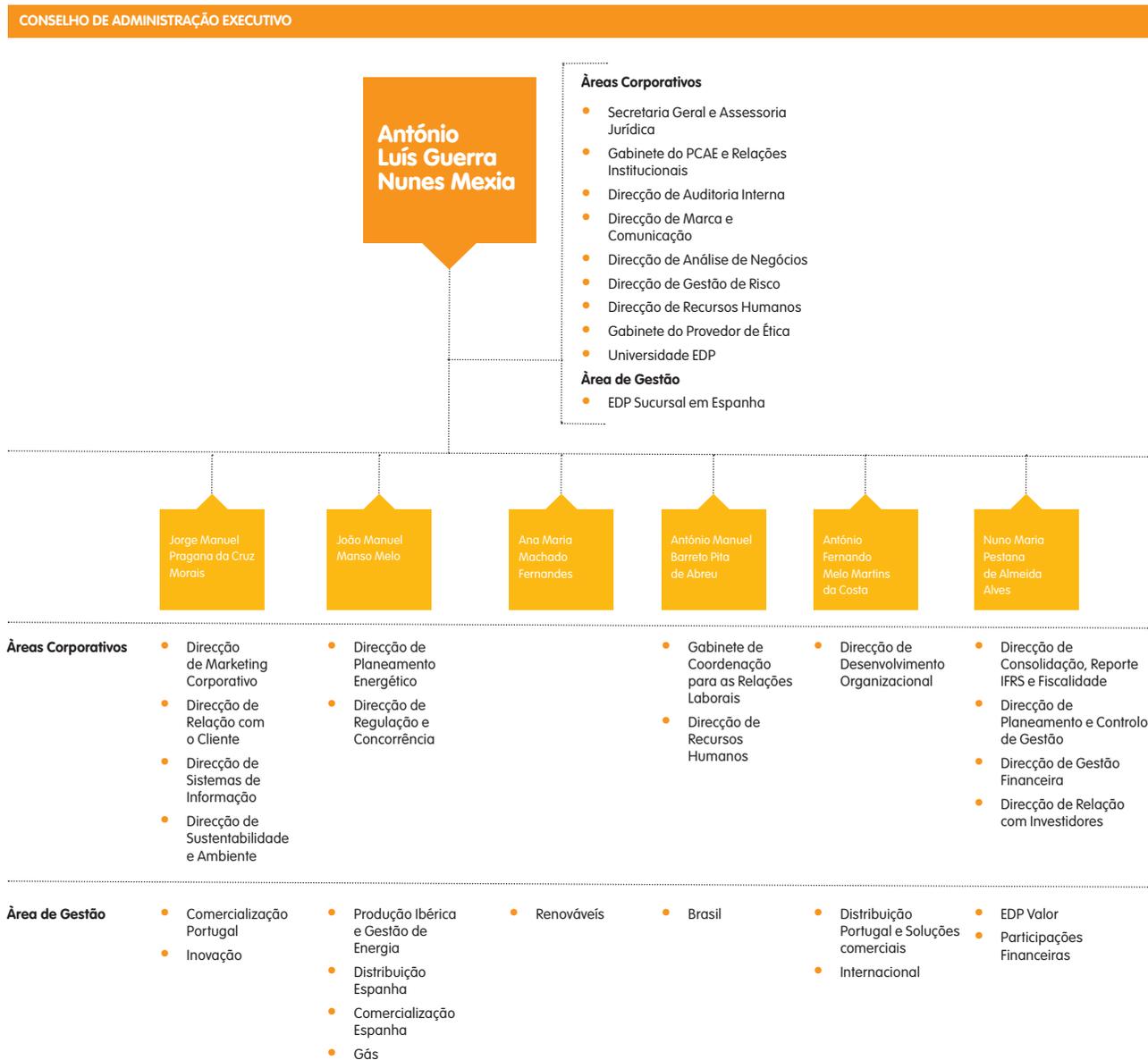
O Presidente do Conselho de Administração Executivo remete ao Gabinete de apoio do Conselho Geral e de Supervisão as convocatórias, os documentos de suporte e as atas das respectivas reuniões e, sempre que solicitado, presta, em tempo útil e de forma adequada, as informações que sejam requeridas as quais ficam acessíveis a todos os membros do Conselho Geral e de Supervisão.

A actividade e o desempenho do Conselho de Administração Executivo são avaliados anualmente de forma contínua e independente pelo Conselho Geral e de Supervisão.

O Conselho de Administração Executivo reuniu 50 vezes durante o ano de 2010, tendo sido elaboradas actas de todas as reuniões.

governo da sociedade

O Conselho de Administração Executivo está organizado de acordo com as seguintes áreas de gestão e temas corporativos:



As funções exercidas em outras sociedades do Grupo pelos membros do Conselho de Administração Executivo são as seguintes:

Cargos desempenhados pelo Presidente e pelos Vogais do Conselho de Administração Executivo em 31-12-2010

	António Mexia	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	António Pita de Abreu	João Manuel Manso Neto	Jorge Cruz Morais	Nuno Almeida Alves
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, S.U, Lda.	-	-	-	-	-	G	G
EDP - Ásia Soluções Energéticas Limitada	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	RP	RP	RP	-	RP	-	RP
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.	-	-	-	A	-	-	PCA
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP - Soluções Comerciais, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Ásia - Investimentos e Consultoria Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Energia Ibérica S.A.	-	-	-	-	A	PCA	-
EDP Energias do Brasil, S.A.	PCA	A	-	VPCA + DP	-	-	A
EDP Finance BV	R	R	R	R	R	R	R
EDP Gás II, SGPS, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Gás III, SGPS, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Gás, SGPS, S.A.	-	-	-	-	PCA	A	-
EDP Gás.Com - Comércio de Gás Natural, S.A.	-	-	-	-	A	PCA	-
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
EDP Internacional, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-
EDP Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Projectos, SGPS, S.A.	-	-	A	-	A	PCA	-
EDP Renewables Europe SL	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP Renováveis Brasil, S.A.	-	PCA	-	VP	-	-	-
EDP Renováveis, S.A.	PCA	VPCA	A	-	A	-	A
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	-	-	-	A	-	PCA	-
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Eléctrica de La Ribera de Ebro, S.L.	-	-	-	-	PCA	-	-
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.	-	-	-	-	-	-	D
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, SA	-	-	-	-	PCA	-	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-
Energia RE, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Hidroantábrico Energía, S.A.U.	-	-	-	-	PCA	-	-
Hidroantábrico Gestión de Energía, S.A.U.	-	-	-	-	AU	-	-
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	-	A	A	-	VP/CD	A	A
Horizon Wind Energy, LLC	-	PCA	-	-	-	-	-
Naturgás Energía Grupo, S.A.	-	-	-	-	VP2º	A	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA

PCA – Presidente do Conselho de Administração
G – Gerente

PCAE – Presidente do Conselho de Administração Executivo

VPCA - Vice-Presidente do Conselho de Administração

DP - Director-Presidente da Directoria (Directoria/Comissão Executiva)

A – Administrador

VP2º - Vice-Presidente Segundo

R – Representante

D - Director

VP/CD – Vice-Presidente e Consejero Delegado

RP - Representante Permanente

AU - Administrador Unico

governo da sociedade

2.3.4. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da Sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral para mandatos de três anos.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e com os Estatutos, compete ao Revisor Oficial de Contas, nomeadamente, verificar:

- A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Quando entenda conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- A exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

O actual Revisor Oficial de Contas e o Suplente são os seguintes:

Revisor Oficial de Contas	
Efectivo	KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por Jean-éric Gaign, ROC
Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

2.3.5. COMISSÃO DE VENCIMENTOS DA ASSEMBLEIA GERAL

As remunerações dos Órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral.

Nos termos do art. 11º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos, os membros da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral devem ser, na sua maioria, independentes.

A actual composição da Comissão de Vencimentos é a seguinte:

Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral	
Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles
	Carlos Alberto Veiga Anjos Parública – Participações Públicas, (SGPS), SA

No que respeita ao mandato 2009/2011, em Fevereiro de 2010, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral deliberou aprovar a política de remuneração aplicável aos Órgãos sociais da EDP, com excepção do Conselho de Administração Executivo, estabelecendo as respectivas remunerações.

Na Assembleia Geral Anual realizada em 16 de Abril de 2010, o Presidente desta Comissão esteve presente e submeteu a apreciação a política de remuneração dos Órgãos sociais, com excepção do Conselho de Administração Executivo, para o triénio em curso, tendo a proposta sido rejeitada pelos accionistas.

Nesta Assembleia Geral, estiveram presentes membros da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral.

2.3.6. CONSELHO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade Geral foi instituído em

1991 como corpo social, tendo a sua denominação sido alterada para Conselho de Ambiente e Sustentabilidade na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, enquanto corpo social, encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade e a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é actualmente composto por personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente.

A actual composição do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é a seguinte:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade	
Presidente	João Martins Ferreira do Amaral
	José de Sousa Cunhal Sendim Maria da Graça Madeira Martinho Maria Madalena Monteiro Garcia Presumido Miguel Pedro Brito St. Aubyn

2.3.7. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são designados pelo Conselho de Administração Executivo, dispondo das competências estabelecidas na lei e cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que os designou.

O actual Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são:

Secretário da Sociedade	
Secretário efectivo	Maria Teresa Isabel Pereira
Secretário suplente	Ana Rita Pontífice Ferreira de Almeida Côrte-Real

2.3.8. COMISSÕES ESPECIALIZADAS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Sem prejuízo da manutenção da responsabilidade pelo exercício das respectivas competências enquanto órgão social, o regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão prevê a possibilidade de constituição de comissões permanentes e comissões eventuais, compostas por alguns dos seus membros, sempre que considere conveniente e adequado, delegando nelas o exercício de determinadas funções específicas.

Tanto as comissões permanentes como as comissões eventuais têm como principal missão fazer um acompanhamento específico e permanente das matérias que lhe forem confiadas, de modo a assegurar processos de tomada de deliberação esclarecidos por parte do Conselho Geral e de Supervisão ou a sua informação quanto a determinados assuntos.

A actividade das comissões é coordenada pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual assegura a adequada articulação da mesma com a actividade do plenário daquele órgão, através dos respectivos Presidentes, os quais devem mantê-lo informado, nomeadamente dando conhecimento das convocatórias e das atas das respectivas reuniões.

As actuais comissões do Conselho Geral e de Supervisão foram constituídas na reunião de 7 de Maio de 2009.

É entendimento do Conselho Geral e de Supervisão que as suas comissões são relevantes para o regular funcionamento da Sociedade, permitindo o exercício delegado de certas funções, nomeadamente ao nível do acompanhamento da informação financeira da sociedade, da reflexão sobre o sistema de governo adoptado, da avaliação do desempenho dos administradores e da própria avaliação do seu desempenho global.

O funcionamento das comissões é disciplinado por regulamentos internos, disponíveis no “website” da EDP em www.edp.pt.

2.3.8.1. COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS / COMISSÃO DE AUDITORIA

Composição, competências e funcionamento

A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é composta por três membros independentes, com qualificação e experiência adequadas, incluindo pelo menos, um membro com um curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade, conforme resulta do currículo do respectivo Presidente, o qual pode ser consultado no capítulo Órgãos sociais.

Actualmente, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é composta pelos seguintes membros:

Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria	Data de Designação Inicial
Presidente Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	13/07/2006
António Sarmento Gomes Mota	07/05/2009
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	13/07/2006

Encontram-se atribuídas à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, de acordo com os Estatutos da EDP e por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, as seguintes competências:

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, como comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, apoia ainda o referido órgão no processo de selecção e substituição do Auditor Externo.

O funcionamento da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria preenchem os requisitos legais de independência e qualificação necessários ao exercício das suas funções designadamente tendo em conta a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas sociedades participadas, accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas e os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3º grau.

Anualmente, o Conselho Geral e de Supervisão procede à avaliação da manutenção do preenchimento dos referidos requisitos.

A composição, funções e funcionamento da Comissão para as Matérias financeiras/Comissão de Auditoria estão em linha com a Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005.

Durante o ano de 2010, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria reuniu 14 vezes, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões. Não existem quaisquer constrangimentos a assinalar que tenham perturbado o exercício das funções da referida Comissão.

O relatório de anual de actividades da Comissão é divulgado no “website” da EDP de forma integrada com o Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

Política de Comunicação de Irregularidades

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas, nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

A EDP disponibiliza aos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na sua empresa, dando assim cumprimento às normas constantes do Regulamento da CMVM nº 1/2010.

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares, a EDP visa:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;
- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é possível através de correio electrónico,

governo da sociedade

fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador que comunique uma irregularidade não será alvo de qualquer acção retaliatória ou disciplinar no exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

Em 27 de Janeiro de 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras/ Comissão de Auditoria informou o Conselho Geral e de Supervisão sobre o trabalho por si desenvolvido no que respeita ao mecanismo de comunicação de irregularidades no exercício de 2010, tendo concluído não existirem irregularidades com impacto relevante em matérias de contabilidade, finanças, controlo interno e auditoria, sendo ainda de registar o reduzido número de comunicações, bem como o facto de a maioria das situações identificadas não estar relacionada com o escopo do referido mecanismo.

2.3.8.2. COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Nos termos do artigo 27º dos Estatutos da EDP, a Comissão de Vencimentos, designada pelo Conselho Geral e de Supervisão, tem como missão a fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez.

De acordo com os Estatutos, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão deve submeter, com carácter consultivo, à Assembleia Geral anual, uma declaração sua sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo por si aprovada, pelo menos nos anos em que tal política seja estabelecida ou alterada. Dada a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Vencimentos conformará a sua actuação de acordo com as disposições legais aplicáveis.

O funcionamento da Comissão de Vencimentos é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o ano de 2010, esta Comissão realizou 4 reuniões, tendo sido elaboradas as actas das respectivas reuniões.

A Comissão de Vencimentos é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, cuja maioria é independente relativamente aos membros do Órgão de Administração. Esta comissão conta sempre com um representante presente nas assembleias gerais de accionistas.

Comissão de Vencimentos	
Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro
	Eduardo de Almeida Catroga
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Em virtude da renúncia apresentada no dia 21 de Dezembro de 2010, Vasco Maria Guimarães José de Mello deixou de pertencer a esta comissão. Em 27 de Janeiro de 2011, o Conselho Geral e de

Supervisão designa José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi para membro da Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral Anual realizada em 16 de Abril de 2010, em cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, o Presidente desta Comissão esteve presente e apresentou uma declaração sobre a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, para o triénio em curso tendo a mesma sido aprovada pelos accionistas.

Em 2010 não foi contratada para apoiar a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta afirmação é extensível a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Não existem quaisquer constrangimentos a assinalar que tenham perturbado o exercício das funções da referida Comissão.

O relatório de anual de actividades da Comissão é divulgado no “website” da EDP de forma integrada com o Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

2.3.8.3. COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, que tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;
- Códigos internos de ética e conduta;
- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita às relações entre a EDP e os seus accionistas;
- Definição de critérios e competências convenientes a observar nas estruturas e Órgãos internos da EDP e suas repercussões na respectiva composição;
- Elaboração de planos de sucessão.

No âmbito das suas competências, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade apoia actividade do Conselho Geral e de Supervisão na avaliação contínua da gestão, bem como à avaliação do desempenho do próprio Conselho Geral e de Supervisão. Anualmente, com base na actividade desenvolvida pela Comissão, o Conselho Geral e de Supervisão procede às referidas avaliações, as quais são objecto de um relatório. As conclusões dessa avaliação constam do relatório anual do Conselho Geral e de Supervisão e apresentadas aos accionistas na Assembleia Geral Anual.

Duas outras importantes competências desenvolvidas pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade traduzem-se no acompanhamento:

- Das práticas de governo adoptadas pela Sociedade;

- Da gestão de recursos humanos e dos planos de sucessão.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão, na sua maioria independentes, com qualificação e experiência adequadas para o exercício das respectivas funções.

O funcionamento da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o ano de 2010, esta Comissão reuniu 3 vezes, tendo sido elaboradas as actas de todas as reuniões.

Actualmente a Comissão é composta pelos seguintes membros:

Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade	
Presidente	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro
	António Sarmento Gomes Mota
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
	José Maria Brandão de Brito
	José Manuel dos Santos Fernandes
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
	Mohamed Ali Ismaeil Ali Al Fahim
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Não existem quaisquer constrangimentos a assinalar que tenham perturbado o exercício das funções da referida Comissão.

O relatório de anual de actividades da Comissão é divulgado no "website" da EDP de forma integrada com o Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

2.4. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que se revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

Por outro lado, tendo em conta o disposto no art. 246º, n.º 3, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, salienta-se que, durante o ano de 2010, a EDP não realizou transacções relevantes entre partes relacionadas que tenham afectado significativamente a sua situação financeira ou o desempenho.

Do aprofundamento desta temática, em 2008, o Conselho Geral e de Supervisão aprovou um conjunto de regras objectivas e transparentes para a identificação, a prevenção e a resolução de conflitos de interesses corporativos relevantes, designado "Quadro de tratamento de conflitos de interesses", o qual foi revisto no final de 2009.

Na sequência da deliberação tomada pelo Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo aprovou, em

17 de Maio de 2010, as regras de identificação, de reporte interno e actuação em caso de conflito de interesses, aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo EDP que tenham um papel decisor na realização de transacções com partes relacionadas. Este conjunto de regras encontra-se igualmente disponível no "Website" da EDP.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, regista-se o facto de o Conselho Geral e de Supervisão ter aprovado, em 29 de Julho de 2010, o Regulamento sobre "Conflitos de interesses e negócios entre partes relacionadas da EDP", disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt), o qual substituiu o "Quadro de tratamento de conflitos de interesses". Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes, tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 1/2010.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

Tendo por base o trabalho desenvolvido pela Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade, o Conselho Geral e de Supervisão registou que, face aos casos analisados e à informação prestada pelo Conselho de Administração Executivo relativamente a 2010, não foram detectadas evidências de que os potenciais conflitos de interesses subjacentes às operações realizadas pela EDP tenham sido resolvidos de forma contrária aos interesses da sociedade.

Para mais informação sobre esta matéria, ver ponto 3.5.1. do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

governo da sociedade

2.5. ACÇÕES DA EDP DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos entre os exercícios de 2009 e 2010, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

	EDP - Energias de Portugal, S.A.		EDP Renováveis, S.A.		Energias do Brasil, S.A.	
	N.º Acções 31-12-2010	N.º Acções 31-12-2009	N.º Acções 31-12-2010	N.º Acções 31-12-2009	N.º Acções 31-12-2010	N.º Acções 31-12-2009
Conselho Geral e de Supervisão						
António de Almeida	0	0	1.200	1.200	0	0
Alberto João Coraceiro de Castro	4.578	4.578	1.580	1.580	0	0
António Sarmento Gomes Mota	0	0	0	0	0	0
Cajastur Inversiones, S.A.	183.257.513	183.257.513	0	-	0	-
José Maria Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	0	0	0	0	0	0
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira (1)	40.000	40.000	0	0	0	0
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	260	260	0	0	0	0
Eduardo de Almeida Catroga	1.375	1.375	0	0	0	0
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira (2)	0	0	0	0	0	0
José dos Santos Fernandes	0	0	600	600	0	0
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi (3)	0	0	2.320	2.320	0	0
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	0	0	0	2.750	0	0
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	6.622	6.622	500	500	0	0
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	1.445	1.445	380	380	0	0
Sonatrach	81.713.076	81.713.076	0	-	0	-
Farid Boukhalfa (em representação da Sonatrach)	0	0	0	-	0	-
Vasco Maria Guimarães José de Mello (4)	-	0	-	0	-	0
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	3.465	3.465	680	680	0	-
Senfora SARL	148.431.999	148.431.999	0	-	0	-
Mohamed Al Fahim (em representação da Senfora SARL)	0	-	0	-	0	-
Conselho de Administração Executivo						
António Luís Guerra Nunes Mexia	31.000	1.000	4.200	4.200	1	1
Ana Maria Machado Fernandes	0	0	1.510	1.510	1	1
António Fernando Melo Martins da Costa (5)	13.299	13.299	1.480	1.480	0	11
António Manuel Barreto Pita de Abreu (6)	34.549	34.549	1.810	1.810	41	1
João Manuel Manso Neto	1.268	1.268	0	0	0	0
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais (7)	62.497	12.497	1.990	1.990	0	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	80.000	50.000	5.000	5.000	1	1

Notas

- 1) Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira é Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A. o qual, a 31 de Dezembro de 2010, detinha uma participação qualificada no capital social da EDP (conforme capítulo IX.1.1.).
- 2) Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira é Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e da Parcaixa, SGPS, S.A. as quais, a 31 de Dezembro de 2010, detinham uma participação qualificada no capital social da EDP (conforme capítulo IX.1.1.).
- 3) As acções da EDP Renováveis são detidas pelo cônjuge, Teresa Maria Belo de Morais Calheiros e Meneses Ricciardi.
- 4) Vasco Maria Guimarães José de Mello renunciou às funções de membro do Conselho Geral e de Supervisão em 20-12-2010;
- 5) As acções da EDP Renováveis incluem 150 acções detidas pelo cônjuge, Anna Malgorzata Starzenska Martins da Costa;
- 6) As acções da EDP - Energias de Portugal incluem 475 acções detidas pelo cônjuge, Gilda Maria Pita de Abreu;
- 7) As acções da EDP Renováveis incluem 380 acções detidas pelo cônjuge, Ana Maria Ferreira de Oliveira Barreto;

Em 2010, foram realizadas as seguintes operações de negociação de acções da EDP:

Órgão Social	Empresa	Data	Nº Acções	Tipo de Transacção	Preço Médio (euros por acção)
Conselho de Administração Executivo					
António Luís Guerra Nunes Mexia	EDP - Energias de Portugal, S.A.	5/3/2010	2.111	Compra	2,845
		5/3/2010	7.889	Compra	2,847
		5/3/2010	10.000	Compra	2,848
		5/3/2010	10.000	Compra	2,850
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	EDP - Energias de Portugal, S.A.	5/3/2010	50.000	Compra	2,830
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	EDP - Energias de Portugal, S.A.	5/3/2010	10.000	Compra	2,837
		12/03/2010	10.000	Compra	2,870
		30/08/2010	10.000	Compra	2,427
Conselho Geral e de Supervisão					
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	EDP Renováveis, S.A.	27/09/2010	2.750	Venda	4,120

2.6 DEMAIS DIRIGENTES

Considerando o disposto no nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários não existem, na EDP, outros dirigentes que não os membros dos Órgãos sociais. Com efeito, para além dos membros daqueles Órgãos, não existe nenhum responsável que possua acesso regular a informação privilegiada e participe nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da empresa.

2.7 AUDITOR EXTERNO

O auditor externo da EDP é, desde Dezembro de 2004, a KPMG, cabendo-lhe desenvolver os trabalhos de auditoria necessários para assegurar a fiabilidade do reporte financeiro e a credibilidade dos documentos de prestação de contas.

Do ponto de vista funcional, o auditor externo responde perante o Conselho Geral e de Supervisão, estando organicamente na dependência do Conselho de Administração Executivo.

Na medida em que o auditor externo apenas colabora com a EDP desde Dezembro de 2004, a rotação do auditor não constitui, neste momento, um aspecto a considerar para efeitos de garantia da respectiva independência.

Acresce que a EDP adopta, atendendo ao âmbito de serviços prestados pelas empresas de auditoria, medidas especificamente destinadas a salvaguardar a independência do auditor externo.

Entre as competências atribuídas ao auditor externo encontram-se a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações, da eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporte de quaisquer deficiências encontradas ao Conselho Geral e de Supervisão.

Com efeito, em 29 de Janeiro de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão da EDP aprovou um regulamento referente à contratação de serviços “non-audit” ao revisor oficial de contas e ao auditor externo independente das empresas do Grupo EDP.

Este regulamento fixou o âmbito permitido dos serviços “non-audit” a serem eventualmente prestados pelo auditor externo independente, do qual se excluem, em especial, os serviços de contabilidade, de desenvolvimento de sistemas de informação financeira, de avaliação e bem assim os serviços jurídicos, de gestão de recursos humanos e em matéria actuarial, os quais não

podem ser objecto de prestação nem pelo revisor oficial de contas nem pelo auditor externo independente.

Por outro lado, o regulamento previu que a prestação de serviços “non-audit” pelo revisor oficial de contas ou pelo auditor externo independente a empresas do Grupo EDP fosse sujeita a prévia autorização da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, não podendo, porém, o seu custo ultrapassar 30% dos honorários contratados para as respectivas funções de revisão de contas e auditoria, salvo em casos excepcionais e mediante autorização prévia conjunta do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e da referida Comissão.

Finalmente, foi criado um mecanismo de reporte trimestral à Comissão para as Matérias Financeiras / Comissão de Auditoria quanto aos serviços contratados pelas empresas do Grupo EDP ao revisor oficial de contas e ao auditor externo independente.

Na sua reunião de 16 de Dezembro de 2010, o Conselho Geral e de Supervisão procedeu à revisão do referido regulamento, mediante a aprovação do “Regulamento sobre a Prestação de Serviços pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da EDP”, disponível no website da EDP (www.edp.pt). Uma das principais alterações consistiu na transposição da Recomendação III.1.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM relativamente à contratação de serviços adicionais de auditoria. Para além do limite quantitativo fixado na Recomendação, foi expressamente determinado que a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria tem a obrigação de recusar a autorização de serviços adicionais de auditoria quando:

- Estiver em causa um serviço adicional proibido;
- De acordo com o padrão de um terceiro, objectivo, razoável e informado, a prestação envolva uma eventual ameaça à independência do Revisor Oficial de Contas ou do Auditor Externo, nomeadamente não potenciando uma situação de auto-revisão ou de interesse pessoal.

Anualmente, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria apresenta ao Conselho Geral e de Supervisão uma proposta de avaliação da independência do Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas, a qual é divulgada no Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão. O resultado dessa apreciação consta do parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o relatório de gestão e contas, anexo ao Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

governo da sociedade

3. ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP

3.1. MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO



Cabe ao Conselho de Administração Executivo a definição do modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Empresa de Serviços Partilhados – EDP Valor – e a estrutura central. Esta é constituída por um Centro Corporativo que assume uma função instrumental de apoio ao Conselho de Administração Executivo no âmbito da definição e do controlo da execução das estratégias, das políticas e dos objectivos definidos nas respectivas áreas de actuação.

O Centro Corporativo está organizado por direcções e unidades de negócio, permitindo assim uma maior optimização e eficiência da estrutura organizativa.

O Conselho de Administração Executivo é também apoiado por Comitês específicos que permitem um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade.

3.2. CENTRO CORPORATIVO

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

Centro Corporativo • Unidades de Negócio	
DIRECÇÕES	
APOIO AO GOVERNO SOCIETÁRIO	
Secretaria Geral e Assessoria Jurídica	Maria Teresa Pereira
Gabinete do PCAE e Relações Institucionais	Duarte Castro Bello
Direcção de Auditoria Interna	Azucena Viñuela Hernández
Gabinete do Provedor de Ética	Carlos Alberto Loureiro
ÁREA DE ESTRATÉGIA	
Direcção de Planeamento Energético	Pedro Neves Ferreira
Direcção de Análise de Negócios	Pedro Pires João
Direcção de Gestão de Risco	José Allen Lima
Universidade EDP	Nuno Manuel Brito
ÁREA DE FINANÇAS	
Direcção de Relações com Investidores	Miguel Henriques Viana
Direcção de Consolidação, Reporte IFRS e Fiscalidade	Miguel Ribeiro Ferreira
Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão	Nuno Miguel Chung
Direcção de Gestão Financeira	Paula Cristina Guerra
ÁREA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	
Direcção de Marketing Corporativo	Maria Inês Lima
Direcção de Marca e Comunicação	Paulo Campos Costa
Direcção de Relação com o Cliente	Paula Pinto da Fonseca
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	
Direcção de Sistemas de Informação	Vergílio Domingos da Rocha
Direcção de Desenvolvimento Organizacional	Rui Ferin Cunha
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	
Direcção de Recursos Humanos	Maria João Martins
Gabinete de Cordenação para as Relações Laborais	Eugénio Purificação Carvalho
ÁREA DE REGULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	
Direcção de Regulação e Concorrência	Maria Joana Simões
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente	António Neves de Carvalho
ÁREA DE COORDENAÇÃO DA RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS	
Gabinete do PCAE e Relações Institucionais	
Direcção de Marketing Corporativo	
Direcção de Marca e Comunicação	
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente	
Direcção de Relação com o Cliente	
UNIDADES DE NEGÓCIO	
Unidade de Negócio de Gestão de Energia	Carlos Alves Pereira

As competências e funções das Direcções actualmente existentes são as seguintes:

A **Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica** apoia a actividade do Conselho de Administração Executivo nas vertentes administrativa e logística, assegurando o funcionamento eficaz do Centro Corporativo, presta assessoria jurídica ao Grupo com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação aplicável. Assegura também o suporte administrativo às reuniões do Conselho de Administração Executivo incluindo a divulgação das suas deliberações.

O **Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo e Relações Institucionais** apoia o Presidente do Conselho de Administração Executivo em todas as matérias por estas definidas, assegurando a capacidade de representação institucional e participando, em representação do Presidente, em projectos ou iniciativas internas. Coordena, ainda, a gestão da agenda e o trabalho de suporte do Gabinete e representa o presidente em eventos e reuniões, sempre que necessário.

A **Direcção de Auditoria Interna (DAI)** tem como principal função a avaliação sistemática e independente das actividades do Grupo, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e do sistema de controlo interno. A DAI tem como principais responsabilidades o estabelecimento e a gestão do planeamento sistemático de auditorias internas ao nível do Grupo nas matérias financeira, informática, operacional e de gestão, o acompanhamento da definição e implementação das acções correctivas e de melhoria decorrentes das auditorias realizadas. Compete-lhe ainda promover e monitorizar a implementação e manutenção do Sistema de Controlo Interno, assegurando o apoio metodológico e garantindo a sua consistência e coerência interna assim como o reporte do seu desempenho.

Ao **Gabinete do Provedor de Ética (GPE)** compete, conforme disposto no Código de Ética, a recepção, retenção e tratamento de informações e de reclamações recebidas pela EDP, reportando alegadas infracções ao estipulado no referido código em matéria de legislação e ética, conduta no ambiente de trabalho, direitos humanos e igualdade de oportunidades, integridade, relações com clientes e fornecedores, ambiente e sustentabilidade. O Gabinete do Provedor de Ética tem, como principais atribuições, acolher as reclamações e instruir, documentar e apresentar ao Comité de Ética os respectivos processos, assim como acompanhar, até ao seu encerramento, cada um dos processos de infracção por si instruídos, estabelecendo, sempre que necessário e apropriado, a ligação com o reclamante.

À **Direcção de Planeamento Energético (DPE)** compete apoiar o Conselho de Administração Executivo nos processos de alteração do "portfólio" energético do Grupo, contribuindo para uma visão integrada do mesmo e para o planeamento do seu desenvolvimento nas várias geografias de actuação da EDP. Neste sentido, a DPE constitui-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

A **Direcção de Análise de Negócios (DAN)** tem como missão concorrer para a definição e desenvolvimento da estratégia do Grupo promovendo e realizando análises, estudos e concretização de novas oportunidades de negócio e optimização do "portfólio" de negócios da EDP. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de fusão, aquisição ou venda de

activos e de opções de alianças estratégicas, bem como concorrer com análises e estudos para a concretização do processo de planeamento estratégico do Grupo.

A missão da **Direcção de Gestão de Risco (DGR)** consiste no apoio ao Conselho de Administração Executivo na modelação e acompanhamento da identificação dos riscos do Grupo, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação. A utilização do Sistema de Gestão Integrado de Risco representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

A **Universidade EDP** tem como missão desenvolver o conhecimento e o talento dos colaboradores do Grupo EDP, reforçando a cultura corporativa como vantagem competitiva do Grupo, com vista à excelência do serviço ao Cliente, potenciando a inovação e a sustentabilidade no meio em que está inserido.

Direcção de Relações com Investidores (DRI) (ver ponto 7.2)

A **Direcção de Consolidação, Reporte IFRS e Fiscalidade (DCF)** está organizada em 2 áreas de actuação: (i) a área de Consolidação, que tem como principal função a consolidação das contas do Grupo e reporte contabilístico e (ii) a área de Fiscalidade do Grupo. A sua missão consiste em Assegurar a prestação e reporte das contas da EDP bem como a consultoria e "compliance" fiscal ao Grupo, definindo, implementando, monitorizando e coordenando regras, directrizes, políticas e procedimentos em todas as geografias do Grupo, seja a nível contabilístico, fiscal, consolidação e reporte, tanto em base local como a nível IFRS-IAS.

A **Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão (DCG)** tem como principais funções apoiar o Conselho de Administração Executivo no processo de Planeamento Corporativo do Grupo e dos principais Negócios, desafiar a performance das Unidades de Negócio, assegurar o seu alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo. É responsável pela coordenação do plano de negócios e orçamento do Grupo EDP e pelo processo de controlo de gestão corporativo.

A **Direcção de Gestão Financeira (DFN)** tem como missão a optimização da função financeira consolidada do Grupo e assegurar o controlo das responsabilidades financeiras de acordo com a política aprovada. À DFN compete propor a política de gestão financeira do Grupo e prosseguir a sua implementação. Tem como principais responsabilidades: i) Negociar, gerir e controlar financiamentos, linhas de crédito, produtos e serviços bancários e financeiros; ii) Optimizar a gestão de tesouraria do grupo; iii) Propor a política de gestão de riscos financeiros, designadamente nas vertentes de taxa de juro e de câmbio e executá-la em mercado; iv) Assegurar o relacionamento com os mercados de capitais de dívida e bancários e com as agências de "rating" e v) Acompanhar a gestão do Fundo de Pensões da EDP.

À **Direcção de Marketing Corporativo (DMK)** compete planear, desenvolver e controlar a estratégia de "Marketing" do Grupo, com o objectivo de construir um posicionamento de mercado competitivo e de maximizar os resultados comerciais dos negócios.

A **Direcção de Marca e Comunicação (DMC)** desenvolve a sua actuação no planeamento, desenvolvimento e controlo

governo da sociedade

da estratégia de comunicação do Grupo, com os objectivos de maximizar o valor das marcas, de criar "goodwill" perante todos os "stakeholders" e de promover a comunicação interna.

A missão da **Direcção de Relação com o Cliente (DRE)** consiste em planear, desenvolver e controlar a estratégia de relacionamento com o cliente, aprofundando o conhecimento e promovendo uma cultura orientada para o mercado, com o objectivo de melhorar os níveis de satisfação e lealdade dos Clientes.

A **Direcção de Regulação e Concorrência (DRC)** tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo na tomada de decisões no âmbito da regulação e concorrência e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector. A DRC acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas directivas europeias do mercado interno e da concorrência relativas aos sectores da electricidade e do gás natural e estuda os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. Acompanha as alterações ao nível legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos com implicações na rentabilidade nas empresas, através, nomeadamente, do desenvolvimento de modelos económico-financeiros e de estudos tarifários.

À **Direcção de Sistemas de Informação (DSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com a estratégia dos negócios, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação do Grupo. A DSI é responsável por propor a estratégia de Sistemas de Informação do Grupo e efectuar o seu planeamento a médio e longo prazos, garantindo as suas revisões periódicas, estudar e propor a arquitectura de Sistemas de Informação do Grupo para um adequado suporte aos Negócios.

À **Direcção de Desenvolvimento Organizacional (DDO)** compete assegurar a definição e implementação de uma organização em permanente coerência com a estratégia do Grupo, suportada por adequadas práticas de "business process management" e coordenar projectos transformacionais que visem a excelência do desempenho do Centro Corporativo e dos negócios.

A **Direcção de Recursos Humanos (DRH)** tem por finalidade apoiar o CAE na definição e implementação de uma estratégia de Recursos Humanos que promova a valorização do desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores, respondendo às necessidades estratégicas e operacionais das Unidades de Negócio e contribuindo para os valores corporativos do Grupo EDP, dinamizando um conjunto de Centros de Competência que põem em prática a cadeia de valor dos Recursos Humanos, nomeadamente: Comunicação e Gestão da Mudança; Gestão do Potencial; Gestão de Carreiras, Mobilidade e Sucessão, Gestão da Formação; Gestão do Desempenho; Selecção e Integração; Compensação e Benefícios e Informação e Tecnologia de apoio à Gestão de RH.

O **Gabinete de Coordenação para as Relações Laborais (GCRL)** assegura a negociação (ou o seu acompanhamento quando fora de Portugal) dos Acordos Colectivos de Trabalho, a gestão das relações com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e os organismos oficiais que dele dependam, Comissão de Trabalhadores, Sindicatos, Clube de Pessoal, Associação de Reformados e outras instituições congêneres de trabalhadores, reformados e pensionistas. As principais atribuições deste gabinete são: i) elaborar e propor os instrumentos de regulamentação colectiva do Grupo e efectuar a respectiva negociação em Portugal; ii) garantir o domínio sobre a legislação laboral em todas as geografias em que o Grupo opera, assegurando o seu

cumprimento; iii) propor as estratégias de relacionamento com os parceiros sociais e implementá-las; iv) acompanhar a gestão do Fundo de Pensões da EDP na perspectiva RH, nomeadamente as responsabilidades actuárias e v) desenvolver o Plano EDP Flex e acompanhar a sua gestão.

As principais competências da **Direcção de Sustentabilidade e Ambiente (DSA)** consistem em apoiar o Conselho de Administração Executivo na definição da política e dos objectivos da sustentabilidade e do ambiente, e cooperar com os Negócios no sentido de potenciar complementaridades e sinergias nestes domínios e de concorrer, em particular, para a operacionalização das políticas e das iniciativas no domínio da gestão ambiental do Grupo.

A **Área de Coordenação de Relação com "Stakeholders"** é uma área organizativa que coordena, de forma estruturada e coerente, o relacionamento com os principais "stakeholders" do Grupo EDP nomeadamente colaboradores, clientes, media, ONG, Governo, Autarquias, Comunidade Europeia e formadores de opinião, entre outros. Esta área irá assegurar uma articulação constante do diálogo com todos os "stakeholders" envolvidos, bem como com a rede de Fundações do Grupo EDP.

A **Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE)** é responsável pela negociação da compra física e a prazo de combustíveis e contratação do seu transporte marítimo, em nome e por conta das empresas do Grupo EDP relevantes. Compete-lhe realizar negócios a prazo e à vista de compra e venda de electricidade em mercado, de tipo físico ou financeiro, nomeadamente de produtos derivados de energia e de operações de câmbio. Cabe-lhe ainda decidir sobre os programas de exploração e despacho dos centros electroprodutores do Grupo EDP cuja gestão de energia esteja sob a sua responsabilidade com vista à optimização do "portfólio" e à satisfação do abastecimento de energia aos clientes das comercializadoras do Grupo EDP. Estão também sob a sua gestão as operações relacionadas com "licenças de emissão de "CO₂" e "certificados verdes" do Grupo EDP.

3.2.1. ACTIVIDADE DO PROVEDOR DE ÉTICA

O Provedor de Ética interveio na tramitação de processos de reclamação ética, nos termos das atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

Durante o ano, foi registada a entrada 219 reclamações, tendo sido verificado que 18 delas não envolviam temas éticos, pelo que foram encaminhadas de acordo com as matérias que abordavam.

As reclamações éticas são classificadas de acordo com os princípios e valores constantes do Código de Ética, nomeadamente nas áreas da Legislação e Ética, Conduta no Ambiente de Trabalho, Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades, Integridade, Relações com Clientes e Fornecedores e Ambiente e Sustentabilidade.

De entre as 201 reclamações éticas tramitadas, 80% respeitavam à área de Relações com Clientes e Fornecedores, 9,5% a Conduta no Ambiente de Trabalho, 9,5% a Ambiente e Sustentabilidade, 0,5% a Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades e 0,5% a Integridade.

A apreciação e o tratamento das reclamações acima referidas foram realizados pelas estruturas competentes, nos termos do estipulado no Código de Ética da EDP.

Das 201 reclamações éticas, 26 originaram a abertura de processos cujos requisitos obrigam a que tenham de ser presentes ao Comité de Ética da EDP. Desses 26 processos, 9 encontravam-se ainda, no final de 2010, pendentes de diligências de confirmação ou haviam sido enviados para inclusão na agenda do referido Comité.

Os outros 17 foram submetidos ao Comité de Ética e concluídos, 9 com deliberação de produção de efeitos e os restantes 8 com deliberação de improcedência.

Da totalidade das reclamações, 48% tiveram origem no Brasil, 42% em Portugal e 10% em Espanha.

Para além disso, assumiu um peso importante na actividade do Provedor de Ética a participação activa no projecto Ética EDP, conduzido pela Direcção de Sustentabilidade e Ambiente.

No âmbito deste projecto, destacaram-se as iniciativas que envolveram a realização prévia, em cada empresa, de inquérito incidente sobre as temáticas éticas, a formação dos titulares de funções de chefia e o posterior desdobramento formativo, dirigido à generalidade dos colaboradores. Estas iniciativas, já concluídas em Portugal e na EDP no Brasil, serão completadas em 2011, com a extensão às restantes empresas do Grupo EDP.

3.3. COMITÉS ESPECÍFICOS DA EDP (ESTRUTURAS FUNCIONAIS)

Com vista a um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade, foram criados os seguintes comités:

COMITÉ DE ÉTICA

A EDP desenvolveu, desde sempre, a sua actividade num quadro de valores éticos, explícitos ou implícitos na sua agenda empresarial, nas relações profissionais e obrigações com os accionistas, bem como na Visão, Compromissos e Cultura e nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável definidos pelo Conselho de Administração Executivo.

No seguimento da aprovação do Código de Ética do Grupo EDP foi criado um Comité especializado que funciona em articulação com a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral de Supervisão, com o objectivo de:

- Apoiar a definição da política do Grupo EDP em matéria de código de conduta, de adopção de boas práticas e de cumprimento dos mais elevados padrões de ética;
- Estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade; e
- Zelar pela correcta aplicação regulamentar das matérias de ética nas empresas do Grupo.

Em 2010, este Comité realizou uma reunião.

Comité de Ética

PCAE
PCA EDP Distribuição
Administrador EDP Produção
Direcção de Recursos Humanos
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente

COMITÉ DE INOVAÇÃO

- O Comité de Inovação tem as seguintes competências:
- Definir as áreas estratégicas de Inovação, no Grupo EDP, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Identificar o conjunto de projectos a implementar na área de Inovação, a submeter ao Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar as iniciativas e projectos do Grupo EDP em curso na área de Inovação, propondo acções correctivas, sempre que tal se justifique;
- Analisar as conclusões das acções de vigilância tecnológica;
- Apoiar o Comité de Planeamento Energético na análise de novas opções tecnológicas;
- Preparar as reuniões do Conselho de Inovação.

O Comité de Inovação reúne-se semestralmente, tendo realizado duas reuniões em 2010.

Comité de Inovação

PCAE
Administrador CAE
PCA EDP Distribuição
PCA EDP Inovação
Administrador EDP Inovação (5 membros)
Administrador EDP Gás
Administrador EDP Produção
Administrador EDP Energias do Brasil
Administrador Fundação EDP
Membro Management Team EDP Renováveis
Direcção de Análise de Negócios
Direcção de Recursos Humanos
Direcção de Marca e Comunicação
Direcção de Marketing Corporativo
Direcção de Planeamento Energético
Direcção de Sistemas de Informação
Director HC Energia
Representante EDP – Energias do Brasil

COMITÉ DE CONTROLO E PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação tem a seu cargo três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela Empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e comunicados ao mercado; e
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.

Este comité constitui uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de divulgação de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pela Direcção de Auditoria Interna em ligação estreita com o Conselho de Administração Executivo e Equipas das Áreas de Negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade. Este Comité realizou duas reuniões em 2010.

governo da sociedade

Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação

Administrador CAE (Área de Finanças)
 Direcção de Auditoria Interna
 Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Marca e Comunicação
 Direcção de Relações com Investidores
 Secretaria Geral e Assessoria Jurídica
 Representante EDP - Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis
 Representante da Direcção de Relações com Investidores

COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco tem como atribuições:

- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco do Grupo EDP;
- Aprovar o modelo de Relatórios Periódicos a apresentar pelas Unidades de Negócio ou pela Direcção de Gestão de Risco, bem como o de outros mecanismos de reporte e monitorização dos riscos da EDP;
- Aprovar ou definir recomendações sobre riscos significativos do Grupo EDP e sobre situações extraordinárias em termos de risco para apreciação pelo Conselho de Administração Executivo; e
- Aprovar ou definir recomendações sobre políticas, procedimentos e limites de risco para o Grupo EDP, para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração Executivo.

Comité de Risco

PCAE
 Administradores CAE (6 Membros)
 Administrador EDP Gás
 Administrador EDP Inovação
 Direcção de Gestão Financeira
 Direcção de Gestão de Risco
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Planeamento Energético
 Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia
 Representante EDP - Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis

Participam, neste Comité, membros não permanentes convocados de acordo com a respectiva agenda da reunião, para além de reunir sempre que uma situação de risco inesperada o aconselhe.

Este Comité não realizou nenhuma reunião em 2010. Contudo, foram realizadas reuniões parcelares com as unidades de negócio e as direcções do centro corporativo envolvidas nos estudos realizados pela Direcção de Gestão de Risco em temas de risco.

COMITÉ DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

O Comité de Prevenção e Segurança tem como principais competências:

- Apoio ao Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas para a definição dos objectivos estratégicos do Grupo EDP em matéria de prevenção e segurança no trabalho, a avaliação do seu grau de aplicação e eficácia e o reporte do respectivo progresso;
- Análise crítica do Relatório Anual de Actividades e dar parecer sobre o Plano de Actividades de Prevenção e Segurança da EDP;

- Acompanhamento da evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e a elaboração de propostas de acções de melhoria; e
- Apreciar e homologar os documentos normativos do sistema de gestão da segurança que tenham âmbito geral no Grupo EDP ou incidência transversal a vários sectores de actividade.

Este Comité realizou uma reunião em 2010.

Comité de Prevenção e Segurança

Administrador CAE
 Administrador EDP Valor (Responsável Gabinete Segurança e Saúde)
 Administrador EDP Distribuição (Área Recursos Humanos)
 Administrador EDP Produção (Área Recursos Humanos)
 Administrador EDP Valor (Área Recursos Humanos)
 Responsável Gabinete Segurança e Saúde EDP Valor
 Responsável Medicina do Trabalho (Gabinete Segurança e Saúde EDP Valor)
 Representante HC Energia
 Representante EDP – Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis

COMITÉ DE PLANEAMENTO ENERGÉTICO

O Comité de Planeamento Energético tem como principais competências:

- Perspectivar a evolução estrutural do mercado num horizonte de 5 anos;
- Definir um cenário base para efeitos de Plano de Negócios;
- Identificar o “Portfólio” de produção a adoptar num horizonte de 5 anos;
- Propor uma visão integrada do “Portfólio” de quantidades, entre a produção, o gás e o mercado de retalho, para o Grupo;
- Identificar as necessidades de gás e “CO₂” para os próximos 5 anos;
- Analisar as prioridades de actuação em novas tecnologias/ inovação, em articulação com o Comité de Inovação; e
- Identificar áreas atractivas de negócio ao longo da cadeia de valor e nas diversas geografias.

Este Comité realizou duas reuniões em 2010.

Comité de Planeamento Energético

PCAE
 Administrador CAE (Área de Produção, Gás, HC Energia)
 Administrador CAE (Área de Renováveis)
 Administrador CAE (Área de Comercialização)
 Administrador CAE (Área Brasil)
 Administrador EDP Comercial
 Administrador EDP Gás
 Administrador EDP Produção
 Director Corp. HC Energia
 Director Planeamento Energético EDP - Energias do Brasil
 Representante da EDP Renováveis (2 membros)
 Direcção de Análise de Negócios
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Relações com Investidores
 Direcção de Planeamento Energético
 Direcção de Gestão de Risco
 Direcção de Regulação e Concorrência
 Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia

COMITÉ DE INVESTIMENTOS

O Comité de Investimentos tem, como atribuições, analisar, desafiar, filtrar e emitir parecer sobre projectos de investimento de crescimento orgânico, orçamentados ou que configurem alterações ao orçamento, em função dos montantes e rentabilidades associadas.

Em 2010, o Comité de Investimentos realizou vinte e três reuniões.

Comité de Investimentos

Administrador CAE (Área de Finanças)
 Direcção de Análise de Negócios
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Planeamento Energético
 Administrador EDP Distribuição
 Administrador EDP Gás
 Administrador EDP Internacional
 Representante EDP Produção
 Dir. Geral HC Energia
 Administrador EDP - Energias do Brasil
 Membro Management Team EDP Renováveis

COMITÉ DE CARREIRAS, MOBILIDADE E FORMAÇÃO

O Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação tem como principais competências:

- Aprovar medidas para promover a evolução e/ou mobilidade dos quadros, nomeadamente dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial;
- Garantir a implementação de Planos de Sucessão para as posições críticas do Grupo EDP;
- Monitorizar o desenvolvimento da carreira dos Quadros da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, analisando expectativas e eventuais constrangimentos; e
- Aprovar o Plano de Formação do Grupo EDP e monitorizar a sua implementação.

Este Comité realizou quatro reuniões em 2010.

Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação

PCAE
 Administrador CAE (6 membros)
 Administrador EDP Comercial (Área RH)
 Administrador EDP Distribuição (Área RH)
 Administrador EDP Produção (Área RH)
 Administrador EDP Soluções Comerciais (Área RH)
 Administrador EDP Valor (Área RH)
 Direcção de Recursos Humanos
 Representante HC Energia
 Representante EDP – Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

O comité de remunerações tem as seguintes competências:

- Aprovar o modelo de compensação (fixa, variável e incentivos) para todos os colaboradores do Grupo EDP, a propor pela Direcção de Recursos Humanos;
- Aprovar os valores de referência para os indicadores de avaliação de desempenho (KPI – gestão por objectivos) dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, bem como o correspondente cálculo de performance anual;

- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas ("benchmarks"), a nível nacional e internacional, de forma a determinar níveis adequados de remuneração (fixa e variável) e benefícios adicionais para todos os colaboradores da Macroestrutura, quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, nomeadamente a estrutura do "pacote remuneratório" da Macroestrutura, e enquadrar a estratégia de compensação de todos os colaboradores; e
- Reportar a política de remuneração às partes interessadas ("stakeholders").

Em 2010, este Comité realizou duas reuniões.

Comité de Remunerações

PCAE
 Administrador CAE (6 membros)
 Direcção de Recursos Humanos

COMITÉ DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O Comité de Tecnologias de Informação tem as seguintes atribuições:

- Desenvolver directrizes para o planeamento estratégico de Sistemas de Informação;
- Aprovar o plano e orçamento anual para os Sistemas de Informação (projectos aplicativos e infra-estruturas), a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Atribuir fundos e recursos para as iniciativas de maior dimensão;
- Definir as prioridades no que diz respeito a projectos estratégicos;
- Prever dotações orçamentais para projectos não planeados; e
- Resolver conflitos tais como distribuição de recursos escassos ou relacionados com requisitos não planeados para projectos estratégicos.

Este Comité realizou duas reuniões em 2010.

Comité de Tecnologias de Informação

Administrador CAE (Área de Sistemas Informação)
 Administrador EDP Distribuição (Área de Sistemas Informação)
 Administrador EDP Produção (Área de Sistemas Informação)
 Administrador EDP Soluções Comerciais (Área de Sistemas Informação)
 Administrador EDP Valor (Área de Sistemas Informação)
 Dir. Geral (Área de Sistemas Informação)
 Direcção de Desenvolvimento Organizacional
 Direcção de Marketing Corporativo
 Direcção de Sistemas de Informação
 Dir. EDP Gás (Área de Sistemas Informação)
 Representante HC Energia
 Representante EDP – Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis

COMITÉ DE REGULAÇÃO

O Comité de Regulação tem como principais competências:

- Acompanhar o desenvolvimento da estratégia e políticas energéticas da Comissão Europeia e a implementação das directivas do mercado interno e da concorrência relativas aos sectores da electricidade e do gás natural, e estudar

governo da sociedade

os impactos decorrentes da sua concretização ao nível do Mercado Ibérico;

- Acompanhar as alterações ao nível de políticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos em Portugal e Espanha (designadamente no âmbito do Mercado Ibérico), antecipando as implicações estruturais dos sectores, nos preços e nas tarifas energéticas, na rentabilidade das empresas e eventuais necessidades ou obrigações de alterações a nível organizativo, designadamente através da identificação e monitorização dos riscos regulatórios mais significativos;
- Apoiar o Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas conducentes à definição das posições a defender pelo Grupo EDP no âmbito do Mercado Ibérico e Europeu, aos níveis da regulação e concorrência;
- Promover a troca de experiência sobre as práticas regulatórias ao nível europeu ou ibérico, e as aplicadas no Brasil; e
- Acompanhar a evolução de preços e as implicações subsequentes das políticas e decisões tarifárias (de “per se” e de forma comparada) das actividades reguladas.

Em 2010, este Comité reuniu dez vezes.

Comité de Regulação

Administrador CAE (Área Regulação)
 Administrador CAE (Área Distribuição)
 Administrador CAE (Área Comercial)
 Administrador EDP Gás
 Direcção de Regulação e Concorrência
 Director HC Energia Gás
 Director HC Energia (Regulação)
 Director Naturgas (Regulação)
 Director EDP - Energias do Brasil (Regulação)
 Representante Naturgás (Regulation)
 Representante EDP Renováveis

COMITÉ DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Comité de Ambiente e Sustentabilidade tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e actualizar anualmente o Plano Estratégico de Sustentabilidade e Ambiente de médio/longo prazo do Grupo EDP, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Propor os planos de acção anuais, definindo os objectivos e metas a atingir pelo Grupo, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos de acção aprovados; e
- Acompanhar as actividades das Estruturas de Gestão de Sustentabilidade e Ambiente das Empresas do Grupo.

Comité de Ambiente e Sustentabilidade

PCAE
 Administrador CAE (Área Sustentabilidade)
 PCA EDP Inovação
 Administrador EDP Comercial
 Administrador EDP Distribuição (Área Ambiente e Sustentabilidade)
 Administrador EDP Gás
 Administrador EDP Produção (Área Ambiente e Sustentabilidade)
 Administrador EDP Soluções Comerciais (Área Ambiente e Sustentabilidade)
 Administrador EDP Valor (Área Ambiente e Sustentabilidade)
 Administrador EDP Energias do Brasil
 Administrador Fundação EDP
 Direcção de Gestão de Risco
 Direcção de Marca e Comunicação
 Direcção de Relações com Investidores
 Direcção de Recursos Humanos
 Direcção de Sustentabilidade e Ambiente
 Director HC Energia (Ambiente)
 Representante EDP – Energias do Brasil
 Representante EDP Renováveis

Considerando as responsabilidades específicas desta Comissão, o Presidente do Conselho de Administração Executivo acompanha os trabalhos e assiste às respectivas reuniões sempre que entenda conveniente. O Comité de Sustentabilidade e Ambiente realizou uma reunião em 2010.

COMITÉ DE COMPRAS

O Comité de Compras tem como principais competências:

- Apoiar o Conselho de Administração Executivo na coordenação estratégica das compras do grupo;
- Assegurar a articulação de topo das actuações dos diversos negócios relativamente à função compras;
- Dinamizar e analisar em contínuo a “performance” das estruturas envolvidas;
- Acompanhar os principais indicadores das compras do grupo designadamente quanto a volumes concretizados e poupanças obtidas; e
- Seguir em específico as negociações mais importantes a cargo das estruturas de compras do grupo.

Em 2010, este Comité realizou uma reunião.

Comité de Compras

Administrador CAE (Área Finanças)
 Administrador EDP Valor (Área Compras)
 Administrador EDP – Energias do Brasil (Área Compras)
 Membro Management Team EDP Renováveis (Área Compras)
 Dir. EDP Valor (Plataforma Negociação e Compras)
 Representante EDP Gás (Compras)

COMITÉ DE PREÇOS E VOLUMES

O objectivo primordial do Comité de Preços e Volumes é garantir que o Grupo disponha da melhor informação e perspectiva de evolução do mercado a cada momento. Na sequência, encontra-se a cargo deste Comité:

- Partilhar informação relevante e actualizada de mercado;
- Decidir sobre o que considerar como informação relevante acerca da evolução das variáveis chave a disponibilizar para o Grupo;
- Definir a curva “forward” que represente a melhor estimativa do Grupo relativamente à evolução do mercado;

- Dispor de uma base de dados actualizada, que contenha dados históricos e previsões sobre as variáveis chave do mercado;
- Garantir o alinhamento entre as áreas de negócio no que diz respeito à informação partilhada; e
- Constituir-se como um fórum de discussão permanente de partilha e alinhamento de perspectivas e conhecimentos sobre o mercado.

O Comité de Preços e Volumes realizou quatro reuniões em 2010.

Comité de Preços e Volumes

Administrador CAE (Área Planeamento Energético e Gás)
 Administrador CAE (Área Renováveis)
 Administrador CAE (Área Comercial)
 Administrador EDP Comercial
 Administrador EDP Gás (2 membros)
 Administrador EDP Produção (2 membros)
 Dir. Geral HC Energia
 Direcção de Gestão de Risco
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Planeamento Energético
 Direcção de Regulação e Concorrência
 Dir. HC Energia (Planeamento)
 Dir. UNGE
 Dir. EDP Produção (Planeamento e Controlo)
 Representante Naturgás
 Representante EDP Renováveis

COMITÉ DE PRODUÇÃO

O Comité de Produção tem como principal competência a articulação ibérica da gestão do negócio da produção, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Produção e a HC Energia (Produção), nomeadamente quanto a:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da exploração do parque electroprodutor, visando a identificação e a captura de sinergias;
- Tomada conjunta de decisões, nomeadamente no âmbito da definição de objectivos (com destaque para o desenvolvimento do parque electroprodutor); e
- Alargar, quando necessário, a actuação do Comité às restantes geografias.

O Comité de Produção realizou uma reunião em 2010.

Comité de Produção

Administrador CAE (Área Produção)
 Administrador EDP Produção (3 membros)
 Assessor CA EDP Produção
 Representante EDP Energias do Brasil
 Direcção de Planeamento Energético
 Dir. EDP Produção (Planeamento e Controlo)
 Dir. EDP Produção (Desenvolvimento do Negócio)
 Dir. EDP Produção (Produção Hídrica)
 Dir. EDP Produção (Produção Térmica)
 Dir. EDP Produção (Projectos e Investimentos)
 Dir. EDP Produção (Qualidade e Processo)
 Dir. EDP Produção (Gestão Integrada de Assuntos Ambientais)
 Dir. EDP Produção (Cogeração e Biomassa)
 Dir. HC Energia - Ambiente
 Dir. HC Energia - Estudos e Comunicação
 Dir. HC Energia - Produção
 Dir. HC Energia - Projectos
 Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia
 Representante EDP Produção (Planeamento e Controlo)

COMITÉ DE DISTRIBUIÇÃO

O Comité de Distribuição tem como principal competência a articulação ibérica da distribuição, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Distribuição, a HC Energia (Distribuição) e a EDP Brasil, nomeadamente quanto a:

- Articular propostas conjuntas no âmbito dos objectivos estratégicos da actividade de distribuição do Grupo EDP, avaliar o seu grau de aplicação, eficácia e reporte do respectivo progresso;
- Acompanhar a evolução dos principais indicadores de actividade e propor acções de melhoria;
- Rever o modelo de Relatórios Periódicos, bem como o de outros mecanismos de reporte, controlo e divulgação da informação;
- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas ("benchmarks"), a nível nacional e internacional;
- Promover a troca de experiência sobre as envolventes e práticas regulatórias ao nível das diferentes geografias; estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade e acompanhar e estudar os impactos decorrentes das alterações ao nível de políticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos;
- Divulgar e partilhar a informação relativa à evolução da actividade de distribuição em cada geografia e de melhores práticas com vista à identificação de projectos de interesse comum, visando a melhoria da eficiência e eficácia das operações e a identificação de sinergias;
- Partilhar informação relativa à gestão de acontecimentos de elevado impacto;
- Analisar e emitir parecer sobre critérios de avaliação de projectos de investimento e modelos de Planeamento; e
- Assegurar a articulação relativamente à normalização de Projectos e equipamentos de maior consumo e à análise de novas opções tecnológicas e identificar as prioridades de actuação em novas tecnologias / inovação.

Em 2010, este Comité realizou uma reunião.

Comité de Distribuição

Administrador CAE (Área Distribuição)
 PCA EDP Distribuição
 Administrador EDP Distribuição (2 membros)
 Administrador EDP Energias do Brasil
 Dir. HC Energia - Distribuição

governo da sociedade

COMITÉ COMERCIAL

O Comité Comercial tem como principal competência a articulação ibérica da área comercial, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Comercial, a HC Energia (Marketing e Comercial), nomeadamente:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da comercialização de serviços de energia, visando a identificação e a captura de sinergias; e
- Tomada conjunta de decisões no âmbito do negócio com impacto a nível ibérico nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de objectivos, à operacionalização do plano de marketing e às condições de aquisição de energia.

Este Comité realizou uma reunião em 2010.

Comité Comercial

Administrador CAE (Área Comercialização)
 Administrador CAE (Área Produção)
 Administrador EDP Comercial (2 membros)
 Administrador EDP Gás
 Administrador EDP Soluções Comerciais
 Dir. Geral HC
 Dir. Geral Naturgas
 Administrador EDP – Energias do Brasil
 Direcção de Marca e Comunicação
 Direcção de Marketing Corporativo
 Dir. HC Energia - Comercial
 Dir. HC Energia - Marketing
 Dir. Naturgas (Comercial)

COMITÉ DO PLANO E DO FUNDO DE PENSÕES

O Comité do Plano e do Fundo de Pensões tem como principais competências estabelecer a estratégia do plano e do fundo de pensões e assegurar o seu alinhamento com a estratégia do Grupo EDP, assumindo responsabilidades de decisão estratégica ao nível de:

- Plano de pensões;
- Orçamento de riscos do plano de pensões; e
- Estrutura de gestão do fundo de pensões.

Durante o ano de 2010, este Comité reuniu quatro vezes.

Comité do Plano e do Fundo de Pensões

PCAE
 Administrador CAE (Área Finanças)
 Administrador EDP Valor (Área Relações Laborais)
 Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade
 Direcção de Gestão de Risco
 Representante Direcção de Gestão Financeira

COMITÉ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Comité de Segurança da Informação tem as seguintes atribuições:

- Emitir parecer sobre o Plano Estratégico de Segurança da Informação do Grupo EDP;
- Discutir as iniciativas de segurança mais relevantes, com vista à sua inclusão no Programa anual de Segurança da Informação da Informação do Grupo EDP;

- Emitir parecer sobre a Política de Segurança da Informação do Grupo EDP e suas evoluções;
- Avaliar e aprovar excepções à Política de Segurança da Informação do Grupo EDP, sempre que justificadas por razões de negócio e por um processo formal de aceitação de risco. Promover à aprovação do CAE todas as excepções que, pela sua natureza, apresentem um elevado risco para o Grupo EDP;
- Promover a comunicação e debate sobre alterações significativas ocorridas no Grupo EDP, no sentido de identificar os respectivos impactos ao nível da segurança da informação e acompanhar a evolução do perfil de risco do Grupo EDP;
- Monitorizar a implementação do Programa de Segurança da Informação da Informação do Grupo EDP e os KPI do desempenho.

Comité de Segurança da Informação

Administrador CAE (Área Sistemas de Informação)
 Direcção de Auditoria Interna
 Direcção de Gestão Financeira
 Direcção de Gestão de Risco
 Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão
 Direcção de Recursos Humanos
 Secretaria Geral e Assessoria Jurídica
 Direcção de Sistemas de Informação
 Director da Unidade de Negócio de Gestão de Energia
 Responsável de Governo de TI da DSI
 Responsável de Segurança da Informação da DSI
 Responsáveis de Segurança ou de Risco das empresas

3.4. PROVEDOR DO CLIENTE

O Provedor do Cliente é uma entidade independente criada em 2009, com o objectivo de reforçar a política de atenção ao cliente do Grupo EDP, estando-lhe conferidas as seguintes atribuições:

- Receber e apreciar as queixas apresentadas pelos Clientes, directamente relacionadas com actos ou omissões das empresas do Grupo EDP;
- Estabelecer o diálogo com o Cliente queixoso;
- Mediar os litígios e conflitos existentes entre os Clientes e as empresas do Grupo EDP;
- Emitir pareceres sobre matérias relacionadas com a actividade das empresas do Grupo EDP, desde que solicitado por qualquer dos Órgãos sociais destas;
- Propor a adopção de medidas que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço e dos índices de satisfação dos Clientes;
- Estabelecer contactos com interlocutores externos com via à obtenção de informações e conhecimentos especializados que permitam a recomendação às empresas do Grupo EDP da adopção de medidas que potenciem a melhoria da relação destas com os seus Clientes.

O Provedor do Cliente exerce as suas funções durante um período de 3 anos, podendo o respectivo mandato ser renovado, uma única vez, por igual período. No âmbito do exercício das suas funções, o Provedor do Cliente dispõe de uma estrutura orgânica própria, designada Gabinete do Provedor do Cliente, bem como de uma dotação orçamental anual.

3.5. SUCURSAL EM ESPANHA

A EDP - Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal en España tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocada directamente ao património da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energía (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.), bem como indirectamente na NG Energía (Naturgas Energía Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal tem escritórios em Madrid e Oviedo. A representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos Representantes Permanentes, os quais são membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta pela Comissão Executiva, pelo Comité Directivo e pelos Comités de Coordenação. A Comissão Executiva é composta por cinco Representantes Permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando, fundamentalmente, o papel de órgão de coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação, assegurando e agrupando homogeneizadamente as funções destas transversalmente em Espanha. Por último, os Comités de Coordenação relativos a Geração, Comercialização e Gás são presididos pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP responsáveis pelas correspondentes áreas de gestão, visando o aproveitamento de sinergias com Espanha e eliminando ineficácias e redundâncias.

EDP Energias de Portugal, Sucursal en España, Sociedad Anonima

ESTRUTURA DE DIRECÇÃO, COORDENAÇÃO, GESTÃO E REPRESENTAÇÃO DA SUCURSAL EDP ESPAÑA

COMISSÃO EXECUTIVA

Representante Permanente da EDP	António Mexia (Presidente)
Representante Permanente da EDP	Ana Maria Fernandes
Representante Permanente da EDP	António Martins da Costa
Representante Permanente da EDP	João Manso Neto
Representante Permanente da EDP	Nuno Alves
Presidente do Conselho de Administração da HC Energía	Manuel Menéndez Menéndez
Director Geral Corporativo - Actividades Espanha	Miguel Ribeiro Ferreira
Responsável de 1.º Linha da HC Energia	Javier Sáenz de Jubera
Responsável de 1.º Linha da EDP Renováveis	João Paulo Costeira
Responsável de 1.º Linha da NG Energia	Francisco Granjo

COMITÉ DIRECTIVO

Director Geral Corporativo - Actividades Espanha	Miguel Ribeiro Ferreira (Presidente)
Direcção de Análise de Negócios	Hugo Gouveia
Direcção de Assessoria Jurídica	Emílio Garcia-Conde
Direcção de Auditoria	Azucena Viñuela
Direcção de Fiscalidade Espanha	Ramon Ortea Garcia
Direcção de Gestão Financeira	Nuno Gonçalves
Direcção de Serviços Partilhados	Félix Arribas
Direcção de Sistemas de Informação	Vergílio Domingos da Rocha

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DE GERAÇÃO

João Manso Neto

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

Jorge Cruz Morais

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DO GÁS

João Manso Neto

governo da sociedade

3.6. SISTEMAS DE CONTROLO E DE GESTÃO DE RISCO

3.6.1. CONTROLO INTERNO DE REPORTE FINANCEIRO

Dando sequência à decisão tomada no Grupo EDP de reforço e aprofundamento do seu sistema de controlo interno, tendo por base o modelo SCIRF (Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro), foram desenvolvidas, no exercício de 2010, as actividades inerentes à extensão desse sistema às unidades de negócio localizadas nas novas geografias e à organização empresarial, de um modo geral, bem como à responsabilização das unidades de negócio pelas tarefas de manutenção e consolidação da informação. O SCIRF no Grupo EDP está alinhado com as melhores práticas internacionais, baseando-se no modelo de referência COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), no que diz respeito aos objectivos e implementação de controlos.

Em 2010 este reforço da consolidação do SCIRF teve continuidade, mediante a definição de dois eixos estratégicos, relacionados com (i) a manutenção e monitorização do ciclo e (ii) a realização da primeira avaliação pelo auditor externo.

O conjunto de actividades desenvolvidas no âmbito da manutenção e monitorização do ciclo em 2010, particularmente no que respeita à aplicação do modelo de controlo interno, teve como resultado o alargamento geográfico do SCIRF na Europa, através da EDP Renováveis Europa (Espanha, França, Polónia, Roménia, Bélgica, Reino Unido e Itália), e nos Estados Unidos da América, através da EDP Renováveis – Horizon. Este alargamento envolveu mais de cinquenta empresas e o aperfeiçoamento de controlos globais, aplicacionais ou de processo e gerais de TI – tecnologias de informação.

No que diz respeito às áreas de negócio em que a implementação do SCIRF foi efectuada em exercícios anteriores (Portugal, Espanha e Brasil) promoveu-se a revisão e manutenção dos processos e controlos existentes.

Os novos processos e controlos decorrentes da aplicação do SCIRF e das oportunidades de melhoria identificadas, foram também objecto de documentação e implementação.

Adicionalmente foram realizadas as seguintes actividades de manutenção e avaliação:

- Identificação, revisão e nomeação de responsáveis SCIRF, para avaliação dos novos elementos resultantes da aplicação do modelo ou de revisão e/ou actualização decorrentes de alterações legais ou estruturais;
- Documentação, revisão e validação dos controlos globais, aplicacionais e gerais de TI;
- Identificação dos “service organization” em função da aplicação do modelo, com vista a assegurar que os requisitos legais aplicáveis aos controlos são cumpridos, podendo ser emitidos os respectivos certificados;
- Implementação de ações com vista à resolução de não conformidades identificadas nos testes efectuados;
- Avaliação do desenho dos controlos para confirmação de que a sua estrutura é adequada na prevenção, em tempo útil, de erros materialmente relevantes e/ou a apropriação indevida de recursos do Grupo;

- Avaliação da eficácia operacional dos controlos para confirmação da sua execução em conformidade com os respectivos desenhos, bem como da operacionalização dessa execução por profissionais qualificados;
- Autocertificação, através da qual os responsáveis do SCIRF avaliam, nos diversos níveis da cadeia hierárquica, a suficiência e actualização da documentação e a manutenção de evidências na execução das actividades de controlo;

Com o objectivo de reforçar a confiança e robustez do SCIRF, foi realizada uma avaliação do sistema pelo Auditor Externo (KPMG), com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. Esta avaliação foi elaborada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - ISAE 3000 – International Standard on Assurance Engagements, concluída com resultados positivos, não tendo sido identificadas deficiências materiais.

Cumpra ainda destacar, pela relevância que revestem na aplicação do SCIRF no Grupo EDP, os seguintes desenvolvimentos ocorridos em 2010:

- Consolidação da ferramenta informática de suporte ao SCIRF;
- Criação do Logo SCIRF;
- Emissão do certificado de qualidade da função de auditoria interna do Grupo EDP – emitido pelo Instituto de Auditores Internos (IAI) de Espanha, entidade acreditada pelo The Institute of Internal Auditors (IIA) dos Estados Unidos.



A auditoria interna no Grupo EDP é uma função corporativa e é exercida pela Direcção de Auditoria Interna, que depende do Presidente do Conselho de Administração Executivo, sendo supervisionada pela Comissão para as Matérias Financeiras/ Comissão de Auditoria, à qual comunica o exercício das actividades da auditoria interna do Grupo.

O Grupo está fortemente empenhado em prosseguir o trabalho de desenvolvimento em extensão e profundidade, da robustez do seu sistema de controlo interno do relato financeiro, em todas as localizações onde desenvolve os seus negócios.

3.6.2. ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

3.6.2.1. MANDATO E ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

A diversidade das linhas de negócio do Grupo continuou a assegurar um nível de risco baixo, principalmente devido: (i) ao elevado peso relativo dos negócios regulados, (ii) ao crescimento

em actividades de baixo risco, nomeadamente produção eólica com reduzida exposição a preços de mercado de electricidade, e ainda (iii) à aplicação de políticas de “hedging” adequadas a promover a mitigação dos riscos financeiros, de combustíveis e de preço e volume de electricidade colocada ou comprada em mercado.

A organização e o processo de gestão de risco em prática no Grupo têm recebido as mais altas classificações no âmbito do processo Dow Jones Sustainability Index, “benchmark” que nos apraz e responsabiliza para continuar a aprofundar metodologias integradas de R2R – “Return to Risk”, procurando inseri-las no processo normal de gestão das Unidades de Negócio e do Centro Corporativo. Este processo baseia-se nas seguintes componentes:

- **Identificação e priorização de riscos.** Tem-se fomentado que este processo se integre no ciclo habitual de elaboração do Plano de Negócios e Orçamento, pelo menos para os riscos mais importantes. Destaca-se a existência de um Portal de Risco para uso da Direcção de Gestão do Risco no registo dos trabalhos produzidos e consolidação dos riscos mais importantes numa óptica agregada, como também para utilização das Unidades de Negócio de acordo com as suas necessidades. Este instrumento foi desenvolvido internamente para recolha consistente de informação sobre cada risco relevante, com avaliação qualitativa e, tanto quanto possível, quantitativa de impacto global, probabilidade de ocorrência e nível de controlo, bem como para elaboração de matrizes de prioridade para actuação ou controlo. Permite dar resposta às seguintes questões: Quais são os riscos mais importantes por Unidade de Negócio? Quem é o responsável pela gestão de um certo risco?
- **Estratégia de risco.** Por esta via procura-se, para cada um dos riscos prioritários, identificar as medidas chave que podem ser utilizadas para evitar ou mitigar o risco, decidir sobre a transferência do risco para outra entidade (v.g. seguro, “hedging”) e definir o perfil de risco – retorno pretendido. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Quais os riscos em que a EDP tem vantagem em assumir a sua gestão e quais aqueles em essa gestão deve ser transferida para outras entidades? Está a capacidade da EDP em assumir determinado risco alinhada com a sua estratégia?
- **Avaliação integrada de Risco.** Esta dimensão do controlo de risco procura medir, por metodologia “bottom up”, os valores em risco do EBITDA, EBIT e “Cashflow” das Unidades de Negócio mais importantes e dos valores consolidados, no horizonte do Plano de Negócios. São ainda aplicadas metodologias “top down”, para, a partir do comportamento em mercado da acção EDP e da informação financeira pública, inferir os valores em risco semelhantes e efectuar comparações com os concorrentes. Pretende-se ainda extrapolar para horizontes mais largos os efeitos decorrentes da alteração da composição do portfólio de negócios. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Qual o nível agregado de risco efectivamente esperado? Qual o peso relativo dos factores críticos? Qual o efeito de alterações de política de “hedging” ou de outras formas de transferência ou mitigação de risco? Qual o impacto das decisões de negócio mais importantes no risco agregado da EDP?

- **Governo e Controlo.** Esta componente do processo de gestão de riscos baseia-se na Política Corporativa de Gestão Empresarial do Risco definida pelo Conselho de Administração Executivo e na estrutura estabelecida para o efeito. Este instrumento dá resposta às seguintes questões: Existem processos de gestão e controlo de risco? São eficazes?

O Conselho de Administração Executivo decide qual o nível de exposição ao risco a assumir pelo Grupo EDP nas suas diferentes actividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, define limites globais de risco e assegura que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidas. A montante encontra-se a definição do apetite pelo risco do Grupo, a qual resulta, por um lado, da sua estrutura de negócios há muito estabelecida e, por outro, dos critérios acordados entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão. De facto e na prática, o apetite pelo risco centra-se na forma como o Grupo:

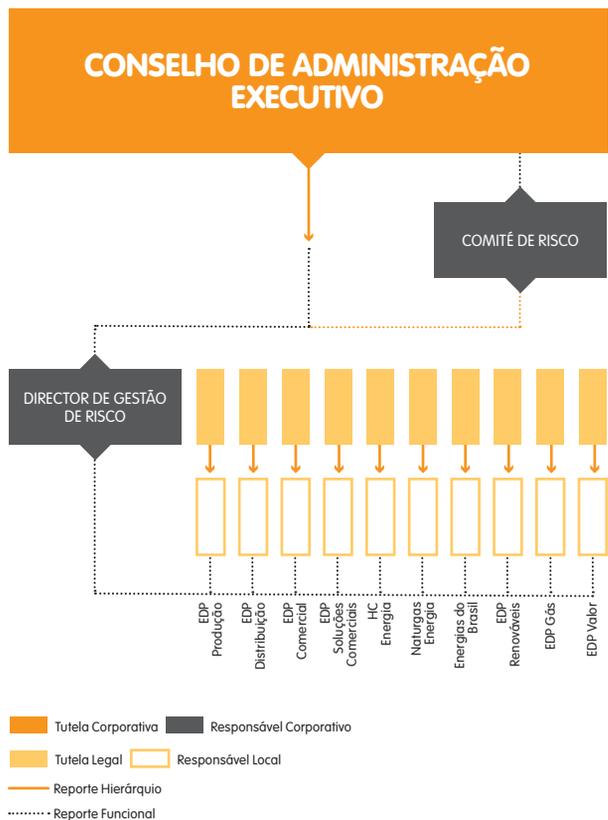
- Se posiciona em relação ao “rating” da sua dívida;
- Pretende crescer (com focalização numa política de investimento orgânico e de aquisições em activos core/ alienações de activos “non-core”);
- Implementa uma política de pagamento de dividendos (e eventualmente de aquisição de acções próprias).

Na estrutura orgânica do centro corporativo, a Direcção de Gestão do Risco faz parte do grupo de direcções estratégicas. Esta Direcção, para além das actividades de controlo e metodológicas, desenvolve estudos próprios, contribuindo activamente, numa lógica de “business intelligence”, para a avaliação de questões importantes e muito actuais de R2R – “Return to Risk” para o Grupo. Em relação à actividade desenvolvida no exercício de 2010, cumpre assinalar o seguinte:

- Organização do 1º Encontro de Risk Officers do Grupo, onde para além de dois convidados externos que abordaram o tema da gestão de risco na perspectiva financeira e industrial, se registou uma interessante troca de experiência entre as diversas Unidades de Negócio e Direcções Corporativas.
- Estabelecimento de um normativo interno para consolidar e orientar as boas práticas de Gestão de Crise e Continuidade do Negócio do Grupo.
- Análise de mercado, em termos do risco associado ao excesso de capacidade instalada e de evolução dos factores fundamentais de risco de mercado.
- Análise de “backtesting” dos Planos de Negócio o que mostra que os desvios em relação ao orçamentado constituem proxies de risco muito importantes.
- Estrutura ótima de capital e de conteúdo relativo taxa fixa – taxa variável para as geografias principais do Grupo (euro, dólar, real). Análise do risco associado aos instrumentos de hedging da dívida e avaliação relativa da EDF – Expected Default Frequency e CDS – Credit Default Swaps do Grupo e empresas congéneres, bem como de contrapartes do Trading e da Direcção Financeira.

governo da sociedade

- Análise da EDP Serviço Universal em termos do risco regulatório associado às suas funções de comercializador de último recurso e de comprador da energia da Produção em Regime Especial e colocação dos seus excedentes em mercado.



- Análise mais aprofundada do “Cashflow at Risk” da Hidrocentabricao, tanto em termos de negócios regulados como de mercado.
- Análise agregada de risco “top down” e comparação com empresas concorrentes, a qual continuou a evidenciar um nível de risco agregado reduzido para os negócios do Grupo EDP, o que lhe tem permitido, para idênticos níveis de rating, praticar um maior grau de alavancamento financeiro.
- Análise agregada de risco “bottom up” para o Plano de Negócios, incluindo a simulação de stress tests, o qual evidencia a manutenção do perfil de baixo risco do Grupo.
- Análise integrada, numa óptica ALM, do risco dos Activos e Responsabilidades do Fundo de Pensões.
- Contributo activo para o “Focus Group Enterprise Risk Management” da Eurelectric.
- As unidades de negócio gerem os seus próprios riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidas. Existe uma solução de duplo reporte entre o “Risk Officer” de cada unidade de negócio e o Director da Direcção de Gestão do Risco, assegurando o alinhamento das práticas de actuação, de relato e controlo.

3.6.2.2. FACTORES DE RISCO

A figura seguinte sistematiza e resume os principais factores de risco do Grupo EDP:

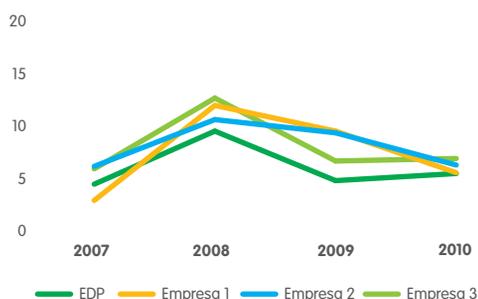


O Risco de Negócio representa a componente mais importante, seguido do Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Crédito. É esta a relação típica para as “Utilities” do sector.

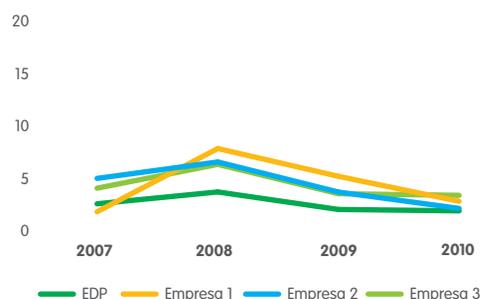
O Grupo EDP confirmou o seu perfil de baixo risco, dada a sua menor exposição estrutural ao risco de mercado. Contudo, esta vantagem terá tendência a reduzir-se no futuro, devido a substituição a curto/médio prazo de centrais térmicas, em fim de vida e protegidas pelos mecanismos de CMEC's, por centrais em mercado e ainda pela natural maior exposição a risco cambial resultante do crescimento de negócios em áreas fora do euro. Por exemplo, o “EBITDA at Risk”, com probabilidade de 95% de não ser excedido, avaliado para 2011 pela metodologia “bottom up” situa-se em 4% do valor orçamentado. Para além de se tratar de um valor baixo, tem-se mantido nesta ordem de grandeza, no horizonte de um ano de simulação e entrado com a política de “hedging” estabelecida e efeitos de diversificação.

Uma avaliação “top down” do RaR – “Return at Risk” semanal do título EDP (95% de probabilidade de não ser excedida) e também dos seus activos (aqui por meio do rácio Equity/Activos vezes o RaR da Equity), comparada com o dos concorrentes ibéricos, confirma que o Grupo tem um perfil de risco de negócio mais reduzido, especialmente verificado em 2008 e 2009 (anos de maior volatilidade nos mercados financeiros).

R@R Equity (semanal)

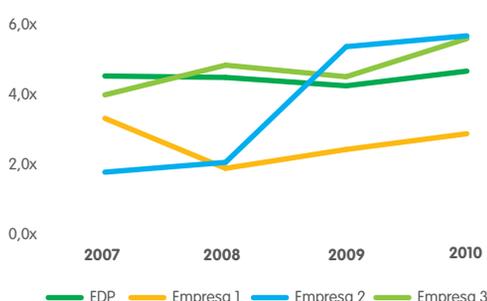


R@R Activos (semanal)

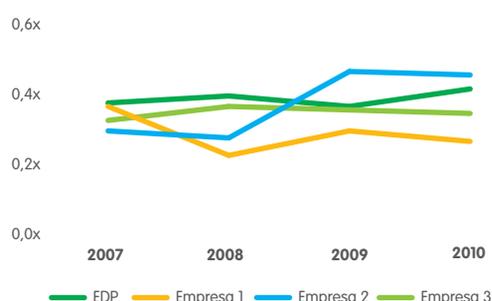


Por outro lado, e conforme apresentado nos gráficos seguintes, a alavancagem financeira do Grupo – Dívida Líquida/Activos – sofreu uma ligeira subida devido a investimentos em projectos de expansão e a aplicação em activos regulatórios (impulsionado pelo aumento do défice tarifário em Espanha e pagamento de impostos resultante da venda em 2009 do direito de receber os défices tarifários em Portugal). O indicador estrutural Dívida Líquida/EBITDA subiu um pouco, esperando-se que atinja um valor inferior a 4 em 2012. A permanência na faixa de “rating” A atribuído pela S&P, nível a que corresponde um bom compromisso entre o “spread” nesta classe sobre o custo da dívida e a vantagem decorrente da dedução fiscal dos encargos financeiros, dentro dos parâmetros de endividamento esperados, continua a constituir um objectivo do Grupo EDP, embora a situação das finanças públicas portuguesas sejam fonte de preocupação quanto à possível deterioração do rating do Grupo por maior reflexo do risco de país.

Dívida Líquida / EBITDA



Dívida Líquida / Activos



3.6.2.3. GESTÃO DE RISCO AO LONGO DA CADEIA DE VALOR – MIBEL

Existem riscos que são transversais a todas as unidades de responsabilidade, no entanto referem-se a seguir os riscos mais prováveis por unidade de negócio.

PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE E GESTÃO DE ENERGIA:

Risco de preço da electricidade. As receitas da produção podem ser influenciadas por alterações no preço de electricidade nos mercados grossistas. O Grupo tem uma exposição limitada às centrais que actuam em mercado livre (Espanha, Central do Ribatejo, Central de Lares, Alqueva e pequenas Hídricas em Portugal), devido à maioria estarem sujeitas ao mecanismo de ajuste dos CMEC – Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (centrais que dispunham de Contratos de Aquisição de Energia com a REN e que passaram a actuar em mercado, a partir de 1 de Julho de 2007). De referir também a exposição a mercado (preço da OMEL) de parques eólicos da EDP Renováveis Espanha (e também nos Estados Unidos). Por outro lado, o Grupo procura activamente proteger a margem, actuando de forma integrada no âmbito da Gestão de Energia e da Comercialização. No MIBEL, a UNGE possui mandato para actuar no mercado grossista, tanto para optimização da oferta de produção no mercado “spot” da OMEL, como para tirar partido do mercado a prazo, OMIP, OTC e arbitragem na interligação Espanha-França. O risco de preço

de mercado mais elevado em Portugal do que em Espanha, resultante de “market splitting”, após esgotamento da capacidade de interligação e necessidade de recurso, em Portugal, a meios de produção mais cara, não é relevante para o Grupo, dado a comercialização no mercado livre português não estar dependente de importações de Espanha. A UNGE simula o comportamento do sistema ibérico e utiliza o programa MUR (Modelo Unificado de Risco) para o cálculo periódico da MaR - Margin at Risk.

Risco de preço de combustível e de CO₂. Este risco é também mais importante para as centrais em mercado livre, estando delegado na UNGE efectuar a sua gestão, actuando na compra de carvão e fuelóleo, na gestão operacional dos contratos de aquisição de gás para produção de electricidade e de direitos de emissão de CO₂, como ainda no estabelecimento de soluções de “hedging” para o preço dos combustíveis e câmbio do dólar (este último, em coordenação com a Direcção Financeira). Relativamente aos fornecimentos de gás, compete à EDP Gás proceder à negociação de novos contratos, como também efectuar a gestão de posições momentâneas de excesso/carência entre empresas do Grupo e com o exterior. É também utilizado o MUR na avaliação de risco, utilizando as suas capacidades de avaliação de tendência na evolução dos preços dos combustíveis e de CO₂.

governo da sociedade

Risco operacional na exploração das centrais e parques eólicos.

As centrais e parques eólicos enfrentam avarias e incidentes, o que pode acarretar perda de receitas devido às indisponibilidades daí resultantes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança do melhor nível. Doutra modo, os riscos seguráveis mais importantes estão associados à produção, a qual está protegida por seguros, geridos pelo Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor.

Risco ambiental. Os meios de produção são os que se encontram mais sujeitos a este risco, quer pela utilização de recursos naturais, quer pelas emissões e resíduos que a produção térmica origina, quer pelo impacto na biodiversidade gerado pela produção eólica e outras tecnologias. O Grupo segue uma Política de Ambiente muito rigorosa, operacionalizada num Sistema de Gestão Ambiental que visa satisfazer plenamente os parâmetros de licenciamento das instalações e introduzir medidas adicionais que melhoram o desempenho neste âmbito, mitigando eventuais responsabilidades neste domínio. Será ainda de referir existir contratado um seguro de responsabilidade ambiental, com vista a dar resposta às novas exigências europeias neste âmbito. Para mais informação sobre o desempenho da empresa nesta matéria, consultar secção Contributo para a Sustentabilidade, capítulo Desempenho Ambiental.

Risco de crédito. Nas actuações em mercado organizado este risco não é significativo e para as operações em mercado OTC e na compra de combustíveis a UNGE minimiza-o por intermédio da aplicação de limites de exposição, aprovados internamente de acordo com o “rating” (definido por entidade externa, ou internamente, caso não exista informação externa) das contrapartes.

COMERCIALIZAÇÃO EM MERCADO:

Risco de preço de electricidade. Este risco é gerido pela UNGE, sendo os preços internos definidos uma vez determinados os volumes de venda a clientes finais pela EDP Comercial e HC Energia, salvo nas situações em que é possível efectuar contratações indexadas ao preço de mercado.

Risco de volume. Quer devido a condições climáticas e económicas, quer como resultado da migração de clientes do serviço público de tarifa regulada para o mercado livre, o volume de energia a vender a clientes finais tem sempre um certo grau de incerteza. Como princípio, este risco é assumido pela comercialização, pois terá que efectuar os acertos de excessos ou carências a preço de mercado. Contudo, a fase de transição em que o MIBEL se encontra, que provoca uma incerteza importante na quota de consumo em mercado livre, face à maior ou menor atractividade da tarifa pública e à dinâmica concorrencial, implica uma gestão dinâmica deste risco por meio de uma intervenção integrada e periódica pela via do Comité de Preços e Volumes, instituído para o efeito.

Risco operacional de qualidade comercial. Em mercado livre os critérios para a qualidade de serviço comercial são da inteira responsabilidade do Grupo, o qual tem colocado grande ênfase na sua boa gestão.

Risco de crédito. A gestão deste risco, associado à comercialização, é efectuada, em primeira linha, pelos critérios contratuais aplicados e, em segunda linha, pela EDP Soluções Comerciais, unidade que tem responsabilidade delegada quanto à realização do ciclo de leitura – facturação – cobrança (em Espanha, HC Energia e Naturgas).

COMERCIALIZAÇÃO DE ÚLTIMO RECURSO:

Em conformidade com a legislação aplicável, os consumidores que optem pelo fornecimento de energia de acordo com uma tarifa regulada, são clientes da EDP Serviço Universal - designado Comercializador de Último Recurso. Em Portugal esta infra-estrutura vai passar, a partir de 1 de Janeiro de 2011, a abarcar apenas o leque de consumidores domésticos e não domésticos que ainda não passaram para o mercado livre e sobre os quais vai incidir uma tarifa de transição. Tal constitui mais um passo para a extinção de tarifas reguladas aplicáveis ao consumo final, no seguimento de transição semelhante à já efectuada em Espanha.

Risco regulatório. O exercício desta actividade é de baixo risco, contudo os desvios nas previsões efectuadas pelo Regulador – ERSE – quanto aos custos de aquisição de energia e a conseqüente criação de défice ou de excesso de montante elevado, suscita preocupação quanto à justa remuneração desta volatilidade. Espera-se que o progressivo desaparecimento das tarifas reguladas para a venda de electricidade possibilite um aprofundamento dos mecanismos de equilíbrio competitivo e um seguimento mais próximo da realidade da evolução dos custos internacionais das matérias-primas necessárias para a produção de electricidade.

Risco operacional de qualidade comercial. Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço comercial (v.g. tempo médio de resposta na prestação de serviços prestados aos clientes, percentagem de leituras de contadores de baixa tensão), o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca.

Risco de crédito. A gestão deste risco está delegada na EDP Soluções Comerciais e é efectuada nos termos da regulamentação definida para os clientes do serviço público (ciclo de corte de consumo, após vencimento de prazos de pagamento).

DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE:

Risco regulatório. As alterações das regras de remuneração desta actividade podem afectar as receitas da EDP Distribuição e da HC Energia. Para além da justa defesa dos critérios valorimétricos da actividade, o Grupo procura aplicar as melhores práticas de planeamento, construção, exploração e manutenção de redes de forma a procurar atingir, e mesmo ultrapassar, os ganhos de eficiência implícitos nos objectivos regulatórios.

Risco operacional de qualidade de serviço técnica e de perdas. Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço técnica (v.g. duração e número de interrupções de serviço, tempos de reposição do serviço) e os incentivos para a redução de perdas físicas na rede, o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca e da política de gestão eficiente de energia.

Risco operacional na exploração de redes. A existência de infra-estruturas localizadas no domínio público (v.g. linhas, cabos, postos de transformação) pode agravar o impacto resultante de avarias e incidentes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança conformes aos mais elevados padrões internacionais. Todavia, os temporais que têm assolado Portugal, com características fora do comum, têm conduzido a situações de corte de fornecimentos e danos de certa monta e reflexo mediático importante, tendo a

resposta a este tipo de crises vindo a melhorar significativamente. Por outro lado, os riscos seguráveis estão protegidos por seguros.

Risco ambiental. Embora de menor expressão do que na Produção, merece referência a problemática da convivência das linhas aéreas com a avifauna, o meio envolvente e, inclusive, o seu impacto visual. A todos estes aspectos é dada atenção cuidada na fase de projecto, o traçado é desenhado de modo a minimizar estas situações e a estrutura dos postes é compatibilizada com aves que as procuram como poiso ou local para feitura de ninhos. São ainda sinalizadas as linhas em corredores migratórios para evitar as colisões. Para mais informação sobre o desempenho da empresa nesta matéria, consultar secção Contributo para a Sustentabilidade, capítulo Desempenho Ambiental.

GESTÃO DE RISCO NOOUTRAS GEOGRAFIAS E ACTIVIDADES

Embora as condições de mercado e regulatórias possam ser diferentes, os princípios e metodologias atrás enumeradas aplicam-se às unidades de negócio de transporte, distribuição e comercialização de gás, como também à Energias do Brasil e EDP Renováveis.

A EDP Renováveis tem sido o vector principal de crescimento do Grupo, como também de diversidade geográfica dos investimentos, e confirma claramente a alteração do perfil de produção do Grupo para um portefólio menos dependente de emissões de CO₂ e, portanto, de baixa exposição aos riscos relativos à emissão de gases de efeito de estufa. A dimensão que já tem obriga a uma gestão criteriosa do pipeline de projectos, de contratação flexível de aerogeradores e das condições de operação e manutenção, de forma a evitar os riscos operacionais decorrentes do não lançamento e conclusão em tempo oportuno dos projectos e da não obtenção dos melhores padrões de eficiência operativa. A natureza desta produção torna o resultado dos investimentos muito dependentes das políticas energéticas e regulatórias de cada país, aspecto que é ponderado cuidadosamente dentro de critérios de rentabilidade mínima aceitável. É assim que a aposta no mercado americano, com enormes possibilidades de crescimento e risco de país reduzido, afirmando o Grupo como um dos grandes “players” mundiais em energias renováveis, tem tido um crescimento inferior ao inicialmente previsto, pois continua-se a aguardar publicação de nova legislação para a promoção deste tipo de energia. A exposição ao preço de mercado de electricidade está bastante mitigada através da remuneração da produção com tarifas fixas, contratação de PPA's (Power Purchase Agreements) de longa duração ou a aplicação eficaz de estratégias de hedging. As opções de mitigação do risco dependem da estrutura de remuneração existente em cada geografia.

GESTÃO DE RISCOS TRANSVERSAIS

Risco associado ao investimento. O processo de avaliação e decisão de investimento estabelece uma uniformização de critérios para a definição das taxas de desconto a utilizar para a avaliação dos “cash-flows” esperados e para a modelação de cenários (que incorporam diferentes sensibilidades a, por exemplo, risco de preço, de volume de energia, regulatório). Estes critérios ajudam a balizar o apetite pelo risco do Grupo, sendo o custo de capital de cada unidade de negócio - geografia revisto periodicamente. Os Comitês de Investimento (nas unidades de negócio e ao nível corporativo) permitem uma implementação efectiva destes mecanismos na fase de avaliação e de acompanhamento da execução dos investimentos, monitorizando riscos operacionais nesta fase e o seu impacto potencial no valor esperado.

Risco financeiro. Os riscos financeiros do Grupo são principalmente geridos pela Direcção Financeira, a qual efectua a gestão da tesouraria do Grupo a nível da Península Ibérica, da carteira de dívida e dos riscos de taxa de juro e cambial através de instrumentos financeiros em mercado. No Brasil, a Energias do Brasil segue, coordenadamente, princípios e metodologias semelhantes.

O risco de liquidez mereceu uma atenção redobrada. O forte perfil crediício da EDP, neste contexto difícil para Portugal, foi reconfirmado, tendo-se efectuado apenas uma emissão de obrigações (mil milhões de euros a 5 anos), necessária para o “roll over” habitual de dívida e para financiar o crescimento do Grupo. Por outro lado, foi negociada com total sucesso uma linha de crédito de dois mil milhões de euros (“revolving credit facility”) a 5 anos, que veio substituir a anterior de 1600 milhões de euros. Em consequência, o risco de liquidez encontra-se mitigado devido à política de gestão da dívida e de contratação de novos financiamentos e, ainda, pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas (com tomada firme) e não utilizadas. Face às políticas de gestão financeira seguidas pelo Grupo, continua a observar-se um nível baixo de risco de mercado e um risco de contraparte diversificado e envolvendo entidades financeiras de boa credibilidade.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP e dos benefícios de saúde em Portugal encontram-se integralmente cobertas pelos activos do Fundo de Pensões e por provisões específicas no balanço da EDP. O cálculo destas responsabilidades é efectuado anualmente por Actuário Independente, com base em pressupostos previstos nas IFRS-IAS, tendo em conta vários aspectos incluindo, entre outros, a performance do Fundo, os aspectos demográficos, variáveis económicas e os requisitos aplicáveis.

Risco operacional. São consideradas neste grupo as perdas potenciais resultantes de acontecimentos causados por falha ou inadequação nos processos, pessoas, equipamento ou sistemas ou resultantes de ocorrências externas (inclui o risco de incumprimento de legislação e de padrões éticos; a perda operacional inclui efeitos económicos, não económicos e de reputação).

Para as Tecnologias de Informação, a Direcção de Sistemas de Informação tem vindo a aprofundar todo o processo de gestão de risco, neste domínio, havendo a registar que foram estabelecidas as redundâncias necessárias para o CPD – Centro de Processamento de Dados, o que consolida a política de “Disaster Recovery” encetada.

Os riscos mais importantes, transferíveis para o mercado segurador, referem-se às instalações industriais. Tanto para estes como para os riscos resultantes de reclamações de terceiros por danos materiais ou pessoais e suas consequências, que possam ser ocasionados pela própria actividade das empresas do Grupo, o Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor tem vindo a aplicar o Plano Estratégico de Seguros aprovado, baseado no estabelecimento de programas conjuntos para todas as empresas do Grupo, em Portugal e Espanha, na contratação directa com o mercado segurador e na potenciação do papel da cativa de resseguro do Grupo – Energia RE. Esta política conjugada tem permitido otimizar os custos do seguro e melhorar o seu controlo.

Para os **riscos legais**, quer ao nível de litigância ligada às operações, quer em relação a processos de licenciamento de novas instalações, quer no que se refere ao necessário cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas, o Grupo não espera qualquer repercussão negativa relevante.

governo da sociedade

4. ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS

4.1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da EDP, no valor de 3.656.537.715 euros, é representado por 3.656.537.715 acções, sendo 2.936.222.980 acções da categoria A, que são ordinárias, e 720.314.735 acções da categoria B, com o valor nominal de 1 euro cada. As acções da categoria A correspondem a 80,30% do capital social e as de categoria B correspondem a 19,70%.

As acções ordinárias (ou de Categoria A) não estão sujeitas a quaisquer limitações relativas à sua transmissibilidade, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado são livremente transmissíveis, embora os Estatutos da EDP contenham regras relativas à limitação do exercício de direito de voto aplicáveis às acções ordinárias (ou de categoria A).

Segundo os Estatutos da EDP, não são considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

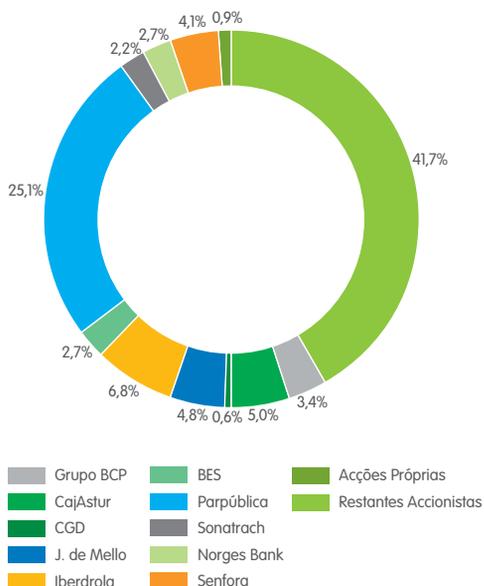
As acções de categoria B são as acções a reprivatizar e têm como único privilégio a não sujeição dos accionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, à limitação de voto prevista nos números 3 e seguintes do artigo 14º dos Estatutos, por referência às mesmas acções.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

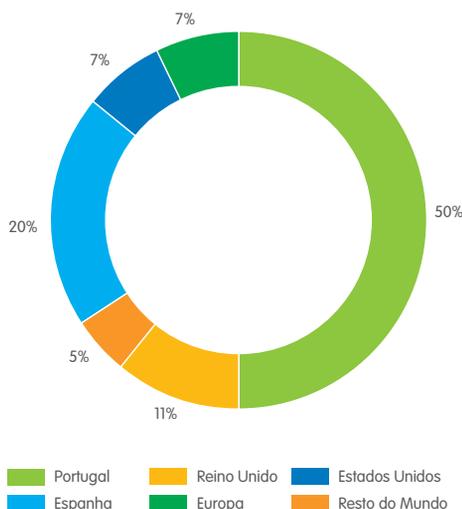
4.2. ESTRUTURA ACCIONISTA

A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2010, a seguinte:

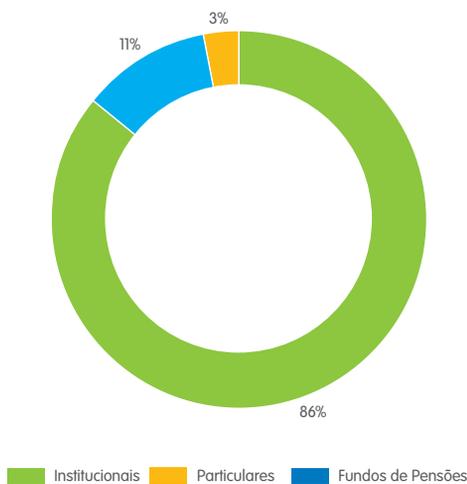
Estrutura Accionista EDP (%)



Repartição Geográfica da Estrutura Accionista



Repartição da Estrutura Accionista por Tipo de Investidor



4.3. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, em 31 de Dezembro de 2010, identificando a respectiva imputação de direitos de voto nos termos do nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto
PARPÚBLICA - PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, (SGPS), S.A.			
Acções Privatizadas - Categoria A	211.836.047	5,79%	4,84%
Acções Não Privatizadas - Categoria B	704.141.551	19,26%	19,26%
Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A.	408.797.735	11,18%	11,18%
PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.	295.343.816	8,08%	8,08%
Total	915.977.598	25,05%	24,09%
A sociedade Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. é totalmente detida pela PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.			
Iberdrola Energia S.A.U.			
Iberdrola Energia S.A.U. (Iberener)	248.437.516	6,79%	5,00%
Total	248.437.516	6,79%	5,00%
A sociedade Iberdrola Energía, S.A.U. é totalmente detida pela Iberdrola, S.A.			
CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CAJASTUR)			
Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L.	128.409.447	3,51%	-
Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur)	54.848.066	1,50%	-
Total	183.257.513	5,01%	5,00%
A sociedade Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L. é totalmente detida pela Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur)			
JOSÉ DE MELLO - SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.			
José de Mello Energia, SGPS, S.A.	176.283.526	4,82%	4,82%
Órgãos de Administração e Fiscalização	57.432	0,00%	0,00%
Total	176.340.958	4,82%	4,82%
A sociedade José de Mello Energia, SGPS,S.A. é totalmente detida pela José de Mello Participações II, SGPS, S.A., cuja totalidade do capital social é detida pela José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
INTERNATIONAL PETROLEUM INVESTMENT COMPANY (IPIC)			
Senfora SARL	148.431.999	4,06%	4,06%
Total	148.431.999	4,06%	4,06%
A sociedade Senfora SARL, empresa do Luxemburgo, é detida na totalidade pela IPIC, uma empresa detida na globalidade pelo Governo de Abu Dhabi.			
GRUPO MILLENNIUM BCP + FUNDO DE PENSÕES			
Órgãos Sociais	28.380	0,00%	0,00%
Fundação Millennium BCP	350.000	0,01%	0,01%
Banco Comercial Português, S.A.	573.249	0,02%	0,02%
Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP	122.289.594	3,34%	3,34%
Total	123.241.223	3,37%	3,37%
A Sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP exerce de forma independente os respectivos direitos de voto.			
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.			
Sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com o BES	98.852.742	2,70%	2,70%
Banco Espírito Santo, S.A.	317.854	0,01%	0,01%
Elementos dos Órgãos Sociais	3.375	0,00%	0,00%
Total	99.173.971	2,71%	2,71%
NORGES BANK			
Norges Bank	97.247.888	2,66%	2,66%
Total	97.247.888	2,66%	2,66%
SONATRACH (1)			
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,23%
Total	81.713.076	2,23%	2,23%
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Acções Privatizadas - Categoria A	7.191.932	0,20%	0,16%
Caixa Geral de Depósitos	3.625.065	0,10%	-
Fundo de Pensões da CGD	1.709.051	0,05%	-
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	1.247.394	0,03%	-
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	51.954	0,00%	-
Parcaixa, SGPS, S.A.	558.468	0,02%	-
Acções Não Privatizadas - Categoria B	16.173.184	0,44%	0,44%
Parcaixa, SGPS, S.A.	16.173.184	0,44%	0,44%
Total	23.365.116	0,64%	0,61%
A CGD detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Caixa Seguros, SGPS, S.A. que, por sua vez, detém: i) 100% do capital social e dos direitos de voto da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.; ii) 100% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. A carteira do Fundo de Pensões da CGD é gerida pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e do qual a CGD é sociedade associada. A CGD detém 51% do capital social e dos direitos de voto da Parcaixa, SGPS, SA.			
EDP (ACÇÕES PRÓPRIAS)	33.324.941	0,91%	
RESTANTES ACCIONISTAS	1.526.025.916	41,75%	
TOTAL	3.656.537.715	100,00%	

Nota: De acordo com o disposto no nº 3 do Art. 14º do Contrato de Sociedade da EDP não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

(1) Em conformidade com o enquadramento que foi comunicado pela CMVM à Sonatrach, em relação aos efeitos de um acordo parassocial celebrado com as accionistas Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. passaram, nos termos do nº 1 do artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários, a ser imputáveis à Sonatrach, desde 11 de Abril de 2007, os direitos de voto correspondentes às participações sociais detidas por aqueles dois accionistas.

governo da sociedade

4.4. TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS

De acordo com o disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 4.º dos Estatutos da EDP, as acções de categoria B são as acções a reprivatizar, não estando os seus titulares ou representantes sujeitos à limitação de voto prevista para as acções de categoria A, ou seja, a não consideração dos votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social (nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários).

As acções em reprivatização são as acções de categoria B enquanto se mantiverem na titularidade de entes públicos, determinando a sua transmissão para entes não públicos a respectiva conversão em acções de categoria A, não carecendo tal conversão da aprovação dos respectivos titulares ou deliberação de qualquer órgão social da EDP.

4.5. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES

Nos termos estatutários (n.º 3 do artigo 5.º) as acções de categoria B só podem ser detidas por entes públicos enquanto não forem objecto de privatização.

As acções de categoria A não estão sujeitas a restrições à sua transmissibilidade.

4.6. ACORDOS PARASSOCIAIS

De acordo com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos da EDP, os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos 30 (trinta) dias posteriores à sua celebração, ser comunicados, na íntegra, ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão, pelos accionistas que os tenham subscrito.

Atendendo à informação fornecida pelos accionistas à Sociedade, o Conselho de Administração Executivo tem conhecimento da existência de um único acordo parassocial, o qual foi estabelecido em 11 de Abril de 2007, entre a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. ("Parpública"), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") e a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach").

De acordo com os termos do referido Acordo Parassocial, que foram objecto de divulgação pública, a Parpública e a CGD assumiram nomeadamente, os seguintes compromissos:

- Apoiar a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si indicada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, desde que a Sonatrach mantenha uma participação correspondente a, pelo menos, 2% do capital social da EDP e a aludida parceria estratégica se mantenha eficaz;
- Abster-se de promover, apoiar e/ou votar favoravelmente qualquer alteração aos Estatutos da EDP que tenha por efeito impedir a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si designada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

4.7. ASSEMBLEIA GERAL E PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, as reuniões da Assembleia Geral passaram a poder ser convocadas com a antecedência mínima de 21 dias. Porém, os estatutos da EDP prevêm uma antecedência de 21 dias,

pelo que, em 2011, a Sociedade continuará a aplicar a regra estatutária, sendo, por conseguinte, as reuniões da Assembleia Geral convocadas com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fazendo-se menção expressa na respectiva convocatória dos assuntos a tratar. Só podem assistir a essas reuniões accionistas com direito de voto, bem como as demais pessoas cuja presença nessas reuniões o Presidente da Mesa da Assembleia Geral considere como justificada.

Os accionistas da EDP só podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de, no mínimo, uma acção no quinto dia de negociação anterior à data da realização da Assembleia Geral.

A prova da titularidade das acções é feita através do envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao fim do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, de declaração emitida, autenticada e remetida pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções.

A participação na Assembleia Geral depende ainda da manifestação do accionista nesse sentido, o qual deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao 6.º dia de negociação anterior à data da realização da Assembleia Geral.

Mesmo antes da publicação do Decreto-Lei n.º 49/2010, era entendido que, no caso de suspensão da Assembleia Geral, a melhor interpretação da Lei apontava no mesmo sentido da recomendação, i.e., que não se deveria obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão. Com o Decreto-Lei n.º 49/2010, passa a ser proibida a exigência de bloqueio, pelo que a recomendação deixa de fazer sentido (pois a sua adopção resulta de imposição legal).

Os accionistas podem ser representados por pessoas com capacidade jurídica plena, devendo tal designação ser comunicada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 17 horas do penúltimo dia anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral.

4.8. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP a cada acção corresponde um voto.

Não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Esta limitação aplica-se em todas as deliberações, incluindo aquelas para as quais a lei ou os Estatutos da EDP exigem uma maioria qualificada determinada sobre o capital da sociedade.

De acordo com o n.º 4 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto inerentes às acções de categoria A, que, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de norma legal que o venha a modificar ou a substituir, lhes sejam imputáveis.

Os accionistas da EDP têm o dever de prestar ao Conselho de Administração Executivo, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e estejam relacionados com o n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sendo que o incumprimento deste dever

determina a inibição do exercício dos direitos de voto inerentes às acções detidas pelo accionista inadimplente.

No caso de a limitação de contagem de votos afectar vários accionistas, a referida limitação opera proporcionalmente às acções ordinárias por cada um detidas.

O nº 1 do artigo 15º dos Estatutos da EDP estabelece que os accionistas que, nos termos do referido nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou de previsão legal que o venha a modificar ou a substituir, passem a ser detentores, ou a ter imputação de, uma participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem precedido a essa comunicação.

A EDP tem adoptado medidas que visam incentivar o exercício do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem financeira, susceptível de afectar o exercício deste direito. Entre essas medidas incluem-se:

- Divulgação generalizada da convocatória da Assembleia Geral, com indicação expressa dos meios disponíveis para o exercício do direito de voto, nomeadamente através de publicações periódicas e do envio de “mailings” aos accionistas;
- O pagamento dos custos associados à emissão das declarações de titularidade e bloqueio das acções para a totalidade dos accionistas que participem (directamente ou por correspondência) na Assembleia Geral;
- O pagamento dos custos associados ao exercício do voto por correspondência, incluindo os meios de envio postal do voto.

4.9. VOTO POR CORRESPONDÊNCIA / POR MEIOS ELECTRÓNICOS

Os accionistas da EDP podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem do dia, mediante carta, com assinatura idêntica à do bilhete de identidade, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção e enviada para a sede social, que deverá ser entregue com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, salvo se prazo superior constar da convocatória, remetendo ainda fotografia legível do bilhete de identidade de quem assina a carta.

Cabe ao Presidente da Mesa verificar a autenticidade e regularidade dos votos exercidos por correspondência, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que esses votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. No “Website” da EDP (www.edp.pt) os accionistas podem encontrar um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Nos termos do nº 7 do artigo 14º dos Estatutos da EDP, o direito de voto pode igualmente ser exercido por via electrónica, de acordo com requisitos que assegurem a sua autenticidade, os quais devem ser definidos pelo Presidente da Mesa na convocatória da respectiva Assembleia Geral.

4.10. QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.

Os Estatutos da EDP não consagram qualquer quórum constitutivo em relação à Assembleia Geral (adoptando a regra do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente ao quórum deliberativo, a regra adoptada nos Estatutos da EDP consiste em a Assembleia Geral poder deliberar, em primeira ou segunda convocação, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, incluindo as deliberações sobre alteração dos estatutos, fusão, cisão ou transformação da Sociedade (pelo que, nestas matérias é inferior ao previsto na Lei, isto é, a necessidade de estarem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos acções correspondentes a um terço do capital social).

Nos demais casos, aplica-se o quórum deliberativo previsto na Lei, nomeadamente o art. 383º, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais.

4.11. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

A EDP disponibiliza, em língua portuguesa e inglesa, para consulta, no prazo de 5 (cinco) dias, no seu “Website” (www.edp.pt) extractos das atas das Assembleias Gerais da EDP e, bem assim, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e formas de participação.

A EDP considera que a informação materialmente relevante para os investidores não abrange a totalidade do conteúdo das atas, cuja disponibilização integral seria, aliás, susceptível de utilização para finalidades não relacionadas com o interesse social dos accionistas, dos investidores e do mercado em geral. Nesta medida, a EDP disponibiliza no seu “Website” um extracto das atas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a constituição da Assembleia Geral e com as deliberações tomadas no seu decurso, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido “Website” é disponibilizada aos accionistas da EDP informação relativa: i) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; ii) ao exercício de direito de voto por correspondência; e iii) os elementos informativos disponíveis na sede social.

A isto acresce o facto de a EDP clarificar os seus accionistas sobre as formas de participação na Assembleia Geral com a apresentação de modelo de carta de representação, de boletim de voto e das instruções necessárias para o exercício do voto via correio electrónico.

No referido “Website”, os accionistas da EDP podem consultar todos estes elementos, bem como o acervo histórico da informação relativa às Assembleias Gerais Anuais e Extraordinárias realizadas desde 2005.

Do acervo histórico não constam as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas dada a natureza pessoal dos dados envolvidos.

governo da sociedade

4.12. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO E MUDANÇA DO CONTROLO DA SOCIEDADE

A EDP não adoptou medidas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição que pusessem em causa os interesses da sociedade e dos seus accionistas.

Apesar de os Estatutos da EDP preverem uma limitação quanto ao exercício de direitos de voto relativos a acções da categoria A, de acordo com a qual não são considerados os votos inerentes a acções da categoria A emitidos por um mesmo accionista (nos termos da imputação de direitos de voto estabelecida no artigo 20º, nº 1 do Código dos Valores Mobiliários) que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, esta limitação não constitui uma medida adoptada com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Com efeito, a insusceptibilidade de a limitação de direitos de voto impedir o êxito de uma oferta pública de aquisição resulta da actual estrutura de capital da EDP e do peso relativo das acções de categoria A nesse capital, bem como da conformidade do quórum deliberativo de dois terços dos votos emitidos, que se encontra previsto nos Estatutos da EDP para a alteração do contrato de sociedade nesta matéria, com o disposto no número 2 do artigo 182º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Tão pouco foram adoptadas medidas defensivas com o intuito de, ou que tivessem como consequência, provocar uma erosão grave no património da EDP em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Conselho de Administração Executivo, prejudicando a livre transmissibilidade das acções e uma livre apreciação por parte dos seus accionistas do desempenho dos titulares do Conselho de Administração Executivo.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração Executivo, a EDP não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição (exceptuando a prática normal em matéria de emissão de dívida), nem é parte de acordos com titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimentos sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. REMUNERAÇÕES

5.1. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

De acordo com os Estatutos, as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, com excepção das remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Em linha com os interesses que a recomendação II.1.5.2 do Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM visa tutelar, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral toma em consideração para a fixação das remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Revisor Oficial de Contas, designadamente, o seu carácter fixo, bem como as regras imperativas sobre a respectiva determinação, em particular o disposto no n.º2 do art. 440º do Código das Sociedades Comerciais, o qual explicita os critérios de determinação da remuneração do Conselho Geral de Supervisão; art. 374º-A do Código das Sociedades Comerciais, sobre a remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral; e no art. 60º do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro, sobre a remuneração do Revisor Oficial de Contas.

O montante global bruto das remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da EDP, no exercício de 2010, foi de 7.851.247,13 euros.

5.2. REMUNERAÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não recebe remuneração nessa qualidade, na medida em que é remunerado como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

5.3. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

A definição da política de remuneração dos membros do Órgão de Administração compete à Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão. Esta comissão definiu a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflecta o desempenho de cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização da “performance” de longo prazo da Empresa (remuneração variável plurianual).

A Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão submeteu, à Assembleia Geral de 16 de Abril de 2010, uma declaração sobre a política de remunerações para o triénio 2009-2011, a qual mereceu aprovação, com os termos seguintes:

- Remuneração Fixa – corresponde a 600.000 euros brutos anuais para o Presidente do Conselho de Administração Executivo e a 80% daquele montante para os restantes membros do Conselho de Administração Executivo;
- Remuneração Variável Anual – para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo o seu valor poderá oscilar entre 0 e 80% da remuneração bruta fixa anual, sendo a determinação do respectivo montante efectuada com base nos seguintes indicadores em relação a cada ano do mandato: “performance” relativa do “Total Shareholder Return” do Grupo

EDP vs Eurostoxx Utilities e PSI-20, capacidade real de criação de valor accionista, crescimento de Margem Bruta, crescimento do Resultado Líquido e crescimento do EBITDA;

- Remuneração Variável Plurianual – igualmente para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo, esta componente pode ser estabelecida num montante compreendido entre 0 e 120% da remuneração bruta anual, em função da avaliação anual acumulada da “performance” dos administradores na materialização da sustentabilidade económica do Grupo EDP. A atribuição desta remuneração plurianual só se torna efectiva se no final do mandato tiverem sido atingidos, pelo menos, 90% dos objectivos estratégicos fixados, que serão avaliados em função da performance e da comparação com os universos estratégicos de referência. Em concreto a fixação desta componente remuneratória é efectuada com base nos seguintes elementos: “performance” relativa do EBITDA do Grupo EDP no mandato, capacidade de criação de valor do Grupo EDP no mandato, “performance” relativa do retorno total para o accionista do Grupo vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, “performance” do Índice de sustentabilidade aplicado ao Grupo EDP (metodologia DJSI), imagem do Grupo EDP nos mercados nacional e internacional, capacidade de mudança e adaptação a novas exigências do mercado e cumprimentos de metas estratégicas fixadas para o Grupo EDP.

O período temporal considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração (de 3 anos), a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspectiva

estratégica e de médio prazo no desenvolvimento da Empresa, a existência de um limite máximo (“cap”) para a remuneração variável e o peso relativo desta componente no valor global da remuneração constituem elementos determinantes para fomentar um desempenho da gestão da Empresa que não se focalize apenas em objectivos de curto prazo, mas que integre na sua performance os interesses da Sociedade e dos accionistas no médio e longo prazo.

A EDP não estabeleceu qualquer sistema de benefícios de reforma específicos para os seus administradores. A remuneração fixada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão prevê a contratação de um produto financeiro de tipo Plano Poupança Reforma que funciona como complemento efectivo de reforma dos membros do Conselho de Administração Executivo e corresponde a 10% do valor da respectiva remuneração anual fixa.

A EDP não celebrou com qualquer administrador acordo que preveja a atribuição de compensação por destituição sem justa causa.

Os administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

Nenhum dos membros do Órgão de Administração celebrou, quer com a sociedade, quer com terceiros, qualquer contrato que tenha por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não há nenhum administrador executivo titular de acções da EDP por força de esquemas de remuneração variável.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios brutos pagos, individualmente, aos membros do Conselho de Administração Executivo, durante o ano de 2010.

Euros	Remunerações pagas pela EDP		Remunerações pagas por sociedades maioritariamente detidas pela EDP	
	Fixo	Variável	Fixo	Variável
António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)	703.448,20	351.684,00		
Ana Maria Machado Fernandes	178.758,58	52.234,80	384.000,00	208.939,20
António Fernando Melo Marlins da Costa	562.758,56	261.174,00		
António Manuel Barreto Pita de Abreu	546.206,78	232.286,40	306.653,15	
João Manuel Manso Neto	562.758,56	304.950,00		
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	562.758,56	290.358,00		
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	527.999,92	304.950,00		

Nota: As remunerações do Presidente do CAE e dos vogais do CAE incluem os montantes relativos ao Plano Poupança Reforma. Os montantes das remunerações variáveis foram fixados com base no tratamento fiscal aplicável no país em que o Administrador tinha residência fiscal. Os montantes pagos por sociedades maioritariamente detidas pela EDP referem-se exclusivamente ao período de residência no estrangeiro.

governo da sociedade

5.4. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão reveste uma natureza fixa atendendo às funções desempenhadas.

A remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão foi fixada tendo em consideração, nomeadamente, o desempenho das suas funções em regime de dedicação a tempo inteiro, ao contrário do que acontece com os restantes membros do Conselho.

Na Assembleia Geral Anual realizada em 16 de Abril de 2010, o Presidente da Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral submeteu a apreciação a política de remuneração dos Órgãos Sociais, com excepção do Conselho de Administração Executivo, para o triénio em curso, de acordo com os seguintes termos:

- Política de remuneração baseada no mérito;
- Comparação de regimes remuneratórios em vigor nas empresas congéneres do PSI-20 e apreciação da posição relativa de topo da EDP no referido índice;
- A forma concreta como são efectivamente exercidas, pelos membros de cada órgão social, as respectivas funções.

A declaração de política de remunerações não foi, porém, aprovada pelos accionistas, tendo sido efectuado o pagamento das respectivas remunerações de acordo com os valores aplicados no exercício de 2009.

No quadro seguinte apresenta-se os valores das remunerações auferidas pelos membros do Conselho Geral e de Supervisão no exercício de 2010:

Euros	Fixo
António de Almeida (Presidente)	638.965,44
Alberto João Coraceiro de Castro	60.000,00
António Sarmiento Gomes Mota	65.000,04
Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur)	58.252,60
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	50.000,04
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	54.999,96
Eduardo de Almeida Catroga	54.999,96
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira (1)	0,00
José Manuel dos Santos Fernandes	54.999,96
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	54.999,96
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	65.000,04
Mohamed Ali Ismaeil Ali Al Fahim	38.543,88
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	54.999,96
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	60.000,00
Sonatrach	44.494,08
Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	84.999,96

Nota: A remuneração do Presidente do CGS inclui o montante relativo ao Plano Poupança Reforma.
(1) Renunciou à remuneração

Durante o ano de 2010, auferiram ainda remuneração os seguintes ex-membros do Conselho Geral e de Supervisão.

Euros	Fixo
Khalifa Adbulla Khamis Al Romaiti	11.532,25
Mohamed Meziane	4.166,67
Vasco Maria Guimarães José de Mello	53.373,62

Para além da remuneração fixa acima indicada, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão beneficia de um produto financeiro de tipo Plano de Poupança Reforma que funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 10% do valor da respectiva remuneração anual.

5.5. REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES

A remuneração dos dirigentes, na acepção do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, com excepção dos membros dos Órgãos Sociais, coincide com o regime aplicável aos trabalhadores em geral. Tal remuneração consiste numa quantia fixa mensal, podendo ainda ser-lhes atribuído um prémio anual em função do desempenho corporativo e "performance" individual, de acordo com critérios previamente definidos, nomeadamente o cumprimento de resultados previamente fixados, absentismo e de equidade.

5.6. ACORDOS RELATIVOS À CESSAÇÃO DO VÍNCULO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE TRABALHO

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração, de fiscalização ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administrador, nem em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição. Por conseguinte, não foram pagas nem são devidas a ex-administradores quaisquer indemnizações pela cessação do respectivo vínculo.

5.7. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS ACÇÕES

O único plano de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções em vigor actualmente é o seguidamente indicado.

5.7.1. APLICÁVEL AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO NOS EXERCÍCIOS DE 2003/2005

Como elemento da remuneração variável do Presidente do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva e dos vogais da Comissão Executiva que exerceram funções no triénio 2003 a 2005 foi previsto pela Comissão de Vencimentos em funcionamento ao tempo a atribuição de opções relativas a cada ano de acordo com a avaliação qualitativa e quantitativa de cada exercício. De acordo com este plano cada opção de compra pode ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

Em 2010 foram exercidas 406.920 opções, conforme o quadro seguinte, o qual detalha também a totalidade de atribuições relativas aos exercícios de 2003 a 2005.

Data de Atribuição	Nº de Benef.	Nº de opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções exercidas	
						Em 2010	Total
30-Abr-04	6	760.482	2,29	30-Abr-05	29-Abr-12	0	722.206
30-Jun-05	6	932.328	2,21	30-Jun-06	29-Jun-13	98.404	740.070
2-Mai-06	6	1.461.497	2,21	2-Mai-07	1-Mai-14	308.516	1.086.554

5.8. REMUNERAÇÃO DO AUDITOR

A KPMG tem a incumbência de realizar a auditoria externa independente de todas as empresas que integram o Grupo EDP, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, EUA e nos outros países em que o Grupo se encontra presente.

Em 2010, os custos reconhecidos e especializados com honorários da KPMG relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia e fiabilidade, de consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas para Portugal, Espanha, Brasil, EUA e outros países foram os seguintes:

Tipologia de Serviços	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros Países	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	2.542.000 (1)	1.685.329	1.256.339	727.908	327.211	6.538.787
Serviços de garantia e fiabilidade	1.012.711	207.890	379.318	174.197	12.950	1.787.066
Sub - Total	3.554.711	1.893.219	1.635.657	902.105	340.161	8.325.853
Serviços de Consultoria fiscal	364.423	17.000	-	481.402	-	862.825
Outros serviços que não de revisão legal de contas	54.300	175.000	-	-	-	229.300
Sub - Total	418.723	192.000	-	481.402	-	1.092.125
Total	3.973.434	2.085.219	1.635.657	1.383.507	340.161	9.417.978

(1) Inclui a remuneração do Revisor Oficial de Contas da EDP, no montante de 180.000 euros.

Os serviços de auditoria e de revisão legal de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associadas e a entidades conjuntamente controladas.

governo da sociedade

6. ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

6.1. EDP NO MERCADO DE CAPITALIS

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997. Desde então foram admitidas mais acções à negociação na NYSE Euronext Lisbon, na sequência de fases posteriores de reprivatização:

Fases de Admissão à Negociação da EDP

Fase de Admissão	Data
1ª Fase de Privatização / IPO	16/Jun/97
2ª Fase Reprivatização	26/Mai/98
3ª Fase Reprivatização	28/Jun/98
4ª Fase Reprivatização	23/Out/00
5ª Fase Reprivatização / Aumento de capital	07/Dez/04
6ª Fase Reprivatização	27/Dez/05
7ª Fase Reprivatização*	13/Dez/07

* Obrigações convertíveis

Em Dezembro de 2007, a Parpública realizou uma emissão de obrigações permutáveis em acções da EDP, correspondente a 4,144% do capital social, com maturidade em Dezembro de 2014 e preço de exercício de €6,70. Em Dezembro de 2010, a Parpública resgatou as obrigações permutáveis em acções da EDP emitidas em Dezembro de 2005 e com maturidade de 5 anos.

A EDP tem 2.936.222.980 acções ordinárias admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon, com o valor nominal de 1 euro cada, representativas de 80,30% do seu capital social. O "free float" em 2010 situava-se nos 63%.

Acções

NYSE Euronext Lisbon	Acções
Reuters RIC	EDPLS
Bloomberg	EDP PL
ISIN	PTEDP0AM0009

As acções EDP constituem também activo subjacente a contratos de futuros e "warrants" transaccionados na praça de Lisboa.

Encontram-se ainda admitidos à negociação em mercados bolsistas os seguintes empréstimos obrigacionistas da EDP:

Emissão / ISIN	Data		Cupão	Bolsa	Montante	
	Emissão	Maturidade			Emissão	Outstanding ⁽²⁾
2ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0126990778	28-03-2001	28-03-2011	Anual Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Frankfurt	1.000.000.000	747.352.000
Emissão - Colocação Privada	01-06-2010	01-06-2011	Taxa Variável EUR		500.000.000	500.000.000
12ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0256996538	12-06-2006	12-06-2012	Anual Taxa fixa EUR 4,25%	Londres	500.000.000	500.000.000
1ª Emissão 144A/REGS US26835PAA84	02-11-2007	02-11-2012	Anual Taxa fixa USD 5,375%	Londres	1.000.000.000 ⁽⁴⁾	1.000.000.000 ⁽⁴⁾
15ª Emissão XS0413462721	18-02-2009	18-02-2014	Anual Taxa fixa EUR 5,5%	Londres	1.000.000.000	1.000.000.000
Emissão - Colocação Privada	01-02-2010	01-02-2015	Taxa Variável USD		74.839.000	74.839.000
20ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0495010133	16-03-2010	16-03-2015	Anual Taxa fixa EUR 3,25%	Londres	1.000.000.000	1.000.000.000
9ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0221295628	22-06-2005	22-06-2015	Anual Taxa fixa EUR 3,75%	Londres	500.000.000	500.000.000
13ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0256997007	12-06-2006	13-06-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,625%	Londres	500.000.000	500.000.000
16ª Emissão XS0435879605	25-06-2009	26-09-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,75%	Londres	1.000.000.000	1.000.000.000
6ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0152784715	09-08-2002	09-08-2017	Anual Taxa fixa GBP 6,625%	Londres	200.000.000 ⁽³⁾	200.000.000 ⁽³⁾
2ª Emissão 144A/REGS US26835PAB67	02-11-2007	02-02-2018	Anual Taxa fixa USD 6,00%	Londres	1.000.000.000 ⁽⁴⁾	1.000.000.000 ⁽⁴⁾
3ª Emissão 144A/REGS XS0454935395	29-09-2009	01-10-2019	Semi-Anual Taxa Fixa USD 4,9%	Londres	1.000.000.000 ⁽⁴⁾	1.000.000.000 ⁽⁴⁾
10ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0223447227	29-06-2005	29-06-2020	Anual Taxa fixa EUR 4,125%	Londres	300.000.000	300.000.000
14ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0397015537	04-11-2008	04-01-2024	Anual Taxa fixa GBP 8,625%	Londres	325.000.000 ⁽³⁾	325.000.000 ⁽³⁾

(1) EMTN - Euro Medium Term Notes

(2) Outstanding - Valor em Dívida em 31 Dez 2009

(3) Montante em GBP

(4) Montante em USD

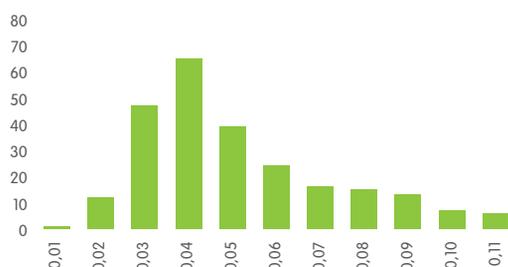
Em 2010, a EDP foi uma das empresas com maior capitalização bolsista e apresentou um peso relativo no PSI-20 - índice de referência da NYSE Euronext Lisbon - de cerca de 11,6% do mesmo. A EDP é uma das oito empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100, com um peso na ordem dos 0,558%. A acção EDP constitui também uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities". A EDP está presente no índice de sustentabilidade do Dow Jones ("Dow Jones Sustainability Index") e é a primeira empresa portuguesa a ser líder mundial.

Em 2010, as acções EDP desvalorizaram 19,9%, ou seja, de 3,108 euros para 2,491 euros. A referida desvalorização adicionada ao dividendo bruto no valor de 0,155 euros por acção, (pago em 13 de Maio de 2010), resultou num retorno total bruto negativo de 14,9% no período em referência. Esta "performance" ficou em linha com os retornos proporcionados pelos principais índices de referência, nomeadamente o Dow Jones Europe STOXX Utilities, que teve uma "performance" negativa de 14,7% no período e abaixo do PSI-20 que desvalorizou 10,3% em 2010.

O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista (nº de acções emitidas x preço por acção), ascendia, em 2010, a 9.108 milhões de euros, o equivalente a 14,8% da capitalização total de acções do índice PSI-20 que ascendia a 61.582 milhões de euros. Em 2010, a EDP foi uma das acções mais transaccionadas na NYSE Euronext Lisbon. Foram transaccionadas, neste mercado de cotações oficiais, cerca de 2.367 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 9,1 milhões de acções, a um preço médio de 2,655 euros e a cerca de 81% do total de acções da EDP admitidas à negociação. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 15,9% (6.292 milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI-20 (39.485 milhões de euros).

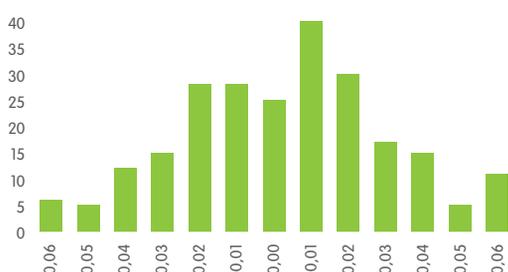
Os gráficos seguintes representam a variação diária e intra diária da acção EDP na NYSE Euronext Lisbon e permitem concluir que, apesar do comportamento volátil das bolsas em 2010, a EDP exibiu uma volatilidade mais reduzida.

**Histograma de Variação Intradiária
52 Semanas (Jan 10-Dez 10)**



Intervalo de Variação Intradiária €

**Histograma de Variação Diária
52 Semanas (Jan10-Dez 10)**



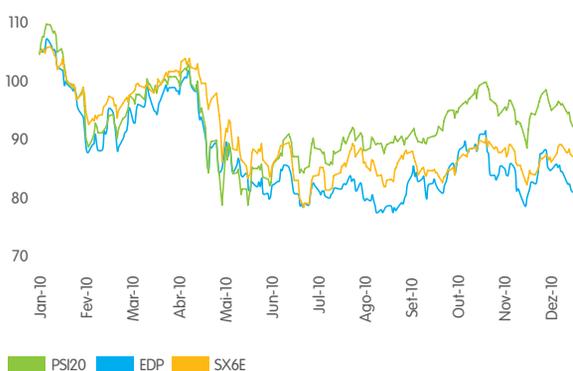
Variação Diária €

Fonte: Bloomberg

6.2. FACTORES QUE INFLUENCIARAM A EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES EDP

Em 2010, a performance do Mercado accionista em economias desenvolvidas, como na Europa e nos Estados Unidos, foi muito diferente da performance em mercados emergentes, como a Ásia e América Latina. A performance dos mercados accionistas em mercados emergentes provou-se robusta, reflectindo perspectivas de um crescimento sustentado. A EDP está actualmente presente no Brasil através da EDP Brasil, por si detida em 65%. As acções da EDP Brasil subiram 15% em 2010, em resultado da sólida performance operacional e financeira no período. Por sua vez, os Estados Unidos e a Europa foram afectados por preocupações de endividamento, nomeadamente nos países periféricos da zona Euro. Neste sentido, Portugal foi um dos países mais afectados, contribuindo para uma queda de 10% do índice PSI20 em 2010. Esta descida compara com uma subida de 10% no índice norte-americano DJ Industrial average e com uma subida de 8% no índice europeu Stoxx Europe 600.

EDP vs PSI20 vs DJ Euro Stoxx Utilities



Fonte: Bloomberg

Em termos de sectores europeus, as maiores valorizações bolsistas foram registadas pelos sectores mais expostos à Ásia e América Latina, e ainda pelos envolvidos em movimentos de consolidação. As maiores quedas registadas foram a do sector bancário (-12%), penalizado por receios sobre a sua liquidez e de maior risco de crédito vencido, e o sector de “utilities”. O índice referência do sector “utilities”, Stoxx 600 Utilities, recuou 9% em 2010, reflectindo um enquadramento operacional desafiante e maior incerteza regulatória. Em termos operacionais, o sector foi afectado pela menor procura térmica decorrente do aumento de capacidade instalada de fontes renováveis e pela situação de excesso de gás nos mercados internacionais, que conduziu a uma descolagem do preço de gás nos mercados à vista face aos preços de gás contratado a longo prazo na Península Ibérica (indexados ao preço do brent). Desta forma, as empresas eléctricas Ibéricas foram particularmente influenciadas pelos baixos preços de electricidade no mercado grossista aliados a elevados preços de combustíveis e pela elevada pressão de contratos de gás com cláusulas de “take-or-pay”. No quadro regulatório, restrições decorrentes de situações de défice público e de desequilíbrios no sistema eléctrico implicaram alterações regulatórias adversas, nomeadamente com impostos sobre capacidade nuclear introduzidos na Alemanha e com um corte de subsídios a energias renováveis em Espanha. As acções da EDP perderam 19,9% em 2010. Considerando que a EDP pagou um dividendo de 0,155 euros por acção a 13 de Maio de 2010, correspondente a um “dividend yield” de 5,7% (com base no preço da acção em 10 de Maio), o retorno total para os accionistas da EDP foi de -14,9%.

Ao longo de 2010 os países europeus procuraram emergir da crise internacional de 2007/2008. Após vários estímulos ao crescimento introduzidos pelos governos europeus em 2009, os esforços em 2010 centraram-se nos elevados défices públicos, na dívida externa insustentável e nas reduzidas perspectivas de crescimento. Em particular para os países periféricos da zona Euro (Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda), a impossibilidade de recorrer à depreciação cambial para reduzir o défice externo conduziu a um forte aumento dos spreads de crédito e à revisão em baixa do rating soberano. Por conseguinte, os governos foram obrigados a adoptar várias medidas de austeridade que, por sua vez, limitaram o potencial de crescimento imediato das economias.

Em Portugal, o forte aumento do défice público em 2009, para 9,3%, foi seguido de diferentes planos de austeridade, em Maio e Setembro de 2010, com vista a cumprir os requisitos da União Europeia mediante a redução do défice público para 7,3%, 4,6% e 3% em 2010, 2011 e 2012 respectivamente. As medidas de austeridade implementadas envolveram aumentos de impostos, redução de salários na função pública e a redução de apoios sociais. Mesmo assim, a notação de risco da dívida soberana Portuguesa foi revista em baixa pelas principais agências de rating: a 2 Abril, em 2 níveis pela Standard & Poor’s, a 2 de Julho em 2 níveis pela Moody’s e em Dezembro pela Fitch. Adicionalmente, tanto a Standard & Poor’s como a Moody’s colocaram a dívida soberana Portuguesa em revisão para possível baixa do “rating” no mês de Dezembro. Apesar de todas estas alterações ao nível de país, a notação de risco da EDP manteve-se inalterada ao longo de grande parte do ano, passando apenas em Dezembro a estar igualmente em revisão para possível baixa de “rating” pela Standard & Poor e Moody’s. Em Agosto de 2010, o governo Português aprovou uma emissão obrigacionista convertível em acções da EDP, não tendo a sua emissão, contudo, ocorrido em 2010.

Como reflexo da crise soberana, os “spreads” da dívida na Europa variaram substancialmente: enquanto as “yields” de obrigações do Estado alemão se mantiveram em níveis reduzidos, as “yields” de Estados periféricos subiram fortemente. Em resultado dos mais

governo da sociedade

elevados “spreads” de dívida exigidos em Espanha e Portugal, a titularização do défice tarifário em Espanha foi adiada e a prossecução da política de financiamento da EDP revelou-se mais desafiante. Mesmo assim, a EDP conseguiu reduzir o custo médio de financiamento e garantiu os fundos necessários a dois anos de vista e com um custo competitivo. Em Março, a EDP emitiu obrigações no montante de 1.000 milhões de euros, com maturidade em 5 anos e cupão de 3,25%. No primeiro semestre, a EDP concretizou duas emissões privadas a taxa variável, no valor de 100 milhões de dólares a 5 anos e de 500 milhões de euros a 1 ano, respectivamente. Em Julho, a EDP contratou com o Banco Europeu de Investimento um empréstimo a 15 anos no valor de 140 milhões de euros. Em Novembro, a EDP assinou um contrato de financiamento em modalidade “revolving” no valor de 2.000 milhões de euros, em substituição de uma outra, no valor de 1.600 milhões de euros, assinada em Março de 2009 e com semelhante objectivo: suporte de liquidez do grupo.

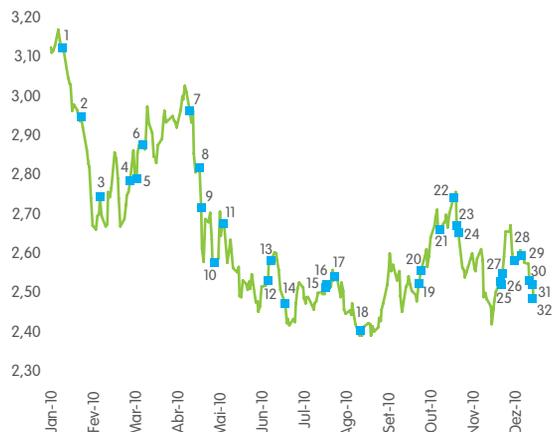
Em 2010, o euro depreciou-se significativamente face ao dólar norte-americano e real brasileiro. Considerando o enfoque da EDP no mercado eólico americano e a sua estratégia de financiar os investimentos em moeda local, a depreciação em 7% do euro face ao dólar (5% em termos médios) teve um impacto significativo na dívida do grupo EDP, nomeadamente em Junho e Dezembro. Adicionalmente, a depreciação em 13% (19% em termos médios) do euro face ao Real brasileiro teve um impacto particularmente positivo no resultado operacional bruto consolidado, nomeadamente no segundo semestre do ano.

No plano regulatório, o ano de 2010 foi marcado por incerteza. Nos Estados Unidos da América, a aprovação da “Energy Bill” foi adiada, concretizando-se em Dezembro a prorrogação por um ano do pedido de restituição monetária do Crédito Fiscal ao Investimento, a qual é aplicável aos parques eólicos do grupo nos Estados Unidos da América. Num quadro de baixos preços, esta conjuntura resultou num Mercado de CAE muito pouco dinâmico durante o ano. Em Espanha, o Mercado aguardou ao longo de 2010 a tomada de medidas tendentes a equilibrar o sistema eléctrico, mas apenas em Dezembro o Governo aprovou um conjunto positivo de medidas.

À luz do enquadramento regulatório e de mercado, a EDP encarou a flexibilidade como um factor crítico de sucesso. Em termos de abastecimento de gás, a EDP manteve um conjunto diversificado de fontes e um volume de gás contratado a longo prazo baixo das suas necessidades. Em termos de investimentos, a EDP assinou um contrato com a Vestas com vista à entrega de 1.500MW de turbinas eólicas, com as necessárias cláusulas de flexibilidade em termos de volume, local e momento de entrega das turbinas. Face aos termos deste contrato, a EDP pode ajustar o seu programa de investimentos em função do enquadramento regulatório, optando em pelo corte, em Maio de 2010, do investimento anual previsto para 2011 e 2012 de 3.000 milhões para 2.400 milhões de euros. Em Novembro, a EDP anunciou um novo corte no investimento previsto, para uma média anual de 2.100 milhões de euros em 2011 e 2012.

Em 2010, o sector de “utilities” foi igualmente marcado pelo claro enfoque de diversas empresas na redução de endividamento, seja através de venda de activos (Enel, Gas Natural, Iberdrola, Endesa, EDP), melhoria da estrutura financeira (GDF-Suez, Verbund) ou de venda compulsiva de activos (Gas Natural). Em Julho, a EDP acordou reforçar a sua posição na Naturgas através da aquisição de 29,4% do respectivo capital à Ente Vasco, por 617 milhões de euros, a liquidar em três tranches anuais. Também em Julho, a EDP vendeu à REE os seus activos de transmissão de gás em Espanha (58 milhões de euros). Em Outubro, a EDP vendeu a sua posição de 21% na Distribución Eléctrica CentroAmérica Dos (DECA) por 127 milhões de dólares.

Principais Marcos na Evolução da Cotação da Acção EDP em 2010



#	Data	Descrição	Preço
1	13/Jan	EDP adjudica construção da nova central hidroeléctrica Venda Nova III	3,130
2	27/Jan	EDP Renováveis entra no mercado eólico italiano através da aquisição de 520 MW em desenvolvimento	2,955
3	10/Fev	Substituição do representante da Sonatrach no Conselho Geral e de Supervisão	2,751
4	4/Mar	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos a 2009	2,795
5	9/Mar	EDP emite obrigações no montante de 1 000 milhões de euros a 5 anos	2,800
6	12/Mar	Comunicação de redução de participação qualificada Pictet Asset Management	2,884
7	16/Abr	Assembleia Geral Anual	2,970
8	23/Abr	Indicação do representante da Senhora no Conselho Geral e de Supervisão	2,826
9	26/Abr	EDP Renováveis selecciona Vestas para contratar o fornecimento de aerogeradores relativos a um máximo de 2,1 GW de capacidade eólica	2,726
10	6/Mai	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1º Trimestre de 2010	2,585
11	13/Mai	Pagamento de dividendo bruto de €0,155 por acção relativo ao exercício de 2009 (dividendo líquido de €0,124)	2,685
12	15/Jun	Moody's mantém rating de longo prazo da EDP em 'A3' atribuindo outlook estável	2,539
13	17/Jun	Fitch mantém rating de longo prazo da EDP em 'A-' com outlook estável	2,589
14	28/Jun	EDP Renováveis estabelece acordo "tax equity" no montante de 141 milhões de dólares	2,480
14	28/Jun	Blackrock reduz participação na EDP	2,480
15	28/Jul	EDP reforça controlo da Naturgas	2,520
16	29/Jul	EDP acorda venda de activos de transporte de electricidade em Espanha à REE	2,530
16	29/Jul	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1º Semestre de 2010	2,530
17	4/Ago	ANEEL aprova revisão tarifária da EDP Escelsa	2,550
18	23/Ago	Atribuição de garantia de potência para a produção de energia eléctrica em Portugal	2,413
19	6/Out	Alteração de participação qualificada da Párpública e Caixa Geral de Depósitos	2,531
20	7/Out	Aneel aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 10,70%	2,564
21	21/Out	EDP aliena a sua participação na DECA II	2,670
22	29/Out	Standard & Poor's mantém o rating de longo prazo da EDP em 'A-' com outlook negativo	2,749
23	3/Nov	EDP contrata linha de crédito de 2.000 milhões de euros	2,676
24	4/Nov	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 3º Trimestre de 2010	2,662
25	7/Nov	EDP e CPI celebram memorando de entendimento para uma possível parceria de cooperação empresarial	2,570
26	3/Dez	Standard & Poor's coloca EDP em creditwatch negativo após acção idêntica à República Portuguesa	2,537
27	6/Dez	Comunicação de participação qualificada Norges Bank	2,529
28	7/Dez	Comunicação de participação qualificada Iberdrola	2,555
29	16/Dez	ERSE define tarifas de electricidade para 2011	2,590
30	21/Dez	Moody's coloca EDP em revisão para possível baixa do rating após acção idêntica à República Portuguesa	2,602
31	27/Dez	Renúncia de Membro do Conselho Geral e de Supervisão	2,538
32	29/Dez	Fitch considera que rating da EDP não é afectado pela baixa do rating da República Portuguesa	2,530
33	31/Dez	Alteração de participação qualificada da Párpública e Caixa Geral de Depósitos	2,491

INDICADORES - MERCADO DE CAPITALIS

	2010	2009	2008	2007	2006
Acções da EDP na NYSE Euronext Lisboa (euros)					
Cotação de início	3,108	2,695	4,470	3,84	2,60
Cotação de fecho	2,491	3,108	2,695	4,47	3,84
Cotação máxima	3,185	3,218	4,760	5,00	3,86
Cotação mínima	2,376	2,340	2,062	3,79	2,58
Variação da cotação e de índices de referência					
Acções EDP	(19,9%)	15,3%	(39,7%)	16,4%	47,7%
PSI20	(10,3%)	33,5%	(51,3%)	16,3%	29,9%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	(14,7%)	15,2%	(38,1%)	18,0%	35,6%
Euronext 100	1,0%	25,5%	(45,2%)	3,4%	18,8%
Liquidez das acções da EDP nos mercados					
Volume na NYSE Euronext Lisboa (M. euros)	6.291,8	4.969,7	9.710,1	21.256,5	12.812,5
Volume médio diário (M. euros)	24,3	21,8	37,9	83,4	50,2
Número de Acções Transaccionadas (M.)	2.367,2	1.722,3	2.761,1	5.079,7	4.080,9
Número Total de Acções Emitidas (M.)	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5
Acções privatizadas no final do ano (M.)	2.936,2	2.936,2	2.936,2	3.096,2	3.096,2
% do Capital já privatizado	80%	80%	80%	85%	85%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	33,3	34,2	35,7	15,5	7,1
Rotacção anualizada do Capital (acções privatizadas)	80,6%	58,7%	94,0%	164,1%	131,8%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)					
Capitalização bolsista no final do período	9.108,4	11.364,5	9.854,4	16.344,7	14.041,1
Rendibilidade total do Accionista					
Variacção anual da cotação	(0,62)	0,41	(1,78)	0,63	1,24
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,155	0,140	0,125	0,110	0,100
Rendibilidade total do Accionista	(14,9%)	20,5%	(36,9%)	19,3%	51,5%
Dividendos					
Dividendo por acção	0,17	0,155	0,14	0,125	0,11
Dividend yield	6,8%	5,0%	5,2%	2,8%	2,9%

6.3. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual NYSE Euronext Lisbon), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residentes	Não Resid.
1997 (1)	17/04/1998	18/05/1998	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998 (1)	11/05/1999	28/05/1999	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999 (1)	12/05/2000	31/05/2000	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000 (2)	10/05/2001	31/05/2001	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001 (2)	10/05/2002	6/06/2002	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002 (2)	22/05/2003	18/06/2003	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003 (2)	31/03/2004	30/04/2004	€ 0,090	€ 0,083	€ 0,079
2004 (2)	31/03/2005	29/04/2005	€ 0,092	€ 0,085	€ 0,081
2005 (2)	30/03/2006	28/04/2006	€ 0,100	€ 0,090	€ 0,090
2006 (2)	12/04/2007	4/05/2007	€ 0,110	€ 0,099	€ 0,099
2007 (2)	10/04/2008	8/05/2008	€ 0,125	€ 0,100	€ 0,100
2008 (2)	15/05/2009	14/05/2009	€ 0,140	€ 0,112	€ 0,112
2009 (2)	16/04/2010	13/05/2010	€ 0,155	€ 0,124	€ 0,124

(1) Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129\$87 em 1997, 140\$00 em 1998 e 140\$00 em 1999

(2) Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do "stock split".

Em relação ao exercício de 2009, o Conselho de Administração Executivo da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 16 de Abril de 2010, uma proposta de aplicação do resultado líquido (POC) de 630,0 milhões de euros, do qual 566,8 milhões de euros se destinavam à distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada por maioria de votos (99,9977%) na Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 13 de Maio de 2010, um dividendo bruto de 0,155 euros por cada acção.

Os Estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêm que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas pela Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas;
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, a título de participação nos lucros, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral;
- Atribuição à Fundação EDP de uma dotação para acções de mecenato de reconhecido mérito de acordo com programa a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão no âmbito da política de cidadania empresarial e de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, no valor correspondente a até 0,1% do volume consolidado de negócios.

governo da sociedade

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que se apuram após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e da dotação de 5% para reforço da reserva legal (até que esta perfaça a quinta parte do capital social) e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

“Dividend Payout”

A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância das disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção, pelos accionistas, de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa.

Perspectivas

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, no último evento “Investor Day”, realizado no dia 6 de Maio de 2010, com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi reforçado o objectivo de propor à Assembleia Geral anual um aumento do dividendo anual bruto por acção de 1,5 cêntimos de euro face ao valor distribuído no exercício anterior.

7. RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

7.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

A possibilidade de acesso pelos investidores (potenciais e efectivos) a informação relativa à actividade da Sociedade constitui um pilar da política e actuação da EDP. De facto, a correcta percepção da estratégia, da situação financeira, contabilística e patrimonial e dos eventos significativos relacionados com a empresa, só é possível através da promoção da transparência informativa e do fácil acesso a informação de qualidade.

Neste contexto, a EDP instituiu em 1997 uma direcção de apoio ao investidor com o objectivo assegurar um adequado relacionamento entre a sociedade e os seus accionistas, a Direcção de Relações com Investidores (“DRI”). A DRI assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Desta forma, a EDP pretende, de modo continuado e transparente, assegurar a manutenção de uma relação próxima com todos os agentes do mercado, proporcionando, nomeadamente aos investidores, um conjunto de informações que os possam auxiliar na tomada de decisões de investimento (ou desinvestimento), de uma forma esclarecido, clara e concreta.

7.2. DIRECÇÃO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES DA EDP

A função primordial da Direcção de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre o Conselho de Administração Executivo da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de informação privilegiada e de outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas.

Para o desempenho das suas funções, esta Direcção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Administrador Nuno Maria Pestana de Almeida Alves, membro do Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Relações com Investidores da EDP é coordenada por Miguel Viana e encontra-se localizada no edifício da sede da Empresa em:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone: +351 21 001 2834
Fax + 351 21 001 2899
Email: ir@edp.pt

“Website”: www.edp.pt

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

CANAIS	Presencialmente ¹	www.edp.pt	E-mail	Linha telefónica DRI ⁵	Correio postal ²	www.cmvm.pt	Media
Elementos obrigatórios por lei ou regulamento ³							
Convocatória	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Propostas do Conselho de Administração	✓	✓	-	✓	-	-	-
Alteração dos Estatutos	✓	✓	-	✓	-	✓	-
Outras Propostas	✓	✓	-	✓	-	-	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2009 ⁴	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos Órgãos sociais	✓	-	-	✓	-	-	-
Elementos adicionais disponibilizados pela EDP							
Minutas para o exercício de voto por representação	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	✓	-	✓	✓	✓	-	-
Esclarecimento de questões	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Estatutos e regulamentos da EDP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-
Resultados das votações das propostas	✓	-	-	✓	✓	✓	-

¹ Na sede da EDP.

² Adicionalmente, por iniciativa da EDP: Informação relativa à participação nas Assembleias Gerais de Accionistas de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, Comunicação do Presidente do CAE dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade.

³ Código das Sociedades Comerciais (artigo 289º) e Regulamento da CMVM nº n°1/2010.

⁴ Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único e Relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão.

⁵ Linha telefónica Relação com Investidores: +351 21 001 28 34.

7.3. ACTIVIDADE DA DIRECÇÃO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES DA EDP

A política da EDP em matéria de comunicação com o mercado consiste em apresentar a informação de forma clara, transparente e compreensiva e de forma a ser entendida pelos “stakeholders” e por toda a comunidade financeira.

O reporte financeiro da EDP tem-se pautado por uma política de transparência e consistência na informação prestada aos investidores e analistas e num trabalho constante de explicação, de uma forma clara e o mais simples possível das dinâmicas de um negócio tão complexo como o nosso. Estas linhas de orientação têm permitido construir relações de confiança com analistas e investidores. No final de 2010, 25 instituições realizaram relatórios de research sobre a EDP, tendo a maioria delas recomendação positiva: 16 recomendações comprar, 5 manter e 4 vender.

Como resultado da política adoptada, a EDP foi considerada a melhor empresa mundial em termos de reporte financeiro e foi ainda reconhecida como uma das melhores empresas do sector em termos de “Corporate Governance”, de acordo com “2010 IR Global Rankings.

Durante 2010, a EDP participou em diversos eventos com investidores com o objectivo de transmitir ao mercado a estratégia e o perfil da EDP em matéria de desempenho operacional e financeiro. Deste modo, foram organizados vários eventos nomeadamente roadshows, apresentações a analistas e investidores, reuniões e conference calls, bem como conferências

para investidores na Europa e nos Estados Unidos da América. Em Maio de 2010, a EDP realizou o evento “Investor Day” com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, no qual apresentou a sua estratégia e perspectiva de futuro, tendo ainda realizado uma apresentação sobre o acompanhamento das várias áreas de negócio. Em 2010, a EDP realizou mais de 300 reuniões com analistas e investidores e foram efectuadas 58 comunicações ao mercado.

7.4. INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO “WEBSITE” DA INTERNET DA SOCIEDADE

Para além da existência da Direcção de Relações com Investidores e, em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu “Website” (“www.edp.pt”), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao governo da sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio, em língua portuguesa e inglesa, inclui os dados da sociedade, relatórios de prestação de contas, os comunicados de informação privilegiada, os Estatutos e os regulamentos internos dos corpos sociais, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, o calendário de eventos societários, a identidade dos titulares dos Órgãos Sociais e do representante para as relações com o mercado, contactos da Direcção de Relação com Investidores, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O “Website” da EDP na Internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1999.



**informação
financeira**

158	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP
166	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



análise financeira

1. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Em 2010, o resultado líquido do Grupo EDP alcançou os 1.079 milhões de euros, o que compara com 1.024 milhões de euros no período homólogo. O resultado líquido cresceu 5% suportado por um crescimento de 7% do resultado operacional bruto.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GRUPO EDP	2010	2009	Δ%
Milhões de euros			
Margem bruta	5 404	5 105	6%
Fornecimentos e serviços externos	862	768	12%
Custos com pessoal	575	540	7%
Custos com benefícios aos empregados	153	158	-3%
Rendas de concessão	251	249	1%
Outros custos operacionais (líquidos)	(50)	27	-
Custos operacionais	1 791	1 742	3%
Resultado Operacional Bruto	3 613	3 363	7%
Provisões	104	75	39%
Depreciações e Amortizações líquidas	1 446	1 318	10%
Resultado Operacional	2 063	1 970	5%
Resultado da alien. de act. financeiros	61	60	2%
Resultados financeiros	-485	-487	0%
Resultados em associadas	23	25	-7%
Resultado antes de impostos	1 662	1 568	6%
IRC e Impostos diferidos	427	400	7%
Operações em descontinuação	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	1 235	1 168	6%
Accionistas da EDP	1 079	1 024	5%
Interesses Minoritários	156	144	8%

O resultado operacional bruto aumentou para 3.613 milhões de euros em 2010, suportado por: (i) +31% (+170 milhões de euros) na actividade eólica impulsionada pela maior produção (+32%) decorrente da expansão de portfólio; (ii) +22% (+124 milhões de euros) no Brasil, impulsionado pela apreciação do real em 19% e pela retoma da procura de electricidade; e (3) +13% (+109 milhões de euros) nas redes reguladas, suportado pela actividade regulada de gás (+52%, +82 milhões de euros, decorrente do início de consolidação dos activos adquiridos à Gas Natural e de maiores proveitos regulados em Espanha). Excluindo o impacto cambial, (+109 milhões de euros do Brasil, 13 milhões de euros nos EUA), o resultado operacional bruto cresceu 4% em 2010.

RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS – GRUPO EDP	2010	2009	Δ%
Milhões de euros			
Produção na Península Ibérica	1 235,1	1 374,9	-10%
Produção Contratada Longo Prazo	876,7	823,2	6%
Produção Liberalizada	358,4	551,7	-35%
Comercialização na Península Ibérica	58,2	54,7	6%
Distribuição na Península Ibérica	697,8	670,9	4%
Gás na Península Ibérica	273,0	217,5	25%
Eólico	712,7	542,5	31%
Brasil	674,0	550,2	22%
Outros e Ajustamentos	-38,0	-47,9	21%
Consolidado	3 612,8	3 363,0	7%

O resultado operacional bruto do negócio de produção na Península Ibérica diminuiu 10% (-137 milhões de euros) face ao período homólogo, para 1.238 milhões de euros.

Em 2010, o resultado operacional bruto da produção contratada de longo prazo (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual – CMEC e regime especial) aumentou 7%, para 877 milhões de euros suportado pelo acréscimo de produção nas nossas centrais mini-hídricas (+69%), entrada de nova capacidade instalada sob o regime especial, resultados com combustíveis mais altos (proveito de 19 milhões de euros em 2010 face a um custo de 34 milhões de euros em 2009) e menores custos de reestruturação (-18 milhões de euros face a 2009). Estes impactos mais do que compensaram o efeito de descomissionamento da central do Barreiro (-18 milhões de euros) e a normal depreciação da base de activos sob CMEC.

A margem bruta da produção contratada de longo prazo relativa aos custos de manutenção do equilíbrio contratual – CMEC subiu 2% para 962 milhões de euros em 2010, reflectindo maiores ganhos com combustíveis em resultado da variação de preços de combustíveis entre o momento de compra e consumo, a EDP registou um proveito de 19 milhões de euros em 2010 (comparativamente com um custo de 34 milhões de euros em 2009). Note-se que em resultado da nossa estratégia de cobertura de risco decorrente destas variações através de produtos derivados, este impacto é compensado ao nível de resultados financeiros. Por outro lado, a margem bruta foi também influenciada pelo descomissionamento da central do Barreiro.

A capacidade que opera sob CMEC em Portugal tem uma margem bruta estável contratada com RoA de 8,5% antes de inflação e impostos, ajustada não pela produção, mas pelo rácio de disponibilidade real face à contratada. A redução de 1% na capacidade instalada em regime CMEC resultou da exclusão da central a fuelóleo do Barreiro (56MW), em Dezembro de 2009. A central do Carregado a fuel óleo (710 MW), que contribuiu com 94 milhões de euros ao nível da margem bruta em 2010, será transferida para o nosso portfólio em mercado a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em linha com o passado, a EDP manteve uma disponibilidade das suas centrais térmicas acima do nível contratado: +10% nas centrais térmicas e +1% nas hídricas.

A margem bruta da produção contratada de longo prazo relativa ao regime especial aumentou 36% para 114 milhões de euros em 2010 impulsionada pela maior produção em centrais mini-hídricas (+69%) e pela nova capacidade em operação: 29 MW de biomassa na Figueira da Foz (Junho de 2009), 13 MW de biomassa em Constância (Setembro de 2009), ambas detidas a 50% pelo grupo EDP e 25 MW de cogeração no Barreiro (Março de 2010).

O resultado operacional bruto da produção de electricidade liberalizada ascendeu a 358 milhões de euros em 2010, reflectindo: (i) elevado custo médio de produção unitário das nossas centrais de produção em mercado (+8%), (ii) menor produção (-6%), (iii) menos oportunidades de arbitragem entre compras de electricidade no mercado à vista e a produção nas nossas centrais, a qual teve um forte impacto no quarto trimestre de 2009 e um impacto negligenciável no segundo semestre de 2010. De realçar que os resultados de 2009, beneficiaram da política de hedging, de oportunidades de arbitragem atractivas decorrentes dos baixos preços no mercado à vista e do forte aumento dos proveitos de serviços de sistema no quarto trimestre de 2010.

O custo médio de produção unitário das nossas centrais de produção em mercado aumentou 8% para €35/MWh, impulsionado por um custo de gás mais alto e pelo maior peso de CCGTs no portfólio de geração. De acordo com o Decreto Real 14/2010, toda a produção de electricidade em Espanha está sujeita a partir de 1 de Janeiro de 2011 a uma taxa €0,5/MWh.

A produção das nossas centrais em mercado em 2010 ficou 6% aquém de 2009, em 17 TWh. Como resultado do menor custo relativo de compras de electricidade na pool vis a vis a nossa produção própria, beneficiamos da flexibilidade do nosso portfólio ao satisfazer uma boa parte das nossas necessidades do negócio de comercialização através de compras na pool. Mesmo assim, a subida mais rápida do preço na pool no quarto trimestre de 2010 (quando comparada com o custo da nossa produção) proporcionou um aumento no número de horas de funcionamento das nossas centrais.

A produção das nossas centrais CCGTs foi 9,3 TWh, equivalente a um factor médio de utilização em linha com a média do sector (32%). A produção total recuou 4% em 2010, fruto de menor procura térmica na Península Ibérica (a qual justificou uma queda de 16% na produção ibérica em CCGTs) apesar das adições de capacidade: 2 novos grupos em Portugal (Lares 1 e 2 com capacidade de 863 MW) desde quarto trimestre de 2009; 1 novo grupo em Espanha (Soto 5 com capacidade de 428 MW) desde Dezembro de 2010. O custo médio de produção aumentou 20% em 2010, já que o custo mais elevado associado aos nossos contratos de longo prazo de abastecimento de gás (indexados ao preço do Brent) foi apenas parcialmente compensado por menor custo de deficit de emissão de CO₂. A partir de Janeiro de 2011, as nossas centrais em Portugal (2.039 MW) passaram a receber garantia de potência: €20/kW/ano durante 10 anos.

A produção das nossas centrais a carvão atingiu 4,2 TWh, com o factor médio de produção (33%) a superar consistentemente a média de Espanha (23%). Mesmo assim, a produção recuou 28% em 2010, afectada pela paragem mais longa do que esperado em Aboño 2, no primeiro trimestre de 2010, e pela significativa contração da procura térmica. O custo médio da produção a carvão recuou 7% em 2010, suportado pela nossa estratégia de sourcing, maior contribuição de gases siderúrgicos e menor défice de emissão de CO₂ no período.

A produção hídrica cresceu 54% em 2010, refletindo uma pluviosidade extrema no primeiro trimestre de 2010 e elevados níveis de armazenamento em barragens ao longo do ano. A produção nuclear subiu 7%, refletindo uma paragem mais longa do que o previsto na central de Trillo durante 7 semanas no primeiro trimestre de 2009 em comparação com uma paragem de 4 semanas para recarga de combustível no 2º trimestre de 2010.

O resultado operacional bruto do negócio de comercialização na Península Ibérica cresceu 6% face ao período homólogo para 58 milhões de euros devido ao aumento de actividade em 2010.

Em Portugal, o volume vendido a clientes no mercado livre cresceu 59% para 8,8 TWh em 2010, suportado pela expansão do mercado livre (que duplicou) e pela redução da nossa quota de mercado, de 65% em 2009 para 51% em 2010. O preço médio de venda recuou 23% em 2010, em €51/MWh, fruto do maior peso do segmento industrial e das actuais condições de mercado.

Em Espanha, o volume vendido aos nossos clientes livres em Espanha subiu 32% impulsionado pela expansão da base de clientes (+24%) e pelo acordo alcançado com a Associação de Pequenas Empresas de Distribuição de Electricidade (CIDE) em Julho de 2009. A nossa quota de mercado subiu 1p.p., para 12%, evidenciando a capacidade da EDP manter uma quota em comercialização que é o dobro da quota na produção. O preço médio de venda recuou 16%, para €52/MWh em 2010, verificando-se uma estabilização de preços após o ajustamento de preços contratados às actuais condições de mercado.

O resultado operacional bruto do negócio de distribuição na Península Ibérica aumentou 4% (+27 milhões de euros) face ao período homólogo para 698 milhões de euros.

O resultado operacional bruto das actividades de distribuição e comercialização de último recurso em Portugal diminuiu 1% para 563 milhões de euros em 2010, devido sobretudo a custos de reestruturação de recursos humanos (29 milhões de euros em 2010 face a 13 milhões de euros em 2009) e a um impacto positivo mais reduzido de ajustamentos de anos anteriores (6 milhões de euros em 2010 que comparam com 15 milhões de euros em 2009).

A electricidade entrada na rede de distribuição aumentou 4% no período para 51,6 TWh em 2010 (+3% ajustada dos efeitos temperatura e dias úteis) reflectindo uma melhoria da procura no segmento industrial, nomeadamente de indústrias exportadoras tais como pasta de papel e químicos. Os proveitos regulados da actividade de distribuição mantiveram-se estáveis, totalizando 1.213 milhões de euros em 2010. Adicionalmente, a EDP Distribuição registou um desvio tarifário positivo de 62 milhões de euros a devolver às tarifas decorrente essencialmente de um mix de consumo e tarifas diferente do que o assumido pela ERSE.

Em 2010, a electricidade comercializada pela nossa comercializadora de último recurso, a EDP Serviço Universal, caiu 19%, reflexo da passagem de clientes, essencialmente industriais, para o mercado liberalizado. A quota de mercado da EDP Serviço Universal em termos de electricidade comercializada caiu de 82% em 2009 para 64% em 2010. No que se refere às compras de electricidade: i) os volumes adquiridos aos produtores em regime especial aumentaram 25% (21% acima da estimativa da ERSE); e ii) o custo médio total com a compra de electricidade ficou 13% acima do previsto devido a um custo médio dos produtores em regime especial superior (€98/MWh face ao pressuposto da ERSE de €91/MWh), o que mais do que compensou um preço médio de compra de electricidade em mercado inferior ao esperado (€47/MWh face à estimativa da ERSE de €51/MWh). O maior volume de electricidade adquirida a produtores de regime especial a preços superiores originou um desvio tarifário negativo de 256 milhões de euros suportado pela EDP Serviço Universal a recuperar nas tarifas.

Em síntese, um desvio tarifário negativo de 195 milhões de euros foi gerado ao longo de 2010, o que em conjunto com a devolução através das tarifas de 509 milhões de euros de desvios tarifários positivos de anos anteriores, resultou num montante de 188 milhões de euros de recebimentos futuros da actividade regulada em Dezembro de 2010.

O resultado operacional bruto da actividade distribuição de electricidade em Espanha cresceu 30% para 135 milhões de euros em 2010 reflectindo um proveito operacional de 17 milhões de euros consequência da aplicação da IFRIC18. No decurso de 2010 a CNE emitiu notas de liquidação finais, relativamente aos anos de 2006 e 2007, tendo gerado um proveito de 22 milhões de euros.

A electricidade distribuída pela HC Energía essencialmente na região das Astúrias, aumentou 2%, reflectindo uma recuperação da actividade no sector industrial e também da procura no segmento residencial. Os proveitos regulados totalizaram 166 milhões de euros em 2010, aumentando 11%, fruto dos novos valores de proveitos de 2010 que haviam sido provisoriamente estabelecidos em Dezembro de 2009 e que foram revistos em Dezembro de 2010.

Apesar dos aumentos de 2010, as tarifas pagas pelos consumidores de electricidade foram insuficientes para cobrir os

análise financeira

custos do sistema eléctrico, criando um défice líquido relativo ao sistema eléctrico de 3,5 mil milhões de euros na liquidação de Dezembro de 2010 (referente a Outubro de 2010) dos quais 6,08% (212 milhões de euros) são atribuíveis à HC Energía. O montante do défice de 2010 para o sistema Espanhol estimado na liquidação de Fevereiro de 2011 (referente a Dezembro de 2010) pela CNE é de 4,9 mil milhões de euros. Em Dezembro de 2010 o governo aumentou os montantes dos défices reconhecidos para 2010, 2011 e 2012, estabelecendo um montante máximo de 5,5 mil milhões de euros para 2010 (face a 3,0 mil milhões de euros fixado em Abril de 2009), 3,0 mil milhões de euros para 2011 (face a 2,0 mil milhões de euros em Abril de 2009) e 1,5 mil milhões de euros para 2012 (face a mil milhões de euros em Abril de 2009). Em Dezembro de 2010, o montante de recebimentos futuros da actividade regulada totalizava 759 milhões de euros (incluindo juros/actualizações financeiras).

O **resultado operacional bruto do negócio de gás na Península Ibérica** cresceu 25% (+56 milhões de euros) face ao período homólogo para 273 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009, a Naturgas Energia concluiu a aquisição à Gas Natural de activos de distribuição em baixa pressão nas regiões da Cantábria e Múrcia, bem como de activos de distribuição em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria. Estes activos começaram a ser consolidados ao nível da demonstração de resultados a partir de Janeiro de 2010. No seguimento do exercício da opção de venda defida pelo Ente Vasco de Energía sobre uma participação de 30,4% da Naturgas, a HC Energía assinou um acordo para a compra de uma participação de 29,4% na Naturgas por 617 milhões de euros a pagar em 3 tranches entre 2010 e 2012. Actualmente, a HC Energía detém uma participação de 75% na Naturgas.

O crescimento do resultado operacional bruto do negócio de gás na Península Ibérica foi suportado pelo resultado operacional bruto da actividade de gás regulado que apresentou um crescimento de 52% para 241 milhões de euros devido à consolidação, pela primeira vez, dos activos adquiridos à Gas Natural (+43 milhões de euros) e a um aumento das receitas reguladas em Espanha e Portugal. Excluindo o contributo dos activos adquiridos à Gás Natural, o resultado operacional bruto cresceu 25% no período.

Em Espanha, a margem bruta da actividade de gás regulado aumentou 39% (+71 milhões de euros) para 251 milhões de euros em 2010, incluindo o contributo dos activos adquiridos à Gas Natural (+61 milhões de euros). De notar que a margem bruta de 2010 inclui uma perda não recorrente de 5 milhões de euros para ajustar as receitas reguladas do ano anterior pelos impactos negativos da crise económica na procura de gás e inflação. Numa base pro-forma, ajustado deste impacto, a margem bruta aumentou 8%. As receitas reguladas aumentaram 40% para 224 milhões de euros: i) os activos adquiridos à Gas Natural contribuíram com 52 milhões de euros, relativos a aproximadamente 3.300 km de rede de distribuição e 261 mil pontos de abastecimento; excluindo este contributo, ii) as receitas reguladas da distribuição de gás aumentaram 7%, reflectindo um aumento da extensão da nossa rede, um crescimento de 2% nos pontos de abastecimento para 723 mil, e um aumento dos volumes de gás distribuído. O gás distribuído através da rede de alta pressão (essencialmente clientes industriais) beneficiou da recuperação da actividade no sector industrial e de um 2009 particularmente baixo em termos comparativos. O gás distribuído através da rede de baixa pressão (essencialmente clientes residenciais), excluindo as redes adquiridas, aumentou 8% para 7,3 TWh em 2010, com base num maior número de pontos de abastecimento; iii) as receitas reguladas de transporte

aumentaram 21%, devido a um aumento de 15% da extensão da nossa rede.

Em Portugal, as nossas redes são ainda recentes, o que justifica o forte crescimento tanto no número de pontos de abastecimento (+11%) como nos volumes distribuídos (+12%). Por forma a incentivar a ligação de novos clientes à rede, dado o estado embrionário do mercado, o regulador Português estabelece uma tarifa estável por MWh. Este facto conjugado com a reavaliação dos activos para reflectir as condições do contrato de concessão que começou apenas a ser incluído nos proveitos regulados 2010 (com efeitos retroactivos), justificam os 24 milhões de euros de aumento nos proveitos regulados em 2010.

O resultado operacional bruto da actividade de gás liberalizado diminuiu 45% no período para 32 milhões de euros (- 27 milhões de euros). A nossa actividade de comercialização de gás em 2010 ficou marcada por compras pontuais de gás à vista em complemento dos nossos contratos de abastecimento de gás de longo prazo. Estas compras pontuais permitiram-nos reduzir o nosso custo médio de gás, criando espaço para um reforço significativo da carteira de clientes e para ganhos de quota de mercado. O volume comercializado em Espanha cresceu 40% em 2010, impulsionado pela consolidação do portfólio adquirido à Gas Natural e por novos clientes em carteira. Em Portugal, a actividade iniciou-se em Abril de 2009 e o volume vendido atingiu 6,9 TWh em 2010. A margem bruta na Península Ibérica caiu de €2,4/MWh em 2009 para €0,8/MWh em 2010 influenciada pelo maior peso do segmento industrial na carteira e pelas menores margens decorrentes de maior concorrência.

O **resultado operacional bruto da actividade de produção de energia eólica** (EDP Renováveis) subiu 32% (+170 milhões de euros) impulsionado por um aumento de 17% na capacidade instalada, para 6.437 MW, e por uma subida de 32% na produção (também suportada por 12 meses de contribuição por parte de capacidade instalada em 2009). O preço médio de venda recuou 0,6% para €58/MWh, reflectindo o menor preço em mercado nos EUA e menores proveitos com coberturas em Espanha (2010 face 2009). O factor médio de utilização (29%) manteve-se entre os mais altos do sector, reflectindo o portfólio equilibrado e geograficamente diversificado da EDP Renováveis.

Na Europa, o resultado operacional bruto cresceu 33% em 2010, reflectindo factores de utilização mais elevados (+1 p.p. para 27%) e as adições de capacidade em 2010 e 2009. Este impacto mais do que compensou o menor preço médio de venda em 2010 (-3%). Nos EUA, o resultado operacional bruto em moeda local subiu 28% como resultado do aumento de 23% na capacidade instalada, contribuição de capacidade adicionada em 2009 por 12 meses, factor de utilização estável e preço médio de venda 1% mais baixo. Em 2010, a contribuição das operações nos EUA para o resultado operacional bruto foram positivamente influenciadas pela apreciação do USD face ao Euro com impacto de mais 13 milhões de euros no resultado operacional bruto da EDP Renováveis.

Em Dezembro de 2010, a capacidade total instalada da EDP Renováveis ascendeu a 6.437 MW em 8 países, o que representa um crescimento anual de 17%. Adicionalmente, a EDP detém 239 MW através da participação que detém no consórcio Eólicas de Portugal (consolidada pelo método da equivalência patrimonial). Em linha com a estratégia de risco controlado do grupo, do total da capacidade instalada da EDP Renováveis em Dezembro de 2010, 50% é remunerada em regime regulado, 38% sob a forma de CAE e apenas 12% está exposta aos preços do mercado à vista.

Em 2010, a EDP Renováveis adicionou um total de 947 MW à sua capacidade instalada, dos quais 600 MW nos Estados Unidos da América e 347 MW na Europa. Nos Estados Unidos da América, os aumentos de capacidade foram repartidos entre 83% no mercado PJM (Operador dos estados de Delaware, Illinois, Indiana, Kentucky, Maryland, Michigan, New Jersey, North Carolina, Ohio, Pennsylvania, Tennessee, Virginia, West Virginia e Distrito de Columbia) e 17% no mercado WECC – operador que coordena a interligação da zona oeste. Na Europa os aumentos de capacidade efectuaram-se de forma mais dispersa em termos geográficos: 189 MW em Espanha, 90 MW na Roménia, 64 MW em França e 4 MW em Portugal. Foram ainda adicionados 154 MW ao longo de 2010 através do consórcio Eólicas de Portugal (atribuíveis à EDP Renováveis).

A produção de energia eólica em 2010 cresceu 32% para 14,4 TWh, suportado pela maior capacidade instalada (+17%) e pela maior contribuição (por 12 meses) da capacidade instalada durante 2009. A produção em mercados europeus (46% da produção total em 2010) cresceu 33% em 2010, suportada pela maior base de activos (+12%) e pela melhoria do factor médio de utilização (+1pp para 27%). A produção eólica dos Estados Unidos da América (54% da produção total da EDP Renováveis) cresceu 30% em 2010, suportada pela subida de 23% na capacidade instalada e por um factor médio de utilização estável (32%) decorrente da dispersão geográfica dos nossos activos.

O preço médio de venda nos Estados Unidos da América em 2010 baixou 1%, para USD48/MWh, afectado pelo aumento do peso da produção vendida em mercados à vista (30% em 2010 face 19% em 2009) que resultou do aumento da capacidade instalada e menos contratos de longo prazo fechados em 2009 e no 1S10. O preço médio dos nossos contratos de longo prazo subiu 3% em 2010 para USD54/MWh, reflectindo os preços superiores nos novos contratos e a existência de contratos que estipulam subidas anuais de preços. O preço médio de venda em mercados à vista em 2010 subiu 4% para USD31/MWh, mantendo-se em níveis historicamente baixos devido à lenta recuperação da procura de electricidade e aos preços reduzidos de gás natural nos Estados Unidos da América.

O preço médio de venda em Espanha caiu 6% para €79/MWh em 2010, reflectindo o menor preço implícito nos volumes contratados a prazo em 2010 face a 2009 (cobertura de risco associado a capacidade abrangida pelo regime transitório) e um aumento do peso da capacidade remunerada pelo novo regime (RD661/2007). O preço médio realizado no mercado à vista (pool) em 2010 foi de €34,5/MWh, idêntico ao nível de 2009. As vendas a prazo totalizaram 1,8 TWh, com um preço médio de €44/MWh (ao qual acresce prémio de €38/MWh). Da produção total de 4,4 TWh em Espanha, 80% foi vendida com mecanismos de preço mínimo ou com cobertura de risco através de vendas a prazo. Assim, apenas 20% da produção foi vendida no mercado, com prémio fixo (0,9 TWh). No final de 2010, o governo espanhol (através do Decreto Real 1614/2010) retirou incerteza regulatória ao sector, estabelecendo a remuneração para o período da vida útil dos parques instalados até final de 2012. É expectável que a redução temporária do prémio por MWh produzido sob o novo regime (Decreto Real 661/2007) tenha um impacto reduzido para a EDP Renováveis.

Em Portugal, o preço médio de venda recuou 1% em 2010 (€93,8/MWh), suportado pela indexação inversamente proporcional da tarifa ao número de horas de funcionamento dos parques (o factor médio de utilização em 2010 aumentou 1 p.p. para 29% como reflexo de recursos eólicos acima da média). Portugal

tem um mercado regulado que proporciona tarifas estáveis e remuneração atractiva.

O preço médio de venda no resto da Europa ascendeu a €94/MWh em 2010 (+5% face a 2009) suportado pela maior contribuição da Polónia (€111,5/MWh em 2010, com base na electricidade vendida no mercado à vista e no certificado verde vendido através de contrato a longo prazo com preço fixo). Em França, apesar de beneficiar de uma tarifa estável, o preço médio de venda diminuiu 3%, reflectindo o período de testes (a tarifas inferiores) da capacidade recentemente instalada. Na Bélgica, o preço médio do nosso contrato de longo prazo foi de €112/MWh em 2010.

O **resultado operacional bruto da Energias do Brasil** cresceu 22% (+124 milhões de euros) face ao período homólogo para 550,2 milhões de euros impactado pela apreciação de 19% do Real contra o Euro (impacto positivo de 109 milhões de euros no resultado operacional bruto). O resultado operacional bruto da EDP Brasil aumentou 3% em moeda local devido ao crescimento de 6% do resultado operacional bruto da actividade de distribuição (56% do total) suportado por um forte crescimento da procura, enquanto que o resultado operacional bruto da actividade da produção (44% do total) aumentou apenas 1% no período penalizado por condições climáticas muito secas no Brasil no quarto trimestre de 2010.

Na actividade de distribuição no Brasil, o resultado operacional bruto aumentou 6% em moeda local relativamente a 2009, reflectindo a recuperação significativa em 2010 dos volumes de energia vendida e distribuída e o impacto positivo dos reajustes tarifários anuais. O volume de energia vendida a clientes finais aumentou 6% em 2010. No segmento residencial e comercial, o volume vendido cresceu 4% em 2010 reflectindo essencialmente o aumento de 3% no número de clientes. No segmento industrial, o volume de energia vendida aumentou 10% em 2010 reflectindo a recuperação da produção industrial brasileira. Relativamente à electricidade distribuída (mas não vendida) para clientes do mercado livre (essencialmente grandes consumidores industriais fornecidos directamente no mercado livre, a quem a EDP cobra tarifas de acesso de terceiros), o volume de electricidade distribuída aumentou 22% em 2010 reflectindo uma forte recuperação da procura principalmente do sector do minério e siderúrgico e uma base de comparação mais fraca em 2009.

O EBITDA da actividade de produção aumentou apenas 1% no período, suportado por um clima seco que afectou a produção hídrica em todo o Brasil. A capacidade instalada aumentou 2 MW em resultado da conclusão da repotenciação da central hídrica de Rio Bonito no primeiro trimestre de 2010. O clima muito seco no Brasil no quarto trimestre de 2010 implicou a diminuição dos reservatórios das centrais hídricas para níveis extremamente baixos. Isso implicou um aumento na produção de energia térmica e como consequência, houve um aumento no preço do mercado spot (de R\$57/MWh médios nos nove meses de 2010 para R\$109/MWh médios no quarto trimestre de 2010). Uma vez que os contratos CAE em vigor implicam entrega de energia às empresas de distribuição, as nossas empresas de produção tiveram de recorrer ao mercado spot para adquirir energia, onde o preço spot de mercado é superior ao custo da entrada em operação das nossas centrais hídricas. No final, tivemos um impacto de 24 milhões de reais em 2010. O preço médio de venda aumentou 3% no período o que implicou um aumento da margem bruta associada aos contratos CAE em 21 milhões de reais. Toda a capacidade instalada da EDP Brasil é contratada sob CAE com preços ajustados à inflação e com uma maturidade média de 15 anos.

análise financeira

O EBITDA da actividade de comercialização diminuiu 13 milhões de reais relativamente ao período homólogo, devido a renegociação do contrato com a Ampla a partir de 2010 o que implicou uma diminuição do preço médio por MWh em 35% e diminuição da margem de comercialização em 10% (excluindo o contrato Ampla novo).

Os **custos operacionais da Grupo EDP** subiram 3% (+49 milhões de euros) suportados por um acréscimo de 10% nos custos controláveis, para 1.438 milhões de euros. Este crescimento resultou de: (i) +1% na Península Ibérica decorrente de bem sucedido controlo de custos, compensado pela consolidação de activos de gás adquiridos em Dezembro de 2009 e pelo acréscimo de capacidade instalada; (ii) +31% na EDP Renováveis reflectindo a expansão de actividade; e (iii) +31% no Brasil, essencialmente explicado pela apreciação do BRL face o Euro.

As **amortizações líquidas (da compensação pelos activos subsidiados)** aumentaram 9% no período (+120 milhões de euros), devido: i) a um aumento das amortizações na EDP Renováveis (+111 milhões de euros), decorrente do crescimento da capacidade instalada e do impacto cambial da apreciação do Dólar face ao Euro (+5%); ii) a um aumento das amortizações na Energias do Brasil (+35 milhões de euros), decorrente essencialmente do impacto cambial da apreciação do Real face ao Euro (+19%); iii) à entrada em operação das CCGT de Lares 1 e 2 em Portugal (+15 milhões de euros); iv) à consolidação pela primeira vez dos activos de gás adquiridos à Gas Natural (+24 milhões de euros) e v) impacto positivo da extensão da vida útil em diversas centrais em Portugal.

Os **resultados financeiros** ascenderam a 485 milhões de euros em 2010, tendo a descida do custo médio da dívida em 50 pontos base para 3,5% em 2010 tendo sido compensada por um aumento de 9% na dívida líquida média.

Os **ganhos e perdas na alienação de activos financeiros** incluem em 2010 um ganho de 57 milhões de euros relacionados com a venda da participação de 21% que detinha na DECA II (Guatemala). Em 2009, os ganhos de capital reflectem: i) um efeito de diluição decorrente da entrada da Sonatrach no capital da CCGT Soto 4 (com uma participação de 25%); ii) o reconhecimento de um ganho de 19 milhões de euros com a venda da participação detida pela Energias do Brasil na ESC 90 (telecomunicações) e iii) a contabilização de um ganho de capital de 29 milhões de euros relativos à venda da participação na Sonaecom (8%) em Outubro de 2009.

O **investimento operacional** ascendeu a 2.667 milhões de euros em 2010, 74% do qual canalizado para projectos de expansão. Em linha com a estratégia da EDP de reforçar a sua exposição a tecnologias livres de emissão de CO₂ e a actividades de risco controlado, 79% do investimento de expansão destinou-se ao desenvolvimento de nova capacidade eólica e hídrica e 80% do investimento total foi canalizado para actividades reguladas e contratadas a longo prazo.

INVESTIMENTO OPERACIONAL – GRUPO EDP	2010	2009	Δ%
Milhões de euros			
Produção Contratada (Península Ibérica)	96,0	127,6	-25%
Actividades Liberalizadas (Península Ibérica)	466,4	703,9	-34%
Redes Reguladas (Península Ibérica)	369,3	366,7	1%
Eólico	1 231,7	1 690,4	-27%
Brasil	427,3	258,5	65%
Outros	76,6	87,6	-13%
Grupo EDP	2 667,3	3 234,7	-18%
Expansão	1 972,9	2 556,3	-23%
Manutenção	694,4	678,5	2%

O investimento de expansão recuou 583 milhões de euros, para 1.973 milhões de euros em 2010, devido ao menor investimento na produção convencional no mercado liberalizado na Península Ibérica (-258 milhões de euros) e em produção eólica (-459 milhões de euros). A redução do investimento de expansão nas nossas actividades liberalizadas decorre do pagamento em 2009 de 232 milhões de euros pelos direitos de concessão das centrais hidroeléctricas de Fridão (238 MW) e Alvito (225 MW) em Portugal.

Em 2010 a EDP investiu 982 milhões de euros em 1.340 MW de nova capacidade que entrou em operação no período: (1) 895 milhões de euros investidos na conclusão de 885 MW de nova capacidade que iniciou operações em 2010 e em trabalhos finais com capacidade eólica que entrou em operação em 2009; (2) 81 milhões de euros em Soto 5 (CCGT de 428 MW em Espanha), em operação comercial desde Dezembro de 2010; (3) 6 milhões de euros despendidos na conclusão de 25 MW de cogeração em Portugal (central de Barreiro) e de 2 MW no Brasil (mini-hídrica de Rio Bonito). A Dezembro de 2010, a EDP tinha um total de 22 GW em capacidade instalada.

O investimento de manutenção ascendeu a 694 milhões de euros em 2010, influenciado pelo projecto de desnitrificação na nossa central a carvão de Sines (sob o regime CMEC), pela apreciação do BRL, por trabalhos de manutenção plurianuais e pelo investimento na nova sede do grupo.

O investimento operacional na actividade eólica totalizou 1.232 milhões de euros em 2010: 50% dos quais investidos nos Estados Unidos da América, 44% na Europa e 6% no Brasil. O investimento total da EDP Renováveis no período reflecte não apenas os 590 MW de capacidade em construção, para os quais foram canalizados 406 milhões de euros do investimento operacional do período, mas também a conclusão dos trabalhos com a capacidade em operação e com a capacidade instalada no período, que representaram 895 milhões de euros de investimento operacional no período. No final de Abril de 2010, a EDP Renováveis assinou um contrato de fornecimento de turbinas com a Vestas, que irá trazer flexibilidade de acesso a novas turbinas. Este contrato prevê uma encomenda inicial de 1.500 MW, a serem fornecidos, instalados e comissionados, com flexibilidade na quantidade, local e data de entrega, prevendo também flexibilidade na escolha, para cada projecto, dos modelos e classes de turbinas comercialmente disponíveis, mediante aviso prévio.

O investimento operacional em produção liberalizada ascendeu a 453 milhões de euros, 86% do qual referente ao desenvolvimento de nova capacidade de produção. Do investimento em expansão total (390 milhões de euros) em 2010: (1) 306 milhões de euros foram despendidos na construção de 5 repotenciações de centrais hídricas (Picote II, Bemposta II, Alqueva II, Venda Nova III, Salamonde II), 3 novas centrais hídricas (Baixo Sabor, Ribeiradio e Foz Tua), com arranque previsto em 2011/15, (2) 84 milhões de euros investidos em nova capacidade CCGT, nomeadamente em

Soto 5 (428 MW), com arranque comercial em Dezembro de 2010. O investimento em manutenção ascendeu a 63 milhões de euros influenciado por trabalhos plurianuais.

O investimento operacional nas redes reguladas de electricidade e gás da Península Ibérica manteve-se estável em 369 milhões de euros. O investimento na distribuição de electricidade em Portugal representou 65% do investimento operacional nesta área.

No Brasil, o investimento operacional ascendeu a 427 milhões de euros em 2010. O investimento operacional na actividade de geração aumentou 49% em 2010 para 260 milhões de euros devido a: i) 228 milhões de euros investidos na construção da central de carvão de Pecém (720 MW, 50% detida pela Energias do Brasil) e ii) investimento na repotenciação da central hídrica de Mascarenhas (18 MW). O investimento operacional da actividade de distribuição aumentou 27% no período para 167 milhões de euros, 65% investidos na expansão da rede de electricidade (+2.350 km de rede adicionados).

No final de 2010, a Dívida Bruta Consolidada do Grupo (nominal) ascendia a 17.994 milhões de euros. Face a Dezembro de 2009, a dívida aumentou 1.713 milhões de euros, sobretudo em virtude do pagamento de dividendos e impostos, da execução do plano de investimentos programado e da antecipação do financiamento de necessidades futuras.

Por seu lado, o montante de Caixa e equivalentes, totalizou 1.547 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, repartindo-se maioritariamente pela EDP S.A e EDP Finance BV (553 milhões de euros), nas subsidiárias brasileiras do Grupo (508 milhões de euros) e na EDP Renováveis (423 milhões de euros).

A **dívida líquida** consolidada do Grupo EDP no final de 2010 totalizava 16.345 milhões de euros.

DÍVIDA – GRUPO EDP	Dez-10	Dez-09	Δ%
Milhões de euros			
Dívida - Curto Prazo	2 737	2 549	7%
Empréstimos por Obrigações	1 339	581	131%
Dívidas a Instituições de Crédito	547	318	72%
Outros Empréstimos Obtidos	14	10	32%
Papel Comercial	837	1 640	-49%
Dívida - Médio e Longo Prazo	14 938	13 578	10%
Empréstimos por Obrigações	8 798	8 151	8%
Dívidas a Instituições de Crédito	6 038	5 332	13%
Outros Empréstimos Obtidos	102	96	7%
Dívida Financeira Nominal	17 675	16 127	10%
Juros a pagar	265	246	
Cobertura de justo valor da dívida	-48	-92	
Dívida Financeira Consolidada	17 892	16 281	10%
Caixa e Equivalentes e Outros	1 547	2 274	
Dívida Líquida	16 345	14 007	17%

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 15% de curto prazo e 85% de médio e longo prazo. Ao nível do financiamento de curto prazo e na sua gestão de tesouraria, a EDP S.A. continuou a privilegiar o recurso ao programa de Euro Commercial Paper (1.000 milhões de euros), instrumento que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Durante o primeiro semestre de 2010 a EDP manteve a política de centralização da dívida financeira ao nível da EDP S.A., EDP Finance B.V. e EDP Sucursal, que representaram cerca de 86% da dívida consolidada do Grupo. O remanescente corresponde essencialmente a dívida contratada pelas participadas Brasileiras, a dívida contratada na modalidade de project finance por subsidiárias do Grupo EDP Renováveis, bem como dívida de curto prazo contratada pelo Grupo Hidrocantábrico.

No primeiro semestre de 2010, a EDP Finance B.V. aproveitou um período de menor volatilidade no mercado de capitais internacional para realizar uma emissão de obrigações, no montante de 1.000 milhões de euros, com um prazo de 5 anos, ao abrigo do programa de emissão de títulos de dívida "Programme for the Issuance of Debt Instruments (MTN)". Esta transacção permitiu alongar o perfil de maturidade da dívida do Grupo e reforçar a sua posição de liquidez.

É também de salientar que durante o primeiro semestre de 2010, no âmbito do reforço da sua posição de liquidez, a EDP Finance BV fez duas emissões de obrigações, através de colocações privadas, ao abrigo do programa de emissão de títulos de dívida "Programme for the Issuance of Debt Instruments (MTN)", em montantes de 100 milhões de dólares e 500 milhões de euros, com prazos de 5 anos e 1 ano, respectivamente. Adicionalmente, durante 2010 a EDP Finance BV e a EDP SA contrataram diversos empréstimos bilaterais, no montante total de 455 milhões de euros dos quais 355 milhões de euros na modalidade "revolving".

Em Julho de 2010 e Janeiro de 2011, a EDP S.A. contratou com o Banco Europeu de Investimento empréstimos bilaterais, no montante de 140 e 300 milhões de euros, respectivamente, e com vencimentos em 2025;

Em Setembro de 2010, o Grupo contratou um Project Finance, no montante de PLN 355 milhões, com uma maturidade de 15 anos, através da sua subsidiária EDP Renováveis.

Em Novembro de 2010, a EDP SA e a EDP Finance BV assinaram um contrato de financiamento, na modalidade "revolving", no montante de 2.000 milhões de euros e com o prazo de cinco anos. Esta linha de crédito substituiu uma linha de 1.600 milhões de euros contratada pela EDP em 2009, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo. A linha não tem actualmente quaisquer utilizações e envolve 21 bancos nacionais e internacionais.

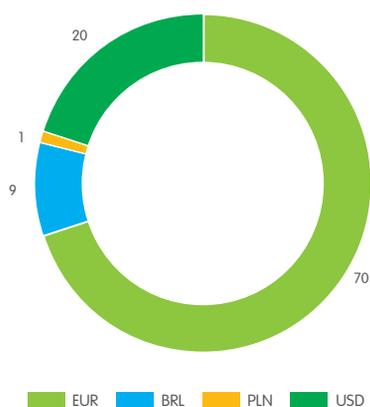
Mantendo uma política de gestão financeira pautada pela prudência, a EDP, S.A. dispunha, no final de 2010, de 2.242 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas e de 650 milhões de euros de programas de papel comercial doméstico com compromisso de tomada firme, completamente disponíveis. O Grupo tem como política manter as suas fontes de liquidez junto de diversas instituições bancárias de elevada qualidade creditícia.

Durante 2010, o custo médio da dívida do Grupo situou-se nos 3,5%, encontrando-se cerca de 44% da dívida a taxa fixa.

No que se refere a moeda, os financiamentos em USD contratados para financiar a aquisição e capex da Horizon, justificam o peso da exposição a esta divisa (20%), sendo o Euro a principal moeda de endividamento (70%).

análise financeira

Dívida por Tipo de Moeda – Grupo EDP (%)



RATING

Em Outubro de 2010, a S&P confirmou a notação de rating de longo prazo da EDP em "A-" com outlook negativo, em Julho a Moody's tinha confirmado o rating de "A3" com outlook estável e em Junho a Fitch tinha confirmado a notação de "A-" com outlook estável. Contudo, em Dezembro a S&P e a Moody's colocaram a EDP em revisão para possível redução do rating em reflexo da recente colocação do rating da República Portuguesa em revisão.

ESCALA GLOBAL	S&P	Última Actualização	Moody's	Última Actualização	Fitch	Última Actualização
EDP SA, e EDP Finance BV	A-/CW-/A-2	03/12/10	A3/CW-/P2	21/12/20	A-/STAB/F2	17/06/10
HC Energia			BAA1/STAB/P2	09/06/09	A-/STAB/F2	06/02/09
EDP Brasil			BA1/AA2.BR/STAB	04/03/09		
Bandeirante	BB+/BRAA+/STAB	16/03/10	BAA3/AA1.BR/STAB	04/03/09		
Escelsa	BB/BRAA/STAB	16/03/10	BAA3/AA1.BR/STAB	04/03/09		





demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal
Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		2010	2009*
	Notas	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	14.170.742	12.198.009
Custos com aquisição de electricidade	6	-6.808.261	-5.340.458
Custos com aquisição de gás	6	-945.270	-641.183
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	<u>-1.012.880</u>	<u>-1.111.229</u>
		<u>5.404.331</u>	<u>5.105.139</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	320.889	224.790
Fornecimentos e serviços externos	8	-862.256	-768.202
Custos com o pessoal	9	-575.408	-540.036
Custos com benefícios aos empregados	9	-153.362	-158.353
Outros custos de exploração	10	<u>-521.384</u>	<u>-500.564</u>
		<u>-1.791.521</u>	<u>-1.742.365</u>
		3.612.810	3.362.774
Provisões do exercício	11	-103.578	-74.685
Amortizações do exercício	12	-1.469.002	-1.334.053
Compensações de amortizações	12	<u>22.279</u>	<u>15.531</u>
		2.062.509	1.969.567
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	60.821	59.703
Outros proveitos financeiros	14	820.743	1.036.374
Outros custos financeiros	14	-1.305.710	-1.523.083
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>23.470</u>	<u>25.151</u>
Resultado antes de impostos		1.661.833	1.567.712
Impostos sobre lucros	15	<u>-427.232</u>	<u>-399.765</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.234.601</u>	<u>1.167.947</u>
Atribuível a:			
Accionistas da EDP		1.078.925	1.023.845
Interesses minoritários	32	<u>155.676</u>	<u>144.102</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.234.601</u>	<u>1.167.947</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	29	<u>0,30</u>	<u>0,28</u>

* Reexpresso para efeitos da adopção da IFRIC 12 - Contratos de concessões (ver nota 45)

LISBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010 (Milhares de Euros)	2009* (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	20.323.583	18.434.806
Activos intangíveis	17	6.614.139	6.490.049
Goodwill	18	3.349.179	3.136.566
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	146.871	175.272
Activos financeiros disponíveis para venda	21	443.965	443.117
Activos por impostos diferidos	22	515.332	661.335
Clientes	24	117.442	114.821
Devedores e outros activos	25	1.696.717	2.313.227
Total dos Activos Não Correntes		33.207.228	31.769.193
Inventários	23	356.978	273.376
Clientes	24	2.069.676	1.892.805
Devedores e outros activos	25	2.636.565	1.866.477
Impostos a receber	26	640.485	557.641
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	35.745	84.852
Caixa e equivalentes de caixa	28	1.511.224	2.189.560
Activos detidos para venda	39	30.952	-
Total dos Activos Correntes		7.281.625	6.864.711
Total do Activo		40.488.853	38.633.904
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-115.731	-119.784
Prémios de emissão de acções	29	503.923	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	2.730.903	2.230.981
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		1.078.925	1.023.845
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		7.854.558	7.293.572
Interesses minoritários	32	2.930.401	2.684.441
Total dos Capitais Próprios		10.784.959	9.978.013
Passivo			
Dívida financeira	34	14.887.195	13.486.499
Benefícios aos empregados	35	1.904.879	1.879.704
Provisões para riscos e encargos	36	431.194	344.383
Conta de hidraulicidade	33	75.098	112.631
Passivos por impostos diferidos	22	856.072	771.896
Credores e outros passivos	37	3.819.817	3.152.745
Total dos Passivos Não Correntes		21.974.255	19.747.858
Dívida financeira	34	3.004.451	2.794.481
Credores e outros passivos	37	4.172.832	5.185.546
Impostos a pagar	38	552.356	928.006
Total dos Passivos Correntes		7.729.639	8.908.033
Total do Passivo		29.703.894	28.655.891
Total dos Capitais Próprios e Passivo		40.488.853	38.633.904

* Reexpresso para efeitos da adopção da IFRIC 12 - Contratos de concessões (ver nota 45)

LISBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de 3 meses de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	3.932.133	3.342.443
Custos com aquisição de electricidade	-1.860.818	-1.446.730
Custos com aquisição de gás	-318.166	-196.387
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-343.307	-272.990
	<u>1.409.842</u>	<u>1.426.336</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	130.618	65.847
Fornecimentos e serviços externos	-240.623	-238.430
Custos com o pessoal	-139.495	-131.733
Custos com benefícios aos empregados	-64.020	-48.223
Outros custos de exploração	-134.281	-140.967
	<u>-447.801</u>	<u>-493.506</u>
	962.041	932.830
Provisões do exercício	-35.269	-40.729
Amortizações do exercício	-372.443	-404.048
Compensações de amortizações	5.483	6.438
	559.812	494.491
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	58.246	29.056
Outros proveitos financeiros	255.778	339.335
Outros custos financeiros	-392.846	-446.709
Ganhos / (perdas) em associadas	5.125	4.272
Resultado antes de impostos	486.115	420.445
Impostos sobre lucros	-121.691	-90.624
Resultado líquido do período	<u>364.424</u>	<u>329.821</u>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP	304.653	273.515
Interesses minoritários	59.771	56.306
Resultado líquido do período	<u>364.424</u>	<u>329.821</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	<u>0,08</u>	<u>0,08</u>

USBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados
em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	8.567.425	3.656.538	501.992	443.838	1.975.487	-34.523	44.038	-94.018	-126.532	6.366.820	2.200.605
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	1.167.947	-	-	-	1.023.845	-	-	-	-	1.023.845	144.102
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	91.843	-	-	-	-	96.317	-	-	-	96.317	-4.474
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	130.470	-	-	-	-	-	130.065	-	-	130.065	405
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-84.740	-	-	-	-83.898	-	-	-	-	-83.898	-842
Variações na diferença cambial de consolidação	502.022	-	-	-	-	-	-	259.877	-	259.877	242.145
Rendimento integral total do exercício	1.807.542	-	-	-	939.947	96.317	130.065	259.877	-	1.426.206	381.336
Reforço de reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-	-	-507.153	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-74.691	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-74.691
Compra e venda de acções próprias	2.845	-	-	-	-1.941	-	-	-	4.786	2.845	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	-	1.962	2.062	-
Venda de acções próprias Energias do Brasil	166.621	-	-	-	-	-	-	-	-	-	166.621
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições / alienações e aumentos de capital	11.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.520
Variações nas outras reservas de consolidação	1.842	-	-	-	2.792	-	-	-	-	2.792	-950
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	9.978.013	3.656.538	501.992	471.387	2.381.683	61.794	174.103	165.859	-119.784	7.293.572	2.684.441
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	1.234.601	-	-	-	1.078.925	-	-	-	-	1.078.925	155.676
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-28.267	-	-	-	-	-26.683	-	-	-	-26.683	-1.584
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-6.727	-	-	-	-	-	-9.419	-	-	-9.419	2.692
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-80.677	-	-	-	-71.345	-	-	-	-	-71.345	-9.332
Variações na diferença cambial de consolidação	299.123	-	-	-	-	-	-	146.964	-	146.964	152.159
Rendimento integral total do exercício	1.418.053	-	-	-	1.007.580	-26.683	-9.419	146.964	-	1.118.442	299.611
Reforço de reserva legal	-	-	-	31.501	-31.501	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-561.819	-	-	-	-561.819	-	-	-	-	-561.819	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-62.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-62.018
Compra e venda de acções próprias	291	-	-	-	-2.032	-	-	-	2.323	291	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.118	-	-	-	388	-	-	-	1.730	2.118	-
Restituição de imposto de selo pago em 2004	1.931	-	1.931	-	-	-	-	-	-	1.931	-
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições / alienações e aumentos de capital	8.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.538
Variações nas outras reservas de consolidação	-148	-	-	-	23	-	-	-	-	23	-171
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	10.784.959	3.656.538	503.923	502.888	2.794.322	35.111	164.684	312.823	-115.731	7.854.558	2.930.401



demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Milhares de euros)

	2010		2009	
	Accionistas EDP	Interesses Minoritários	Accionistas EDP	Interesses Minoritários
Resultado líquido do exercício	<u>1.078.925</u>	<u>155.676</u>	<u>1.023.845</u>	<u>144.102</u>
Diferenças de câmbio	146.964	152.159	259.877	242.145
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-35.264	-1.640	135.097	-6.666
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	8.581	56	-38.780	2.192
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-9.364	2.861	144.929	405
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-55	-169	-14.864	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-93.788	-14.127	-85.239	-1.245
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	<u>22.443</u>	<u>4.795</u>	<u>1.341</u>	<u>403</u>
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	<u>39.517</u>	<u>143.935</u>	<u>402.361</u>	<u>237.234</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>1.118.442</u>	<u>299.611</u>	<u>1.426.206</u>	<u>381.336</u>

EDP - Energias de Portugal
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais
em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Milhares de Euros)

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	13.153.511	11.478.194	1.890.333	1.729.310
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	-	1.639.142	-	-
Pagamentos a fornecedores	-9.415.651	-7.924.642	-1.810.537	-1.695.918
Pagamentos ao pessoal	-654.063	-680.885	-49.502	-54.904
Pagamentos de rendas de concessão	-236.440	-255.684	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	-321.258	-213.925	-56.178	-34.890
Fluxo gerado pelas operações	2.526.099	4.042.200	-25.884	-56.402
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-683.955	-120.531	25.793	6.237
Fluxo das Actividades Operacionais	1.842.144	3.921.669	-91	-50.165
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	169.833	319.022	98.122	4.435
Activos fixos tangíveis e intangíveis	65.292	2.836	2.024	798
Outros recebimentos relativos a activos fixos tangíveis	31.313	161.879	-	-
Juros e proveitos similares	127.218	87.563	324.606	323.519
Dividendos	37.387	48.766	346.968	645.078
	431.043	620.066	771.720	973.830
Pagamentos:				
Activos financeiros	-283.708	-451.571	-3.039	-121.042
Varição de caixa por variações no perímetro de consolidação	5.440	10.447	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-2.983.595	-3.417.533	-59.617	-16.327
	-3.261.863	-3.858.657	-62.656	-137.369
Fluxo das Actividades de Investimento	-2.830.820	-3.238.591	709.064	836.461
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos	1.104.831	1.257.479	-538.091	650.249
Juros e custos similares incluindo derivados de cobertura	-540.095	-528.581	-361.482	-420.671
Subsídios governamentais ("Cash grants")	169.304	155.946	-	-
Aumentos de capital e prémios de emissão	2.514	9.057	-	-
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	-42.670	54.710	901	193.898
Dividendos pagos	-561.819	-507.153	-561.819	-507.153
Dividendos pagos a minoritários	-87.274	-68.542	-	-
Venda / (aquisição) de acções próprias	369	2.107	2.487	4.169
Recebimentos/(Pagamentos) antecipados de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	228.359	333.528	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	273.519	708.551	-1.458.004	-79.508
Varição de caixa e seus equivalentes	-715.157	1.391.629	-749.031	706.788
Efeito das diferenças de câmbio	36.821	84.344	350	1.689
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.189.560	713.587	891.356	182.879
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	1.511.224	2.189.560	142.675	891.356

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 28 às Demonstrações Financeiras



demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Demonstração dos Resultados Individual
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010	2009
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	2.003.510	1.755.564
Custos com aquisição de electricidade	6	-1.412.899	-1.192.863
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	<u>-430.640</u>	<u>-360.684</u>
		<u>159.971</u>	<u>202.017</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	12.408	8.453
Fornecimentos e serviços externos	8	-163.333	-99.170
Custos com o pessoal	9	-13.797	-16.262
Custos com benefícios aos empregados	9	-225	-197
Outros custos de exploração	10	<u>-12.834</u>	<u>-17.610</u>
		<u>-177.781</u>	<u>-124.786</u>
		-17.810	77.231
Provisões do exercício	11	-5.418	-187
Amortizações do exercício	12	<u>-12.054</u>	<u>-6.935</u>
		<u>-35.282</u>	<u>70.109</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	52.724	-10
Outros proveitos financeiros	14	1.628.636	2.162.520
Outros custos financeiros	14	<u>-947.406</u>	<u>-1.574.110</u>
Resultado antes de impostos		698.672	658.509
Impostos sobre lucros	15	<u>26.464</u>	<u>-28.488</u>
Resultado líquido do exercício		<u>725.136</u>	<u>630.021</u>

LISBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	2010	2009
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	165.105	123.562
Activos intangíveis	17	24	33
Investimentos financeiros em empresas filiais	19	9.507.310	9.535.843
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	-	45.398
Activos financeiros disponíveis para venda	21	257.072	238.401
Devedores e outros activos	25	5.393.428	4.537.916
Total dos Activos Não Correntes		15.322.939	14.481.153
Inventários	23	51.745	11.351
Clientes	24	46.357	97.432
Devedores e outros activos	25	2.511.562	1.727.737
Impostos a receber	26	92.330	44.545
Caixa e equivalentes de caixa	28	142.675	891.356
Total dos Activos Correntes		2.844.669	2.772.421
Total do Activo		18.167.608	17.253.574
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-109.636	-113.689
Prémios de emissão de acções	29	503.923	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.926.188	1.868.007
Resultado líquido do exercício		725.136	630.021
Total dos Capitais Próprios		6.702.149	6.542.869
Passivo			
Dívida financeira	34	1.311.375	1.962.393
Provisões para riscos e encargos	36	21.867	18.637
Conta de hidráulicidade	33	75.098	112.631
Passivos por impostos diferidos	22	67.926	80.489
Credores e outros passivos	37	3.222.714	2.824.741
Total dos Passivos Não Correntes		4.698.980	4.998.891
Dívida financeira	34	5.779.736	4.194.840
Credores e outros passivos	37	985.555	1.032.380
Impostos a pagar	38	1.188	484.594
Total dos Passivos Correntes		6.766.479	5.711.814
Total do Passivo		11.465.459	10.710.705
Total dos Capitais Próprios e Passivo		18.167.608	17.253.574

LISBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração dos Resultados Individual
para os períodos de 3 meses de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	601.048	555.787
Custos com aquisição de electricidade	-404.972	-333.352
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-180.696	-149.853
	<u>15.380</u>	<u>72.582</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	4.403	3.564
Fornecimentos e serviços externos	-43.155	-33.192
Custos com o pessoal	-3.824	-3.427
Custos com benefícios aos empregados	-33	-56
Outros custos de exploração	-1.266	-1.928
	<u>-43.875</u>	<u>-35.039</u>
	-28.495	37.543
Provisões do exercício	8.146	3.570
Amortizações do exercício	-5.050	-1.915
	<u>-25.399</u>	<u>39.198</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	45.782	-
Outros proveitos financeiros	594.803	672.689
Outros custos financeiros	-258.852	-400.538
Resultado antes de impostos	356.334	311.349
Impostos sobre lucros	18.617	-31.934
Resultado líquido do período	<u>374.951</u>	<u>279.415</u>

LISBOA, 3 DE MARÇO DE 2011

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base Individual
em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Ações próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.270.678	3.656.538	501.992	443.838	1.774.327	-8.770	23.190	-120.437
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	630.021	-	-	-	630.021	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	49.874	-	-	-	-	49.874	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	94.542	-	-	-	-	-	94.542	-
Rendimento integral total do exercício	774.437	-	-	-	630.021	49.874	94.542	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-
Compra e venda de acções próprias	2.845	-	-	-	-1.941	-	-	4.786
Prémios em acções e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	1.962
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	6.542.869	3.656.538	501.992	471.387	1.867.805	41.104	117.732	-113.689
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	725.136	-	-	-	725.136	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-23.291	-	-	-	-	-23.291	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	14.914	-	-	-	-	-	14.914	-
Rendimento integral total do exercício	716.759	-	-	-	725.136	-23.291	14.914	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	31.501	-31.501	-	-	-
Pagamento de dividendos	-561.819	-	-	-	-561.819	-	-	-
Compra e venda de acções próprias	291	-	-	-	-2.032	-	-	2.323
Restituição de imposto de selo pago em 2004	1.931	-	1.931	-	-	-	-	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.118	-	-	-	388	-	-	1.730
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	6.702.149	3.656.538	503.923	502.888	1.997.977	17.813	132.646	-109.636

**demonstrações financeiras****EDP - Energias de Portugal****Demonstração Individual do Rendimento Integral
em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**

	(Milhares de euros)	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	<u>725.136</u>	<u>630.021</u>
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-30.839	67.856
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	7.548	-17.982
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	18.034	104.160
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	<u>-3.120</u>	<u>-9.618</u>
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	<u>-8.377</u>	<u>144.416</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>716.759</u>	<u>774.437</u>

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Actividade económica do Grupo EDP

A EDP - Energias de Portugal, S.A., (adiante designada EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6°. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas deidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e distribuição e comercialização de gás, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

Em termos geográficos o Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Europeu (Portugal, Espanha e França) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América), no sector da energia.

Actividade no sector Energético em Portugal

Electricidade

As bases da organização, do funcionamento e das actividades do Sistema Eléctrico Nacional são estabelecidas pelo DL n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, que transpõe para o ordenamento jurídico português os princípios da Directiva n.º 2009/72/CE, que veio revogar a Directiva n.º 2003/54/CE, e pelo DL n.º 172/2006, de 23 de Agosto, com a redacção do DL 264/2007, de 24 de Julho e do DL 104/2010, de 29 de Setembro.

O Sistema Eléctrico Nacional integra as actividades de produção e comercialização, exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as actividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público.

As actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos — ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infraestruturas — tarifas de acesso — e ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do mercado regulado — tarifas de venda a clientes finais.

O transporte de electricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., pelo prazo de 50 anos.

Produção

A produção de electricidade engloba a produção em regime ordinário e produção em regime especial. A produção em regime ordinário, em que o Grupo EDP está presente através da EDP Gestão da Produção, S.A., rege-se pelo princípio da liberdade do exercício de actividade sendo a energia produzida vendida em mercados organizados ou através de contratos bilaterais, estando apenas sujeita à atribuição de licença.

A produção em regime especial (PRE) permite aos produtores efectuarem entregas à rede, através de contratos bilaterais celebrados com o Comercializador de Último Recurso (CUR), sendo remunerados com base no princípio dos custos evitados ao sistema, complementado de um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis. A PRE está sujeita a regimes jurídicos específicos, designadamente para incentivar a utilização de recursos endógenos renováveis, de cogeração ou de micro-geração — o Grupo EDP exerce actividades no segmento da PRE em Portugal através da EDP Gestão da Produção, S.A. e da EDP Renováveis Portugal, S.A., entre outras participadas.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, foram assinados em Janeiro de 2005 os acordos de cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE) relativos aos centros electroprodutores vinculados pertencentes ao Grupo EDP. O referido Decreto-Lei determinou o estabelecimento de um mecanismo de compensação para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) atribuível aos produtores vinculados, onde se inclui uma parte significativa da actividade de produção, em Portugal, do Grupo EDP. Nos termos da referida legislação, os efeitos das cessações antecipadas dos CAE e da consequente entrada em vigor dos CMEC ficaram subordinados à verificação da entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), o qual teve início em 1 de Julho de 2007.

A 16 de Fevereiro de 2007, o Governo Português reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC, definindo as condições de cálculo destes, tendo no essencial e face à legislação anteriormente publicada considerado um ajustamento no preço de referência, de venda de electricidade em mercado, utilizado para o cálculo da compensação inicial devida pela cessação antecipada dos CAE. A 15 de Junho de 2007, a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. No âmbito da nova legislação, o montante definido para o CMEC ascende a 833.467 milhares de Euros e, nos termos da lei em vigor, é passível de securitização.

Em Junho de 2007 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio, que aprova o novo regime jurídico de utilização dos recursos hídricos nos termos estabelecidos pela nova Lei da Água. O referido Decreto-Lei determina a extensão do período de exploração do domínio público hídrico pelas empresas titulares dos centros electroprodutores afectos às diferentes barragens (centrais hídricas). A extensão do período de exploração e consequentemente da vida útil económica das respectivas obras hidráulicas fixas determinou, como contrapartida, o pagamento de um valor de equilíbrio económico-financeiro pelos titulares das referidas centrais hídricas. Neste contexto, em 8 de Março de 2008 foram assinados entre o Estado (INAG), a REN e a EDP Produção os contratos de concessão relativos às centrais do ex-SEP, tendo a EDP Produção pago 759 milhões de euros (valor do equilíbrio económico e financeiro associado de acordo com o Despacho 16982/07) e obtido o direito de exploração daquelas centrais por um período em média superior em 26 anos relativamente ao regime anterior.

Distribuição

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

A distribuição de electricidade em média e alta tensão foi concessionada à EDP Distribuição pelo Estado Português, por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de Fevereiro de 2009.

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, este direito foi cedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Comercialização

A comercialização de electricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas de acesso reguladas pela ERSE. As actividades de comercialização de último recurso (CUR), com obrigações de serviço público universal, são asseguradas pela EDP Serviço Universal, S.A., empresa constituída e totalmente devida pela EDP Distribuição.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Regime de Preços da Energia Eléctrica

No âmbito do mercado livre, os preços de venda de energia são estipulados por acordo entre cada comercializador e os respectivos clientes. No mercado regulado, as tarifas e preços praticados pelo CUR são os definidos pela ERSE no tarifário de venda a clientes finais. O DL 104/2010, de 29 de Setembro, estabelece a extinção das tarifas de vendas a clientes finais para a muito alta, alta, média e baixa tensão, a partir de 1 de Janeiro de 2011, com um período transitório até 31 de Dezembro de 2011.

Para as actividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico-financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns immobilizados afectos à produção e distribuição de energia eléctrica no mercado regulado estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes immobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, embora no âmbito do domínio do comércio jurídico privado não possa dispor dos mesmos, enquanto se mantiver a sua afectação ao regime de domínio público.

Gás

No que respeita à actividade de distribuição, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade em Portugal através da sua subsidiária Portgás S.A. O Grupo EDP está presente, de igual forma, na comercialização de gás natural, quer em regime regulado (EDP Gás Serviço Universal) como em regime livre (EDP Gás.Com). A EDP Gás.Com, com licença de comercialização em regime livre desde 2008, começou a actuar no mercado no início do ano 2009. Adicionalmente, o Grupo desenvolve ainda a actividade de fornecimento de GPL, através da EDP Gás GPL, S.A.

A 15 de Junho de 2010 foram publicadas pela ERSE as tarifas a vigorar no ano gás 2010-2011. Os proveitos permitidos da Portgás S.A. contemplam a reavaliação inicial dos seus activos (com referência a 31.12.2007), conforme aprovada pelo Ministério das Finanças.

Actividade no Sector Energético em Espanha

Electricidade

Em Espanha, a Hidroeléctrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa-mãe de um grupo empresarial que desenvolve actividades nos sectores eléctrico e do gás. No sector eléctrico, a HC Energia desenvolve a sua actividade nas áreas da produção, transporte e distribuição e comercialização de energia eléctrica. O parque produtor está assente, fundamentalmente, em centrais térmicas clássicas a carvão e gás natural, em menor percentagem, na hidroelectricidade e no nuclear.

Regulação do Sector Eléctrico

Em 27 de Novembro de 1997 foi aprovada a Lei 54/1997, do sector eléctrico, que efectua (i) a transposição normativa dos princípios incluídos no Protocolo assinado a 11 de Dezembro de 1996 entre o Ministério de Indústria e Energia e as principais empresas eléctricas a fim de propiciar uma maior liberalização e concorrência no sector eléctrico e (ii) a incorporação no ordenamento jurídico Espanhol das disposições contidas na Directiva 96/92/CE sobre normas comuns para o Mercado Interno de Electricidade. De igual forma, a 6 de Julho de 2007 entrou em vigor a Lei 17/2007, de 4 de Julho, que altera a Lei 54/1997, para a adaptar ao disposto na Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de electricidade.

A referida Lei 54/1997, na sua redacção actual, estabelece, entre outros, os seguintes princípios básicos:

Produção

A partir de 1 de Janeiro de 1998 a produção de energia eléctrica é efectuada em regime de livre concorrência no Mercado de Produção de Energia Eléctrica, o qual abrange as actividades comerciais de compra e venda de energia e outros serviços relacionados com o fornecimento de energia eléctrica.

A estrutura do mercado de produção de energia eléctrica foi alargada pela Lei 17/2007, de 4 de Julho, de forma a incluir os mercados a prazo e o mercado intradiário, as resoluções técnicas, os serviços complementares, a gestão de desvios e os mercados não organizados. A organização e regulação do mercado de produção de energia eléctrica está definida e desenvolvida pelo Real Decreto 2019/1997, de 26 de Dezembro.

A energia é paga ao preço marginal do sistema acrescido de uma componente pelos serviços de ajuste necessária para garantir um fornecimento adequado. Adicionalmente, a Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que reviu as tarifas de energia eléctrica a partir de 1 de Outubro de 2007, substituiu o conceito de "garantia de potência" da retribuição na produção de energia eléctrica pelo conceito de "pagamentos por capacidade", previsto no artigo 16 da Lei 54/1997 (modificada pela Lei 17/2007), que contempla a retribuição do serviço de disponibilidade - destinado à contratação de capacidade no médio prazo - e o incentivo ao investimento em capacidade longo prazo.

A instalação de novas unidades de produção encontra-se liberalizada, sem prejuízo da obtenção das autorizações necessárias.

Os produtores têm direito a utilizar nas suas unidades produtivas as fontes de energia primária que considerem mais adequadas, com as restrições aplicáveis em matéria de meio ambiente. Em resultado da pré-notificação da Comissão Europeia, foi promulgado o Real Decreto Ley 1221/2010 de 1 de Outubro, que veio modificar o Real Decreto Ley 134/2010, de 12 de Fevereiro, que estabelece o procedimento para restrições de fornecimento, como medida para promover o consumo de carvão local. Adicionalmente, a partir da entrada em vigor do Real Decreto Ley 14/2010 de 23 de Dezembro, os produtores em regime ordinário têm a obrigação de pagar pelo uso das redes de transporte e distribuição.

Transporte

A Red Eléctrica de España, S.A. exerce as actividades de Gestor do Transporte e Operador do sistema, sendo responsável pela gestão técnica do mesmo, tendo como objectivo garantir a continuidade do fornecimento e a correcta coordenação do sistema de produção e transporte. A responsabilidade pela gestão económica do sistema cabe à Compañía Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.

Verifica-se um livre acesso às redes de transporte e distribuição pelas entidades e consumidores qualificados, estabelecendo-se um sistema de "portagens" de trânsito. A retribuição das actividades de transporte e distribuição é fixada administrativamente.

O Real Decreto 325/2008, de 29 de Fevereiro, estabelece um novo regime de retribuição aplicável às instalações de transporte de energia eléctrica que entraram ao serviço a partir de 1 de Janeiro de 2009. Tal como para a distribuição, este novo modelo de retribuição é baseado nos investimentos.

O texto actual da Lei 54/1997 também prevê que a actividade de transporte passará a ser exercida por um único operador da rede de transporte, para o qual serão transferidas todas as instalações de transporte antes de 6 de Julho de 2010. Igualmente, é efectuada uma distinção entre a rede de transporte primário (instalações > 380 kV, interconexões internacionais e com sistemas insulares e extra peninsulares) e a rede de transporte secundário (instalações < 220 kV que não sejam transporte primário e as inferiores que cumpram funções de transporte).

Distribuição

A Lei 54/1997 estabelece que a retribuição para cada empresa deverá atender a critérios baseados nos custos necessários ao desenvolvimento da actividade, tendo em conta um modelo de caracterização das zonas de distribuição, entre outros parâmetros. Em 19 de Março de 2008, entrou em vigor o Real Decreto 222/2008, de 15 de Fevereiro que estabelece, essencialmente, um novo regime de retribuição da actividade de distribuição de energia eléctrica e modifica o regime de "acometidas" (regime que regula a instalação que permite ligar a rede da distribuidora ao ponto de entrega de energia ao consumidor). O novo sistema retributivo tem como base os investimentos e os aumentos da procura de cada distribuidor. Assim, a norma estabelece novos incentivos para a redução de perdas e para a melhoria da qualidade, que se encontram pendentes de novos desenvolvimentos regulatórios.

Comercialização

A Lei 54/1997 veio estabelecer a liberalização progressiva do fornecimento de energia eléctrica e a introdução da actividade de comercialização, permitindo que os clientes passem a poder escolher de forma progressiva os seus fornecedores, e liberalizando os fornecimentos a partir de 1 de Janeiro de 2003. Adicionalmente, a partir de 1 de Julho de 2009, os distribuidores deixaram de realizar qualquer actividade de distribuição de energia eléctrica (venda), passando a ser estritos operadores de redes.

Regime de Preços da Energia eléctrica

As actividades destinadas ao fornecimento de energia são retribuídas através de taxas e tarifas pagas pelos consumidores. Estas taxas, únicas em Espanha, são estabelecidas pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio com base nos custos das actividades reguladas, incluindo os custos permanentes e os custos de diversificação e segurança do abastecimento.

Por outro lado, a 1 de Julho de 2009 foi extinto o sistema de tarifas de electricidade, tendo todos os consumidores, a partir dessa data, passado para o mercado liberalizado. No entanto, o Real Decreto 485/2009, de 3 de Abril, em aplicação do disposto nos artigos 9.º e 18.º e a Disposição Adicional 24.ª da Lei 54/1997, prevêem que os consumidores finais de baixa tensão com uma potência contratada inferior ou igual a 10 kW são elegíveis para a tarifa de último recurso, que estabelece o preço máximo e mínimo do fornecimento. Esta taxa será aplicada pelos comercializadores designados de último recurso, onde se inclui a Hidrocentrificadora Energia Último Recurso, S.A.U.

Subsídio social

O Real Decreto Lei 6/2009 de 30 de Abril criou o Subsídio Social para alguns consumidores que beneficiam da tarifa de último recurso (TUR) e que satisfaçam determinadas características sociais de consumo e de poder de compra determinado pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio. O subsídio cobrirá a diferença entre o valor da TUR e um valor de referência e será financiado pelas empresas detentoras de instalações de produção.

Gás

A Naturgás, subsidiária do Grupo HC Energia que actua no sector da distribuição e comercialização do gás natural, integra todos os activos gasistas do Grupo EDP em Espanha. A actividade de transporte e distribuição de gás natural em Espanha está sujeita a regulação.

A Lei 34/1998, aprovada em 7 de Outubro de 1998, modificada posteriormente pela Lei 12/2007 de 2 de Julho de 2007, transpôs para o ordenamento jurídico espanhol, o disposto na Directiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003, sobre normas comuns para o mercado interno de gás natural.

No âmbito do fornecimento de gases combustíveis por canalização, a referida lei identifica os seguintes operadores:

- § Os transportadores, detentores de instalações de regasificação de gás natural liquefeito, de transporte ou de armazenamento de gás natural;
- § Os distribuidores, detentores de instalações de distribuição, cuja função consiste em distribuir o gás natural por canalização, assim como construir, manter e operar as referidas instalações de distribuição, destinadas a colocar o gás natural nos pontos de consumo;
- § Os comercializadores, sociedades que detendo acesso às instalações detidas por terceiros, adquirem o gás natural para venda aos consumidores ou a outros comercializadores para efeitos de trânsitos internacionais;
- § Os consumidores finais, que adquirem o gás natural para consumo próprio e os Consumidores directos no Mercado, que acedem directamente às instalações de terceiros.

O Real Decreto-Lei 6/2000 de 23 de Junho cria ainda a figura do Gestor Técnico do Sistema, que detém a responsabilidade de gestão técnica das instalações da rede básica de gás e das redes de transporte secundário, papel atribuído à ENAGÁS, S.A.

O sistema de aprovisionamento e fornecimento à tarifa por parte das empresas de distribuição de gás natural terminou em 1 de Julho de 2008. Desde então, foram estabelecidas taxas de último recurso, que podem beneficiar os consumidores que fiquem abrangidos pelo regulamento (a partir de Julho de 2009 são aqueles com consumo inferior a 50.000 kWh / ano), e que serão aplicadas pelos comercializadores que, em conformidade com o artigo 82.º da Lei 34/1998, tenham a obrigação de assumir o fornecimento de último recurso. Entre os comercializadores designados pelo Ministério encontra-se a Naturgas Energia Comercializadora, SAU.

Em relação ao fornecedor de último recurso, o Real Decreto 485/2009 reconhece a possibilidade de grupos de empresas que tenham, simultaneamente, as obrigações de fornecimento de último recurso de electricidade e de gás que agreguem numa única sociedade ambas as obrigações (a HC Energia Comercializadora de Último Recurso engloba, actualmente, as obrigações de fornecimento de último recurso de gás e electricidade).

O Real-Decreto 104/2010, de 5 de Fevereiro, regula o surgimento do fornecedor de último recurso no sector do gás natural e estabelece que a tarifa de último recurso ("TUR") passa a ser tarifa única a partir de 1 de Janeiro de 2010, impossibilitando aos comercializadores de último recurso a aplicação de descontos sobre as tarifas oficiais aos clientes com direito a TUR.

Actividade no sector Energético do Brasil

Electricidade

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição, transmissão e comercialização de energia eléctrica, através da sua subsidiária EDP Energias do Brasil, S.A. (EDP Energias do Brasil).

Em Agosto de 2008, o Grupo EDP Energias do Brasil efectuou a permuta com o Grupo Rede da totalidade da participação societária detida na Enersul (empresa distribuidora de energia no Estado de Mato Grosso do Sul) pelas participações societárias detidas pela Rede Energia nas sociedades Rede Lajeado Energia S.A. ("Rede Lajeado") e Investco S.A. ("Investco"), bem como pelas participações societárias detidas pela Rede Power nas sociedades Rede Lajeado e Tocantins Energia S.A. Esta operação permitiu à EDP Energias do Brasil consolidar a sua posição na produção de energia eléctrica no Estado de Tocantins no Norte do Brasil.

O sector eléctrico Brasileiro sofreu importantes alterações estruturais e institucionais nos últimos anos, tendo migrado de uma situação de monopólio gerido pelo Estado para um modelo de mercado, onde participa o capital privado. O modelo do sector compreende a existência de dois ambientes comerciais distintos, que são o ACR — Ambiente de Contratação Regulada e o ACL - Ambiente de Contratação Livre.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Ambiente de Contratação Regulada

O Ambiente de Contratação Regulada é destinado à comercialização de energia eléctrica entre geradores, importadores de energia, ou comercializadores, vendendo energia para os distribuidores que, por sua vez, adquirem energia de forma a assegurar o fornecimento dos consumidores cativos.

A principal forma de contratação por parte de uma concessionária de distribuição passou a ser por meio da realização de leilões públicos regulados pela ANEEL. As regras destes leilões são elaboradas para que o vencedor seja estabelecido pelo critério do menor preço de venda.

Cabe às empresas distribuidoras estimar a quantidade de electricidade a contratar nos leilões, sendo obrigadas a contratar 100% das suas necessidades, respeitada ainda a condicionante de que os acréscimos de mercado devem ser assegurados por energia de novos empreendimentos, contratada com 3 anos (Leilão A-3) ou 5 anos (Leilão A-5) de antecedência. O não cumprimento da totalidade do fornecimento nos seus mercados de distribuição poderá resultar em severas penalidades. O esquema de leilões públicos teve início no final de 2004.

Ambiente de Contratação Livre

No mercado livre, a electricidade é comercializada entre concessionárias de produção, produtores independentes de energia, auto-produtores, agentes comercializadores e consumidores livres. Neste mercado, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes (Decreto n.º 5.163/04). Os consumidores livres poderão voltar para o sistema regulado em certas condições.

Produção

O mercado de produção baseia-se predominantemente na existência de Contratos de Aquisição de Energia (CAE) entre produtores e distribuidores, existindo leilões para fornecer a procura de longo prazo, o ajustamento de médio e curto prazo e um mercado diário de desvios, ou mercado "spot".

O parque de produção de electricidade do Brasil assenta maioritariamente na tecnologia hidroeléctrica. As centrais de produção de electricidade são objecto de concessão, autorização ou registo, segundo o enquadramento realizado em função do tipo de central, da potência a ser instalada e do destino da energia. Segundo o destino da energia as centrais de produção podem ser classificadas como:

- § Produtores cujo despacho de electricidade destina-se ao serviço público de distribuição;
- § Produtores independentes (assumem o risco da comercialização de electricidade com distribuidoras ou directamente com consumidores livres);
- § Auto-produtores (produção de energia para consumo próprio, podendo o excedente ser comercializado mediante uma autorização).

Transmissão

O sistema de transmissão brasileiro, com capacidade acima de 230 kV, é dividido em redes de transmissão e sub-transmissão, em função do nível de desagregação do mercado dos consumidores. A rede primária é responsável pelo transporte de electricidade aos grandes centros consumidores e ao fornecimento de energia a eventuais consumidores de elevada dimensão. A rede secundária é basicamente uma extensão da rede primária, com o objectivo de transportar electricidade a pequenos centros consumidores e fornecer energia a clientes industriais de grande dimensão.

Distribuição

Os contratos de concessão do serviço público de distribuição de electricidade são atribuídos por licitação e estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, actualidade e qualidade dos serviços e do fornecimento prestado aos consumidores e utilizadores da rede. Definem ainda penalidades para possíveis irregularidades.

Na maioria dos estados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a área de concessão corresponde aos limites geográficos estaduais. No entanto, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as concessões de distribuição abrangem áreas menores que a do próprio Estado. Existe também o caso em que as áreas de concessão ultrapassam o limite geográfico do Estado-sede da empresa de distribuição.

A actividade de distribuição opera num ambiente totalmente regulado, com tarifas definidas no âmbito da regulação por incentivos ("price cap"), com uma remuneração referida à base dos activos utilizados no serviço de distribuição de energia (BRR — Base de Remuneração Regulatória). A tarifa inclui também uma parcela para cobertura dos custos operacionais estabelecida a partir de uma empresa padronizada, a Empresa de referência, (com custos que seriam praticados por um operador eficiente e que actuasse na região da concessão). O EBITDA regulatório é constituído por duas parcelas, das quais, (i) a depreciação regulatória dos activos da BRR e (ii) a remuneração do capital prudentemente investido multiplicado pelo WACC regulatório, ou seja, pela taxa do custo médio ponderado do capital das empresas do sector. Por fim, as tarifas consideram também os custos de aquisição da energia, contratação do uso da transmissão e os encargos sectoriais como custos repassáveis às tarifas. A parcela da tarifa que compreende a remuneração regulatória, a quota de reintegração e o valor da Empresa de referência é chamada parcela B. Os custos de compra de energia, contratação da rede básica e encargos, compõem a parcela A das tarifas conforme estabelecido nos contratos de concessão das distribuidoras de energia.

As tarifas são actualizadas anualmente com base na variação dos custos da parcela A e na correcção dos custos da parcela B pelo índice de variação do IGPM, descontado dos ganhos de produtividade (factor X). O índice de reajuste é calculado de tal forma a repassar as variações dos custos não geríveis da parcela A e a Parcela B corrigida. Periodicamente (em média a cada 4 anos) ocorre uma revisão tarifária, a qual resulta numa revisão global dos custos, na definição de uma nova BRR e de uma nova Empresa de Referência, com captura dos ganhos de produtividade ocorridos no período entre revisões. No início de 2010 foi assinada uma adenda aos contratos de concessão das empresas de distribuição cujo objectivo foi assegurar a neutralidade dos encargos sectoriais.

Comercialização

Os Comercializadores de electricidade que não detenham activos eléctricos, estão autorizados a actuar exclusivamente no mercado livre (ACL), vendendo ou comprando energia em quantidade, condições e preços livremente negociados. A comercialização de energia com uma distribuidora apenas é possível através de participação nos denominados "Leilões de Ajuste das Distribuidoras", sendo negociados contratos de, no máximo, dois anos de duração e início da entrega da energia num prazo não superior a dois anos.

Bens de Domínio Público

No Brasil, os immobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da entidade reguladora (ANEEL).

Actividade no Sector das Energias Renováveis

Em Dezembro de 2007, o Grupo EDP constituiu a EDP Renováveis, S.L., sociedade de direito espanhol, com vista à concentração nesta entidade das subsidiárias do Grupo com actividade no sector das energias renováveis.

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.121 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão.

Electricidade

Produção

Em Dezembro de 2010, o Grupo EDP através da sua subsidiária EDP Renováveis detém as participações na EDP Renewables Europa, S.L. (EDPR EU, anteriormente denominada por Nuevas Energias del Occidente, S.L.) e na Horizon Wind Energy, LLC (EDPR NA) que operam no sector das energias renováveis na Europa e nos Estados Unidos da América, respectivamente.

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através de participações detidas em subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Brasil. As principais subsidiárias são: a EDP Renováveis Portugal (parques eólicos em Portugal), a Genesa (energias renováveis em Espanha), a Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), a GreenWind (parques eólicos na Bélgica - parceria com promotores locais), a EDP Renewables Polska (parques eólicos na Polónia detidos pela EDPR EU), a EDP Renewables Romania (parques eólicos na Roménia), a EDP Renewables Italia (parques eólicos em Itália) e a EPD Renováveis Brasil (parques eólicos no Brasil). A 31 de Dezembro de 2010 os mercados geográficos de Espanha e Portugal são os mercados geográficos com maior significado nas operações da EDP Renováveis Europa.

O Grupo adquiriu em Julho de 2007, à Goldman Sachs, 100% do capital social da EDPR NA, empresa cuja actividade consiste no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. A EDPR NA detém um conjunto de parques eólicos em exploração e um conjunto de projectos de instalação de parques eólicos que se encontram em fase de desenvolvimento.

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em Espanha, o sector eléctrico é regulado pela Lei 54 de 27 de Novembro de 1997 e pelas alterações subsequentes à legislação.

O Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto nº 661, de 25 de Maio de 2007, foi publicado em 26 de Maio de 2007 e regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre a produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um prémio de sistema variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entraram oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

A aprovação do Real Decreto 6/2009 de 7 de Maio destina-se a eliminar o défice tarifário de 2013. Entre outras medidas, introduz um pré-registo de atribuição de capacidade de energia renovável para novos centros produtores por forma a obter um conjunto de direitos estabelecidos no Real-Decreto 661/2007.

Em Julho de 2010, o Ministério da Indústria estabeleceu um acordo com duas das principais associações de empresas de energias renováveis (Spanish Wind Energy Association e Protermosolar) para alterar a regulação existente. Deste acordo resultou a aprovação do Real-Decreto 1614/2010 de 7 de Dezembro, que define (i) um corte para os anos de 2011 e 2012, de 35% no prémio aplicável à produção eólica definida pelo Real-Decreto 661/2007, (ii) uma adenda ao artigo 44.3 do Real-Decreto 661/2007 clarificando que futuras revisões do prémio pela produção de energia através de fontes renováveis apenas serão aplicadas para a capacidade instalada a partir de 2012, (iii) definição de um limite de 2.589 horas de operação para a capacidade instalada, a partir do qual o parque eólico não tem direito a receber qualquer prémio.

O Decreto-Lei 14/2010 de 23 de Dezembro, estabelece diversas medidas para redução do défice tarifário, entre as quais, uma taxa de produção de 0,5 €/MWh aplicável aos produtores do regime ordinário e especial.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e no Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Desde 1 de Julho de 2007, o mercado ibérico de electricidade financeira ("MIBEL") está plenamente operacional, com transações diárias de Portugal e Espanha, incluindo um mercado de "forwards", que tem operado desde Julho de 2006.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo EDP nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

O Governo Federal regula a venda grossista de energia eléctrica e o transporte entre estados através da FERC, cuja jurisdição advém do "Federal Power Act" ("FPA") e da legislação federal, como a "Public Utility Regulatory Policies Act" de 1978 ("PURPA 1978"), a "Energy Policy Act" de 1992 ("EPACT 1992") e a "Energy Policy Act" de 2005.

As "EWGs" são detentores ou operadores de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são exclusivamente contratados no negócio para deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e pode apenas deter ou operar as instalações de conexão necessárias para a ligação da instalação de produção com a rede.

Em determinados Estados, a aprovação para a construção de novos centros electroprodutores, em especial para produção de energia renováveis, incluindo parques eólicos, é obtida através de um órgão estadual, com aprovações ministeriais limitadas exigidas pelos governos estaduais e municipais. No entanto, em muitos outros Estados o processo de licenciamento de novas centrais (incluindo os parques eólicos), encontra-se sujeito à legislação sobre uso da terra e outros regulamentos específicos do Concelho e do Município. As autorizações a nível estatal podem envolver um processo de aprovação mais extenso, possivelmente incluindo uma avaliação de impacto ambiental e de oposição por parte de outros interessados ou utilizadores.

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover as energias renováveis, particularmente a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte de EPACT 1992. Integrado no programa "American Recovery and Investment Act" ("ARIA") para 2009, o Governo Federal está a incentivar o desenvolvimento de energias renováveis através de créditos fiscais e outros subsídios para os anos de 2009 a 2013. Diversos estados aprovaram a legislação, particularmente, sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" ("RPS"), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem de energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é comum à Directiva Comunitária relativa à utilização de Energias Renováveis.

O programa "ARIA" para o ano de 2009 inclui diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do "PTC" até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do "Investment Tax Credit" ("ITC") que possa substituir o "PTC" ao longo do período da extensão. Este "ITC" permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projectos ("cash grant") que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010. Em Dezembro de 2010, o "Tax Relief, Unemployment, Insurance and Reauthorization, and Job Creation Act" de 2010 foi aprovado e inclui um período de 1 ano de extensão dos "ITC", que permite às empresas do sector receber 30% do montante investido em projectos com início de construção até Dezembro de 2011 desde que iniciem a sua operação até Dezembro de 2012.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDP - Energias de Portugal, S.A., agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, (referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 3 de Março de 2011 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A. e consolidadas do Grupo EDP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessas datas.

Em 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais e as interpretações IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços e IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes. Estas interpretações de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2010, tiveram impacto ao nível dos activos e passivos do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nos termos definidos pelo IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, ajustamentos ao justo valor resultantes da alocação do preço de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos ("Purchase price allocations"), com impacto nos montantes de "goodwill" previamente registados, determinam a reexpressão da informação comparativa, sendo reflectido o efeito destes ajustamentos nas rubricas de balanço, com referência à data de realização da operação de concentração de actividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses minoritários negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por patamares ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do "goodwill". No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP tem a possibilidade de reconhecer os interesses minoritários ao justo valor ou ao custo de aquisição, o que implica que poderá reconhecer nas suas demonstrações financeiras a totalidade do "goodwill", incluindo a parcela que é atribuível aos minoritários, por contrapartida dos interesses minoritários, caso opte pela primeira opção. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de Dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Aquisição e diluição a Interesses Minoritários

Até 31 de Dezembro de 2009, nas aquisições de interesses minoritários, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos foram registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses minoritários, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses minoritários ("written put options"), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses minoritários na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses minoritários adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de Dezembro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que ocorresse perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Até 31 de Dezembro de 2009 o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital nos resultados do exercício.

Após 1 de Janeiro de 2010, nas aquisições (diluições) de interesses minoritários sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos são registadas por contrapartida de reservas. As aquisições de interesses minoritários, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses minoritários ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses minoritários na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do período, resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam como de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas.

Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira ou derivados cambiais contratados. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento líquido e à respectiva operação de cobertura registada em capitais próprios são transferidas para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos, quando aplicável, em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo (negociação) e (ii) os outros activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar esses activos financeiros.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto para activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("Fair Value Option").

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas por entidades do Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e deidas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 75
Produção Termoeléctrica	25 a 40
Produção Renováveis	20
Distribuição de electricidade	10 a 40
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospectiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam o Grupo pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Comparticipações de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Novembro de 2008, a Interpretação IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 27 de Novembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios com início após 31 de Outubro de 2009. No caso do Grupo EDP, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor desta interpretação é o exercício de 2010.

A IFRIC 18 é aplicável a acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de energia. Esta interpretação vem clarificar:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo adoptou esta interpretação para as participações recebidas dos clientes, reconhecendo os activos recebidos pelo custo estimado de construção por contrapartida de proveitos operacionais. Os activos são amortizados pela sua vida útil.

i) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, em Portugal, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil das concessões, não excedendo os 30 anos.

Direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico

Os direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 45 anos. O Grupo EDP regista como direitos de concessão as compensações financeiras pagas pelo usufruto dos bens públicos, sempre que estas ocorrem e nas suas diferentes subsidiárias.

A política contabilística relativa aos activos intangíveis afectos a concessões é descrita na nota 2aa), actividades de concessão do Grupo.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Determinação se um Acordo contém uma Locação

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

As licenças de CO2 detidas pelo Grupo com o objectivo de serem negociadas em mercado são registadas como inventário e são valorizadas ao preço de mercado no final de cada exercício por contrapartida de resultados.

m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa dispõe de um plano de benefícios definidos que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Os activos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

Em Portugal, Espanha e no Brasil, as empresas EDP Estudos e Consultoria, HC Energia, EDP Renováveis Europa e Bandeirante dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração Executivo. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditio compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos accionistas da EDP, S.A. pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo e pela EDP, S.A. respectivamente.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

†) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é calculado com base no preço de mercado das acções na data de atribuição do benefício.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição ("grant date"), é reconhecido nos resultados por contrapartida de capitais próprios, durante o período em que o colaborador adquire o direito de exercer ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

w) Relato por segmentos

O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

x) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

y) Licenças de CO₂ e emissão de gases de estufa

O Grupo detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO₂ e de emissão de gases de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado Powermex na data de referência da sua atribuição, normalmente, no início do exercício.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas como existências ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Powermex no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

z) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

aa) Actividades de concessão do Grupo

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 — Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso do Grupo EDP, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que o Grupo adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospectivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospectiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os activos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do activo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do activo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afectas à concessão e resulta no registo de um activo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

No âmbito dos contratos de concessão do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo EDP não tem qualquer margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante (ver nota 6 e nota 45).

Os activos intangíveis afectos a concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

O Grupo procede a testes de imparidade relativamente aos activos intangíveis afectos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos activos afectos a concessões são entregues ao Grupo a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos activos afectos a cada concessão.

Os impactos decorrentes da adopção da IFRIC 12 encontram-se apresentadas na Nota 45 às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado, ou determinados por entidades externas, ou através de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou determinado por entidades externas, ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Compensação do Equilíbrio Contratual - CMEC

Na sequência da decisão do Governo Português da extinção do Contrato de Aquisição de Energia (CAE) a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim do CAE com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Na sequência da extinção dos CAE e de acordo com a legislação em vigor, foi determinada a atribuição, ao Grupo EDP de uma compensação de equilíbrio contratual (CMEC). O mecanismo de atribuição do CMEC compreende três tipos de compensações: a compensação inicial, a compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade e uma compensação final.

A compensação inicial foi reconhecida no momento da cessação dos CAE e ascende a 833.467 milhares de Euros, constitui um activo a receber registado pelo seu valor actualizado líquido, tendo por contrapartida o registo de um proveito diferido. Em cada exercício a parcela da compensação inicial é reconhecida como um proveito operacional por contrapartida do proveito diferido inicial. Nos termos da legislação esta parcela é passível de securitização.

A compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade corresponde à correcção face à realidade da estimativa da compensação inicial de cada exercício, sendo registada como um custo ou um proveito no exercício a que se refere.

A compensação final será calculada nos termos definidos pela legislação relativa à cessação dos CAE, após o término do período de revisibilidade (10 anos). Os juros resultantes da taxa de desconto utilizada são registados no período a que respeitam, com base na taxa implícita respectiva, por contrapartida de proveitos em cada período.

Compensação do Equilíbrio Contratual - Revisibilidade

O mecanismo de revisibilidade, consiste em acertar numa base anual e pelo período de 10 anos após a resolução dos CAE, os desvios, positivos ou negativos, verificados entre as estimativas efectuadas para o cálculo do CMEC inicial de um período e os valores reais efectivamente ocorridos no mercado nesse período. Este mecanismo dá origem a uma compensação decorrente do acerto de estimativa que se designa por CMEC Revisibilidade. Em cada período, o Grupo EDP efectua o cálculo do CMEC Revisibilidade considerando os preços de mercado verificados e as quantidades reais vendidas, utilizando os pressupostos definidos no modelo Valorágua, conforme definido na legislação em vigor. Consequentemente, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes dos do modelo utilizado, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

Em 2010, a EDP Gestão da Produção, S.A. procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção hidroeléctrica e térmica e consequentemente alterou prospectivamente o montante das respectivas amortizações do exercício.

A redefinição da vida útil das centrais teve por base um estudo efectuado por uma entidade externa que incluiu a análise dos equipamentos afectos às referidas centrais, o seu actual estado de conservação e o plano de manutenções futuro. Com base nesta informação, foram identificadas as vidas úteis remanescentes de cada activo, tendo por limite superior a data final de concessão do domínio público hídrico associado a cada uma centrais hídricas objecto de análise. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados.

Desvios tarifários

Os desvios tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação actualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, o Grupo EDP registou nos resultados do exercício na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários.

Défice tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito incondicional à recuperação do défice tarifário relativo aos exercícios de 2006 e 2007, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário. No exercício de 2008 o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défice tarifário de 2006 e 2007. No exercício de 2009 foram transmitidos os défices tarifários de 2008 e parte remanescente de 2007, assim como do ajustamento tarifário não regular relativo ao sobrecurso estimado da produção em regime especial para o ano 2009.

Em Espanha, em Dezembro de 2006, foi publicado o Decreto Real 1634/2006, que estabelece a tarifa de electricidade para o período com início em 1 de Janeiro de 2007. Este Decreto Real definiu a forma de recuperação do défice de 2006, estabelecendo adicionalmente que, com carácter trimestral e a partir de 1 de Julho de 2007, o Governo, mediante Decreto Real, efectuará modificações às tarifas de venda de energia eléctrica a aplicar pelas empresas distribuidoras. A Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Outubro de 2007 veio cumprir com o estabelecido no Decreto Real 1634/2006. Em 29 de Dezembro de 2007 foi publicada a Ordem ITC/3860/2007, de 28 de Dezembro, a qual reviu as tarifas eléctricas a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Foi publicado em 7 de Maio de 2009 o Real Decreto Ley 6/2009 que estabelece entre outras matérias, (i) a possibilidade de se proceder à securitização do défice tarifário espanhol suportado pelas empresas do sector eléctrico, recorrendo a aval do Estado; (ii) o calendário de eliminação do défice tarifário para que em 1 de Janeiro de 2013 as tarifas de acesso sejam suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas, sem criação de défice tarifário ex-ante e, de forma a que esta eliminação seja gradual, os custos actualmente integrados na tarifa eléctrica passem a ser suportados pelo Orçamento de Estado Espanhol; (iii) a revogação, a partir de 1 de Julho de 2009, do Real Decreto Ley 11/2007, que estabelecia a obrigação de devolução dos proveitos adicionais gerados pela repercussão dos custos do CO2 nos preços de mercado, cuja vigência se estendia até 2012; (iv) a criação de um subsídio social que constitui numa tarifa reduzida para os consumidores de baixo rendimento e (v) a assunção pelas empresas eléctricas dos custos de gestão e tratamento de resíduos radioactivos das centrais nucleares e dos combustíveis gastos.

Com base na legislação referida a EDP considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défices tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que iniciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela EDP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuada pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro anos para exercícios a partir de 2010 e seis anos para os exercícios anteriores, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A EDP considera existirem obrigações legais ou contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais ou contratuais existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das respectivas responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP é efectuada centralmente pela Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Gestão Financeira identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Ao nível das subsidiárias do Brasil, a responsabilidade de gestão dos riscos de mercado inerentes à variação das taxas de juro e das taxas de câmbio é do Gabinete de Gestão de Risco local, o qual efectua esta gestão de acordo com os princípios definidos pelo Grupo EDP para esta área geográfica.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A. é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto ao risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Libra da Grã Bretanha (GBP), Ienes do Japão (JPY) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta essencialmente da aquisição da EDPR NA em Julho de 2007 e dos investimentos efectuados em parques eólicos nos EUA desde então. Para financiar a aquisição e investimento subsequente desta subsidiária, a EDP contratou financiamentos em USD, os quais permitem mitigar o risco cambial em USD associado aos activos líquidos da EDPR NA. As obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V. em GBP e JPY, ao abrigo do programa "Medium Term Notes", foram desde a data da emissão cobertas no que respeita ao risco cambial e da taxa de juro. A restante dívida contraída pelo Grupo EDP, exceptuando a dívida contraída pelas subsidiárias brasileiras, encontra-se integralmente denominada em Euros.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através de endividamento em USD, utilizam instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem o Grupo ao risco de conversão cambial para o Euro, são acompanhados no que respeita à evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e de taxa de juro associado ao valor dos investimentos líquidos nestas subsidiárias.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos activos ou passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

No que respeita aos instrumentos financeiros que resultam numa exposição ao risco cambial, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e / ou capitais próprios do Grupo EDP, nos seguintes montantes:

		Dez 2010			
		Resultados Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD		7.485	-9.148	-15.995	19.550
PLN		-	-	3.584	-4.381
		<u>7.485</u>	<u>-9.148</u>	<u>-12.411</u>	<u>15.169</u>
		Dez 2009			
		Resultados Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD		24.114	-29.473	-23.087	28.218
PLN		-	-	7.984	-9.759
		<u>24.114</u>	<u>-29.473</u>	<u>-15.103</u>	<u>18.459</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados ("swaps").

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que se considere adequado, adicionadas operações estruturadas de opções de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro cujos vencimentos variam entre 1 e 18 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro (excluindo actividade no Brasil)

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo, com excepção do Brasil, é efectuada centralmente ao nível da Direcção Financeira do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados ("swaps" e estruturas opções) de forma a mitigar este risco. Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo, com excepção do Brasil e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP nos seguintes montantes:

		Dez 2010			
		Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		100 pb acrécimo	100 pb redução	100 pb acrécimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":					
	Dívida coberta	-27.277	27.277	-	-
	Dívida não coberta	-64.241	64.241	-	-
Efeito justo valor:					
	Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	36.981	-40.988
	Derivados de negociação (óptica contabilística)	-25.659	28.386	-	-
		<u>-117.177</u>	<u>119.904</u>	<u>36.981</u>	<u>-40.988</u>
		Dez 2009			
		Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
		100 pb acrécimo	100 pb redução	100 pb acrécimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":					
	Dívida coberta	-17.277	17.277	-	-
	Dívida não coberta	-64.135	64.135	-	-
Efeito justo valor:					
	Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	18.997	-20.956
	Derivados de negociação (óptica contabilística)	-15.142	12.191	-	-
		<u>-96.554</u>	<u>93.603</u>	<u>18.997</u>	<u>-20.956</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de risco de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de risco de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. O elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como o grande volume de clientes residenciais, são factores que mitigam o risco de concentração de crédito em contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP (ver nota 34).

Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica e vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores tanto em mercados organizados (OMEL e OMIP) como a terceiros. O Grupo encontra-se exposto aos riscos do mercado de energia, nomeadamente no que se refere à actividade desenvolvida no sector não regulado. Para um conjunto de centros produtores de electricidade que, apesar de operarem em mercado, têm o seu regime de remuneração regulado pela legislação dos CMEC, a variabilidade da margem de exploração é determinada, essencialmente, pela diferença entre os preços realizados em mercado e os índices de referência definidos nestes contratos.

Em resultado desta actividade de gestão de energia, existe uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO2 e combustíveis (carvão, fuel e gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objectivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou "positioning" dentro dos limites de negociação aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. Os instrumentos financeiros negociados incluem "swaps" (electricidade, Brent e carvão) e "forwards" para fixação de preços.

A actividade de gestão de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços dos mercados (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração Executivo, que são objecto de revisão periódica em função da evolução da actividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma a adequá-las aos objectivos de gestão estabelecidos.

O acompanhamento dos riscos é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de "backtesting" e da validação complementar dos modelos e dos pressupostos utilizados. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

Como principal indicador para medir os riscos de preço e volume utiliza-se a margem em risco (P@R), que estima o impacto da variação dos diferentes factores de risco (preço da electricidade e hidraulicidade) na margem do próximo ano, correspondendo o P@R à diferença entre a margem esperada e um cenário pessimista com uma probabilidade de ocorrência de 5% (intervalo de confiança de 95%), tendo em conta um horizonte temporal de 1 ano. De referir que se consideram tanto os volumes certos como os que, apesar de incertos, são expectáveis, designadamente a produção das centrais e os correspondentes consumos de combustíveis.

Factor de risco:	Distribuição do P@R por factor de risco	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Negociação	1.000	4.000
Combustível	41.000	32.000
CO2	3.000	33.000
Electricidade	36.000	44.000
Hidraulicidade	20.000	17.000
Efeito de Diversificação	-74.000	-93.000
Total	27.000	37.000

Relativamente ao risco de crédito, a quantificação da exposição considera o montante e tipo de transacção (p. ex. "swap" ou compra a prazo), a notação de risco da contraparte que depende da probabilidade de incumprimento, e o valor esperado do crédito a recuperar, que varia em função das garantias recebidas ou da existência de acordos de "netting". A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição do grupo EDP por notação de risco de crédito é analisada como se segue:

	Dez 2010	Dez 2009
Notação de risco de crédito (S&P):		
AAA a AA-	18,06%	48,48%
A+ a A-	75,69%	47,66%
BBB+ a BBB-	0,90%	0,92%
BB+ a B-	1,11%	2,25%
Sem "rating" atribuído	4,24%	0,69%
Total	100,00%	100,00%

Brasil - Gestão do risco de taxa de juro e taxa de câmbio

A principal ferramenta de monitorização e controlo do risco de mercado nas subsidiárias do Brasil é o Value at Risk (VaR).

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O VaR é a perda máxima expectável no portfólio de operações, num período de tempo específico, resultante de um movimento de mercado adverso que tem um determinado intervalo de confiança. O modelo de VaR utilizado é baseado num intervalo de confiança de 95% e assume um período de tempo de 10 dias para liquidação das posições, sendo baseado essencialmente em dados históricos. Tendo em consideração os dados de mercado dos últimos 2 anos e observações de relações entre diferentes preços e mercados, o modelo gera um conjunto de cenários para movimentos nos preços de mercado.

A metodologia VaR, utilizada no Brasil, considera um conjunto de análises ("stress tests") com o objectivo de monitorizar o impacto financeiro em diferentes cenários de mercado.

O sumário do VaR na actividade das subsidiárias no Brasil com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	VaR	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Risco de taxa de câmbio	461	809
Risco da taxa de juro	3.638	3.619
Covariação	-421	-1.098
Total	3.678	3.330

5. Perímetro de consolidação

Durante o exercício de 2010, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP:

Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 85% do capital social das empresas Repano Wind S.r.l. e EDP Renewables Italia, S.r.l.;
- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 100% das empresas polacas Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO, Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO e Karpacka Mala Energetyka SP ZOO, através da sua subsidiária EDP Renewables Polska SP ZOO (anteriormente designada Neolica Polska SP ZOO);
- A EDP Renewables Europe, S. L. adquiriu 80% do capital social da Re Plus - Societá a Responsabilitá Limitata, através da sua subsidiária EDP Renewables Italia, S.r.l.;
- A EDP Ventures, S.G.P.S., S.A. adquiriu 40% do Grupo Arquiled, que inclui a Arquiled - Projectos de Iluminação, S.A., Arquiservice - Consultadoria e Serviços, S.A. e a Futurcompact, Lda.

Considerando a existência de uma opção de venda de 15% das empresas Repano Wind S.r.l. e EDP Renewables Italia, S.r.l. por parte dos interesses minoritários, o Grupo EDP consolida estas empresas a 100%, nos termos da política contabilística 2b) (ver nota 41).

Empresas alienadas e liquidadas:

- A Horizon Wind Energy L.L.C. procedeu à liquidação da Freeport Windpower I, L.P.*;
- A Hidrocentábrico Explotación Centrales procedeu à dissolução e liquidação da Mazarrón Cogeneración, S.A. e Papresa Cogeneración AIE;
- A Naturgás Energía Grupo, S.A. procedeu à alienação da participação, através da sua subsidiária Naturgas Participaciones, na Tecman, S.L.;
- A EDP Imobiliária e Participações, S.A. procedeu à alienação da participação de 34% detida na Central-E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.;
- A EDP, S.A. procedeu à alienação da participação de 21% detida na Deca - Distribución Eléctrica do Centro Americana Dos (III), S.A.;
- A EDP Renewables Europe procedeu à alienação da participação, através da sua subsidiária Genesa, na Murciasol 1 - Solar Térmica, S.L.;
- A EDP Produção procedeu à liquidação da Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda.

Empresas fusionadas:

As seguintes empresas foram fusionadas na Naturgás Energía Comercializadora, S.A.:

- Naturgás Energía Suministro Sur, S.L.;
- Naturgás Energía Suministro, S.L.

As seguintes empresas foram fusionadas na Pebble Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Lda:

- Hidroeléctrica de Fagilde, Lda;
- Minihídrica do Palhal, Lda;
- Hidroeléctrica de Penacova, Lda;
- Hidroeléctrica de Pinhel, Lda;
- Hidroeléctrica do Rabaçal Ponte, Lda.

A Eneraltius - Produção de Energia Eléctrica, S.A. foi fusionada na EDP Renováveis Portugal, S.A.

A Agrupación Eólica Francia, S.L. foi fusionada na EDP Renewables Europe.

Empresas constituídas:

- Headwaters Wind Farm L.L.C.*;
- 17th Star Wind Farm L.L.C.*;
- Waverly Wind Farm L.L.C.*;
- EDP - Projectos SGPS, S.A.;
- EDP Renewables Canada;
- 2010 Vento VII, L.L.C.*;
- 2010 Vento VIII, L.L.C.*;
- 2010 Vento IX, L.L.C.*;
- Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.*;
- Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.*;
- Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.*;
- EDP MOP - Operação de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A.;
- SGORME - SGO Rede Mobilidade Eléctrica, S.A..;
- Rio Blanco Wind Farm L.L.C.*;
- Hidalgo Wind Farm L.L.C.*;
- HC Naturgas Servicios Energeticos S.L.;
- MacColl Offshore Windfarm Limited*;
- Stevenson Offshore Windfarm Limited*;
- Telford Offshore Windfarm Limited*.
- Stone Wind Power L.L.C.*;
- Franklin Wind Farm L.L.C.*;
- HC Energia Gas, S.L.

* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Reino Unido sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2010 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Outras alterações:

- A EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a participação de 19,6% para 36% do capital social da ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. através da sua subsidiária EDP Renováveis Portugal, S.A.;
- A EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a participação de 49% para 61% do capital social da Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. através da sua subsidiária Sinae, S.L.;
- A Naturgás Energia Distribución, S.A.U. passou a deter 100% do capital social da Naturgás Energía Distribución Cantabria, S.A., na sequência da operação de amortização das acções detidas pelos interesses minoritários;
- No seguimento da decisão da Ente Vasco de la Energía de exercer a opção de venda que detinha sobre a Naturgas Energia, a HC Energia comprou à EVE 29,43% do capital social da Naturgas, passando a deter 95%. Como a put option se referia à aquisição de 30,35% da participação da HC Energia, todas as participações detidas pela Naturgas sofreram reduções de 0,92% pelo exercício da put option;
- A EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. aumentou a sua participação de 55% para 100% do capital social da EDP Serviços - Sistemas para a Qualidade e Eficiência Energética, S.A. através da aquisição das participações aos restantes accionistas;
- A EDP - Gestão da Produção de Energia S.A. aumentou a participação de 55% para 97% do capital social da Greenouga - Sociedade Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio-Ermida, S.A. através de um aumento de capital na sociedade;
- A Windplus, S.A. alterou o seu método de consolidação de integral para proporcional devido a uma diluição do capital social.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 estão listadas na nota 52.

6. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Volume de negócios:				
Energia eléctrica e Acessos	12.536.606	11.021.866	1.664.390	1.566.404
Gás e Acessos	1.348.165	981.493	62.945	-
Consultadoria, serviços de gestão e sistemas de informação	8.262	7.274	121.782	59.774
Licenças de emissão CO2	145.922	71.559	154.038	129.196
Outros	131.787	115.817	355	190
	14.170.742	12.198.009	2.003.510	1.755.564

Em 2010, a rubrica "Energia eléctrica e Acessos" em Portugal inclui, em base consolidada, um proveito no montante líquido de 194.510 milhares de Euros (custo em Dezembro de 2009: 361.080 milhares de Euros) relativo aos desvios tarifários do ano, conforme referido na política contabilística 2 x).

Adicionalmente, a rubrica de "Energia eléctrica e Acessos", inclui em base consolidada o montante de 312.899 milhares de Euros (535.543 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009) relativo às compensações de equilíbrio contratual (CMEC) resultantes da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE). Este montante inclui 91.622 milhares de Euros (140.052 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009) relativos ao CMEC inicial do período e 221.277 milhares de Euros (395.491 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009) resultantes do mecanismo de revisibilidade, conforme estabelecido pela legislação em vigor em Portugal.

A rubrica "Consultoria, serviços de gestão e sistemas de informação", compreende, em base individual, proveitos no montante de 80.589 milhares de Euros relativos a serviços facturados às subsidiárias da EDP, S.A. pela prestação de serviços de gestão e suporte de Tecnologias de informação. Os montantes facturados dependem das condições definidas contratualmente, em conformidade com o regime de preços de transferência.

O **Volume de negócios**, por mercados geográficos, para o **Grupo**, é analisado como segue:

	Dez 2010				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Energia eléctrica e Acessos	7.148.205	3.000.503	2.111.404	276.494	12.536.606
Gás e Acessos	283.205	1.064.960	-	-	1.348.165
Consultadoria, serviços de gestão e sistemas de informação	7.274	988	-	-	8.262
Licenças de emissão de CO2	145.922	-	-	-	145.922
Outros	68.262	23.940	39.585	-	131.787
	7.652.868	4.090.391	2.150.989	276.494	14.170.742
	Dez 2009				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Energia eléctrica e Acessos	6.923.086	2.247.272	1.655.241	196.267	11.021.866
Gás e Acessos	126.387	855.106	-	-	981.493
Consultadoria, serviços de gestão e sistemas de informação	6.617	657	-	-	7.274
Licenças de emissão de CO2	71.559	-	-	-	71.559
Outros	53.379	27.178	26.879	8.381	115.817
	7.181.028	3.130.213	1.682.120	204.648	12.198.009

O detalhe do volume de negócios por segmentos é apresentado no Relato financeiro por Segmentos (ver nota 51).

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade e gás e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	6.808.261	5.340.458	1.412.899	1.192.863
Custos com aquisição de gás	945.270	641.183	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	252.223	454.965	-	3.411
Gás	586.698	495.745	274.779	214.521
Custo das mercadorias	34.162	134.529	-	-
Licenças de emissão de CO ₂	98.152	104.970	155.859	142.752
Outros custos	131.558	124.224	2	-
Trabalhos para a própria empresa	-89.913	-203.204	-	-
	<u>1.012.880</u>	<u>1.111.229</u>	<u>430.640</u>	<u>360.684</u>
	<u>8.766.411</u>	<u>7.092.870</u>	<u>1.843.539</u>	<u>1.553.547</u>

A rubrica de "Custos com a aquisição de electricidade", nas contas individuais, inclui um montante de 730.536 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 699.737 milhares de Euros) com a aquisição de energia no âmbito do contrato de gestão, compra e revenda de energia existente entre a EDP, S.A. e a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.

Activos afectos a concessões

No âmbito dos contratos de concessão do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo EDP não tem qualquer margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Activos afectos a concessões:				
Rédito associado a activos afectos a concessões	-392.017	-350.590	-	-
Encargos com a aquisição de activos afectos a concessões	392.017	350.590	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Proveitos suplementares	23.409	25.181	345	325
Subsídios à exploração	1.909	882	-	-
Ganhos em immobilizações	4.731	3.297	1.839	781
Redução de ajustamentos:				
- Cobranças duvidosas	30.401	20.700	-	-
- Devedores e outros activos	2.666	831	-	-
Trabalhos para a própria empresa	2.048	4.198	-	-
Valores de participações de clientes	25.982	8.201	-	-
Prémios de Seguros - Energia RE	10.692	11.302	-	-
Proveitos relativos a parcerias institucionais - EDPR NA	107.005	82.671	-	-
Amortização do justo valor dos contratos de venda de energia - EDPR NA	25.776	17.654	-	-
Indemnização por indisponibilidade das turbinas - EDPR NA	962	12.692	-	-
Revalorização ao justo valor de participação detida no Parque Eólico Del Voltoya S.A.	3.170	-	-	-
Indemnização por cessação de contrato - EDPR NA	15.840	-	-	-
PPA - EDPR Polónia	15.000	-	-	-
Outros proveitos de exploração	51.298	37.181	10.224	7.347
	<u>320.889</u>	<u>224.790</u>	<u>12.408</u>	<u>8.453</u>

A rubrica proveitos relativos a parcerias institucionais — EDPR NA, corresponde a retornos derivados de benefícios fiscais à produção e ao investimento (PTC/ITC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projetos Vento I, II, III, IV, V, VI e VII nos parques eólicos nos EUA.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados em aproximadamente 190.400 milhares de dólares americanos e registados como um passivo não corrente (nota 37). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2010 foi de 25.776 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 17.654 milhares de Euros).

As indemnizações por indisponibilidade das turbinas - EDPR NA, referem-se a uma compensação recebida e prevista nos contratos com os fornecedores responsáveis pelo fornecimento e manutenção das turbinas eólicas, quando a capacidade média das turbinas em actividade é inferior a 93% nos primeiros seis meses e/ou inferior a 97% em qualquer período subsequente de seis meses, durante o período de garantia.

Em 2010, o Grupo EDP adquiriu uma participação adicional directa de 12% do capital social da sociedade Parque Eólico Altos de Voltoya, S.A. passando esta empresa a consolidar pelo método integral. Com base no "purchase price allocation" provisório e conforme política contabilística do Grupo, a participação anteriormente detida foi revalorizada, originando o reconhecimento de um ganho no montante de 3.170 milhares de Euros (ver nota 2b).

A rubrica Valores de participações de clientes inclui em 2010 o valor de 18.670 milhares de Euros que corresponde à aplicação da IFRIC 18 na actividade de distribuição de electricidade e gás em Espanha, conforme referido na política contabilística 2h).

A Indemnização por cessação de contrato - EDPR NA (15.840 milhares de Euros) corresponde à indemnização recebida pela subsidiária Poast Oak Wind LLC (Grupo EDPR NA) por uma rescisão antecipada de um "power purchase agreement" de um cliente.

A rubrica PPA - EDPR Polónia no valor de 15.000 milhares de Euros corresponde ao proveito operacional resultante da realização do "purchase price allocation" efectuado em 2010 relativamente aos activos e passivos operacionais subjacentes às aquisições das subsidiárias Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO, Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO, no âmbito da qual foi identificado um diferencial positivo entre o justo valor dos activos e passivos adquiridos e o respectivo custo de aquisição destas subsidiárias nas contas consolidadas do Grupo. Nos termos da IFRS 3 e conforme política contabilística do Grupo esta diferença foi reconhecida em proveitos do exercício.

8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Subcontratos	4.742	3.753	-	-
Fornecimentos e serviços :				
Água, electricidade e combustíveis	13.700	11.386	972	928
Utensílios e material de escritório	7.117	6.597	771	273
Rendas e alugueres	93.892	92.759	36.589	9.804
Comunicações	40.832	40.156	9.293	1.584
Seguros	41.191	34.174	640	845
Transportes, deslocações e estadias	28.150	25.031	2.177	1.393
Comissões e honorários	4.697	4.205	68	105
Conservação e reparação	289.048	241.202	16.058	2.739
Publicidade e propaganda	26.611	27.403	7.755	6.640
Vigilância e Segurança	11.982	10.304	457	456
Trabalhos especializados:				
- Actividade Comercial	134.219	92.275	-	-
- Serviços de Informática	45.096	41.013	16.775	1.913
- Serviços Jurídicos	23.742	18.420	3.662	2.330
- Serviços de Consultoria	24.551	25.001	6.464	4.354
- Outros Serviços	43.490	63.397	20.877	25.998
Cedência de Pessoal	-	-	36.985	34.175
Outros fornecimentos e serviços	29.196	31.126	3.790	5.633
	862.256	768.202	163.333	99.170

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	14.514	12.298	5.173	5.281
Remuneração dos colaboradores	478.214	441.098	1.516	405
Encargos sobre remunerações	121.485	112.501	266	227
Custos com indemnizações	7.062	7.838	-	-
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	77.670	74.725	5.714	9.102
Planos de remuneração com base em acções	2.118	2.062	-	-
Outros custos	22.937	21.936	1.128	1.247
Trabalhos para a própria empresa	-148.592	-132.422	-	-
	575.408	540.036	13.797	16.262

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
Órgãos sociais	107	87	28	29
Dirigentes	484	436	-	-
Quadros superiores	2.389	2.050	-	-
Quadros médios	646	803	-	-
Quadros intermédios	782	830	-	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	5.890	5.976	1	1
Profissionais semi-qualificados	1.737	1.837	-	-
Contratados a prazo	61	77	-	-
	12.096	12.096	29	30

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custos com plano de pensões	72.426	73.751	86	75
Custos com plano médico e outros benefícios	47.453	43.801	135	122
Custos com racionalização de recursos humanos	33.164	39.872	-	-
Outros	319	929	4	-
	153.362	158.353	225	197

Os custos com planos de pensões incluem 56.705 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 62.274 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 35) e 15.721 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 11.477 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 49.201 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 49.955 milhares de Euros) respeitam à dotação do exercício, líquidos das reduções do exercício. Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem de novos acordos de pré-reforma de 135 trabalhadores da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A. e da EDP Distribuição, S.A. Em 2009, os custos incorridos nesta rubrica decorreram da implementação do PAE - Programa de Ajustamento de Efectivos em Portugal, no âmbito do qual foram efectivadas saídas de 133 trabalhadores para a pré-reforma, representando um custo total de 34.493 milhares de Euros e do projecto de reestruturação da estrutura hierárquica da EDP Brasil que abrangeu 46 trabalhadores e representou um custo total de 5.379 milhares de Euros.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	239.286	240.517	-	-
Rendas de centros electroprodutores	11.251	8.113	-	-
Impostos directos	16.647	13.132	240	271
Impostos indirectos	62.800	57.376	812	460
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	83.610	71.327	19	-
Imparidade para devedores e outros activos	2.280	7.369	6	11
Perdas em immobilizações	14.724	8.934	69	415
Custos de funcionamento da regulação	1.669	5.037	-	-
Devolução de Licenças de CO ₂ (Real Decreto-Ley 11/07)	-	15.502	-	-
Indemnizações de exploração	5.237	857	-	-
Donativos	20.918	16.770	8.127	6.876
Outros custos e perdas operacionais	62.962	55.630	3.561	9.577
	<u>521.384</u>	<u>500.564</u>	<u>12.834</u>	<u>17.610</u>

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde maioritariamente, às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.

A rubrica Devolução de licenças de CO₂ (RDL 11/07) incluía em 2009 o montante de licenças que o Grupo esperava ter de devolver ao Estado Espanhol, como resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 11/2007 que vigorou até Julho de 2009, que determinava que o custo relativo à emissão de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente pelo Estado Espanhol seria deduzido ao défice tarifário do sector daquele exercício.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros activos é analisada nas notas 24 e 25, às demonstrações financeiras, respectivamente.

11. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Dotação de provisões para riscos e encargos	134.145	92.322	7.927	187
Redução de provisões	-30.567	-17.637	-2.509	-
	<u>103.578</u>	<u>74.685</u>	<u>5.418</u>	<u>187</u>

O movimento líquido de provisões do exercício (103.578 milhares de Euros) inclui o reforço de provisões para contratos onerosos com clientes (aproximadamente 85.018 milhares de Euros) em Portugal e Espanha.

12. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Amortização de activos fixos tangíveis:				
Edifícios e outras construções	12.354	10.756	443	469
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	118.592	134.526	8	8
Produção Termoeléctrica	274.325	275.957	-	-
Produção Renováveis	422.524	305.996	-	-
Distribuição de Electricidade	54.633	56.728	-	-
Distribuição de Gás	54.160	31.600	-	-
Outro equipamento básico	4.043	1.782	15	15
Equipamento de transporte	8.886	10.191	754	687
Equipamento administrativo e utensilios	64.557	52.341	9.405	4.335
Outros activos tangíveis	3.372	3.023	1.421	1.413
Imparidade	-	416	-	-
	<u>1.017.446</u>	<u>883.316</u>	<u>12.046</u>	<u>6.927</u>
Amortização de activos fixos intangíveis:				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	5.788	15.753	8	8
Amortização de direitos de concessão e imparidades	92.062	125.007	-	-
Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12	353.706	309.977	-	-
	<u>451.556</u>	<u>450.737</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u>1.469.002</u>	<u>1.334.053</u>	<u>12.054</u>	<u>6.935</u>
Compensação de amortizações:				
Activos fixos tangíveis participados	-22.279	-15.531	-	-
	<u>1.446.723</u>	<u>1.318.522</u>	<u>12.054</u>	<u>6.935</u>

Em 2009 a rubrica de amortização de direitos de concessão e imparidades inclui 44.219 milhares de Euros, relativos à amortização acelerada / imparidade dos direitos de concessão da EDP Energias do Brasil, no âmbito da operação de alienação de acções próprias desta empresa (ver nota 13).

Os activos fixos tangíveis subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do Grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização dos subsídios (registados em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis participados.

Com a adopção da IFRIC 12 o valor de amortizações de activos fixos tangíveis afectos a concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12. Com referência a 31 de Dezembro de 2010 a reclassificação referida ascende a 458.637 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 405.635 milhares de Euros) e 104.578 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 95.484 milhares de Euros), respectivamente.

13. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros, para o Grupo, é analisada como segue:

	Dez 2010		Dez 2009	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Banco Comercial Português, S.A.	-	-	0,60%	5.355
Sonaecom, S.A.	-	-	7,96%	28.920
Outros	-	1.073	-	-
Activos deitados para venda:				
ESC90 - Telecomunicações, Lda.	-	-	48,51%	19.141
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A.	-	-	100,00%	-150
Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4	-	-	25,00%	12.899
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	-	-	50,00%	268
Proenercam	-	-	50,00%	60
Cogeneration La Espina, S.L	-	-	50,00%	367
Ações próprias EDP Brasil	-	-	7,03%	-6.979
Oni SGPS, S.A.	-	6.942	-	-
DECA II	21,00%	56.965	-	-
Naturgas	0,92%	-2.831	-	-
Tecman, S.L.	100,00%	-846	-	-
Outros	-	-482	-	-178
		<u>60.821</u>		<u>59.703</u>

A rubrica de Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros, em base Individual, é analisada como segue:

	Dez 2010		Dez 2009	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Pirites Alentejanas, S.A. *	-	-	-	-10
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
Oni SGPS, S.A.	-	6.942	-	-
DECA II	21,00%	45.782	-	-
		<u>52.724</u>		<u>-10</u>

* Percentagem minoritária, total de 332 acções alienadas.

Em 2010, decorrente da resolução de um processo judicial que estava em curso, o preço de venda da participação financeira detida pela EDP S.A. na ONI SGPS, S.A. foi ajustado para 103.850 milhares de Euros, face aos 96.908 milhares de Euros inicialmente estabelecidos, gerando uma correcção à menos-valia apurada em 2007 no montante de 6.942 milhares de Euros.

A 21 de Outubro de 2010, a EDP, S.A. celebrou um contrato de compra e venda de acções com a Empresas Públicas de Medellín, com vista à alienação da sua participação de 21% na Distribuidora Electrica de Centro America Dos III, S.A. (DECA II), em conjunto com os restantes accionistas da sociedade, (Iberdrola e TECO), por um montante de 127 milhões de USD (cerca de 91.180 milhares de Euros). Esta operação gerou uma mais valia nas demonstrações financeiras individuais e consolidada de 45.782 milhares de Euros e de 56.965 milhares de Euros, respectivamente.

Em 28 de Julho de 2010 foi assinado um acordo com vista ao exercício parcial da opção de venda detida pelo Ente Vasco de la Energia sobre a HC Energia relativamente a 29,43% do capital social desta sociedade. Considerando que o activo subjacente à opção de venda correspondia a 30,35% do capital social desta sociedade, o Grupo EDP procedeu ao registo no exercício de 2010 dos impactos decorrentes da venda aos interesses minoritários de 0,92% da Naturgás, tendo gerado uma menos valia em base consolidada de 2.831 milhares de Euros.

Em 2009, o Grupo EDP procedeu à alienação em bolsa de 28.167.603 acções do BCP, cujo custo de aquisição líquido de imparidade ascendia a 17.351 milhares de Euros, por um montante de 22.706 milhares de Euros, tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada no montante de 5.355 milhares de Euros.

Em 2009, o Grupo EDP procedeu igualmente à alienação em bolsa de 29.150.000 acções da Sonaecom, S.A. cujo custo de aquisição líquido de imparidade ascendia a 28.946 milhares de Euros, por um montante de 57.866 milhares de Euros, tendo sido gerada uma mais-valia em base consolidada no montante de 28.920 milhares de Euros.

Em Novembro de 2009, foi concluída uma oferta de distribuição pública secundária de acções ordinárias que constituem acções próprias da EDP — Energias do Brasil, S.A. A oferta foi composta por 15,5 milhões de acções (incluindo o "greenhoe") correspondente a 9,76% do capital total, tendo a EDP reduzido a sua percentagem de participação em 7,03% (de 71,95% para 64,91%). Esta operação gerou, para o Grupo EDP, uma menos-valia por via do efeito de diluição no montante de 6.979 milhares de Euros, que foi reconhecida nos resultados do exercício, conforme política contabilística descrita no parágrafo 2 b).

Em 30 de Junho de 2009, foi concluída a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") representativas de 48,51% do seu capital social à Net Serviços de Comunicação S.A., conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado em Agosto de 2008, tendo sido gerada uma mais-valia contabilística de 19.141 milhares de Euros.

Em Janeiro de 2009, foi realizado um aumento do capital social da Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4 ("CTCC Grupo 4"), o qual foi subscrito pela EDP através da sua subsidiária Electrica de la Ribera del Ebro, S.A. (único anterior accionista) e ainda por um novo accionista, a Sonatrach, que pagou um prémio de emissão de aproximadamente 16.204 milhares de Euros. Após a operação de aumento de capital, a Sonatrach passou a deter uma participação de 25% sobre a CTCC Grupo 4, tendo a EDP reduzido a sua percentagem (por diluição) de 100% para 75%. Em contrapartida, a EDP beneficiou do reforço dos capitais próprios da CTCC Soto 4 como resultado do prémio de emissão pago pelos accionistas minoritários. Esta operação gerou, para o Grupo EDP, uma mais valia no montante de 12.899 milhares de Euros, que foi reconhecida nos resultados do exercício conforme política contabilística descrita no parágrafo 2b).

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

14. Outros proventos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proventos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Outros proventos financeiros				
Juros obtidos de aplicações financeiras	57.804	70.139	291.268	353.022
Juros de instrumentos financeiros derivados	149.480	182.941	57.926	200.944
Instrumentos financeiros derivados	293.696	445.646	542.210	671.023
Outros juros obtidos	87.708	46.089	5.918	-
Rendimentos de participações de capital	16.159	24.954	713.321	608.697
Diferenças de câmbio favoráveis	92.284	80.449	15.537	268.825
CMEC	83.729	91.693	-	-
Juros obtidos - Desvio e défice tarifário	13.575	76.627	-	-
Reversão de imparidade para partes de capital	-	-	-	57.190
Outros ganhos financeiros	26.308	17.836	2.456	2.819
	820.743	1.036.374	1.628.636	2.162.520
	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Outros custos financeiros				
Juros de empréstimos	687.156	666.280	312.849	377.456
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-168.651	-150.387	-	-
Juros de instrumentos financeiros derivados	93.220	127.562	24.729	160.494
Instrumentos financeiros derivados	338.849	498.564	401.870	723.025
Outros juros suportados	8.271	12.076	4.447	12.724
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	4.207	29.289	-	-
Serviços bancários	15.084	10.881	4.250	2.657
Diferenças de câmbio desfavoráveis	96.875	73.321	167.567	244.481
CMEC	20.274	25.696	-	-
Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital	-	-	29.339	42.550
"Unwinding"	118.562	113.059	-	-
Juros Suportados - Desvio Tarifário	25.734	17.241	-	-
Custos com a titularização do défice tarifário	-	35.718	-	-
Outras perdas financeiras	66.129	63.783	2.355	10.723
	1.305.710	1.523.083	947.406	1.574.110
Resultados financeiros	-484.967	-486.709	681.230	588.410

A rubrica de Outros proventos financeiros - "CMEC" no montante de 83.729 milhares de Euros, inclui 21.099 milhares de Euros relativos aos juros do CMEC inicial, incluídos na anuidade de 2010, e 59.283 milhares de Euros relativos ao efeito de actualização financeira considerada no cálculo do CMEC inicial e 3.347 milhares de Euros relativos à componente financeira da Revisibilidade correspondente ao exercício de 2010. A rubrica Outros custos financeiros - "CMEC", no montante de 20.274 milhares de Euros, diz respeito aos encargos de actualização do CMEC inicial, registado por contrapartida de Proventos Diferidos (ver nota 37).

A rubrica "Juros de empréstimos obtidos capitalizados" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 h). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

No ano de 2010, a rubrica "Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda" em base consolidada no montante de 4.207 milhares de Euros, refere-se à imparidade registada no investimento financeiro detido no BCP, como resultado da desvalorização na cotação deste título (31 de Dezembro de 2009: 29.274 milhares de Euros).

A rubrica "Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital" em base individual, no exercício de 2010, inclui provisões registadas por contrapartida de custos financeiros resultantes das perdas nas subsidiárias EDP Imobiliária e Participações, S.A. (28.109 milhares de Euros) e EDP Inovação, S.A. (1.230 milhares de Euros). Em 2009 esta rubrica inclui uma provisão da mesma natureza para as subsidiárias EDP Imobiliária e Participações, S.A. e EDP Investimentos, nos montantes 41.891 milhares de Euros e 659 milhares de Euros, respectivamente.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente a (i) actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 2.872 milhares de Euros (3.134 milhares de Euros em 2009), (ii) actualização financeira referente à "put option" da EDP Renewables Italia, no valor de 1.889 milhares de Euros, (iii) actualização financeira da "put option" da Naturgas, no valor de 10.830 milhares de Euros (16.100 milhares de Euros em 2009) (iv) ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA, no valor de 64.830 milhares de Euros (54.147 milhares de Euros em 2009) e (v) aos encargos financeiros associados ao desconto da dívida das concessões do Alqueva, da Investco e Enerpeixe, no valor de 11.551 milhares de Euros (11.518 milhares de Euros em 2009), 2.828 milhares de Euros (2.444 milhares de Euros em 2009) e 13.480 milhares de Euros (3.075 milhares de Euros em 2009), respectivamente. Em 2009 esta rubrica incluía ainda 8.620 milhares de Euros relativos à actualização financeira da "put option" da Genesa.

A rubrica de **Rendimentos de participações de capital** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Empresas do Grupo	-	-	696.458	590.621
Empresas associadas				
DECA - Distribución eléctrica Centroamericana, S.A.	-	-	9.322	3.965
Outras empresas				
Ampla Energia e Serviços, S.A.	381	2.119	381	2.119
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	4.039	8.908	4.039	8.908
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	350	315	-	-
Banco Comercial Português, S.A.	2.347	2.579	-	-
Tejo Energia, S.A.	5.556	7.556	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	3.121	3.084	3.121	3.084
Outros	365	393	-	-
	16.159	24.954	713.321	608.697

15. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2004. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o “Statute of Limitation” para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (4 anos em Portugal a partir de 2010, 15 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

Foi recentemente conhecida uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo — proferida no âmbito do Processo n.º 909/10 — relativamente ao cálculo da derrama no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), a qual vem confirmar que o entendimento da Administração Tributária, veiculado pelo Ofício-Circulado n.º 20 132, de 14 de Abril de 2008, não se encontra conforme a Lei.

Assim, de acordo com o referido Acórdão, a liquidação da derrama no âmbito do RETGS deverá incidir sobre o lucro tributável apurado pelo grupo e não sobre os lucros tributáveis individuais das sociedades que o compõem, conforme preconiza aquele Ofício-Circulado.

Em face do exposto, o cálculo da derrama do grupo fiscal dominado pela EDP, S.A. para o exercício de 2010 foi já calculado tendo por base o lucro tributável apurado pelo grupo, o que se traduz numa redução de imposto na ordem dos 12.700 milhares de Euros, face ao procedimento que vinha sendo adoptado de acordo com o referido Ofício-Circulado.

Relativamente aos valores de derrama pagos em excesso com referência aos anos de 2007, 2008 e 2009, no total de 18.600 milhares de Euros, irão ser tomadas as medidas que forem necessárias, nos termos da lei, com vista à recuperação daqueles montantes.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Imposto corrente	-186.304	-531.037	20.110	26.031
Imposto diferido	-240.928	131.272	6.354	-54.519
	-427.232	-399.765	26.464	-28.488

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2010, é analisada como segue:

	Dez 2010		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.661.833	440.386
Prejuízos e créditos fiscais	-0,1%	-4.551	-1.206
Dividendos	1,1%	71.449	18.934
Benefícios fiscais	-0,9%	-58.049	-15.383
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,3%	-79.064	-20.952
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	0,1%	8.849	2.345
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,4%	-26.528	-7.030
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,0%	1.034	274
Efeito da alteração da taxa de imposto	-0,9%	-56.683	-15.021
Efeito da aplicação da derrama estadual	1,4%	84.509	22.395
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,2%	9.396	2.490
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	25,7%	1.612.195	427.232

A Lei n.º 12-A/2010 publicada em 30 de Junho de 2010, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente a introdução de uma derrama estadual, correspondente a 2,5% dos lucros tributáveis superiores a 2 milhões de euros. Consequentemente, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável excede aquele montante passou a ser de 29%.

O efeito desta alteração da taxa de imposto foi incorporado pelas subsidiárias relevantes na determinação da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, bem como no cálculo dos impostos diferidos registados nas respectivas demonstrações financeiras. Os respectivos impactos encontram-se divulgados nas rubricas Efeito da alteração da taxa de imposto (efeito em impostos diferidos) e Efeito da aplicação da derrama estadual (efeito em imposto corrente).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.567.712	415.444
Prejuízos e créditos fiscais	0,8%	50.355	13.344
Dividendos	0,9%	53.894	14.282
Benefícios fiscais	-3,5%	-206.800	-54.802
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,0%	-57.294	-15.183
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	2,0%	115.823	30.693
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,5%	-29.540	-7.828
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,1%	4.506	1.194
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,4%	-26.004	-6.891
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,6%	35.894	9.512
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	25,5%	1.508.546	399.765

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2010, é analisada como segue:

	Dez 2010		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	698.672	185.148
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	1,1%	27.883	7.389
Prejuízos e créditos fiscais	-5,2%	-136.883	-36.274
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,9%	-23.758	-6.296
Dividendos	-25,2%	-662.830	-175.650
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,0%	-1.045	-277
Efeito da alteração da taxa de imposto	0,6%	14.777	3.916
Efeito da aplicação da derrama estadual	0,2%	6.192	1.641
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,9%	-22.872	-6.061
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>-3,8%</u>	<u>-99.864</u>	<u>-26.464</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	658.509	174.505
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	0,1%	1.475	391
Prejuízos e créditos fiscais	-2,0%	-49.770	-13.189
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,1%	-2.966	-786
Dividendos	-22,2%	-552.336	-146.369
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-0,4%	-8.479	-2.247
Diferenças temporárias para as quais não foi reconhecido imposto diferido activo	0,2%	4.438	1.176
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	-0,6%	-14.642	-3.880
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	2,8%	71.272	18.887
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	<u>4,3%</u>	<u>107.501</u>	<u>28.488</u>

16. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	163.184	149.633	46.498	46.502
Edifícios e outras construções	502.184	473.599	24.569	25.252
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	7.805.470	7.720.225	254	254
Produção Termoelectrica	7.571.906	7.161.919	-	-
Produção Renováveis	9.531.048	7.346.192	-	-
Distribuição de electricidade	1.985.616	1.921.172	-	-
Distribuição de gás	1.268.116	1.216.821	-	-
Outro equipamento básico	39.065	30.139	148	148
Equipamento de transporte	73.793	88.356	4.051	3.788
Equipamento administrativo e utensílios	610.443	600.790	103.915	98.114
Outros activos fixos tangíveis	121.428	115.131	14.312	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	3.210.711	3.278.539	82.951	36.056
	<u>32.882.964</u>	<u>30.102.516</u>	<u>276.698</u>	<u>224.360</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício	-1.017.446	-882.900	-12.046	-6.927
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-11.535.836	-10.769.930	-99.547	-93.871
Reversão / imparidade do exercício	-	-416	-	-
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-6.099	-14.464	-	-
	<u>-12.559.381</u>	<u>-11.667.710</u>	<u>-111.593</u>	<u>-100.798</u>
Valor líquido contabilístico	<u>20.323.583</u>	<u>18.434.806</u>	<u>165.105</u>	<u>123.562</u>

Conforme referido na política contabilística 2b), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data da realização da operação. A alocação final dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2010, relativa à aquisição da Bon Vent de L'Ébre, da Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO, da Gas Natural Cantabria, S.A. e da Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunales, S.L., em 2009, determinou um aumento do justo valor dos activos fixos tangíveis de 4.041 milhares de Euros, diminuição de 3.226 milhares de Euros, aumento de 19.537 milhares de Euros e 4.906 milhares de Euros, respectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	149.633	5.564	-194	-306	8.852	-365	163.184
Edifícios e outras construções	473.599	2.994	-6.794	-3.742	41.719	-5.592	502.184
Equipamento básico	25.396.468	21.041	-93.135	2.273.969	493.388	109.490	28.201.221
Equipamento de transporte	88.356	10.441	-9.575	-18.082	2.628	25	73.793
Equipamento administrativo e utensílios	600.790	16.223	-27.436	17.850	3.393	-377	610.443
Outros activos fixos tangíveis	115.131	5.508	-1.558	29.705	293	-27.651	121.428
Activos fixos tangíveis em curso	3.278.539	2.331.788	-2.564	-2.453.161	81.555	-25.446	3.210.711
	<u>30.102.516</u>	<u>2.393.559</u>	<u>-141.256</u>	<u>-153.767</u>	<u>631.828</u>	<u>50.084</u>	<u>32.882.964</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício e imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Edifícios e outras construções	135.704	12.354	-4.094	-4.211	7.477	-2.964	144.266
Equipamento básico	10.962.464	928.277	-62.307	-93.146	48.576	34.329	11.818.193
Equipamento de transporte	59.074	8.886	-12.461	-8.506	2.385	46	49.424
Equipamento administrativo e utensílios	441.004	64.557	-5.547	-27.299	2.871	-5.069	470.517
Outros activos fixos tangíveis	69.464	3.372	-	-7.522	54	11.613	76.981
	<u>11.667.710</u>	<u>1.017.446</u>	<u>-84.409</u>	<u>-140.684</u>	<u>61.363</u>	<u>37.955</u>	<u>12.559.381</u>

Os saldos de abertura a 1 de Janeiro de 2010 incluem o efeito da aplicação IFRIC 12 com a reexpressão dos comparativos à data de 31 de Dezembro de 2009, originando a reclassificação de activos fixos tangíveis no montante líquido de -5.684.190 milhares de euros (ver nota 45).

A coluna de Aquisições/Aumentos inclui o investimento realizado em parques eólicos pelos subgrupos EDPR EU e EDPR NA durante o exercício de 2010. Adicionalmente, o subgrupo EDP Brasil realizou investimentos associados à construção do novo centro produtor termoelectrico a carvão Porto de Pecém. No subgrupo Portugal, o Grupo encontra-se a realizar investimentos hidroeléctricos na construção e reforço de potência em diversas barragens.

A rubrica de transferências inclui o montante de 61.184 milhares de Euros de valor bruto e 30.232 milhares de Euros de amortizações acumuladas, relativos a activos da actividade regulada de transporte de energia em Espanha classificados como activos não correntes detidos para venda (ver nota 39). Adicionalmente, esta rubrica inclui o efeito referente às alterações no âmbito da aplicação da IFRIC 12 no Brasil. Esta alteração decorre de esclarecimentos prestados pela Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) relativamente aos critérios de determinação dos activos afectos a concessões.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas ao longo de 2010, referem-se essencialmente à entrada em exploração de parques eólicos da subsidiária EDP Renováveis.

A rubrica Variações de Perímetro / Regularizações inclui o efeito resultante das aquisições efectuadas no período pelo grupo EDP Renováveis, nomeadamente EDP Renewables Italia e Repano Wind e ainda a integração dos activos (e passivos) da empresa Parque Eólico Altos de Voltoya, por alteração do método de consolidação para integral, com a aquisição de uma percentagem adicional de 12% nesta sociedade.

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças cambiais no período decorre essencialmente da apreciação do Real Brasileiro (BRL) e do Dólar Americano (USD) face ao Euro para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2009, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	129.936	1.926	-93	2.422	14.161	1.281	149.633
Edifícios e outras construções	394.513	2.855	-1.400	8.448	69.892	-709	473.599
Equipamento básico	21.810.979	166.183	-21.065	2.470.615	192.278	777.478	25.396.468
Equipamento de transporte	78.078	13.856	-11.825	2.321	5.840	86	88.356
Equipamento administrativo e utensílios	521.145	20.411	-146	48.424	4.777	6.179	600.790
Outros activos fixos tangíveis	92.456	888	-19.991	1.880	-29	39.927	115.131
Activos fixos tangíveis em curso	3.505.873	2.695.229	-11.844	-2.534.110	64.608	-441.217	3.278.539
	<u>26.532.980</u>	<u>2.901.348</u>	<u>-66.364</u>	<u>-</u>	<u>351.527</u>	<u>383.025</u>	<u>30.102.516</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Edifícios e outras construções	112.915	10.756	-	-1.472	11.516	1.989	135.704
Equipamento básico	10.034.822	806.589	416	-16.427	35.356	101.708	10.962.464
Equipamento de transporte	54.743	10.191	-	-11.062	4.964	238	59.074
Equipamento administrativo e utensílios	387.109	52.341	-	-94	4.845	-3.197	441.004
Outros activos fixos tangíveis	53.324	3.023	-	-7.305	-29	20.451	69.464
	10.642.913	882.900	416	-36.360	56.652	121.189	11.667.710

A coluna Aquisições/Aumentos inclui o investimento realizado em parques eólicos pelos subgrupos EDPR EU na Europa e EDPR NA nos Estados Unidos durante o exercício de 2009. Adicionalmente, o subgrupo Hidrocanábico realizou investimentos associados à construção do novo centro produtor termoeléctrico de ciclo combinado Soto 5, bem como em novas redes de gás e electricidade. No subgrupo Portugal, na área de distribuição de energia, foram efectuados investimentos na rede de distribuição de energia eléctrica. Na actividade de produção em Portugal, o Grupo encontra-se a realizar investimentos hidroeléctricos na construção da nova barragem de Baixo Sabor e nos reforços de potência de Picote e Bemposta.

As transferências de activos fixos tangíveis em curso para exploração ocorridas ao longo de 2009, referem-se essencialmente à entrada em exploração de parques eólicos da subsidiária EDP Renováveis e à conclusão da construção da Central de Ciclo Combinado de Lares pelo subgrupo Produção em Portugal.

A rubrica Variações de Perímetro / Regularizações inclui entre outros, o efeito resultante das aquisições efectuadas em 2009 pelo sub-grupo Neo, nomeadamente Mardelle, Quinze Mines, Vallé du Moulin, Renovatio Power e Aprofitament D'Énergies Renovables de la Terra Alta, pelo subgrupo Naturgás, tais como a Gas Natural Cantabria, Gas Natural Murcia, GEM Suministro Gas, GEM Suministro Sur e GEM Suministro Servicios Comunes. Esta rubrica inclui ainda o efeito num montante total de 35.756 milhares de euros, relativos à realização e conclusão do "Purchase price allocation" de empresas adquiridas durante o ano 2009, nomeadamente, Elektrownia Wiatrowa Kresy, Bon Vent de L'Ebre, CENAEL e Elebrás, pertencentes ao Grupo EDP Renováveis.

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças cambiais no período decorre essencialmente da apreciação do Real Brasileiro (BRL) e da depreciação do Dólar Americano (USD) face ao Euro para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

À data de 31 de Dezembro de 2010, para o Grupo, o valor bruto dos activos tangíveis financiado por contratos de locação financeira ascende a 13.103 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 12.133 milhares de Euros), a amortização acumulada ascende a 4.186 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 4.678 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 7.572 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 5.861 milhares de Euros).

	Dez 2010			Dez 2009		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	2.857	146	3.003	2.325	97	2.422
Entre um a três anos	3.859	147	4.006	3.059	93	3.152
Entre três a cinco anos	548	15	563	279	8	287
	7.264	308	7.572	5.663	198	5.861

No decorrer do exercício de 2010, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 562 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 607 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados.

Os movimentos da rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.502	-	-4	-	-	46.498
Edifícios e outras construções	25.252	391	-1.887	-	813	24.569
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.788	754	-491	-	-	4.051
Equipamento administrativo e utensílios	98.114	6.476	-	164	-839	103.915
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	66	-	14.312
Activos fixos tangíveis em curso	36.056	47.125	-	-230	-	82.951
	224.360	54.746	-2.382	-	-26	276.698
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	17.735	443	-	-1.597	813	17.394
Equipamento básico	122	23	-	-	-	145
Equipamento de transporte	1.483	754	-	-393	-	1.844
Equipamento administrativo e utensílios	72.757	9.405	-	-	-74	82.088
Outros activos fixos tangíveis	8.701	1.421	-	-	-	10.122
	100.798	12.046	-	-1.990	739	111.593

Os movimentos da rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2009, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.502	-	-	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.648	-	-1.222	-	826	25.252
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.262	1.358	-832	-	-	3.788
Equipamento administrativo e utensílios	85.001	5.991	-	7.054	68	98.114
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	26.834	16.276	-	-7.054	-	36.056
	201.895	23.625	-2.054	-	894	224.360
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	17.647	469	-1.207	-	826	17.735
Equipamento básico	99	23	-	-	-	122
Equipamento de transporte	1.469	687	-673	-	-	1.483
Equipamento administrativo e utensílios	68.354	4.335	-	-	68	72.757
Outros activos fixos tangíveis	7.288	1.413	-	-	-	8.701
	94.857	6.927	-1.880	-	894	100.798

À data de 31 de Dezembro de 2010, em base Individual, o valor bruto dos activos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.393 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 3.177 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.318 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 1.055 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 1.644 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 1.751 milhares de Euros). O detalhe dos activos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida.

	Dez 2010			Dez 2009		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	717	28	745	674	26	700
Entre um a três anos	816	25	841	949	25	974
Entre três a cinco anos	56	2	58	75	2	77
	1.589	55	1.644	1.698	53	1.751

No decorrer do exercício de 2010, o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 155 milhares de Euros (31 de Dezembro 2009: 130 milhares de Euros), estando registados na rubrica "Conservação e reparação" da demonstração de resultados.

17. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	93.411	212.112	100	100
Direitos de concessão	15.032.831	14.126.916	-	-
Licenças de CO ₂	212.230	287.989	-	-
Activos intangíveis em curso	597.396	566.909	-	-
	15.935.868	15.193.926	100	100
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-445.768	-434.984	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-5.788	-15.753	-8	-8
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-8.870.173	-8.253.140	-68	-59
	-9.321.729	-8.703.877	-76	-67
Valor Líquido	6.614.139	6.490.049	24	33

Conforme referido na política contabilística 2 b), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data da realização da operação. A alocação final dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes concluída em 2010, relativa à aquisição da Gas Natural Cantabria, S.A. da GEM Suministro, S.L. e da GEM Suministro Sur, S.L., em 2009, determinou um aumento do justo valor dos activos intangíveis de 21.529 milhares de Euros e 1.013 milhares de Euros, respectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Os direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente da Bandeirante (Estado de São Paulo) e Escelsa (Estado do Espírito Santo), são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2028 e 2025. Os direitos de concessão em Portugal referem-se à rede de distribuição de gás natural, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo do período de concessão, que termina em 2048, bem como à concessão do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica.

Os direitos de concessão sobre a produção de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente, Lajeado Energia e Investco, são amortizados pelo período total da concessão até 2032.

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2010, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	212.112	3.235	-448	-135.925	11.841	2.596	93.411
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	1.190.694	-	-	-	63.727	-	1.254.421
Direitos de concessão - Gás	138.354	-	-	-	-	-	138.354
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	411.437	43.924	-	-	-	14.867	470.228
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
Direitos de concessão - mini-hídricas	91.118	-	-	-	-	-	91.118
Outros direitos de concessão	10.827	-	-	-	-	-	10.827
Licenças de CO ₂	287.989	218.001	-293.760	-	-	-	212.230
Activos intangíveis afectos a concessões	11.525.486	62.296	-31.348	470.825	281.624	-	12.308.883
Activos intangíveis em curso afectos a concessões	254.238	329.721	-121	-337.842	11.302	-	257.298
Activos intangíveis em curso não afectos a concessões	312.671	33.940	-4.010	-2.289	233	-447	340.098
	<u>15.193.926</u>	<u>691.117</u>	<u>-329.687</u>	<u>-5.231</u>	<u>368.727</u>	<u>17.016</u>	<u>15.935.868</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Propriedade industrial e outros direitos	88.729	5.788	-73.692	-305	5.680	-571	25.629
Direitos de concessão	496.217	92.062	-	-	9.001	-	597.280
Activos intangíveis afectos a concessões	8.118.931	353.706	127.869	-14.812	113.126	-	8.698.820
	<u>8.703.877</u>	<u>451.556</u>	<u>54.177</u>	<u>-15.117</u>	<u>127.807</u>	<u>-571</u>	<u>9.321.729</u>

As Transferências de activos intangíveis afectos a concessões incluem o montante de 97.814 milhares de Euros referente à transferência para Outros devedores do valor correspondente à variação do activo financeiro associado à IFRIC 12 e ao impacto da alteração do âmbito de aplicação da IFRIC 12 no Brasil, que se traduziu numa transferência para esta rubrica de activos tangíveis no montante de 92.583 milhares de Euros.

Na rubrica "Licenças de CO₂", na coluna de "Aquisições" encontram-se registados, à data de 31 de Dezembro de 2010, 209.978 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 234.817 milhares de Euros) referentes a licenças de emissão de CO₂ atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha. O mercado de licenças de emissões de CO₂ encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Portugal e pelo "Plano Nacional de Assignación de Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero" (PNADE) em Espanha, cobrindo o período 2008 - 2012. As "alienações/abates" decorrem das entregas de licenças de CO₂ consumidas durante o ano de 2009 e entregues às autoridades reguladoras no montante de 247.399 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 366.115 milhares de Euros) e de 46.361 milhares de Euros alienadas em mercado.

Na rubrica "Direitos de exploração Alqueva/Pedrogão", o movimento de "Aquisições" no montante de 43.924 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 43.612 milhares de Euros) corresponde ao reforço de potência efectuado durante 2010. O movimento de "Variasões de Perímetro/Regularizações" no montante de 14.867 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 9.635 milhares de Euros) corresponde ao efeito resultante da actualização da taxa de desconto do direito de concessão para 6,66% (31 de Dezembro de 2009: 7,56%).

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2009, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	145.427	302	-6.855	49.014	27.694	-3.470	212.112
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	1.082.498	-	-	-	109.079	-883	1.190.694
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-13.878	138.354
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	377.460	43.612	-	-	-	-9.635	411.437
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
Direitos de concessão - mini-hídricas	91.118	-	-	-	-	-	91.118
Outros direitos de concessão	10.827	-	-	-	-	-	10.827
Licenças de CO ₂	385.096	243.091	-366.115	25.917	-	-	287.989
Activos intangíveis afectos a concessões	10.792.886	-	-20.267	296.530	456.337	-	11.525.486
Activos intangíveis em curso afectos a concessões	256.989	350.590	-	-393.367	40.026	-	254.238
Activos intangíveis em curso não afectos a concessões	75.880	280.372	-	-49.014	2.737	2.696	312.671
	<u>14.129.413</u>	<u>917.967</u>	<u>-393.237</u>	<u>-70.920</u>	<u>635.873</u>	<u>-25.170</u>	<u>15.193.926</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Amortização acelerada / Imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:								
Propriedade industrial e outros direitos	64.953	15.753	-	-7.049	-	14.809	263	88.729
Direitos de concessão	365.793	80.788	44.219	-	-	11.053	-5.636	496.217
Activos intangíveis afectos a concessões	7.548.201	309.977	-	-9.922	-	270.675	-	8.118.931
	<u>7.978.947</u>	<u>406.518</u>	<u>44.219</u>	<u>-16.971</u>	<u>-</u>	<u>296.537</u>	<u>-5.373</u>	<u>8.703.877</u>

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, os ajustamentos que resultaram da conclusão do "Purchase price allocation" realizado em 2009 relativo à Rodão Power, Investco e Rede Lajeado, originaram a reclassificação da informação financeira comparativa tendo a rubrica de Direitos de Concessão - Brasil sido diminuída em 12.252 milhares de Euros e a rubrica Outros direitos de concessão sido aumentada em 10.827 milhares de Euros. A rubrica de Amortizações acumuladas e imparidades - Direitos de concessão foi igualmente diminuída em 401 milhares de Euros.

A coluna amortização acelerada/imparidade inclui a imparidade registada por via do efeito de diluição resultante da venda de acções próprias da EDP Energias do Brasil, no montante de 44.219 milhares de euros, conforme política contabilística referida na nota 2 b).

Os aumentos verificados na rubrica "activos intangíveis em curso" incluem os montantes pagos referentes à concessão da utilização do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica e para a concepção, construção, exploração e conservação no rio Ocreza e Tâmega, por um período de 65 anos a partir da entrada em exploração do aproveitamento hidroeléctrico de Alvito e Fridão, respectivamente, no montante de 231.700 milhares de Euros.

Na rubrica "Licenças de CO2", o montante registado em "Transferências" corresponde a Licenças de CO2 transferidas de "Inventários" para "activos intangíveis", no montante de 25.917 milhares de Euros, como resultado da alocação de licenças deitadas inicialmente para negociação pelo Grupo Hidroantárctico no âmbito da cobertura de necessidades de licenças face aos consumos de CO2 verificados ("own use").

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2010, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	100	-	-	-	-	100
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:						
Propriedade industrial e outros direitos	67	8	-	-	1	76
	<u>67</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>76</u>

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2009, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	100	-	-	-	-	100
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:						
Propriedade industrial e outros direitos	59	8	-	-	-	67
	<u>59</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67</u>

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

18. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo Hidrocentrábrico	952.387	969.050
Grupo EDP Renováveis Europa	748.680	766.599
Grupo EDPR NA	592.915	550.868
Grupo Brasil	58.991	56.762
Grupo EDP Renováveis Brasil	1.699	1.501
Outros (Grupo Portugal)	38.418	35.312
	<u>2.393.090</u>	<u>2.380.092</u>
Actividade de Distribuição de Gás:		
Grupo Naturgás	956.089	756.474
	<u>3.349.179</u>	<u>3.136.566</u>

Em 2010, o Grupo EDP procedeu à alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes das sociedades Bon Vent de L'Ébre, S.L., Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO, Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L., adquiridas em 2009. De acordo com a IFRS 3, qualquer ajustamento ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes ocorrido nos 12 meses posteriores a uma aquisição deve ser reflectido com efeito à data da transacção. Consequentemente, o Grupo procedeu à reexpressão do valor do "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Europa a 31 de Dezembro de 2009 em 1.324 milhares de Euros (aumento) e do Grupo Naturgás em 24.590 milhares de Euros (redução).

No decorrer do ano de 2010, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Hidrocentrábrico	969.050	-	-16.663	-	-	-	952.387
Grupo EDP Renováveis Europa	766.599	58.234	-72.170	-	-3.983	-	748.680
Grupo EDPR NA	550.868	-	-	-	42.047	-	592.915
Grupo Brasil	56.762	-	-	-	2.229	-	58.991
Grupo EDP Renováveis Brasil	1.501	-	-	-	198	-	1.699
Outros (Grupo Portugal)	35.312	3.130	-24	-	-	-	38.418
	<u>2.380.092</u>	<u>61.364</u>	<u>-88.857</u>	<u>-</u>	<u>40.491</u>	<u>-</u>	<u>2.393.090</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	756.474	201.799	-2.184	-	-	-	956.089
	<u>3.136.566</u>	<u>263.163</u>	<u>-91.041</u>	<u>-</u>	<u>40.491</u>	<u>-</u>	<u>3.349.179</u>

No decorrer do ano de 2009, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Hidrocentrábrico	954.196	14.854	-	-	-	-	969.050
Grupo EDP Renováveis Europa	735.229	39.383	-8.013	-	-	-	766.599
Grupo EDPR NA	569.777	-	-	-	-18.909	-	550.868
Grupo Brasil	57.288	-	-	-4.328	3.802	-	56.762
Grupo EDP Renováveis Brasil	-	1.225	-	-	276	-	1.501
Outros (Grupo Portugal)	34.137	1.175	-	-	-	-	35.312
	<u>2.350.627</u>	<u>56.637</u>	<u>-8.013</u>	<u>-4.328</u>	<u>-14.831</u>	<u>-</u>	<u>2.380.092</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	754.352	33.321	-31.199	-	-	-	756.474
	<u>3.104.979</u>	<u>89.958</u>	<u>-39.212</u>	<u>-4.328</u>	<u>-14.831</u>	<u>-</u>	<u>3.136.566</u>

Grupo Hidrocentrábrico

Em 2010, verificou-se um decréscimo do "goodwill" afecto ao Grupo Hidrocentrábrico no montante de 16.663 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: aumento de 14.854 milhares de Euros) em resultado da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Cajastur por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre 3,13% do capital da HC Energia, conforme política contabilística 2b).

Grupo EDP Renováveis Europa

O detalhe do "goodwill" detido no Grupo EDP Renováveis Europa, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresenta-se como segue:

	Grupo EDP Renováveis Europa	
	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Subgrupo Genesa	408.554	477.522
Subgrupo Ceasa	117.637	117.513
Subgrupo EDPR Polónia	23.266	25.410
Subgrupo Neo Galia	79.958	83.160
Subgrupo Roménia	9.421	10.931
Subgrupo Neo Catalunya	7.013	7.013
Subgrupo EDPR Portugal	41.876	41.876
Subgrupo Itália	57.781	-
Outros	3.174	3.174
	<u>748.680</u>	<u>766.599</u>

Subgrupo Genesa

A redução de "goodwill" verificada no Subgrupo Genesa resulta do efeito da reavaliação (em proporção de 20% do valor da avaliação das empresas) da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Caja Madrid por via da existência de uma "written put option" relativamente ao investimento detido por esta entidade sobre a Genesa, a qual ascendeu a 68.968 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: aumento de 36.139 milhares de Euros).

Em 2010, o Grupo EDP aumentou a sua participação no capital social da empresa Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A. de 49% para 61% (ver nota 5) tendo concluído o respectivo "purchase price allocation", o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional de 3.170 milhares de Euros (ver nota 7).

Subgrupo Ceasa

Em 2010, o aumento do "goodwill" no Subgrupo Ceasa está relacionado com um ajuste ao preço contingente (124 milhares de Euros) da subsidiária Aproveitment D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.

Subgrupo EDPR Polónia

Em 2010, o "goodwill" do Subgrupo EDPR Polónia reduziu 2.144 milhares de Euros em resultado do efeito negativo da variação cambial PLN/EUR (2.473 milhares de Euros) o qual foi compensado com o aumento relacionado com a aquisição de 100% da empresa Karpacka Mala Energetyka SP ZOO (329 milhares de Euros). No decorrer deste exercício, o subgrupo EDPR Polónia adquiriu 100% do capital social das empresas Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO, Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO e Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO, tendo concluído o respectivo "purchase price allocation", o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional de 15.000 milhares de Euros.

Subgrupo Neo Galia

A diminuição do "goodwill" do Subgrupo Neo Galia resultou de um ajuste ao preço contingente ("success fees") a pagar pela aquisição da empresa EOLE 76 (3.202 milhares de Euros).

Subgrupo Roménia

Em 2010, a redução do "goodwill" do Subgrupo Roménia (1.510 milhares de Euros) resulta do efeito da variação cambial EUR/LEI.

Subgrupo EDPR Itália

Em 2010, o Grupo EDP adquiriu através da sua subsidiária EDP Renewables Europa, S.A. (EDPR EU) uma participação accionista de 85% na EDP Renewables Itália, S.r.l. Adicionalmente, a EDPR EU passou a deter uma opção de compra e a Energia in Natura, S.r.l. passou a deter uma opção de venda dos restantes 15% do capital social da sociedade (ver nota 41), pelo que em 31 de Dezembro de 2010 a EDP Renewables Itália, S.r.l. foi consolidada pelo Grupo EDP a 100% por via do registo da opção de venda como uma aquisição antecipada de interesses minoritários.

O "goodwill" do Subgrupo Itália (57.781 milhares de Euros) resulta da aquisição das empresas Italian Wind, S.r.l. (42.444 milhares de Euros após realização do "purchase price allocation"), Repano, S.r.l. (46 milhares de Euros) e Re Plus, S.r.l. (142 milhares de Euros) e do "goodwill" incluído nas demonstrações financeiras da Italian Wind, S.r.l. (15.149 milhares de Euros).

Grupo EDPR NA

O "goodwill" resultante da aquisição do Grupo EDPR NA foi determinado em USD com referência à respectiva data de aquisição (775.251 milhares de USD), ascendendo a 592.915 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2010 (31 de Dezembro 2009: 550.868 milhares de Euros), incluindo custos de transacção no montante de 12.723 milhares de Euros. O aumento verificado nesta rubrica encontra-se relacionado com variações cambiais decorrentes da variação do EUR/USD, as quais ascendem a 42.047 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: redução de 18.909 milhares de Euros).

Grupo Brasil

O aumento do "goodwill" do Grupo Brasil, no montante de 2.229 milhares de Euros, resulta da apreciação do Real face ao Euro.

Grupo EDP Renováveis Brasil

O aumento do "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Brasil, no montante de 198 milhares de Euros, resulta da apreciação do Real face ao Euro.

Outros (Grupo Portugal)

A variação do "goodwill" na rubrica de Outros (Grupo Portugal) inclui o efeito da aquisição de uma percentagem adicional de 42% do capital social da empresa Greenvouga - Sociedade Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio-Ermida, S.A. (2.626 milhares de Euros) e do registo como aquisição antecipada de interesses minoritários dos restantes 3% detidos pela Martifer, em resultado da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre a EDP - Gestão da Produção, S.A. Adicionalmente, esta rubrica inclui o efeito da aquisição de 40% da Arquiled-Projetos de Iluminação, S.A. que gerou um "goodwill" no montante de 504 milhares de Euros.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Grupo Naturgás

Em 2010, verificou-se um aumento do "goodwill" afecto ao Grupo Naturgás no montante de 201.799 milhares de Euros em resultado da reavaliação da responsabilidade associada à aquisição à Ente Vasco de la Energia (ver nota 37) de 29,43% do capital da Naturgas Energia.

O decréscimo verificado no "goodwill" do Grupo Naturgas resulta da venda da Tecman (2.184 milhares de Euros).

Em 2009, foram adquiridas as sociedades Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L.. Em 2010, foi realizado o "purchase price allocation" relativo a estas aquisições cujo impacto, reflectido à data de aquisição, foi o seguinte:

	Valor contabilístico	PPA	Activos e passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	177.664	24.443	202.107
Outros activos	41.657	23.495	65.152
Total de Activo	219.321	47.938	267.259
Interesses minoritários	3.831	-3.818	13
Impostos diferidos passivos	5.554	11.499	17.053
Outros passivos	163.645	15.667	179.312
Total de Passivo e Interesses minoritários	173.030	23.348	196.378
Activos líquidos adquiridos	46.291	24.590	70.881
Custo de aquisição	104.202		104.202
Goodwill	57.911		33.321

Reexpressões relacionadas com a alocação do custo de aquisição (PPA):

No ano 2010, o Grupo EDP procedeu a reexpressões no âmbito da alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos (PPA) da Bon Vent de L'Ébre, Kresy, Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L., adquiridos no ano de 2009. Consequentemente, o Grupo procedeu a reexpressões dos saldos de balanço com referência a 31 de Dezembro de 2009, como segue:

	31 Dez 2009 antes PPA	Reclassificações de PPA	31 Dez 2009 depois PPA
Activos fixos tangíveis	200.218	25.258	225.476
Activos intangíveis	42.757	22.542	65.299
Goodwill	-	-23.266	-23.266
Total dos activos não correntes	242.975	24.534	267.509
Clientes	-	-508	-508
Devedores e outros activos	-	1.461	1.461
Total dos activos correntes	-	953	953
Total dos activos	242.975	25.487	268.462
Reservas e resultados acumulados	-	2.421	2.421
Interesses minoritários	3.831	-3.096	735
Total dos capitais próprios	3.831	-675	3.156
Provisões para riscos e encargos	-	1.628	1.628
Passivos por impostos diferidos	9.078	13.003	22.081
Credores e outros passivos	169.167	-2.508	166.659
Total dos passivos não correntes	178.245	12.123	190.368
Credores e outros passivos	-	14.039	14.039
Total dos passivos correntes	-	14.039	14.039
Total dos capitais próprios e dos passivos	182.076	25.487	207.563

Análise da imparidade do Goodwill

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O cálculo do valor recuperável é efectuado para cada uma das unidades geradoras de caixa, identificadas em cada um dos países onde o Grupo EDP tem actividade, nomeadamente:

- Grupo EDP Brasil - Geração, Distribuição e Comercialização;
- Grupo HC Energia (incluindo Grupo Naturgás) - Geração, Distribuição e Comercialização;
- Grupo EDPR EU - Geração eólica;
- Grupo EDPR NA - Geração eólica.

Nesta base, para efeitos destes testes, o Grupo EDP definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos efectuados.

Os fluxos de caixa foram determinados tendo por base o volume de produção e o consumo e tarifas previstas (Grupos EDP Brasil e Hidrocentríbrico) e a capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa nos vários mercados / contratos de venda de energia (Grupo EDPR).

O período dos fluxos de caixa corresponde à vida útil dos equipamentos (Grupos HC Energia, EDPR EU e EDPR NA) ou ao prazo da concessão (Grupo EDP Brasil), se inferior à vida útil.

As taxas de desconto utilizadas (depois de imposto) reflectem os riscos específicos de cada uma das unidades geradoras de fluxos de caixa e variam entre 5,6% e 6,4% no Grupo HC Energia, 5,25% e 9,21% nos Grupos EDPR EU e EDPR NA e 8,68% e 9,1% no Grupo EDP Brasil.

19. Investimentos financeiros em empresas filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custo aquisição (histórico)	10.813.169	10.812.363
Efeito de equivalência patrimonial (transição IFRS)	-1.165.796	-1.165.796
Partes de capital em empresas filiais	9.647.373	9.646.567
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-140.063	-110.724
	<u>9.507.310</u>	<u>9.535.843</u>

No âmbito da transição para as IFRS, a EDP, S.A., deixou de aplicar o método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras individuais, tendo o mesmo sido considerado como "deemed cost" na data da transição.

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2010 Valor Líquido Euro'000	Dez 2009 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:		
EDP Distribuição de Energia, S.A.	1.686.145	1.686.145
EDP Comercial, S.A.	188.463	188.463
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.	2.156.054	2.156.054
EDP Gás, SGPS, S.A. (ex-EDP-Participações, SGPS, S.A.)	47.796	47.796
Energia RE	2.005	2.005
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	6.595	6.595
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	4.550	4.550
Labeltec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais, S.A.	3.465	3.465
EDP Energias do Brasil, S.A.	432.238	432.238
Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	1.981.798
EDP Finance B.V.	2.001	2.001
Sávida, S.A.	4.452	4.452
EDP Investimentos, S.G.P.S., S.A.	46.592	46.592
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	-	28.109
Balwerk, S.A.	1.686	1.686
EDP Renováveis S.A.	2.939.889	2.939.889
EDP Inovação, S.A.	1.625	2.098
Outras	1.956	1.907
	<u>9.507.310</u>	<u>9.535.843</u>

A variação na rubrica de Investimentos financeiros em empresas filiais (28.533 milhares de Euros) resulta, essencialmente, do reforço da imparidade para o investimento financeiro na EDP Imobiliária e Participações, S.A. (28.109 milhares de Euros).

20. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	147.008	175.409	137	45.535
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-137	-137	-137	-137
Valor líquido	<u>146.871</u>	<u>175.272</u>	<u>-</u>	<u>45.398</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, em base consolidada, a rubrica de investimentos financeiros em associadas inclui "goodwill" no montante de 33.454 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 36.767 milhares de Euros).

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O detalhe dos **investimentos financeiros em associadas**, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo			
	Dez 2010		Dez 2009	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
CEM - Companhia de Electricidade de Macau, S.A.	64.294	-	57.132	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A.	-	-	34.797	-
Setgás-Soc.de Prod.e Distrib.de Gás, S.A.	26.789	-	23.909	-
D. E. de Canárias, S.A.	11.566	-	11.235	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	-	-	8.995	-
Portsines - Terminal de Multipurpose de Sines, S.A.	6.236	-	7.489	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	12.869	-	6.907	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	6.788	-	5.485	-
Subgrupo Veinco Energia Limpia SL	4.790	-	4.792	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	3.033	-	3.073	-
Hidroastur, S.A.	1.725	-	1.937	-
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	1.365	-	1.365	-
Carriço Cogeração, S.A.	607	-	1.102	-
Outras	6.946	-137	7.191	-137
	147.008	-137	175.409	-137

Em 2010 o Grupo EDP alienou a sua participação de 21% no capital social da Distribucion Eléctrica Centro Americana Dos (III), S.A. (DECA III), em conjunto com os restantes accionistas da sociedade: Iberdrola e TECO (ver nota 13), tendo realizado uma mais valia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 45.782 milhares de Euros e de 56.965 milhares de Euros, respectivamente.

A participação indirecta do Grupo EDP no capital social do Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A aumentou 12% (de 49% para 61%) pelo que esta empresa passou em 2010 a ser consolidada pelo método integral.

O movimento dos **investimentos financeiros em associadas**, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	175.409	172.891
Aquisições / Entradas	3.904	7.248
Alienações	-33.229	-
Resultados de associadas	23.470	25.151
Dividendos recebidos	-20.074	-20.254
Diferenças de câmbio	6.523	-7.264
Transferências / regularizações	-8.995	-2.363
Saldo em 31 de Dezembro	147.008	175.409

O detalhe dos **investimentos financeiros em associadas**, em base **individual**, é analisado como segue:

	Individual			
	Dez 2010		Dez 2009	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
DECA - Distribución Eléctrica Centroamerica, S.A.	-	-	45.398	-
Outras	137	-137	137	-137
	137	-137	45.535	-137

Não ocorreram quaisquer movimentos na imparidade de investimentos financeiros em associadas durante o ano de 2010.

21. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	181.221	163.644	181.221	163.644
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	23.191	15.038	23.191	15.038
Banco Comercial Português, S.A.	72.901	104.118	-	-
Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A.	18.398	15.563	-	-
EDA - Eléctrica dos Açores, S.A.	8.213	8.213	-	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	48.220	55.883	48.220	55.883
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	6.684	-	-	-
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	10.832	11.766	-	-
Tagusparque, S.A.	2.062	2.062	-	-
Tejo Energia, S.A.	25.253	25.636	-	-
Outras	46.990	41.194	4.440	3.836
	443.965	443.117	257.072	238.401

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, os investimentos financeiros detidos na Ampla Energia e Serviços, S.A. e Ampla Investimentos e Serviços, S.A., valorizaram 17.577 milhares de Euros e 8.153 milhares de Euros, respectivamente, como consequência da evolução positiva da cotação de mercado destes títulos em Euros, tendo esta valorização sido registada por contrapartida de Reservas de justo valor (ver nota 31).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro detido no BCP desvalorizou 32.243 milhares de Euros, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reservas de justo valor, no montante de 28.036 milhares de Euros, e por contrapartida de uma perda por imparidade no montante de 4.207 milhares de Euros. No decorrer do exercício de 2010, o Grupo EDP procedeu à aquisição de 1.750.000 acções do BCP pelo preço de 0,586 Euros por acção, num investimento total de 1.026 milhares de Euros.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro detido na REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. desvalorizou 7.663 milhares de Euros, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reservas de justo valor (ver nota 31).

Em 2010, os movimentos da rubrica **Activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

Dez 2010						
Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição na reserva de justo valor Euro'000	Outras variações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	163.644	-	-	17.577	-	181.221
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	15.038	-	-	8.153	-	23.191
Banco Comercial Português, S.A.	104.118	1.026	-4.207	-28.036	-	72.901
Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A.	15.563	-	-	478	2.357	18.398
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	8.213	-	-	-	-	8.213
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-	-	-	2.524	4.160	6.684
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	55.883	-	-	-7.663	-	48.220
Sociedade Eólica de Andalucia, S.A.	11.766	-	-	-724	-210	10.832
Tagusparque, S.A.	2.062	-	-	-	-	2.062
Tejo Energia, S.A.	25.636	-	-	-383	-	25.253
Outras	41.194	38.464	-32.083	-1.290	705	46.990
	<u>443.117</u>	<u>39.490</u>	<u>-32.083</u>	<u>-4.207</u>	<u>7.012</u>	<u>443.965</u>

Em 2009, os movimentos da rubrica **Activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

Dez 2009						
Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição na reserva de justo valor Euro'000	Outras variações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	68.939	-	-	94.705	-	163.644
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	9.073	-	-	5.965	-	15.038
Banco Comercial Português, S.A.	122.707	-	-17.351	28.036	-	104.118
Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A.	-	-	-	370	15.193	15.563
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6.006	-	-	2.207	-	8.213
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	52.332	-	-	3.551	-	55.883
Sociedade Eólica de Andalucia, S.A.	10.854	-	-	703	209	11.766
Sonae com, S.A.	28.946	-	-28.946	-	-	-
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	965	-	2.062
Tejo Energia, S.A.	18.200	-	-	7.436	-	25.636
Outras	32.733	17.869	-7.368	991	-3.016	41.194
	<u>350.887</u>	<u>17.869</u>	<u>-53.665</u>	<u>144.929</u>	<u>12.386</u>	<u>443.117</u>

Em 2009, a coluna Outras variações inclui a transferência da participação de 3,16% na Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A., no montante de 14.995 milhares de Euros da rubrica de Activos detidos para venda.

Os Activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações desde a data da sua aquisição líquidas de imparidade registadas por contrapartida das respectivas reservas de justo valor (ver nota 31). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reserva de justo valor atribuível ao Grupo EDP é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	112.282	94.705
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	17.616	9.463
Banco Comercial Português, S.A.	-	28.036
Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A.	848	370
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1.322	1.322
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	2.524	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	22.400	30.063
Sociedade Eólica de Andalucia, S.A.	5.947	6.671
Tagusparque	965	965
Tejo Energia, S.A.	18.898	19.281
Outras	-273	1.017
	<u>182.529</u>	<u>191.893</u>

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

22. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Créditos fiscais	96.546	110.310	-	-	96.546	110.310
Provisões	599.601	506.148	-	-	599.601	506.148
Instrumentos financeiros	150.575	77.900	65.674	69.043	84.901	8.857
Activos fixos tangíveis e intangíveis	263.221	251.212	47.528	10.807	215.693	240.405
Mais-Valias reinvestidas	-	-	8.258	8.083	-8.258	-8.083
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	35.312	25.059	86.555	70.030	-51.243	-44.971
Desvio e défice tarifário	65.081	303.349	113.038	168.501	-47.957	134.848
Anulação de activos e passivos regulatórios	10.540	18.196	-	-	10.540	18.196
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	22.030	30.944	758.015	703.215	-735.985	-672.271
Reavaliações contabilísticas	9.670	48.260	230.396	211.508	-220.726	-163.248
Proveitos diferidos associados ao CMEC	-	-	245.274	222.871	-245.274	-222.871
Outras diferenças temporárias	5.795	39.773	44.373	57.654	-38.578	-17.881
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-743.039	-749.816	-743.039	-749.816	-	-
	<u>515.332</u>	<u>661.335</u>	<u>856.072</u>	<u>771.896</u>	<u>-340.740</u>	<u>-110.561</u>

Conforme referido na política contabilística, nota 2 r), a compensação entre impostos diferidos activos e impostos diferidos passivos é efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o balanço consolidado no seu activo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e no seu passivo a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

A EDP, S.A., em base individual, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como se segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisões	9.042	6.327	-	-	9.042	6.327
Instrumentos financeiros	28.442	33.123	31.218	47.736	-2.776	-14.613
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	1.608	441	78.364	68.870	-76.756	-68.429
Reavaliações contabilísticas	10.691	9.043	13.132	12.023	-2.441	-2.980
Outras diferenças temporárias	5.005	4.193	-	4.987	5.005	-794
	<u>54.788</u>	<u>53.127</u>	<u>122.714</u>	<u>133.616</u>	<u>-67.926</u>	<u>-80.489</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2010 e 2009, são os seguintes:

	Impostos Diferidos Grupo		Impostos Diferidos Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	-110.561	-135.859	-80.489	60.716
Dotação a resultados	-240.928	131.272	6.354	-54.519
Dotação a reservas	37.433	-48.740	6.210	-26.632
Diferenças cambiais e outras variações	-26.684	-57.234	-1	-60.054
Saldo em 31 de Dezembro	<u>-340.740</u>	<u>-110.561</u>	<u>-67.926</u>	<u>-80.489</u>

Conforme referido na política contabilística 2 a), nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos aos justos valores dos activos, passivos e passivos contingentes, sendo que tais ajustamentos são reflectidos com referência à data de realização da operação.

As alocações do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes concluídas em 2010, relativas à aquisição das sociedades Bon Vent de L'Ébre, S.L., Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO, Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L., ocorridas em 2009, determinou a alocação de 13.003 milhares de Euros em Impostos diferidos passivos, com referência a 31 de Dezembro de 2009 (ver nota 18).

A análise do **Imposto reconhecido em reservas** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Imposto corrente				
Alterações ao justo valor de instrumentos financeiros derivados	-1.782	-968	-1.782	-968
Mais/menos - valias geradas na alienação de acções próprias	-64	-366	-64	-366
	<u>-1.846</u>	<u>-1.334</u>	<u>-1.846</u>	<u>-1.334</u>
Imposto diferido				
Instrumentos financeiros e justo valor	10.419	-35.620	9.330	-17.014
Ganhos e perdas actuariais	27.238	1.744	-	-
Alterações ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-224	-14.864	-3.120	-9.618
	<u>37.433</u>	<u>-48.740</u>	<u>6.210</u>	<u>-26.632</u>
	<u>35.587</u>	<u>-50.074</u>	<u>4.364</u>	<u>-27.966</u>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Data limite de reporte:		
2010	-	93
2011	344	348
2012	540	525
2013	1.659	2.132
2014	9.232	8.543
2015	28.971	32.415
2016 a 2029	1.338.613	831.430
Sem prazo	155.987	149.304
Sem prazo mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício	584.539	491.942
	<u>2.119.885</u>	<u>1.516.732</u>

23. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Mercadorias	49.836	24.937	-	-
Adiantamentos por conta de compras	4.849	4.650	-	-
Produtos acabados e intermédios	21.209	10.384	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	20.097	13.159	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				
Carvão	106.327	94.780	-	-
Fuel	27.991	41.041	-	-
Combustível nuclear	14.090	13.594	-	-
Materiais diversos e outros				
Licenças de CO2	51.745	11.351	51.745	11.351
Outros	60.834	59.480	-	-
	<u>356.978</u>	<u>273.376</u>	<u>51.745</u>	<u>11.351</u>

A rubrica Licenças de CO2 corresponde ao montante de licenças disponíveis para negociação, valorizadas com base na cotação de mercado por contrapartida de resultados, conforme política contabilística 2y).

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

24. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :				
Sector empresarial e particulares:				
Portugal	790.442	772.701	46.357	97.432
Espanha	727.241	648.922	-	-
Brasil	354.640	332.441	-	-
Estados Unidos da América	27.945	27.434	-	-
Polónia	8.967	-	-	-
Outros	11.106	12.429	-	-
Sector Público:				
Portugal				
Estado e organismos oficiais	16.360	16.674	-	-
Autarquias locais	37.455	33.769	-	-
Brasil				
Estado e organismos oficiais	9.004	8.306	-	-
Autarquias locais	23.475	20.132	-	-
Espanha				
Estado e organismos oficiais	12.302	9.375	-	-
Autarquias locais	50.739	10.622	-	-
	<u>2.069.676</u>	<u>1.892.805</u>	<u>46.357</u>	<u>97.432</u>
Clientes de cobrança duvidosa	276.312	231.359	9.960	9.941
Perdas por imparidade	-276.312	-231.359	-9.960	-9.941
	<u>2.069.676</u>	<u>1.892.805</u>	<u>46.357</u>	<u>97.432</u>
Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :				
Sector empresarial e particulares:				
Brasil	32.553	38.386	-	-
Sector Público:				
Portugal - Autarquias locais	137.437	142.521	-	-
Brasil - Autarquias locais	8.831	-	-	-
	<u>178.821</u>	<u>180.907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade	-61.379	-66.086	-	-
	<u>117.442</u>	<u>114.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.187.118</u>	<u>2.007.626</u>	<u>46.357</u>	<u>97.432</u>

Em 2010, o Grupo EDP procedeu à alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes no âmbito do PPA da Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. adquiridas em 2009. De acordo com a IFRS 3, qualquer ajustamento ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes ocorrido nos 12 meses posteriores a uma aquisição deve ser reflectido com efeito à data da transacção. Consequentemente, o Grupo procedeu à reexpressão do valor dos Clientes em 508 milhares de Euros, com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Durante o exercício de 2010, os movimentos das perdas por **imparidade**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares:							
Portugal	127.514	-	47.800	-24.384	-20.897	-	130.033
Brasil	52.939	7.605	10.337	-218	-	1.521	72.184
Espanha	24.651	-	22.343	-220	-	-753	46.021
Outros	6	-	-	-6	-	-	-
Sector Público:							
Portugal	90.068	-	1.261	-5.109	-	-	86.220
Brasil	609	70	253	-464	-	-	468
Espanha	1.658	-	1.616	-	-	-509	2.765
	<u>297.445</u>	<u>7.675</u>	<u>83.610</u>	<u>-30.401</u>	<u>-20.897</u>	<u>259</u>	<u>337.691</u>

Durante o exercício de 2009, os movimentos das perdas por **imparidade**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares:							
Portugal	127.587	-	35.214	-14.275	-856	-20.156	127.514
Brasil	50.263	13.467	28.858	-740	-14.693	-24.216	52.939
Espanha	15.667	-	6.827	98	-48	2.107	24.651
Outros	-	-	-	-	-	6	6
Sector Público:							
Portugal	94.969	-	314	-5.215	-	-	90.068
Brasil	624	182	-	-	-197	-	609
Espanha	1.604	-	114	-568	-	508	1.658
	<u>290.714</u>	<u>13.649</u>	<u>71.327</u>	<u>-20.700</u>	<u>-15.794</u>	<u>-41.751</u>	<u>297.445</u>

Em 2010, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	9.941	19	-	-	9.960
	<u>9.941</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.960</u>

Em 2009, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	9.941	-	-	-	9.941
	<u>9.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.941</u>

25. Devedores e outros activos

A rubrica de Devedores e outros activos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:				
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	1.442.620	811.279
Dividendos atribuídos	-	-	368.859	-
Empréstimos a empresas relacionadas	150.936	142.976	19.074	7.492
Outros devedores:				
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	2.063	13.717	-	-
- Dívidas referentes a pessoal	2.883	3.520	-	-
- Valores a receber na actividade das telecomunicações	55.640	55.640	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	814.086	117.915	-	-
- Valores a receber por desvios tarifários - Portugal	394.057	559.724	-	-
- Créditos sobre o Estado e concedentes	14.652	13.040	-	-
- Valores com a RTP - taxa de radiodifusão	23.170	32.125	-	-
- Devedores por outros bens e serviços	123.032	66.831	45.019	84.651
- Instrumentos financeiros derivados	195.865	230.195	164.419	216.534
- Empresas do Grupo	-	-	249.154	524.888
- Valores a receber pela actividade de venda de gás	7.278	1.402	-	-
- Valores a receber pela actividade de seguro e resseguro	3.281	5.067	-	-
- Valores a receber pela actividade de renováveis	5.408	11.272	-	-
- Encargos com concessões	12.683	14.284	-	-
- Seguros	11.445	10.130	60	6.269
- Outros custos especializados	19.957	6.879	2.180	-
- Rendas a receber leasing Energin	22.512	24.976	-	-
- Valores a receber no âmbito do CMEC	365.070	363.350	-	-
- Depósitos caucionados (EDPR NA)	80.121	90.505	-	-
Proveitos especializados relacionados com a actividade de compra e venda de energia em mercado	156.584	27.425	193.930	38.191
Outros devedores e operações diversas	<u>250.754</u>	<u>149.695</u>	<u>27.161</u>	<u>39.341</u>
	<u>2.711.477</u>	<u>1.940.668</u>	<u>2.512.476</u>	<u>1.728.645</u>
Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente	<u>-74.912</u>	<u>-74.191</u>	<u>-914</u>	<u>-908</u>
	<u>2.636.565</u>	<u>1.866.477</u>	<u>2.511.562</u>	<u>1.727.737</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente:				
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	5.231.320	4.480.386
Empréstimos a empresas relacionadas	19.315	25.672	6.106	18.874
Outros devedores:				
- Valores a receber por desvios tarifários - Portugal	29.726	76.127	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	-	536.205	-	-
- Encargos com Concessões	14.861	16.199	-	-
- Cauções e depósitos vinculados	158.408	126.601	4.419	1.385
- Valores a receber no âmbito do CMEC	892.628	1.026.181	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	27.188	46.116	151.457	37.271
- Valorização do contrato de operação e manutenção - Mapple Ridge I (EDPR NA)	6.317	7.405	-	-
- Valores a receber por Concessões - IFRIC 12 (ver nota 45)	468.071	370.257	-	-
Outros devedores e operações diversas	83.061	85.303	126	-
	<u>1.699.575</u>	<u>2.316.066</u>	<u>5.393.428</u>	<u>4.537.916</u>
Imparidade para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	-2.858	-2.839	-	-
	<u>1.696.717</u>	<u>2.313.227</u>	<u>5.393.428</u>	<u>4.537.916</u>
	<u>4.333.282</u>	<u>4.179.704</u>	<u>7.904.990</u>	<u>6.265.653</u>

Em 2010, o Grupo EDP procedeu à alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes no âmbito do PPA da Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. adquiridas em 2009. De acordo com a IFRS 3, qualquer ajustamento ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes ocorrido nos 12 meses posteriores a uma aquisição deve ser reflectido com efeito à data da transação. Consequentemente, o Grupo procedeu à reexpressão do valor dos Devedores e outros activos em 1.461 milhares de Euros, com referência a 31 de Dezembro de 2009 (ver nota 18).

A rubrica Depósitos caucionados (EDPR NA) de curto prazo inclui o montante de 80.121 milhares de Euros (90.505 milhares de Euros em 2009) relacionado com acordos de financiamento de parques eólicos que obrigam à constituição de depósitos caucionados de montante suficiente para cobrir todos os custos que se esperam virem a ser incorridos na construção dos parques eólicos.

A rubrica de Valor a receber por encargos de tarifa - Espanha de curto prazo refere-se ao montante a receber do Estado Espanhol relativo ao défice tarifário do Sistema Eléctrico Espanhol acumulado em 31 de Dezembro de 2010, conforme enquadramento regulatório em vigor (ver nota 3).

A rubrica de valores a receber no âmbito do CMEC ascende a 1.257.698 milhares de Euros, sendo 892.628 milhares de Euros de médio/longo prazo e 365.070 milhares de Euros de curto prazo. O valor a receber no âmbito do CMEC Base inclui 744.071 milhares de Euros no médio/longo prazo e 25.456 milhares de Euros no curto prazo, que respeitam ao valor inicialmente atribuído à EDP Produção (833.467 milhares de Euros), deduzido das anuidades dos anos de 2007 a 2010. Os restantes 148.557 milhares de Euros de médio/ longo prazo e 339.614 milhares de Euros de curto prazo respeitam aos valores a receber por via do cálculo da revisibilidade dos exercícios de 2008 a 2010.

As rubricas de Instrumentos financeiros derivados correntes e não correntes, nos montantes de 195.865 milhares de Euros e 27.188 milhares de Euros, corresponde ao justo valor das carteiras de negociação e cobertura com referência da 31 de Dezembro de 2010 (ver nota 40).

A rubrica Valores a receber por concessões - IFRIC 12, no montante de 468.071 milhares de Euros refere-se ao activo financeiro a receber pelo Grupo EDP no âmbito das concessões de distribuição de electricidade e gás em Portugal e no Brasil, decorrente da aplicação do modelo misto, e no âmbito da concessão de transporte de electricidade no Brasil, decorrente da aplicação do modelo financeiro (ver nota 2 aa) e nota 45).

A rubrica "Valores a receber por desvios tarifários — Portugal" corrente e não corrente, no montante de 394.057 milhares de Euros e 29.726 milhares de Euros, respectivamente (2009: 559.724 milhares de Euros e 76.127 milhares de Euros em corrente e não corrente respectivamente), respeitam ao desvio tarifário (ver Nota 3) do sistema eléctrico português em 2010 e 2009 para as empresas reguladas em Portugal.

O valor incluído em Dividendos atribuídos em base individual respeita a dividendos deliberados pelas subsidiárias EDP - Gestão da Produção, S.A., EDP Distribuição, S.A. e Hidrocontábrico no montante total de 185.000 milhares de Euros, bem como distribuição de reservas da EDP - Gestão da Produção, S.A. e EDP Distribuição, S.A. (183.859 milhares de Euros), que em 31 de Dezembro de 2010 se encontravam pendentes de liquidação.

O movimento do exercício na rubrica Valores a receber por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	10.444	1.435.033
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-11.015	-
Titularização dos desvios não regulares de 2007 e 2008	-	-1.672.845
Constituição do desvio de 2008	-	49.435
Desvio tarifário do exercício	-	748.172
Encargos financeiros	571	76.056
Transferência da parcela de não corrente para corrente	<u>559.724</u>	<u>-559.724</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>559.724</u>	<u>76.127</u>
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-571.337	-
Constituição do desvio de 2009	20.147	-
Desvio tarifário do exercício	295.821	29.726
Encargos financeiros	13.575	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	<u>76.127</u>	<u>-76.127</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>394.057</u>	<u>29.726</u>

Em 5 de Março de 2009 e em 3 de Dezembro de 2009, a EDP - Serviço Universal, S.A. acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Tagus") os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos tarifários não regulares positivos, conforme permitido pelo Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de Agosto.

Na primeira operação, a EDP Serviço Universal transmitiu o direito ao recebimento do ajustamento tarifário não regular (défice tarifário) relativo aos anos de 2007 e 2008, no montante total de 1.225.376 milhares de euros. A transacção foi efectuada pelo montante de 1.204.422 milhares de euros, tendo gerado uma menos valia total de 22.969 milhares de Euros após a consideração de todos os custos financeiros incorridos (ver nota 14).

Na segunda operação de securitização, foi transmitido o direito ao recebimento do ajustamento tarifário não regular (défice tarifário) relativo ao sobrecusto estimado da Produção em Regime Especial para o ano de 2009, no montante de 447.469 milhares de euros. A transacção foi efectuada pelo montante de 434.720 milhares de euros, líquido dos respectivos encargos, tendo gerado uma menos valia de 12.749 milhares de euros (ver nota 14).

Em 2010, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	74.191	2.280	-2.666	1.099	8	74.912
	<u>74.191</u>	<u>2.280</u>	<u>-2.666</u>	<u>1.099</u>	<u>8</u>	<u>74.912</u>

O montante a 31 de Dezembro de 2010 inclui essencialmente o valor da imparidade registada para os valores a receber na actividade das telecomunicações (ONI Multimédia) no montante de 55.640 milhares de Euros conforme detalhado na rubrica de Devedores de curto prazo.

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Dif. Câmbio Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	67.481	7.297	-831	166	78	74.191
	<u>67.481</u>	<u>7.297</u>	<u>-831</u>	<u>166</u>	<u>78</u>	<u>74.191</u>

Em 2010, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **Individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	908	6	-	-	-	914
	<u>908</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>914</u>

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **Individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	897	11	-	-	-	908
	<u>897</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>908</u>

Em 2010, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.839	-	19	-	2.858
	<u>2.839</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>2.858</u>

Em 2009, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.782	72	-15	-	2.839
	<u>2.782</u>	<u>72</u>	<u>-15</u>	<u>-</u>	<u>2.839</u>

26. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	253.331	144.016	34.854	14.077
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	280.816	334.110	54.221	30.468
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	92.556	72.786	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	406	288	-	-
- Outras tributações	13.376	6.441	3.255	-
	<u>640.485</u>	<u>557.641</u>	<u>92.330</u>	<u>44.545</u>

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

27. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A rubrica de activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Títulos de negociação de rendimento fixo:				
Unidades de participação em fundos cotadas	35.335	33.012	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados	1	47.749	-	-
	<u>35.336</u>	<u>80.761</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos de negociação de rendimento variável:				
Unidades de participação em fundos cotadas	409	4.091	-	-
	<u>409</u>	<u>4.091</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>35.745</u>	<u>84.852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

28. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	72	124	-	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	413.831	333.102	28.475	13.856
- Depósitos a prazo	1.038.821	613.506	114.200	-
- Outros depósitos	19.682	505	-	-
	<u>1.472.334</u>	<u>947.113</u>	<u>142.675</u>	<u>13.856</u>
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos (Euro)	5.893	915.156	-	877.500
- Em bancos (Outras moedas)	32.925	327.167	-	-
	<u>38.818</u>	<u>1.242.323</u>	<u>-</u>	<u>877.500</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.511.224</u>	<u>2.189.560</u>	<u>142.675</u>	<u>891.356</u>

A rubrica Outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo convertíveis em Caixa.

29. Capital e Prémios de emissão de acções

A EDP, S.A. é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. A sociedade que inicialmente foi constituída como uma empresa pública, iniciou em 1997 o seu processo de privatização, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998, a quarta fase em 2000, uma quinta fase de privatização consubstanciada num aumento de capital em 2004, e a sexta fase em 2005. Em Dezembro de 2007, foram emitidas, pelo Estado, obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP, S.A., no âmbito da sétima fase de privatização. O Estado detém actualmente, directa e indirectamente, cerca de 25,69% do capital social da EDP, S.A.

O capital social de 3.656.537.715 Euros, representado por 3.656.537.715 acções ordinárias de valor nominal de 1 Euro cada, encontra-se integralmente realizado. Deste total, 2.936.222.980 são acções da classe A e 720.314.735 são acções da classe B. As acções da classe B são detidas por entidades públicas portuguesas.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital social Euro'000	Prémios emissão Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.656.538	501.992
Movimentos do ano	-	1.931
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>3.656.538</u>	<u>503.923</u>

O aumento registado no exercício, na rubrica de Prémios de emissão, respeita à restituição de imposto de selo cobrado indevidamente em 2004, líquido de efeito fiscal, aquando da realização de um aumento de capital através da oferta pública de subscrição, reservada a accionistas por exercício de direito de preferência, de 656.537.715 acções ordinárias.

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
Resultado líquido (em Euros)	1.078.924.845	1.023.844.684	725.135.695	630.020.903
Resultado líquido das operações em continuação (em Euros)	1.078.924.845	1.023.844.684		
Nº médio de acções durante o exercício	3.622.918.528	3.621.419.392	3.624.431.528	3.622.932.392
Nº médio de acções diluídas durante o exercício	3.623.608.780	3.622.458.061	3.625.121.780	3.623.971.061
Resultado por acção básico (em Euros)	0,30	0,28		
Resultado por acção diluído (em Euros)	0,30	0,28		
Resultado por acção das operações em continuação básico (em Euros)	0,30	0,28		
Resultado por acção das operações em continuação diluído (em Euros)	0,30	0,28		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
Acções emitidas no início do exercício	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-	-	-
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de acções próprias	-33.619.187	-35.118.323	-32.106.187	-33.605.323
Nº médio de acções durante o exercício	3.622.918.528	3.621.419.392	3.624.431.528	3.622.932.392
Efeito de "stock options"	690.252	1.038.669	690.252	1.038.669
Nº médio de acções diluídas durante o exercício	3.623.608.780	3.622.458.061	3.625.121.780	3.623.971.061

30. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
Valor contabilístico das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	115.731	119.784	109.636	113.689
Número de acções	33.324.941	34.212.975	31.811.941	32.699.975
Cotação das acções da EDP, S.A. (em Euros)	2,491	3,108	2,491	3,108
Valor de mercado das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	83.012	106.334	79.244	101.632
Operações realizadas desde 1 de Janeiro de 2010 até 31 de Dezembro de 2010:	EDP, S.A.	Energia RE		
Volume adquirido (número de acções)	918.738	-		
Preço médio de compra (em Euros)	2,67	-		
Valor total de compra (milhares de Euros)	2.454	-		
Volume vendido (número de acções)	-1.806.772	-		
Preço médio de venda (em Euros)	2,66	-		
Valor total da venda (milhares de Euros)	4.802	-		
Posição final (número de acções)	31.811.941	1.513.000		
Cotação Máxima (em Euros)	3,18	-		
Cotação Mínima (em Euros)	2,21	-		
Cotação Média (em Euros)	2,70	-		

As acções próprias deidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

31. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Reserva legal	502.888	471.387	502.888	471.387
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	45.180	80.444	25.722	56.561
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-10.069	-18.650	-7.909	-15.457
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	182.529	191.893	147.843	129.809
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-17.845	-17.790	-15.197	-12.077
Diferença cambial de consolidação	312.823	165.859	-	-
Reserva para acções próprias (EDP, S.A.)	109.636	113.689	109.636	113.689
Outras reservas e resultados acumulados	1.605.761	1.244.149	1.163.205	1.124.095
	2.730.903	2.230.981	1.926.188	1.868.007

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço líquidas de imparidade, referentes a activos financeiros disponíveis para venda, encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do período ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Saldo em 31 Dezembro de 2008	322.565	-275.601
Variações de justo valor	179.756	-29.841
Perda por imparidade transferida para resultados	-	29.289
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-34.275	-
Saldo em 31 Dezembro de 2009	468.046	-276.153
Variações de justo valor	28.899	-41.397
Perda por imparidade transferida para resultados	-	4.207
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-1.073	-
Saldo em 31 Dezembro de 2010	495.872	-313.343

As variações na reserva de justo valor atribuível ao Grupo EDP no exercício findo em 31 de Dezembro 2010, são analisadas como segue:

	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	17.577	-
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	8.153	-
BCP	-	-32.243
Denerge - Desenvolvimento Energético, S.A.	478	-
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	2.524	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	-	-7.663
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	-	-724
Tejo Energia, S.A.	-	-383
Outros	167	-384
	28.899	-41.397

Diferença cambial de consolidação

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dez 2010		Taxas em Dez 2009	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar Americano	USD	1,336	1,326	1,441	1,390
Real Brasileiro	BRL	2,218	2,331	2,511	2,783
Pataca Macau	MOP	10,697	10,611	11,506	11,088
Quetzal	GTQ	10,708	10,708	12,003	11,332
Zloty	PLN	3,975	3,995	4,105	4,362
Lei	RON	4,262	4,212	4,236	4,245
Libra	GBP	0,861	0,858	0,888	-

Reserva para acções próprias (EDP, S.A.)

Nos termos do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, a EDP, S.A. constitui uma reserva indisponível de montante igual ao valor contabilizado das acções próprias detidas.

Dividendos

No dia 16 de Abril de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de dividendos aos accionistas, ocorrida em 13 de Maio de 2010, sobre o resultado líquido do exercício de 2009 no montante de 566.763 milhares de Euros, sendo o respectivo valor por acção de 0,155 Euros (incluindo o dividendo atribuível às acções próprias no montante de 4.944 milhares de Euros).

Proposta de aplicação dos resultados líquidos estatutários EDP, S.A. com referência a 2009 e 2008 - Dotação para a Fundação EDP

Em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 do Art.º 30 dos Estatutos da EDP - Energias de Portugal S.A., a Assembleia Geral de Accionistas aprovou em 16 de Abril de 2010 e 15 de Abril de 2009 as "Propostas de aplicação dos resultados líquidos estatutários de 2009 e 2008", tendo atribuído, para os exercícios de 2009 e 2008, dotações anuais para a Fundação EDP no valor de 6.000.000 Euros em cada ano. As referidas dotações foram reconhecidas como "Donativos" na rubrica de "Outros custos de exploração" (ver nota 10) nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente.

32. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	155.676	144.102
Interesses minoritários de capital e de reservas	2.774.725	2.540.339
	<u>2.930.401</u>	<u>2.684.441</u>

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Grupo EDP Renováveis	1.306.194	1.282.394
Grupo Energias do Brasil	1.570.666	1.346.792
Grupo Hidrocontábrico	22.428	31.716
Outros	31.113	23.539
	<u>2.930.401</u>	<u>2.684.441</u>

Durante o ano de 2010, o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 155.676 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 144.102 milhares de Euros).

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo EDP Renováveis refere-se, essencialmente, aos resultados atribuíveis a minoritários no montante de 16.876 milhares de Euros, diferenças de conversão cambial negativas no montante de 4.772 milhares de Euros e variações resultantes de aquisições e aumentos de capital atribuíveis a minoritários no montante de 12.316 milhares de Euros.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Energias do Brasil inclui o montante de 132.329 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários, 156.927 milhares de Euros resultante de diferenças de conversão cambial positivas e uma diminuição de 56.272 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos. Adicionalmente, durante o exercício de 2010 o efeito da variação da reserva de justo valor associada a activos financeiros disponíveis para venda, resultou num aumento de interesses minoritários de 258 milhares de Euros e o efeito da variação das perdas actuariais (líquidas de imposto) registadas, resultou numa diminuição de interesses minoritários de 9.190 milhares de Euros.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Hidrocontábrico inclui, essencialmente, uma diminuição de 4.019 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

A rubrica "Outros interesses minoritários" inclui o montante de 30.120 milhares de Euros referente às subsidiárias do subgrupo Gás Portugal (31 de Dezembro de 2009: 22.287 milhares de Euros).

33. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	112.631	237.822
Recebimentos / (Pagamentos) do exercício	-41.272	-135.069
Encargos financeiros	3.739	9.878
Saldo no fim do exercício	<u>75.098</u>	<u>112.631</u>

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.

Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A., efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida, de balanço, na conta de hidraulicidade, sendo os encargos financeiros registados por contrapartida de resultados. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do mercado liberalizado, correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, o qual refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade. Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP considera que é altamente provável que a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador.

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 257.410 milhares de Euros indexadas à taxa Euribor do período de utilização com condições de margem previamente definidas, das quais 242.410 milhares de Euros têm compromisso de tomada firme, estando disponíveis 242.410 milhares de Euros; bem como programas de Papel Comercial no valor de 650.000 milhares de Euros com garantia de colocação, estando disponíveis a 31 de Dezembro de 2010 na sua totalidade. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de uma Revolving Credit Facility (RCF) no valor de 2.000.000 milhares de Euros com compromisso de tomada firme que se encontrava totalmente disponível. Para a gestão de liquidez das necessidades em USD do Grupo, a EDP S.A. dispõe adicionalmente de uma RCF no valor de 1.500.000 milhares USD com compromisso de tomada firme, estando a 31 de Dezembro de 2010 utilizada na sua totalidade.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 862.625 milhares de Euros e 716.429 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

O detalhe do valor nominal associado às emissões obrigacionistas, à data de 31 de Dezembro de 2010, é analisado como segue:

Emittente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Emissões EDP S.A.						
EDP, S.A.	Mar-03	Euribor 6 meses + 0,5%	n.a.	Mar-13	150.000	150.000
EDP, S.A. (ii)	Mai-08	Taxa variável (iv)	n.a.	Mai-18	300.000	300.000
					<u>450.000</u>	<u>450.000</u>
Emissões ao abrigo do Programa "Euro Medium Term Notes"						
EDP, S.A.	Mar-01	Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	Mar-11	747.352	747.352
EDP Finance B.V. (i)	Ago-02	Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	Ago-17	320.000	-
EDP Finance B.V.	Dez-02	Taxa fixa EUR (iv)	n.a.	Dez-22	93.357	-
EDP Finance B.V.	Jun-05	Taxa fixa EUR 3,75%	n.a.	Jun-15	500.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-05	Taxa fixa EUR 4,125%	n.a.	Jun-20	300.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,25%	n.a.	Jun-12	500.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,625%	n.a.	Jun-16	500.000	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 5,375 %	Net Investment	Nov-12	748.391	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 6,00 %	Net Investment	Feb-18	748.391	-
EDP Finance B.V. (i)	Nov-08	Taxa fixa GBP 8,625%	Fair Value	Jan-24	410.314	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Zero coupon EUR (iv)	n.a.	Nov-23	160.000	-
EDP Finance B.V. (iii) (i)	Fev-09	Taxa fixa EUR 5,5%	Fair Value	Fev-14	1.000.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-09	Taxa fixa JPY (iv)	Net Investment	Jun-19	78.259	-
EDP Finance B.V.	Jun-09	Taxa fixa EUR 4,75%	n.a.	Set-16	1.000.000	-
EDP Finance B.V.	Set-09	Taxa fixa USD 4,90 %	Net Investment	Out-19	748.391	-
EDP Finance B.V.	Fev-10	Taxa variável USD (iv)	Net Investment	Fev-15	74.839	-
EDP Finance B.V. (i)	Mar-10	Taxa fixa EUR 3,25%	Fair Value	Mar-15	1.000.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-10	Taxa variável EUR (iv)	n.a.	Jun-11	500.000	-
					<u>9.429.294</u>	<u>747.352</u>
Emissões Grupo EDP Energias do Brasil no Mercado Doméstico Brasileiro						
Investco	Nov-01	IGPM + 10,5%	n.a.	Nov-11	15.047	-
Bandeirante	Abr-06	104,4% do CDI	n.a.	Mar-11	37.576	-
Bandeirante	Jul-10	CDI + 1,50%	n.a.	Jun-14	175.858	-
Escelsa	Jun-06	104,4% do CDI	n.a.	Jun-11	39.681	-
Escelsa	Jul-07	105,0% do CDI	n.a.	Jul-14	112.729	-
					<u>380.891</u>	<u>-</u>
					<u>10.260.185</u>	<u>1.197.352</u>

- (i) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa e/ou de taxa de juro.
(ii) Fixa em cada ano, varia ao longo da vida do empréstimo.
(iii) Parte deste financiamento tem associado "swap" de taxa de juro.
(iv) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Empréstimos bancários e "overdrafts":				
Até 1 ano	562.399	324.586	28.853	52.513
De 1 ano a 5 anos	4.644.826	4.012.942	170.592	131.155
A mais de 5 anos	1.393.476	1.319.327	700.401	627.869
	<u>6.600.701</u>	<u>5.656.855</u>	<u>899.846</u>	<u>811.537</u>
Empréstimos obrigacionistas:				
Até 1 ano	1.590.549	820.699	786.380	34.726
De 1 ano a 5 anos	4.232.741	3.232.718	140.382	891.685
A mais de 5 anos	4.513.744	4.825.988	300.000	311.684
	<u>10.337.034</u>	<u>8.879.405</u>	<u>1.226.762</u>	<u>1.238.095</u>
Papel comercial:				
Até 1 ano	837.607	1.638.513	4.964.503	4.107.601
Outros empréstimos:				
Até 1 ano	13.896	10.683	-	-
De 1 ano a 5 anos	50.866	42.921	-	-
A mais de 5 anos	51.542	52.603	-	-
	<u>116.304</u>	<u>106.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>17.891.646</u>	<u>16.280.980</u>	<u>7.091.111</u>	<u>6.157.233</u>

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O justo valor da dívida do Grupo EDP é analisado como segue:

	Dez 2010		Dez 2009	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	3.004.451	2.764.591	2.794.481	2.547.504
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	14.887.195	14.634.186	13.486.499	14.110.568
	<u>17.891.646</u>	<u>17.398.777</u>	<u>16.280.980</u>	<u>16.658.072</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros derivados e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura, são registados ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado.

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	2015 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	-	2.013.432	2.550.417	2.480.825	1.883.759	5.958.762	14.887.195
Dívida de curto prazo	3.004.451	-	-	-	-	-	3.004.451
	<u>3.004.451</u>	<u>2.013.432</u>	<u>2.550.417</u>	<u>2.480.825</u>	<u>1.883.759</u>	<u>5.958.762</u>	<u>17.891.646</u>

A estimativa dos pagamentos futuros de capital em dívida e juros vencidos e o valor das garantias encontram-se desagregados na nota 41.

Os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos por tipo de empréstimo e por moeda de denominação são analisados como segue:

	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	2015 Euro'000	Anos seguintes Euro'000	Total Euro'000
Empréstimos bancários:							
Euro	305.174	460.527	2.228.270	112.530	99.334	1.042.082	4.247.917
Real Brasileiro	218.274	251.884	118.524	104.743	128.093	251.859	1.073.377
Dólar Americano	-	-	-	1.122.586	-	-	1.122.586
Outras	38.951	2.855	4.008	4.855	6.617	99.535	156.821
	<u>562.399</u>	<u>715.266</u>	<u>2.350.802</u>	<u>1.344.714</u>	<u>234.044</u>	<u>1.393.476</u>	<u>6.600.701</u>
Empréstimos obrigacionistas:							
Euro	1.498.245	500.000	150.000	1.008.995	1.497.100	2.903.532	7.557.872
Real Brasileiro	92.304	37.576	37.576	107.920	70.343	35.172	380.891
Dólar Americano	-	748.391	-	-	74.839	1.575.041	2.398.271
	<u>1.590.549</u>	<u>1.285.967</u>	<u>187.576</u>	<u>1.116.915</u>	<u>1.642.282</u>	<u>4.513.745</u>	<u>10.337.034</u>
Papel comercial:							
Euro	837.607	-	-	-	-	-	837.607
	<u>837.607</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>837.607</u>
Outros empréstimos:							
Euro	5.256	3.292	2.994	10.694	1.052	10.504	33.792
Real Brasileiro	7.705	7.890	7.937	7.295	6.381	41.037	78.245
Dólar Americano	935	1.017	1.108	1.207	-	-	4.267
	<u>13.896</u>	<u>12.199</u>	<u>12.039</u>	<u>19.196</u>	<u>7.433</u>	<u>51.541</u>	<u>116.304</u>
	<u>3.004.451</u>	<u>2.013.432</u>	<u>2.550.417</u>	<u>2.480.825</u>	<u>1.883.759</u>	<u>5.958.762</u>	<u>17.891.646</u>

35. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.104.406	1.109.347	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	800.473	770.357	-	-
	<u>1.904.879</u>	<u>1.879.704</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica de "Provisões para responsabilidades e benefícios sociais" inclui, em 31 de Dezembro de 2010, os valores de 1.093.075 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (31 de Dezembro de 2009: 1.095.981 milhares de Euros) e 11.331 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 13.366 milhares de Euros) relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos.

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	1.109.347	1.082.905	-	-
Dotação do exercício	56.705	62.274	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	31.248	32.757	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	88.582	84.005	-	-
Utilizações de provisões	-186.690	-150.267	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	5.214	-2.327	-	-
Saldo no fim do exercício	1.104.406	1.109.347	-	-

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	770.357	750.982	-	-
Dotação do exercício	49.201	49.955	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	1.916	1.736	-	-
Redução de benefícios	-4.805	-	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	19.333	2.479	-	-
Utilizações de provisões	-42.851	-42.905	-	-
Transferências, variação cambial e mútua	7.322	8.110	-	-
Saldo no fim do exercício	800.473	770.357	-	-

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 n), o Grupo EDP optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. O impacto em reservas ascendeu ao valor de 1.162.000 milhares de Euros, a 31 de Dezembro de 2004. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adoptada, foram directamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas actuariais verificados nesses planos, tendo sido reconhecido nos exercícios de 2010 e 2009 perdas de 107.915 milhares de Euros e de 86.484 milhares de Euros, respectivamente.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões do Grupo EDP é gerido pela Pensõesger, subcontratando a gestão de activos a entidades gestoras de activos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos activos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Em Espanha, as empresas do Grupo HC Energia em resultado da revisão do acordo colectivo de trabalho ("Convenio Colectivo) celebrado em Dezembro de 2007 atribuem aos seus colaboradores um regime de pré-reformas para os anos de 2008 até 2012.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa, a Bandeirante e a Energest dispõem de Planos de Benefício Definido que garantem um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	Portugal 2010	Espanha 2010	Brasil 2010	Portugal 2009	Espanha 2009	Brasil 2009
Número de participantes						
Reformados e Pensionistas	18.205	1.644	1.507	18.309	1.631	1.610
Pessoal no Activo	6.384	1.294	1.975	6.608	1.263	1.951
	24.589	2.938	3.482	24.917	2.894	3.561

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2010				
	Portugal	Espanha	Brasil		
			Bandeirante	Escelsa	Energest
Pressupostos					
Taxa de rendimento dos activos	5,60%	não aplicável	11,63%	11,63%	11,63%
Taxa de desconto	5,00%	3,40%	10,75%	10,75%	10,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	2,75% (IPC + 0,5%); Em 2011 - 3% (IPC + 0,75%)	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	não aplicável	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Taxa de inflação	2,00%	2,25%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90 // Idade <=60 years -- TV99/01	PERM/F-2000P	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50%EKV 80	não aplicável	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável

	Dez 2009				
	Portugal	Espanha	Brasil		
			Bandeirante	Escelsa	Energest
Pressupostos					
Taxa de rendimento dos activos	6,00%	não aplicável	11,49%	11,49%	11,49%
Taxa de desconto	5,20%	5% / 4,5%	11,20%	11,20%	11,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	2,75% (IPC + 0,5%); Em 2011 - 3% (IPC + 0,75%)	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	não aplicável	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Taxa de inflação	2,00%	2,25%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01	PERM/F-2000P	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50%EKV 80	não aplicável	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos a empregados, foram actualizadas considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2010.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são analisadas como segue:

	Dez 2010			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Planos de Pensões				
Responsabilidades no fim do exercício	1.961.418	92.936	285.853	2.340.207
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.013.829	-	-277.036	-1.290.865
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	-	-	43.733	43.733
Valor da provisão no fim do exercício	<u>947.589</u>	<u>92.936</u>	<u>52.550</u>	<u>1.093.075</u>
	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Planos de Pensões				
Responsabilidades no fim do exercício	1.984.765	91.679	225.863	2.302.307
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.011.986	-	-221.776	-1.233.762
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	-	-	27.436	27.436
Valor da provisão no fim do exercício	<u>972.779</u>	<u>91.679</u>	<u>31.523</u>	<u>1.095.981</u>

A rubrica Activo não reconhecido ("asset ceiling") regista os montantes não reconhecidos como activo nos respectivos exercícios contabilísticos.

A evolução do valor presente das obrigações para pensões e o justo valor dos activos dos Fundos associados é analisada como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Planos de Pensões					
Responsabilidades no fim do exercício	2.340.207	2.302.307	2.192.985	2.217.351	2.247.023
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.290.865	-1.233.762	-1.146.273	-1.389.997	-1.316.748
Activo não reconhecido ("asset ceiling")	43.733	27.436	20.841	-	-
Valor da provisão no fim do exercício	1.093.075	1.095.981	1.067.553	827.354	930.275

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para o Plano de Pensões em Portugal são apresentados como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	11.939	-9.112	-33.781	7.315	-9.987
Ajustamentos de experiência para os activos do Plano	-33.724	13.676	-136.929	-12.027	12.538

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para o Plano de Pensões do Brasil são apresentados como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	- 3.238	2.701	4.693	4.907	-8.654
Ajustamentos de experiência para os activos do Plano	4.244	5.160	-18.938	16.401	7.694

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	Dez 2010			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades				
Responsabilidades no início do exercício	1.984.765	91.679	225.863	2.302.307
Custo dos serviços correntes	13.357	710	-572	13.495
Custo dos juros	98.244	4.630	26.525	129.399
Benefícios pagos	-189.374	-10.689	-15.562	-215.625
"Curtailments" / "Settlements"	31.248	-	-	31.248
Perdas e ganhos actuariais	23.178	6.582	17.254	47.014
Variação cambial	-	-	31.370	31.370
Outras variações	-	24	975	999
Responsabilidades no fim do exercício	1.961.418	92.936	285.853	2.340.207
	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades				
Responsabilidades no início do exercício	1.930.534	93.990	168.461	2.192.985
Custo dos serviços correntes	11.716	493	491	12.700
Custo dos juros	105.103	4.883	21.550	131.536
Benefícios pagos	-187.949	-7.984	-12.297	-208.230
"Curtailments" / "Settlements"	32.757	-	-	32.757
Perdas e ganhos actuariais	101.453	2.559	-2.438	101.574
Variação cambial	-	-	49.955	49.955
Outras variações	-8.849	-2.262	141	-10.970
Responsabilidades no fim do exercício	1.984.765	91.679	225.863	2.302.307

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

	Dez 2010			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício				
Custo dos serviços correntes	13.357	710	-572	13.495
Custo dos juros	98.244	4.630	26.525	129.399
Retorno dos activos dos Fundos	-59.053	-	-27.136	-86.189
"Curtailments" / "Settlements"	31.248	-	-	31.248
Contribuições dos trabalhadores	-	-	-	-
Custo líquido do exercício	83.796	5.340	-1.183	87.953

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício				
Custo dos serviços correntes	11.716	493	491	12.700
Custo dos juros	105.103	4.883	21.550	131.536
Retorno dos activos dos Fundos	-61.085	-	-19.940	-81.025
"Curtailments" / "Settlements"	32.757	-	-	32.757
Contribuições dos trabalhadores	-	-	-937	-937
Custo líquido do exercício	88.491	5.376	1.164	95.031

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2010			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Fundos de Pensões				
Valor dos activos no início do exercício	1.011.986	-	221.776	1.233.762
Contribuições do Grupo	31.043	-	7.888	38.931
Contribuições dos trabalhadores	-	-	948	948
Pensões pagas no exercício	-54.529	-	-15.372	-69.901
Rendimento dos Fundos	59.053	-	27.136	86.189
Ganhos / (Perdas) actuariais	-33.724	-	4.037	-29.687
Variação cambial	-	-	30.623	30.623
Valor dos activos fim do exercício	1.013.829	-	277.036	1.290.865

A rubrica de ganhos e perdas actuariais no Brasil inclui o montante de 11.881 milhares de Euros (28.087 milhares de BRL) referente a ganhos e perdas actuariais do "asset ceiling" não reconhecidas em reservas (2009: 674 milhares de Euros).

Para efeitos da determinação do valor da provisão para pensões o valor da carteira do fundo foi deduzido do limite ao reconhecimento do activo ("asset ceiling") no montante de 43.733 milhares de Euros, convertidos à taxa de fecho do BRL (96.987 milhares de BRL). Em 31 de Dezembro de 2009 o valor do "asset ceiling" ascendia a 27.436 milhares de Euros.

	Dez 2009			
	Portugal Euro'000	Espanha Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Fundos de Pensões				
Valor dos activos no início do exercício	991.453	-	154.820	1.146.273
Contribuições do Grupo	-	-	6.086	6.086
Contribuições dos trabalhadores	-	-	805	805
Pensões pagas no exercício	-54.228	-	-11.806	-66.034
Rendimento dos Fundos	61.085	-	19.940	81.025
Ganhos / (Perdas) actuariais	13.676	-	4.567	18.243
Variação cambial	-	-	47.364	47.364
Valor dos activos fim do exercício	1.011.986	-	221.776	1.233.762

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2010	19.256	548.353	233.230	165.430	47.560	1.013.829
31 de Dezembro de 2009	26.818	541.817	230.227	165.460	47.664	1.011.986

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2010	1,90%	54,09%	23,00%	16,32%	4,69%	100,00%
31 de Dezembro de 2009	2,65%	53,54%	22,75%	16,35%	4,71%	100,00%

A rubrica imóveis inclui imóveis registados nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de Dezembro de 2010 ascendem a 124.722 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 124.722 milhares de Euros). A rubrica de obrigações inclui o montante de 4.046 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 2.227 milhares de Euros), relativo a obrigações emitidas pela EDP Finance B.V..

A rubrica acções inclui títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	2010	2009
	Euro'000	Euro'000
Acções:		
EDP Renováveis	4.554	2.815
	4.554	2.815

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição verificada na carteira do fundo no Brasil é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2010	-	226.577	42.779	1.255	6.425	277.036
31 de Dezembro de 2009	-	182.637	32.362	1.071	5.706	221.776

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2010	-	81,79%	15,44%	0,45%	2,32%	100,00%
31 de Dezembro de 2009	-	82,35%	14,59%	0,48%	2,58%	100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos activos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões do Grupo EDP foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno esperada dos activos para os anos de 2011 e seguintes, de acordo com as perspectivas em Janeiro de 2011, foi determinada tendo por base os objectivos de investimento por classe de activos e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

Portugal	2010		Taxa de retorno esperada para 2011 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
Obrigações	54,00%	4,40%	52,50%	4,10%
Acções Europeias	14,00%	7,90%	14,00%	8,00%
Acções Globais	9,00%	8,00%	10,00%	8,10%
Fundos de "Hedge Funds"	3,00%	5,80%	3,00%	5,70%
Imobiliário	16,00%	6,90%	18,50%	6,40%
Outros	4,00%	8,40%	2,00%	8,30%
Total	100,0%	6,00%	100,0%	5,60%

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2010 foi de 2,55% (2009: 7,47%).

Brasil	2010		Taxa de retorno esperada para 2011 e anos seguintes	
	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
Obrigações	82,40%	11,20%	82,40%	10,84%
Acções Europeias	-	-	-	-
Acções Globais	14,40%	13,29%	14,40%	16,31%
Fundos de "Hedge Funds"	-	-	-	-
Imobiliário	0,60%	11,20%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,49%	100,00%	11,63%

À data de 31 de Dezembro de 2010, a desagregação do valor expectável de Pagamento de benefícios futuros, relativo à actividade em Portugal, em Espanha e no Brasil, é analisada de seguida:

Portugal	Expectativa de pagamentos			
	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	Total
2011	187.280	20.411	15.916	223.607
2012	182.578	20.816	16.326	219.720
2013	176.410	21.276	16.685	214.371
2014	170.434	21.752	17.074	209.260
2015	161.908	22.286	17.667	201.861
2016	154.279	22.869	18.162	195.310
2017	148.862	23.564	18.954	191.380
2018	141.434	24.321	19.501	185.256
2019	136.882	25.117	20.021	182.020
2020	131.389	25.981	20.551	177.921

Em 2010, foram efectuadas contribuições para o Fundo de pensões em Portugal no valor de 31.043 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: não foram efectuadas contribuições para o Fundo de pensões) e foram realizadas integralmente em dinheiro.

Em 2010, o valor das pensões pagas pelos Fundos em Portugal ascendeu a 54.529 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 54.228 milhares de Euros).

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Expectativa de pagamentos	
Espanha	Outros
2011	12.176
2012	13.065
2013	13.308
2014	7.632
2015	5.854
2016	5.121
2017	4.338
2018	3.557
2019	2.777
2020	2.000

Em 2010, o valor dos benefícios pagos ascendeu a 10.689 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 7.984 milhares de Euros).

O montante de 92.912 milhares de Euros relativo ao Grupo HC Energia, inclui provisões de 40.478 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 37.801 milhares de Euros) relativos a responsabilidades no âmbito da revisão do acordo colectivo de trabalho e 52.434 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 53.878 milhares de Euros) relativos a responsabilidades com pré-reformas anteriores a 31 de Dezembro de 2007.

Brasil	Expectativa de pagamentos			Total
	Pensões	Plano Médico	Outros	
2011	36.941	3.509	262	40.712
2012	40.710	3.769	153	44.632
2013	44.257	4.044	393	48.694
2014	48.797	4.305	153	53.255
2015	52.671	4.596	197	57.464
2016	57.450	4.877	343	62.670
2017	62.782	5.130	195	68.107
2018	68.209	5.430	281	73.920
2019	73.500	5.738	157	79.395
2020	79.312	6.062	156	85.530

Em 2010, as contribuições efectuadas para o Fundo de pensões ascenderam a 7.888 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 6.086 milhares de Euros) e foram realizadas integralmente em dinheiro.

Em 2010, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 15.372 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 11.806 milhares de Euros).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

As subsidiárias do Grupo EDP de Espanha, Brasil e Portugal que dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuam em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

No Brasil, a Escelsa e a Energest dispõem também de Planos de Assistência Médica para os reformados, suportados através de provisões contabilísticas, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	Dez 2010		Dez 2009	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Pressupostos				
Taxa de desconto	5,00%	10,75%	5,20%	11,20%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	9,5% (b)	4,00%	9,5% (b)
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	175	não aplicável	150	não aplicável
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01	RP-2000 Geracional	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01	RP-2000 Geracional
Tábua de invalidez	50%EKV 80	Wyatt 85 Class 1	50% EKV 80	Wyatt 85 Class 1
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	não aplicável	a)	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

(b) 9,5% no primeiro ano a decrescer para 5,5% em 8 anos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	Portugal 2010	Brasil 2010	Portugal 2009	Brasil 2009
Número de participantes				
Reformados e Pensionistas	18.205	1.918	18.300	856
Pessoal no activo	6.384	1.068	6.608	656
	24.589	2.986	24.908	1.512

A evolução do valor presente das obrigações para cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Cuidados Médicos					
Responsabilidades no fim do exercício	800.473	770.357	750.982	779.784	760.460
Valor da provisão no fim do exercício	800.473	770.357	750.982	779.784	760.460

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos em Portugal são apresentados como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	15.249	57.164	-4.160	-69.385	-9.693
	15.249	57.164	-4.160	-69.385	-9.693

Os ajustamentos de experiência (efeitos de diferenças entre os anteriores pressupostos actuariais e aquilo que realmente ocorreu) para as responsabilidades de cuidados médicos no Brasil são apresentados como segue:

	2010	2009	2008	2007	2006
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ajustamentos de experiência para as responsabilidades do Plano	-7.931	-9.771	2.717	1.542	-2.853
	-7.931	-9.771	2.717	1.542	-2.853

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios do Grupo EDP é analisada como segue:

	Dez 2010			Dez 2009		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do exercício	741.722	28.635	770.357	734.934	16.048	750.982
Custo dos serviços correntes	6.965	144	7.109	6.622	166	6.788
Custo dos juros	37.629	4.463	42.092	41.141	2.026	43.167
Redução de benefícios	-	-4.805	-4.805	-	-	-
Benefícios pagos	-37.885	-4.966	-42.851	-39.034	-3.871	-42.905
"Curtailments"/"Settlements"	1.916	-	1.916	1.736	-	1.736
(Ganhos) / Perdas actuariais	4.911	14.422	19.333	-6.338	8.817	2.479
Variação cambial	-	4.266	4.266	-	5.449	5.449
Outras variações / mútua	3.056	-	3.056	2.661	-	2.661
Responsabilidades no fim do período / exercício	758.314	42.159	800.473	741.722	28.635	770.357
Valor da provisão no fim do período / exercício	758.314	42.159	800.473	741.722	28.635	770.357

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Dez 2010			Dez 2009		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício						
Custo do serviço	6.965	145	7.110	6.622	166	6.788
Custo de juro	37.629	4.463	42.092	41.141	2.026	43.167
"Curtailment"	1.916	-	1.916	1.736	-	1.736
Custo líquido do exercício	46.510	4.608	51.118	49.499	2.192	51.691

A análise de sensibilidade para o Plano de Cuidados Médicos em Portugal é analisada como segue:

	Euro'000		
	Pressupostos Centrais	Pressuposto sensibilidade - inflação actos médicos	
		+1%	-1%
Responsabilidades no fim do exercício	758.314	811.605	714.388
Custo do exercício de 2011			
Custo dos serviços correntes	7.130	8.075	6.405
Custo dos juros	37.008	39.673	34.812
	44.138	47.748	41.217

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O Plano de Cuidados Médicos e Outros Benefícios no Brasil inclui responsabilidades no montante de 53.321 milhares de Euros, relativo a cuidados médicos, cuja análise de sensibilidade é apresentada como segue:

	Euro'000		
	Pressupostos Centrais	Pressuposto sensibilidade - inflação actos médicos	
		+1%	-1%
Responsabilidades no fim do exercício	53.231	59.527	47.908
Custo do exercício de 2011			
Custo dos serviços correntes	-	-	-
Custo dos juros	2.860	3.118	2.633
	<u>2.860</u>	<u>3.118</u>	<u>2.633</u>

36. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	92.406	94.520	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	108.480	28.561	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	230.308	221.302	21.867	18.637
	<u>431.194</u>	<u>344.383</u>	<u>21.867</u>	<u>18.637</u>

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Saldo no início do exercício	94.520	116.528	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-	-	-	-
Dotação do exercício	19.423	26.502	-	-
Redução da provisão	-16.676	-10.354	-	-
Utilização da provisão	-10.005	-65.551	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	5.144	27.395	-	-
Saldo no final do exercício	<u>92.406</u>	<u>94.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2010, o Grupo EDP procedeu à alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes no âmbito do PPA da Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. adquiridas em 2009. De acordo com a IFRS 3, qualquer ajustamento ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes ocorrido nos 12 meses posteriores a uma aquisição deve ser reflectido com efeito à data da transacção. Consequentemente, o Grupo procedeu à reexpressão do valor das Provisões para riscos e encargos em 1.628 milhares de Euros, com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Em 27 de Outubro de 2009 e 5 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP foi objecto de duas notas de liquidação ao lucro tributável do grupo fiscal EDP com referência aos anos de 2005 e 2006, as quais, incluem o efeito da correcção à matéria colectável da EDP Internacional SGPS no valor total de 591 milhões de Euros, nomeadamente quanto ao tratamento fiscal conferido a uma menos valia apurada na liquidação de uma filial sua, cujo principal activo consistia em partes de capital em filiais operacionais no Brasil, nomeadamente na Escelsa e na Enersul. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor da contingência fiscal associada à referida correcção ascende a 200,5 milhões de Euros.

Tendo por base a análise que efectuou e os pareceres técnicos que entretanto recolheu, incluindo a obtenção por parte das autoridades fiscais de um parecer vinculativo favorável quanto à natureza da operação em apreço no ano em que ocorreu a liquidação, o Grupo EDP considera como remoto o risco de perder a razão nos tribunais. No âmbito desta análise, a menos-valia apurada é fiscalmente dedutível em sede de IRC, ao abrigo do artigo 75º, nº 2 do Código do IRC na redacção em vigor à data.

Consequentemente, o Grupo EDP encontra-se a accionar todos os meios legais ao seu alcance para defender os seus interesses e dos seus accionistas, estando convicto de que lhe assiste toda a razão legal e fiscal, estando a decorrer o recurso ao processo gracioso. Em última instância, será desencadeado o processo judicial se se revelar necessário.

A rubrica de "Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências", no montante 92.406 milhares de Euros, inclui provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais no valor de 76.392 milhares de Euros.

As provisões para processos judiciais em curso contra subsidiárias do Grupo EDP, cujo montante ascende a 76.392 milhares de Euros (2009: 78.693 milhares de Euros) respeitam essencialmente a:

- i) Pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efectuados pelos consumidores industriais às subsidiárias brasileiras Bandeirante e Escelsa, no montante total de 18.207 milhares de Euros (2009: 15.607 milhares de Euros). Estes pedidos decorrem da aplicação das Portarias DNAEE n.º 38, de 27 de Fevereiro de 1986 e n.º 45, de 4 de Março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de Março a Novembro de 1986.
- ii) A C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma acção judicial contra a EDP, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta acção foi contestada pela EDP, tendo esta efectuado pedido reconvenicional de cerca de 11.200 milhares de Euros.
- iii) Existe um litígio com a C. M. do Seixal relativo a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública dos anos de 2004 e 2005, no valor de 3.172 milhares de Euros por ano, ascendendo no total a 6.344 milhares de Euros.
- iv) Os restantes processos judiciais em curso dizem, essencialmente, respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, por electrocussão, bem como por outros danos causados.

O saldo em aberto a 31 de Dezembro de 2010 relativo a processos fiscais inclui cerca de 9.564 milhares de Euros, relativos a impostos a devolver ao Estado Espanhol pela subsidiária Naturgas Distribución por deduções específicas efectuadas no País Basco, ao abrigo da Norma Foral 7/1996 de 4 de Julho. Esta norma determina que 45% dos valores referentes a investimentos em Activos Fixos novos efectuados por sujeitos passivos residentes no País Basco, poderiam ser deduzidos fiscalmente. A subsidiária aplicou as referidas deduções, tendo posteriormente, na sequência de um processo instaurado pelas Autoridades Comunitárias, sido emitida uma sentença judicial, segundo a qual, as entidades que efectuaram estas deduções teriam de as restituir ao Estado. A empresa continua a aguardar a emissão de sentença definitiva.

O movimento da **Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	28.561	14.993	-	-
Dotação do exercício	85.698	30.992	-	-
Redução da provisão	-680	-	-	-
Utilização da provisão	-14.366	-17.457	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	9.267	33	-	-
Saldo no final do exercício	108.480	28.561	-	-

A rubrica de "Provisão para garantias a clientes" no âmbito da actividade corrente, no montante 108.480 milhares de Euros (2009: 28.561 milhares de Euros), inclui, essencialmente, provisões para perdas comerciais.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	221.302	192.198	18.637	79.014
Variações do perímetro de consolidação	723	184	-	-
Dotação do exercício	29.024	34.828	7.927	187
Redução da provisão	-13.211	-7.283	-2.509	-57.190
Utilização da provisão	-7.218	-36.211	-1.425	-7.500
Outras variações e diferenças cambiais	-312	37.586	-763	4.126
Saldo no final do exercício	230.308	221.302	21.867	18.637

A 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base consolidada, no montante de 230.308 milhares de Euros (2009: 221.302 milhares de Euros), inclui as seguintes situações:

- i) O Grupo possui uma provisão, no valor de 22.136 milhares de Euros, para fazer face aos custos de desmantelamento da Central Nuclear de Trillo, que ocorrerão a partir do momento da paragem definitiva da central até à sua transferência para a Enresa, empresa que procederá ao seu desmantelamento.
- ii) Provisão para desmantelamento de parques eólicos no valor total de 53.156 milhares de Euros (2009: 63.956 milhares de Euros). Esta provisão foi constituída para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, sendo 28.813 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR NA, 23.703 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR EU e 640 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR Brasil.
- iii) No âmbito do enquadramento e das tendências sócio/económicas actuais e futuras aliadas às práticas do Grupo EDP em matéria de sustentabilidade e ambiente, o Grupo constitui provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores, cujo valor em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 11.392 milhares de Euros e 7.386 milhares de Euros para os parques electroprodutores térmicos sediados em Portugal e Espanha, respectivamente. Em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 (o) estas provisões são calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

37. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Credores de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	1.182.508	804.718	119.507	110.501
Fornecedores de imobilizado	805.531	901.417	2.414	7.217
Adiantamentos de clientes	86.935	29.500	43	43
Outros credores				
- Colaboradores	32.579	56.949	8.023	6.901
- Fornecimento de outros bens e serviços	150.703	193.914	20.354	9.777
- Rendas de concessão	16.729	15.822	-	-
- Valor a pagar à entidade reguladora do Brasil	26.710	11.988	-	-
- Valor a investir em pesquisa e desenvolvimento - Brasil	26.573	16.449	-	-
- Valores a pagar por transações de energia eléctrica no MIBEL	68.257	-	68.257	-
Créditos de empresas relacionadas	90.258	30.481	-	-
Valores a pagar da actividade regulada	87.517	40.159	-	-
Programa eficiência energética - Brasil	33.588	21.056	-	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	97.246	96.606	510	587
Instrumentos financeiros derivados	27.310	88.745	87.216	132.349
Subsídios e participações investimento imobilizado	1.407	1.322	-	-
Custos especializados relacionados com a actividade de gestão de energia	53.812	17.132	179.481	102.176
Custos especializados relacionados com a compra de energia (PRE)	134.118	143.280	-	-
Especialização de proveitos - comercialização de energia	24.572	20.395	-	-
Acréscimos de custos relacionados com parcela fixa da tarifa de uso de redes	30.464	72.140	-	-
Licenças de Emissão de CO ₂	170.919	341.446	-	-
Acréscimos de Custos - Subcontratos (EDPR NA)	52.775	22.841	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	3.769	92.446	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	173.831	1.056.236	-	-
Valores a pagar por défice tarifário - Espanha	55.009	65.231	-	-
Ajustamento tarifário a pagar	14.317	14.317	-	-
Credores - empresas do Grupo	-	-	467.188	621.941
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	234.754	710.113	-	-
Valores a pagar por aquisição de empresas	210.852	-	-	-
Outros credores e operações diversas	279.789	320.843	32.562	40.888
	4.172.832	5.185.546	985.555	1.032.380

Em 2010, o Grupo EDP procedeu à alocação definitiva do custo de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes no âmbito do PPA da Bon Vent de L'Ébre, Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO, Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. adquiridas em 2009. De acordo com a IFRS 3, qualquer ajustamento ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes ocorrido nos 12 meses posteriores a uma aquisição deve ser reflectido com efeito à data da transacção. Consequentemente, o Grupo procedeu à reexpressão do valor dos Credores e outros passivos - Médio/Longo prazo e Curto prazo em -2.508 milhares de Euros e 14.039 milhares de Euros, respectivamente, com referência a 31 de Dezembro de 2009.

A rubrica "Credores - empresas do Grupo" nas contas individuais, inclui 99.506 milhares de Euros (2009: 558.061 milhares de Euros) relativos a financiamentos obtidos pela EDP, S.A. Sucursal em Espanha através da EDP Finance BV e ainda 170.387 milhares de Euros, 55.398 milhares de Euros e 84.492 milhares de Euros, respeitantes a financiamentos obtidos junto da EDP Renováveis, EDP Renewables Europe e Naturgas Energia Grupo, S.A., respectivamente (ver nota 43).

Na rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - curto prazo, conforme referido na política contabilística 2 b), o Grupo regista as responsabilidades decorrentes de "written put options" relativas a participações detidas por interesses minoritários em subsidiárias do Grupo EDP, na data de aquisição ou numa data subsequente como uma aquisição antecipada desses interesses minoritários, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade de exercício das opções. A 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários incluem a opção de venda da Caja Madrid à EDPR EU de 20% do capital da Genesa no montante de 234.754 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 303.722 milhares de Euros) equivalente a 20% do "equity value" da Genesa. A opção foi exercida pela Caja Madrid no período de exercício;

- O período de exercício decorre de 1 de Janeiro de 2010 a 2011, inclusive.
- O contrato engloba o total das acções detidas pela Caja Madrid na Genesa (20%).
- O preço de exercício resultará do valor de mercado determinado com base em acordo de accionistas.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 encontrava-se ainda em curso o processo de avaliação que, nos termos do contrato, servirá de base à determinação do preço de exercício desta "put option".

Em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários incluía também a opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC Energia de 30,4% da participação na Naturgás no montante de 406.391 milhares de Euros.

A rubrica de licenças de emissão de CO₂ inclui os montantes de 89.398 milhares de Euros de licenças atribuídas em Portugal, a devolver ao Instituto do Ambiente e 81.521 milhares de Euros relativos ao Grupo HC Energia em Espanha, referentes aos consumos de CO₂ efectuados durante o ano.

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:				
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	11.062	10.893	11.062	10.893
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	32.859	37.670	3	3
Créditos de empresas associadas	144.554	121.006	-	-
Fornecedores de imobilizado	10.056	6.789	1.791	1.888
Subsídios e participações de investimento imobilizado	563.477	413.897	-	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	123.492	101.622	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	61.557	88.479	-	-
Contratos de venda de energia - EDPR NA	71.991	97.951	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	377.508	381.278	-	-
Passivos com parcerias institucionais nos parques eólicos nos EUA	1.644.048	1.353.612	-	-
Valores a pagar por concessões	265.341	235.903	-	-
Instrumentos financeiros derivados	169.383	178.628	-	773
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	3.207.855	2.809.277
Valores a pagar por aquisição de empresas	210.859	21.230	-	-
Valores a pagar por <i>success fees</i> relacionados com a aquisição de empresas	76.621	53.034	-	-
Outros credores e operações diversas	57.009	50.753	2.003	1.907
	3.819.817	3.152.745	3.222.714	2.824.741

As rubricas "Proveitos Diferidos - CMEC" corrente e não corrente incluem o montante de 381.277 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 473.724 milhares de Euros) referentes ao valor inicial do CMEC (833.467 milhares de Euros) deduzidos das amortizações do CMEC inicial dos exercícios de 2007 a 2010 e acrescido da rubrica de custos financeiros (20.274 milhares de Euros em 2010) conforme referido na nota 14.

Os montantes registados na rubrica "Subsídios e participações para investimento em imobilizado" corrente e não corrente correspondem ao valor das participações dos clientes para investimento do Grupo, sendo amortizadas através do reconhecimento de um proveito em resultados pelo período de vida útil do activo a que estão relacionadas (ver nota 12).

Na rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários - médio / longo prazo a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo regista as responsabilidades com opções sobre interesses minoritários. Esta rubrica inclui a opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia no montante de 84.149 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 100.812 milhares de Euros) e a opção de venda da Energia in Natura à EDPR EU de 15% do capital da EDPR Italia no montante de 36.494 milhares de Euros.

No seguimento da decisão da Ente Vasco de la Energia de exercer a opção de venda que detinha sobre a Naturgas, foi assinado em 28 de Julho de 2010 um acordo entre a EVE e a HC Energia que prevê os termos do exercício desta opção, nomeadamente, (i) compra pela HC Energia à EVE de 29,43% do capital social da Naturgas, (ii) a HC Energia passa a ter a opção de comprar à EVE a remanescente participação de 5% no capital da Naturgas entre 1 de Junho de 2016 e 1 de Junho de 2018, a um preço com fórmula de cálculo pré-definida e em função da expectativa de dividendos futuros a serem distribuídos pela Naturgas e (iii) alteração do acordo acionista HC Energia/EVE, com o envolvimento da EVE na gestão estratégica da Naturgas a ser ajustado em conformidade com a sua participação acionista. Em resultado do referido acordo, em 31 de Dezembro de 2010, as rubricas valores a pagar por aquisição de empresas - Corrente e Não corrente incluem os montantes de 210.852 milhares de Euros e de 210.859 milhares de Euros, respectivamente.

No momento da aquisição da EDPR NA, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de USD, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica "Contratos de venda de energia - EDPR NA", que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos de exploração (ver nota 7).

A rubrica "Valores a pagar por concessões" no médio/longo prazo, regista o valor a pagar pelos direitos de concessão da exploração do domínio hídrico das centrais de Alqueva e Pedrógão cedidos pela EDIA no valor de 168.049 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2010 (31 de Dezembro de 2009: 154.301 milhares de Euros) e à compensação financeira por usufruto do bem público relativos aos contratos de concessão das empresas Investco, S.A. e Enerpeixe, S.A. no Brasil no valor de 97.292 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2010 (31 de Dezembro de 2009: 81.602 milhares de Euros).

O justo valor da carteira de investimentos financeiros derivados, cujos montantes registados como outros Credores e passivos correntes e não correntes ascendem a 27.310 milhares de Euros e 169.383 milhares de Euros respectivamente, inclui as carteiras de negociação e de cobertura (ver nota 40).

A rubrica "Valores a pagar por *Success Fees* relacionados com a aquisição de empresas" corresponde ao preço contingente a pagar pela aquisição do Relax Wind Group, EDP Renováveis Roménia, Greenwind, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Elebrás.

A rubrica "Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)" não corrente nas contas individuais, no montante de 3.207.855 milhares de Euros, corresponde ao financiamento obtido através da EDP Finance B.V. e concedido à EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España, no âmbito da operação de aquisição da Horizon e para financiamento do plano de investimentos do Grupo EDP Renováveis.

A rubrica "Valores a pagar por desvios tarifários a pagar — Portugal" corrente e não corrente, no montante de 173.831 milhares de Euros e 61.557 milhares de Euros, respectivamente (2009: 1.056.236 milhares de Euros em corrente e 88.479 milhares de Euros em não corrente), respeitam ao desvio tarifário (ver nota 3) do sistema eléctrico português em 2009 e 2010 para as empresas reguladas em Portugal.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

O movimento do exercício na rubrica "Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente)" é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	300.073	-
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-315.995	-
Constituição do desvio de 2008	-	34.144
Desvio tarifário do exercício	-	1.109.252
Encargos financeiros	15.922	1.319
Transferência da parcela de não corrente para corrente	1.056.236	-1.056.236
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>1.056.236</u>	<u>88.479</u>
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-1.080.476	-
Constituição do desvio de 2009	14.378	-
Desvio tarifário do exercício	69.480	61.557
Encargos financeiros	25.734	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	88.479	-88.479
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>173.831</u>	<u>61.557</u>

A rubrica Passivos com investidores institucionais em parceria societário nos parques eólicos nos EUA é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Proveitos diferidos relacionados com os benefícios previstos	635.271	433.763
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	1.008.777	919.849
	<u>1.644.048</u>	<u>1.353.612</u>

A subsidiária EDPR NA regista os recebimentos de investidores institucionais associados aos projectos eólicos como passivos não correntes na rubrica "Passivos com parcerias institucionais" nos parques eólicos nos EUA's". Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais atribuídos e pagamentos realizados aos investidores institucionais durante o período. O valor de benefícios fiscais atribuídos é registado como um proveito diferido não corrente, reconhecido durante o período de vida útil de 20 anos dos projectos relacionados (ver nota 7). Adicionalmente este passivo é aumentado pelo registo da estimativa do juro calculado com base no valor do passivo e a taxa de retorno esperada pelos investidores institucionais (ver nota 14).

Em 2010, O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDPR NA, obteve 141 milhões de dólares (aproximadamente 106 milhões de euros) de financiamento de capital institucional da Wells Fargo Vento Holdings LLC ("Wells Fargo") em troca de uma participação no portfólio da Vento III, 99 milhões de dólares (aproximadamente 75 milhões de Euros) em troca de uma participação no portfólio da Vento VIII e 85 milhões de dólares (aproximadamente 64 milhões de Euros) por uma participação no portfólio da Vento VII.

38. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	149.183	599.032	-	483.912
- Retenções na fonte	59.045	40.186	234	277
- Contribuições para a Segurança Social	10.183	9.982	19	20
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	62.531	42.344	935	385
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	78.846	57.179	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	49.309	41.402	-	-
- Outras tributações	143.259	137.881	-	-
	<u>552.356</u>	<u>928.006</u>	<u>1.188</u>	<u>484.594</u>

A rubrica Outras tributações a 31 de Dezembro de 2010 inclui essencialmente tributações externas relativas aos grupos HC Energia e Naturgás com 51.196 milhares de Euros e 35.140 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2009: 44.225 milhares de Euros no Grupo HC Energia e 31.671 milhares de Euros no Grupo Naturgás) e do Grupo Energia do Brasil, no montante de 51.364 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 55.347 milhares de Euros).

39. Activos e Passivos detidos para venda

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea 2 u).

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Activos detidos para venda				
Equipamento básico associado à rede de transporte de electricidade - Hidroantabrico	30.952	-	-	-
	<u>30.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2010, o Grupo EDP reclassificou para Activos detidos para venda as linhas eléctricas e subestações pertencentes à Hidroantabrico em resultado da obrigação legal de venda dos activos de transporte de electricidade à Red Eléctrica de España ("REE"). No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo EDP celebrou um contrato de venda destes activos à REE pelo montante de 57,8 milhões de Euros, estando o reconhecimento de venda pendente da aprovação por parte da Comissão Nacional de la Competencia.

40. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment hedge").

Em 2010, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo valor		Nacional			Total Euro'000
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-1.074	-	59.627	-	59.627
	-	-1.074	-	59.627	-	59.627
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")						
"Swaps" taxa de juro	86.470	-	750.000	1.250.000	-	2.000.000
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-64.492	-	-	730.313	730.313
	86.470	-64.492	750.000	1.250.000	730.313	2.730.313
Cobertura de fluxos de caixa ("Cashflow hedge")						
"Swaps" de matérias-primas	48.337	-7.750	690.479	57.968	-	748.447
"Swaps" taxa de juro	328	-26.962	106.102	169.197	288.748	564.047
"Forwards" de moeda	2.143	-36.203	476.597	253.468	-	730.065
	50.808	-70.915	1.273.178	480.633	288.748	2.042.559
Negociação						
"Swaps" de matérias-primas	30.431	-4.789	2.261.956	269	-	2.262.225
"Swaps" de taxa de juro	28.188	-28.411	489.976	-	845.683	1.335.659
"Swaps" de taxa de juro e moeda	13.299	-5.335	-	23.450	92.039	115.489
"Forwards" de moeda	3.580	-10.787	228.834	48.100	-	276.934
"Forwards" de matérias-primas	9.847	-10.367	735.631	-	-	735.631
Futuros OMIP	430	-523	77.852	-	-	77.852
	85.775	-60.212	3.794.249	71.819	937.722	4.803.790
	223.053	-196.693	5.817.427	1.862.079	1.956.783	9.636.289

Em 2009, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo valor		Nacional			Total Euro'000
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	663	-94	-	-	75.098	75.098
	663	-94	-	-	75.098	75.098
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")						
"Swaps" taxa de juro	82.347	-	-	1.000.000	-	1.000.000
"Swaps" de taxa de juro e moeda	34.388	-143.821	-	-	730.313	730.313
	116.735	-143.821	-	1.000.000	730.313	1.730.313
Cobertura de fluxos de caixa ("Cashflow hedge")						
"Swaps" de matérias-primas	85.261	-465	566.141	56.018	-	622.159
"Swaps" taxa de juro	96	-23.721	35.355	215.156	216.988	467.499
"Forwards" de moeda	1.805	-23.236	319.364	442.444	-	761.808
	87.162	-47.422	920.860	713.618	216.988	1.851.466
Negociação						
"Swaps" de matérias-primas	30.317	-1.634	1.009.027	8.372	-	1.017.399
"Swaps" de taxa de juro	29.495	-23.240	9.082	-	837.532	846.614
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-8.603	-	27.003	-	27.003
"Forwards" de moeda	2.672	-27.191	480.337	132.959	-	613.296
"Forwards" de matérias-primas	8.755	-10.989	82.926	-	-	82.926
Opções compradas e vendidas	-	-1.157	-	-	-	-
Futuros OMIP	512	-3.222	487.695	34.374	-	522.069
	71.751	-76.036	2.069.067	202.708	837.532	3.109.307
	276.311	-267.373	2.989.927	1.916.326	1.859.931	6.766.184

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Devedores e outros activos (ver nota 25) e Credores e outros passivos (ver nota 37) consoante a sua natureza.

A valorização dos derivados é baseada em cotações indicadas por entidades externas. Estas entidades utilizam informação de mercados e técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros geralmente aceites.

Os Instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo EDP (ver nota 4) mas que não são elegíveis nos termos das IFRS para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2010		2009	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
- "Fair value"	"Swaps" de taxa de juro	Tx juro	-17.553	17.553	-2.286	2.286
- "Fair value"	"Swaps" de taxa de juro de moeda	Tx juro e tx câmbio	49.210	-49.210	26.547	-26.547
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Tx juro	-3.009	-	-3.242	-
- "Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Tx câmbio	-12.629	-	-29.177	-
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de matérias-primas	Preço de matérias	-44.209	-	79.498	-
			<u>-28.190</u>	<u>-31.657</u>	<u>71.340</u>	<u>-24.261</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associados às coberturas de fluxos de caixa:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo inicial	80.444	-54.653
Variação de justo valor	-59.847	47.079
Transferência para resultados	24.583	88.018
Saldo final	<u>45.180</u>	<u>80.444</u>

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados do exercício de 2010 e 2009, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	-20.614	34.123	113.201	-10.474
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")				
- Derivados	31.657	24.261	-28.596	-2.852
- Passivo coberto	-31.657	-24.261	28.596	2.852
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedge")				
- Transferência para resultados	-24.583	-88.018	27.094	-42.505
- Ineficácia	44	977	44	977
	<u>-45.153</u>	<u>-52.918</u>	<u>140.339</u>	<u>-52.002</u>

Em 2010, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Valor Nominal	Moeda	Grupo	
			EDP Paga	EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:				
"Swaps" de taxa de juro	3.054.878	EUR	[5,01% - 0,49%]	[5,88% - 0,49%]
"Swaps" de taxa de juro	735.658	USD	[5,82% - 2,09%]	0,46%
"Swaps" de taxa de juro	109.170	PLN	5,41%	1,00%
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:				
CIRS ("currency interest rate swaps")	730.313	EUR / GBP	[4,88% - 2,53%]	[8,63% - 6,63%]
CIRS ("currency interest rate swaps")	6.069	USD / BRL	[12,66% - 11,14%]	4,68%
CIRS ("currency interest rate swaps")	92.039	USD / JPY	6,80%	3,11%
CIRS ("currency interest rate swaps")	77.008	EUR / PLN	[2,96% - 2,86%]	1,01%
Contratos de taxa de câmbio:				
"Forwards" de moeda	244.724	BRL / USD		

Em 2009, as taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Valor Nominal	Moeda	Grupo	
			EDP Paga	EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:				
"Swaps" de taxa de juro	2.314.113	EUR	[5,01% - 0,19%]	[5,88% - 0,71%]
"Swaps" de taxa de juro	246.614	USD	[5,82% - 2,09%]	0,43%
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:				
CIRS ("currency interest rate swaps")	730.313	EUR / GBP	[4,74% - 2,51%]	[8,63% - 6,63%]
CIRS ("currency interest rate swaps")	27.004	USD / BRL	[10,25% - 9,44%]	4,86%
CIRS ("currency interest rate swaps")	75.098	USD / JPY	6,84%	3,11%
Contratos de taxa de câmbio:				
"Forwards" de moeda	226.989	BRL / USD		

41. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDP que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
EDP, S.A.	381.332	396.175	381.332	396.175
Grupo Hidrocontábrico	36.271	36.858	-	-
Grupo Brasil	13.244	46.587	-	-
Grupo EDP Renováveis	24.999	9.465	-	-
Outras	3.711	3.720	-	-
	<u>459.557</u>	<u>492.805</u>	<u>381.332</u>	<u>396.175</u>
Garantias de carácter operacional				
EDP, S.A.	911.218	829.891	911.218	829.891
Grupo Hidrocontábrico	348.543	324.839	-	-
Grupo Brasil	120.663	102.732	-	-
Grupo EDP Renováveis	1.893.862	1.613.885	-	-
Outras (Portugal)	32.280	25.191	-	-
	<u>3.306.566</u>	<u>2.896.538</u>	<u>911.218</u>	<u>829.891</u>
Total	<u>3.766.123</u>	<u>3.389.343</u>	<u>1.292.550</u>	<u>1.226.066</u>
Garantias reais	<u>13.335</u>	<u>12.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, 358.631 milhares de Euros e 452.063 milhares de Euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados por empresas do Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroelétricas, as quais totalizam 320.287 milhares de Euros em Dezembro de 2010, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 120.404 milhares de Euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, 553.274 milhares de Euros e 439.030 milhares de Euros dizem respeito a garantias prestadas aos operadores de mercado, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia.

Adicionalmente, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 862.625 milhares de Euros e 716.429 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vincendas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram no Balanço) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Dez 2010				
	Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	21.455.155	3.446.010	5.684.521	5.209.027	7.115.597
Rendas vincendas de locações financeiras	7.572	3.003	4.006	563	-
Responsabilidades com locações operacionais	786.941	48.044	88.283	86.720	563.894
Obrigações de compra	46.402.428	5.691.622	9.597.757	6.865.314	24.247.735
Outros passivos de longo prazo	3.141.480	325.959	583.033	690.677	1.541.811
	<u>71.793.576</u>	<u>9.514.638</u>	<u>15.957.600</u>	<u>12.852.301</u>	<u>33.469.037</u>
	Dez 2009				
	Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	19.905.950	3.145.007	3.679.269	5.477.719	7.603.955
Rendas vincendas de locações financeiras	7.178	2.957	3.862	359	-
Responsabilidades com locações operacionais	476.479	36.143	61.991	54.383	323.962
Obrigações de compra	40.463.940	4.762.822	7.578.651	5.990.735	22.131.732
Outros passivos de longo prazo	2.510.646	243.036	498.702	485.940	1.282.968
	<u>63.364.193</u>	<u>8.189.965</u>	<u>11.822.475</u>	<u>12.009.136</u>	<u>31.342.617</u>

Os compromissos contratuais do Grupo referidos nos quadros acima reflectem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da actividade operacional da empresa. Mais especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que o Grupo consiga cumprir os seus objectivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes na Europa, Estados Unidos da América e no Brasil.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos e respectivos juros vincendos, contraídos pelo Grupo junto de entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando as taxas de juro em vigor à data de encerramento do exercício.

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os activos fixos tangíveis cuja aquisição pelo Grupo foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados com planos de reestruturação ocorridos em exercícios anteriores, bem como com responsabilidades assumidas pelo Grupo relativas aos planos de pensões e cuidados médicos e outros benefícios, classificados como provisões no balanço consolidado (ver nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades/direitos relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais do Grupo EDP são as seguintes:

- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia exercível até 31 de Dezembro de 2025;
- Opção de venda da Caja Madrid à EDP Renewables Europe, S.A. relativa a 20% da sua participada Genesa. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 2011. O preço de exercício resultará do valor de mercado determinado com base em acordo de accionistas. A opção foi exercida pela Caja Madrid no decorrer de 2010;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma "call option" sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma "call option" sobre as participações detidas pela Cajastur nas empresas "Sauvageons", "Le Mee" e "Petite Peèce" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Corbera e Vilalba;
- A EDP detém, através da sua subsidiária Santa Quitéria Energia, S.L.U (denominada anteriormente por Veinco Energia Limpia, S.L.), uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L. Esta opção é exercível até 18 de Abril de 2014;
- O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDP - Energias do Brasil, adquiriu uma participação de 3,16% na Denerge no âmbito da operação de permuta de participações, realizada em Agosto de 2008 com o Grupo Rede. O contrato de aquisição desta participação inclui uma cláusula de opção que permite a troca das acções da Denerge por acções do Grupo Rede, a subscrever no âmbito de uma possível oferta pública de subscrição ou por uma participação equivalente em acções preferenciais da Rede Energia S.A. ao preço unitário de 5,68 BRL;
- A Soporcel detém uma opção de compra relativamente à participação detida pela EDP, exercível em 30 de Setembro de 2015, cujo preço de exercício corresponde a 5 Euros, a ser liquidado na proporção da participação detida pela Alstom Portugal, S.A. e EDP Produção, S.A.;
- A Soporcel detém uma opção de compra relativamente à participação detida pela EDP Produção, S.A. na Soporgen. Esta opção é exercível a qualquer momento até 31 de Dezembro de 2014. O preço de exercício é fixo dependendo da data de exercício da opção;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma opção de compra dos restantes 15% do capital social da EDP Renewables Italia, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 15% do capital social da EDP Renewables Italia, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação. O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:
 - quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
 - quando a EDP Renewables Italia conseguir construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galilea and Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.A., uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de Euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., uma opção de compra de 2,67% do capital social da Greenvouga e respectivas prestações acessórias sobre a Martifer Renewables, S.A. a ser exercida a qualquer momento. Por outro lado, a Martifer Renewables, S.A., detém uma opção de venda de 2,67% do capital social da Greenvouga e respectivas prestações acessórias sobre a EDP - Gestão da Produção da Energia, S.A. que apenas pode ser exercida no prazo de um ano contado da data da emissão da licença de exploração. Os preços das acções e o preço das prestações acessórias, em caso de exercício, das opções referidas corresponde aos respectivos valores nominais acrescido de uma componente de capital eventual no montante de 1.750 milhares de Euros.

42. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options" nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

Actualmente existem, no Grupo EDP, três planos de opções de compra de acções os quais são analisados como segue: i) Plano do Conselho de Administração do Grupo EDP aprovado em 1999, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções; ii) Plano dos Conselhos de Administração e do "Management" das subsidiárias do Grupo EDP, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções; e iii) Plano do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005. As opções atribuídas no âmbito deste último plano podem ser exercidas até um máximo de 1/3 em cada um dos três exercícios subsequentes a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final do oitavo exercício subsequente à data de atribuição caducam.

O preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção de sete anos, nos dois primeiros planos, e de oito anos no terceiro plano.

As opções são atribuídas pela Comissão de Vencimentos do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio do exercício ponderado
Saldo em 31 de Dezembro 2008	1.117.485	2,21
Opções exercidas	105.088	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro 2009	1.012.397	2,21
Opções exercidas	406.920	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	605.477	2,22

A informação sobre "stock options" relativas ao exercício de 2010 é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contratual em falta	Opções exercíveis	Justo Valor das Opções Euro'000
605.477	2,22	2,94	605.477	438.389

No exercício de 2010 não foi reconhecido qualquer custo associado aos planos de "stock options", na medida em que o custo relativo aos serviços prestados das opções atribuídas já foi reconhecido em resultados de exercícios anteriores.

O Grupo EDP distribuiu, no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, um conjunto de acções próprias a colaboradores (744.935 acções) cujo o montante total ascende a 2.118 milhares de Euros.

43. Partes relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da EDP — Energias de Portugal, S.A., é a seguinte:

	N.º Acções	% Capital	% Voto
Grupo Parpública	915.977.598	25,05%	24,09%
Iberdrola - Participações, SGPS, S.A.	248.437.516	6,79%	5,00%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	23.365.116	0,64%	0,61%
Grupo Caja de Ahorros de Astúrias	183.257.513	5,01%	5,00%
José de Mello - SGPS, S.A.	176.340.958	4,82%	4,82%
Senfora, SARL	148.431.999	4,06%	4,06%
Grupo Millennium BCP e Fundo de Pensões	123.241.223	3,37%	3,37%
Grupo Banco Espírito Santo	99.173.971	2,71%	2,71%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,23%
Norges Bank	97.247.888	2,66%	2,66%
Grupo EDP (Acções próprias)	33.324.941	0,91%	
Restantes Accionistas	1.526.025.916	41,75%	
	3.656.537.715	100,0%	

O número de acções da EDP, S.A, detidas pelos membros de Órgãos Sociais durante os exercícios de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009
	N.º Acções	N.º Acções
Conselho Geral e de Supervisão		
Alberto João Coraceiro de Castro	4.578	4.578
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	40.000	40.000
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	260	260
Eduardo Almeida Catroga	1.375	1.375
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	6.622	6.622
Rui Eduardo Rodrigues Pena	1.445	1.445
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	3.465	3.465
	57.745	57.745
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	31.000	1.000
António Fernando Melo Martins da Costa	13.299	13.299
António Manuel Barreto Pita de Abreu	34.549	34.549
João Manuel Manso Neto	1.268	1.268
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	62.497	12.497
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	80.000	50.000
	222.613	112.613

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos as remunerações dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, à excepção das remunerações fixas e variáveis dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral de Supervisão.

Durante o exercício de 2010, o custo com as remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) e aos membros do Conselho Geral de Supervisão (CGS), foram as seguintes:

	CAE Euro'000	CGS Euro'000
Presidente	1.055	639
Vogais	5.287	870
	6.342	1.509

As remunerações atribuídas ao CAE incluem a componente variável anual, no montante de 2.007 milhares de Euros, conforme a política de remunerações definida pela Comissão de vencimentos do CGS.

Durante o exercício os custos com a remuneração do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 180.000 Euros.

Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de Grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Saldos e transacções com empresas do Grupo e Associadas

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2010, em base Individual e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Créditos Devidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
Balwerk	4.330	265.000	10.466	279.796
EDP Produção Bioelétrica	-	12.458	90	12.548
EDP Gestão da Produção	49.966	3.668.964	252.335	3.971.265
EDP Distribuição	218.007	1.599.125	124.990	1.942.122
EDP Comercial	32.156	54.551	35.957	122.664
EDP Finance BV	-	190.195	725.833	916.028
EDP Gás.Com	-	-	13.342	13.342
EDP Imobiliária e Participações	3.272	175.298	413	178.983
EDP Inovação	2.662	7.071	844	10.577
EDP Soluções Comerciais	-	-	6.588	6.588
EDP Renováveis	-	-	161.909	161.909
EDP Renewables Europe	-	-	8.162	8.162
EDP Serviço Universal	-	-	3.922	3.922
EDP Gás - SGPS	9.458	107.400	1.260	118.118
EDP Valor	-	-	4.743	4.743
EDP Energias do Brasil	-	-	10.643	10.643
Electrica Ribera del Ebro	-	-	813	813
Sávida	-	-	715	715
Energin	-	-	911	911
Hidrocantábrico Energia	-	-	1.512	1.512
HDC Gestion de Energia	-	14.433	-	14.433
Hidroeléctrica del Cantábrico	1.841	131.313	7.371	140.525
EDP Internacional	2.295	1.349	749	4.393
Naturgas Comercializadora	-	-	4.226	4.226
Naturgas Energia Servicios	-	-	2.968	2.968
EDP Investimentos	1.137	15.000	538	16.675
Pebble Hydro	-	-	4.793	4.793
Portgás	-	-	1.168	1.168
Outras	25	-	7.364	7.389
	325.149	6.242.157	1.394.625	7.961.931

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, em base Individual e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Créditos Devidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
Balwerk	17.741	265.000	1.604	284.345
EDP Produção Bioelétrica	-	13.045	94	13.139
EDP Gestão da Produção	2.459	3.693.962	213.626	3.910.047
EDP Energias do Brasil	-	-	14.947	14.947
EDP Distribuição	3.960	628.125	120.967	753.052
EDP Comercial	115.409	-	50.365	165.774
EDP Finance BV	-	15.183	1.190	16.373
EDP Gás.Com	-	-	3.902	3.902
EDP Imobiliária e Participações	4.349	206.622	505	211.476
EDP Inovação	3.893	2.545	269	6.707
EDP Soluções Comerciais	-	-	22.828	22.828
EDP Renováveis	-	-	17.016	17.016
EDP Serviço Universal	-	-	254.574	254.574
EDP Gás - SGPS	35.944	47.452	1.115	84.511
EDP Valor	-	-	13.837	13.837
Electrica Ribera del Ebro	-	-	8.443	8.443
Energin	-	-	1.135	1.135
EDP Renováveis Portugal S.A.	-	-	1.177	1.177
HDC Gestion de Energia	-	303.139	-	303.139
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	55.616	32.082	87.698
EDP Internacional	1.007	1.047	336	2.390
Labelec	-	-	2.138	2.138
EDP Investimentos	-	17.000	976	17.976
Soporgen	-	-	877	877
Outras	-	-	5.910	5.910
	184.762	5.248.736	769.913	6.203.411

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2010, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Euro'000	Obtidos Euro'000	Detidos Euro'000	
EDP Gestão da Produção	-	-	168.342	168.342
EDP Distribuição	-	-	45.341	45.341
EDP Comercial	-	-	1.548	1.548
EDP Estudos e Consultoria	6.624	-	6.220	12.844
EDP Finance BV	-	3.274.969	44.458	3.319.427
EDP Gás.Com	-	-	4.286	4.286
EDP Imobiliária e Participações	-	-	2.731	2.731
EDP Inovação	-	-	4.981	4.981
EDP Soluções Comerciais	19.581	-	817	20.398
EDP Renováveis	-	170.387	-	170.387
EDP Renewables Europe	-	55.398	-	55.398
EDP Serviner	1.051	-	231	1.282
EDP Serviço Universal	-	-	230.712	230.712
EDP Valor	18.082	-	1.863	19.945
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	11.220	11.220
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	4.818	4.818
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	5	32.071	32.076
Hidrocontábrico Energia	-	-	2.992	2.992
Labelec	499	-	672	1.171
Naturgás	-	84.492	-	84.492
Naturgas Comercializadora	-	-	2.513	2.513
EDP Gás III SGPS	62.488	-	277	62.765
ENERGIN	-	-	1.030	1.030
Soporgen	-	-	1.074	1.074
OPTEP	-	-	910	910
Sávida	13.816	-	361	14.177
Outras	100	1	1.770	1.871
	122.241	3.585.252	571.238	4.278.731

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Euro'000	Obtidos Euro'000	Detidos Euro'000	
EDP Gestão da Produção	-	-	102.718	102.718
EDP Distribuição	-	-	16.041	16.041
EDP Comercial	-	-	6.354	6.354
EDP Estudos e Consultoria	3.284	-	6.562	9.846
EDP Finance BV	-	3.337.359	36.740	3.374.099
EDP Imobiliária e Participações	-	-	6.402	6.402
EDP Inovação	-	-	4.599	4.599
EDP Soluções Comerciais	38.123	-	-	38.123
EDP Renováveis	-	37.690	-	37.690
EDP Serviner	1.304	-	24	1.328
EDP Valor	31.308	-	792	32.100
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	28.933	28.933
Energim	-	-	2.446	2.446
Hidrocontábrico Energia	-	-	1.219	1.219
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	1.143	1.143
Hidroeléctrica del Cantábrico	4.604	-	16.545	21.149
Labelec	3.707	-	286	3.993
Naturgás	-	4.636	-	4.636
EDP Renewables Europe	-	21.554	11.377	32.931
EDP Gás III SGPS	62.147	-	381	62.528
EDP Investimentos	1.919	-	-	1.919
Sávida	12.163	-	2	12.165
Soporgen	-	-	1.507	1.507
Outras	-	-	704	704
	158.559	3.401.239	244.775	3.804.573

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As **transacções** em rubricas de custos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2010, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Gestão da Produção	43	-	902.490	902.533
EDP Distribuição	-	-	10.465	10.465
EDP Estudos e Consultoria	22	-	20.248	20.270
EDP Finance BV	-	183.957	12.066	196.023
EDP Gás.Com	-	-	8.476	8.476
EDP Inovação	-	-	4.081	4.081
EDP Renováveis	-	440	3.324	3.764
EDP Renewables Europe	-	-	12.518	12.518
EDP Valor	102	-	4.454	4.556
Electrica Ribera del Ebro	-	-	27.013	27.013
Hidrocantábrico Energia	-	-	7.124	7.124
Hidrocantábrico Serviços	-	-	1.021	1.021
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	32.360	32.360
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	62.375	62.375
Naturgas Comercializadora, S.A.	-	-	2.513	2.513
Outras	236	552	2.669	3.457
	403	184.949	1.113.197	1.298.549

As **transacções** em rubricas de custos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Custos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
EDP Gestão da Produção	52	-	924.086	924.138
EDP Distribuição	1.398	-	8.642	10.040
EDP Estudos e Consultoria	22	-	20.098	20.120
EDP Finance BV	-	168.347	99.216	267.563
EDP Gás.Com	-	-	1.700	1.700
EDP Imobiliária e Participações	-	-	922	922
EDP Inovação	19	-	3.447	3.466
EDP Soluções Comerciais	781	-	180	961
EDP Renováveis	-	257	77.813	78.070
EDP Valor	217	-	5.405	5.622
Electrica Ribera del Ebro	-	-	44.890	44.890
Hidrocantábrico Energia	-	-	13.806	13.806
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	7.130	7.130
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	47.934	47.934
Naturgás	-	850	-	850
EDP Renewables Europe	-	-	24.857	24.857
Outras	109	131	1.446	1.686
	2.598	169.585	1.281.572	1.453.755

As **transações** em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2010, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
Balwerk	135	7.375	71	7.581
EDP Gestão da Produção	2.007	206.868	44.975	253.850
EDP Energias do Brasil	-	-	5.595	5.595
EDP Distribuição	7.245	39.861	37.810	84.916
EDP Comercial	677	1.410	390.304	392.391
EDP Gás.Com	-	-	63.070	63.070
EDP Imobiliária e Participações	21	4.950	323	5.294
EDP Inovação	17	312	392	721
EDP Soluções Comerciais	134	-	26.588	26.722
EDP Renováveis	-	-	155.083	155.083
EDP Renewables Europe	-	-	18.233	18.233
EDP Serviço Universal	-	-	11.165	11.165
EDP Gás - SGPS	295	3.840	1.887	6.022
EDP Valor	-	-	8.167	8.167
EDP Finance BV	-	149	643	792
Electrica Ribera del Ebro	-	-	19.946	19.946
Hidrocantábrico Distribución Eléctrica S.A.U.	-	-	2.123	2.123
Hidrocantábrico Energia	-	-	2.395	2.395
HC Soluciones Comerciales	-	-	2.000	2.000
HDC Gestión de Energia	-	3.317	291	3.608
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	1.060	1.060
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	43.429	43.429
Naturgas Energía Servicios	-	-	3.344	3.344
Naturgas Comercializadora	-	-	4.221	4.221
Outras	43	861	8.359	9.263
	<u>10.574</u>	<u>268.943</u>	<u>851.474</u>	<u>1.130.991</u>

As **transações** em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Proveitos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
2007 Vento I LLC	-	-	743	743
Balwerk	54	9.646	144	9.844
EDP Produção Bioeléctrica	-	466	1	467
EDP Gestão da Produção	1.863	194.523	128.129	324.515
EDP Distribuição	6.097	70.299	39.554	115.950
EDP Comercial	682	-	253.211	253.893
EDP Finance BV	-	113	91.265	91.378
EDP Imobiliária e Participações	161	11.657	489	12.307
EDP Ásia - Investimento e Consultadoria	-	-	712	712
EDP Soluções Comerciais	1.106	-	29.757	30.863
EDP Renováveis	-	34.311	13.827	48.138
EDP Serviço Universal	-	-	16.049	16.049
EDP Gás SGPS	284	1.712	1.786	3.782
EDP Valor	-	-	9.298	9.298
Electrica Ribera del Ebro	-	-	16.602	16.602
Hidrocantábrico Distribución Eléctrica S.A.U.	-	-	1.000	1.000
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	1.577	1.577
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	17	66.031	66.048
EDP Investimentos	-	797	-	797
Sávida	-	-	721	721
Outras	75	577	4.632	5.284
	<u>10.322</u>	<u>324.118</u>	<u>675.528</u>	<u>1.009.968</u>

Os **ativos e passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro 2010, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	144.794	3.600	141.194
Empresas conjuntamente controladas	30.696	12.822	17.874
	<u>175.490</u>	<u>16.422</u>	<u>159.068</u>

Os **ativos e passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro 2009, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	123.327	2.086	121.241
Empresas conjuntamente controladas	49.261	12.063	37.198
	<u>172.588</u>	<u>14.149</u>	<u>158.439</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2010, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Proveitos Operacionais Euro'000	Proveitos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	9.502	3.334	-887	-9
Empresas conjuntamente controladas	53.821	5.432	-23.638	-7.835
	<u>63.323</u>	<u>8.766</u>	<u>-24.525</u>	<u>-7.844</u>

As **transacções** com empresas relacionadas a 31 Dezembro de 2009, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Proveitos Operacionais Euro'000	Proveitos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	8.762	2.641	-1.871	-14
Empresas conjuntamente controladas	29.251	852	-20.002	-546
	<u>38.013</u>	<u>3.493</u>	<u>-21.873</u>	<u>-560</u>

44. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam os instrumentos financeiros, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de bolsas de valores (cotações de fítulos) e de fornecedores de dados financeiros (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a tabela seguinte apresenta as curvas de taxa de juro utilizadas para desconto dos fluxos de caixa, das principais moedas às quais o Grupo está exposto :

	31 Dezembro de 2010			31 Dezembro de 2009		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	1,01%	0,30%	10,90%	0,70%	0,25%	8,74%
6 meses	1,23%	0,46%	11,61%	0,99%	0,43%	9,22%
1 ano	1,51%	0,78%	12,04%	1,25%	0,98%	10,50%
2 anos	1,56%	0,79%	12,27%	1,89%	1,42%	11,86%
3 anos	1,89%	1,26%	12,15%	2,25%	2,06%	12,43%
4 anos	2,20%	1,74%	12,04%	2,56%	2,58%	12,65%
5 anos	2,49%	2,17%	11,95%	2,80%	2,98%	12,79%
6 anos	2,74%	2,53%	11,89%	3,03%	3,29%	12,90%
7 anos	2,93%	2,83%	11,85%	3,22%	3,54%	13,10%
8 anos	3,09%	3,06%	11,87%	3,36%	3,70%	13,30%
9 anos	3,21%	3,25%	11,88%	3,49%	3,85%	13,31%
10 anos	3,32%	3,41%	11,90%	3,58%	3,97%	13,31%

O justo valor dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisado como segue:

	Grupo Dez 2010			Grupo Dez 2009		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	443.965	443.965	-	443.117	443.117	-
Clientes	2.187.118	2.187.118	-	2.007.626	2.007.626	-
Instrumentos financeiros derivados	223.053	223.053	-	276.311	276.311	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	35.745	35.745	-	84.852	84.852	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.511.224	1.511.224	-	2.189.560	2.189.560	-
	<u>4.401.105</u>	<u>4.401.105</u>	-	<u>5.001.466</u>	<u>5.001.466</u>	-
Passivos financeiros						
Empréstimos	17.891.646	17.398.777	-492.869	16.280.980	16.658.072	377.092
Fornecedores	1.988.039	1.988.039	-	1.706.135	1.706.135	-
Instrumentos financeiros derivados	196.693	196.693	-	267.373	267.373	-
	<u>20.076.378</u>	<u>19.583.509</u>	<u>-492.869</u>	<u>18.254.488</u>	<u>18.631.580</u>	<u>377.092</u>

Atendendo à estrutura de activos e passivos financeiros do Grupo EDP registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, não foi considerado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita aos empréstimos do Grupo EDP, foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as actuais condições de mercado relativamente à taxa de juro. Os restantes activos e passivos financeiros já se encontram registados ao justo valor.

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida do Grupo, tendo por referência o seu prazo médio.

De acordo com os requisitos da IFRS 7, o Grupo EDP enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados líquidos para os activos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em *inputs* que não são baseados em informação observável em mercado.

	31 de Dezembro de 2010			31 de Dezembro de 2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	302.342	49.725	91.898	323.645	47.570	71.902
Instrumentos financeiros derivados	-	223.053	-	-	276.311	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	35.745	-	-	84.852	-	-
	<u>338.087</u>	<u>272.778</u>	<u>91.898</u>	<u>408.497</u>	<u>323.881</u>	<u>71.902</u>
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivados	-	196.693	-	-	267.373	-
	<u>-</u>	<u>196.693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>267.373</u>	<u>-</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos activos e passivos financeiros enquadradas no Nível 3 é analisado como segue:

	Activos financeiros disponíveis	
	Dez 2010	Dez 2009
Saldo no início do exercício	71.902	55.584
Variação na reserva de justo valor	7.964	17.277
Alienações	-	-1.168
Transferências e outras variações	12.032	209
Saldo no final do exercício	<u>91.898</u>	<u>71.902</u>

45. Adopção da IFRIC 12 - Contratos de concessão

A IFRIC 12 tem como objectivo fornecer um enquadramento contabilístico à actividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública.

A IFRIC 12 foi adoptada pela Comissão da União Europeia em 25 de Março de 2009, aplicando-se aos exercícios que iniciem após aquela data. No Grupo EDP, a aplicação desta interpretação é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo obrigatória a apresentação de comparativos para o exercício de 2009.

A IFRIC 12 aplica-se aos contratos de concessão publico-privados nos quais o concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla / detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da IFRIC 12, uma concessão publico-privada apresentará, tipicamente, as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer directamente do concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

No negócio de **Produção de electricidade**, a IFRIC 12 é aplicável na exploração de centrais hídricas sob o regime de Produção em Regime Especial (PRE - mini-hídricas), sendo neste caso aplicável o Modelo do Activo Intangível, conforme descrito na política contabilística 2aa).

No negócio da **Distribuição de electricidade**, a IFRIC 12 é aplicável às concessões de Alta/Média Tensão (RND) e Baixa Tensão (Municípios) da EDP Distribuição e ainda às concessões de distribuição de electricidade outorgadas às subsidiárias brasileiras Bandeirante e Escelsa, sendo para todos os casos aplicável o Modelo Misto, conforme descrito na política contabilística 2aa).

No negócio da **Distribuição de gás**, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída à EDP Gás, sendo aplicável o Modelo Misto, conforme descrito na política contabilística 2aa).

No negócio da **Transporte de electricidade**, a IFRIC 12 é aplicável à subsidiária brasileira EVRECY — Transmissão, sendo aplicável o Modelo Financeiro, conforme descrito na política contabilística 2aa).

No âmbito dos contratos de concessão do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo EDP não tem qualquer margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante (ver notas 2aa) e 6).

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os impactos da adopção da IFRIC 12 no Balanço do Grupo EDP são apresentados como segue:

Balanço	31.12.2009*	Ajustamentos IFRIC 12	31.12.2009 Ajustado	01.01.2009	Ajustamentos IFRIC 12	01.01.2009 Ajustado
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo						
Activos fixos tangíveis	24.118.996	-5.684.190	18.434.806	21.249.965	-5.359.898	15.890.067
Activos intangíveis	2.829.256	3.660.793	6.490.049	2.648.792	3.501.674	6.150.466
Goodwill	3.136.566	-	3.136.566	3.104.979	-	3.104.979
Investimentos financeiros em empresas associadas	175.272	-	175.272	172.754	-	172.754
Activos financeiros disponíveis para venda	443.117	-	443.117	350.887	-	350.887
Activos por impostos diferidos	661.335	-	661.335	539.878	-	539.878
Clientes	114.821	-	114.821	112.044	-	112.044
Devedores e outros activos	1.942.970	370.257	2.313.227	2.637.703	273.420	2.911.123
Total dos Activos Não Correntes	33.422.333	-1.653.140	31.769.193	30.817.002	-1.584.804	29.232.198
Inventários	273.376	-	273.376	276.800	-	276.800
Clientes	1.892.805	-	1.892.805	1.646.613	-	1.646.613
Devedores e outros activos	1.866.477	-	1.866.477	1.632.172	-	1.632.172
Impostos a receber	557.641	-	557.641	544.740	-	544.740
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	84.852	-	84.852	83.227	-	83.227
Caixa e equivalentes de caixa	2.189.560	-	2.189.560	713.587	-	713.587
Activos detidos para venda	-	-	-	30.828	-	30.828
Total dos Activos Correntes	6.864.711	-	6.864.711	4.927.967	-	4.927.967
Total do Activo	40.287.044	-1.653.140	38.633.904	35.744.969	-1.584.804	34.160.165
Capitais Próprios						
Capital	3.656.538	-	3.656.538	3.656.538	-	3.656.538
Ações próprias	-119.784	-	-119.784	-126.532	-	-126.532
Prémios de emissão de ações	501.992	-	501.992	501.992	-	501.992
Reservas e resultados acumulados	2.230.981	-	2.230.981	1.243.293	-	1.243.293
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	1.023.845	-	1.023.845	1.091.529	-	1.091.529
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP	7.293.572	-	7.293.572	6.366.820	-	6.366.820
Interesses minoritários	2.684.441	-	2.684.441	2.200.605	-	2.200.605
Total dos Capitais Próprios	9.978.013	-	9.978.013	8.567.425	-	8.567.425
Passivo						
Dívida financeira	13.486.499	-	13.486.499	10.874.311	-	10.874.311
Benefícios aos empregados	1.879.704	-	1.879.704	1.833.887	-	1.833.887
Provisões para riscos e encargos	344.383	-	344.383	323.719	-	323.719
Conta de hidraulicidade	112.631	-	112.631	237.822	-	237.822
Passivos por impostos diferidos	771.896	-	771.896	675.737	-	675.737
Credores e outros passivos	4.671.761	-1.519.016	3.152.745	4.862.651	-1.493.431	3.369.220
Total dos Passivos Não Correntes	21.266.874	-1.519.016	19.747.858	18.808.127	-1.493.431	17.314.696
Dívida financeira	2.794.481	-	2.794.481	3.812.014	-	3.812.014
Credores e outros passivos	5.319.670	-134.124	5.185.546	4.153.100	-91.373	4.061.727
Impostos a pagar	928.006	-	928.006	388.462	-	388.462
Passivos detidos para venda	-	-	-	15.841	-	15.841
Total dos Passivos Correntes	9.042.157	-134.124	8.908.033	8.369.417	-91.373	8.278.044
Total do Passivo	30.309.031	-1.653.140	28.655.891	27.177.544	-1.584.804	25.592.740
Total dos Capitais Próprios e Passivo	40.287.044	-1.653.140	38.633.904	35.744.969	-1.584.804	34.160.165

* Esta coluna inclui, nos termos da IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, os ajustamentos que resultaram dos "Purchase price allocation" definitivos realizados em 2010 para o goodwill registado para a Bon Vent de L'Ébre, Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO, Gas Natural Cantabria, S.A., Gas Natural Murcia, S.A., Gas Natural Servicios Comunes, S.L., GEM Suministro, S.L. e GEM Suministro Sur, S.L. os quais originaram a reclassificação da informação financeira de 31 de Dezembro de 2009 aumentando o valor dos activos fixos tangíveis em 25.258 milhares de Euros, aumentando o valor dos activos intangíveis em 22.542 milhares de Euros, diminuindo o "goodwill" em 23.266 milhares de Euros, diminuindo o valor dos clientes de curto prazo em 508 milhares de Euros, aumentando o valor dos devedores e outros activos em 1.461 milhares de Euros, aumentando as reservas e resultados acumulados em 2.421 milhares de Euros, diminuindo os interesses minoritários em 3.096 milhares de Euros, aumentando as provisões para riscos e encargos em 1.628 milhares de Euros, aumentando os impostos diferidos passivos em 13.003 milhares de Euros, diminuindo os credores e outros passivos correntes em 2.508 milhares de Euros e aumentando os credores e outros passivos não correntes em 14.039 milhares de Euros.

Os impactos da adopção da IFRIC 12, na demonstração de resultados do Grupo EDP, são apresentadas como segue:

	31.12.2009	Ajustamentos IFRIC 12	31.12.2009 Ajustado
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Demonstração dos resultados			
Volume de negócios	12.198.183	-174	12.198.009
Custos com aquisição de electricidade	-5.340.458	-	-5.340.458
Custos com aquisição de gás	-641.183	-	-641.183
Variação nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis	-1.111.229	-	-1.111.229
	<u>5.105.313</u>	<u>-174</u>	<u>5.105.139</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	224.790	-	224.790
Fornecimentos e serviços externos	-768.202	-	-768.202
Custos com o pessoal	-540.036	-	-540.036
Custos com benefícios aos empregados	-158.353	-	-158.353
Outros custos de exploração	-500.564	-	-500.564
	<u>-1.742.365</u>	<u>-</u>	<u>-1.742.365</u>
Provisões do exercício	-74.685	-	-74.685
Amortizações do exercício	-1.429.711	95.658	-1.334.053
Compensações de amortizações	111.015	-95.484	15.531
	<u>-1.393.381</u>	<u>174</u>	<u>-1.393.207</u>
	1.969.567	-	1.969.567
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	59.703	-	59.703
Outros proveitos financeiros	1.036.374	-	1.036.374
Outros custos financeiros	-1.523.083	-	-1.523.083
Ganhos / (perdas) em associadas	25.151	-	25.151
Resultado antes de impostos	1.567.712	-	1.567.712
Impostos sobre lucros	-399.765	-	-399.765
Resultado líquido do exercício	<u>1.167.947</u>	<u>-</u>	<u>1.167.947</u>
Atribuível a:			
Accionistas da EDP	1.023.845	-	1.023.845
Interesses minoritários	144.102	-	144.102
Resultado líquido do exercício	<u>1.167.947</u>	<u>-</u>	<u>1.167.947</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	<u>0,28</u>	<u>-</u>	<u>0,28</u>

Os impactos da adopção da IFRIC 12 por negócio são apresentados como segue:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Activos intangíveis		
Direitos de concessão		
Portugal		
Energia eléctrica		
Distribuição	2.397.876	2.424.483
Produção	121.911	122.970
Gás	287.423	263.979
Brasil		
Energia eléctrica		
Distribuição e transporte	1.060.151	849.361
Activos fixos tangíveis e intangíveis não afectos a concessões	-6.067.419	-5.684.190
Valores a receber por Concessões - IFRIC 12 - Não correntes	468.071	370.257
Impacto total no activo	<u>-1.731.987</u>	<u>-1.653.140</u>
Valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado	-2.855.676	-2.672.251
Amortizações acumuladas de subsídios e participações de investimento imobilizado	1.123.689	1.019.111
Impacto total no passivo	<u>-1.731.987</u>	<u>-1.653.140</u>

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos foi considerado no valor bruto de activos fixos intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de Activos fixos intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12.

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Amortizações de direitos de concessão	353.706	309.977
Amortizações de imobilizado corpóreo	-458.637	-405.635
Compensações de amortizações	104.578	95.484
Outros	353	174
Impacto total no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

**notas às demonstrações financeiras**

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

46. Licenças de CO₂Os movimentos na carteira de Licenças de CO₂ são analisadas como segue:

	<u>Grupo Dez 2010 CO₂ (Ton)</u>	<u>Grupo Dez 2009 CO₂ (Ton)</u>
Licenças de CO ₂ em 1 de Janeiro	415.685	1.373.457
Licenças atribuídas a título gratuito no exercício	15.877.527	15.713.069
Licenças adquiridas	6.740.686	6.390.760
Licenças transferidas (de consumo próprio para negociação)	-8.094.155	-3.105.000
	<u>14.939.743</u>	<u>20.372.286</u>
Licenças a devolver por consumos ocorridos no exercício	14.699.504	19.956.601
Excesso/(insuficiência) de licenças	<u>240.239</u>	<u>415.685</u>

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues à entidade reguladora de cada país até ao final do quarto mês do ano civil seguinte (ver notas 17 e 23).

Os movimentos na carteira de Licenças de CO₂ detidas para negociação e classificados como existências são analisados como segue:

	<u>Dez 2010 CO₂ (Ton)</u>	<u>Dez 2009 CO₂ (Ton)</u>
Licenças de CO ₂ para negociação a 1 de Janeiro	954.739	1.830.009
Licenças de emissão adquiridas em mercado	6.280.700	5.860.583
Licenças de emissão transferidas para negociação	8.094.155	3.105.000
Licenças de emissão alienadas	-11.398.266	-9.840.853
	<u>3.931.328</u>	<u>954.739</u>
Licenças de CO ₂ para negociação a 31 de Dezembro	<u>51.745</u>	<u>11.351</u>

As aquisições e alienações de licenças de negociação são valorizadas com base na cotação da data da transacção. As licenças de emissão transferidas para a carteira de negociação são classificadas como inventário (ver nota 23), de acordo com a política contabilística 2 I).

O justo valor corresponde à cotação "spot" ("closing price") no final de Dezembro de cada um dos exercícios.

47. Eventos relevantes ou subsequentes**EDP recebe primeira parcela do fundo de amortização do défice de electricidade em Espanha**

No dia 13 de Janeiro de 2011 o Grupo EDP anunciou que deverá receber através da sua subsidiária Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. 102,5 milhões de Euros relativos à primeira parcela do fundo de amortização do défice de electricidade em Espanha.

EDP emite obrigações no montante de 750.000.000 Euros a 5 anos

No dia 25 de Janeiro de 2011, a EDP Finance BV procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 750.000.000 euros com vencimento em Janeiro de 2016 e cupão de 5,875%. Esta emissão destina-se a financiar as necessidades decorrentes da actividade normal da empresa permitindo alongar o seu prazo de maturidade e reforçar a flexibilidade financeira.

EDP contrai empréstimo no montante de 300.000.000 Euros a 15 anos

No dia 10 de Fevereiro de 2011 o Grupo EDP contraiu um empréstimo no montante de 300.000.000 Euros por um período de 15 anos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI).

EDP emite obrigações no montante de 230.000.000 Francos Suíços a 3 anos

No dia 4 de Fevereiro de 2011, a EDP Finance BV procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 230.000.000 francos suíços com vencimento em Fevereiro de 2014 e cupão de 3,5%. Esta emissão destina-se a financiar as necessidades decorrentes da actividade normal da empresa permitindo reforçar a flexibilidade financeira.

48. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração — activos e passivos elegíveis para cobertura, a qual é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os "cash flows" elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27 — Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 — Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

As alterações ao IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro são as seguintes:

- De acordo com as alterações emitidas em 23 de Julho de 2009, as entidades do sector do petróleo e gás que decidam passar a utilizar as IFRS podem contabilizar os seus activos de petróleo e gás pelo valor de avaliação ao abrigo dos princípios contabilísticos que aplicavam anteriormente. As entidades que decidam utilizar essa isenção devem mensurar os passivos de descomissionamento, da restauração e similares, respeitantes a activo em petróleo e gás, de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e reconhecer esses passivos como resultados retidos. O documento emitido pelo IASB contempla igualmente a reavaliação da determinação das locações. Estas alterações são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

- Isenção da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, no que respeita à mensuração pelo justo valor e ao risco de liquidez quando esses períodos comparativos terminem antes de 31 de Dezembro de 2009, não pode ser utilizada pela entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS, o objectivo da alteração é proporcionar uma isenção opcional. Desde modo, evita-se a potencial aplicação retrospectiva e os adoptantes pela primeira vez não fiquem em desvantagem em relação às entidades que já preparam as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, isto é, podem utilizar as mesmas disposições transitórias permitidas a essas entidades. Esta alteração ocorreu em Janeiro de 2010 e é efectiva a partir da data de início do primeiro exercício após 30 de Junho de 2010.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 2 (Alterada) — Pagamento com base em acções

As alterações ao IFRS 2 - Pagamento com base em acções, são efectivas para exercícios que comecem após 31 de Dezembro de 2009.

Estas alterações clarificam como uma empresa subsidiária inserida num grupo deve proceder ao tratamento contabilístico de pagamentos com base em acções nas suas demonstrações financeiras.

Desde modo, é clarificado que:

- uma entidade que receba bens ou serviços através de um acordo de pagamento em acções deve contabilizar os mesmos, independentemente da entidade do grupo que vier a liquidar a transacção e de o mesmo ser liquidado em acções ou em dinheiro.
- a expressão " grupo" tem o mesmo significado que na IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, isto é, inclui apenas a empresa-mãe e as suas subsidiárias.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revisão) — Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revisão) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo devido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRIC 12 — Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de concessão de Serviços. Em 25 de Março de 2009, a Comissão da União Europeia formalizou a adopção da IFRIC 12, sendo aplicável para os exercícios iniciados após 29 de Março de 2009. Desta forma, a IFRIC 12 foi aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP a partir de 1 de Janeiro de 2010, com os respectivos comparativos referentes ao exercício de 2009.

A IFRIC 12, pretende dar enquadramento contabilístico à actividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, cujo objectivo seja a prestação de um serviço de utilidade pública.

Esta interpretação é aplicável nos casos em que o concedente mantém o controlo dos serviços prestados pelo operador aos utilizadores do serviço, no que se refere à sua natureza e tipo, mantém o controlo dos preços praticados e detém um interesse residual significativo nas infraestruturas abrangidas pela concessão.

O Grupo EDP avaliou o impacto da adopção desta interpretação nas diferentes subsidiárias em Portugal e nas restantes geografias, tendo chegado às seguintes conclusões:

Em Portugal

Foram identificadas na actividade de distribuição em Portugal, as concessões com os Municípios para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, a concessão com o Estado para a distribuição de energia eléctrica em alta e média tensão (EDP Distribuição), assim como a concessão com o Estado para a distribuição de gás natural em baixa e média pressão (EDP Gás). Na actividade de produção de energia eléctrica foram igualmente identificadas licenças para exploração de mini-hídricas na EDP Produção e no Grupo Pebble Hydro, igualmente enquadráveis na IFRIC 12.

No Brasil

Foi identificada a actividade de distribuição de energia eléctrica exercida ao abrigo de concessões enquadráveis na IFRIC 12, nomeadamente as concessões para distribuição de energia na Bandeirante e na Escelsa.

O Grupo apresenta os impactos decorrentes da adopção desta interpretação na nota 45.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

IFRIC 17 — Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 — Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para os activos transferidos a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Desta forma o IFRIC 18 foi aplicada nas demonstrações financeiras do Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo apresenta os impactos decorrentes da adopção desta interpretação na nota 7.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 5 — Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma foi adoptada prospectivamente pelo Grupo.

Em Maio de 2009, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2010, tal como segue:

- Alteração à IFRS 2 - Pagamentos com base em acções, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração clarifica que uma entidade não deve aplicar esta IFRS a transacções em que a entidade adquire bens como parte de activos líquidos adquiridos numa concentração de actividades conforme definido pela IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades Empresariais.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e Unidades operacionais descontinuadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração clarifica as divulgações necessárias a respeito de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda ou unidades operacionais descontinuadas (i) divulgações específicas a respeito de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda ou unidades operacionais descontinuadas e (ii) divulgações sobre a mensuração de activos e passivos num grupo para alienação que não se integrem no âmbito do requisito de mensuração da IFRS 5 e essas divulgações não foram feitas nas outras notas às demonstrações financeiras.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 8 - Segmentos operacionais, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma determina que os réditos provenientes de clientes externos devem ser relatados por segmentos. A informação por segmentos relativa a anos anteriores, relatada como informação comparativa respeitante ao primeiro ano de aplicação, deve ser reexpressa de modo a cumprir os requisitos da presente IFRS, salvo se as informações necessárias não se encontrem disponíveis e o custo da sua elaboração for excessivo.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada estabelece regras de classificação para um passivo corrente.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma determina que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 17 - Locações, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração a esta norma determina que quando uma locação inclui tanto o elemento terrenos como o elemento edifícios, a classificação de cada elemento como uma locação financeira ou operacional. Relativamente às disposições transitórias, deve-se reavaliar a classificação do elemento terreno em locações não expiradas na data de adopção desta alteração. Adicionalmente deve-se reconhecer uma locação recém-classificada como locação financeira retrospectivamente em conformidade com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 36 - Imparidade de activos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma clarifica que cada unidade ou grupo de unidade ao qual o goodwill seja assim imputado (i) deve representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o goodwill é monitorizado para finalidade de gestão interna e (ii) não deve ser maior do que um segmento operacional conforme definido pelo parágrafo 5 da IFRS 8 - Segmentos Operacionais antes da agregação.

O grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada clarifica que podem ser desenvolvidas técnicas para mensuração inicial de um activo intangível adquirido numa concentração de actividades empresariais se o seu objectivo for o de estimar o justo valor e se essas técnicas reflectirem transacções e práticas correntes do sector ao qual o activo pertença.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada clarifica que esta norma não é aplicável aos contratos "forward" celebrados entre uma adquirente e uma accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida, do qual resultará uma concentração de actividades empresariais numa data de aquisição futura sendo que, o prazo do contrato forward não deve exceder o período necessário para obter qualquer aprovação necessária e para concluir a transacção. A alteração clarifica também que uma opção call, put ou pré-pagamento embutida num contrato de dívida de acolhimento ou num contrato de seguro de acolhimento não está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento a não ser que: (i) que o preço de exercício da opção seja aproximadamente igual em cada data de exercício ao custo amortizado do instrumento de dívida de acolhimento ou à quantia escriturada do contrato do seguro de acolhimento ou (ii) o preço de exercício de uma opção ou pré-pagamento reembolse o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRIC 9 - Reavaliação de derivados embutidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração a esta norma determina que esta interpretação não se aplica a derivados embutidos em contratos adquiridos (i) numa concentração de actividades empresariais, (ii) numa concentração de entidades ou actividades empresariais sob controlo comum conforme descrito nos parágrafos B1-B4 da IFRS 3 (revista em 2008), ou (iii) na formação de um empreendimento conjunto conforme definido na IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRIC 16 - Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. Esta alteração estabelece que um instrumento de cobertura pode ser detido por qualquer entidade ou entidades de um grupo, desde que sejam satisfeitos os requisitos de designação, documentação e eficácia do parágrafo 88 da IAS 39 relacionadas com a cobertura de um investimento líquido.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

IAS 24 (Revista) - Divulgações de Partes Relacionadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IAS 24 (Revista) — Divulgações de Partes Relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

A versão revista da IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, simplifica os requisitos de divulgação para as entidades ligadas à administração pública e clarifica a definição de uma parte relacionada. Desde modo, a norma exige que as entidades divulgem nas suas demonstrações financeiras as informações relativas às transacções com as partes relacionadas. Em termos gerais, duas partes estão relacionadas entre si, se uma delas controla ou influencia a outra.

As principais alterações são as seguintes:

- Isenção parcial dos requisitos de divulgação do parágrafo 18 no que respeita às transacções e saldos pendentes com entidades ligadas à administração pública.
- Simplificação da definição de "parte relacionada".

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 — Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 14 (alterada) - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, alterações à IFRIC 14 — Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações foram adoptadas pela União Europeia em Julho de 2010.

A alteração à IFRIC 14, é em si uma interpretação da norma IAS 19 Benefícios dos Empregados. A alteração aplica-se quando uma entidade está sujeita a requisitos de financiamento mínimos e faz um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas necessidades. A alteração permite que uma entidade trate o benefício de um pagamento antecipado como um activo.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRIC 19 — Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação trata o modo como uma entidade deve contabilizar as transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Uma entidade não deve aplicar esta interpretação a transacções numa situação que:

- o credor é também accionista, directa e indirectamente, e actua na sua capacidade de accionista directo ou indirecto;
- o credor e a entidade são controlados pela mesma parte ou partes antes e após a transacção e esta inclui, na sua substância, uma distribuição de capitais próprios pela entidade ou uma contribuição para os capitais próprios da entidade;
- a extinção do passivo financeiro através da emissão de títulos de capital próprio está em conformidade com os termos originais do passivo financeiro.

Esta interpretação visa clarificar que:

- os instrumentos de capital próprios da entidade emitidos a um credor fazem parte da retribuição para para extinguir o passivo financeiro;
- os instrumentos de capital próprio são mensurados pelo seu justo valor. Se o seu justo valor não puder ser mensurado de forma fiável, esses instrumentos devem ser mensurados de modo a reflectir o justo valor do passivo financeiro extinto.
- a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) extinto e a retribuição paga deve ser reconhecida como lucro ou prejuízo. Os instrumentos de capital próprio emitidos devem ser reconhecidos inicialmente e mensurados à data em que o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é extinto.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 — Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A adopção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do Grupo.

49. EDP Sucursal em Espanha

A "EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España" tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocado directamente ao património/activo da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.) bem como indirectamente na NG Energia (Naturgás Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal da EDP em Espanha tem escritórios em Madrid e Oviedo. De um ponto de vista formal e legal, a representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos representantes permanentes, ou seja, pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta por uma Comissão Executiva, um Comité Directivo e por Comitês de Coordenação.

A Comissão Executiva é composta por cinco representantes permanentes da EDP, por um director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando o papel de principal órgão de direcção e coordenação da Sucursal e sendo responsável pela coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes e do Comité Directivo. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação assegurando e agrupando homogeneamente as funções destas transversalmente para o território Espanhol. Por último, os Comitês de Coordenação, Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são compostos e presididos pelos respectivos Administradores de Pelouro do Conselho de Administração Executivo da EDP visando o aproveitamento de sinergias com Espanha com vista à eliminação de ineficácias e redundâncias.

Os balanços de 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da Sucursal são apresentados, como segue:

	EDP Sucursal	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Activos fixos tangíveis	104	-
Investimentos financeiros em empresas filiais		
EDP Renováveis SA	2.939.889	2.939.889
Hidroeléctrica del Cantábrico SA	1.981.798	1.981.798
Outras	60	60
Outros devedores	144.462	1.478
Total de activos Não Correntes	5.066.313	4.923.225
Clientes	15.253	16.157
Devedores e outros activos	343.553	376.013
Impostos a receber	20.211	10.442
Caixa e equivalentes de caixa	15.661	10.885
Total de activos Correntes	394.678	413.497
Total do Activo	5.460.991	5.336.722
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Capitais próprios	1.797.905	1.852.407
Dívida financeira	3.207.855	2.809.277
Total Passivos Não Correntes	3.207.855	2.809.277
Dívida financeira	33	22.771
Credores e outros passivos	454.192	651.760
Impostos a pagar	1.006	507
Total Passivos Correntes	455.231	675.038
Total do Passivo	3.663.086	3.484.315
Total Capitais Próprios + Passivo	5.460.991	5.336.722

50. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em activos fixos tangíveis durante os exercícios de 2010 e 2009, no Grupo, decompõem-se nos seguintes domínios:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Protecção do ar e do clima	47.108	59.062
Protecção da biodiversidade e paisagem	16.831	16.150
Gestão de resíduos	2.250	1.485
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	508	-
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	866	1.104
Gestão de águas residuais	349	1.403
Redução de ruído e radiações	107	27
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	6.923	7.439
	74.942	86.670

Os investimentos reconhecidos em activos fixos tangíveis em 2010, na rubrica "Protecção do ar e do clima" incluem 42.152 milhares de Euros de custos incorridos pela EDP Produção. Os activos principais referem-se aos equipamentos de dessulfuração de fumos e desnitrificação da central termoeléctrica de Sines que, à data de 31 de Dezembro de 2010 apresentam um valor líquido contabilístico de aproximadamente 283 milhões de Euros.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Grupo	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Protecção do ar e do clima	8.624	9.582
Protecção da biodiversidade e paisagem	2.992	3.635
Gestão de resíduos	2.433	3.477
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	352	2.765
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	2.957	1.577
Gestão de águas residuais	1.487	106
Redução de ruído e radiações	138	296
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	4.452	10.747
Outras despesas	99	43
	23.534	32.228

notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

No âmbito do enquadramento e das tendências sócio/económicas actuais e futuras aliadas às práticas do Grupo EDP em matéria de sustentabilidade e ambiente, o Grupo constitui provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores, cujo valor ascende a 11.392 milhares de Euros e 7.386 milhares de Euros para os parques electroprodutores térmicos sediados em Portugal e Espanha, respectivamente. Em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 o) estas provisões são calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos. Quanto às responsabilidades de desmantelar e colocar os terrenos onde se situam os parques eólicos na sua condição original, em 31 de Dezembro de 2010, as provisões ascendem a 53.156 milhares de Euros. Adicionalmente, as provisões relacionadas com o desmantelamento da central nuclear de Trillo ascendem a 22.136 milhares de Euros (ver nota 36).

Durante o ano de 2010, o Grupo EDP incorreu em custos com multas e outras penalidades por incumprimento de regulamentação ambiental no valor de 36 milhares de Euros.

Os proventos ambientais reconhecidos no exercício de 2010 estão relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 3.477 milhares de Euros, venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 2.238 milhares de Euros e 1.854 milhares de Euros provenientes de incentivos públicos relacionados com protecção ambiental.

51. Relato financeiro por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades no sector energético em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase na produção, distribuição e comercialização de electricidade e distribuição e comercialização de gás.

O sistema de reporte interno do Grupo produz relatórios com informação sobre os diversos segmentos de negócio organizados por geografia e área de responsabilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Com base nestes relatórios o Conselho de Administração é responsável por desempenhar a função de "Chief Operating Decision Maker" (CODM), avaliando o desempenho dos vários segmentos e decidindo sobre as alocações de recursos a efectuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

O Grupo monitoriza a sua actividade com base em diversos segmentos de negócio, os quais englobam essencialmente os seguintes produtos/serviços: Electricidade, Gás e Outras Operações.

Os segmentos definidos pelo Grupo são os seguintes:

- Produção Ibérica
- Distribuição Ibérica
- Comercialização Ibérica
- EDP Renováveis
- EDP - Energias do Brasil
- Gás Ibérico
- Outras Operações

O Grupo EDP efectua uma análise separada do negócio de produção de electricidade através de fontes de energia renováveis, a qual é consubstanciada num segmento próprio (EDP Renováveis). De igual forma, atendendo à especificidade do mercado brasileiro, o Grupo também efectua uma análise separada dos negócios de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil (EDP Energias do Brasil).

O segmento de **Produção Ibérica** corresponde à actividade de geração de electricidade em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Electrica de la Ribera del Ebro, S.A.
- Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4, S.A.
- Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.

O segmento de **Distribuição Ibérica** corresponde à actividade de distribuição de electricidade em Portugal e Espanha e comercializador de último recurso. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Distribuição de Energia, S.A.
- EDP Serviço Universal, S.A.
- Fuerzas Electricas Valencianas, S.A.
- Electra de Llobregat Energía, S.L.
- HDC Explotacion Redes
- Hidrocantábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.

O segmento de **Comercialização Ibérica** corresponde à actividade de comercialização de electricidade não regulada em Portugal e Espanha. A actividade de comercialização regulada encontra-se integrada no segmento de distribuição ibérica. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.
- Hidrocantábrico Energia, S.A.U.
- EDP Soluções Comerciais, S.A.

O segmento EDP Renováveis corresponde à actividade de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e incluindo a totalidade das empresas dos subgrupos EDP Renewables Europe e EDPR North America. Este segmento inclui ainda a empresa holding EDP Renováveis, S.A. assim como todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento EDP Energias do Brasil inclui as actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil, sendo composto pela holding EDP Energias do Brasil e todas as suas subsidiárias, com excepção da EDP Renováveis Brasil, que está incluída no segmento EDP Renováveis. Tal como no segmento EDP Renováveis, este segmento inclui todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **Gás** inclui as actividades de distribuição e comercialização de gás em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Gás, SGPS.
- Portgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.
- EDP Gás Serviço Universal, S.A.
- Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.
- Naturgas Comercializadora, S.A.
- Naturgás Energía Distribución, S.A.U.
- Naturgás Energía Grupo, S.A.

O segmento **Outras operações** inclui as actividades de gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente as actividades de gestão centralizada de recursos humanos, plataformas logísticas e serviços partilhados.

A coluna "Ajustamentos" reflecte a anulação de dividendos pagos à EDP Energias de Portugal pelas empresas integrantes dos diversos segmentos, assim como os ajustamentos inerentes à anulação dos investimentos financeiros nas empresas subsidiárias do Grupo EDP e demais ajustamentos de consolidação e anulação inter-segmentos.

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigidas da anulação das transacções intra-segmentos.

52. Empresas do Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação são apresentadas no Anexo I.



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

52. Empresas do Perímetro de Consolidação

As Empresas Subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral à data de 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como se segue:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Portugal									
Empresa-Mãe do Grupo e Actividades Conexas:									
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	5.000 EUR	289.251	279.805	9.446	18.327	7.404	100,00%	100,00%
CEO-Comp Energia Oceânica,S.A.	Póvoa do Varzim	65.435 EUR	3.338	3.047	291	-	-679	52,07%	-
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	15.625	10.920	4.705	37.972	1.683	100,00%	100,00%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Lisboa	3.656.537.715 EUR	14.984.228	7.971.649	7.012.578	3.485.356	783.989	100,00%	-
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	Lisboa	10.000.000 EUR	201.759	204.027	-2.268	7.069	-5.439	100,00%	100,00%
EDP Inovação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	13.941	12.368	1.573	4.427	-718	100,00%	100,00%
EDP Investments and Services, S.L.	Madrid	3.006 EUR	263.205	168.786	94.419	28.098	22.853	100,00%	-
EDP Gás - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	120.000.000 EUR	309.988	112.217	197.771	20.074	8.425	100,00%	100,00%
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Lisboa	4.550.000 EUR	58.129	46.027	12.102	59.232	1.721	100,00%	100,00%
EDP Ventures, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	50.000 EUR	4.327	3.421	906	-	-167	100,00%	-
EDP Internacional S.A.	Lisboa	50.000 EUR	11.315	8.736	2.579	6.130	1.574	100,00%	100,00%
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Sacavém	2.200.000 EUR	13.910	9.636	4.275	11.587	-304	100,00%	100,00%
Pebble Hydro - Consultoria, Invest. e Serv., Lda.	Lisboa	5.100 EUR	162.512	145.009	17.503	31.978	14.252	100,00%	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Lisboa	450.000 EUR	19.397	14.369	5.028	34.680	1.172	100,00%	100,00%
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	168	107	61	337	-3	100,00%	-
Actividade Eléctrica - Portugal:									
Produção de Electricidade:									
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Lisboa	1.263.285.505 EUR	7.534.253	5.369.147	2.165.106	1.604.530	375.614	100,00%	100,00%
Energen, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	40.972	40.718	254	4.753	513	65,00%	-
FISGEN - Empresa de Cogeração, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	42.634	42.295	339	23.626	301	51,00%	-
Greenvooq - Soc. Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeirão-Ermida,S.A.	Oliveira de Frades	1.000.000 EUR	17.642	15.059	2.583	-	-116	100,00%	-
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.	Lisboa	48.750.000 EUR	473.731	453.555	20.176	44.324	2.377	100,00%	-
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Montargão	500.000 EUR	6.145	4.904	1.241	11.754	17	100,00%	-
Sopargen, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	28.804	21.075	7.729	38.783	1.277	82,00%	-
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.	Carregado	250.000 EUR	2.714	1.504	1.210	3.534	115	100,00%	-
Energias Renováveis:									
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	7.500.000 EUR	755.714	683.702	72.013	135.201	33.908	77,53%	-
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos Valdevez	50.000 EUR	11.885	9.080	2.805	3.195	1.026	46,51%	-
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	50.000 EUR	25.844	20.749	5.095	4.889	1.513	38,84%	-
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Bolicoas	50.000 EUR	14.566	12.008	2.558	2.556	664	38,84%	-
Malhadizes, S.A.	Porto	50.000 EUR	24.727	24.178	549	4.883	399	77,53%	-
Distribuição de Electricidade:									
EDP Distribuição de Energia, S.A.	Lisboa	200.000.000 EUR	4.182.977	3.696.619	486.357	3.422.051	242.384	100,00%	100,00%
Comercialização de Electricidade:									
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Lisboa	20.814.695 EUR	220.031	204.914	15.118	750.694	-8.246	100,00%	100,00%
EDP MOP - Operação de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	132	98	35	-	-15	100,00%	-
EDP Serviços - Sistemas para a Qualidade e Eficiência Energética, S.A.	Massamá	50.000 EUR	6.456	8.452	-1.997	2.332	-2.337	100,00%	-
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	2.539	2.077	462	4.894	43	100,00%	100,00%
EDP Serviço Universal, S.A.	Lisboa	10.100.000 EUR	1.446.518	1.412.613	33.905	4.142.670	931	100,00%	-
Comercialização de Gás e Distribuição:									
EDP GÁS.Com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	92.444	73.651	18.793	441.039	16.706	100,00%	-
EDP Gás GPL - Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito,S.A.	Porto	549.998 EUR	7.046	3.125	3.921	3.741	730	71,97%	-
EDP Gás Sanção Universal, S.A.	Porto	1.049.996 EUR	27.522	21.901	5.621	101.166	2.072	71,97%	-
ENAGÁS - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	299.400 EUR	14.537	13.790	748	372	86	60,00%	-
EDP Gás III S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	63.286	34.877	28.409	2	-738	100,00%	-
EDP Gás II S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.000.000 EUR	53.635	18.940	34.695	893	154	100,00%	-
EDP Investimentos, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.489.000 EUR	62.311	16.683	45.628	938	344	100,00%	100,00%
PORTGÁS - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	7.909.150 EUR	348.437	260.650	87.787	72.179	20.913	71,97%	-
Actividades conexas:									
EDP Soluções Comerciais, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	93.386	93.389	-3	166.688	5.603	100,00%	100,00%
Outras actividades:									
EDP - Projectos S.G.P.S., S.A.	Lisboa	50.000 EUR	257	784	-527	-	-577	100,00%	100,00%
FCIE - Forum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-Line, S.A.	Lisboa	500.000 EUR	7	516	-509	1	-8	80,00%	-
Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	1.858	64.654	-62.797	16	-104	100,00%	-
OPTIP S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	22.428	880	21.547	1.831	-137	100,00%	-
SGORME-SGO Rede Mobilidade Eléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	81	180	-100	-	-150	100,00%	-
Espanha									
Empresa-Mãe e Actividades Conexas:									
EDP Renováveis, S.A.	Oviedo	4.361.540.810 EUR	8.173.091	3.072.575	5.100.517	518.282	44.091	77,53%	62,02%
EDP Renewables Europe, S.L.	Oviedo	30.000.000 EUR	4.704.748	4.550.885	153.863	240.783	-20.674	77,53%	-
Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.	Oviedo	421.739.790 EUR	6.165.312	4.047.273	2.118.039	1.652.717	47.783	100,00%	96,60%
Actividade Eléctrica - Espanha:									
Produção de Electricidade:									
Capratur, AIE	Oviedo	360.607 EUR	417	6	411	-	-4	44,01%	-
Cogeneración Bergara, A.I.E.	Bergara	450.000 EUR	1.349	442	907	1.807	144	50,00%	-
Cogeneración Montjuic, S.L.U.	Bilbau	1.250.000 EUR	4.311	1.701	2.609	544	340	100,00%	-
Cogeneración Serantes, S.L.U.	Bilbau	2.750.000 EUR	12.084	7.390	4.694	360	117	70,00%	-
Electrica de la Ribera del Ebro, S.A.	Pamplona	5.000.000 EUR	351.802	313.269	38.532	177.814	-15.196	100,00%	-
Energia e Industria de Toledo, S.A.	Madrid	2.139.603 EUR	2.998	6.407	-3.410	5.239	340	90,00%	-
Fuerzas Eléctricas de Valencia, SA	Sagunto	1.021.700 EUR	9.302	10.959	-1.657	526	-936	100,00%	-
Central Termica Ciclo Combinado Grupo 4	Oviedo	2.117.000 EUR	195.996	222.897	-26.902	86.993	-22.069	75,00%	-
HC Soluciones Comerciales, S.A.	Oviedo	60.300 EUR	20.296	13.764	6.532	46.024	6.460	100,00%	-
HDC Explotacion Cantalles, S.A.U.	Oviedo	60.150 EUR	36.789	55.534	-18.745	1.184	-1.423	100,00%	-
HDC Explotacion Redes, S.A.U.	Oviedo	70.000 EUR	2.432	1.985	448	6.382	158	100,00%	-
HDC Gestion de Energia, S.A.U.	Oviedo	5.078.029 EUR	709.320	222.710	486.611	17.073	7.542	100,00%	-
Hidrocentrábrico Servicios, S.A.	Oviedo	60.150 EUR	3.642	2.515	1.127	9.050	107	100,00%	-
Instalaciones Electricas Rio Isabena, S.L.	Zaragoza	3.006 EUR	5.172	4.712	461	605	172	90,02%	-
Millenium Energy, S.L.	Bilbau	2.830.247 EUR	202.523	201.545	978	280	-367	100,00%	-
Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.	Pamplona	150.000.000 EUR	704.009	47.147	656.862	30.691	20.527	100,00%	-
Rasacal Cogeneración, S.A.	Madrid	60.200 EUR	7	423	-416	-	-	46,52%	-
Ciclo Combinado Soto 5, S.L.	Oviedo	1.000.000 EUR	321.067	325.278	-4.211	15.433	-5.153	100,00%	-
HC Tudela Cogeneración, S.L.	Carreño	306.030 EUR	7.838	7.538	300	42	4	50,10%	-
Energias Renováveis:									
Acampo Arias,S.L.	Zaragoza	3.314.300 EUR	23.278	20.559	2.719	2.637	-270	76,12%	-
Aproffament D'Energias Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	1.994.350 EUR	22.622	21.406	1.216	692	-232	37,75%	-
Agrupación Eólica, S.L.U.	Zaragoza	649.836 EUR	81.002	46.417	34.585	2.351	1.209	77,53%	-
Parque Eólico Plano de Artañona, S.L.U.	Zaragoza	12.024 EUR	67	58	9	-	-	77,53%	-
Compañia Eólica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	857.945 EUR	1.532	369	1.163	514	162	58,79%	-
Cia. Eléctrica de Energias Renovables Alternativas, S.A.U.	Zaragoza	69.116 EUR	74	20	55	-	-	77,53%	-
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, S.L.U.	Zaragoza	86.480 EUR	85	1	84	-	-	77,53%	-
Hidrocentrábrico Congeneracion, S.L.	Oviedo	2.914.650 EUR	43.666	18.582	25.084	29.733	769	100,00%	-
Parc Eólic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	3.005 EUR	48.986	48.978	8	1.633	-	46,52%	-
Parc Eólic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	1.693.010 EUR	42.415	40.722	1.693	1.008	-	77,53%	-
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	60.200 EUR	84.301	83.509	792	11.151	718	77,53%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Espanha									
Actividade Eléctrica - Espanha:									
Energías Renovables:									
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	2.061.190 EUR	19.481	15.465	4.015	3.444	686	77,53%	-
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	1.712.369 EUR	11.253	7.211	4.042	2.615	803	77,53%	-
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	5.992.600 EUR	46.162	24.396	21.766	1.614	256	46,52%	-
Desarrollo Eólico de Corne, S.A.	La Coruña	3.666.100 EUR	9.826	1.048	8.779	3.871	1.329	77,53%	-
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	La Coruña	61.000 EUR	79.667	64.975	14.692	16.709	4.257	77,53%	-
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	6.130.200 EUR	13.374	2.592	10.782	4.161	1.044	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	7.761.000 EUR	67.646	51.275	16.371	15.641	4.834	77,53%	-
Desarrollos Eólicos Promocion, S.A.	Sevilla	8.061.000 EUR	69.064	2.422	66.643	11.895	11.688	77,53%	-
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	7.560.950 EUR	35.042	23.424	11.618	7.632	2.569	73,65%	-
Desarrollos Eólicos, S.A.	Sevilla	1.056.225 EUR	60.154	43.181	16.973	5.969	-1.152	77,53%	-
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	5.799.650 EUR	11.367	1.414	9.954	5.240	1.953	77,53%	-
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Zaragoza	60.100 EUR	268	208	60	58	79	39,54%	-
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	3.006 EUR	51.803	49.998	1.805	9.321	1.802	77,53%	-
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	10.000 EUR	32.077	31.204	873	5.510	691	77,53%	-
Eólica Alfoz, S.L.	Madrid	10.000 EUR	181.015	182.190	-1.175	13.512	-1.185	65,88%	-
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980 EUR	29.573	20.078	9.495	6.540	1.878	60,08%	-
Eólica Campallano S.A.	Madrid	6.559.994 EUR	103.067	77.670	25.397	21.062	4.737	58,15%	-
Enerliva, S.A.	Sevilla	75.120 EUR	209	141	68	-	-	77,53%	-
Fontesiva	La Coruña	470.000 EUR	51.666	52.841	-1.174	3.292	-1.643	77,53%	-
Hidroeléctrica Fuentesosa, S.L.	Oviedo	77.036 EUR	310	36	274	89	13	77,53%	-
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	10.000 EUR	362	352	10	3	-	77,53%	-
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	1.924.000 EUR	37.055	34.066	2.989	5.365	457	46,52%	-
Genesa I, S.L.	Madrid	28.562.170 EUR	529.320	331.494	197.826	60.901	740	77,53%	-
Ceasa Promociones Eólicas, S.L.U.	Zaragoza	1.205.029 EUR	103.330	97.448	5.882	68.583	812	77,53%	-
Subgrupo Veinco	Zaragoza	188.047 EUR	5.580	19	5.561	899	740	77,53%	-
Guadaleba	Sevilla	1.460.000 EUR	201.056	193.644	7.412	31.477	5.162	77,53%	-
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701 EUR	456	542	-86	27	-30	58,15%	-
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Zaragoza	1.918.728 EUR	27.577	25.484	2.093	4.640	153	77,53%	-
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	15.717.845 EUR	161.237	152.932	8.305	15.962	-2.424	46,20%	-
Industrias Medioambientales Río Carrón, S.A.	Madrid	15.124 EUR	7	602	-595	-	-	69,78%	-
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	2.050.000 EUR	169.199	164.601	4.599	25.747	1.441	77,53%	-
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	10.000 EUR	37.852	35.535	2.318	6.616	996	77,53%	-
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Zaragoza	1.963.050 EUR	25.095	20.417	4.678	6.082	1.585	77,53%	-
Energía Eólica La Manchuela, S.L.U.	Madrid	1.141.900 EUR	20.139	16.878	3.260	4.298	958	77,53%	-
Parc Eolic Molinas, S.L.	Girona	3.006 EUR	217	214	3	2	-	41,87%	-
Molino de Caragüeyes, S.L.	Zaragoza	180.300 EUR	567	344	223	181	47	62,02%	-
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Zaragoza	12.024 EUR	49	40	9	-	-	77,53%	-
Muxia I e II	Coruña	10.000 EUR	71.100	71.093	7	4.506	-2	77,53%	-
Naturneo Energía, S.L.	Bilbao	3.020 EUR	4	2	2	-	-	86,44%	-
NEO Energía Aragón, S.L.	Madrid	10.000 EUR	10	2	8	-	-	77,53%	-
NEO Catalunya, S.L.	Barcelona	10.000 EUR	73.975	75.281	-1.305	1.380	-406	77,53%	-
Neomai Inversiones SICAV, S.A.	Madrid	33.358.370 EUR	40.485	37	40.448	674	591	77,53%	-
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	63.006 EUR	27.230	13.630	13.601	7.245	2.567	45,22%	-
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000 EUR	42.694	33.646	9.048	8.910	2.228	77,53%	-
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680 EUR	52.376	26.842	25.534	10.802	1.352	77,53%	-
Parque Eólico la Solonera, S.L.	Zaragoza	2.000.000 EUR	19.704	14.476	5.228	4.629	1.503	50,27%	-
Parque Eólico Altos del Voltoy, S.A.	Madrid	6.444.956 EUR	37.640	25.079	12.561	10.279	2.114	47,29%	-
Santa Quiteria Energía, S.L.U.	Zaragoza	3.043 EUR	4.954	4.298	656	163	91	77,53%	-
Eólica de Radona, S.L.U.	Madrid	6.888.000 EUR	64.923	59.253	5.670	7.119	-1.114	77,53%	-
Sieso Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006 EUR	1	-	-	-	-	77,53%	-
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	60.102 EUR	34.887	32.937	1.949	5.959	726	69,78%	-
Hidroeléctrico del Rumber, S.L.	Madrid	276.460 EUR	1.402	1.157	245	411	170	62,02%	-
Eólica Sierra de Awla, S.L.	Madrid	10.000 EUR	117.223	118.869	-1.646	7.296	-1.656	69,77%	-
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	3.294.000 EUR	65.188	57.406	7.782	11.057	1.726	65,82%	-
Sinac Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000 EUR	130.646	88.902	41.744	12.401	10.193	77,53%	-
Sotromó, S.A.	Soria	112.880 EUR	30	206	-176	-	-	69,78%	-
Parc Eolic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	3.005 EUR	70.404	70.397	7	2.269	-	46,52%	-
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200 EUR	67	51	16	-	-1	62,02%	-
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	3.330.000 EUR	74.486	73.776	710	4.847	-2.617	77,53%	-
Bon Vent de l'Ebre, S.L.	Barcelona	90.000 EUR	51.004	50.949	55	113	-	77,53%	-
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	3.600.000 EUR	69.944	67.287	2.657	10.083	-224	77,53%	-
Parc Eolic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	3.006 EUR	44.430	43.745	685	3.837	682	46,52%	-
Parc Eolic Serra Valtorera, S.L.	Barcelona	1.283.010 EUR	34.393	33.644	749	2.960	-534	77,53%	-
Distribución de Electricidad:									
Electra de Llobregat Energía, S.L.	Llobregat	150.000 EUR	5.760	7.440	-1.681	219	-120	75,00%	-
Solanar Distribución Eléctrica, S.L.	Zaragoza	421.000 EUR	7.196	6.697	499	574	72	90,00%	-
Comercialización de Gás e Distribución:									
Naturgas Energía Distribución Cantabria, S.A.	Santander	2.857.388 EUR	100.476	68.579	31.897	29.036	7.925	95,00%	-
Naturgas Energía Distribución Murcia, S.A.	Murcia	61.414.185 EUR	150.998	99.394	51.604	21.954	1.541	94,98%	-
Naturgas Energía Transporte, S.A.U.	Bilbao	12.880.200 EUR	174.816	108.981	65.835	25.475	8.629	95,00%	-
HC Energía Gas, S.L.	Oviedo	214.293.400 EUR	972.152	22.224	949.928	264	-	100,00%	-
HC Naturgas Último Recurso, S.A.	Oviedo	3.000.000 EUR	36.978	35.954	1.024	39.500	-1.970	97,50%	-
HC Naturgas Servicios Energéticos S.L.	Oviedo	60.000 EUR	71	22	49	-	-11	97,50%	-
Naturgas Energía Servicios, S.A.	Bilbao	60.200 EUR	17.990	17.234	756	23.162	684	95,00%	-
Naturgas Energía Grupo, S.A.	Bilbao	316.516.400 EUR	1.390.646	297.334	1.093.312	270.843	36.606	95,00%	-
Naturgas Energía Distribución, S.A.U.	Bilbao	100.000.000 EUR	1.655.390	280.873	1.374.517	188.289	76.931	95,00%	-
Naturgas Energía Comercializadora, S.A.	Bilbao	8.255.306 EUR	428.661	452.969	-24.309	1.057.076	-34.425	95,00%	-
Naturgas Energía Participaciones, S.A.U.	Bilbao	300.500 EUR	9.200	8.177	1.024	1.155	663	95,00%	-
Naturgas Energía Comercializadoras Último Recurso, S.A.	Bilbao	2.000.000 EUR	2.033	21	2.012	14	8	95,00%	-
Naturgas Energía Servicios Comunales, S.A.	Bilbao	191.010 EUR	8.902	8.594	309	7.532	123	95,00%	-
Comercialización de Electricidad:									
EDP Energía Ibérica, S.A.	Madrid	60.200 EUR	17	13.376	-13.359	-	-	100,00%	-
Hidrocentrónica Energía, S.A.U.	Oviedo	500.000 EUR	499.451	645.616	-146.165	1.533.315	20.151	100,00%	-
Otras actividades:									
Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración S.A.	Madrid	62.247 EUR	763	1.978	-1.214	1.203	-150	90,00%	-
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Residuos S.A.	Madrid	2.996.022 EUR	11.298	9.233	2.065	14.796	2.035	100,00%	-
Renovamed, S.A.	Madrid	60.200 EUR	318	1.351	-1.033	864	62	75,00%	-
Sinova Medioambiental, SA	Soria	2.687.364 EUR	17.092	4.525	12.567	15.497	1.642	84,00%	-
Tratamientos Ambientales Sierra de La Tercia, S.A.	Madrid	3.731.202 EUR	16.286	5.256	11.030	16.480	1.989	88,00%	-
Brasil									
Empresa-Mãe e Actividades Conexas:									
EDP Energias do Brasil, S.A.	São Paulo	3.182.715.954 BRL	2.238.650	111.236	2.127.415	318.332	244.595	64,91%	25,02%
Elebras Projetos, Ltda	São Paulo	1.626.013 BRL	74.015	74.114	-99	2.544	-292	71,85%	-
Energest, S.A.	São Paulo	226.911.842 BRL	256.735	53.006	203.729	77.444	43.079	64,91%	-
Escelsapar	Espirito Santo	2.800.000 BRL	2.407	2.761	-354	1.073	720	64,91%	-
Evrcy Participações Ltda	São Paulo	21.512.267 BRL	13.274	825	12.449	2.731	2.050	64,91%	-
Santa-Fé Energia, S.A.	Espirito Santo	86.371.000 BRL	80.977	37.516	43.461	9.907	4.788	64,91%	-
Actividade Eléctrica - Brasil:									
Produção de Electricidade:									
CESA - Castelo Energética, S.A.	São Paulo	37.308.269 BRL	105.486	69.004	36.482	21.441	7.096	64,91%	-
Costa Rica Energética, Ltda.	Mato Grosso Sul	14.318.185 BRL	11.544	1.084	10.460	7.452	6.094	33,11%	-
Enercoito, S.A.	São Paulo	5.316.118 BRL	2.405	265	2.140	-	-46	64,91%	-



notas 6s demonstra76es financeiras

consolidadas e individuais para os exerc6cios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidi6rias	Sede	Capital Social / Moeda	Ativos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Pr6prios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provelhos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Lquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Brasil									
Actividade El6ctrica - Brasil:									
Produ76o de Electricidade:									
Enerpeke, S.A.	S6o Paulo	882.627.748 BRL	938.523	396.272	542.251	147.363	51.863	38,95%	-
Investo, S.A.	S6o Paulo	804.458.842 BRL	636.137	179.294	456.843	84.973	31.190	26,47%	-
Ipueiras Energia S.A.	S6o Paulo	14.721.836 BRL	2	23	-21	-	-22	64,91%	-
Omega Engenharia e Assessoria, Ltda	Porto Alegre	131.000 BRL	282	235	47	-	-4	64,91%	-
Pantanal	S6o Paulo	23.390.369 BRL	35.360	9.106	26.254	18.662	10.783	64,91%	-
Lajeado Energia S.A.	S6o Paulo	756.867.541 BRL	734.715	104.714	630.002	208.468	88.323	36,26%	-
Energias Renov6veis:									
Central Nacional de Energia E6lica, S.A.	S6o Paulo	14.035.000 BRL	16.532	9.464	7.068	3.633	803	71,85%	-
EDP Renovaveis Brasil, SA	S6o Paulo	62.219.027 BRL	30.824	5.576	25.248	222	-2.569	71,85%	-
Terra Verde Bioenergia Participa76es S.A.	S6o Paulo	100 BRL	4.728	7.058	-2.330	1	-1.641	59,72%	-
Distribui76o de Electricidade:									
Bondariante Energia, S.A.	S6o Paulo	254.628.684 BRL	1.234.597	848.407	386.191	1.041.079	133.327	64,91%	-
Escelsa - Espirito Santo Centrais El6ctricas, S.A.	Espirito Santo	376.021.630 BRL	1.058.042	686.867	371.176	706.586	72.887	64,91%	-
Comercializa76o de Electricidade:									
Enertrade - Comercializadora de Energia, S.A.	S6o Paulo	26.284.758 BRL	60.841	40.790	20.051	316.483	7.546	64,91%	-
Fran7a									
Actividade El6ctrica - Fran7a:									
Energias Renov6veis:									
Parc Eolien D'Ardennes, S.A.S.	Elbeuf	1.000 EUR	34	174	-141	-	-19	77,53%	-
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	37.001 EUR	11.557	12.843	-1.286	1.564	-92	77,53%	-
Eolienne des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	17	44	-27	-	-	77,53%	-
Eolienne de Callengville, S.A.S.	Elbeuf	37.004 EUR	34	22	12	-	-5	77,53%	-
C.E. Canet-Pant de Solars, S.A.S.	Paris	125.000 EUR	16.047	16.256	-208	2.286	317	77,53%	-
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	81	151	-70	1	-2	77,53%	-
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	48.526.642 EUR	271.722	233.764	37.958	21.097	-4.507	77,53%	-
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	17	47	-31	-	-4	77,53%	-
C.E. Gueltes Noyal-Ponthy, S.A.S.	Paris	2.261.000 EUR	8.818	4.694	4.123	1.465	494	77,53%	-
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	37.004 EUR	15	10	5	-	-4	77,53%	-
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	1.000 EUR	15.447	15.466	-19	870	23	77,53%	-
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	17	58	-41	-	-2	77,53%	-
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	9.232	9.435	-203	778	-199	77,53%	-
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	1.640.000 EUR	16.099	12.731	3.368	2.708	770	77,53%	-
Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	140	301	-161	7	-	77,53%	-
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	4.120	4.228	-108	116	-33	77,53%	-
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	40.000 EUR	11.979	13.739	-1.761	1.345	-188	77,53%	-
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	19.491	19.838	-347	1.742	-330	77,53%	-
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	10.036	10.150	-114	114	-13	77,53%	-
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	1.600.000 EUR	15.343	13.149	2.194	2.359	534	77,53%	-
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Elbeuf	1.000 EUR	11	44	-33	-	-7	77,53%	-
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	10.094	10.134	-40	1.143	-9	77,53%	-
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	1.615.000 EUR	15.058	12.660	2.398	2.507	658	77,53%	-
C.E. NEO Truc L'homme, S.A.S.	Paris	37.500 EUR	34	7	27	-	-1	77,53%	-
Vall6e du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	18.864	19.148	-284	1.832	-269	77,53%	-
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	37.003 EUR	14.197	15.775	-1.578	2.169	45	77,53%	-
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	37.004 EUR	13.799	15.579	-1.781	1.973	-36	77,53%	-
Reino Unido									
Actividade El6ctrica - Reino Unido:									
Energias Renov6veis:									
EDPR UK Limited	Cardiff	100.000 GBP	2.137	2.763	-627	1.822	-743	77,53%	-
Maray Offshore Renewables Limited	Cardiff	- GBP	6.081	5.923	158	1.316	158	58,15%	-
MacCull Offshore Windfarm Limited	Cardiff	- GBP	-	-	-	-	-	58,15%	-
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	- GBP	-	-	-	-	-	58,15%	-
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	- GBP	-	-	-	-	-	58,15%	-
Pol6nia									
Actividade El6ctrica - Pol6nia:									
Energias Renov6veis:									
Farma Wiatrowa Bodzanow SP ZOO	Vars6via	64.780 EUR	809	788	21	26	-40	77,53%	-
EDP Renewables Polska SP.ZOO	Vars6via	109.394.969 EUR	282.810	175.675	107.135	75.364	-4.168	77,53%	-
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP ZOO	Vars6via	17.610 EUR	5.767	5.813	-46	339	-52	77,53%	-
Relax Wind Park I, SP. ZOO	Vars6via	538.365 EUR	249.144	244.274	4.870	23.275	4.786	74,76%	-
Relax Wind Park II, SP. ZOO	Vars6via	110.692 EUR	505	451	54	32	-17	39,54%	-
Relax Wind Park III, SP. ZOO	Vars6via	105.660 EUR	56.114	56.152	-38	185	-66	77,53%	-
Relax Wind Park IV, SP. ZOO	Vars6via	98.113 EUR	718	734	-16	62	2	39,54%	-
Karpacka Mala Energeyika SP ZOO	Vars6via	12.579 EUR	184	186	-2	-	-7	77,53%	-
Farma Wiatrowa Starozreby SP ZOO	Vars6via	117.107 EUR	825	728	97	24	-15	77,53%	-
Farma Wiatrowa Wyszogrod SP ZOO	Vars6via	165.409 EUR	820	675	145	21	-16	77,53%	-
Estados Unidos da Am6rica									
Empresa-M6e:									
Horizon Wind Energy LLC	Houston, Texas	4.135.453.714 USD	3.023.081	51.024	2.972.057	34.138	-22.350	77,53%	-
Actividade El6ctrica - Estados Unidos da Am6rica:									
Energias Renov6veis:									
Headwaters Wind Farm LLC	Indiana	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
17th Star Wind Farm LLC	Ohio	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Rio Blanco Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Hidalgo Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Stone Wind Power LLC	New York	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Franklin Wind Farm LLC	New York	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Five-Spot, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Chocolate Bayou I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Alabama Ledge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Ashford Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Athens-Weston Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm III LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blackstone Wind Farm V LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Blue Canyon Windpower IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Broadlands Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Chateaugay River Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Cropsey Ridge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Crossing Trails Wind, Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Ativos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Estados Unidos da América									
Actividade Eléctrica - Estados Unidos da América:									
Energias Renováveis:									
Dairy Hills Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Diamond Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
East Kllickitat Wind Power Project LLC	Washington	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Ford Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Rising Tree Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Northwest IV LLC	Oregon	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Northwest VII LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Northwest X LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Northwest XI LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Panhandle I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Southwest I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Southwest II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Southwest III LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Southwest IV LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Valley I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind MREC Iowa Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind, Freeport Windpower I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Machios Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Blue Canyon Wind Power VII LLC	Oklahoma	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
New Trail Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
North Slope Wind Farm, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Number Nine Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Pacific Southwest Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Pioneer Prairie Wind Farm II LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wyoming Transmission LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Buffalo Bluff Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Sardinia Windpower LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Turtle Creek Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Western Trail Wind Project I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Simpson Ridge Wind Farm LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Coos Curry Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Midwest IX LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Horizon Wind Energy Northwest I LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
AZ Solar LLC	Arizona	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Peterson Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Pioneer Prairie Interconnection LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
The Nook Wind Power Project LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Tug Hill Windpower LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Whiskey Ridge Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Wilson Creek Power Partners LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
WTP Management Company LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Black Prairie Wind Farm II LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Black Prairie Wind Farm III LLC	Illinois	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Paulding Wind Farm III LLC	Ohio	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Simpson Ridge Wind Farm II LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Simpson Ridge Wind Farm III LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Simpson Ridge Wind Farm IV LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Simpson Ridge Wind Farm V LLC	Wyoming	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	- USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Clinton County Wind Farm, LLC	New York	61.015.975 USD	45.658	-	45.658	-	-	77.53%	-
Wind Turbine Prometheus, IP	California	5.990 USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Last Lakes Wind Farm, LLC	Minnesota	202.189.348 USD	148.131	3.542	144.589	4.652	-6.579	77.53%	-
Quilt Block Wind Farm, LLC	Minnesota	4.122.745 USD	3.077	6	3.072	-	-	77.53%	-
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	2.437.781 USD	1.357	348	1.008	-	-41	77.53%	-
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	185.153.528 USD	144.392	1.602	142.789	14.094	3.671	77.53%	-
Horizon Wind Energy International	Texas	5.966.523 USD	4.661	-	4.661	4	4	77.53%	-
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	203.868.999 USD	222.093	70.326	151.767	142	-779	77.53%	-
Marble River, LLC	New York	60.958.843 USD	46.166	679	45.487	-	-11	77.53%	-
Blackstone Wind Farm, LLC	Illinois	156.018.857 USD	156.932	44.241	112.691	9.295	-3.047	77.53%	-
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	11.990.587 USD	9.029	138	8.891	-	-3	77.53%	-
Jericho Rise Wind Farm LLC	New York	5.422.195 USD	4.027	3	4.024	-	-2	77.53%	-
Marlinsdale Wind Farm LLC	Colorado	4.351.425 USD	3.254	4	3.250	5	-2	77.53%	-
Signal Hill Wind Power Project LLC	Colorado	4.452 USD	2	-	2	-	-	77.53%	-
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Colorado	3.953 USD	-	-	-	-	-	77.53%	-
Stinson Mills Wind Farm, LLC	Colorado	3.061.885 USD	2.220	3	2.216	-	-2	77.53%	-
OPQ Property LLC	Illinois	- USD	104	-	104	7	5	77.53%	-
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	295.414.573 USD	301.079	85.543	215.536	18.033	-4.072	77.53%	-
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	101.881.926 USD	118.176	34.529	83.647	13.472	4.142	77.53%	-
High Trail Wind Farm, LLC	Illinois	390.988.575 USD	302.924	6.782	296.143	23.999	-2.602	77.53%	-
Madison Windpower LLC	New York	10.633.581 USD	6.211	498	5.713	646	-1.049	77.53%	-
Mesquite Wind, LLC	Texas	259.390.109 USD	238.070	26.737	211.333	24.270	2.298	77.53%	-
BC2 Maple Ridge Wind LLC	Texas	394.343.621 USD	305.882	5	305.877	4.041	1.024	77.53%	-
Blue Canyon Windpower II LLC	Oklahoma	167.170.955 USD	145.875	12.129	133.746	14.615	708	77.53%	-
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	135.804.747 USD	133.314	17.861	115.453	16.226	4.188	77.53%	-
Post Oak Wind, LLC	Texas	293.550.188 USD	265.676	18.516	247.160	39.139	16.234	77.53%	-
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	153.690.294 USD	123.778	9.518	114.261	9.896	-1.154	77.53%	-
Old Trail Wind Farm, LLC	Illinois	411.687.570 USD	305.997	4.092	301.905	22.949	-3.101	77.53%	-
Cloud County Wind Farm	Kansas	324.444.400 USD	246.405	2.703	243.702	18.767	-1.208	77.53%	-
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	597.578.067 USD	443.653	4.486	439.167	30.866	-5.133	77.53%	-
Arlington Wind Power Project LLC	Oregon	182.605.602 USD	140.680	1.804	138.876	11.912	-235	77.53%	-
Rail Splitter	Illinois	237.809.344 USD	174.735	4.401	170.333	7.839	-6.036	77.53%	-
Meadow Lake Wind Farm II LLC	Texas	203.587.242 USD	159.350	8.242	151.108	3.436	-1.254	77.53%	-
Black Prairie Wind Farm LLC	Texas	5.081.947 USD	3.803	-	3.803	-	-1	77.53%	-
Meadow Lake Wind Farm IV LLC	Indiana	53.368.850 USD	135.406	95.387	40.019	2.198	78	77.53%	-
Blackstone Wind Farm II LLC	Texas	116.789.390 USD	325.932	238.790	87.142	4.082	-261	77.53%	-
Saddleback Wind Power Project LLC	Texas	1.362.468 USD	1.017	1	1.016	-	-	77.53%	-
Meadow Lake Windfarm III LLC	Indiana	65.889.309 USD	160.967	111.696	49.271	2.909	-40	77.53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm LLC	Texas	7.356.840 USD	5.631	125	5.506	-	-	77.53%	-
Lexington Chenoa Wind Farm II LLC	Illinois	280.355 USD	253	44	210	-	-	77.53%	-
Paulding Wind Farm LLC	Ohio	5.427.120 USD	4.073	11	4.061	-	-	77.53%	-
Paulding Wind Farm II LLC	Ohio	11.013.472 USD	10.843	2.605	8.237	-	-5	77.53%	-
Antelope Ridge Wind Power Project LLC	Texas	10.557.923 USD	8.158	258	7.901	-	-1	77.53%	-
Blackstone Wind Farm III LLC	Texas	3.682.918 USD	2.808	60	2.749	-	-7	77.53%	-
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	929.813 USD	696	-	696	-	-	77.53%	-
Waverly Wind Farm LLC	Kansas	1.690.746 USD	1.291	26	1.265	-	-	77.53%	-
Blue Canyon Windpower VI LLC	Texas	2.314.139 USD	1.955	223	1.732	-	-	77.53%	-
2007 Vento I LLC	Texas	1.147.652.609 USD	865.027	3.427	861.600	3.386	134	77.53%	-
2007 Vento II	Texas	1.008.427.726 USD	753.232	808	752.424	4	-806	77.53%	-
2008 Vento III	Texas	1.115.816.765 USD	834.271	444	833.827	5	-570	77.53%	-
2009 Vento IV, LLC	Texas	238.057.776 USD	178.006	-	178.006	-	-80	77.53%	-
2009 Vento V, LLC	Texas	185.267.562 USD	138.570	36	138.534	-	-113	77.53%	-
2009 Vento VI, LLC	Texas	202.302.814 USD	151.320	146	151.174	-	-152	77.53%	-
2010 Vento VII, LLC	Texas	203.615.853 USD	152.364	136	152.228	-	-156	77.53%	-



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provelhos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Estados Unidos da América									
Actividade Eléctrica - Estados Unidos da América:									
Energias Renováveis:									
2010 Vento VIII, LLC	Texas	204.868.999 USD	153.322	12	153.311	-	-12	77,53%	-
2010 Vento IX, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Horizon Wind Ventures I LLC	Texas	1.459.281.035 USD	2.465.035	1.327.506	1.137.530	37.869	18.113	77,53%	-
Horizon Wind Ventures IB, LLC	Texas	12.829.982 USD	451.749	406.598	45.152	32.122	15.798	77,53%	-
Horizon Wind Ventures IC, LLC	Texas	6.702.543 USD	384.019	373.073	10.946	26.092	6.385	77,53%	-
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	141.509.304 USD	179.039	72.254	106.785	2.471	1.490	77,53%	-
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	78.415.590 USD	140.611	82.492	58.119	5.926	-556	77,53%	-
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	113.432.330 USD	152.836	69.662	83.174	409	-1.716	77,53%	-
Horizon Wind Ventures VII, LLC	Texas	120.001.219 USD	153.792	64.545	89.247	144	-561	77,53%	-
Horizon Wind Ventures VIII, LLC	Texas	111.591.410 USD	157.821	74.681	83.141	-5	-373	77,53%	-
Horizon Wind Ventures IX, LLC	Texas	- USD	-	-	-	-	-	77,53%	-
Outros Países									
Actividades Conexas:									
EDP Finance BV	Amesterdão	2.000.000 EUR	13.876.267	13.811.226	65.041	655.237	64.418	100,00%	100,00%
EDP Finance Company (Ireland), Ltd	Dublin	1.000.001 EUR	634	355	280	1	-42	100,00%	100,00%
Energia RE - Sociedade Cítrica de Resseguro	Luxemburgo	2.000.000 EUR	58.196	40.137	18.059	13.643	2.430	100,00%	100,00%
EDP - Asia Soluções Energéticas, Lda	Macau	1.500.000 MOP	140	-	140	-	-	60,00%	-
EDP ASIA - Investimento e Consultadoria, Lda	Macau	200.000 MOP	63.285	239	63.046	7.935	7.468	100,00%	100,00%
Actividade Eléctrica - Outros Países:									
Energias Renováveis:									
EDP Renewables Canada	Ontário	- CAD	3.777	3.879	-101	-	-101	77,53%	-
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Varese	19.555.320 EUR	25.576	7.201	18.375	3.463	-1.180	77,53%	-
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	24.924.000 EUR	85.267	58.478	26.790	12.942	1.947	54,27%	-
Repano Wind S.R.L.	Varese	161.675 EUR	296	151	144	-	-9	77,53%	-
Re Plus - S.R.L.	Varese	100.000 EUR	2.488	1.375	1.113	-	-60	62,02%	-
Tarcan, BV	Amesterdão	20.000 EUR	19.480	12.822	6.658	2.668	2.008	77,53%	-
Cernavoda Power SRL	Bucharest	40.317.400 LEI	186.404	179.936	6.468	11.642	-2.193	65,90%	-
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucharest	28.650.270 LEI	143.069	138.339	4.730	11.810	-1.088	65,90%	-

O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas, sem capital social, e que à data de encerramento de exercício não têm quaisquer activos, passivos, ou qualquer actividade operacional.

Sempre que aplicável, as percentagens de participação detidas pelo Grupo EDP, incluem o efeito da aquisição de interesses minoritários, por via de contratos de opção de venda «written put option», conforme referido na política contabilística 2 b).

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2010, são apresentados de seguida:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos Não Correntes 31-Dez-10 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-10 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-10 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Provelhos 31-Dez-10 Euro'000	Total Custos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Arquiled - Proj. Iluminação, S.A.	Lisboa	166.700 EUR	217	965	85	608	488	788	-908	-120	40,01%	-
Arquilservice - Consultoria Serviços, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	159	71	167	72	-9	34	-45	-11	35,21%	-
Bloastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	43	896	-	730	209	1.829	-1.898	-69	50,00%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	211	3.856	-	2.353	1.713	3.642	-3.575	67	50,00%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	49.736	8.604	26.168	6.993	25.180	16.808	-10.103	6.705	38,76%	-
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	15.025 EUR	-	4	-	9	-5	-	-	-	38,69%	-
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	82.759	7.210	81.804	4.777	3.387	18.107	-17.005	1.102	50,00%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	24.435	7.102	20.293	4.073	7.172	4.988	-3.490	1.498	38,11%	-
Futurcompact, Lda	Lisboa	5.000 EUR	9	1	-	-	11	-	-	-	40,01%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	2.241	2.164	168	1.743	2.494	836	-467	369	47,50%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	16.135	5.398	14.611	1.900	5.022	4.044	-3.433	611	38,76%	-
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	- EUR	-	3.201	-	3.201	-	1.392	-1.392	-	60,00%	-
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.	Vila Velha de Ródão	50.000 EUR	8.027	1.722	22	9.538	190	4.134	-3.906	228	50,00%	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Ceará	610.473.962 BRL	561.039	31.334	438.098	47.802	106.473	12.935	-30.748	-17.813	32,46%	-
Fiat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	64.868	1.026	437	55	65.402	2.908	-5.132	-2.224	38,76%	-
Fiat Rock Windpower LLC	Portland	522.818.885 USD	162.186	3.686	1.146	43	164.682	11.813	-15.578	-3.765	38,76%	-
CIDE HC Energia, S.A.	Madrid	500.000 EUR	144	21.480	-	21.349	275	119.135	-119.224	-89	50,00%	-
InovGrid, A.C.E.	Lisboa	- EUR	-	2.635	-	2.635	-	853	-853	-	55,00%	-
WINDPLUS, S.A.	Lisboa	85.750 EUR	2.332	261	1.418	1.061	114	-	-10	-10	41,63%	-

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2009, são apresentados de seguida:

Empresas Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos Não Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Provelhos 31-Dez-09 Euro'000	Total Custos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
Bloastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	23	997	-	572	447	1.652	-1.376	276	50,00%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	50	2.463	-	1.106	1.407	3.647	-3.050	597	50,00%	-
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	105.014	9.088	44.313	13.357	56.433	14.805	-11.946	2.859	38,76%	-
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	15.025 EUR	-8	4	-	9	-13	-	-	-	38,69%	-
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	68.776	3.379	69.887	6.559	-4.291	10.192	-10.402	-210	50,00%	40,00%
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	22.690	5.694	23.366	3.895	1.124	5.273	-3.955	1.318	38,11%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	571	1.822	194	735	1.464	544	-234	309	47,99%	-
Murciasol I Sala Térmica, S.L.	Almería	3.340 EUR	84	16	-	100	-	-	-	-	38,76%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	15.436	4.992	14.981	2.845	2.601	4.054	-3.449	606	38,76%	-
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	- EUR	-	1.082	-	1.082	-	645	-645	-	60,00%	-
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.	Vila Velha de Ródão	50.000 EUR	8.219	376	2	9.359	-766	6.572	-7.084	-512	50,00%	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Ceará	507.594.744 BRL	183.315	81.966	242.064	36.049	-12.832	24.828	-28.264	-3.436	32,46%	-
Fiat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	-7.899	849	387	43	-7.479	2.743	-4.387	-1.644	38,76%	-
Fiat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	-19.659	3.694	1.049	66	-17.081	11.353	-13.386	-2.033	38,76%	-
CIDE HC Energia, S.A.	Madrid	500.000 EUR	-166	37.002	-	36.722	114	52.664	-52.550	114	50,00%	-
InovGrid, A.C.E.	Lisboa	- EUR	-	266	-	266	-	362	-362	-	55,00%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2010, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-10 Euro'000	Passivos 31-Dez-10 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-10 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-10 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-10 Euro'000	% Grupo	% Individual
Aproffilament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	3.869.020 EUR	26.420	22.917	3.503	-	-	14,71%	-
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	238	-	238	-	-	23,26%	-
Carrifço Cogeração, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	15.932	14.199	1.733	22.786	-1.416	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	475.796	215.486	260.310	421.066	48.216	21,19%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	137	-115	252	-	-	23,26%	-
D.E. de Canárias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	12.190	820	11.369	4.041	1.242	34,69%	-
Edeq-Produção Hidroelétrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	917	-	917	-	-34	25,00%	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	Lisboa	25.247.525 EUR	917.038	881.252	35.786	43.998	5.917	27,88%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	28.797	24.344	4.454	1.413	1	49,90%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	6.899	-	6.899	-	-	19,38%	-
Inkalan, A.I.E.	Bilbau	60.101 EUR	298	138	160	472	-	13,57%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Aviles	3.005.000 EUR	5.582	-	5.582	229	33	20,00%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbau	1.502.500 EUR	8.680	5.235	3.445	9.490	907	23,75%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	31.893	27.520	4.373	5.174	-69	23,18%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	27.089	10.926	16.163	10.989	-	32,56%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	18.988	3.241	15.747	14.908	3.535	39,60%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	177.690	132.899	44.791	27.953	8.712	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	3	-	3	-	-	38,76%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	62	-	62	-	-	19,38%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.706	409	2.297	1.460	699	38,00%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2009, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-09 Euro'000	Passivos 31-Dez-09 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-09 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-09 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-09 Euro'000	% Grupo	% Individual
Biomassas del Pirineo, S.A.S.	Huesca	454.896 EUR	238	-	238	-	-	23,26%	-
Carrifço Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	17.308	14.158	3.149	23.763	2.113	35,00%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	429.127	199.585	229.543	388.150	46.918	21,19%	-
Central E - Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	227.275 EUR	879	315	564	971	-14	34,00%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	252	-	252	-	-	23,26%	-
D.E. de Canárias, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	11.435	807	10.628	4.108	1.115	34,69%	-
DECA - Distribuição Eléctrica Centroamericana Dos III, S.A.	Guatemala	1.141.092.000 GTQ	476.890	275.631	201.259	450.449	24.794	21,00%	21,00%
Edeq-Produção Hidroelétrica, Lda.	Lisboa	1.000.000 EUR	951	-	951	-	-19	25,00%	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, SA	Lisboa	5.000.000 EUR	440.141	404.900	35.241	12.462	2.151	15,20%	-
Geoterceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	27.598	26.605	992	2.002	-1	49,90%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	7.749	-	7.749	-	-	19,38%	-
Inkalan, A.I.E.	Bilbau	60.101 EUR	247	133	114	372	-	41,13%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Aviles	3.005.000 EUR	5.582	-	5.582	229	33	20,00%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbau	1.502.500 EUR	9.158	5.692	3.466	10.180	1.031	23,99%	-
Parque Eólico Altos del Voltoy, S.A.	Madrid	6.444.956 EUR	39.395	28.398	10.997	7.343	1.066	37,99%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	4.506	-	4.506	-	576	23,18%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	13.059	-	13.059	-	3.843	32,56%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	21.180	2.201	18.979	15.759	1.708	39,60%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	126.578	90.499	36.078	26.197	8.079	19,83%	-
Sodecoan, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	3	-	3	-	-	38,76%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	62	-	62	-	-	19,38%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.617	364	2.253	1.369	655	38,39%	-
Aproffilament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	3.869.020 EUR	24.547	21.044	3.503	-	-366	14,71%	-

As Outras Empresas com participações iguais ou superiores a 10% à data de 31 de Dezembro de 2010, eram as seguintes:

Outras Empresas	Sede e País	% de participação Grupo	% de participação Individual
Tejo Energia, S.A.	Abrantes - Portugal	11,11%	-
EDA, S.A.	Açores - Portugal	10,00%	-
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	Sevilha - Espanha	16,67%	-
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid - Espanha	17,00%	-



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - 31 de Dezembro 2010

(Valores em milhares de Euros)

	Produção Ibérica			Distribuição Ibérica *			Comercialização Ibérica			Electricidade			EDP Renováveis
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações
Volume de negócios	2.378.934	1.765.913	-13.166	4.131.681	5.099.338	183.595	5.282.933	887.766	1.887.596	2.775.362	565.203	276.494	4.222
Clientes externos	1.776.377	565.893	4.965	2.347.235	4.806.553	-	4.806.553	737.579	1.771.488	2.509.067	476.529	276.494	3.359
Clientes Inter segmentos	602.557	1.200.020	-18.131	1.784.446	292.785	183.595	476.380	150.187	116.108	266.295	88.674	-	863
Custos com aquisição de electricidade	-519.041	-1.037.238	-	-1.556.279	-3.751.449	115	-3.751.334	-694.126	-1.770.244	-2.464.370	-1.262	-1.525	-130
Custos com aquisição de gás	-	-255	-	-255	-	-	-	-752	-5.776	-6.528	-	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-641.252	-405.864	22.454	-1.024.662	-6.833	91	-6.742	-5.051	-26.229	-31.280	-1.709	-	-
	1.218.641	322.556	9.288	1.550.485	1.341.056	183.801	1.524.857	187.837	85.347	273.184	562.232	274.969	4.092
Outros proventos / (custos) de exploração													
Outros proventos de exploração	8.937	3.504	-	12.441	61.719	33.312	95.031	7.755	32.201	39.956	26.882	153.027	1.197
Fornecimentos e serviços externos	-97.355	-58.618	1.902	-154.071	-322.136	-53.820	-375.956	-118.215	-43.899	-162.114	-87.409	-93.026	-17.684
Custos com o pessoal	-74.418	-31.669	1.582	-104.505	-128.705	-19.646	-148.351	-35.917	-8.907	-44.824	-19.824	-22.735	-10.047
Custos com benefícios aos empregados	-26.433	-1.599	-	-28.032	-102.406	-3.567	-105.973	-5.309	-440	-5.749	-302	-1.598	-340
Outros custos de exploração	-18.126	-23.314	220	-41.220	-286.800	-5.050	-291.850	-10.748	-31.525	-42.273	-19.913	-22.303	-14.681
	-207.395	-111.696	3.704	-315.387	-778.328	-48.771	-827.099	-162.434	-52.570	-215.004	-100.566	13.365	-41.555
	1.011.246	210.860	12.992	1.235.098	562.728	135.030	697.758	25.403	32.777	58.180	461.666	288.334	-37.463
Provisões do exercício	-433	-29.132	-	-29.565	-4.804	-1.004	-5.808	-11.549	-12.961	-24.510	155	-	-
Amortizações do exercício	-295.030	-134.132	-	-429.162	-243.217	-34.329	-277.546	-16.898	-3.731	-20.629	-209.185	-222.146	-1.883
Imparidades do imobilizado corpóreo e incorpóreo	416	26	-	442	-	-	-	-	-	-	-	-	-117
Compensações de amortizações	7.905	452	-	8.357	-	1.112	1.112	19	-	19	1.536	9.869	-
	724.104	48.074	12.992	785.170	314.707	100.809	415.516	-3.025	16.085	13.060	254.172	75.940	-39.346
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros proventos financeiros	458.363	29.360	-50.312	437.411	470	-	470	15	346	361	18.123	6.131	126.875
Juros obtidos	830	7.269	-	8.099	29.777	194	29.971	184	234	418	8.268	308	246.828
Outros custos financeiros	-413.422	-33.271	74.650	-372.043	-311	-94	-405	-70	-412	-482	-28.524	-73.355	-127.773
Juros suportados	-171.690	-33.618	-	-205.308	-66.275	-2.518	-68.793	-2.237	-4.394	-6.631	-227.435	3.400	-144.171
Ganhos / (perdas) em associadas	-504	227	-	-277	-	-	-	-	-	-	5.036	-	-
Resultados antes imposto	597.681	18.048	37.330	653.059	278.368	98.391	376.759	-5.133	11.859	6.726	29.640	12.424	62.413
Impostos sobre lucros	-168.329	-13.272	-13.724	-195.325	-35.170	-30.344	-65.514	281	-4.290	-4.009	-12.785	-	-21.002
Resultado líquido do exercício	429.352	4.776	23.606	457.734	243.198	68.047	311.245	-4.852	7.569	2.717	16.855	12.424	41.411
Atribuível a:													
Accionistas da EDP	428.565	8.182	23.606	460.353	243.198	65.934	309.132	-4.081	7.396	3.315	12.920	12.424	42.511
Interesses minoritários	787	-3.406	-	-2.619	-	2.113	2.113	-771	173	-598	3.935	-	-1.100
Resultado líquido do exercício	429.352	4.776	23.606	457.734	243.198	68.047	311.245	-4.852	7.569	2.717	16.855	12.424	41.411
Activos													
Activos tangíveis	4.076.026	1.978.069	-	6.054.095	102.978	676.118	779.096	43.913	12.491	56.404	5.000.280	4.814.548	125.479
Activos intangíveis + Goodwill	1.774.621	577.719	-	2.352.340	2.397.877	235.865	2.633.742	512	4	516	751.975	600.317	1.718
Investimentos financeiros em empresas associadas	836	1.565	-	2.401	-	-	-	-	70	70	44.054	1.817	-
Activo corrente	833.779	1.143.934	-417	1.977.296	1.490.740	125.622	1.616.362	247.306	534.688	781.994	759.626	199.503	679.763
Capitais Próprios e Passivos													
Capitais próprios + Interesses Minoritários	2.157.999	2.100.706	-156.903	4.101.802	414.554	471.611	886.165	9.007	-143.126	-134.119	442.303	3.146.741	5.141.393
Passivo corrente	810.804	1.387.548	-417	2.197.935	1.345.532	360.600	1.706.132	189.126	463.595	652.721	1.071.940	428.332	180.192
Aumentos do ano													
Activos tangíveis	345.534	89.359	-	434.893	13.388	59.281	72.669	7.862	4.938	12.800	607.287	765.650	79.504
Activos intangíveis + Goodwill	222.216	17.589	-	239.805	234.595	329	234.924	-	1	1	58.233	2.185	314
Transacções sem impacto nos fluxos de caixa													
Impairidade activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Inclui Comercializador de Último Recurso em Portugal.

** O Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas da EDP no segmento "Outras Operações" decompõe-se da seguinte forma: 695.814 milhares de Euros em Portugal, 132.686 milhares de Euros fora de Portugal e -9.694 milhares de Euros em ajustamentos intra-segmento

EDP Energias do Brasil								Gás						
								Actividade Ibérica						
Ajustamentos	Total	Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Outras Operações**	Ajustamentos	Grupo EDP
-863	845.056	429.749	1.609.529	311.441	2.651	-205.740	2.147.630	551.088	1.333.598	-197.900	1.686.786	222.040	-2.920.746	14.170.742
-	756.382	236.515	1.605.820	303.523	1.772	-	2.147.630	282.207	1.242.658	-	1.524.865	14.453	31.458	14.137.643
-863	88.674	193.234	3.709	7.918	879	-205.740	-	268.881	90.940	-197.900	161.921	207.587	-2.952.204	33.099
-	-2.917	-72.844	-1.007.459	-299.158	-	205.740	-1.173.721	-	-187.372	-	-187.372	-	2.327.732	-6.808.261
-	-	-	-	-	-	-	-	-458.211	-843.830	198.438	-1.103.603	-	165.116	-945.270
212	-1.497	-20	-868	-	-10	-	-898	-	-8.184	-	-8.184	-	-1.521	-1.012.880
-651	840.642	356.885	601.202	12.283	2.641	-	973.011	92.877	294.212	538	387.627	220.519	-365.994	5.404.331
-1.076	180.030	341	12.187	3.780	2.961	-60	19.209	4.818	7.415	-36	12.197	67.265	-105.240	320.889
1.908	-196.211	-25.436	-129.292	-2.032	-15.048	117	-171.691	-13.539	-56.662	1.041	-69.160	-180.356	447.303	-862.256
-	-52.606	-16.089	-68.788	-2.632	-8.750	-	-96.259	-4.725	-24.607	-	-29.332	-104.978	5.447	-575.408
-	-2.240	-1.054	-8.483	-128	-652	-	-10.317	-239	-547	-	-786	-9.939	9.674	-153.362
31	-56.866	-659	-30.167	-728	-6.002	-2.397	-39.953	-3.794	-23.761	-32	-27.587	-23.241	1.606	-521.384
863	-127.893	-42.897	-224.543	-1.740	-27.491	-2.340	-299.011	-17.479	-98.162	973	-114.668	-251.249	358.790	-1.791.521
212	712.749	313.988	376.659	10.543	-24.850	-2.340	674.000	75.398	196.050	1.511	272.959	-30.730	-7.204	3.612.810
-	155	-696	-3.268	-	1.165	-5.511	-8.310	-3.793	-33.370	-	-37.163	-26.578	28.201	-103.578
-1.072	-434.286	-65.262	-80.538	-71	-6.924	-7.779	-160.574	-11.553	-62.489	-	-73.842	-17.440	-55.848	-1.469.327
-	-117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325
1	11.406	-	-	-	-	-	-	-	1.282	-	1.282	103	-	22.279
-859	289.907	248.030	292.853	10.472	-30.609	-15.630	505.116	60.252	101.473	1.511	163.236	-74.645	-34.851	2.062.509
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-846	-	-846	62.764	-1.104	60.821
-116.755	34.374	19.214	16.128	548	216.463	-214.653	37.700	1.296	1.065	-	2.361	990.585	-991.858	511.404
-245.473	9.931	11.212	71.218	713	10.198	-3.484	89.857	1.307	988	-	2.295	669.619	-500.851	309.339
119.592	-110.060	-68.750	-48.536	-1.157	-16.277	8.994	-125.726	-1.902	-2.768	-1.511	-6.181	-220.184	175.101	-659.980
259.815	-108.391	-48.606	-46.542	-71	-336	-	-95.555	-6.043	-1.252	-	-7.295	-653.447	499.690	-645.730
-	5.036	-	-	-	-	-1.100	-1.100	2.879	280	-	3.159	15.552	1.100	23.470
16.320	120.797	161.100	285.121	10.505	179.439	-225.873	410.292	57.789	98.940	-	156.729	790.244	-852.773	1.661.833
-3.972	-37.759	-19.903	-88.968	-3.328	2.735	2.645	-106.819	-16.623	-26.840	-	-43.463	23.648	2.009	-427.232
12.348	83.038	141.197	196.153	7.177	182.174	-223.228	303.473	41.166	72.100	-	113.266	813.892	-850.764	1.234.601
12.348	80.203	84.657	196.153	7.177	182.174	-223.228	246.933	33.392	66.824	-	100.216	818.806	-940.033	1.078.925
-	2.835	56.540	-	-	-	-	56.540	7.774	5.276	-	13.050	-4.914	89.269	155.676
12.348	83.038	141.197	196.153	7.177	182.174	-223.228	303.473	41.166	72.100	-	113.266	813.892	-850.764	1.234.601
41.464	9.981.771	2.393.016	201	308	854	-61	2.394.318	2.620	825.679	-	828.299	212.199	17.401	20.323.583
12.723	1.366.733	361.644	968.774	432	147.405	-37.339	1.440.916	363.099	704.543	-	1.067.642	317.414	784.015	9.963.318
-	45.871	1.267	-	-	11.358	-1.299	11.326	26.789	3.877	-	30.666	658.107	-601.570	146.871
-378.327	1.260.565	275.912	809.403	51.482	250.008	-109.798	1.277.007	144.160	521.714	-26.928	638.946	3.481.394	-3.751.939	7.281.625
-3.336.926	5.393.511	1.746.295	757.366	20.051	1.655.012	-1.270.196	2.908.528	270.013	1.777.728	-	2.047.741	6.000.567	-10.419.236	10.784.959
-388.290	1.292.174	352.153	812.680	39.023	89.778	-113.344	1.180.290	138.886	654.880	-25.864	767.902	3.519.791	-3.587.306	7.729.639
-	1.452.441	266.162	-	85	13	-	266.260	56	58.066	-	58.122	96.374	-	2.393.559
-	60.732	3.045	113.581	-	62	-	116.688	40.370	201.799	-	242.169	59.961	-	954.280
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-4.207	-	-4.207



notas às demonstrações financeiras

consolidadas e individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - 31 de Dezembro 2009

(Valores em milhares de Euros)

	Produção Ibérica				Distribuição Ibérica				Comercialização Ibérica *			Electricidade			EDP Renováveis
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações	
	Volume de negócios	2.331.504	1.429.637	-52.382	3.708.759	4.737.388	178.953	-	4.916.341	658.610	1.379.457	2.038.067	441.437	204.649	1.771
Clientes externos	1.940.347	407.948	-36.305	2.311.990	4.614.454	20.257	-	4.634.711	505.181	1.251.171	1.756.352	363.778	204.649	2.286	
Clientes Inter segmentos	391.157	1.021.689	-16.077	1.396.769	122.934	158.696	-	281.630	153.429	128.286	281.715	77.659	-	-515	
Custos com aquisição de electricidade	-404.369	-473.575	943	-877.001	-3.380.624	-301	-	-3.380.925	-450.839	-1.313.104	-1.763.943	-246	-1.198	-78	
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-5.602	-5.602	-	-	-	
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-675.146	-484.737	33.600	-1.126.283	-12.104	566	-	-11.538	-6.062	-16.107	-22.169	-4.804	-	-	
	1.251.989	471.325	-17.839	1.705.475	1.344.660	179.218	-	1.523.878	201.709	44.644	246.353	436.387	203.451	1.693	
Outros proventos / (custos) de exploração	18.244	3.932	-	22.176	58.108	12.554	-	70.662	2.831	32.443	35.274	9.853	115.318	1.303	
Outros proventos de exploração	-96.230	-62.810	2.140	-156.900	-327.705	-57.863	-	-385.568	-115.844	-36.311	-152.155	-68.699	-65.418	-15.113	
Fornecimentos e serviços externos	-72.603	-31.762	1.030	-103.335	-134.020	-18.491	-	-152.511	-35.656	-6.004	-41.660	-14.665	-19.441	-7.608	
Custos com o pessoal	-41.659	-1.643	-	-43.302	-89.571	-2.921	-	-92.492	-4.952	-212	-5.164	813	-1.346	-100	
Custos com benefícios aos empregados	-18.563	-31.353	738	-49.178	-284.593	-8.422	-	-293.022	-11.790	-16.178	-27.968	-15.322	-17.926	-430	
Outros custos de exploração	-210.811	-123.636	3.908	-330.539	-777.781	-75.150	-	-852.931	-165.411	-26.262	-191.673	-88.020	-10.987	-21.948	
	1.041.178	347.689	-13.931	1.374.936	566.879	104.068	-	670.947	36.298	18.382	54.680	348.367	214.438	-20.255	
Provisões do exercício	-5.859	-20.299	-	-26.158	-6.852	-5.384	-	-12.236	-3.619	-17.333	-20.952	182	-	1	
Amortizações do exercício	-316.818	-128.659	-	-445.477	-241.905	-34.799	-	-276.704	-17.348	-2.534	-19.882	-154.092	-158.982	-1.035	
Imparidades do imobilizado corpóreo e incorpóreo	-416	-	-	-416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compensações de amortizações	5.225	450	-	5.675	-	4.109	-	4.109	51	-	51	813	1.589	-	
	723.310	199.181	-13.931	908.560	318.122	67.994	-	386.116	15.382	-1.485	13.897	195.270	57.045	-21.289	
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	13.251	-	13.251	-	2	-	2	-	-	-	268	-	-	
Outros proventos financeiros	523.980	54.945	-70.845	508.080	473	-	-	473	58	53	111	10.382	6.218	127.928	
Juros obtidos	465	22.328	-	22.793	89.747	78	-	89.825	843	361	1.204	7.839	692	197.069	
Outros custos financeiros	-475.608	-82.393	73.234	-484.767	-41.525	-600	-	-42.125	-81	-437	-518	-19.115	-59.590	-126.461	
Juros suportados	-153.329	-24.811	-	-178.140	-82.458	-7.907	-	-90.365	-1.807	-7.728	-9.535	-166.989	2.477	-80.057	
Ganhos / (perdas) em associadas	735	258	-	993	-	-	-	-	-	-	-	4.209	-287	-	
Resultados antes imposto	619.553	182.759	-11.542	790.770	284.359	59.567	-	343.926	14.395	-9.236	5.159	31.864	6.555	97.190	
Impostos sobre lucros	-118.781	-29.455	-4.241	-152.477	-55.836	-18.063	-	-73.899	-4.014	2.840	-1.174	-7.324	-	-29.363	
Resultado líquido do exercício	500.772	153.304	-15.783	638.293	228.523	41.504	-	270.027	10.381	-6.396	3.985	24.540	6.555	67.827	
Atribuível a:															
Accionistas do EDP	500.319	152.103	-15.783	636.639	228.523	40.348	-	268.871	10.394	-6.195	4.199	21.019	6.555	67.910	
Interesses minoritários	453	1.201	-	1.654	-	1.156	-	1.156	-13	-201	-214	3.521	-	-83	
Resultado líquido do exercício	500.772	153.304	-15.783	638.293	228.523	41.504	-	270.027	10.381	-6.396	3.985	24.540	6.555	67.827	
Activos															
Activos tangíveis	3.969.690	1.994.279	-	5.963.969	113.293	682.603	1.981	797.877	53.033	11.280	64.313	4.591.096	3.978.845	40.011	
Activos intangíveis + Goodwill	1.781.220	591.848	-	2.373.068	2.424.484	235.556	-	2.660.040	524	7	531	773.668	549.122	1.507	
Investimentos financeiros em empresas associadas	1.340	1.053	-	2.393	-	-	-	-	-	-	-	45.924	1.686	-	
Activo corrente	778.379	498.658	-794	1.276.243	1.326.488	114.877	-36	1.441.329	248.126	424.627	672.753	612.267	208.581	508.360	
Capitais Próprios e Passivos															
Capitais próprios + Interesses Minoritários	2.071.977	2.259.098	-156.903	4.174.172	478.523	449.940	6.373	934.836	16.787	-149.672	-132.885	448.698	2.858.681	5.084.442	
Passivo corrente	727.786	1.179.999	-794	1.906.991	2.075.267	393.935	-36	2.469.166	235.606	364.076	599.682	1.146.265	274.160	48.657	
Aumentos do ano															
Activos tangíveis	396.540	182.577	-	579.117	32.451	61.414	-	93.865	1.812	6.416	8.228	1.024.560	828.519	6.354	
Activos intangíveis + Goodwill	455.498	43.170	-	498.668	224.795	96	-	224.891	-	6	6	37.847	-	1.251	
Transacções sem impacto nos fluxos de caixa															
Imparidade activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

* Inclui Comercializador de Último Recurso em Portugal

EDP Energias do Brasil														Gás				Grupo EDP	
Atividade Ibérica																			
Ajustamentos	Total	Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Outras Operações	Ajustamentos	Grupo EDP					
385	648.242	351.201	1.242.560	289.136	1.519	-204.584	1.679.832	255.681	1.030.595	-97.252	1.189.024	168.955	-2.151.211	12.198.009					
-	570.713	193.933	1.240.350	244.736	813	-	1.679.832	126.687	994.883	-	1.121.570	12.088	15.730	12.102.986					
385	77.529	157.268	2.210	44.400	706	-204.584	-	128.994	35.712	-97.252	67.454	156.867	-2.166.941	95.023					
-	-1.522	-52.222	-744.496	-269.686	-	204.584	-861.820	-	-143.180	-	-143.180	-	1.687.933	-5.340.438					
-	-	-	-	-	-	-	-	-203.374	-619.242	-	97.583	-725.033	-	89.452					
91	-4.713	-37	-1.167	-7	-	-	-1.211	-	-5.249	-	-5.249	-112	60.046	-1.111.229					
476	642.007	298.942	496.897	19.443	1.519	-	816.801	52.307	262.924	331	315.562	168.843	-313.780	5.105.139					
-1.243	125.231	206	10.355	4	388	-	10.953	2.040	3.398	-86	5.352	69.545	-114.403	224.790					
926	-148.304	-20.603	-94.865	-1.750	-13.233	-	-130.451	-13.164	-43.880	1.469	-55.575	-136.020	396.771	-768.202					
-	-41.914	-12.069	-53.846	-1.926	-5.679	-	-73.520	-4.758	-23.192	-	-27.950	-101.312	2.166	-540.336					
-	-633	-1.093	-13.346	-160	-1.903	-	-16.502	-117	-513	-	-630	-9.475	9.845	-158.353					
-160	-33.838	-5.715	-46.883	-2.145	-2.491	-	-57.234	-4.871	-13.753	-617	-19.241	-29.045	8.962	-500.564					
-477	-99.458	-39.274	-198.585	-5.977	-22.918	-	-266.754	-20.870	-77.940	766	-98.044	-206.307	303.341	-1.742.365					
-1	542.549	259.668	298.312	13.466	-21.399	-	550.047	31.437	184.984	1.097	217.518	-37.464	-10.439	3.362.774					
-	183	-595	-3.890	-242	-8.057	-	-12.784	-848	-188	-	-1.036	-1.702	-	-74.685					
-241	-314.350	-50.128	-63.333	-77	-4.489	-	-118.027	-11.125	-37.577	-	-48.702	-11.781	-98.714	-1.333.637					
1	2.403	-3	-	-	-	-	-3	-	3.241	-	3.241	55	-	-416					
-241	230.785	208.942	231.089	13.147	-33.945	-	419.233	19.464	150.460	1.097	171.021	-50.892	-109.153	1.969.567					
-	268	-	-	-	45.673	-	45.673	-	143	-	143	34.793	-34.427	59.703					
-125.784	18.744	13.784	19.901	51	168.094	-167.082	34.748	2.084	1.489	-766	2.807	1.003.332	-908.218	640.577					
-186.627	16.973	7.564	29.573	973	17.967	-2.318	53.759	957	4.932	-	5.889	658.646	-473.292	375.977					
126.069	-79.097	-45.447	-20.627	-714	-15.420	2.325	-79.883	-3.869	-768	-332	-4.969	-474.334	313.187	-852.506					
215.515	-29.054	-42.469	-41.532	-64	-10.729	-	-94.794	-5.337	-258	-	-5.595	-736.606	473.512	-670.577					
-	3.922	-	-	-	-	-83	-83	2.668	262	-84	2.846	17.307	166	25.151					
26.932	162.541	142.374	218.404	13.393	171.640	-167.158	378.653	15.967	156.260	-85	172.142	452.746	-738.225	1.567.712					
-8.067	-44.754	-19.440	-58.326	-4.395	-3.568	-	-85.729	-5.010	-36.780	-	-41.790	-21.715	21.773	-399.765					
18.865	117.787	122.934	160.078	8.998	168.072	-167.158	292.924	10.957	119.480	-85	130.352	431.031	-716.452	1.167.947					
18.865	114.349	74.893	160.078	8.998	163.975	-167.158	240.786	8.892	112.818	-85	121.625	439.816	-802.440	1.023.845					
-	3.438	48.041	-	-	4.097	-	52.138	2.065	6.662	-	8.727	-8.785	85.988	144.102					
18.865	117.787	122.934	160.078	8.998	168.072	-167.158	292.924	10.957	119.480	-85	130.352	431.031	-716.452	1.167.947					
25.874	8.635.826	1.929.064	-	303	811	-97.968	1.832.210	1.825	780.606	-	782.431	163.485	194.695	18.434.806					
12.723	1.337.020	332.290	915.080	402	111.551	-891	1.358.432	341.129	708.355	-	1.049.484	368.030	480.010	9.626.615					
-1	47.609	8.862	-	-	10.951	-11.078	8.735	23.909	1.319	-	25.228	997.335	-906.028	175.272					
-223.852	1.105.356	231.220	621.890	58.738	192.014	-80.926	1.022.936	79.642	327.660	-2.564	404.738	4.749.421	-3.808.065	6.864.711					
-3.061.123	5.330.698	1.415.212	658.973	20.188	1.404.703	-1.057.758	2.441.318	229.182	1.447.608	-	1.676.790	5.623.848	-10.070.764	9.978.013					
-223.572	1.245.510	288.772	674.150	37.707	98.856	-72.677	1.026.808	139.277	628.131	-2.564	764.844	4.628.497	-3.733.465	8.908.033					
-	1.859.433	155.419	3.537	167	249	-	159.372	234	139.171	-	139.405	61.928	-	2.901.348					
-	39.098	481	121.927	59	106	-	122.573	32.473	33.322	-	65.795	56.894	-	1.007.925					
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.289	-	29.289					



anexos

274	REFERÊNCIAS FINAIS
275	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
276	AVALIAÇÃO GRI
280	RELATÓRIO, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
294	EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL



anexos

REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração Executivo agradece a todos aqueles que apoiaram e acompanharam a actividade do Grupo EDP ao longo do ano de 2010.

Desde logo e em primeiro lugar agradecemos aos Senhores Accionistas pela confiança e apoio dado ao actual Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros.

Um agradecimento especial também aos membros dos Órgãos Sociais responsáveis pela fiscalização e supervisão do Grupo, bem como pelo apoio prestado ao longo do ano, particularmente ao Conselho Geral e de Supervisão na orientação dada à actividade do Conselho de Administração Executivo.

O actual modelo de governo da EDP encontra-se perfeitamente consolidado, continuando a revelar-se como um exemplo na fiscalização da actividade da gestão da Sociedade e como garante do interesse de todos os “Stakeholders” do Grupo.

Adicionalmente, o Conselho agradece o apoio prestado às actividades do Grupo, em particular ao longo do último exercício, aos membros dos Órgãos de Soberania dos países em que a EDP tem presença e que contribuíram para a actuação da Empresa em prol do desenvolvimento económico e social das respectivas populações.

No âmbito do sector da Energia, importa também fazer referência ao diálogo constante e construtivo entre a EDP e as várias entidades reguladoras do sector. Realçamos, em particular, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em Portugal, assim como as entidades reguladoras dos países em que a actividade do Grupo EDP assume maior expressão, designadamente a CNE, em Espanha, a ANEEL no Brasil, e a FERC e NERC nos EUA.

Os agradecimentos do Conselho de Administração Executivo são ainda extensíveis a todas as outras entidades que interagiram com o Grupo ao longo de 2010, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon, Interbolsa, CNMV, CVM e BOVESPA;
- Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras, Obrigacionistas e Agências de Rating;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do sector eléctrico – ELECPOR;
- Asociacion Española de la Industria eléctrica – UNESA;
- European Wind Energy Association – EWEA e American Wind Energy Association – AWEA;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses e Câmaras Municipais;
- Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional da Água;
- Organizações não governamentais de carácter ambiental e social.

Aos clientes das Empresas do Grupo EDP é igualmente devido um agradecimento especial. Reafirmamos o nosso empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades. É, e continuará a ser, uma prioridade constante para todo o Grupo EDP.

Os agradecimentos do Conselho são ainda extensíveis aos fornecedores, nossos parceiros na execução do Plano Estratégico da Empresa, bem como aos órgãos de comunicação social que acompanharam a Empresa ao longo de 2010 e cuja atenção dada ao que mais relevante aconteceu no Grupo EDP é um factor que exige rigor e profissionalismo adicional a todos os que colaboram com a Empresa.

Para finalizar, uma palavra especial a todos os colaboradores da EDP. O seu empenho, competência e energia foram decisivos para os resultados alcançados pela Empresa.

O Conselho de Administração Executivo

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)

Ana Maria Machado Fernandes

António Fernando Melo Martins da Costa

António Manuel Barreto Pita de Abreu

João Manuel Manso Neto

Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 30.º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO

RESULTADOS LÍQUIDOS ESTATUTÁRIOS Individuais	Exercício 2010
- Reserva Legal	36.256.784,77 €
- Dividendos	621.611.411,55 €
- Dotação para a Fundação EDP	7.000.000,00 €
- Resultados Transitados	60.267.499,12 €
Resultado Líquido	725.135.695,44 €

O dividendo proposto é de 0,17 euros por acção.

anexos

1. AVALIAÇÃO GRI

O Relatório e Contas EDP 2010 foi preparado de acordo com as orientações da “Global Reporting Initiative”. A tabela seguinte sintetiza os indicadores conforme o Protocolo do Sector Eléctrico. São assumidos compromissos para o relato completo das respostas parciais a alguns indicadores, assim como a razão para a sua omissão. Em www.edp.pt > **Sustentabilidade** > **Relatórios** encontra-se uma tabela GRI completa.

Em simultâneo, a tabela seguinte identifica a informação disponível que responde aos 10 princípios de Global Compact, demonstrando o seu compromisso da EDP com esta iniciativa.

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
Pág. 6; 20; 138	
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	
Anexos - Pág. 278	
EU1 Pág. 38; 42; 46; 62	
EU2 Pág. 38; 42; 46; 62	
EU3 Pág. 81	
EU4 Pág. 50; 62	
EU5 Pág. 101	
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO	
Perfil do Relatório	
Anexos - Pág. 278	
Âmbito e Limites do Relatório	
Anexos - Pág. 278	
Verificação	
Anexos - Pág. 277; 288	
4. GOVERNAÇÃO	
Governança	
4.1 Pág. 112; www.edp.pt > Governo Societário	
4.2 Pág. 114; www.edp.pt > Governo Societário	
4.3 www.edp.pt > Governo Societário > Órgãos do Governo da Sociedade	
4.4 Pág. 121; 155	
4.5 Pág. 146-147	
4.6 Pág. 110; 114; www.edp.pt > Governo Societário	
4.7 Pág. 12	
4.8 Pág. 8; www.edp.pt > Sobre a edp > Os nossos compromissos	
4.9 Pág. 68; www.edp.pt > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Organização	
4.10 Pág. 146-147	
Compromissos com Iniciativas Externas	
4.11 Pág. 100; 137	
4.12 www.edp.pt > Sobre a edp > Participações	
4.13 www.edp.pt > Sobre a edp > Participações	
Participação das Partes Interessadas	
4.14 Pág. 70; 278; www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes Interessadas	
4.15 Anexos - Pág. 70; 278	
4.16 Anexos - Pág. 70; 278	
4.17 Pág. 70	
5. ABORDAGEM DE GESTÃO	
DESEMPENHO ECONÓMICO	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU6 Pág. 28; 31; www.eco.edp.pt	
EU7 Pág. 73; 84-85; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Alterações Climáticas	
EU8 Pág. 73	
EU9 Pág. 72-73	
DESEMPENHO	
EC1 Pág. 19	
EC2 Pág. 101; 139; 190	
EC3 Nota 3 das Demonstrações Financeira, pág. 193; Nota 35, pág. 229	
EC4 Pág. 19 (I)	
PRESEÇA NO MERCADO	
EC5 Pág. 75	
EC6 Pág. 86	
EC7 Pág. 76	
IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS	
EC8 Pág. 90	
EC9 Pág. 90	

TABELA GRI EDP

Fonte de informação	Global Compact
EU10 Pág. 29 (2)	
EU11 Pág. 102	
EU12 Pág. 96	
DESEMPENHO AMBIENTAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
Materiais	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Água	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Biodiversidade	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade	
Emissões, Efluentes e Resíduos	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
MATERIAIS	
EN1 Pág. 96	7; 8
EN2 não existem	
ENERGIA	
EN3 Pág. 96	
EN4 Pág. 96	
EN5 Pág. 96	7; 9
EN6 Pág. 85	
EN7 Pág. 96; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Alterações Climáticas	
ÁGUA	
EN8 Pág. 96	
EN9 n.d.	7; 8
EN10 n.m. (3)	
BIODIVERSIDADE	
EN11 Pág. 102	
EN12 www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade	
EU13	7; 8
EN13 www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade > Relatório Biodiversidade	
EN14 Biodiversidade	
EN15	
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	
EN16 Pág. 96	
EN17 Pág. 96	
EN18 Pág. 101	
EN19 n.m. (4)	
EN20 Pág. 96	8
EN21 Pág. 96; www.edp.pt > Sustentabilidade Ambiente > Desempenho	
EN22 Pág. 96	
EN23 Pág. 99	
EN24 Pág. 99	
EN25 n.d.	
PRODUTOS E SERVIÇOS	
EN26 Pág. 98	7
EN27 n.a. (5)	
CONFORMIDADE	
EN28 Pág. 96	8
TRANSPORTE	
EN29 n.d.	7
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	
EN30 Pág. 99; nota 50 das Demonstrações Financeiras, pág. 259	7; 8; 9
DESEMPENHO SOCIAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU14 Pág. 78	

TABELA GRI EDP

Fonte de informação		Global Compact
EU15	Pág. 76	
EU16	Pág. 79, 89	
EMPREGO		
LA1	Pág. 75-76 (6)	
LA2	Pág. 75-76	
LA3	n.d.	6
EU17	Pág. 75-76	
EU18	Pág. 96 (2)	
TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO		
LA4	Pág. 75 (2)	
LA5	Pág. 79 (2)	1, 3
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL		
LA6	Pág. 79	
LA7	Pág. 75	
LA8	Pág. 75	1
LA9	n.d.	
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO		
LA10	Pág. 75	
LA11	www.edp.pt > Sustentabilidade > Publicações > Relatório Social EDP 2010	6
LA12	100%	
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
LA13	Pág. 75-76	
LA14	Pág. 75-76	2, 6
DIREITOS HUMANOS		
INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE PROCUREMENT		
HR1	100%; referidas nas condições gerais de compras do Grupo	
HR2	Pág. 89 (7)	1
HR3	Pág. 78	
NÃO DISCRIMINAÇÃO		
HR4	Pág. 128	1, 6
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO		
HR5	0%; Pág. 75; www.edp.pt > Governo societário > Código de ética	1, 3
TRABALHO INFANTIL, FORÇADO E COMPULSÓRIO		
HR6	Pág. 78; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1; 4; 5
HR7	Pág. 78; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	
PRÁTICAS DE SEGURANÇA		
HR8	n.d.	
HR9	0	1
SOCIEDADE		
ABORDAGEM DE GESTÃO		
EU19	Pág. 100	
EU20	www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte > Peixe angical	
EU21	Pág. 81; 100	

Indicadores específicos do sector eléctrico
 Indicadores essenciais
 Indicadores adicionais

n.d. – Não disponível
 n.a. – Não aplicável
 n.m. – Não material

- (1) A informação será desagregada de acordo com a GRI, no próximo relatório.
 (2) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2012.
 (3) O uso de água reciclada não é materialmente relevante.
 (4) A EDP terminou o plano de substituição dos sistemas de ar condicionado mais antigos.
 (5) O produto vendido pela empresa não é embalado.
 (6) A EDP tem em curso uma caracterização dos seus fornecedores, que disponibilizará a partir de 2011.

TABELA GRI EDP

Fonte de informação		Global Compact
COMUNIDADE		
SO1	Pág. 98; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente	
EU22	0	
CORRUPÇÃO		
SO2	100%; Pág. 136: Modelo SCIRF; Pág. 88: Cadeia de Valor	
SO3	Pág. 78: programa ÉticaEDP	10
SO4	Pág. 128	
POLÍTICA PÚBLICA		
SO5	www.edp.pt > edp > Sobre a edp > Princípio e Políticas; www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo (Instituições governamentais); www.edp.pt > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Participações	
SO6	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 4.1.2.)	
CONCORRÊNCIA DESLEAL		
SO7	n.d.	10
CUMPRIMENTO		
SO8	Pág. 19 (8)	
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
ABORDAGEM DE GESTÃO		
EU23	Pág. 82	
EU24	Pág. 84	
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR		
PR1	Pág. 79; www.edp.pt > Sustentabilidade > Prevenção e Segurança > Segurança e Cidadania; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho > Campos Eléctricos e Magnéticos	
PR2	0	
EU25	Pág. 75	
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
PR3	(10)	
PR4	n.d.	
PR5	Pág. 82-83	
PUBLICIDADE E PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR		
PR6	não existe	
PR7	não existe	
PR8	n.d.	
CUMPRIMENTO E ACESSO AO PRODUTO		
PR9	n.m. (8)	
EU26	0% (9)	
EU27	Pág. 83	
EU28	www.edpdistribuicao.pt > Qualidade > Documentação > Relatórios de Qualidade de Serviço (2)	
EU29	Pág. 50 (Portugal e Espanha); Pág. 83 (Brasil)	
EU30	Pág. 38; 41 (11)	

- (7) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2013.
 (8) O valor monetário das multas do Grupo EDP decorrem, na sua maioria, de falhas no fornecimento e uso de produtos e serviços.
 (9) De acordo com os reguladores nacionais.
 (10) Em Portugal e Espanha as emissões de CO₂ são comunicadas nas facturas.
 (11) Pela multiplicidade e características dos mercados onde a EDP opera, prevê-se a disponibilização completa da informação apenas em 2011.

NÍVEL DE CUMPRIMENTO

O nível de cumprimento alcançado foi de A+, verificado pela KPMG e confirmado pela Global Reporting Initiative, pág. 299.

anexos

PRINCÍPIOS DE RELATO 2010

A EDP publica um Relatório e Contas integrando a componente económica-financieira, social e ambiental desde 2008, permitindo uma visão transversal do negócio. O relatório está dividido em 5 secções distintas: EDP; Negócios; Contributo para a Sustentabilidade; Relatório do Governo da Sociedade; Informação Financeira e descreve o desempenho da empresa entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, incluindo alguns factos relevantes do primeiro trimestre de 2011. Complementar a este relatório anual:

- A EDP comunica ao mercado os resultados trimestrais e disponibiliza, “online”, o conjunto de indicadores de sustentabilidade considerados mais relevantes;
- Disponibiliza on-line informação qualitativa e quantitativa operacional e ambiental ;
- São publicados relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas do Grupo HC Energía e EDP no Brasil, cuja consulta poderá complementar, em maior detalhe, a informação sobre o desempenho em matéria de sustentabilidade destas empresas.

Informação detalhada sobre os conteúdos e a organização do relato anual da EDP, consultar www.edp.pt > [Sustentabilidade > Relatórios](#).

AA1000 APS (2008)

A EDP assume nos seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, o compromisso de: garantir uma relação aberta transparente e de confiança com os seus diferentes “stakeholders”; instituir canais de auscultação das partes interessadas e integração das suas preocupações; reportar de forma credível e objectiva o desempenho, na sua vertente económica, ambiental e social.

Em 2009 foi iniciado um processo exaustivo de avaliação dos níveis de maturidade da empresa, na perspectiva estratégica, procedimental e operacional, dentro do quadro definido pelo standard AA1000 APS (2008). Estes “standards”, assentes nos princípios da Inclusão, Materialidade e Resposta, são importantes para melhorar o trabalho de alinhamento das diferentes formas de comunicação e diálogo às expectativas e crescentes exigências dos diferentes “stakeholders”.

O trabalho em curso desenvolve-se corporativamente, incluindo uma análise das especificidades portuguesas, mas também nas empresas de maior dimensão, como a EDP Renováveis, a HC Energía e a EDP no Brasil. Com diferentes estados de maturidade, o desafio actual é garantir alinhamento de estratégias e diferenciação clara de abordagens, alinhadas às especificidades locais. É objectivo da EDP garantir que os assuntos de prioridade estratégica sejam comuns, podendo existir assuntos específicos que assumem importâncias distintas nas diferentes regiões onde a EDP opera. Procedimentos de harmonização serão definidos em 2011.

VERIFICAÇÃO DE ACORDO COM AA1000 AS (2008)

A EDP solicitou à KPMG a verificação de acordo com a AA1000 AS (2008), tipo 2. Para além da verificação da informação constante do relatório e contas da empresa, esta inclui a avaliação do alinhamento das práticas da empresa aos princípios da inclusão, materialidade e resposta. Em www.edp.pt > [Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo](#) pode ser consultada a lista dos principais segmentos de “stakeholders”, assim como as diferentes práticas EDP, no quadro dos referenciais AA1000.

PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

Um “stakeholder” é todo e qualquer agente que influencia ou é influenciado de forma directa ou indirecta pela empresa. Uma empresa inclusiva promove a participação dos “stakeholders” no desenvolvimento de uma resposta estratégica à sustentabilidade. A EDP reconhece este princípio nos processos contínuos de participação existentes na sua organização, e compromete-se a melhorar o processo de identificação de forma a garantir que a perspectiva do “stakeholder” é sempre considerada.

Do conjunto de iniciativas desenvolvidas foi possível conhecer melhor as preocupações e expectativas dos diferentes “stakeholders”, e manter em curso planos de resposta que se espera sejam traduzidos na melhoria contínua do desempenho da sustentabilidade.

PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE

O contexto actual macro-económico, onde os desafios da sustentabilidade são crescentes, somado à diversidade de “stakeholders” da empresa, resulta uma elevada e complexa lista de assuntos, que devem conseguir ser prioritizados, de acordo com a sua relevância e significado. Um assunto material é aquele que influencia a decisão, a acção e o desempenho de uma organização e dos seus “stakeholders”.

A determinação dos assuntos materiais da EDP decorreu com base na metodologia da “Accountability” que garante uma análise clara e equilibrada da informação recolhida quer internamente, quer pelos canais de auscultação dos diferentes “stakeholders”: Estudos de satisfação; Inquéritos para análise das percepções de diferentes “stakeholders” à actuação da empresa; reuniões para avaliar o nível actual de envolvimento, etc.

Comparando com o processo de 2009, em 2010, mantiveram-se as alterações climáticas e a protecção ambiental no top das preocupações, emergindo a inovação, a promoção das energias renováveis e a eficiência energética para o mesmo nível de importância.

Estes assuntos, assim como outros de importância partilhada, são cobertos pelo Relatório e Contas, estando em curso um trabalho de reforço de comunicação do trabalho desenvolvido nestas áreas, assim como um plano de acção futuro de identificação de novas oportunidades e de fortalecimento das parcerias já existentes.

RESPOSTA

Uma empresa garante o princípio de resposta através da melhoria do seu desempenho de sustentabilidade resultante de decisões e implementação de planos de acções, num diálogo contínuo com os seus “stakeholders”.

A EDP tem um conjunto de políticas, com objectivos e metas definidas num quadro de melhoria contínua dos processos de negócio e iniciativas onde se procura reforçar o envolvimento dos diferentes “stakeholders”. Melhorar o foco destas iniciativas nos assuntos materiais e nos “stakeholders” apropriados é uma área de melhoria já definida, que permitirá à empresa maior eficiência nos processos e eficácia no alcance dos objectivos, comuns a esses mesmos “stakeholders”.

Para informação complementar sobre o desenvolvimento do trabalho, consultar em www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes Interessadas > Diálogo.

PRINCIPAIS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS OU EM CURSO

Tendo efectuado um primeiro levantamento exaustivo de todos os “stakeholders” da empresa, durante 2008, a EDP tem actualmente em curso:

- Um processo de revisão deste levantamento, tendo já definido corporativamente uma área de Coordenação de Relação com “Stakeholders” (ver pág. 128).
- Durante 2010:
 - * O Conselho de Administração Executivo reuniu com o Conselho de Sustentabilidade – órgão consultivo estatutário (ver pág. 120);
 - * Foi promovido um encontro com um grupo de especialistas, para uma reflexão conjunta e estratégica sobre a materialidade dos diferentes assuntos;
 - * Foram efectuados inquéritos junto das comunidades locais, vizinhas dos centros produtores em exploração;
 - * Foram reforçados os canais de relacionamento com investidores, assim como promovidos estudos de satisfação;
 - * Foram efectuados inquéritos junto de fornecedores e ONG;
 - * Foram promovidos encontros e reuniões com os “Media”, Fornecedores e Instituições Públicas;
 - * Foi efectuada uma acção de sensibilização interna, junto de todos os responsáveis pelo relacionamento com diferentes segmentos de “stakeholders”, para reforçar a incorporação, nos seus processos, dos diferentes princípios da AA1000.

Com muitas das iniciativas a assumirem um carácter anual, o desafio está em garantir uma articulação eficaz e eficiente entre as partes, assim como promover as melhores práticas nas diferentes empresas do Grupo.

Durante 2011, a EDP promoverá o feedback dos resultados a todos os participantes, assim como desenhará planos de resposta, com enfoque nos assuntos materiais identificados.

Na secção Contributo para a Sustentabilidade, pág. 69, podem ser encontrados mais alguns compromissos para 2011.

CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO CORPORATIVOS

Na figura do organograma do Grupo EDP (págs. 24 e 25) está devidamente identificado o universo das empresas incluídas no relato anual e na página 196 descrito o perímetro da consolidação.

Os critérios de consolidação da informação operacional e de sustentabilidade seguem os métodos de consolidação de contas do Grupo EDP:

- Método de consolidação integral: quando a empresa-mãe detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto (% de controlo ou domínio) da filial. Neste caso, o desempenho das empresas filiais é relatado a 100%.
- Método de consolidação proporcional: quando uma empresa incluída no perímetro de consolidação de contas dirige outra empresa conjuntamente com uma ou mais empresas não incluídas no perímetro. Neste caso é apenas relatado o desempenho correspondente à percentagem de participação que detém na empresa conjuntamente controlada.

Uma lista com as empresas e respectivo método de consolidação encontra-se disponível na nota 52 às demonstrações financeiras deste relatório, pág. 262.

Esta verificação foi efectuada por uma entidade independente, KPMG Advisory, Consultores de Gestão, Lda, seleccionada com base num processo de consulta, em Portugal, ocorrido em 2008, dirigido a 4 entidades de reconhecida experiência na matéria.

GLOSSÁRIO

De forma a melhorar a transparência do relato pode ser consultado o glossário “online” onde se inclui a definição dos indicadores quantitativos e métodos utilizados, apresentados ao longo do documento: www.edp.pt/pt/pages/glossário.aspx

anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 40.488.853 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 7.854.558 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da sociedade de 1.078.925 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório sobre o governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 3 de Março de 2011


 KPMG & Associados
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^a
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**Contas Consolidadas****Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 Acompanhamos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa consolidados, das alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - i) o Relatório consolidado de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 3 de Março de 2011

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – S.R.L. S.A.
Capital Social: 2.940.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº
PT 502 161 078 - Inscrição na G.R.C.C. Nº 189 -
Inscrito na C.M.V.M. Nº 3030

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 18.167.608 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.702.149 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 725.136 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos seus capitais próprios e o rendimento integral;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

anexos - relatório, certificações e declarações

**Âmbito**

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório sobre o governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 3 de Março de 2011


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.** Telefone: +351 210 110 000
Edifício Monumental Fax: +351 210 110 121
Av. Frei da Vitória, 71 - A, 11.º Internet: www.kpmg.pt
1050-006 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contas Individuais

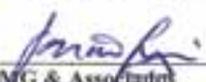
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Exmos. Senhores Acionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

- 1 De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e sobre as demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
- 3 Como consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e relatório de auditoria sobre as contas individuais.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e o rendimento integral e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
- 5 Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprova:
 - i) o Relatório de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 3 de Março de 2011

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaigne (ROC n.º 1013)

anexos - relatório, certificações e declarações

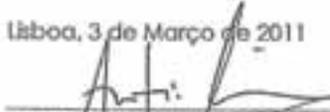


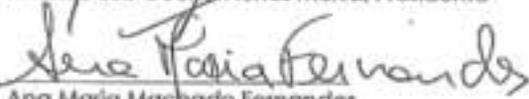
EDP – Energias de Portugal, S.A.
Conselho de Administração Executivo

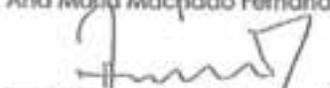
DECLARAÇÃO

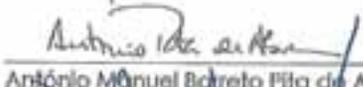
Com referência ao exercício de 2010 e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, na qualidade de administradores, declaram que, tanto quanto é do conhecimento de cada um deles, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S. A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

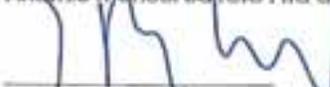
Lisboa, 3 de Março de 2011


António Luís Guerra Nunes Mexia, Presidente

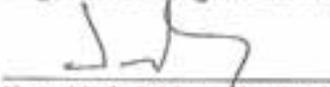

Ana Maria Machado Fernandes


António Fernando Melo Martins da Costa


António Manuel Barreto Pita de Abreu


João Manuel Manso Neto


Jorge Manuel Proença da Cruz Morais


Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



EDP – Energias de Portugal, S.A.
Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira
Director - Centro Corporativo

DECLARAÇÃO

Com referência ao exercício de 2010 e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, declaro que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supra referido foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da EDP – Energias de Portugal, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que estas se deparam.

Lisboa, 3 de Março de 2011



anexos - relatório, certificações e declarações



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração Executivo da
EDP - Energias de Portugal, S.A.**

Introdução

- 1 Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Responsabilidades

- 2 O Conselho de Administração Executivo da EDP é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo "Avaliação GRI" do Relatório e Contas de 2010, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos da EDP no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a Norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusividade, materialidade e resposta; e,
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta Norma requer que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 está isenta de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho incluiu ainda a verificação moderada de acordo como a Norma de Verificação AA1000AS (2008) para o nível 2 emitida pela Accountability, que consiste na verificação da natureza e nível de extensão da aderência da EDP aos princípios da Norma AA1000 APS (2008) e avaliação da fiabilidade da informação referente ao desempenho relatado no Anexo "Avaliação GRI".

Estas normas requerem o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência.



Âmbito

- 4 Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
 - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade;
 - Visitas às instalações situadas em Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América, seleccionadas com base na análise de risco que teve em consideração factores quantitativos e qualitativos;
 - Comparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com as respectivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório;
 - Leitura da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2010, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP.
- 5 Os procedimentos de recolha de prova efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade.
- 6 A nossa equipa multidisciplinar inclui especialistas nas Normas AA1000APS/AS, no diálogo com “stakeholders” e no desempenho social, ambiental e económico da Empresa.

Conclusão

- 7 Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” e Anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)”) do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2010. Ainda baseado no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que a EDP não tenha aplicado os princípios de Inclusividade, Materialidade e Resposta da Norma AA1000APS (2008) emitida pela Accountability, conforme referido no Anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2010.

Sem prejuízo das conclusões anteriores detalhamos as principais observações:

Relativamente ao Princípio da Inclusividade

A EDP fez um esforço importante na identificação e priorização dos principais “stakeholders”, a nível corporativo e nas geografias onde está presente. Recomenda-se que a EDP prossiga o trabalho de definição de processos e mecanismos que permitam aprofundar o processo já iniciado de forma objectiva e homogénea em todo o Grupo.

anexos - relatório, certificações e declarações**Relativamente ao Princípio da Materialidade**

Em 2010, a EDP desenvolveu um trabalho interno que lhe permitiu identificar os temas materiais, nas geografias onde está presente e integrado a nível corporativo, para os grupos de "stakeholders" mais relevantes. Recomenda-se a adopção de um processo que facilite de forma periódica a actualização dos temas materiais.

Relativamente ao Princípio da Resposta

A EDP tem já implementado em Portugal um conjunto de meios para dar resposta aos assuntos materiais. Recomenda-se que desenvolva e implemente mecanismos semelhantes nas restantes geografias que lhe permitam dar resposta localmente aos temas identificados.

- 8** O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente como o objectivo de relatar à EDP, situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além da EDP, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 3 de Março de 2011

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Paia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Relatório Independente sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo EDP referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Introdução

- 1 Fomos contratados pela EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP" ou "Empresa") para realizar um trabalho com o objectivo de avaliar o desenho e eficácia operacional do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado ("SCIRF") da Empresa e das suas subsidiárias ("Grupo EDP"), do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo o desenho, a implementação e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado sobre o relato financeiro consolidado, bem como a avaliação da eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho com o objectivo de avaliar sobre se existiu aderência, nos aspectos materialmente relevantes, do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP ao requisito descrito no parágrafo 2 anterior.

Âmbito

- 4 O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - "ISAE 3000 - Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* de forma a avaliar se, nos aspectos materialmente relevantes, existiu aderência do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP ao requisito descrito no parágrafo 2 anterior.
- 5 O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado é um processo desenhado, conforme descrito no parágrafo 2, de forma a fornecer uma segurança razoável quanto à fiabilidade da informação financeira e preparação das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

O controlo interno sobre o relato financeiro consolidado inclui as políticas e procedimentos que:

- respeitem à manutenção de registos, que com um detalhe razoável, reflectam de forma fiável e adequada as transacções e as alienações de activos do Grupo EDP;
- garantam razoável fiabilidade que as transacções são registadas, de forma a permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e que os recebimentos e pagamentos do Grupo EDP foram efectuados apenas de acordo com as autorizações do Conselho de Administração Executivo ou Direcção do Grupo EDP; e
- garantam razoável fiabilidade em relação à prevenção ou detecção atempada de aquisições não autorizadas, utilização ou alienações de activos do Grupo EDP, que pudessem ter um efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas.

anexos - relatório, certificações e declarações



- 6 O trabalho de avaliação consiste em executar procedimentos de forma a obter evidência sobre a descrição do sistema, e do desenho e eficácia operacional do mesmo. Os procedimentos efectuados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos da descrição não estarem correctamente apresentados e que os controlos não estejam desenhados de forma eficiente ou a funcionarem efectivamente. Os nossos procedimentos incluíram testes, por amostragem, à eficácia operacional dos controlos que considerámos necessários para o efeito. Para tanto o referido exame inclui:
- a obtenção do entendimento do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado;
 - a avaliação do risco da existência de deficiências materialmente relevantes;
 - os testes por amostragem e a avaliação da eficácia, da concepção e do funcionamento dos controlos internos baseados na avaliação do risco; e,
 - a realização de outros procedimentos que considerámos necessários às circunstâncias.
- 7 Devido às limitações inerentes ao controlo interno sobre o relato financeiro consolidado, incluindo a possibilidade de conluio ou indevida gestão dos controlos, distorções materialmente relevantes devido a fraude podem não ser prevenidas ou detectadas atempadamente. Além disso, quaisquer projecções de avaliação da eficácia do controlo interno sobre relato financeiro consolidado para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa deteriorar-se.
- 8 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

- 9 Tanto quanto é do nosso conhecimento, com base nos procedimentos realizados e acima descritos, concluímos que nos aspectos materialmente relevantes:
- Os procedimentos de controlo analisados relativamente ao desenho e eficácia operacional do sistema de controlo interno necessário para o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2 durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
 - Os controlos existentes que constituem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro consolidado do Grupo EDP foram adequadamente desenhados durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
 - Os controlos existentes para o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2, funcionaram efectivamente durante o período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010;
- asseguraram de uma forma adequada o cumprimento dos objectivos referidos no parágrafo 2.

Lisboa, 3 de Março de 2011

KPMG & Associados, SROE

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



anexos - extracto da acta da assembleia geral

----- Extracto da Acta n.º 1/2011 da Assembleia Geral da EDP -----

--- No dia catorze de Abril do ano de dois mil e onze, pelas quinze horas, reuniu na Rua Ofélia Diogo da Costa, número 39, no Porto, a Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por “EDP” ou “Sociedade”), com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, em Lisboa, com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 500 697 256. A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade dado que as instalações da sede não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por ser uma sociedade aberta, é sempre elevado o número de accionistas presentes.

--- O Presidente da Mesa, Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, saudou os presentes, em particular o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o Presidente do Conselho de Administração Executivo e o representante do Revisor Oficial de Contas, e explicou as regras de participação na presente Assembleia Geral e o respectivo funcionamento, tendo, de seguida, e coadjuvado pelo Vice-Presidente da Mesa, Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, e pelo Secretário da Sociedade, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira, verificado a regularidade da convocatória pelas publicações obrigatórias efectuadas nos sítios da Internet do Ministério da Justiça, da CMVM e da própria EDP (para além de terem sido efectuadas publicações no Boletim de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon de 17 de Março de 2011).

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que a lista de presenças se encontrava devidamente organizada e que existiam cartas de representação para os accionistas que fossem pessoas colectivas ou que não se encontrassem fisicamente presentes. -- De seguida, o Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram a percentagem do capital social que se encontrava presente ou representada na Assembleia Geral – a qual, adicionando os votos por correspondência, representava 58,2966% do capital social e 57,3830% dos direitos de voto – com base nas declarações de registo de acções emitidas pelos intermediários financeiros responsáveis pelo registo individualizado das acções de cada accionista.

O Presidente da Mesa salientou, de seguida, que o exercício dos direitos de participação e de voto na Assembleia Geral não seria prejudicado pela transmissão de acções em momento posterior à data de registo das mesmas, nem dependeria do respectivo bloqueio entre a data de registo e a presente data. Advertiu, porém, que os senhores accionistas que tivessem declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e que tivessem transmitido a titularidade das acções entre a data de registo e a presente data, tinham o dever de comunicar essa transmissão imediatamente, quer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral quer à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

O Presidente da Mesa referiu também que os senhores accionistas que, a título profissional, detivessem acções em nome próprio, mas por conta de clientes, podiam votar em sentido diverso com as suas acções, desde que, para além da declaração de participação e do envio, pelo respectivo intermediário financeiro, da declaração de registo das acções, tivessem apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao dia 6 de Abril de 2011, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais, (i) a identificação de cada cliente (entendendo-se como prova bastante a indicação da firma e o Número de Identificação de Pessoa Colectiva) e o número de acções a votar por sua conta, e (ii) as instruções de voto específicas para cada ponto da ordem do dia, dadas por cada cliente. O Presidente da Mesa salientou ainda que, no caso de um mesmo accionista ter designado diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, não poderia qualquer dos representantes votar em sentido diverso sobre a mesma proposta, sob cominação da anulação da totalidade dos votos expressos. Se algum dos representantes não comparecesse na Assembleia Geral, não seriam desconsiderados os votos dos representantes presentes, desde que estes votassem todos no mesmo sentido. A presença na Assembleia Geral de um accionista que tivesse indicado um ou mais representantes teria como consequência a revogação dos poderes de representação conferidos.

O Presidente da Mesa declarou ainda que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º dos estatutos da EDP, não seriam considerados votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista em nome próprio ou como representante de outro, que excedessem 5% da totalidade dos votos, bem como que, uma vez que tal limitação não se aplica às acções de categoria B, as accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. poderiam votar com mais de 5% dos direitos de voto correspondentes ao capital social.

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que foram respeitadas as demais formalidades prévias à realização da Assembleia Geral, designadamente que as propostas e demais informação relativa aos pontos da ordem do dia haviam sido disponibilizadas aos accionistas, na sede social e nos sítios da Internet da CMVM e da EDP, dentro dos prazos legais aplicáveis.

(...)

--- O Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, dando início aos trabalhos da Assembleia Geral, colocou à discussão o Ponto Um da ordem do dia com o seguinte teor: *“Deliberar sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2010, incluindo o relatório único de gestão (que integra um capítulo referente ao governo societário), as contas individuais e consolidadas, o relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão e a certificação legal das contas individuais e consolidadas”*.

O Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que apresentassem os documentos de prestação de contas, tendo começado por dar a palavra ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia.

(...)

O Presidente da Mesa agradeceu ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, Dr. António de Almeida, para que apresentasse o parecer e o relatório de actividade do órgão a que preside relativos ao exercício de 2010.

(...)

Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo sido emitidos 2 257 404 232 votos, a que correspondem 2 257 404 232 acções, os quais representam 61,7361% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, o relatório único de gestão, os demais documentos de prestação de contas do exercício de 2010 e o Relatório do Conselho Geral e de Supervisão foram aprovados por maioria dos votos emitidos (99,9998 % de votos a favor).

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Dois da ordem do dia, cujo teor é o seguinte: *“Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2010”*. Na sequência, solicitou ao Secretário da Sociedade que procedesse à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do referido ponto, do seguinte teor: *“Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 30.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe aos Senhores Accionistas que os resultados do exercício, no montante global de € 725 135 695,44, tenham a seguinte aplicação:”*

<i>Reserva legal</i>	€ 36 256 784,77 -----
<i>Dividendos (o dividendo proposto é de € 0,170 por acção)</i>	€ 621 611 411,55 -----
<i>Dotação para a Fundação EDP</i>	€ 7 000 000,00 -----
<i>Resultados Transitados</i>	€ 60 267 499,12" -----

O Presidente da Mesa agradeceu ao Secretário da Sociedade e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, o qual mencionou os critérios e fundamentos da proposta de aplicação de resultados apresentada. -----
 O Presidente da Mesa agradeceu ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, para que apresentasse os principais aspectos do programa de mecenato da Fundação EDP. -----
 (...)

Em seguida, não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo sido emitidos 2 247 120 960 votos, a que correspondem 2 247 120 960 acções, os quais representam 61,4549% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9998% de votos a favor). -----

--- Entrando no Ponto Três da ordem do dia, o Presidente da Mesa passou a ler o respectivo teor, a saber, "*Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais*". Seguidamente, o Presidente da Mesa solicitou ao Secretário da Sociedade que procedesse à leitura da proposta apresentada pelas accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caja de Ahorros de Asturias, José de Mello Energia, SGPS, S.A., Senfora, SARL, Banco Espírito Santo, S.A., Banco Comercial Português, S.A. e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach"), com o seguinte teor: -----
 "*Considerando o disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais,* -----

Propõe-se: -----
 1º - *Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----
 2º - *Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----

3º - *Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010.* -----

Na sequência, o Presidente da Mesa questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura do Parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o voto de confiança no Conselho de Administração Executivo em relação ao exercício de 2010, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser muito extensa e já ser do conhecimento de todos. Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão (...). -----

Não havendo quem se quisesse pronunciar, antes de dar início à votação o Presidente da Mesa advertiu os senhores accionistas de que a Mesa da Assembleia Geral havia deliberado dividir este ponto da ordem do dia em quatro subpontos, por considerar que, deste modo, a votação dos senhores accionistas se concretizaria de forma mais eficiente. Efectuada a advertência, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Três (3A1) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 171 020 votos, a que correspondem 2 257 171 020 acções, os quais representam 61,7297% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9574% de votos a favor). -----

De seguida, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3A2) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 097 420 votos, a que correspondem 2 257 097 420 acções, os quais representam 61,7277% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9469% de votos a favor). -----

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3A3) da ordem do dia – "*Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2010*" – tendo sido emitidos 2 257 454 105 votos, a que correspondem 2 257 454 105 acções, os quais representam 61,7375% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9403% de votos a favor). -----

Por fim, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Três (3B) da ordem do dia – Parecer do Conselho Geral e de Supervisão sobre o voto de confiança no Conselho de Administração Executivo em relação ao exercício de 2010 – tendo sido emitidos 2 081 135 085 votos, a que correspondem 2 081 135 085 acções, os quais representam 56,9155% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9469% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Quatro da ordem do dia – "*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de acções próprias pela EDP e sociedades participadas*" – e questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser muito extensa e já ser do conhecimento de todos. Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Conselho de Administração Executivo para apresentação da mesma. -----
 (...)

De seguida, e não havendo quem mais se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a votação a proposta constante do Ponto Quatro da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 218 576 797 votos, a que correspondem 2 218 576 797 acções, os quais representam 60,6742% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9499% de votos a favor). -----

--- Relativamente ao Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do referido ponto – "*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas*" – e, à semelhança do que havia acontecido no âmbito do ponto anterior, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta, que se arquiva em anexo à presente acta, dado a mesma ser bastante extensa e já ser do conhecimento de todos. Dispensada a leitura da proposta, tomou a palavra o Eng. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves que explicou sucintamente os termos da referida proposta (...). -----

anexos - extracto da acta da assembleia geral

Não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta constante do Ponto Cinco a votação, tendo sido emitidos 2 218 382 464 votos, a que correspondem 2 218 382 464 acções, os quais representam 60,6689% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,9054% de votos a favor). -----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Seis da ordem do dia, cujo teor é o seguinte "Deliberar sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão". Tendo em conta a extensão da declaração e dado que a mesma já era do conhecimento dos accionistas, o Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura do documento cujo teor é o seguinte:-----

"Declaração à Assembleia-Geral de 14 de Abril de 2011 sobre a Política de Remunerações dos Membros do Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. para o mandato do triénio 2009-2011 -----

- 1. Na Assembleia Geral realizada em 16 de Abril de 2010 foi aprovada a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP para o mandato do triénio 2009-2011, a qual foi devidamente executada em conformidade com o deliberado.-----*
- 2. Recorda-se que a política de remunerações aplicável aos membros do Conselho de Administração Executivo tem a preocupação de garantir um alinhamento do comportamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade. Com base numa análise de benchmarking, desenhou-se, para o efeito, um pacote remuneratório suficientemente competitivo para permitir atrair e reter gestores de qualidade, assente numa componente fixa e num sistema de incentivos que reflecta o desempenho da empresa numa perspectiva de sustentabilidade económica e financeira e não apenas de curto prazo. Com este propósito, foi reforçada a parte variável da remuneração que depende da consecução de objectivos de médio e longo prazo, o que vai ao encontro das orientações e recomendações de tanto de instituições como a Comissão Europeia e a CMVM como de vários estudos internacionais. -----*
- 3. Tendo sido definida para o período do mandato em curso (triénio 2009-2011) e encontrando-se plenamente em execução, faz-se constar registo da aludida política de remunerações conforme os termos e condições detalhados na comunicação dirigida à Assembleia Geral, no ano passado, por esta Comissão de Vencimentos, que está disponível para consulta no sítio da internet da EDP (www.edp.pt) e que se propõe manter nos mesmos termos até ao final do mandato em curso." -----*

Tendo os accionistas presentes dispensado a leitura da declaração supra, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, que, após cumprimentar os accionistas presentes, efectuou um breve resumo da declaração preparada pela Comissão de Vencimentos a que preside (...). -----

Terminada a exposição, o Presidente da Mesa agradeceu ao Prof. Alberto João Coraceiro de Castro e declarou aberto o debate. -----

Não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto Seis da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 203 841 267 votos, a que correspondem 2 203 841 267 acções, os quais representam 60,2713% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a mencionada proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (com 98,5159% de votos a favor). -----

Seguidamente, o representante da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e da Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A., Dr. Joaquim Reis, solicitou o uso da palavra para pedir que se fizesse constar da acta a declaração de voto que se transcreve: -----

"Estando em vigor uma política de contenção e redução dos vencimentos dos titulares de cargos de administração, gestão e controle de empresas com participação societária Estatal, a qual está bem patente nas orientações estratégicas definidas pelo Governo, nomeadamente através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças nº 11420/2009 e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, nº 5696-A/2010 e ainda através da RCM nº 4/2011, orientações estas emanadas também pela Assembleia da República no âmbito da Lei 55-A/2010, de 27 de Dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2011. -----

Estas orientações estão a ser aplicadas nas empresas com participação societária maioritária do Estado. Nas empresas em que o Estado não possui maioria de capital e votos não deve o accionista público deixar de pugnar para que essas mesmas regras se apliquem, sobretudo na conjuntura austera em que o País vive, obrigando-se a reduções remuneratórias drásticas no Sector Público Administrativo mas também no seu Sector Empresarial. -----

Na Assembleia Geral havida em 2010, a Parpública e a Capitalpor votaram contra a "Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração", tendo na ocasião apresentado Declaração de Voto onde ficou explícita a natureza do nosso desacordo.-----

Essa mesma Assembleia Geral decidiu aprovar a Política de Remunerações para o triénio correspondente ao mandato actual deste Conselho de Administração Executivo.-----

Atendendo a que a declaração sobre "Política de Remunerações dos membros do Conselho de Administração" para os anos de 2010 e 2011 apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, no âmbito do ponto 6. da Ordem do Dia da presente assembleia, segue os mesmos princípios da proposta apresentada no ano transacto, mantém-se assim a divergência face ao entendimento que a Parpública e a Capitalpor têm das orientações definidas sobre esta matéria. -----

Porém, tendo aquela política remuneratória para o mandato 2009-2011 obtido o acordo maioritário dos accionistas na Assembleia Geral de 2010 e tratando-se de uma empresa cotada com um peso muito significativo na capitalização da bolsa nacional, com uma elevada dispersão e variedade de accionistas, em que o Estado, através da Parpública e da Capitalpor, detém uma posição minoritária, apesar das divergências assinaladas quanto à política definida para o presente triénio, entende abster-se neste ponto, respeitando assim as decisões maioritárias adoptadas anteriormente, contribuindo para a solidez do modelo de governança da sociedade e ultrapassando qualquer divergência que a pudesse colocar em causa." -----

--- O Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Sete da ordem do dia – "Deliberar sobre a política de remuneração dos membros dos demais órgãos sociais apresentada pela Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral" – e, à semelhança do que se verificou com as propostas anteriores, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa de leitura da declaração do seguinte teor: -----

"Declaração da Comissão de Vencimentos da EDP – Energias de Portugal, S.A. sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais -----

1. Nos termos do disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea d), do Contrato de Sociedade da EDP – Energias de Portugal, S.A., compete à Assembleia Geral nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, à excepção das remunerações dos administradores (Conselho de Administração Executivo), as quais, ao abrigo do artigo 27.º do aludido Contrato de Sociedade, deverão antes ser fixadas por uma Comissão nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS). -----

2. O Contrato de Sociedade da EDP – Energias de Portugal, S.A. dispõe, no seu artigo 8º, nº 1, que são Órgãos Sociais da Companhia:-----

a) A Assembleia Geral (AG)-----

b) O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) -----

c) O Conselho de Administração Executivo (CAE) -----

d) O Revisor Oficial de Contas (ROC).-----
por outro lado, os Estatutos da Sociedade prevêem ainda a existência de outros Corpos Sociais, com dignidade estatutária:-----
e) O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade (CAS)-----
f) A Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral e, no seio do CGS, uma Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, que nos Estatutos assume igualmente a designação de Comissão de Auditoria-----
g) A Mesa da A.G.-----
São estes, pois, os corpos sociais da EDP – Energias de Portugal, S.A.-----
3. Compete, assim, à Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixar as remunerações dos membros dos seguintes corpos sociais: Mesa da Assembleia Geral; Presidente e Membros do CGS; Revisor Oficial de Contas e Conselho de Ambiente e Sustentabilidade. A Comissão de Acompanhamento de Matérias Financeiras, ou Comissão de Auditoria, será tratada juntamente com as outras Comissões do CGS.-----
4. A A.G. da Sociedade, reunida em 15 de Abril de 2009, elegeu para membros da Comissão de Vencimentos:-----
- José Manuel Galvão Teles, Presidente-----
- Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Vogal, inicialmente representada por João Plácido Pires, substituído em Maio de 2010, por José Castel-Branco-----
- Carlos Veiga Anjos, Vogal-----
para exercer o seu mandato ao longo do triénio de 2009 a 2011.-----
5. No cumprimento dos poderes que lhe foram atribuídos pela A.G., a Comissão de Vencimentos fixou, em finais de 2009, princípios de 2010, as remunerações dos membros dos Corpos Sociais da EDP, para o triénio 2009 a 2011 (com excepção do CAE), embora com a reserva expressa de que a Comissão cumpriria o seu dever de acompanhar todos os anos a actividade dos respectivos órgãos sociais.-----
Decorridos cerca de 3/4 meses, a Comissão de Vencimentos, em obediência à Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, foi chamada, pela primeira vez, a submeter à A.G. uma proposta para aprovação da Declaração sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais.-----
A A.G., reunida em 16 de Abril de 2010, decidiu rejeitar a Declaração que lhe foi submetida. O que fez, porém, sem apresentar qualquer alternativa e sem, de igual modo, se pronunciar sobre qualquer aspecto da Declaração ou da Política de Remunerações a adoptar pela EDP. Quer no decurso da reunião da A.G., quer em qualquer outro momento, nunca, até à presente data, a Comissão de Vencimentos recebeu a mínima crítica ou a mínima indicação sobre a política de remunerações que os accionistas entendem dever ser prosseguida pela EDP. Salvo, evidentemente, no que se refere à posição do Estado, transmitida directamente à Comissão, bem como através da Declaração de Voto apresentada pela Parpública na referida reunião da A.G.-----
Assim, tendo em conta o circunstancialismo descrito, verificou-se nada haver de novo que, de uma forma ou outra, pudesse influir a decisão a tomar ou pudesse justificar qualquer outra medida.-----
Razão pela qual, todas as deliberações tomadas pela Comissão de Vencimentos são válidas e eficazes, nenhuma censura lhes podendo ser assacada, conforme, aliás, foi confirmado pela opinião dos Jurisconsultos ouvidos.-----
6. Aqui chegados, à porta da A.G. de 2011, a Comissão de Vencimentos tem por dever, para além de prestar contas aos accionistas pela sua actividade, cumprir o estabelecido na citada Lei nº 28/2009, submetendo à apreciação da A.G. a sua proposta de Declaração sobre a Política de Remunerações da Sociedade.-----
É precisamente o que a Comissão vem fazer perante os Senhores accionistas, na esperança de conseguir interpretar, compreender e respeitar o que irá no pensamento de cada um.-----
7. Como facilmente se compreenderá, a Comissão de Vencimentos impôs a si mesma a maior serenidade, bom senso e abertura de espírito para apresentar aos accionistas uma proposta de Declaração que vá ao encontro das suas legítimas aspirações enquanto verdadeiros donos da empresa.-----
Tendo em conta a situação económica e social, quer a nível internacional quer nacional, não se poderá deixar de dizer que, por um lado, há que procurar implementar uma política de moderação salarial, por respeito pelo agravamento das dificuldades sociais e, por outro lado, é de igual modo indispensável defender uma política de remunerações que tenha como princípio fundamental o critério da justa compensação do valor do trabalho realizado, reconhecendo o devido mérito pessoal e da equipa. Tendo sempre como pano de fundo a real situação económica e financeira da empresa, sua evolução e resultados, sem esquecer o indispensável enquadramento na situação da economia do país e até mesmo do mundo.-----
8. Assim se dará cumprimento ao disposto no Ponto 7 da Ordem do Dia da Assembleia Geral anual, a ter lugar no próximo dia 14 de Abril.---
Em face do exposto, a Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral vem, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, submeter à apreciação dos Senhores accionistas a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da EDP – Energias de Portugal, SA., a que respeita a sua competência.-----
Proposta da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais-----
Na prossecução das suas atribuições, esta Comissão guiou-se por critérios de ordem geral e também de carácter específico.-----
No que diz respeito aos aspectos de ordem geral, teve-se em atenção principalmente os seguintes princípios orientadores:-----
(i) A exigência de uma política de remuneração baseada, tanto quanto possível, na avaliação e estímulo de uma actuação criteriosa em que o mérito deve ser devidamente recompensado.-----
(ii) Os exemplos nacionais e internacionais de comparação das remunerações dos diversos membros dos órgãos sociais nas empresas com maior capitalização bolsistas e congéneres ibéricas.-----
(iii) As mais recentes recomendações emanadas da União Europeia e da CMVM.-----
(iv) Nas circunstâncias actuais de grave crise económica e constrangimento financeiro, a moderação salarial com o objectivo de cumprir as exigências de uma maior justiça social no âmbito geral do país, bem como no âmbito dos diversos regimes remuneratórios da empresa.----
A política de remuneração dos corpos sociais da EDP deve, em suma, ser simples, transparente, moderada, adaptada às condições de trabalho realizado e à situação económica da empresa, mas também, competitiva, de modo a poder garantir a finalidade de criação de valor para os accionistas e demais stakeholders.-----
Estabelecidos os critérios que presidem à política de remunerações da Sociedade e ponderados os diversos factores em causa, esta Comissão propõe, em linhas gerais, as seguintes medidas:-----

anexos - extracto da acta da assembleia geral

li) As remunerações dos membros do CGS, incluindo a do seu Presidente, devem ser fixadas em valores inferiores aos atribuídos aos membros do CAE, nomeadamente quanto à não atribuição de uma componente de remuneração variável ou Plano Poupança Reforma.-----

lii) Tendo em consideração as dificuldades que o país atravessa em consequência da generalizada crise económica, financeira e social instalada no mundo, deve proceder-se a ajustamentos remuneratórios no sentido da contenção – que, neste momento, não deve ir além dos 10% – e, em qualquer caso, sempre se deverá ter em linha de conta o mérito da actuação dos membros de cada órgão, de modo a não pôr em risco a coesão, a estabilidade e o desenvolvimento da empresa.-----

liii) Não devem ser introduzidos quaisquer ajustamentos quanto às remunerações dos membros da Comissão de Auditoria, mantendo inalterável o valor das remunerações do mandato anterior, apesar de se verificar um progressivo acréscimo de trabalho e de responsabilidade dos membros desta Comissão.-----

As circunstâncias actuais, nas quais as empresas com relevância nacional desenvolvem a sua actividade, merecem, do nosso ponto de vista, um particular cuidado no desenvolvimento da cadeia de valor que, para além dos aspectos económicos, relevem a sua imagem de sustentabilidade social, pelo qual solicitamos o melhor acolhimento desta Assembleia Geral à proposta que agora vos submetemos.”-----

Tendo os accionistas dispensado a leitura da declaração da Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da referida Comissão, Senhor Dr. José Manuel Archer Galvão Teles, que começou por cumprimentar os accionistas e os membros dos órgãos sociais presentes, tendo, de seguida, reportado à Assembleia Geral que, atento o facto de o conteúdo da proposta em discussão estar devidamente descrito na declaração preparada pela Comissão de Vencimentos a que preside, a sua intervenção seria muito breve. (...)-----

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto Sete da ordem do dia, tendo sido emitidos 2 203 812 471 votos, a que correspondem 2 203 812 471 acções, os quais representam 60,2705% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (71,4614% de votos a favor).-----

--- No que respeita ao Ponto Oito da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do respectivo teor – “*Deliberar sobre a eleição de dois membros do Conselho Geral e de Supervisão, para o período remanescente do mandato em curso (trienio 2009/2011)*” – e manifestou uma palavra de especial agradecimento ao Senhor Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira e ao Senhor Dr. Vasco Maria Guimarães José de Mello, que renunciaram aos cargos de membros do Conselho Geral e de Supervisão. De seguida, o Presidente da Mesa informou os senhores accionistas de que, uma vez que seria submetida a votação a eleição de dois membros do Conselho Geral e de Supervisão, este ponto da ordem do dia seria dividido em dois subpontos, os quais seriam objecto de votação autónoma.-----

O Presidente da Mesa questionou os accionistas presentes sobre a dispensa de leitura da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., com o seguinte teor:-----

“Considerando que o Senhor Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, os accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. decidiram propor a eleição de Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., que detêm uma participação na EDP correspondente a 25,05% do seu capital social, para o cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, assumindo funções para o mandato de 2009-2011 em curso.” Da nota informativa relativa à Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., disponibilizada aos senhores accionistas no prazo legal, constam os elementos de identificação da mencionada sociedade.-----

Tendo a leitura da proposta descrita sido dispensada, o Presidente da Mesa voltou a questionar os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelos accionistas José de Mello Energia, SGPS, S.A. e Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., com o seguinte teor:-----

“Considerando que o Senhor Doutor Vasco Maria Guimarães José de Mello apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, os accionistas José de Mello Energia, SGPS, S.A. e Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., decidiram propor a eleição de José de Mello Energia, S.A., que detêm uma participação na EDP correspondente a 4,82% do seu capital social, para o cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão, assumindo funções para o remanescente do mandato de 2009-2011 em curso.” Da nota informativa relativa à José de Mello Energia, S.A., disponibilizada aos senhores accionistas no prazo legal, constam os elementos de identificação da mencionada sociedade.-----

Em seguida, não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta relativa à eleição da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. para membro do Conselho Geral e de Supervisão a votação, tendo sido emitidos 2 218 732 817 votos, a que correspondem 2 218 732 817 acções, os quais representam 60,6785% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,8006% de votos a favor).-----

O Presidente da Mesa colocou, de seguida, a proposta relativa à eleição da José de Mello Energia, S.A. para membro do Conselho Geral e de Supervisão a votação, tendo sido emitidos 2 218 543 496 votos, a que correspondem 2 218 543 496 acções, os quais representam 60,6733% do capital social. Dado que as abstenções não são contadas, a referida proposta foi aprovada por maioria dos votos emitidos (99,8371% de votos a favor).-----

--- Concluída a discussão e deliberação sobre todos os pontos da ordem do dia, o Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a cooperação prestada, a qual foi decisiva para o bom andamento dos trabalhos da presente Assembleia Geral e destacou os magníficos resultados alcançados pela EDP – que, num contexto difícil, conseguiu aumentar os seus capitais próprios e demonstrar uma posição de resiliência no que respeita à política de distribuição de dividendos – sendo um exemplo para o País e para o Estado Português. (...)-----

--- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e cinquenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.-----

Lisboa, 19 de Abril de 2011

O Secretário da Sociedade
Maria Teresa Isabel Pereira

anexos - declaração exame do nível de aplicação pela GRI



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que EDP - Energias de Portugal S.A. apresentou seu relatório "Relatório e Contas 2010" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

19 de Abril 2011, Amsterdã



Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque EDP - Energias de Portugal S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social.
www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 14 de Abril 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

contactos

INFORMAÇÕES ÚTEIS

SEDE

EDP – Energias de Portugal
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 25 00
Fax: +351 21 001 14 03

INVESTIDORES

DRI - Direcção de Relação com os Investidores
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 28 34
Fax: +351 21 001 28 99
Contactos online: www.edp.pt> Investidores

CLIENTES

Linhas EDP

Apoio comercial	808 505 505
Leituras do contador	808 507 507
Assistência técnica	800 506 506
EDP conforto	800 501 501

Contactos online: www.edp.pt> a edp> Contactos

DRE – Direcção de Relação com o Cliente

Praça Marquês de Pombal, 13
1252-162 Lisboa
Portugal
Fax: +351 21 002 15 20

FORNECEDORES

Rua Camilo Castelo Branco, 46, 4º
1050-045 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 00 55 50
Contactos online: www.edp.pt> Fornecedores

ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DMC - Direcção de Marca e Comunicação

Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 26 80
Fax: +351 21 001 29 10
Contactos online: www.edp.pt> a edp> Contactos

COMUNIDADE

Canal ONG: www.edp.pt> Sustentabilidade> Partes Interessadas> ONG
E-mail: Sustentabilidade@edp.pt

Fundação EDP

Av. De Brasília, Central Tejo
1300-598 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 002 81 01
Fax: +351 21 002 81 04
www.fundacao.edp.pt
E-mail: fundacaoedp@edp.pt

ECO – Eficiência Energética

www.eco.edp.pt
E-mail: eficienciaenergetica@edp.pt
ppec@edp.pt

Recursos humanos

Tel.: +351 21 001 25 89
Fax: +351 21 001 29 11

SUGESTÕES

www.edp.pt> a edp> Contactos> Sugestões & Reclamações

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

EDIÇÃO EDP - Energias de Portugal, S.A.
Direcção de Marca e Comunicação
Praça de Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa

DESIGN happy brands

IMPRESSÃO Dilazo - Artes Gráficas, Lda

TIRAGEM 1500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL XXXXXXXX

Abril 2011

